

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



PORTUGAL E A ITÁLIA: EMIGRAÇÃO, NAÇÃO E MEMÓRIA (1800–1832)

Carmine Cassino

Orientadores: Prof. Doutor Sérgio Campos Matos

Prof. Doutor António Ventura

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Victor Manuel dos Santos Gonçalves

Vogais:

- Prof.^{ra} Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

- Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

- Prof.^{ra} Doutora Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCE – Instituto Universitário de Lisboa)

- Prof. Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

- Prof.^{ra} Doutora Maria Alexandra Campanhã Lousada (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

na especialidade de História Contemporânea

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

2015

A Giacomantonio e Filomena

*«Penso, e por mim falo, que quem se estabelece em país estrangeiro,
Sem renegar as raízes, se enriquece integrando-se»*

Vitorino Magalhães Godinho

ÍNDICE

	pág.
AGRADECIMENTOS	I
LISTA DE ABREVIACÕES	III
ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS	IV
INTRODUÇÃO	V
CAPÍTULO I. A PRESENÇA ITALIANA EM PORTUGAL	
1.1. Estado da questão	1
1.2 “Latitudes e longitudes”: directrizes euro-mediterrânicas de mobilidade política e social	121
1.3 Das pátrias à nação: o <i>Risorgimento</i> nos caminhos do exílio e da memória	33
1.4 A emigração italiana antes da unificação	45
1.5 A “nação italiana” em Portugal: enquadramento teórico e filológico	48
CAPÍTULO II. RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS NO CONTEXTO EUROPEU	
PARTE PRIMEIRA. Séculos XVIII-XIX	
1.1 Setecentos como século de olhares italianos sobre Portugal	63
1.2 Portugal e Nápoles: o desafio da “precedência” entre os dois reinos	72
1.3 As relações na passagem do século XVIII ao século XIX	75
1.4 O princípio do século XIX: presença italiana em Portugal e correspondências luso-napolitanas	85
PARTE SEGUNDA. As relações entre Portugal e o reino das Duas Sicílias nas vésperas da revolução	
2.1 Situação das legações diplomáticas em Lisboa e Nápoles	93
2.2 Diplomacia de tratados e de casamentos. Premissa	97
2.3 O tratado de deportação para o Brasil – Organização da viagem e perfis dos condenados	98 110
2.4 Um casamento falhado à espera da revolução	123

CAPÍTULO III. A COMUNIDADE ITALIANA: INTERESSES, ACTIVIDADES E PRÁTICAS POLÍTICAS	pág.
PARTE PRIMEIRA. Comunidade italiana e sociedade portuguesa	
1.1 Presença italiana e luso-italianidade na cidade de Lisboa	137
1.2 Para uma sociologia histórica (década de Vinte): proveniência, distribuição, origem social e profissões	141
1.3 Os comerciantes italianos	156
1.4 Um caso de protecionismo vintista: a questão dos “vermicelli” em 1821	164
1.5 Italianos de Lisboa no primeiro quartel de Oitocentos	
– Artes e espectáculo	177
– Ciências	186
– Comércio (o caso do Marrare)	194
PARTE SEGUNDA. Vintismo e <i>Risorgimento</i>: presença e memória no exílio	
2.1 Premissa	209
2.2 Situação de Lisboa à chegada dos exilados	211
2.3 O caso dos exilados napolitanos	213
– Quadro das relações diplomáticas luso-napolitanas no triénio liberal	225
2.4 Outros exilados italianos durante o triénio liberal	233
PARTE TERCEIRA. A comunidade italiana entre revolução e reacção	
3.1 Da Vilafrancada à Abrilada: os italianos na alvorada da luta dinástica	256
3.2 Portugal na encruzilhada dos exilados: a emigração política napolitana	266
3.3 Repressão dos italianos durante o miguelismo	287
3.4 Emigração e perseguição: o caso dos caldeireiros da Basilicata	309
CONSIDERAÇÕES FINAIS	325
ANEXOS (PROVISÓRIOS)	
Anexo I. Diplomacia portuguesa e napolitana nos respectivos territórios (1758-1828)	335
Anexo II. Prejuízos do comércio estrangeiro aquando do terramoto de Lisboa (1755)	340

	pág.
Anexo III. Exportações/importações luso-italianas (1819-1820-1821) e balança comercial portuguesa (1810-1819)	340
Anexo IV. Entrada e saída de navios nos portos de Lisboa e Porto (1819-1820)	344
Anexo V. Naturalizados de origem italiana em Portugal (1805-1833)	346
Anexo VI. Prosopografia dos degredados napolitanos (1819)	349
Anexo VII. Apelidos portugueses de origem italiana (sécs. XIV-XX)	364
Anexo VIII. Italianos registados em Portugal 1820-1821	378
Anexo IX. Italianos residentes em Lisboa (1823-1826). Elencos Consulares e estatísticas	384
Anexo X. Comerciantes italianos em Lisboa (1824-1854)	412
Anexo XI. Descrição de Lisboa em 1826 pelo exilado siciliano Andrea Mangeruva	418
FONTES E BIBLIOGRAFIA	421

Agradecimentos

Aquelas que seguem são com certeza as páginas mais difíceis que tive que escrever. Não porque seja árdua tarefa agradecer aos muitos que, a vários níveis, me acompanharam neste longo caminho, mas porque é sempre complicado encontrar as palavras certas para agradecer a todos, cujos nomes se encontram gravados de forma bem firme no meu coração.

Vamos então a isso: um agradecimento de conjunto vai para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que há dez anos abriga desejos, ansiedades e esperanças deste emigrante do conhecimento, vindo do outro lado do Mediterrâneo. Qualquer que seja o meu destino, dentro ou fora dela, será para sempre a grande casa para onde voltar, onde trazer amigos, amores, e quem sabe, filhos. Obrigado a todos os colegas do Centro de História, lugar de referência na minha peregrinação académica. Obrigado aos colegas de trabalho, ao Paulo, ao César, aos outros com que cruzei neste caminho, que encontrei e que perdi. À dona Arlete e a dona Fátima, sempre carinhosas e disponíveis.

Ao Professor António Ventura, que me conduziu nos templos do pensamento racional e do filantropismo. A todos os professores com que cruzei nas aulas, salas de estudo, bibliotecas, e que não se pouparam em sugestões. Aos companheiros dos tristes e sossegados sábados passados na Biblioteca Nacional.

A minha ampla gratidão vai para o Grégoire Bron e para a Francesca Di Giuseppe, cuja obra representou uma grande (e às vezes assustadora) referência para o meu trabalho. Eles próprios se revelaram no seu lado melhor, com amizade e grande disponibilidade.

Obrigado à minha família que está longe, aos meus pais, às avós Teresa e Antonietta, à Teresa, Tonya e Pietro. Ao Giacomo A. e a todos aqueles que, como ele, aguentaram a minha ausência. A todos os amigos em Itália (eles sabem quem são). À minha família que esteve perto, à Giulia, Rita, Álex, Francesca, Adriano, Daniel, Elisa, Nicola. Um agradecimento especial vai para os “dois António”, cuja ironia é fundamental na minha existência: ao estudioso de Pessoa (Antonio Cardiello) e ao bourbónico (Antonio Boccia). Obrigado também ao João Figueiredo e ao Carlo Arrigoni, à Nunziatella Alessandrini, aos amigos portugueses, espanhóis, gregos, rumenos, americanos e dos demais cantos do mundo que seria impossível elencar. Aos amigos da Festa do Cinema Italiano e do Instituto Italiano de Cultura. A todos aqueles que se lembraram de mim. A todos aqueles que estou a esquecer.

Ao doutor Gonçalo Nemêso, cuja peritagem no campo da genealogia foi fundamental para o estudo da comunidade italiana em Portugal.

Ao Alexandre e a Paula pela ajuda na escrita de um bom português. Mas sobretudo à Ana Cláudia, alma lusitana que está por detrás deste trabalho. Todos juntos ensinaram-me quão difícil e desafiante é aprender uma língua, quando já pensamos que a dominamos.

Obrigado, Professor Sérgio Campos Matos: por me ter orientado na tese, no conhecimento, na vida e na amizade. Homem de sabedoria e humildade. De tamanha grandeza humana.

Obrigado Valentina, por ter partilhado um caminho feito de tantas subidas. Juntos fomos capazes de avançar de mãos dadas.

A ti Dario, amigo de sempre: foi contigo que dei o primeiro passo neste caminho em terra portuguesa. Agora aguardo que venhas rapidamente atrás de mim.

Quero dedicar este trabalho, e o esforço e o denodo que está por atrás dele, também à funcionária do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – que, enquanto tratava da documentação para o prolongamento da minha autorização de residência, com aquele ar de quem sabe sempre mais do que os outros, assim comentou a minha escolha académica: «isto não tem saída nenhuma e não serve para nada». É provável que assim seja, neste mundo dominado por uma mentalidade puramente mercantil, tiranizado por um mal entendido conceito de “transferência”. Contudo, gostaria que também ela pudesse aproveitar da liberdade que só a investigação pode proporcionar, sobretudo quando conduzida em torno das nossas “múltiplas” identidades; acerca do que fomos, e onde fomos parar. Eu já tenho as ideias mais claras. Poderão encontrá-las nas páginas que seguem.

Enfim, graças a ti, cidade de Lisboa: quantas vezes fiquei num silêncio emocionado, olhando-te pelos tectos de Alfama, ó única e insubstituível mulher da minha vida.

Lisboa, 20 de Setembro de 2015

LISTA DE ABREVIACOES

Referências arquivísticas

bs. = *busta*

cx. = caixa

doc. = documento

fasc. = fascículo/*fascicolo*

fl. = folha/*foglio*

liv. = livro

mç. = maço

sr. = série/*serie*

s.n. = sem número/*senza numero*

Referências bibliográficas

[**s.n.**] = *sine nomine*

[**s.l.**] = *sine loco*

[**s.d.**] = *sine data*

Siglas

AHM = Arquivo Histórico Militar (Lisboa)

AML = Arquivo Municipal de Lisboa

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

ASN = Archivio di Stato di Napoli

APSM = Archivio Parrocchiale di San Michele Arcangelo (Trecchina, Itália)

ASV = Archivio Segreto Vaticano (Città del Vaticano)

BNP = Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

	Pág.
Figura 1. A Itália depois do Congresso de Viena	149
Figura 2. A província de Basilicata no espaço do reino das Duas Sicílias	311
Figura 3. Área de proveniência dos caldeireiros	314
Gráfico 1. Distribuição italianos registados 1822-1826	151
Gráfico 2. Percentagens do total dos registados 1822-1826	152

Introdução

Nos anos sessenta do século XIX, por altura do casamento de D. Luís de Bragança e D. Maria Pia de Saboia, um panfleto celebrativo de novos enlaces reais observava o seguinte: «Se há dois países na Europa que devem considerar-se irmãos, tanto pelas tradições gloriosas de sua história, como pelos laços de *sympathia* nunca desmentida, são esses dois países a Itália e Portugal».¹ O autor do texto acrescentava, evidenciando as afinidades entre os dois povos, a sua índole e a sua natureza, «que não há página gloriosa na história de hum a que não corresponda página de igual fulgor na história do outro».²

Embora dando uso a tons porventura enfáticos e retóricos, estas páginas recuperavam a memória de uma relação antiga, secular, entre duas realidades que tantas vezes se cruzaram no curso da sua história política, social e económica. Esta relação marcou um tempo histórico que se estende desde as mutações económicas da Idade Média (como recorda Fernand Braudel, a revolução de 1383-85 e o estabelecimento da dinastia dos Avis consagram a vocação marítima de Lisboa, abrindo as suas portas à implantação de colónias de mercantes de origem italiana, cuja presença é tão importante que até é relatada por Fernão Lopes nas suas crónicas)³ até à contemporaneidade, passando por uma fase crucial como o século XIX, em que têm lugar eventos fundamentais para as questões nacionais dos dois países. Nomeadamente, e no que diz respeito ao caso italiano, o século XIX é marcado pelo processo de formação de uma entidade estatal única no território da península, atrás do qual se desenvolve a importante questão da afirmação do princípio de nacionalidade, isto é, da construção e consagração de uma identidade transversal a todas as realidades políticas e culturais do heterogéneo panorama peninsular. Este movimento, de particular complexidade política e ideológica, é conhecido pelo nome de *Risorgimento*. E, na sua qualidade de fenómeno que extravasa os limites geográficos daquele que será o futuro Estado nacional italiano, assume os contornos de movimento europeu, estendendo as suas dinâmicas a grande parte das sociedades liberais da altura e chegando a ter projecções transatlânticas. Veículo desta extensão de ideias e homens é a dimensão da emigração política: graças a esta diáspora, o *Risorgimento* delineia-se como

¹ VENTURA, José Miguel, *Portugal e Itália ou enlace da Dynastia de Bragança com a Dynastia de Saboya*, Lisboa, Editores – Silva Junior&Comp., [s.d.], p. 55.

² *Ivi*, p. 56.

³ BRAUDEL, Fernand, «L'Italia fuori d'Italia. Due secoli e tre Italie», in Ruggiero Romano e Corrado Vivanti [coord. di], *Storia d'Italia*, vol. II – *Dalla caduta dell'Impero Romano al secolo XVIII*, 2ª parte, Torino, Einaudi, 1974, p. 2139).

fenómeno claramente transnacional, que chega a influenciar, de forma significativa, também o espaço geopolítico português.

A historiografia recente tem sublinhado esta característica fundamental do movimento político italiano na primeira metade do século XIX, recuperando de forma rigorosa e estruturada a memória do grande espaço da migração política para fora da Península Itálica naquelas décadas de renovação ideológica e transformações institucionais; no que respeita ao caso português, nos últimos anos alcançaram lugar de relevo os trabalhos de dois jovens investigadores, que estudaram a fundo as razões e as dinâmicas da emigração política italiana rumo a Portugal. Estamos a referir-nos às teses de doutoramento de Francesca di Giuseppe e Grégoire Bron.⁴ Além de introduzirem novas perspectivas historiográficas na análise das relações luso-italianas num período de importantes transformações políticas nas duas realidades, estes estudos tiveram o mérito de romper com uma tradição retórica e nacionalista da história do *Risorgimento*, que tratava o caso do exílio político em Portugal de forma superficial, não considerando todas as implicações que se abriram no contexto sociopolítico lusitano. Estes trabalhos recuperam assim a importância das relações luso-italianas na primeira metade do século XIX numa perspectiva transnacional, revelando a profundidade e complexidade das dinâmicas desenvolvidas entre estas dimensões geopolíticas. Os dois estudos relançaram sobretudo a ideia de centralidade de Portugal como lugar estratégico do exílio político, que não desempenhava um papel secundário face a grandes centros europeus como Londres ou Paris. Esta era uma realidade que a historiografia do século XX tinha limitado de forma quase exclusiva a poucas, embora importantes, figuras, as quais, mesmo perante a profundidade das novas investigações, mostram elas próprias ser “figuras menores” da epopeia migratória rumo à Península Ibérica.

Para a história nacional italiana do século XIX, Portugal não se revela apenas como terra de exílio ou de destino de personagens como Carlos Alberto ou Maria Pia de Saboia. Nomeadamente, no que diz respeito ao tema do *Risorgimento*, tanto na cultura portuguesa como na italiana, a figura que adquire maior relevância é a de Carlos Alberto, apesar de ter permanecido em Portugal somente poucos meses, e numa situação de doença física e de isolamento em relação à sociedade portuguesa e aos próprios italianos que nela

⁴ DI GIUSEPPE, Francesca, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tesi di dottorato di ricerca in Scienze Storiche, Archeologiche e Storicoartistiche (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”, 2010; BRON, Grégoire – *Révolution et nation entre le Portugal et l’Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l’Internationale libérale de 1830*. III tomes. Paris-Lisboa: [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, École Pratique des Hautes Études – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

residiam. Ou seja, a sua presença não teve nenhum impacto real, embora a escolha da cidade e a estadia de um soberano tenham marcado de forma relevante o imaginário colectivo e a própria história (também toponímica) daquele espaço urbano, tal como, por exemplo, pode ter acontecido – para tentar estabelecer uma semelhança que nos ajude a perceber o impacto do legado na memória pública – com a presença e morte de Carlos X da Áustria na ilha da Madeira.

A presença e a influência do *Risorgimento* italiano em Portugal tem então uma dimensão muito mais ampla, que muito precede a viagem de Carlos Alberto para o Porto em 1849, e – com a excepção da campanha liberal de 1832-32 – concentra-se essencialmente no centro-sul do país, para onde se dirige o grosso da emigração política italiana entre 1820 e 1850. A par desta emigração política existe uma dimensão que até ao momento tem sido de alguma forma desconsiderada ou esquecida, a da emigração socioeconómica. De facto, na primeira metade de Oitocentos (e nomeadamente nos anos que o nosso estudo define como arco cronológico de referência) existe (ou melhor, existe ainda) um fluxo migratório que leva muitos italianos a Portugal, onde em determinadas regiões do país – e particularmente na capital – persiste uma comunidade reconhecível, com algum relevo na esfera económica; uma comunidade que parece partilhar elementos culturais sensíveis (para além do religioso), e que é acompanhada por uma identificação geocultural (os “italianos”) bem definida e publicamente assumida. A recuperação da memória desta comunidade de dimensão sensível e o estudo da sua evolução socioeconómica servem à reconstrução da história das relações luso-italianas daquela época, bem como à própria projecção lusitana do *Risorgimento* italiano: neste sentido, nesta tese pretende-se ir além dos trabalhos, acima referidos, de Francesca Di Giuseppe e Grégoire Bron.

Isto porque há um plano de intersecção entre a comunidade do exílio político e a da emigração comum. Com efeito, os exilados que chegavam a Portugal e que aí permaneciam por um tempo variável não se relacionavam (sob vários domínios) somente com os membros das elites políticas nacionais; na verdade, aqueles imergiam numa realidade em que se manifestava já uma importante presença italiana. Com esta comunidade – sobretudo a sediada em Lisboa – entram em contacto e nela começam a veicular o discurso político de que são portadores. Por sua parte, o conjunto de italianos residentes é animado por dinâmicas internas em que se delineia um sentido de pertença comum, em que começa a surgir uma identidade partilhada: esboçam-se os caracteres de uma verdadeira “pequena nação” italiana, que é um elemento fundamental no

desenvolvimento de um amplo discurso “nacional”, ainda mais porque se desenvolve no estrangeiro, longe das fronteiras (naturais e políticas) daquela que será a pátria num futuro ainda indeterminado, mas que aí se começa a conceber e assume sinais de inteligibilidade.

Não se trata, recorrendo às palavras de Ernest Gellner, de «inventar nações onde elas não existem»⁵ (que é a prática de auto-legitimação do pensamento nacionalista). O presente trabalho visa, pelo contrário, evidenciar o conjunto de uma comunidade em relação ao ambiente que a acolhe: delinear a sua estrutura e função socioeconómica em interação com o ambiente circunstante. Para levar a cabo este propósito, as nossas investigações concentraram-se na geografia mais forte, emblemática e representativa de todos os grupos de italianos presentes naquela altura no país: a comunidade de Lisboa. Consequentemente, um dos objectivos fundamentais deste trabalho consiste na definição das características deste grupo populacional: antes de mais, uma estimativa do número de residentes em Lisboa na década central do nosso estudo (a de Vinte), assim como o levantamento das suas profissões e a definição da sua distribuição no espaço urbano lisboeta.

Pretendemos então caracterizar esta comunidade que, reunida, por um lado, em torno de um elemento tão simbólico como o religioso, o templo – concretamente o da Nossa Senhora do Loreto, onde se assiste à missa em língua latina, mas onde se interage com outros membros da comunidade através da língua materna, vernacular – e, por outro, em torno de actividades laborais (sobretudo comerciais) e de bairros específicos, é atravessada pelos problemas do *Risorgimento* que os exilados trazem consigo. Lisboa torna-se assim e inevitavelmente a arena onde a discussão e a prática política da questão nacional italiana tem lugar. Além disso, o grupo de exilados italianos em Portugal define-se e – diria Benedict Anderson – “imagina-se como comunidade” graças à projecção externa do ambiente em que é inserida, que a considera como uma “agremiação horizontal e profunda” (sempre utilizando as palavras do historiador britânico);⁶ enfim, uma comunidade dotada de uma identidade bem marcada para lá da sua fragmentação geográfica interna, que em território lusitano se torna um grupo singular e dinâmico. Isto é, outro objectivo que nos propomos desenvolver é o de indagar em que medida os italianos em Portugal (e particularmente em Lisboa) no princípio do século XIX se sentem “italianos” porque estão inseridos num contexto que assim os identifica, apesar

⁵ GELLNER, Ernest, *Thought and Change*, London, Weidenfeldand, 1964, p. 169.

⁶ ANDERSON, Benedict, *Comunidades imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições70, 2005, p. 27.

de, pela sua proveniência, serem “napolitanos”, “sardos”, “romanos” e “toscanos”, ou de outras partes da península. Ao longo deste estudo procuramos avaliar de que modo na Lisboa e no país de então esse “estatuto” de italianidade – que, tal como foi feito anteriormente, designaremos por “condição geocultural” – foi aproveitado por um segmento populacional ao qual chamaremos luso-italiano, de forma consciente (enquanto legado familiar/cultural) ou oportunista (como no caso daqueles que, nascidos em Portugal e filhos de emigrados, fazem apelo à origem italiana para escapar à conscrição obrigatória).

À luz desta realidade, em nossa opinião seria impossível completar o estudo da presença e influência do *Risorgimento* em Portugal ignorando a esfera da emigração socioeconómica. A análise das relações entre as duas dimensões da emigração italiana torna-se assim no eixo da nossa pesquisa.

A este respeito, é necessário fazer as primeiras referências metodológicas, relativamente às fontes que seleccionámos e que são o recurso indispensável para o estudo da comunidade lisboeta. As fontes primárias, constituídas fundamentalmente pelos documentos dos arquivos da Torre do Tombo de Lisboa e do Archivio di Stato di Napoli (juntamente com o Archivio Segreto Vaticano e outros acervos, mas com papel menor), foram utilizadas para a definição de um estudo de carácter prosopográfico dos italianos e luso-italianos residentes na capital, a partir do qual evidenciamos e aprofundamos conhecimentos específicos sobre casos biográficos que nos permitem trazer para a discussão exemplos sólidos e evidentes. A vantagem do método prosopográfico consiste na determinação das características de um grupo social. Neste processo, revela-se particularmente útil aprofundar uma série de biografias dos seus membros, escolhidas entre os casos mais emblemáticos. Aliás, como recordou quem o adoptou nos seus estudos (neste caso, sobre os corpos diplomáticos), «trata-se, no fundo, de uma biografia colectiva para, a partir de personalidades, fazer sobressair os traços comuns e as diferenças, preparar a definição dos tipos», ou seja, «a partir do singular, fazer do singular plural».⁷ Adoptamos esta metodologia particularmente no terceiro capítulo, em que a nossa análise da comunidade em Lisboa nos anos Vinte se estrutura através da apresentação de percursos biográficos de italianos e luso-italianos que marcaram a vida daquele conjunto e da própria cidade. Trata-se de personagens que nos permitem complementar a biografia colectiva que apresentamos, sendo corroborada por uma parte

⁷ FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, p. 27.

mais estatística e taxonómica, constituída por tabelas de números e percentagens que dizem respeito à proveniência geográfica dos membros do grupo, aos seus empregos, à sua distribuição nas freguesias lisboetas (a “geografia dos italianos”). Não podemos porém esconder uma sensação de defeito, que vai além das nossas vontades e das de qualquer investigador (pelo menos dos que nos precederam): referimo-nos à consciência de estar em falta numa parte da investigação, devido à impossibilidade de consultar um arquivo paroquial fundamental como o da igreja da Nossa Senhora do Loreto. Trata-se de um acervo que carece ainda de um inventário dos documentos do século XIX, e que só publicações recentes têm tentado mapear. A este trabalho junta-se o esforço de alguns investigadores que estão a levar a cabo um projecto de organização e digitalização de documentos (que, até ao momento, tem incidido sobre material dos séculos XVI-XVIII).⁸ Para além destas circunstâncias, o sítio está totalmente interdito à plateia dos estudiosos, o que, como se pode facilmente deduzir, constituiu uma limitação para o nosso trabalho, não permitindo um levantamento analítico completo. Mas felizmente, como veremos no terceiro capítulo, na nossa investigação recolhemos elementos suficientes para definir uma geografia dos italianos em Lisboa.

No que diz respeito às fontes secundárias que utilizámos no terceiro capítulo, fizemos referência a parte substancial do memorialismo do *Risorgimento*, particularmente no que concerne as obras produzidas pelos liberais que se deslocaram para Portugal e que aqui decidiram residir por algum tempo. Grande parte deste material (com uma significativa excepção que apresentamos ao longo do texto) foi já analisado e utilizado por quem estudou a temática do *Risorgimento* italiano em Portugal. Mas, como acontece com todas as fontes, revelou-se fecundo em novos elementos e novas interpretações através de uma mudança de perspectiva de leitura. A este respeito, a recuperação das memórias da comunidade italiana em Lisboa é acompanhada pela definição de uma memória da própria cidade, a partir do momento em que a história dos seus grupos populacionais é, *ipso facto*, a história do seu espaço urbano. Por isso, apercebemo-nos desde logo da importante contribuição que a utilização de publicações tão peculiares podia trazer ao campo da olisipografia, juntamente com o estudo das fontes primárias e o cruzamento dos

⁸ O projecto *500 anos de história luso-italiana: o arquivo da Igreja dos Italianos de Nossa Senhora de Loreto em Lisboa. 1a Fase: Catalogação geral e digitalização dos documentos dos séculos XVI e XVII*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e coordenado pela Doutora Nunziatella Alessandrini, visa recuperar, tratar e organizar o acervo documental da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa através da redacção de um inventário geral e da digitalização da documentação dos séculos XVI e XVII que será posta *online* utilizando o software de descrição arquivística *open source* ICA-AtoM.

dados que iam surgindo. Com efeito, na fase de investigação, tal trabalho permitiu recuperar uma significativa quantidade de informação acerca da Lisboa “italiana”.

Como é óbvio, ao estudar o memorialismo produzido há quase duzentos anos atrás, considerámos as implicações e dificuldades próprias que obras deste género trazem, *in primis*, o facto de terem sido geralmente escritas anos após a vivência das experiências que relatam. Ou seja, trata-se amiúde de publicações tendentes a um certo (embora não intencional) exagero ou até a uma mitificação do estado real das coisas, com consequentes implicações meta-históricas, sobrecarregadas de uma inevitável retórica patriótica que no caso italiano se manifesta como um dos aspectos mais evidentes, e que por isso mereceu uma cautela redobrada. Porém, no conjunto, e em confronto com os elementos que iam surgindo da investigação de arquivo, no que diz respeito aos italianos em Portugal (as suas actividades e vicissitudes), as memórias dos liberais italianos que atravessaram o espaço português têm-se revelado uma fonte relevante e fidedigna.

Seja-nos permitida uma breve reflexão sobre o impacto do presente trabalho na temática mais ampla dos estudos das migrações (*migrations studies*), visto que a realidade dos italianos no período que precede a unificação nacional e o caso português revelam-se desconhecidos em termos demográficos mas, sobretudo, em termos prosopográficos. Isto apesar do profundo processo de “italianização” que, a partir de meados do século XVIII, se faz sentir em vários sectores da sociedade portuguesa, especialmente o âmbito artístico, com a afirmação do gosto teatral italiano e a chegada ao país de muitos actores, cantores, músicos, arquitectos, etc. É uma presença massiva que tem sido estudada na vertente cultural, mas cuja real dimensão social mereceu escassa atenção. Tal acontece não obstante o facto de ser a partir daquele período (meados de Setecentos) que o ambiente em que os italianos são acolhidos começa a identificar esta comunidade de maneira mais unívoca, homogénea, mediante o conhecimento mais aprofundado de uma cultura, de um grupo e das pessoas que o compõem, facilitando ao mesmo tempo dinâmicas de auto-identificação. E entre todos os casos verificados no estrangeiro, frisamos como neste processo se destaca particularmente o português.

Além do que foi dito, acrescentamos mais um dado: o estudo da ligação entre a emigração política e a socioeconómica permite reforçar as hipóteses de investigação e interpretação do próprio fenómeno migratório italiano em todo o período que precede a unificação política da península. Isto é, abre novas perspectivas a análise do período que, no século XIX, precede o grande êxodo que acompanha o surgimento do reino da Itália, e que é considerado a maior consequência social deste acontecimento. Particularmente, as

informações que apresentamos no terceiro capítulo constituem um pequeno mas novo passo em frente na demonstração de que os povos italianos se moviam também no período precedente ao ano de 1861. Sobretudo, fortalecem a tese dos estudiosos que defendem a existência de uma mobilidade de saída de uma realidade como a do reino das Duas Sicílias, embora em quantidade reduzida se comparada com o números de pessoas que se afastam da península nas décadas após a unificação nacional. Só a ausência de uma política de controlo estatístico dos fluxos migratórios pelas autoridades napolitanas tem permitido ao (recente) revisionismo de inspiração neo-borbónica legitimar a teoria da quase total ausência de emigração para o estrangeiro (disso falar-se-á no primeiro capítulo). O caso específico que trazemos à parte final do nosso estudo, o dos caldeireiros da região italiana da Basilicata (uma das áreas mais pobres da península antes e depois da sua união política), demonstra e confirma três linhas teóricas: em primeiro lugar, que a emigração italiana da primeira metade do século XIX é substancialmente uma emigração de carácter regional, que determina modelos migratórios de longa-duração (confirma-se desta maneira a aproximação ao estudo da temática que se tem fortalecido nas últimas duas décadas, e cuja evolução metodológica se pode acompanhar na revista do *Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana*);⁹ em segundo lugar, que houve mobilidade europeia de figuras não necessariamente ligadas às belas artes ou ao teatro, mas que abrange toda uma série de perfis de trabalhadores sazonais; em terceiro lugar, como nestas peregrinações em terras ibéricas (nomeadamente, portuguesas) estes trabalhadores cruzam as suas existências quer com as dinâmicas continentais do *Risorgimento* nacional italiano que evocámos há pouco, quer com as questões políticas que abalaram a primeira metade do século XIX português.

Este último ponto é muito importante para a nossa hipótese de investigação e no desenvolvimento do nosso trabalho, porque nos permite afirmar que a comunidade italiana residente (de forma permanente ou temporária) em Portugal foi uma comunidade dinâmica, parte viva da sociedade e da nação, em cujos acontecimentos participou, tomando parte activa neles em diferentes casos. Na terceira parte do terceiro capítulo tentamos demonstrar como os italianos residentes em Portugal entre os anos Vinte e Trinta de Oitocentos eram “sociedade em acto”, utilizando uma expressão de Georges Gurvitch, a qual nos lembra Fernando Piteira Santos na sua *Geografia e economia da revolução de 1820*, quando defendia outro ponto de vista teórico determinante, ou seja

⁹ Veja-se o *site* da revista: www.asei.eu

que «a realidade histórica, a realidade económica, a realidade social, são uma só mesma realidade».¹⁰

Como antecipámos nas páginas anteriores, todos estes argumentos se inserem numa fase posterior de aprofundamento das relações luso-italianas na primeira metade do século XIX, que em certo sentido vai completar o campo de investigação, já percorrido por outros que nos precederam com estudos sólidos sobre assuntos próximos ao nosso tema. Por isso, e para complementar tais trabalhos, decidimos seguir um caminho que nos permitisse aprofundar linhas de investigação menos percorridas, e identificámos um campo de observação geograficamente mais centrado, que pode ainda acrescentar novos elementos de conhecimento: o das relações luso-napolitanas, que no arco cronológico do estudo se revelam em toda a sua importância, a seguir às antigas e sólidas ligações que uniam Lisboa a Génova, isto é, às correspondências políticas e económicas entre o reino de Portugal e o da Sardenha (amplamente desenvolvidas não só no extenso trabalho de Grégoire Bron, mas também noutros estudos específicos). Dentro deste contexto peculiar, encontramos todos os domínios que explorámos: política, economia e emigração. Como é óbvio, para tal finalidade revelou-se muito preciosa a documentação do Archivio di Stato di Napoli. Trata-se fundamentalmente de material diplomático, pertencente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do reino das Duas Sicílias:¹¹ despachos dos ministros dos respectivos países, dos membros das legações (cônsules e vice-cônsules, encarregados de negócios, enviados extraordinários), cheios de informações sobre os interesses bilaterais, a emigração política e as comunidades residentes – nomeadamente a napolitana em Portugal, num período em que não temos registo de uma comunidade portuguesa em Nápoles, para além daquela composta pelos funcionários da legação.

Também neste caso, recorreremos à documentação conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (sempre nos fundos do MNE). Nesta sede, onde repousa a dita documentação, destaca-se a sua importância para os estudiosos do sector, sendo que os acervos relativos às duas legações diplomáticas (em Nápoles e Lisboa) representam uma enorme base documental para a investigação das relações entre os dois países, abrindo o caminho a diferentes e válidas perspectivas historiográficas. Tal facto torna-se possível apesar da abissal distância entre a maior organização do acervo português e a persistente falta de tratamento arquivístico dos papéis guardados no depósito napolitano. Ainda mais,

¹⁰ SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e economia da revolução de 1820*, 2ª ed. (1962), Publicações Europa-América, Mira-Sintra, 1975, p. 9.

¹¹ O arquivo de Estado de Nápoles guarda a maior documentação relativa à casa de Bourbon-Nápoles, reinante no reino de Nápoles-Duas Sicílias entre 1734 e 1860.

sublinhamos que, para desvendar a questão da utilização de prisioneiros napolitanos como força de trabalho semi-escrava nos territórios ultramarinos, que reconstruímos no segundo capítulo, se revelou fundamental o Arquivo Histórico Militar de Lisboa. De facto, este espólio guardava a ainda desconhecida lista dos 300 degredados napolitanos que, após meses de estadia em Lisboa, em 1820 foram enviados para Brasil e Angola (e neste último país deixaram descendência, até ao presente).

Voltemos enfim ao assunto principal, que abriu caminho ao trabalho que apresentamos de seguida: o da emigração política liberal. De facto, a relação entre o sul da Península Itálica e o reino de Portugal adquire particular importância no que diz respeito a este tema: como também lembrou Giuseppe Galasso, existiu sempre uma evidente implicação entre as vicissitudes dos exilados e as questões políticas dos países de proveniência, que, no caso dos italianos, se traduziam no fardo intricado e pesado da questão nacional.¹² A natureza desta implicação – uma implicação consciente, que propaga no lugar de destino as questões das pátrias de origem – desvenda de um lado a realidade dura e objectiva da condição do exílio, manifestando plenamente, do outro, o seu determinante papel político e social. Dentro desta experiência, o exílio torna-se «segmento e frazione di una storia da cui deriva e di una storia nella quale si immette», adquirindo um sentido histórico (e historiográfico) mais forte.¹³ Não constitui excepção a emigração napolitana, veículo desde o início das ideias de identidade nacional. Dentro dela, distingue-se particularmente a que se dirigiu para Portugal ao longo dos anos Vinte do século XIX, cuja relevância investigamos, por um lado, mediante as já referidas memórias (providas de uma carga literária tipicamente romântica), e por outro, de maneira mais sistemática, através de um levantamento dos liberais das Duas Sicílias que aqui foram conduzidos entre 1821 e 1832. Fazemo-lo bem cientes de que esta tentativa não se pode considerar exaustiva, podendo porém definir-se como bastante satisfatória. Nesta parte da investigação revelaram-se muito importantes as relações das Intendências de Polícias dos dois reinos, cujos dados combinamos com as notícias, amiúde fragmentárias, recuperadas a partir da documentação diplomática.

Como conclusão desta parte introdutória, sublinhamos que foi nossa intenção enquadrar as relações luso-napolitanas no contexto mais geral das ligações luso-italianas na passagem entre o século XVIII e XIX. Isto porque reputámos como ineludível uma

¹² Cf. GALASSO, Giuseppe, «Prefazione», in Anna Maria Rao, *Esuli. L'emigrazione politica italiana in Francia (1792-1802)*, prefazione di Giuseppe Galasso, Napoli, Guida, 1992, pp. VII-XIV.

¹³ *Ivi*, p. IX.

aproximação de tal género, tendo em conta que as peculiaridades das relações peninsulares na primeira metade de Oitocentos procedem – sobretudo sob o ponto de vista cultural – de uma fase muito anterior, que assenta as suas origens naquele processo de “italianização” do espaço social e económico português inaugurado no século anterior, e ao qual já fizemos referência. Para este efeito, o segundo capítulo é dedicado na sua primeira parte à contextualização setecentista das relações entre Itália (conceito geocultural) e Portugal; e na segunda parte, à introdução histórica das relações entre Nápoles e Lisboa. O amplo preâmbulo a todo este conjunto de informação que apresentamos em grandes linhas nas páginas que o precedem é constituído pelo primeiro capítulo, que abriga o necessário enquadramento teórico e a definição das hipóteses de investigação dos assuntos acima referidos, e que agora desenvolvemos.

A tese apresenta três capítulos. O primeiro tem uma única parte, e cinco subcapítulos. Neles, para além do enquadramento teórico acima referido, definimos o contexto geopolítico da mobilidade mediterrânica e a sua horizontalidade ítalo-ibérica, e analisamos a evolução semântica do conceito de “nação” referido ao caso específico dos italianos em Lisboa.

O segundo capítulo está dividido em duas partes (a primeira com quatro subcapítulos, a segunda com mais quatro). Como dissemos antes, este capítulo analisa as relações luso-italianas na passagem entre Setecentos e Oitocentos, com particular referência às ligações luso-napolitanas.

O terceiro capítulo é o maior, apresentando três partes. A continuidade narrativa que liga as três obrigou-nos a manter os argumentos num capítulo único, embora de relevante extensão. A primeira parte (cinco subcapítulos) contém a sociologia e prosopografia da comunidade italiana em Portugal, com foco sobre a de Lisboa. Analisa-se também a dimensão da luso-italianidade. Na segunda parte (quatro subcapítulos) a atenção volta-se para o fenómeno da emigração política italiana em Portugal durante o triénio liberal, salientando os seus contactos com a comunidade italiana residente. Na terceira parte prossegue-se com o estudo do exílio liberal e das suas conexões com a realidade social e política portuguesa, aprofundando a temática da repressão dos grupos estrangeiros (nomeadamente, o italiano) presentes em Portugal durante os anos de dominação miguelista.

Alertamos que, ao longo do texto, estão referidas citações de documentos consulares (ou de outra natureza) redigidos no tempo que foi objecto de estudo. Pela diversidade e irregularidade dessa documentação, optámos por actualizar a ortografia. Por outro lado,

não foram alteradas a sintaxe nem a pontuação, a fim de apresentar os documentos na sua estrutura originária. Na nossa opinião, esta decisão não representará um problema quanto à leitura e compreensão do texto. No que respeita às citações em língua original presentes no texto, decidimos mantê-las, por serem consideradas de substancial – em muitos casos, imediata – interpretação.

A parte final do presente trabalho é acompanhada por onze anexos – para além das considerações finais, que servem de amparo documental de todas as temáticas que desenvolvemos ao longo do estudo, com referência às relações diplomáticas (anexo I), comerciais e sociais. Em particular, os anexos II-IV permitem ter um quadro mais claro das relações económicas e comerciais entre a Península Itálica e Portugal na fase histórica que tornámos num dos eixos fundamentais na estrutura da tese (o triénio liberal). Os anexos V-X suportam a indagação em torno da comunidade italiana em Lisboa na primeira metade de Oitocentos. Também neste caso o grosso do material centra-se na década central do nosso estudo, a de Vinte. Aliás, o anexo VI contém a lista dos trezentos presos napolitanos enviados para o Brasil e Angola. O último anexo, o XI, contém páginas que reputamos importantes para a memória da cidade de Lisboa, dado que nunca foram utilizadas para este efeito, tratando-se de uma publicação absolutamente esquecida por qualquer dos estudiosos que se interessaram ao tema do exílio político em Portugal.

Concluimos esta introdução com uma derradeira reflexão sobre uma “utilidade pública” particular que encontramos no cumprimento da nossa investigação. Ela é fruto não só de um programa de pesquisa em arquivos e bibliotecas; ela é filha também da nossa experiência pessoal. A experiência de quem pôde observar a cidade de Lisboa nos últimos dez anos, contemplando a sua população, as suas estratificações históricas, arquitectónicas e sociais. Já a partir do momento em que este trabalho foi pensado, o urbanismo do centro histórico traía – permitam-nos esta expressão – uma presença escondida, perdida nas profundas modificações que sofreu o espaço urbano nos últimos dois séculos. Em diferentes lugares se manifestavam os rastros da passagem de homens aqui chegados provindo de culturas diferentes. Havia uma “Lisboa italiana” que não tinha cessado de existir no século XVIII (ou seja, até ao momento em que os historiadores a souberam manter historiograficamente viva), uma “Lisboa dos italianos” que abrigava uma fundamentação também num século de profundas transformações políticas e económicas como o de Oitocentos. Isto é, num sentido ego-histórico, o presente trabalho permitiu-nos descortinar parte de uma identidade urbana que se tinha esvaído, e que

socialmente nos pareceu ter sido diluída em múltiplas dimensões. O resultado da investigação que vamos agora apresentar permitiu-nos recuperar traços daquela presença oculta e restituí-la à cidade e às pessoas que continuam a atravessar o seu espaço, muitas vezes sem uma consciência precisa das línguas e das culturas que aí viviam. Eis então o objectivo fundamental deste trabalho: recuperar a consciência de uma comunidade, a italiana em Lisboa (e no espaço lusitano), que é sobretudo consciência de nós, e da nossa ligação a este país.

CAPÍTULO I

A PRESENÇA ITALIANA EM PORTUGAL

1.1 Estado da questão.

O presente trabalho tenciona aprofundar – e, de alguma forma, completar – o estudo das relações que decorreram entre Portugal e a Península Itálica na primeira metade do século XIX. Este período fora atravessado por profundas transformações políticas e sociais em ambos os espaços geopolíticos, as quais, muito frequentemente, se interligaram ao longo das directrizes euro-mediterrânicas estabelecidas entre as duas culturas. Nomeadamente, e conforme já se expôs na introdução, tentaremos analisar estas relações tal como se desenvolveram no espaço lusitano, tendo em consideração a evolução, a consistência e o papel da comunidade italiana nele residente. O período considerado apresenta-se como crucial para a definição de questões fundamentais concernentes às duas penínsulas, como seja os problemas da identidade nacional ou da cidadania, que se perfilam na encruzilhada de vicissitudes e influências histórico-políticas; isto é, naquelas que de seguida definiremos como “latitudes” e “longitudes” do espaço sociopolítico do Mediterrâneo.

Este espaço é temporalmente atravessado por experiências de palingénese ético-política, constituindo um período de “regenerações” e “ressurgimentos”, de processos epistemologicamente orientados para um novo regresso ao passado, mas numa chave geradora de novas práticas políticas, inspiradas em princípios comuns. Tais práticas atravessam o espaço português no seu conjunto, ou seja, também na sua componente estrangeira (e luso-estrangeira). Não há dúvidas de que a hodierna visão italiana de Portugal – uma visão tanto política quanto cultural – esteja fortemente determinada pela sua herança histórica, constituída por importantes tesselas de questões italianas, fixadas com habilidade e perícia magistral ao longo dos séculos da antiga nação lusitana por homens que acompanharam os seus avanços no tempo. Sendo que se procederá à análise das funções política e socioeconómica da presença dos italianos em Portugal nos primeiros trinta anos de Oitocentos, na apresentação de uma resenha historiográfica propedêutica e orientadora não poderão deixar de se evocar os estudos que remetem para as origens desta presença.

Sendo assim, começaremos o nosso discurso evidenciando de que modo, ao longo do último século (particularmente, na segunda metade de Novecentos), as historiografias portuguesa e italiana demonstraram, num plano geral, um interesse aprofundado pelas

razões de uma relação secular entre os dois sistemas político-culturais, sobretudo no âmbito dos estudos acerca das relações comerciais durante a época medieval e moderna.¹⁴ Em geral, as relações luso-italianas constituem um tema de estudo que tem produzido resultados amplos e relevantes. Os elementos das relações seculares entre as duas realidades – no campo económico e cultural – foram reevocados nas obras de autores que deixaram um legado de estudos historiográficos e literários de grande riqueza e perícia documental. Estes textos constituem leituras propedêuticas imprescindíveis para o estudioso que pretenda abordar o tema das sobreditas relações, através de vertentes interdisciplinares e em relação a diferentes épocas históricas. Estamos a referir-nos, em particular, à vasta produção bibliográfica de autores como Prospero Peragallo, Giuseppe Carlo Rossi, Virgínia Rau, Carmen Radulet, que enumeraremos de seguida (embora parcialmente, tendo em conta a vastidão dos títulos). Ao mesmo tempo, salientamos que, enquanto o período dos séculos XV a XVIII mereceu uma atenção escrupulosa, o olhar sobre um século como o de Oitocentos foi, pelo contrário, mais brando (não obstante os trabalhos de investigação enunciados na introdução, e que o presente estudo tenta complementar).¹⁵

Entre os historiadores portugueses que, ao longo do século XX, muito acrescentaram aos estudos sobre a presença italiana em Portugal na época moderna e contemporânea, temos de salientar, antes de mais, a figura de Virgínia Rau. A obra desta autora torna-se assim numa espécie de marco miliário que, graças ao desenvolvimento de uma intensa ligação académica com o Istituto Datini de Prato (Toscana), tem aberto caminho para um estudo mais estruturado das relações luso-italianas (*Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*, Lisboa, Centro de Estudo da Marinha, 1973). Em particular, os estudos de Rau focam-se nas relações comerciais luso-toscanas (*Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato*, Lisboa, 1962-

¹⁴ Mais recentemente, tem despertado o interesse quer do mundo académico quer de um público mais generalista o ciclo de conferências dedicado às relações luso-italianas na época medieval e moderna, organizado em parceria pelo Centro de História do Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa, pela Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da FLUL e pelo Instituto Italiano de Cultura (de Lisboa). Este conjunto de conferências, de que – no momento da redacção deste capítulo – está a decorrer o 5º ciclo (dedicado ao tema “*Scrigni della Memoria: arquivos e fundos documentais para o estudo das relações luso-italianas*”) relançou nos últimos anos o tema das relações sob novas perspectivas de investigação; permitindo, desta maneira, a uma nova geração de investigadores apresentar resultados actualizados, através de novas abordagens metodológicas e evidenciando a relevância das conexões interdisciplinares.

¹⁵ DI GIUSEPPE, Francesca, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tesi di dottorato di ricerca in Scienze Storiche, Archeologiche e Storicoartistiche (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”, 2010; BRON, Grégoire, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*. III tomes. Paris-Lisboa, [s.n.], 2013. Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

1963), e nas famílias florentinas com interesses no país (*Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV. Os Lomellini*, 1956; *Um grande mercador-banqueiro em Portugal. Lucas Girdali*, Lisboa 1965; *Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa, Francisco Corbinelli*, Lisboa, 1974).¹⁶

A leitura destas obras possibilita que o estudioso e o leitor interessado adquiram uma perspectiva inicial da presença italiana em Portugal, que se desenvolve a partir da Idade Média. No curso dos séculos, a comunidade italiana em território lusitano assiste ao crescimento das suas dimensões *pari passu* ao dos seus interesses, constituindo-se um contexto social consistente na economia nacional. Nomeadamente, no espaço urbano lisboeta afirma-se uma identidade cultural e económica propriamente italiana, que com o passar do tempo – e particularmente com o processo de “italianização” cultural que terá lugar a partir do século XVIII, como veremos mais adiante – ultrapassa as particularidades regionais que compõem este grupo populacional. No início de Novecentos, os escritos do padre carmelitano Prospero Peragallo, provedor da Igreja da Nossa Senhora do Loreto em Lisboa (também conhecida por “Igreja dos Italianos”, e já objecto de estudos historiográficos)¹⁷ procuravam delinear a evolução da comunidade na passagem entre a Idade Média e Moderna (*Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, 1904); e, avançando na reconstrução genealógica das famílias italianas dentro da sociedade portuguesa (isto é, das famílias portuguesas de origem italiana), lançavam as bases para o enquadramento do contexto social da “luso-italianidade”, que trataremos no curso do nosso trabalho.¹⁸ A existência de colónias de

¹⁶ Ainda desta autora, e para um quadro mais completo das relações luso-italianas na época medieval, lembramos ainda: *Affari e mercanti in Portogallo dal XIV al XVI secolo*, Milano, Giuffrè, 1967; *Italianismo na cultura jurídica portuguesa*, Coimbra, [s.n.], 1969; *Bartolomeu di Iacopo di Ser Vanni mercador-banqueiro fiorentino estante em Lisboa nos meados do século XV*, Lisboa, [s.n.], 1971; *Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV*, Lisboa, [s.n.], 1972.

¹⁷ ALBINI, Giuliana, «Para uma história dos italianos em Portugal: o arquivo de Nossa Senhora do Loreto», *Estudos Italianos em Portugal*, n. 43-44 (1980-81), Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, pp. 239-250; ATAÍDE, Maia, MECO, José, *A igreja de Nossa Senhora do Loreto*, Lisboa, Embaixada de Itália-Instituto Italiano de Cultura, 1986. Mais recentemente: FILIPPI, Sérgio, *La chiesa degli italiani. Cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*, Lisboa, Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, 2013.

¹⁸ Outras obras do padre Peragallo: *Due documenti riguardanti le relazioni di Genova col Portogallo*, Génova, Tipografia del Real Istituto sordo-muti, 1892. Apresenta também trabalho de tradutor, como atesta a obra *L'ascendenza dei Pessagno* (de Joaquim de Araújo), Pádua, Fratelli Gallina, 1904. Peragallo interessou-se ainda pelas relações entre Cristóvão Colombo e a casa reinante portuguesa: *Origine, patria e gioventù di Cristoforo Colombo: studi critici e documentari con ampia analisi degli atti di Saliniero*, Lisboa, Typ. Elzeviriana, 1886; *Cristoforo Colombo e la sua famiglia. Rivista generale degli errori del sig. E. Harrisse*, Lisboa, Typ. Portuense, 1888; *Cristoforo Colombo in Portogallo. Studi Critici*, Génova, Tipografia del Real Istituto sordo-muti, 1882. Para um aprofundamento bio-bibliográfico da figura deste erudito, veja-se o seguinte estudo: ROSA, Cristina, «Prospero Peragallo, un agente culturale fra Italia e Portogallo: una bio-bibliografia», in Grazia Sommariva (a cura di), *Amicitiae munus. Miscellanea di studi*

mercadores italianos na esplendorosa capital lusitana da idade moderna desperta também o interesse das historiografias estrangeiras. Assim, em 1957, Charles Verlinden publica um famoso estudo em língua francesa,¹⁹ onde demonstra o incipiente interesse da escola dos *Annales* por uma temática que dará, nas décadas seguintes, resultados notáveis no campo de análise do fenómeno numa perspectiva de longa duração, mesmo graças a historiadores de outros países.

Nos moldes da historiografia mais recente sobre a presença italiana em Portugal na época moderna, enumeram-se os trabalhos de Nunziatella Alessandrini. Contando-se entre as estudosas mais prolíficas da última década, tem-se concentrado sobre a ingente comunidade de origem genovesa residente em Lisboa, com um consequente aprofundamento das relações económicas entre o reino de Portugal e a antiga república; nestes textos, a autora propõe aproximações interessantes à questão da utilização pública da definição de “Nação Italiana”, cuja evolução em chave identitária analisaremos nas páginas que se seguem.²⁰ Recentemente, elegeu como tema de discussão o conceito de “bairros italianos” na cidade de Lisboa, tentando mudar a perspectiva da olisipografia a respeito de um segmento demográfico que deve ser considerado de forma mais estruturada, cotando como mais determinante o seu desempenho para o progresso socioeconómico do contexto urbano lisboeta.²¹ A este respeito, salientamos a inexistência de estudos específicos – e em perspectiva prosopográfica – acerca da comunidade italiana em Lisboa entre os séculos XVIII e XIX, para além das publicações concernentes às belas artes e ao teatro, veículo de grande emigração italiana em Portugal naquele período. Recentemente, procurámos abordar este assunto através da apresentação, em publicações

in memoria di Paola Sgrilli. Sarzana, Agorà, 2006. p. 193-201, <<http://dspace.unitus.it/bitstream/2067/814/1/ARTICOLOPROSPEROPERAGALLO.pdf>>

¹⁹ VERLINDEN, Charles, «La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l'économie métropolitaine et coloniale portugaise», *Studi in onore di Armando Sapori*, 2 vol., Milão, Istituto Editoriale Cisalpino, 1957, vol. I, pp. 615-628.

²⁰ ALESSANDRINI, Nunziatella, «La presenza italiana a Lisbona nella prima metà del '500», *Archivio Storico Italiano*, n. 697, fasc. I (2006), Firenze, Deputazione di Storia Patria, pp. 37-54; «La presenza genovese a Lisbona negli anni dell'unione delle corone (1580-1640)», in *Genova y la Monarquia Hispánica (1528-1713)*, *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Nuova Serie, vol. LI (CXXV), fasc. I (2011), Genova, [s.n.]. Na organização de publicações, assinalamos: *Le nove son tanto e tante, che dir non se po. Lisboa dos Italianos: história e arte (sécs. XIV-XVIII)*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste”, 2013.

²¹ Cf. ALESSANDRINI, Nunziatella, «Italianos em bairros de Lisboa (século XVIII)», *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 2ª série, n. 3 (Jan.-Jun. 2015), Lisboa, Câmara Municipal-Direção Municipal de Cultura-Departamento de Património Cultural-Divisão de Arquivo Municipal, pp. 109-125. Em conclusão a esta breve introdução à bibliografia sobre a comunidade italiana em Portugal na época moderna, lembremos outro volume interessante, que abrange quer a época medieval quer moderna: estamos a falar das actas do colóquio *Casa commerciali, banchieri e mercanti italiani in Portogallo* (Lisbona, 3-4-5 settembre 1998), com organização de Carmen Maria Radulet, estudiosa escrupulosa das relações luso-italianas, cuja obra não pode ser esquecida por quem se interesse pelo tema.

específicas,²² de temas relativos ao corpo da “nação italiana” em Portugal (e na capital) e às suas dinâmicas sociais, económicas e políticas; temas que, no presente trabalho, tencionamos ampliar e fundamentar cientificamente, constituindo a base das hipóteses de pesquisa que apresentamos. Para legitimar o papel económico desta comunidade nos primeiros trinta anos do século XIX, apoiámos a nossa investigação na importante historiografia que tem sido produzida em torno do tema económico em Portugal nos últimos quarenta anos. Os estudos de Miriam Halpern Pereira, de Jorge Miguel Pedreira, de José Luís Cardoso (entre muitos)²³ têm constituído o ponto de referência a partir do qual procurámos determinar historiograficamente este papel económico, particularmente durante o Vintismo.

Salientámos desde logo como o estudo das relações luso-italianas e da presença italiana em Portugal na primeira metade desta centúria se insere, inevitavelmente, no tema do *Risorgimento* italiano. Ou seja, no quadro historiográfico que tem acompanhado e ainda hoje acompanha a investigação em torno da unificação nacional italiana, cuja efectivação formal ocorre em três momentos distintos (1861 primeira unificação, 1866 anexação de Veneza, 1870 tomada de Roma). Mas cuja evolução ideológica e política é muito mais alargada, encontrando as suas raízes já na segunda metade do século XVIII.²⁴ Neste conjunto histórico o caso português tem sido – até ao último quinquénio – objecto de estudos esporádicos, dentro das investigações relativas ao tema do exílio político, fenómeno que viu numerosos exilados italianos dirigir-se para Portugal nas fases de crise

²² Cf. CASSINO, Carmine, «La comunità italiana in Portogallo tra rivoluzione e reazione (1820-1828)», *Memoria e Ricerca*, n. 48 (2015), Milano, Franco Angeli Editore, pp. 121-142; «“Lisboa dos Italianos”: Presença Italiana e Práticas de Nacionalidade nos Primeiros Trinta Anos do Século XIX», *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 2ª série, n. 3 (Jan.-Jun. 2015), Lisboa, Câmara Municipal-Direção Municipal de Cultura-Departamento de Património Cultural-Divisão de Arquivo Municipal, pp. 201-227.

²³ Seguem alguns títulos exemplificativos: PEREIRA, Miriam Halpern, *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, em *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, direcção de Miriam Halpern Pereira, 5 vols., vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1992; PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1995; CARDOSO, José Luís, «A legislação económica do vintismo: economia política e política económica nas Cortes Constituintes», *Análise Social*, XXVI (3º-4º), n. 112-113 (1991), Lisboa, ICS, pp. 471-488.

²⁴ Alberto Mario Banti sintetizou eficazmente as hipóteses interpretativas do princípio do movimento político e intelectual rumo à unificação nacional, individuando três: a primeira posiciona o início do *Risorgimento* em meados do século XVIII, com as experiências de despotismo esclarecido e o surgimento de sensibilidades reformistas de cariz monárquico-moderado; a segunda propõe uma data de origem, a de 1796, que coincide com a chegada a Itália de Napoleão e a instituição das primeiras entidades estatais com elementos de unidade geocultural (as repúblicas Cispadana e Cisalpina); enfim, a terceira (menos percorrida historiograficamente), que individua em 1800 a data paradigmática, por coincidir com a reorganização institucional e administrativa da península operada pelos franceses, que resultará na proclamação do reino de Itália, em 1804 (cf. BANTI, Alberto Mario, *Il Risorgimento italiano*, 13ª ed. [2004], Roma-Bari, Laterza, 2013, pp. IX-X).

e progresso político que tocaram o país nos primeiros cinquenta anos daquela centúria. O que podemos notar é que – como amiúde acontece – os eventos celebrativos da unificação nacional têm constituído ocasião para despertar de forma periódica o interesse pelo estudo das relações oitocentistas entre as duas realidades. Neste sentido, revela-se ainda particularmente fecundo o período que teve início a partir do cento-cinquentenário do referido acontecimento (em 2011), o qual abriu o caminho a novos trabalhos, realizados por investigadores de toda a Europa. No que diz respeito às publicações portuguesas, sai nesse ano uma preciosa colectânea, útil para determinar o *status quaestionis* dos estudos acerca das relações oitocentistas entre as duas realidades: no número VI da nova série de *Estudos Italianos em Portugal* (Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, 2011), sob a coordenação de Rita Marnoto, produz-se um dossiê pluridisciplinar que tenta recuperar elementos de discussão e investigação determinantes para caracterizar o impacto do tema na cultura portuguesa, com estudos que se estendem da história à literatura e à geopolítica.

Até esta ocasião, porém, não podemos não sublinhar o facto de a recepção do tema da unificação italiana – e suas implicações lusitanas – quer pela comunidade científica em Portugal, quer por um público de leitores mais generalista, ter sido limitada, evidenciando-se um campo muito pouco investigado, sobretudo numa perspectiva de história comparada. Para além de publicações oitocentistas caracterizadas por um excesso de retórica (justificado, em muitos casos, pelos enlaces entre a coroa de Bragança e a de Sabóia) e das páginas gastas na celebração de elementos simbólicos (como a figura de Carlos Alberto no Porto), é só nos anos trinta que começam a aparecer pequenos estudos que, embora bastante escassos em conteúdo e metodologia (basicamente, uma transcrição de documentos de arquivo), tiveram o mérito de ressuscitar alguns assuntos, como o do voluntarismo militar estrangeiro que concerne Portugal durante a guerra civil de 1832-1834 (tema sobre o qual reflectiremos mais à frente, no âmbito dos trabalhos dedicados ao exílio político). Nesses anos, Henrique de Campos Ferreira Lima (director do Arquivo Histórico-Militar) realizava uma série de artigos a partir de documentação presente naquele acervo, dedicados aos voluntários estrangeiros – entre os quais, muitos italianos – activos no exército libertador (*Batalhão de voluntários franceses de Ramorino ou Peniche*, Coimbra, 1934; «Legião Polaca ou Legião da Rainha Dona Maria Segunda. Breve notícia», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, VI, 1936; «Uma companhia italiana no exército libertador: 1832-1834», Vila Nova de Famalicão, 1937). Lima – que

alargara a outros campos o seu interesse pela história e cultura italianas²⁵ – é também o primeiro a recuperar, em língua portuguesa, a memória do general napolitano Guglielmo Pepe, exilado de 1821, e com uma significativa passagem em Portugal, que será objecto da nossa atenção («O general napolitano Guilherme Pepe em Portugal», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. XVIII, 1948, pp. 1-7). Este trabalho surgia dez anos após o estudo biográfico mais amplo e articulado de Ruggero Moscati, que em 1948 publicava a obra *Guglielmo Pepe* (2 vols., Roma, 1938), reorganizando grande parte do epistolário do general napolitano, inclusive as numerosas cartas de Lisboa escritas entre 1821 e 1823.

Enfim, em 1940 Lima publicava na *Rassegna Storica del Risorgimento* (revista curada pelo “Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano” de Roma, em torno da qual se reunia a historiografia italiana deste processo histórico) a primeira «Bibliografia portoghese del Risorgimento», (XXVII, fasc. V, pp. 451-462), dando início a uma série de trabalhos similares em língua italiana, onde se manifestava a necessidade de orientar o historiador nas fontes úteis ao estudo do papel da cultura lusitana para a unificação italiana, num momento em que o interesse pelo tema começava a adquirir relevância.²⁶

A esta seguir-se-á, em 1953 (sempre na *Revista*), uma pequena contribuição intitulada «Fonti Archivistiche Portoghesi», em que Ruggero Moscati (ao momento, um dos principais historiadores da unificação nacional) evidenciava a utilidade documental do fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (conservado na Torre do Tombo) para o estudo da história diplomática entre Portugal e os Estados italianos desde fins do século XVIII até meados do século XIX. Por sua parte, e em ocasião do centenário da unificação (1961), a publicação de Giacinto Manuppella continuava nesta senda («Bibliografia portoghese del Risorgimento» *Boletim Internacional de Bibliografia luso-brasileira*. Lisboa, vol. II n.1 [Jan. – Mar. 1961], pp. 67-141); nela, o autor dividia amplas temáticas de carácter histórico e literário em seis secções,²⁷ apresentando um notável conjunto de

²⁵ Atestam o interesse em diferentes aspectos da cultura italiana trabalhos como: *Dante em Portugal e no Brasil. Ensaio biblio-iconográfico*, Lisboa, [s.n.], 1939; *Três lusófilos italianos*, Lisboa, Editorial Império, 1943; *Dicionário de iconografia portuguesa: retratos de portugueses e de estrangeiros em relações com Portugal*, vol. 1, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1947.

²⁶ Lima divide o seu estudo em quatro partes: *escritores do Risorgimento* (traduções e ensaios críticos em língua portuguesa de autores como Manzoni, Leopardi e Pellico); *obras originais, em língua portuguesa, referentes ao Risorgimento* (enumeração de obras literárias relativa às figuras mais marcantes do Risorgimento que tiveram alguma ligação com Portugal); *obras estrangeiras traduzidas em português*; e uma secção final de *varia*.

²⁷ Nomeadamente: *Riflessi portoghesi di alcuni scrittori italiani*; *Esuli politici italiani in Portogallo*; *Pro e contro l'Unità d'Italia (le idee, gli uomini, gli eventi)*; *La casa Savoia*; *La mente e il braccio* (ensaios e artigos que dizem respeito a Cavour e Garibaldi); *pontefici*. A segunda secção – dedicada ao tema da emigração política – é a menos desenvolvida. As obras apresentadas neste estudo são publicadas entre 1820 e 1890.

títulos (publicações, artigos de imprensa periódica, panfletos, poemas, etc.) desprovidos porém de argumentação crítica. Completava esta série de colecções a breve contribuição de Giuseppe Carlo Rossi,²⁸ que em 1973 publicava, nas páginas da *Rassegna*, um texto intitulado «Contributi portoghesi per la storia del Risorgimento italiano» (LX, fasc. I, 1973, pp. 28-30).

No artigo de Giuseppe Carlo Rossi fazia-se referência às volumosas obras de Eduardo Brazão, que no arco de vinte anos (anos '50-'70) deu um contributo importante para a história diplomática luso-italiana, sobretudo na recolha de documentação. A maior fracção do interesse de Brazão recaía sobre as relações entre a Santa Sé e Portugal ao longo do século XIX, em cinco volumes que permitem enquadrar as grandes linhas da política externa portuguesa e da acção diplomática bilateral em momentos capitais para estas duas realidades.²⁹ O percurso de investigação deste autor culmina com um estudo em versão portuguesa e italiana relativo à visão dos diplomatas portugueses do processo de unificação italiana, na sua fase crucial (1848-1870).³⁰ Esta obra mostra-se particularmente útil para o esclarecimento de uma década complexa no campo diplomático, e que vai do casamento entre Dom Luís I e Maria Pia de Sabóia em 1862, até à tomada de Roma (1870). Nos dias de hoje, grande parte dos esforços de Brazão é, por assim dizer, eclipsada por trabalhos com uma metodologia de investigação e uma estrutura crítica mais relevantes e actualizadas: pense-se no relevante esforço de perspectiva transnacional de Grégoire Bron ou, no que diz respeito às ligações entre a Santa Sé e Portugal no primeiro liberalismo, na pormenorizada obra de Ana Mouta Faria. Apesar disso, porém, as suas obras constituíram naquela altura um instrumento de investigação cuja relevância tem sido repetidamente frisada pelos historiadores que continuavam a delinear novos percursos historiográficos na história daquele complexo fenómeno nacional. Nas palavras de um dos mais importantes entre eles, Alberto Maria Ghisalberti, destacava-se como os estudos de Brazão permitissem colocar «[...] la storia

²⁸ Giuseppe Carlo Rossi (1908-1983), hispanista e lusitanista, professor nas universidades de Roma (La Sapienza) e Nápoles (L'Orientale), produziu uma vasta obra crítica no campo das literaturas ibéricas, assim como ensaios históricos. Foi membro da *Academia Internacional de Cultura Portuguesa* e da *Real Academia Española de la Lengua*. Sobre a sua obra foi recentemente publicado um conjunto de estudos para o qual remetemos: MENDES, Maria Gil (a cura di) – *Giuseppe Carlo Rossi Lusitanista (1908-1983). Convegno Internazionale nel centenario della nascita (1908-2008)*. Atti, Roma, Albatros, 2012.

²⁹ As relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano foram organizadas por Brazão em cinco volumes, publicados entre 1969 e 1974 pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa: *De Bonaparte a Napoleão I (1803-1805)*; *O reconhecimento do rei Dom Miguel (1831)*; *Um ano dramático (1848)*; *A queda de Roma (1870)*; *A morte de Pio IX e a preparação de um novo pontificado (1878)*.

³⁰ *L'unificazione italiana vista dai diplomatici portoghesi (1848-1870)*, 2 vol., Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, 1962. No ano seguinte tem lugar a tradução portuguesa: *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1848-1870)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1963.

della penisola nel più ricco e drammatico quadro di quella europea, nella quale si cercano i motivi e le origini, le consonanze e le integrazioni delle correnti ideali, dei mutamenti politici e sociali, delle reazioni di uomini e di ceti, in una parola del processo osmotico che ha permeato di sé il Risorgimento italiano».³¹

A temática que mais tem caracterizado os estudos das relações luso-italianas na primeira metade de Oitocentos é a do exílio político. Nos últimos anos, com efeito, assistiu-se ao restabelecimento do interesse por este tema no contexto de uma ideia geopolítica do Mediterrâneo, entendido como espaço de mobilidade, troca e influência, oposta à de um território com soberania exclusiva (por exemplo, as entidades estatais), como demonstra a adoção desta perspectiva analítica por parte da historiografia contemporânea, particularmente a de língua francesa.³² Recentemente, os estudos de Maurizio Isabella (de que falaremos em breve) e de Grégoire Bron (este último tinha já escrito sobre o tema do voluntarismo político-militar em 2009, no número monográfico da revista britânica *Journal of Modern Italian Studies*),³³ têm reflectido a fundo acerca da dimensão global (ou, melhor dizendo, horizontal, latitudinal) do espaço mediterrânico nos anos vinte do século XIX, relativamente à questão do exílio. Este começou a ser interpretado através de chaves de leitura historiográfica que têm em conta o conceito de transnacionalização (ou seja, o estabelecimento de múltiplas relações culturais, políticas, sociais que aproximam as sociedades de origem e as de chegada, e que se realizam na construção de espaços de interação em que se cruzam fronteiras geográficas, culturais, políticas). Trata-se de um espaço onde se desenvolvem práticas de sociabilidade e influência recíproca, uma dinâmica que tem levado os historiadores a falar da presença, neste espaço específico, de uma “sociedade civil transnacional” (a despeito de ser o próprio Bron a reconhecer alguma dificuldade em aceitar como definitiva esta expressão, devido, por um lado, à heterogeneidade da composição social das emigrações, e, por outro, à sua adoção da

³¹ BRAZÃO, Eduardo, *L'unificazione italiana vista dai diplomatici portoghesi (1848-1870)*, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, 1962, 2 vols., vol. I, p. V.

³² A perspectiva historiográfica mediterrânica foi particularmente abordada na obra do historiador francês Gilles Pécout, como testemunham, entre outros, dois dos seus trabalhos: «Pour une lecture méditerranéenne et transnationale du Risorgimento», in Catherine Brice e Id., *L'Italie du Risorgimento. Relectures. Revue d'histoire du XIX siècle*, n° 44, fasc.I, 2012, pp. 29-47;), «The international armed volunteers: pilgrims of a transnational Risorgimento», *Journal of Modern Italian Studies*, 14 (4), London, Routledge, 2009, pp. 413-426. Sobre o tema do Mediterrâneo como espaço de mobilidade política e solidária, em particular na sua parte oriental, veja-se PÉCOUT, Gilles, *Une amitié politique méditerranéenne. Le philhellénisme italien et français au 19. Siècle*, Milano, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 2004; e de próxima saída, *La libertà nel Mediterraneo: il filellenismo italiano e francese nel secolo XIX*, Torino, Einaudi. Deste prolífico historiador veja-se também: *Penser les frontières de l'Europe du 19. au 21. Siècle. Élargissement et union: approches historiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 2004.

³³ BRON, Grégoire, «The exiles of the Risorgimento: Italian volunteers in the Portuguese Civil War (1832-34)», *Journal of Modern Italian Studies*, 14 (4), 2009, London, Routledge, pp. 427-444.

perspectiva transnacional, que reforça particularmente no exame das emigrações políticas dos anos '30).³⁴ Neste campo não se podem esquecer trabalhos recentes como os de Juan Luis Simal (dedicados ao exílio espanhol), que tem aprofundadamente reflectido sobre a perspectiva transnacional do fenómeno migratório político.³⁵

Antes destes trabalhos recentes (a que devemos juntar o estudo de Francesca di Giuseppe), a análise do caso português na variegada geografia do desterro liberal italiano limitava-se a poucos estudos, quer em língua portuguesa, quer italiana. No que diz respeito à historiografia portuguesa (assim como à literatura vária produzida em torno desta questão) o tema do exílio foi condicionado pela figura ambígua de Carlos Alberto e o seu exílio voluntário no Porto; circunstância que, como salientámos na introdução, obscureceu a amplitude e a complexidade quer das implicações do *Risorgimento* italiano em território lusitano, quer a própria presença social italiana em Portugal naquela fase política determinante para o destino da nação.³⁶ De facto, o exílio político em Portugal representou um fenómeno muito mais alargado no tempo, protagonizado por centenas de homens que – em períodos de duração variável – cruzaram a realidade portuguesa, veiculando um conjunto de ideias e favorecendo a difusão no país das perspectivas ideológicas que animavam a luta nacional italiana. A este respeito, lembramos o artigo de Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Mazzini e il mazzinianesimo in Portogallo* (Firenze, Le Monnier, 2003),³⁷ onde os problemas da unificação italiana e da acção revolucionária são desenvolvidos por meio de uma pertinente relação com o pensamento e a influência de Mazzini em Portugal. Um tema que Francesca Di Giuseppe recuperou em 2011, mediante

³⁴ Cf. BRON, Grégoire, *op. cit.*, p. 17.

³⁵ Cf. SIMAL, Juan Luis, «El exilio en la génesis de la nación y del liberalismo (1776-1848): el enfoque transnacional», *Ayer*, 94/2014 (2) – *La história transnacional*, pp. 23-48. O seu importante estudo sobre o exílio espanhol intitula-se *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2012.

³⁶ Trazemos só alguns títulos da vasta obra em língua portuguesa que narrou o exílio do rei da Sardenha: Fieno, Egidio da, *Breves noções a respeito da vida, viagem e morte no Porto de Carlos Alberto [...]*, Porto, Typ. Commercial, 1850; VENTURA, José Miguel, *Portugal e a Italia ou enlace da dynastia de Bragança com a dynastia de Saboya*, Lisboa, Silva Junior & Ca, [s.d.]; BRANCO, Manuel Bernardes, *Portugal e os estrangeiros: obra dividida em quatro partes*, Lisboa, liv. De M. A. Pereira, 1879; BASTO, Artur de Magalhães, *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; LEITÃO, Joaquim, *A beleza venceu (ciclo glorioso de Carlos Alberto e do Risorgimento)*, sep. do Boletim Cultural da C. M. do Porto, vol. II, Fasc.III (1939); VITORINO, Pedro, *O Rei infortunado: doença e morte de Carlos Alberto*, Porto, tip. Costa Carregal, 1943. No que diz respeito ao estudo da estadia de Carlos Alberto na cidade invicta, tempos mais recentes trouxeram uma certa novidade documental, nomeadamente: GENTILE, Pierangelo, «Depois da derrota. O exílio português de Carlos Alberto, rei da Sardenha, e Umberto II, rei de Itália», in Maria Antonia Lopes, Blythe Alice Raviola (coords.), *Portugal e o Piemonte. A casa real portuguesa e os Sabóias: nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 301-336.

³⁷ Este estudo conta com uma versão em português: «Mazzini no pensamento dos utópicos portugueses», *Revista de História das Ideias*, vol. 28 (2007), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, pp. 97-125.

a análise do pensamento republicano de José Felix Nogueira,³⁸ certamente o mais “mazziniano” dos republicanos que atravessaram o século XIX português. No entanto, embora este tema não seja abrangido pelo nosso trabalho, não podemos deixar de mencionar outra importante contribuição de Tavares Ribeiro, que no seu livro *Portugal e Revolução de 1848* aborda várias questões relacionadas com a problemática nacional Italiana e suas repercussões lusitanas.

Sem contar com algumas publicações oitocentistas de teor retórico-nacionalista,³⁹ o tema dos exilados italianos em Portugal foi sistematizado pela primeira vez em 1940 por Ersilio Michel, num volume celebrativo das “concordâncias intelectuais” entre o Estado Novo e o Fascismo.⁴⁰ Trata-se de um trabalho não isento de imprecisões, mas que pela primeira vez estudava a identidade da grande maioria daqueles liberais perseguidos após as crises revolucionárias que afectaram a península entre os anos vinte e cinquenta de Oitocentos. O mérito deste artigo foi o de proporcionar um roteiro das fontes arquivísticas, sobretudo no que diz respeito aos exilados napolitanos, em relação aos quais significativa parte da documentação original se perdeu no incêndio de uma das secções do arquivo nacional de Nápoles em 1943, em plena Guerra Mundial.⁴¹

O tema da emigração política começava assim a repropor-se historiograficamente; em 1954, era publicada na *Rassegna Storica del Risorgimento* outra valiosa contribuição, que ampliava o campo cronológico (até aos anos '50) do fenómeno migratório: estamos a falar de «L'emigrazione politica italiana nel Risorgimento» (vol. XLI, fasc. I-III, pp. 223-242) de Alessandro Galante Garrone. Este historiador juntava ao esboço de uma hermenêutica da emigração política italiana no espaço europeu (a partir de finais de século XVIII) o desenvolvimento de um discurso crítico em torno aos estudos realizados até àquele momento. No que diz respeito ao espaço ibérico, incidia inteiramente sobre o caso espanhol, frisando de um lado a sua relevância na experiência existencial destes homens («[...] la concreta esperienza, non solo militare ma politica e sociale, che molti di

³⁸ DI GIUSEPPE, Francesca, «Idee di Nazione nell'Europa post-napoleonica. Il Risorgimento e la questione iberica», *Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, n. 6 (2011), Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, pp. 31-46.

³⁹ Referimo-nos, por exemplo a: D'AMATO, Gabriele, *Panteon dei martiri della libertà italiana*, 2 vols., Torino, Fontana, 1852; VANNUCCI, Atto, *I Martiri della libertà italiana dal 1794 al 1848. Memorie*, Firenze, Società Editrice Fiorentina, 1848.

⁴⁰ MICHEL, Ersilio, «Esuli politici italiani in Portogallo - 1815/1861», *Relazioni Storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 444-468.

⁴¹ O incêndio de uma das secções do Arquivo de Nápoles (o *Grande Archivio*) onde – por razões de segurança devido ao conflito bélico – tinham sido guardados os fundos considerados mais importantes, foi causado voluntariamente pelos alemães durante a sua retirada perante a insurreição popular, que libertou a cidade, abrindo as portas à chegada das tropas aliadas.

questi Italiani avviarono in terra di Spagna»),⁴² e do outro ignorando o caso português. Desta maneira, reafirmava uma tendência “associativa” que contemplava a experiência espanhola como sendo praticamente única dentro da dimensão ibérica. Com efeito, a influência do “mito espanhol” no liberalismo italiano (ou seja, a visão de uma “terra sacra” da oposição ao estrangeiro e da regeneração constitucional, visão que assentava na guerra peninsular e na experiência gaditana) era recebida à época, a nível historiográfico, como elemento importante de debate. Em 1950 o historiador florentino Giorgio Spini, numa célebre publicação, evidenciara como «tutto il moto italiano del 1820-21 richiama irresistibilmente il nostro pensiero alla Spagna ed alla sua vita politica».⁴³ Por isso, apesar do estudo de Michel – mencionado pelo próprio Galante Garrone no final do seu escrito – a experiência espanhola continuava a englobar (ou melhor, a esconder) a portuguesa. Na tradição histórica e literária italiana – assim como na de outros países – tinha vigorado, até ao século XIX, a associação da Península Ibérica ao topónimo de *Spagna/Spagne* (singular/plural), costume linguístico que remonta, sem dúvida, ao latinismo *Hispânia* e que, no singular como no plural, era usado para nomear a Península Ibérica no seu conjunto. Reiterado ao longo dos séculos mesmo após o surgimento de Portugal e da Espanha como espaços nacionais (entre o século XIII e o início do XVI), foi certamente condicionado em época moderna pelas dominações filipinas, capazes de unir sob uma única coroa um vasto território ibero-mediterrânico, que tinha os seus extremos longitudinais a oeste em Portugal e a leste em boa parte do território peninsular itálico (a este respeito, trataremos no capítulo II de uma questão de “procedências” entre os dois reinos). Tal visão do conjunto ibérico sobrevém também no pensamento de alguns dos exilados que chegaram a Portugal nos anos vinte, como o milanês Giuseppe Pecchio, importante observador da realidade lusitana, que nas suas memórias lisboetas assim escrevia:

«porque se admiram eles que esta Nação tenha seguido o exemplo da Espanha, proclamando uma Constituição? Portugal sempre imitou a Espanha. Como a Espanha, obedeceu aos Godos e foi submetido aos Árabes; como a Espanha, construiu fogueiras para os heréticos; como a Espanha, instalou a Inquisição e queimou os infieis; como a

⁴² GALANTE GARRONE, Alessandro, «L’emigrazione politica italiana nel Risorgimento», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XLI, fasc. I-III (1954), Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 233-242.

⁴³ SPINI, Giorgio, *Mito e realtà della Spagna nell’evoluzione italiana del 1820-21*, in *Incontri europei ed americani del Risorgimento*, Firenze, Vallecchi, 1998, p. 44. A primeira edição deste ensaio foi publicada em Roma (por Parrella), em 1950.

Espanha, enfim, Portugal foi, nestes últimos tempos, invadido pelos franceses e, como ela, repeliu-os. Os mesmos sacrifícios mereceram pois a Portugal a mesma recompensa».⁴⁴

Uma tendência (a tal visão do conjunto ibérico) que, pelo contrário, se reflecte brandamente na historiografia italiana do *Risorgimento* na primeira metade de Novecentos, particularmente na sua vertente prosopográfica, reunida em torno da *Rassegna* (como atestam, por exemplo, os trabalhos de autores como Vincenzo Cannaviello).⁴⁵ Enfim, entre os anos Setenta e Oitenta as obras de Alberto Gil Novales (e mais tarde, os estudos de Manuel Morán Orti)⁴⁶ sobre a multicplidade do liberalismo ibérico contribuem, indirectamente, para reforçar esta perspectiva prevalente.⁴⁷ Este historiador registava porém a indiscutível supremacia da meta espanhola em princípio dos anos vinte (de '800); a polarização do espaço espanhol realizava-se por razões que não eram casuais, mas ditadas por motivos políticos, institucionais e pela própria vontade dos exilados.⁴⁸

O caso português (sobretudo no que diz respeito aos anos vinte) começa no entanto a suscitar interesse esporádico na segunda metade daquela centúria;⁴⁹ readquirindo um papel de relevo somente na década passada, no clima favorável originado pelas celebrações dos cento e cinquenta anos da unificação. É neste tempo médio que surgem duas importantes publicações, retomando, reorganizando metodologicamente e problematizando a questão do exílio liberal italiano do século XIX (do qual excluimos a

⁴⁴ PECCHIO, José (Giuseppe), *Cartas de Lisboa, 1822*, pref. de Manuela Lobo da Costa Simões, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 27.

⁴⁵ Cf. CANNAVIELLO, Vincenzo, «Gli irpini della rivoluzione del 1820 nell'esilio», *Rassegna Storica del Risorgimento*, XXVII, I-III [1940], Roma, Libreria dello Stato, pp. 3-40.

⁴⁶ Cf. ORTI, Manuel Morán, «La cuestión de los refugiados extranjeros. Política española en el trienio liberal», *Hispania. Revista española de historia*, vol. 49, n. 173 (1989), pp. 985-1016; «Las legiones extranjeras del trienio liberal», *Historia 16*, n. 173 (1990), pp. 33-39; «Los emigrados italianos de 1812 en la guerra realista de Catalunya», *Itálica. Cuadernos de trabajos de la escuela española de historia y arqueología en Roma*, vol. 18 (1990), CSIC, pp. 329-364; «España e Italia. Historiografía sobre el primer tercio del siglo XIX», in Fernando García Sanz, *Espanoles e italianos en el mundo contemporáneo. I coloquio hispano-italiano de historiografía contemporánea*, Madrid, CSIC, 1990, pp. 47-66.

⁴⁷ Cf. NOVALES, Alberto Gil, *Las sociedades patrióticas (1820-1823): las libertades de expresión y de reunión en el origen de los partidos políticos*, Madrid, Tecnos, 1975 (2ª ed. em 1980); *Diccionario biográfico del Trienio liberal*, Madrid, Ediciones El Museo Universal, 1991.

⁴⁸ BISTARELLI, Agostino, *Gli esuli del Risorgimento*, Bologna, Il Mulino, 2011, p. 76. Do mesmo autor, veja-se: «Lo specchio spagnolo. Il doppio sguardo del liberalismo italiano di inizio ottocento», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XCI (2004), Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 181-201.

⁴⁹ Constitui excepção o estudo de Paola Casana Testore sobre o exílio português e o pensamento do liberal piemontês Giacomo Durando: *Giacomo Durando in esilio (1831-1847). Belgio, Portogallo, Spagna nelle sue avventure e nei suoi scritti*, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano – Comitato di Torino, 1979.

importante obra de Annamaria Rao sobre a emigração em época napoleónica).⁵⁰ Estes dois trabalhos, de diferentes abordagens metodológicas, não entram (mais uma vez) na análise do caso português. A obra de Agostino Bistarelli, *Gli esuli del Risorgimento* (Bologna, 2011), tenta renovar a tradição dos estudos prosopográficos, dos quais mantém aabundância de informação erudita, no contexto de uma taxonomia geográfica dos exilados que deixaram a península a partir de 1820. Em relação a este volume não podemos deixar de salientar o facto de nele o destino espanhol ocupar amplo espaço, faltando porém uma consideração global da mobilidade política no espaço ibérico, o que surpreende bastante num trabalho deste tipo (e que, precisamente por esta razão, se inscreve plenamente na senda daquela tradição historiográfica italiana). Do outro lado, a leitura transnacional do fenómeno migratório feita por Isabella em *Risorgimento in esilio. L'internazionale liberale e l'età delle rivoluzioni* (Roma-Bari, 2011; tradução italiana da versão inglesa, publicada em 2009)⁵¹ e os seus percursos interpretativos da cultura política da diáspora liberal fundamentam um conceito que nos convence plenamente: ou seja, que a ideia de nacionalidade se desenvolveu particularmente no estrangeiro, nos caminhos do exílio, onde o dinamismo intelectual dos exilados que cruzaram espaços geográficos e ideológicos alimentou uma ideia fixa e única, a da pátria. A perspectiva europeia facultada por estas obras reforça a própria ideia de um processo de unificação nacional mais forte e assente num pensamento político rigoroso, não secundário no panorama do pensamento europeu, que se manifesta como «[...] la più completa realizzazione delle tendenze di quel secolo» (Franco Venturi, 1935).⁵² Assim, a partir da revivificação historiográfica feita por estes dois autores, o tema do *Risorgimento* no estrangeiro volta a colocar-se no centro do interesse da comunidade científica; por sua vez, neste contexto o “*Risorgimento* em Portugal” readquire validade epistemológica, começando a ser recuperado em boa parte pela tese de doutoramento de Francesca Di Giuseppe. Posteriormente, embora brevemente, propusemos uma leitura da emigração política italiana no contexto da lusofonia, ligando o fenómeno português ao que terá lugar, nos anos trinta, no Brasil.⁵³

⁵⁰ RAO, Annamaria, *Esuli. L'immigrazione politica italiana in Francia (1792-1802)*, Napoli, Guida, 1992.

⁵¹ ISABELLA, Maurizio, *Risorgimento in Exile. Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*, Oxford, Oxford University Press, 2009.

⁵² A frase de Venturi, a partir de um escrito deste intelectual para a revista antifascista *Giustizia e Libertà*, é referida por Maurizio Isabella como epígrafe à versão italiana do seu livro.

⁵³ CALZAVARA, Dario, CASSINO, Carmine, «*The Nineteenth-Century Italian Political Migration to the Lusophone*», *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences*, vol. 3, No. 8, Roma, MCSER, 2012, pp. 117-124.

Em Portugal este assunto tinha chamado a atenção dos historiadores já no curso dos anos noventa, com a publicação de artigos que retomavam a memória dos italianos no país, emigrados por questões políticas, tentando definir parcialmente as suas trajectórias biográficas em terras portuguesas: assim, em 1996, Isabel Nobre Vargues apontava para o percurso de uma dezena deles,⁵⁴ deixando prefigurar um campo de investigação que, porém (voltamos a repeti-lo), somente nos últimos anos trouxe resultados consideráveis, amplos e – à luz do presente trabalho – já completos. Não podemos deixar de evocar a contribuição de uma autora que tem tentado, no último lustro, enfrentar a questão da emigração do *Risorgimento* numa perspectiva interdisciplinar, ligando a análise histórica à literatura: estamos a referir-nos à (já mencionada) Rita Marnoto, que ao longo de toda a sua actividade de estudiosa da cultura italiana nunca recuou em encontrar os pressupostos da troca cultural entre os dois povos.⁵⁵ Aliás, já em 1992 Luís António De Oliveira Ramos tinha abordado o tema do papel dos italianos nas origens do liberalismo em Portugal,⁵⁶ com referência aos que se moveram no reino, desde a importação pombalina de *intelligenza* italiana na segunda metade de Setecentos (a fim de racionalizar o pensamento e o seu ensino nas universidades lusitanas após a quebra do poder jesuítico neste domínio; tema que abordaremos no segundo capítulo do nosso estudo) até ao voluntarismo militar na guerra civil do princípio dos anos trinta.

Além dos casos que acabamos de mencionar, temos de evidenciar o facto de o tema do exílio italiano em Portugal (assim como, em termos gerais, o da unificação italiana) ser absolutamente marginal – quando não inexistente – nas volumosas histórias gerais de Portugal (a partir de Oliveira Martins).⁵⁷ À luz das recentes e exaustivas investigações,

⁵⁴ VARGUES, Isabel Nobre, «Liberalismo e independência. Os exilados italianos em Portugal (1850-1820)», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2 (1996), Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 411-426.

⁵⁵ A este respeito, vejam-se: MARNOTO, Rita, *Esuli e figure di esuli risorgimentali nel Portogallo dell'Ottocento*, in *La rivista dell'Arte*, n.1 (2012), pp. 107-118 <http://www.aliasnetwork.it/pdf_rivistaArte/pdf_N1_marzo2012/larivistadellarte_N1_marzo2012.pdf>; «Être à l'extrémité de l'Europe. Il Risorgimento visto dal Portogallo», in Matilde Dillon, Giulio Ferroni (a cura di), *Il Risorgimento visto dagli altri*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 2013, pp. 43-60.

⁵⁶ RAMOS, Luís A. De Oliveira, «Italianos na génese do liberalismo em Portugal (algumas observações)», *Estudos em Homenagem a Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, pp. 417-431.

⁵⁷ O tema da unificação italiana é referenciado em todas as histórias de Portugal produzidas nos últimos trinta anos, embora com diferentes inclinações temáticas. Quer a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão (5ª ed., vol. IX, 1995), quer as de João Medina (1993) e de José Mattoso (vol. V, 1993) incluem a questão nacional italiana – nomeadamente, o período da unificação formal, na segunda metade do século XIX – associando-a ou às problemáticas religiosas, ou diplomáticas. O tema da emigração política italiana, assim como o dos italianos residentes no reino na primeira metade do século XIX, está totalmente ausente, ou é referido por via indirecta e descontínua, nas secções dedicadas à temática demográfica ou aos grupos populacionais, como fazem Paulo Lopes Matos e António de Oliveira Marques na Nova *História de Portugal* (vol. IX, 1995, pp. 80-92), coordenada por este último com Joel Serrão.

pensamos que o tema deveria ser reconsiderado pela historiografia, numa abordagem interdisciplinar que considerasse quer questões de história política quer de história social e cultural, tendo em conta o papel estratégico do espaço geopolítico português para o desenvolvimento do problema da identidade nacional italiana. Com o presente trabalho, confiamos fornecer um ulterior auxílio para encaminhar uma investigação nesse sentido.

Para o estudo do exílio político, temo-nos vindo a basear nas memórialísticas dos protagonistas daquela época. À semelhança de outros investigadores que se ocuparam deste assunto nos seus trabalhos, as memórias de Guglielmo Pepe, Giuseppe Pecchio e Giacinto Provana di Collegno têm representado uma fonte de informação útil para a análise do espaço social e político que estas figuras maiores do *Risorgimento* italiano atravessaram durante os anos do vintismo lusitano, definindo os primeiros passos naquela “internacional liberal”⁵⁸ que contribuiu para a elaboração das ideias de nação debatidas e perseguidas, e que hoje é paradigma historiográfico no centro da investigação e do debate numa perspectiva transnacional. No nosso caso, como evidenciámos na introdução ao definir os objectivos da nossa pesquisa, tais memórias constituíram também um precioso recurso que ajudou a restabelecer a relação entre a emigração política e a comunidade italiana que se encontrava em Portugal. A estes textos já conhecidos, mas utilizados segundo uma leitura diferente das realizadas antes da nossa, acrescentámos memórias esquecidas no desenvolvimento do tema da emigração. Porém, a problemática transversal ao conjunto destas obras define-se pela quase total ausência de um aparato crítico (com excepção das *Cartas de Lisboa* do conde Pecchio, com recente edição crítica também em língua italiana),⁵⁹ ou de republicações mais recentes onde sejam consideradas e resolvidas as implicações próprias do memorialismo (sobretudo, a questão da falta de fiabilidade em termos de coerência histórica, pelo facto de terem sido escritas posteriormente aos factos narrados, o que pode abrir o campo a projecções meta-históricas).

⁵⁸ Sobre este conceito, veja-se ISABELLA, Maurizio, *Risorgimento in esilio. L'internazionale liberale e l'età delle rivoluzioni*, Roma-Bari, Laterza, pp. 29-42.

A obra de Pecchio tem sido considerada tão importante para o estudo da cultura lisboeta da altura que mereceu a atenção de um dos maiores lusitanistas italianos do século XX, Giuseppe Carlo Rossi, que ao exilado lombardo dedicou um ensaio crítico (*Il Portogallo del 1822 visto da Giuseppe Pecchio*, Münster, Aschendorffsche, 1961). Hoje em dia, o interesse pelo estudo biográfico desta figura – representado, de forma prioritária nos últimos 15 anos, pelas contribuições de Maurizio Isabella, que estudou a fundo o pensamento económico de Pecchio (<http://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-pecchio_%28Il-Contributo-italiano-alla-storia-del-Pensiero-Economia%29/>)– tem-se manifestado em publicações recentes, por parte de editoras que representam corajosas tentativas de renascimento dos estudos históricos e literários portugueses e sobre Portugal. A este respeito, assinalamos a edição de *Tre mesi in Portogallo nel 1822*, curada por Carlo Colombo pelas edições da Vittoria Iguazu (2013).

O tema da presença italiana em Portugal na primeira metade do século XIX tem implicações de carácter social e económico. Como tentaremos demonstrar, o exílio político vai inserir-se no contexto de uma comunidade numerosa e bem contextualizada na estrutura económica lusitana, em particular da sua capital. A este respeito, temos de considerar, de um lado, que a historiografia da emigração italiana na fase pré-unitária, como afirma Matteo Sanfilippo (entre os maiores estudiosos deste fenómeno), «resta sempre una terra incognita della storiografia italiana sull'emigrazione»;⁶⁰ do outro, que o caso português representa um *case study* absolutamente inédito no panorama dos *migration studies* em perspectiva italiana. Este autor tem sublinhado repetidamente a necessidade de relacionar, no caso italiano, a história do exílio e a história social da emigração, nas diferentes modalidades narrativas (por exemplo, a biográfica) em que se desenvolve o primeiro. Isto para evitar fazer somente uma “história dos fortes”, esquecendo assim a de toda uma série de categorias sociais e profissionais que têm veiculado o grosso da emigração italiana no estrangeiro, inclusive a de carácter político.⁶¹ Trata-se de uma perspectiva metodológica que, do nosso ponto de vista, é plenamente pertinente por se definir – sobretudo na focalização de determinados contextos geopolíticos – como o único caminho que se pode percorrer no sentido de uma problematização correcta da questão. É o que tencionamos fazer no nosso trabalho. Esta perspectiva recupera aliás um paradigma historiográfico já adoptado por historiadores ligados aos *Annales*, desenvolvido de forma rigorosa só a partir da segunda metade do século XX (com uma autorizada excepção constituída pela historiografia nacionalista de Gioacchino Volpe, com efeito o primeiro a legitimar lexicalmente este princípio):⁶² referimo-nos ao paradigma da presença de influências italianas fora da Península Itálica, ou, como postulou Fernand Braudel na reconstrução das trajectórias comerciais e da irradiação cultural itálica entre os séculos XV e XVII, as “Itálias fora da Itália”.⁶³ Embora o ideário braudeliano se referisse à idade moderna e não constituísse um estudo orgânico

⁶⁰ Cf. SANFILIPPO, Matteo, «La storiografia sui fenomeni migratori a lungo raggio nell'Italia dell'età contemporanea», *Bollettino di demografia storica*, 12 (1990), Roma, SiDeS, p. 56.

⁶¹ Cf. ID., «Gli esuli di antico regime», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo (a cura di), *Storia d'Italia. Annali*, vol. 24 – *Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. 143-160.

⁶² A primeira análise historiográfica de Gioacchino Volpe sobre a emigração italiana está contida numa obra sua publicada em Milão em 1943, *Italia moderna. 1815-1915* (para um aprofundamento crítico, vejam-se MASUTTI, Monica, «L'Italia fuori d'Italia. Gioacchino Volpe tra storiografia e politica», *Clio*, XXXVIII [2002], pp. 571-586; e FRANZINA, Emilio, «Poligrافی, storici e migranti fra l'Italia e il mondo», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo [a cura di], *op. cit.*, pp. 216-221).

⁶³ BRAUDEL, Fernand, «L'Italia fuori d'Italia. Due secoli e tre Italie», in Ruggiero Romano e Corrado Vivanti (coord.), *Storia d'Italia*, vol. II – *Dalla caduta dell'Impero Romano al secolo XVIII*, 2ª parte, Torino, Einaudi, 1974, pp. 2092-2248.

de história da emigração tendo como objecto as comunidades italianas sediadas no estrangeiro, tem sido utilizado como princípio teórico pelos historiadores que estudaram a presença italiana no mundo antes da unificação nacional (mas também após o início do grande fluxo migratório no último quartel do século XIX).

As histórias da emigração italiana publicadas nos últimos quinze anos têm sistematizado os estudos sectoriais, trazendo novos elementos ao debate temático e metodológico.⁶⁴ Entre estes, figura a ligação (já aceite) entre a emigração social e a política, em referência ao desenvolvimento da ideia de nação e de consequentes “práticas de nacionalidade”. Como é óbvio, nem todos estão de acordo quando se trata de ver na emigração italiana da pré-unificação pequenas “reproduções” da comunidade nacional por vir. Mas é ineludível que espaços estão a ser atravessados pelo debate político em torno da questão italiana, trazido precisamente pela onda migratória liberal. Entre as autoras cujos trabalhos têm despertado maior interesse pela inovação na abordagem teórica e investigativa está a ítalo-canadiana Donna R. Gabaccia: o seu mérito é o de ter sabido ocupar-se da história da emigração italiana do antigo e novo regime – em torno do desenvolvimento da ideia de “diáspora nacional” – através de uma aproximação polivalente, em que o tema social está frequentemente associado às implicações e consequências políticas do fenómeno.⁶⁵ Enfim, no que diz respeito à contextualização demográfica, económica e social dos italianos em Lisboa no primeiro quartel do século XIX, perante a falta de estudos específicos recorreremos aos trabalhos de historiadores portugueses cuja obra desenvolve linhas de investigação que permitem, através de uma atenta utilização das fontes de arquivo ao nosso dispor, definir um quadro exacto da sociologia histórica daquele grupo populacional. Sendo assim, enquanto os estudos de Teresa Rodrigues⁶⁶ permitem analisar as implicações demográficas dos grupos estrangeiros na capital, os de Maria Alexandre Lousada⁶⁷ representam uma fonte muito importante na definição de aspectos de vida

⁶⁴ Para além do já referido volume (n. 24) dos *Annali*, vejam-se também os dois volumes (*Partenze; Arrivi*) da *Storia dell'emigrazione italiana* (Roma, Donzelli, 2001), organizados por Piero Bevilacqua, Andreina De Clementi, Emilio Franzina. Sobre a metodologia da investigação histórica, veja-se SANFILIPPO, Matteo, *Problemi di storiografia dell'emigrazione italiana*, Viterbo, Sette Città, 2005.

⁶⁵ Cf. GABACCIA, Donna R., *Emigranti. Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi*, Torino, Einaudi, 2003; ID., «L'Italia fuori l'Italia», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo, *op. cit.*, pp. 226-248.

⁶⁶ Cf. RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Cosmos, 1995; *A população portuguesa no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.

⁶⁷ Desta autora assinalamos dois, entre muitos: «Sociabilidades em Lisboa. Partidos e assembleias, c. 1760-1834», *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n. 19-20 (1998), Lisboa, Quetzal Editores, pp. 129-160; «A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais de Antigo Regime», em M.^a da Graça Mateus Ventura (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Ed. Colibri, pp. 95-110.

pública no período cronológico que delimita a nossa pesquisa. Esta autora ajudou-nos na definição da rede das sociabilidades urbanas, dado que grande parte dos trabalhadores italianos residentes em Lisboa eram empregados no sector do comércio, estando inclusive a seu cargo a gerência de espaços como cafés, casas de pasto, etc; ou eram, de alguma maneira, frequentadores destes espaços.

Enfim, decidimos desenvolver a nossa investigação abrangendo o tema das relações luso-napolitanas, que no conjunto dos estudos produzidos sobre as correspondências oitocentistas entre as duas penínsulas se apresentam, de facto, como as menos desenvolvidas. Depois dos estudos publicados em finais dos anos '50 por um autor como Paolo Scarano,⁶⁸ que insere a questão – devidamente estruturada do ponto de vista filológico e historiográfico – no conjunto dos interesses políticos e comerciais napolitanos para o “novo mundo” português, não se encontram estudos monográficos que tentem reconstruir as ligações intercorrentes entre os dois reinos. Assim, a questão portuguesa fica subordinada ao grande tema brasileiro, que por evidentes razões históricas (pense-se na união dinástica entre os Bourbons das Duas Sicílias e os Bragança brasileiros em 1843) legitima o seu predomínio nos interesses dos historiadores. Tal é confirmado nos anos '90 por uma nova vaga de estudos em que a relação com o espaço português é encarada indirectamente, como inevitável *conditio sine qua non* de uma história transatlântica bem mais relevante, devido sobretudo ao grande tema da emigração que terá lugar na última parte do século.⁶⁹ Também nas histórias nacionais de mais recente publicação – como a volumosa e imprescindível *Storia del Regno di Napoli* de Giuseppe Galasso –⁷⁰ prevalece esta perspectiva, sem que sejam abordados elementos de novidade no estudo das relações entre Lisboa e Nápoles. No entanto, nos finais da passada centúria verificam-se tentativas por parte do mundo académico napolitano de repor Portugal no eixo de uma projecção cultural, resgatando do esquecimento (numa perspectiva pluridisciplinar) o papel lusitano no espaço euro-mediterrânico: neste sentido, pensamos em obras como *Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*, sob coordenação de Maria

⁶⁸ SCARANO, Paolo, «Rapporti politici, economici e sociali tra il Regno delle Due Sicilie ed il Brasile (1815-1860)», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XXXVI (1957), pp. 289-314; vol. XXXVII (1958), pp. 202-220; vol. XXXVIII (1959), pp. 231-262; vol. XXXIX (1960), pp. 353-373, Napoli, Società Napoletana di Storia Patria.

⁶⁹ Cf. CANDIDO, Salvatore, «Appunti sull'apporto italiano alla storia delle emigrazioni politiche dall'Italia ai paesi iberoamericani durante il Risorgimento», in Associazione Ispanisti Italiani, *L'apporto italiano alla tradizione degli studi ispanici. Nel ricordo di Carmelo Sarmonà. Napoli, 30-31 gennaio, 1° febbraio 1992*, atti, Roma, Instituto Cervantes, 1993, pp. 187-202; AVELLA, Nello, «Contributi napoletani alla storia della cultura brasiliana del secolo XIX», in Associazione Ispanisti Italiani, *op. cit.*, pp. 177-186.

⁷⁰ Cf. GALASSO, Giuseppe, *Storia del Regno di Napoli*, 6 vol. Torino, UTET, 2007-2010.

Luisa Cusati (Napoli, 1997), testemunho tangível de uma nova efervescência em torno dos estudos lusitanos, cuja abordagem se afasta do paradigma tropicalista dominante. Sublinhamos que não é por acaso que tenha sido uma académica como Maria Lúcia Cusati a reequilibrar o papel histórico português no âmbito dos estudos lusitanistas, que já em 1974 tentava recuperar historiograficamente tal assunto, como demonstra a publicação intitulada *Rapporti tra il Regno di Napoli e il Regno del Portogallo (1734-1829): documenti dell'Archivio di Stato di Napoli*, (separata dos *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*, Sezione Romanza, Napoli 1974); tentativa que permanecerá uma excepção nos estudos de sector até aos últimos desenvolvimentos. Sempre graças ao impulso de Cusati na promoção de novos convénios científicos, nos finais da década passada estes chegam a concretizar-se em novas publicações que têm o mérito de recuperar e desvendar campos inéditos para a investigação, no sentido que acabamos de delinear.⁷¹

Vejam agora quais são os limites do espaço e do tempo histórico em que esta nossa investigação se propõe definir uma ulterior e nova perspectiva no aprofundamento das relações luso-italianas (e luso-napolitanas) na primeira metade do século XIX.

1.2 “Latitudes e longitudes”: directrizes euro-mediterrânicas de mobilidade política e social

O espaço europeu do início de Oitocentos, em que toma forma a mobilidade italiana rumo a Portugal – objecto do presente estudo –, resulta numa dimensão de desenvolvimento de liberdades políticas e económicas. Tal dimensão deve ser considerada numa escala de longa duração: registam-se viagens de italianos rumo à Península Ibérica ainda na fase de expansão do império napoleónico, bem como logo após a sua queda, numa fase assinalada pelo início das ingentes migrações europeias. O espaço europeu era então atravessado por «uma guerra quase ininterrupta» entre «nações e sistemas» segundo as palavras de Eric Hobsbawm;⁷² conflito acompanhado por uma projecção exógena da sua condição beligerante, chegando a recriar-se teatros de guerra muito para além dos seus limites convencionais.⁷³ Este é um espaço que, de acordo com a

⁷¹ Assinalamos as actas de dois encontros muito proveitosos: CUSATI, Maria Luisa (a cura di), *Portogallo e Asia. Atti del Convegno Internazionale* (Napoli, 5-6 dicembre 2005, 3 marzo 2006), Napoli, Università degli Studi “L’Orientale”, 2008; ID. (a cura di), *Portogallo e Mediterraneo. Atti del Convegno Internazionale* (Napoli, 4-6 ottobre 2007), Napoli, Università degli Studi “L’Orientale”, 2009.

⁷² HOBBSAWM, Eric J., *A era das revoluções*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 109-110.

⁷³ O próprio Hobsbawm cita os casos das Índias Ocidentais, da Índia e do Levante no final do século XVIII, assim como a guerra anglo-americana da segunda década do século XIX.

análise já datada – mas fundamentalmente incontestável – de Benedetto Croce, aborda do princípio ao fim, na sua dimensão temporal e na linearidade diacrónica de quinze anos, um tema dominante: o da obra reconstrutora da restauração e a correlativa acção da Santa Aliança, a que se contrapõe a resistência do ideal liberal, que sairá afinal vencedor de modo definitivo e substancial.⁷⁴

Tal estado de coisas produz dinâmicas políticas – de curto e longo prazo – que de modo particular dizem respeito à área mediterrânica, numa interligação que une as Penínsulas Ibérica e Itálica: as revoluções de carácter anti-absolutista e constitucional (Nápoles, Cádiz, Lisboa e Turim entre 1799 e 1821) constituem o resultado mais evidente do novo quadro político-ideológico desta área meridional europeia. A evolução do pensamento político que se afirmou em 1789 – que de forma geral podemos reconduzir às categorias generalistas do liberalismo constitucional e do nacionalismo jacobino e democrático⁷⁵ – fizera surgir novas organizações políticas e até territoriais em toda a Europa, além de influenciar as respectivas sociedades e produzir respostas mais abertas a perspectivas diversificadas. A conflitualidade entre as diferentes sensibilidades que se produzem na dialéctica do pensamento anti-absolutista constitui prova e síntese evidentes da sua divulgação na Europa da pós-revolução francesa. O embate entre ideias (e pessoas) “moderadas” e “afrancesadas” é talvez o exemplo mais claro e imediato de tudo isto, e adquire particular clareza na Península Ibérica, em todo o arco temporal que vai da ocupação napoleónica até às revoluções de 1820, com um inevitável alargamento e, também neste caso, generalização do sentido dos dois termos.⁷⁶

⁷⁴ «Il quindicennio, che dalla caduta di Napoleone mette capo alla rivoluzione del luglio 1830, forma, nel comune giudizio, un periodo storico, con un proprio tema dominante che svolge portandolo a relativa conclusione. Questo tema è fatto consistere nell'opera ricostruttrice delle restaurazioni e nella correlativa azione della Santa Alleanza, che contrastò e ricacciò indietro e si sforzò di disperdere il moto liberale; ma [...] l'ideale liberale resistette contro l'assolutistico, lo combattè senza tregua, e infine ebbe sov'esso una vittoria definitiva perché sostanziale». CROCE, Benedetto, *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, 3ª ed., Laterza, Bari, 1972, p. 55.

⁷⁵ Esta é uma distinção de princípio que tem gerado diferentes opções no período de passagem entre os dois séculos. Por sua parte, Hobsbawm distingue três linhas de oposição ao absolutismo na Europa de pós-1815: «Os modelos eram diversos, embora todos proviessem da experiência francesa de entre 1789 e 1797. Correspondiam às três principais tendências da oposição pós-1815: os liberais moderados (ou, em termos sociais, a classe média alta e a aristocracia liberal), os democratas radicais (ou, em termos sociais, a classe média baixa, um sector de novos fabricantes, os intelectuais e a pequena nobreza descontente) e os socialistas (ou, em termos sociais, os “assalariados pobres” ou as novas classes trabalhadoras industriais). Etimologicamente, todos reflectiam o internacionalismo do período» (HOBSBAWM, Eric J., *op. cit.*, pp. 156-157).

⁷⁶ Graça e José Sebastião da Silva Dias, na sua monumental obra sobre a evolução da maçonaria em Portugal, evidenciam como a separação entre “moderados” (ou “inglesados”) e “afrancesados” e a relativa rivalidade entre as respectivas posições ideológicas não possa ser relativizada e simplificada na oposição entre absolutismo e liberalismo, conservadorismo e jacobinismo. A diferenciação político-ideológica entre as duas posições no caso português «passa [...] pelos interesses económicos e as teses de política externa

A recuperação de uma paz europeia, num espírito de “conserto”, como aquele estabelecido em Viena na fase crucial de 1814-15, demonstra uma determinada robustez entre nações (pelo menos até à viragem de 1848), manifestando um carácter provisório substancial no plano interno. Isto é, concretiza-se no período da restauração a passagem do plano de conflitualidade latitudinal (transversal à área continental) para um plano longitudinal, interno: o contexto territorial-nacional. Este último tornar-se-ia o palco das novas acções da política, entendidas como ineludível bagagem de ideias desenvolvidas desde a segunda metade de Setecentos (com o seu apogeu na Revolução Francesa) até ao fim da dominação napoleónica. O exemplo é bem representado, já pouco tempo depois e especificamente em Portugal, pela alegada conspiração de Gomes Freire de Andrade, parte do legado daquela fase da história europeia e peninsular. Com a conspiração de 1817⁷⁷ – que segue a curto prazo a revolta republicana de Pernambuco,⁷⁸ território ultramarino pertencente ao domínio do império português – e através do sacrifício dos “Mártires da Pátria”, a conflitualidade política, animada pelo protagonismo do

[...] que dividem as camarilhas cortesãs e as suas bases sociais de apoio» (cf. *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2ª ed. [1986], vol. I, t. II, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986, pp. 432-444). Isto é, havia uma contraposição de interesses das burguesias mercantilistas filo-britânica e filo-francesa.

⁷⁷ BRANDÃO, Raul, *A conspiração de 1817*, Porto, Typ. Emp. Litteraria e Tipographica, 1914. A obra biográfica de Gomes Freire de Andrade, de autoria deste mesmo autor, foi organizada numa única publicação de 1987: *Vida e morte de Gomes Freire*, pref. de Victor de Sá, Lisboa, Editorial Comunicação, 1987. Um perfil biográfico do general português pode encontrar-se em LOPES, António, *Gomes Freire de Andrade. Um retrato do homem e da sua época*, Lisboa, Edição Grémio Lusitano, 2003.

⁷⁸ A revolução de Pernambuco de 1817 teve carácter republicano e maçónico. O nordeste brasileiro apresentava, na altura, condições socioeconómicas que tinham favorecido a emergência de uma burguesia autónoma, activa; isto é, foi também facilitado o desenvolvimento de um pensamento contestatário do centralismo régio (que muitos recursos centralizava no Rio de Janeiro) e, por conseguinte, tornou a área num terreno favorável aos projectos de contestação política (as “inconfidências”), a que não foi alheio o próprio clero. A revolta rebenta no princípio do mês de Março e vê a constituição de um governo provisório que adopta uma nova bandeira e bases de uma nova constituição de orientação republicana. Esta breve mas significativa experiência republicana rende-se, já no final de Maio, à acção determinada da contra-revolução. Para uma leitura específica, veja-se TAVARES, Francisco Moniz, *História da revolução de Pernambuco em 1817*, Recife, Typ. Industrial, 1884; AA. VV., *O Brasil Monárquico, vol. I – O processo de emancipação*, em Sérgio Buarque de Holanda (dir. de), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962, pp. 202-227; BOXER, Charles, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992. Em relação ao tema da correspondência entre as duas tentativas conspiradoras, a historiografia clássica portuguesa não está de acordo etende a ignorar a possibilidade de nexos entre a revolta portuguesa e a pernambucana: Joaquim Veríssimo Serrão afirma não existirem provas concretas, devido também ao facto de se realizarem a longa distância; isto é, uma possível concordância estabelecida em falta de correio tê-las-ia destinado a seguro malogro(SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, vol. VII – A instauração do liberalismo (1807-1832)*, Viseu, Editorial Verbo, 1994, p. 124). Por sua vez, António de Oliveira Marques, embora reconhecendo uma comum raiz liberal e maçónica, distingue as duas revoluções como «monárquica e “colonialista”» a portuguesa, republicana e independentista a pernambucana (cf. MARQUES, António H. de Oliveira, «A conjuntura», em Joel Serrão, António H. de Oliveira Marques [coords.], *Nova história de Portugal, vol. IX – Portugal e a instauração do liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 548).

movimento maçónico,⁷⁹ encontra a sua verticalidade lusitana. A tentativa de derrubamento do absolutismo monárquico “fora de sede” (contingência que agrava asensação de abandono e frustração da nação continental)⁸⁰ malogra de forma dramática,

⁷⁹ A Maçonaria (ou Franco-Maçonaria) moderna portuguesa assenta as suas origens já no século XVIII, o que demonstra uma recepção imediata da nova filosofia desenvolvida pelas Lojas iniciáticas da Inglaterra, a partir da data convencional de 1717 (fundação da Loja de Londres, que em 1723 dotar-se-á das primeiras regras ou “Constituições de Anderson”, do nome do reverendo que as redigiu). De facto, a sua implantação acontece no âmbito das estritas relações luso-britânicas daquela época, e nomeadamente na presença de mercadores de origem britânica sediados em Portugal, como demonstra a composição de uma das primeiras Lojas lisboetas, a Loja dos Hereges Mercadores, constituída por ingleses e escoceses protestantes (cf. VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2013, p. 25). Contudo, várias são as Lojas que começam a surgir na capital do reino, embora quase exclusivamente de composição estrangeira; entre elas aparece a resposta católico-irlandesa ao rival conjunto britânico-protestante, apesar de não conseguir nenhum reconhecimento na Loja de Londres, ao contrário dos Hereges Mercadores. Manuel Borges Grainha (autor de uma história da Maçonaria em Portugal, de 1912, para cuja referência bibliográfica remetemos mais abaixo) assenta o desenvolvimento da organização em Portugal na década que vai de 1733 a 1743. Durante o governo de Pombal, a Maçonaria – que tinha sofrido profundas perseguições pelo poder eclesiástico, por acção do tribunal da Santa Inquisição – não é perseguida, pois vê-se protegida pelo clima laico e racionalista que se difunde naquela experiência de despotismo iluminado. Aliás, a própria organização tira benefício da chegada a Portugal de eminentes figuras académicas, de vários campos do conhecimento, chamadas pelo Marquês Pombal na reorganização, em tendência anti-jesuítica, da prática e ensino das ciências no país; muitas delas eram maçons (pense-se, por exemplo, no italiano Domenico Vandelli). A passagem entre os dois séculos é marcada por novas dificuldades e oportunidades, devido ao quadro político interno e internacional. A Maçonaria difunde-se particularmente no exército e novas Lojas (em que a presença portuguesa começa a ser consistente) que são fundadas em Lisboa: entre todas está a célebre Loja Regeneração. 1812 é o ano da fundação de uma obediência, que se torna elemento unificador e legitimador das várias Lojas espalhadas pela cidade: o Grande Oriente Lusitano, que em 1806 adopta a sua própria Constituição, fruto do acordo entre as várias Lojas em actividade. Com base nestes textos, o Grande Oriente lusitano tornava-se congresso geral da Maçonaria Portuguesa, assumindo todos os poderes maçónicos. Dividia-se em duas câmaras: a dos Veneráveis (Grande Loja) e a dos Representantes (Câmara da Administração). Era vértice de uma estrutura piramidal em cuja base havia as Lojas, independentes uma da outra. Havia um sistema bastante complexo de representatividade das Lojas das províncias, das ilhas e das terras do ultramar, que tinham posição hierárquica inferior às da capital e por elas eram representadas. Gomes Freire de Andrade é nomeado Grão-Mestre em 1816, e nesta veste lidera o movimento conspirativo daquela altura. A evolução histórica da Maçonaria tem sido objecto de estudo por parte de numerosos historiadores; entre as obras de maior interesse, e além do recente volume de António Ventura referido anteriormente, evidenciam-se: GRAINHA, Manuel Borges, *História da franco-maçonaria em Portugal (1733-1912)*, pref. de António Ventura, 5ª ed. (1976), Vega, Lisboa, 2011; DIAS, Graça da Silva et. al., *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols., 2ª ed. (1980), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986; MARQUES, António H. De Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Editorial Delta, 1986; ID., *História da maçonaria em Portugal*, 3 vols., Ed. Presença, Lisboa, 1990. Para uma consulta de carácter geral, veja-se a entrada “Maçonaria” em SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Livraria Figueirinhas, Porto, 1984, pp. 120-123. Os membros da Maçonaria (“Irmãos”) passaram a ser identificados como “pedreiros-livres” ou franco-mações (tradução do epíteto anglo-saxão *free-mason*); a este respeito Graça e José Sebastião da Silva Dias, na obra acima mencionada (vol. II tomo II, p. 616) frisam a importância do impacto social da palavra na sociedade portuguesa doutroa: «Mas a expressão pedreiro-livre que tão longa carreira vai fazer no nosso país, além de satisfazer as exigências dessa tradução, aparentemente lógica, reveste-se de um carácter que podemos denominar de efeito choque. O primeiro termo – *livre* – contém toda a carga herética, comum a outras palavras suspeitas, como *livre pensamento* ou *livre arbítrio*, o que devia impressionar as autoridades, v.g. os inquisidores, e os fiéis (que o mesmo é dizer, a maioria do país). Pode falar-se aqui, a justo título, do poder manipulador da palavra».

⁸⁰ A respeito da situação portuguesa em 1817 e da intenciona perseguida pelos oficiais do exército português (derrubar o sistema vigente através de um ataque directo à ingerência britânica nas questões militares e políticas), soam discordes as palavras de Joaquim Veríssimo Serrão, que se manifesta abertamente em defesa da aliança e presença britânicas, chegando a afirmar que «Nas épocas de crise social, o fermento ideológico cumpre sempre a missão de destruir as principais estruturas que garantem a estabilidade do país»

mas abre espaços a um caminho percorrido rapidamente por forças impelidas pela frustração colonial, pela decadência do poder regido pela hostilidade para com a tutela britânica (formalmente limitada ao campo militar), pela desoladora situação económica. Enfim, a iniciativa anti-absolutista de 1817 finca a primeira pedra miliar no ponto mais ocidental das reivindicações do constitucionalismo continental; contextualmente, marca o primeiro momento da recuperação de uma horizontalidade do espaço político mediterrânico.

O Mediterrâneo, revelando-se naqueles anos área de correspondência ideológica e mobilidade política, contém em si mesmo um irrefutável conceito de “revolução espacial”: podemos tomar de empréstimo as palavras e o pensamento do filósofo alemão Carl Schmitt para corroborar ainda mais a nossa ideia de existência de dois planos da acção política – latitudinal, no sentido de extensão horizontal da área de circulação de ideias e experiências; longitudinal, entendido como verticalidade do conflito interno às zonas de poder absoluto – no contexto mediterrânico a que nos referimos (o espaço das “culturas talassocráticas”). Isto não obstante tais pensamentos terem sido elaborados a partir da sua grande reflexão sobre a história universal na contraposição entre terra e mar, e para uma época diferente da contemporânea. Todavia, prolongando o prazo temporal desta reflexão basicamente dúctil e ecuménica, podemos entrever na época do domínio napoleónico a grande alteração histórica que produz a mudança de “imagem e espaço”; transformação que, por sua vez, abriga as alterações lineares entre as duas penínsulas que se dão (convencionalmente) a partir de 1820, e que se entrecortam com o nível vertical de conflitualidade interna a cada realidade estadual. Portanto, a “mudança” schmittiana continua a progredir dentro deste cruzamento de planos, tornando-se «o autêntico núcleo da mudança política, económica e cultural abrangente que então se cumpre».⁸¹

O efeito dominó que se regista durante o biénio de 1820-21 patenteia o ápice do retomar da acção política na sua dimensão longitudinal, a que se junta uma determinada transversalidade ideológica: as efervescências constitucionais nas Penínsulas Ibérica e Itálica (a que se unirá, rapidamente, a luta grega pela independência da Sublime Porta) estabelecem, dentro do espaço mediterrânico, novas convergências da política, enquanto teoria e como *praxis*. Já notámos, no subcapítulo anterior, ao facto de esta ideia geopolítica de Mediterrâneo ter sido objecto de reinterpretação em perspectiva

(SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, p. 120). Contudo, a ideia de um país estável, nas suas estruturas básicas de organização social – como é o exército – surge no mínimo como discutível.

⁸¹ Para um ulterior aprofundamento desta temática, veja-se SCHMITT, Carl, *Terra e Mar. Breve reflexão sobre a história universal*, pref. de Viriato Soromenho-Marques, Lisboa, Esfera do Caos, 2008, pp. 59-69.

transnacional pela recente historiografia europeia, que tem colocado a hipótese de existência, no espaço mediterrânico daqueles anos, de uma “sociedade civil transnacional”, sobretudo a partir dos anos trinta. Na nossa opinião, a horizontalidade/latitude/extensão do espaço euro-mediterrânico, numa dimensão não conflitual/militar mas sim política, é alcançada já em 1820, antes da eclosão do fenómeno migratório liberal que irá atingir medidas relevantes; formar-se-á no efeito de contaminação e influência recíproca das experiências revolucionárias no eixo Lisboa-Madrid-Nápoles, apesar do carácter de autonomia de cada uma delas. Da mesma maneira, e apesar disso, é um dado de óbvia clareza o que demonstra que na véspera das revoluções já existia uma eficaz correspondência económica, social e cultural entre as Penínsulas Ibérica e Itálica; ou seja, já existia uma dimensão transnacional fora do contexto estritamente político. Desta correspondência são testemunhas as comunidades de emigrantes nos respectivos países, particularmente as comunidades italianas em Espanha e Portugal, cujo tamanho e influência não é comparável às ibéricas sediadas em Itália (ligadas particularmente à emigração de cunho religioso).⁸² Estas realidades

⁸² Com excepção da presença aragonesa na Sardenha a partir do século XIV (e que exerceu influência cultural até ao final de Oitocentos), a presença espanhola em Itália é uma presença cortesã, ligada às dinastias que ao longo dos séculos se sucederam na dominação dos diferentes territórios italianos, especialmente no período dos séculos XVI e XVII, que foi de absoluta prevalência política. Isto é, regista-se a presença de comunidades de cultura hispânica em quase toda a península, mormente no reino e na cidade de Nápoles, onde o controlo do poder foi secular. A implantação de uma comunidade de cultura ibérica na maior cidade italiana daquele período começa com a conquista do reino – até ao momento controlado pela dinastia francesa dos Anjou, que já contava com o apoio militar de numerosos catalães e aragoneses – por Afonso V de Aragão, em 1442. A partir deste evento, Nápoles torna-se uma cidade profundamente hispanizada: um processo de aculturação que ainda hoje mantém vestígios na língua, nos hábitos, na sua identidade antropológica e urbanística. A mesma dinâmica acolheu a ilha da Sicília, enquanto as outras províncias do reino permaneceram mais afastadas desta considerável contaminação cultural. Considerando quer o breve período de dominação austríaca (1707-1734), quer a conquista pelo ramo espanhol da casa de Bourbon (Carlos I de Nápoles e – desde 1759 – III de Espanha, chefe de uma estirpe que rapidamente se naturaliza), a influência cultural e económica espanhola no sul de Itália prolongou-se até ao século XIX. Em Roma é a partir de meados de Quatrocentos que se constitui uma colónia espanhola (de medida mais modesta do que a de Nápoles, e composta predominantemente por catalães e valencianos); isto depois da eleição ao trono pontifício de Calisto III, ao século Alfonso Borja, pertencente àquela família que grande papel político terá nas questões italianas da Renascença, e que contribui para a implantação de comunidades espanholas no norte da península, com destaque para a estabelecida na cidade de Ferrara. Outras cidades de “cultura espanhola” foram, naquela época, as de Milão (com os Habsburgo de Espanha, a partir de 1559) e Mântua (com a união dinástica entre os Habsburgo e Gonzaga). A presença e a cultura espanholas são recebidas também na Toscana de Alessandro e Cosimo De’ Medici, e na cidade de Génova, que estreitas relações mantinha com a recém-criada coroa castelhana-aragonesa. Como se disse, a emigração espanhola em Itália é predominantemente cortesã; isto é, traz às cidades muitas figuras que dinamizam a cultura, como poetas e músicos: estes contribuem para a difusão da língua espanhola, que deixará um significativo legado lexical na futura língua italiana. Sobre este tema, veja-se fundamentalmente: CROCE, Benedetto, *La Spagna nella vita italiana durante la rinascenza*, Bari, Gius. Laterza&figli, 1917 (com particular atenção às pp. 54-74). Constituem também exemplo do impacto e da presença italiana na cultura espanhola, em particular da cidade de Nápoles, as obras do dramaturgo castelhano Félix Lope de Vega (1562-1635), que ambientou várias das suas comédias na capital do então vice-reino (cf. ROSSI, Giuseppe Carlo, «Paseando por Nápoles com Lope de Vega», trabalho publicado na

socioeconómicas são motivadas, estimuladas e avizinhas pelos acontecimentos políticos: de facto, tornam-se âmbito de acolhimento e interacção dos futuros protagonistas da emigração liberal italiana.

O caso da comunidade de origem italiana em Lisboa é absolutamente exemplar, como veremos. Demonstra ainda de que modo o desenvolvimento das relações políticas, levado a cabo pelos exilados italianos em Portugal no âmbito da chamada “Internacional Liberal”,⁸³ surge num contexto sociopolítico que alberga uma embrionária consciência nacional. O seu dinamismo político, considerado como parte fundamental no desenvolvimento da luta e na construção da identidade nacional, concretiza-se efectivamente em dinâmicas sociais e culturais, em que algo que pertence à nação (ou que

revista *Cuadernos Hispanoamericanos*, Maio-Junho, n. 161-162 [1963]). Com a expulsão dos judeus após o sucesso da reconquista cristã da parte meridional da Península Ibérica, muitos marranos de origem portuguesa e espanhola chegam a Itália. Sobre este assunto adquirem particular relevância alguns estudos portugueses, entre os quais assinalamos: MATEUS, Susana Bastos e NOVOA, James Nelson, «De Lamego para a Toscana: o périplo do médico Pedro Furtado, cristão-novo português», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº5 (2005), Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», FLUL, pp. 313-338. Outros interessantes estudos sobre a presença hebraica em Itália são os seguintes: LEONI, Aron di Leone, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese negli stati estensi*, Rimini, Luisè, 1992; BONAZZOLI, Viviana, «Una identità ricostruita. I portoghesi ad Ancona dal 1530 al 1547», *Zakhor. Rivista di storia degli ebrei in Italia*, V (2002), Firenze, Giuntina, pp. 9-38; PEREZ FERREIRO, Elvira, «Crónica de un exilio forzado. La emigración clandestina de judeoconversos españoles como respuesta al incremento de la presión inquisitorial a mediados del siglo XVII», *Hispania. Revista Española de História*, vol. LXIV, n. 217 (2004), Madrid, Centro de Estudios Históricos, pp. 543-570; RUSPIO, Federica, *La Nazione Portoghese. Ebrei ponentini e nuovi cristiani a Venezia*, Torino, Silvio Zamorani Editore, 2007. A respeito da presença portuguesa em Itália, deve dizer-se que esta nunca teve dimensões relevantes para justificar a sua organização em comunidades residentes, com a excepção das de Roma e Leorne (Livorno), cuja identificação se realiza no âmbito religioso-cultural (vejam-se OLIVEIRA, Américo Couto de, «A igreja de Santo António dos Portugueses em Roma», sep. de *A situação jurídica do Instituto de Santo António dos Portugueses em Roma e sua igreja*, [s.n.], Roma, 1987; ROCCA, Sandra Vasco e BORGHINI Gabriele [a cura di], *S. Antonio dei Portoghesi*, Roma, Árgos, 1992). Uma leitura interessante é também a de ROSA, Maria de Lourdes, «Santo Antonio dei Portoghesi, 1786-1825. Le pèlerinage portuguais à Rome dans le context e dévotionnel du Portugal de la fin de l’Ancien Régime», extrait de *Pèlerins et pèlerinage sdans l’Europe moderne. Actes de la table ronde organisée par le Département d’histoire et civilisation de l’Institut universitaire européen de Florence et l’École française de Rome (Rome, 4-5 juin 1993)*, École Française de Rome, 2000, que esclarece o facto de como a presença portuguesa em Roma fora instável e substancialmente vinculada às peregrinações de fiéis à cidade santa. Ainda sobre a presença portuguesa em Roma, assinalamos: SABATINI, Gaetano, «Entre o papa e o rei de Espanha: a comunidade lusitana em Roma nos séculos XVI e XVII», in Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha (org. de), *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*, Lisboa, CHAM, 2013, pp. 349-389. A presença portuguesa em Livorno, devida à emigração de judeus sefarditas no século XV, tornou-se inevitavelmente presença comercial: a este respeito, revela-se interessante o estudo de NUNEZ, Giacomo, *Delle navi e degli uomini. I portoghesi di Livorno: da Toledo a Livorno a Tunisi*, Livorno, Edizioni Belforte, 2001, em que o autor, de origem judaico-portuguesa, reconstrói a história das famílias Nunez e Cardoso, expulsas de Portugal, actores numa grande rede comercial mediterrânica que os leva a sediar-se também na localidade toscana. Sobre a presença portuguesa em Veneza, veja-se particularmente: OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, 2 vols., Tese de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994. Sobre a presença cultural portuguesa em Itália, veja-se a já mencionada obra de Virgínia Rau sobre a estadia de alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália em Quatrocentos, bem como: SÁ, A. Moreira de, *Humanistas portugueses em Itália. Subsídios para o estudo de frei Gomes de Lisboa, dos dois Luíses Teixeiras, de João de Barros e de Henrique Caiado*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

⁸³ BRON, Grégoire, *op. cit.*, p. 30.

conduz a ela) encontra já a sua narrativa originária: de resto, o papel político fundamental dos exilados liberais no estrangeiro teve como efeito a aproximação entre elites e trabalhadores emigrados numa dialéctica nacionalista comum,⁸⁴ objectivo que se emparelhava com outro de igual importância, e que por isso foi procurado com muita desenvoltura, a saber, o desencadeamento de uma intensa actividade de *endorsement* pelas causas nacionais junto dos relativos governos e instituições públicas (onde possível). No caso português isto é muito mais evidente na emigração política italiana dos anos trinta, nomeadamente na dos voluntários das guerras liberais, o que levou Grégoire Bron a individuá-los como embaixadores da nação *in itinere*.⁸⁵ Contudo, as questões nacionais particulares que os exilados trazem para o estrangeiro a partir de 1821 – a causa napolitana, piemontesa, lombarda, *patrie regionali* como lhes chama Alberto Mario Banti,⁸⁶ problemas abertos na mais ampla “nação liberal” mediterrânica – começam a delinear-se lentamente enquanto questão italiana, como se pode verificar no discurso político de muitos deles.

Quer isto dizer que a “nação” italiana (resultado convencionalmente reconhecido do *Risorgimento*) tem uma repercussão e “representação” em Portugal que se manifesta nos vários âmbitos das actividades dos emigrados: na política, assim como no comércio e na cultura (artes e espectáculo). Ao lado desta dimensão polivalente manifestam-se os outros percursos, mormente o da política, que se tem considerado quase exclusivo na representação da “italianidade” no estrangeiro e em Portugal na primeira metade do século XIX. É este o objectivo fixado para o presente trabalho: caracterizar os contornos e o desenvolvimento da presença e actividade polivalente dos emigrantes italianos em Portugal.

Como conclusão deste rápido quadro introdutório, é preciso sublinhar o facto de a recuperação num período pós-Viena do protagonismo burguês e do relativo conceito de “liberdade” (cuja perda, como nos lembra ainda Benedetto Croce, «tinha sido considerada causa e sinal da decadência nas artes, nas ciências, na economia, na vida moral»)⁸⁷ ter

⁸⁴ Cf. GABACCIA, Donna R., *L'Italia fuori d'Italia*, in *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni*, a cura di P. Corti e M. Sanfilippo, Torino, Einaudi, 2009, p. 232.

⁸⁵ «Military volunteerism was a key expression of the new diplomacy: the volunteers were delegates of the nation, which is to say, of the people, who defended outside of France the constitutional political principles that were to be considered the fruit of modern civilization against the medieval institutions of absolutism». BRON, Gregoire, *Italian Volunteers in Portuguese Civil War*, «Journal of Modern Italian Studies», 14:4 (2009), Routledge, London, pp. 431-432.

⁸⁶ BANTI, Alberto Mario, *Il Risorgimento italiano*, 8ª ed. (2004), Roma-Bari, Laterza, 2013, p. 11.

⁸⁷ «Era stata sempre considerata cagione o segno di decadenza nelle arti, nelle scienze, nella economia, nella vita morale». Segundo o filósofo napolitano, a “liberdade” tornara-se conceito apavorado e apavorante

lugar no contexto moldado pela política de *Mare Nostrum*, que inclui plenamente a especificidade geopolítica e geocultural do território português (tema que será bem sintetizado no século XX na expressão cunhada por Orlando Ribeiro, que caracteriza Portugal como um país «mediterrânico por natureza, atlântico por posição».⁸⁸ Esta recuperação tem lugar em dois planos entrecortados – horizontal e vertical – das dinâmicas ideológicas e políticas, como anteriormente explicámos. Neste quadro de intersecção, a recuperação da liberdade num sentido individual e ideológico (a entender-se como proscénio do político) entra no mundo da emigração, de curso breve ou prolongado, de carácter socioeconómico ou político.

No que diz respeito a esta últimadimensão (a política), estamos perante uma dinâmica que se perfila como o «mais importante fenómeno isolado do século dezanove» e que «aumentou substancialmente a partir dos anos de 1820, embora só tivesse atingido grandes proporções na década de quarenta».⁸⁹ Este é um fenómeno semanticamente relacionado com a ideia de desenraizamento dos povos que tem vindo a caracterizar o caminho secular da humanidade numa perspectiva colectiva e universal. Porém, o próprio conceito de desenraizamento deve estender-se necessariamente à outra forma de emigração, a económico-social, sempre pouco considerada pela historiografia italiana que se tem interessado pelas questões nacionais da primeira metade de Oitocentos. No quadro geral daquela centúria, este interesse é muito mais evidente na historiografia das migrações, que, como dissemos anteriormente, tratou sobretudo a grande emigração nacional de finais do século; no entanto, este tema, embora constitua uma questão essencial da identidade italiana, constitui um argumento que caracteriza outra fase, que muito difere da que aqui consideramos. A partir da observação de Hobsbawm, podemos afirmar, e sem qualquer dúvida, que a comunidade “italiana” em Portugal em 1820 entra, por direito próprio, na concepção de desenraizamento, isto é, afirma-se como parte integrante da categoria histórico-social de “diáspora”,⁹⁰ que na nossa opinião não se pode referir exclusivamente ao grande fluxo migratório que se segue à realização da unificação nacional (1860). Este último manifesta-se certamente em proporções bem mais relevantes

aquando da sua conexão com as máximas da “igualdade” e da “fraternidade” (CROCE, Benedetto, *op. cit.*, p. 9).

⁸⁸ RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª ed. (1945), Lisboa, Sá da Costa, 1986, p. 39.

⁸⁹ HOBSBAWM, Eric J., *op. cit.*, p. 190.

⁹⁰ Cf. GABACCIA, Donna R., *Emigranti. Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi*, Torino, Einaudi, 2003, pp. XIII-XXXI. Esta autora liga particularmente o conceito de “diáspora” às emigrações italianas de carácter local/regional, que reconhece como prevacente no sentido de pertença a um grupo de origem geográfica e cultural homogénea.

em relação aos fluxos do antigo regime, sendo consequência de contingências socioeconómicas macroscópicas que, porém, reproduzem “em grande escala” dinâmicas que se podem observar também nas migrações antecedentes.

Por todos estes argumentos, o ano de 1820 pode ser visto como uma data paradigmática do protagonismo político da área mediterrânica e do cruzamento entre a sua dimensão latitudinal e longitudinal. É um ano paradigmático em que tem lugar a nova aproximação política entre as Penínsulas Ibérica e Itálica, numa conjuntura espacial em que se colocarão as bases da nova diáspora política – uma diáspora que, no espaço geopolítico português, se cruzará com a diáspora histórica das migrações italianas, consubstanciada numa comunidade residente que, para a época, não se apresenta de forma insignificante. Nas páginas que se seguem, tentaremos demonstrar de que forma este conceito encontra as suas variantes evolutivas quer numa fase anterior, quer numa fase posterior àquela data paradigmática. Para o fazer, e para aperfeiçoar o nosso quadro introdutório, temos necessariamente de sintetizar os acontecimentos revolucionários que têm lugar naquela altura.

Em Janeiro daquele ano, restabelece-se em Espanha o percurso constitucional iniciado em Cádiz em 1812 como resultado da guerra de independência nacional e anti-napoleónica, e interrompido pela restauração do poder absoluto da coroa de Bourbon, chefiada pela figura enigmática de Ferdinando VII. A restauração profunda do poder e suas instituições políticas realizar-se-ia num contexto de recusa total de qualquer elemento inovador ou reformador (entre várias coisas, é abolida a liberdade de imprensa, verificando-se numerosas detenções entre os elementos de sentimentos liberais), não obstante a ruptura que os anos de ocupação francesa tinham provocado no quadro político-institucional. Este é um contexto legitimado e reforçado pelo Congresso de Viena (Novembro de 1814 – Junho de 1815), em que se definem as linhas de restabelecimento da nova (mas mutuada do antigo *ancien régime*) ordem política europeia. No primeiro dia de Janeiro realiza-se o *pronunciamento* das tropas prestes a partir para as colónias americanas, após um prolongado percurso de conspiração e resistência anti-absolutistas, animado por sociedades secretas de inspiração maçónica, que se tinham manifestado por meio de disseminadas tentativas de sublevação no território peninsular, substancialmente malogradas. Os acontecimentos de Cádiz e a difusão da revolta pelo país levam à nova proclamação da Constituição de 1812 e à convocação do parlamento: é este o resultado político das consequências de uma situação económica e social arruinada pelos longos anos de guerra, prolongados naquela altura na frente colonial, que constituía uma questão

de grande problematização da sociedade espanhola no seu conjunto e afectava particularmente a situação financeira.

Apesar de não possuir colónias, encontrava-se numa situação semelhante de crise económica e insatisfação política o Reino das Duas Sicílias. Emergia uma crise manifesta especificamente em duas frentes que afectavam a burguesia, como a dos militares com formação e carreira nos exércitos de cultura francesa (antes napoleónico, depois franco-napolitano) e a dos proprietários agrários médios e pequenos, espalhados pelas províncias do Reino. Grande papel – sobretudo no exército – desenvolviam as sociedades secretas, e particularmente a Carbonaria, criada originariamente no período napoleónico com objectivos de resistência anti-francesa, e passando a lutar, após a restauração, pelo reconhecimento de liberdades constitucionais. Não se pode defender que a mudança de regime político definida a partir do motim dos oficiais do exército na noite entre os dias 1 e 2 de Julho (de estância no distrito da cidade de Avellino) tenha sido um movimento abrangente de amplos sectores da sociedade napolitana, isto é, voltado para uma renovação total da estrutura socioeconómica. É também o caso da revolução do Piemonte, mais efémera, que se realiza em Março de 1821 e que se define mais especificamente como uma iniciativa de militares em protesto contra a incerteza das suas condições, acompanhados por burgueses proprietários que temiam pela manutenção da sua condição, a qual se tinha vindo a definir particularmente durante os anos de governo francês do reino e que agora era ameaçada pela instabilidade do plano político interno (onde o papel das sociedades secretas era preeminente). Como é óbvio, o quadro político internacional representava também um elemento de incerteza.⁹¹

O carácter burguês destas revoluções verifica-se também naquela que, em 1820, última em termos cronológicos, assinala este ano charneira: a revolução portuguesa, iniciada a 24 de Agosto com a revolta dos militares na cidade do Porto (que desta maneira teria encetado a sua liderança peculiar das revoluções políticas portuguesas de Oitocentos),⁹² mas onde é determinante o trabalho preparatório e de consciencialização de um grupo de burgueses iluminados, organizados na sociedade secreta dita do Sinédrio. No mês de Setembro o movimento revolucionário chega à capital do Reino e apodera-se do poder no espaço do território continental (é demitida a regência e forma-se um governo interino),

⁹¹ CROCE, Benedetto, *op. cit.*, p. 67.

⁹² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII – *A Instauração do Liberalismo (1807 – 1832)*, Viseu, Verbo, 1984, pp. 346-348. Veja-se também: RAMOS, Luís A. De Oliveira, *O Porto e as origens do liberalismo (subsídios e observações)*, Documentos e memórias para a história do Porto – XLIII, Câmara Municipal do Porto-Gabinete de História da Cidade, 1980.

até àquele momento caracterizado pela vacância do trono, e estando a corte real sediada no Rio de Janeiro desde 1808. São convocadas eleições para a formação de Cortes Constituintes, a fim de definir a nova constituição. No entanto, as cimeiras convocadas pelos governos da restauração, para a defesa do legitimismo real recém-restabelecido, encontram nos convênios de Troppau, Laybach (Lubiana) e Verona a maior ameaça às liberdades ibero-italicas, em nome dos acordos de mútua defesa quer dos princípios animadores da comunidade cristã (Santa Aliança), quer do reconstruído equilíbrio europeu (Quádrupla Aliança).

As experiências liberais mediterrânicas, acomodadas pela adopção de um modelo constitucional adaptado à própria e peculiar realidade sociopolítica, mas mantendo na carta gaditana (*La Pepa*) o modelo de referência normativa, são caracterizadas por um desenvolvimento substancialmente autónomo (sobretudo no caso ibérico), apesar da inegável influência que as condiciona e une ideologicamente. A separação de iniciativa e estratégia perfila-se como o maior ponto de fraqueza dos novos regimes, que não conseguem resistir para além de 1823. O regime liberal napolitano é derrubado já em Março de 1821 (assim como o piemontês, que nem chega a institucionalizar-se), logo após a invasão austríaca do território das Duas Sicílias. Na primavera de 1823 um numeroso exército francês, os “Cem Mil Filhos de São Luís”, sob as ordens do duque d’Angoulême, passa os Pirenéus e invade o território espanhol, conseguindo derrubar o regime constitucional. É o fim do “Triénio Liberal”, cuja versão portuguesa, o Vintismo, cai por reacção interna, chefiada pelo segundogénito do rei João VI de Bragança, o príncipe Dom Miguel. Este movimento, concretizando-se na chamada Vila-Francada (27 de Maio) com amplo apoio de sectores sociais e militares, restabelece a ordem absoluta no país, revogando a constituição.

Eis o quadro histórico sintetizado, mas fundamental para a contextualização da nossa argumentação. A aproximação política que acabámos de resumir advém primariamente entre duas realidades culturais e políticas – Madrid e Nápoles, a Espanha e o *Mezzogiorno* italiano – cuja história, cultura e tradição se tinham entrelaçado ao longo de muitos séculos. Neste sentido, podemos entender como tais relações se encontram também na base dos fluxos migratórios rumo à Península Ibérica, que vão constituir os grupos de acolhimento dos exilados políticos: de facto, a emigração italiana – e neste caso a procedente do sul da península – é um fenómeno que se desenvolve no seio de um contexto histórico-político que viu muitos napolitanos (mão-de-obra e *élites*) emigrar para a Espanha e colónias espanholas, devido às ligações políticas e culturais que se

estabeleciam entre os dois reinos.⁹³ Quando falamos de “napolitanos”, temos de entender o conjunto dos súbditos provenientes de cada parte do reino de Nápoles.

Como consequência, o ano de 1820 representa também a renovação de uma relação portuguesa algo expressiva com a Península Itálica e com a própria cidade de Nápoles. Neste sentido, é importante aprofundar o conhecimento das interações entre as duas realidades nos alvares dos acontecimentos revolucionários. O estudo das relações políticas, diplomáticas e económicas que se desenvolveram nesta época não foi ainda esgotado; o aprofundamento destas vertentes vai completar o quadro de análise das relações luso-italianas na última fase de Setecentos e na primeira metade de Oitocentos, que já foram realizadas de maneira satisfatória por outros estudiosos (aos quais faremos referência em momento oportuno ao longo do texto). Da mesma maneira, na aproximação ao objecto *de quo*, não será possível ignorar completamente o desenvolvimento complexo das relações entre as duas penínsulas na segunda metade do século XVIII, em que se realiza, por parte do mundo cultural italiano, uma nova “descoberta” de Portugal em torno da figura de um rei mecenas (Dom João V), de uma devastadora catástrofe natural (o terramoto de 1755) e, enfim, das políticas firmes de um primeiro-ministro (Sebastião José de Carvalho e Melo), fautor do período “esclarecido” do absolutismo português. Estes assuntos encontrarão pleno desenvolvimento no segundo capítulo. Cabe agora definirmos de maneira mais exacta o quadro teórico concernente às duas grandes directrizes que adoptámos na nossa narração historiográfica em torno das relações luso-italianas na primeira metade do século XIX: o exílio político e a emigração.

1.3 Das pátrias à nação: o *Risorgimento* nos caminhos do exílio e da memória

Podemos afirmar que a história milenária da Península Itálica se move ao longo de três directrizes geopolíticas fundamentais: a primeira diz respeito à fragmentação territorial das instituições de poder (desde o tempo do reino de Augusto, nunca existiu uma entidade administrativa única com continuidade territorial de tamanha grandeza que, com a excepção da Sardenha e da Sicília, no final do I século a.c, se estendesse grosso modo aos actuais limites nacionais); a segunda concerne uma constante de dominação estrangeira, operada por diferentes grupos populacionais-dinásticos e realizada durante períodos vários em diferentes partes do seu espaço peninsular; a terceira relaciona-se com o

⁹³ SANFILIPPO, Matteo, «La storiografia sui fenomeni migratori a lungo raggio nell’Italia dell’età contemporanea», *Bollettino di demografia storica*, 12 (1990), p. 56; ID., «Cronologia e storia dell’emigrazione italiana», *Studi Emigrazione/Migration Studies*, XLVIII, 183 (2011), p. 359.

desenvolvimento de uma identidade cultural homogénea, e com as tentativas de lhe fornecer unidade política e administrativa. Porém, a ideia política moderna em torno de uma possível unificação nacional assenta as suas raízes somente na última parte do século XVIII, condicionada pelo fim (histórico e ideológico) do antigo regime e pela transferência para território italiano de ideias e pensamentos que se filiam na revolução francesa. É com certeza grande o contributo, naquela fase, da experiência administrativa napoleónica, resultado num primeiro momento das chamadas “campanhas de Itália” (fase republicana), e em seguida com a dominação de toda a secção continental italiana (fase imperial): com efeito, é nesta época que se realizam as primeiras experiências administrativas unitárias em sentido moderno. Experiências que descendem de uma ideia de identidade transversal a diferentes áreas regionais (as “pequenas pátrias” a que fizemos menção anteriormente): é o caso das repúblicas ditas Cispadana (1796-1797, onde nasce a ideia “tricolor” da actual bandeira italiana), Cisalpina (1797-1802), Italiana (1802-1805) e, enfim, ao reino de Itália (1805-1814). É nesta fase que começa factualmente o processo de regeneração da memória, da identidade cultural e da historicidade ética da “nação italiana”, momento novamente fundacional: o *Risorgimento*. Ou melhor, é nesta fase que aquela começa “espiritualmente”, segundo a designação que lhe atribuiu o historiador de formação liberal Luigi Salvatorelli: num ensaio de 1973⁹⁴ em que tentava problematizar o tema historiográfico, distinguia duas possíveis concepções do processo histórico, uma “espiritual” e outra “material”. De acordo com a primeira, o *Risorgimento* era o produto de uma transformação «intima e completa della vita italiana», que assume num plano político-cultural a efervescência intelectual do iluminismo francês e europeu, começando a desenvolver um amplo debate em torno de questões variegadas, mas que reconduzem ao tema da identidade (literária, linguística, política). Em relação à segunda – que o autor convida a esquecer, porque ingénua e enganadora – o processo de unificação nacional consistiria em reconduzir ao mero acto de anexação territorial, por parte do reino de Sardenha entre 1859 e 1861, dos restantes estados da Península Itálica. Esta última posição, porém, foi historiograficamente superada há muito tempo. Com efeito, o processo de “ressurgimento nacional” é bem mais complexo, composto por elementos e estruturas muito diferentes.

O que é realmente o *Risorgimento*? E de que maneira é encarado pela cultura portuguesa? Em primeiro lugar, temos de notar que o próprio termo, puro produto da

⁹⁴ SALVATORELLI, Luigi, *Pensiero e azione del Risorgimento*, Torino, Einaudi, 1973, passim.

cultura política oitocentista italiana, se manifesta numa escala linguística e morfológica da linguagem histórico-política contemporânea a que corresponde, geralmente, uma unidade semântica. Eis assim que o *Risorgimento* é conceptualmente associável a conceitos como *rinascimento* (renascença), *riscossa* (desforra) ou traduzível em argumentos historiográficos como a “revolução italiana” em português, idioma que apresenta dificuldades menores na aceitação filológica da ideia, graças à existência da palavra “regeneração” e ao seu valor histórico e político. Eis aqui superada aquela “dificuldade de tradução” nas línguas estrangeiras do conceito histórico-cultural da unificação italiana para a qual já apontava Antonio Gramsci, que identificava mesmo nos grupos semânticos «Rinascimento», «Rinascita», uma solução inteligível para a cultura europeia, a partir do momento em que se tratava de «termini che sono ormai entrati nel circolo della cultura europea e mondiale». ⁹⁵ Além disso, Gramsci salientava o que já anteriormente evidenciámos, ou seja, o valor ético-simbólico do termo, que reenvia para um conceito de retorno a um estado das coisas que já existira no passado, assim como «[...] di ripresa offensiva («riscossa») delle energie nazionali disperse intorno a un nucleo militante e concentrato». ⁹⁶

Em 1962, no eco das celebrações para o centenário da unificação italiana (que na altura assistiram a uma mobilização cultural geral das instituições civis e políticas, tal como sucedeu com o recente cento-quinquagésimo aniversário), publicava-se em Braga uma pequena brochura em língua portuguesa onde um autor muito ligado à cultura lusófona, Leo Magnino, tentava delimitar os termos da questão também no contexto cultural lusófono:

«Que foi o “Ressurgimento”? A consciência, que os povos das diferentes regiões italianas tiveram no séc. XIX, de que, de facto, não existia só a Itália geográfica, composta de entidades regionais semelhantes pela língua e pelas tradições, mas também uma “Itália histórica”, destinada a criar nova unidade política, dirigida pelas mesmas leis, governada pela mesma forma, capaz de sustentar a comparação com os outros Estados nacionais da

⁹⁵ GRAMSCI, Antonio, *Quaderni dal carcere*, vol. III – *Quaderni 12-29 (1932-1935)*, Torino, Einaudi, 1977, pp. 2306-2307. Para Gramsci, a tradução estrangeira desta palavra era particularmente difícil porque reconduzia a uma tradição estritamente literária-nacional, que individuava o nascimento com “Roma” e uma continuidade cultural com o seu mito até à fundação do Estado-Nação (ou seja, até à realização do *Risorgimento*). Isto é, remetia para um processo histórico e uma tradição totalmente desenvolvidos no espaço geo-cultural italiano («sono difficili da tradurre appunto perché strettamente legate alla tradizione letteraria-nazionale di una continuità essenziale della storia svoltasi nella penisola italiana, da Roma all’unità dello Stato moderno, per cui si concepisce la nazione italiana “nata” o “sorta” con Roma, si pensa che la cultura greco-romana sia “rinata”, la nazione sia risorta, ecc.»).

⁹⁶ *Ibidem* (p. 2306).

Europa. Teria de surgir, afinal, uma Itália como expressão política, como sínteses de valores, de ideais, de civilização, de expressão cultural e artística, de aspirações, constituindo povo livre e unido».⁹⁷

Nesta pequena brochura podia ainda ler-se outra passagem importante, que pela primeira vez punha em discussão, no contexto lusófono e com referência à cultura portuguesa, a questão que tentaremos levantar no curso da nossa narração: «O exemplo do Ressurgimento italiano, em seu titânico esforço para a libertação dos povos, teve enorme repercussão em toda a parte de Europa e na América, onde se olhavam os acontecimentos de Itália com generosa simpatia»,⁹⁸ lembrando que, em Portugal, tal se traduzirá num modelo de imitação pelos jovens românticos (pense-se na Geração de '70) que na última parte do século celebrarão o “tripúdio laico” de todos os princípios da regeneração, em nome da liberdade dos povos.

Agora, é evidente de que modo é esta visão afectada por uma retórica nacionalista que de facto subordina parte da verdade historiográfica em torno do processo de unificação nacional a interesses de propaganda pátria e celebrativa. Aliás, aquela era uma época em que vigorava ainda uma historiografia celebrativa, empenhada numa leitura e divulgação do tema que se tornasse útil à afirmação de um primado nacional; além disso, a síntese feita por Magnino contrastava com a clássica interpretação gramsciana do *Risorgimento* enquanto fenómeno elitista, em que a participação popular foi absolutamente limitada e marginal. Apesar disso, consideramos importante salientar uma questão central, ou seja que as repercussões de que fala Magnini devem ser pensadas como consequência de um grande fenómeno de mobilidade político-social, que é a estrutura sólida sobre a qual assenta grande parte do processo histórico *risorgimentale*: estamos a falar do exílio político. É neste contexto humano, ideológico e espacial (ou “latitudinário”, como defendemos no subcapítulo anterior) que se consubstancia grande parte quer da ideia nacional italiana no século XIX, quer das concepções em torno da sua arquitectura institucional. O exílio é uma condição que atravessa toda esta história milenária: Dante Alighieri, Francesco Petrarca, Torquato Tasso, Ugo Foscolo são só alguns soantes nomes entre os demais que a ele foram forçados no curso dos séculos, protagonizando-o de forma activa, isto é, transformando-o num momento de fértil produção literária, política e intelectual.

⁹⁷ MAGNINO, Leo, *O Ressurgimento (No Centenário da Unidade da Itália)*, Colecção «Scientia Iuridica», Braga, Livraria Cruz, 1962, p. 5.

⁹⁸ p. 7.

De certo modo, porém, podemos definir o exílio como experiência congénita à humanidade, atravessando-a no curso do seu longo devir histórico: trata-se, com efeito, de um instrumento entranhado em qualquer comunidade social e política. Esta manifesta-se obviamente sob diferentes formas e é vivido consoante diversas sensibilidades: numa tentativa de interpretação eclética desta experiência tão articulada, Giuseppe de Marco evidenciava há alguns anos atrás como ela se consubstancia numa multiplicidade de sentidos e de expressões, manifestando-se (no plano político) na dolorosa condição de afastamento da pátria.⁹⁹ É mesmo deste modo que podemos sintetizar o valor conceptual do exílio político italiano da primeira metade do século XIX; trata-se de um processo que não deixa de afectar também Portugal, lugar onde se “pensa” a pátria, mas por sua vez espaço que abriga uma “pequena pátria”. Eis assim que no lugar da negação e da ausência (condição metafísica do desterro), no espaço da privação de sentimentos familiares, isto é, pátrios, se idealiza o regresso à pátria, à casa comum da própria identidade (cultural, religiosa); imagina-se a sua palingénese (que no fundo é uma refundação, ou nova renascença), debate-se acerca da sua organização. Longe das fronteiras naturais de uma pátria que ainda não é Estado elabora-se a ideia da nação que há-de vir. Na *atopia* (na deslocação para um lugar ausente) realiza-se a *utopia* (a projecção de um lugar ideal mas inexistente), ou seria talvez melhor dizer uma *eutopia*, ideia de um lugar feliz, perseguido, anelado.

O exílio político italiano tem sido alvo do interesse de milhares de pessoas, remontando as suas origens a finais do século XVIII, quando a Península Itálica, estrangida entre o exemplo revolucionário do vizinho francês e o seu mundo interior, feito de *antigos regimes*, já não consegue controlar uma frenética circulação de ideias em torno de um argumento central, o da liberdade (ou liberdades, romanticamente entendidas, segundo Benedetto Croce)¹⁰⁰ que constituirá o núcleo fundacional a partir do qual se originará o debate em torno da questão nacional. A historiadora napolitana Annamaria Rao, numa importante obra sobre o primeiro exílio político italiano transalpino, lembra que é a partir da chegada dos franceses à Itália em 1796 que os projectos de unificação da península

⁹⁹ Cf. DE MARCO, Giuseppe, *Mitografia dell'esule. Da Dante al Novecento*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1996, *passim*.

¹⁰⁰ «Nei primi dell'ottocento, la religione della libertà era fresca di entusiasmo giovanile, e le opposizioni stesse contro le quali combatteva – la religione tradizionale, la monarchia tradizionale, il giusnaturalismo democratico – avevano un che di maestoso e di rispettabile, che mancò ai contrasti che si levarono più tardi. Il romanticismo morale (ele distingue entre romanticismo teoretico e moral, não esqueças) si trovava in mezzo a un rigoglio di speranze, di propositi, di opere generose, che lo contenevano, lo temperavano, lo rivolgevano sovent al bene» (*Storia d'Europa nel secolo decimonono*, 3ª ed., Laterza, Bari, 1972, p. 50).

adquirem maior consistência. Lembra ainda que os patriotas napolitanos e piemonteses que acorrem à Lombardia ocupada por Napoleão para se juntarem àquela nova situação política «premevano non solo per la formazione di una repubblica indipendente nel territorio occupato, ma per la sua estensione attraverso un piano di “rivoluzionamento” generale dei vecchi Stati italiani». ¹⁰¹ Como a própria autora reconhece, estava-se numa fase embrionária da ideia nacional unitária, e um “carácter nacional” italiano estava longe de ter início; mas os próprios patriotas já tinham entrado a fundo na discussão acerca de um dos principais obstáculos no caminho da nação, e que dificultará todo o processo histórico: a preocupação francesa com a vizinhança geográfica de uma entidade estatal peninsular unitária. ¹⁰² Segundo aqueles, tal nunca teria representado um problema para a França revolucionária que, de facto, no imediato acabava de frustrar qualquer ambição dos patriotas italianos, embora lhes tivesse aberto, pela primeira vez, um espaço de legitimação. O jacobinismo unitário italiano, porém, consegue resistir às primeiras desilusões produzidas pela “traição” napoleónica; apesar de tudo, a presença francesa no território da península acaba por constituir o momento fundacional do movimento. Este último, mesmo «[...] sull’empio steso della Francia, mira a fondare non soltanto una “nazione-territorio” ma una “nazione volontà”, “una nuova società”». ¹⁰³ A época napoleónica será um meio condutor extraordinário para a embrionária ideia nacional italiana: uma das experiências mais significativas é constituída pelo empenho militar no exército francês, ao qual serão chamados muitos italianos, quer exilados de finais de Setecentos quer procedentes dos Estados implantados na península. As campanhas militares francesas na Europa, em que os italianos participam amiúde organizados em corpos voluntários “nacionais” (como a Legião Itálica, modelo que, *latu sensu*, será reproduzido pela “Companhia Italiana” durante a guerra civil portuguesa de 1832-34), permitem aos italianos “conhecer-se melhor”, podendo assim ultrapassar quaisquer divisões fronteiriças dentro da sua própria península. ¹⁰⁴

A partir do período de pós-restauração e até meados do século, o exílio é uma condição que se define como fenómeno europeu; nem Portugal será poupado, como veremos mais à frente. Obviamente, cada grupo populacional é portador, nos caminhos do exílio, de ideias e projectos diferentes em relação às pátrias de origem, embora na partilha de um programa anti-absolutista, constitucional, liberal. Nem podemos esquecer que,

¹⁰¹ RAO, Annamaria, *op. cit.*, pp. 109-110.

¹⁰² *Ivi*, pp. 112-113.

¹⁰³ *Ivi*, p. 125.

¹⁰⁴ *Ivi*, pp. 571-572.

simultaneamente, houve uma circulação de homens e pensamentos contrarrevolucionários. Eric J. Hobsbawm, em *A era das revoluções (1789-1848)*, lembra como eram numerosas as colónias de exilados que, a partir de 1820, se começavam a espalhar pelo continente fora, concentrando-se particularmente em duas cidades que acolherão o maior número delas, a saber, Londres e Paris, «nas duas cidades que eram o sol cultural da Europa Oriental, da América Latina e do Levante».¹⁰⁵ Nelas podiam encontrar-se Alemães, Italianos, Espanhóis, Russos (segundo ele, o “maior contingente” de exilados ao longo de todo o período, com mais de 5000 pessoas); «encontravam-se também estudantes e residentes abastados de países pequenos ou atrasados [...] contudo, não eram eles os únicos [...] um destino e um ideal comuns ligavam estes expatriados e viajantes».¹⁰⁶ Expatriados e viajantes: esta dupla condição acaba por afectar muitos de entre aqueles que embarcam dos portos italianos em 1821, em direcção à terra ibérica, nova fronteira da liberdade. É nas experiências “viajantes” de muitos deles – sobretudo os mais cultos, burgueses – que se concretiza a prática do memorialismo (embora, como vimos, nem sempre se trate de memórias imediatas). Falamos de memórias não só das dificuldades de um estado vadio de existência, mas também de lembranças políticas e sociais dos países visitados, das comunidades atravessadas: no nosso caso específico, memórias dos italianos de algures, de “pequenas pátrias” criadas no mundo da emigração que, como veremos, já naquela altura não é exclusivamente política, mas ainda social, económica. As memórias dos exilados que chegam a Portugal cruzam-se com uma presença surpreendente devido às épocas em que se verificam. A emigração política – na sua versão pura ou na dupla condição de exilado/viajante – sobrepõe-se assim àquele outro fenómeno, entrecruzando o plano social com o político, dando início a práticas de auto-identificação comum no estrangeiro.

O caso de expatriados/viajantes não é, porém, exclusivamente italiano: concerne também a emigração política portuguesa durante o restabelecimento da “ordem legítima” que acompanha o fim do triénio vintista, em 1823. O fenómeno migratório de portugueses comprometidos com o regime liberal é forjado, como se vê, pelas mesmas razões do italiano, tendo porém objectivos diferentes (não a obtenção de um princípio de nacionalidade definida, mas sim a mudança de um regime político em que não havia liberdade nem tolerância). Contudo, ambas as experiências serão realizadas num contexto de fôlego continental. Isto tem sido sublinhado por Isabel Nobre Vargues e Luís Reis

¹⁰⁵ HOBBSAWM, Eric J., *op. cit.*, p. 179.

¹⁰⁶ *Ivi*, pp. 180-181.

Torgal, que convidam a analisar o exílio político português de acordo com dois períodos (1823-1826 e 1828-1832) em que teve dinâmicas e características diferentes, constituindo embora «uma saga comum aos liberais europeus do primeiro terço do século XIX».¹⁰⁷

Entre estes, encontram-se figuras que de facto utilizam o exílio como momento de viagem, de descoberta e observação de uma realidade nova, inédita. Eis assim que – a par da proliferação de actividades de jornalismo militante – se gera um memorialismo em língua portuguesa que, por temas e estilos de narração, se aproxima muito do de língua italiana e que se regista na realidade lusitana dos anos vinte. Há um caso importante que merece ser mencionado: o de José Trasmundo Mascarenhas Barreto, sétimo marquês de Fronteira e Alorna (1802-1881). Não é um caso de exílio “duro e verdadeiro”; podemos dizer que se trata antes de um afastamento voluntário ditado pela necessidade de sair do país numa fase em que esta figura pública estava politicamente comprometida com o liberalismo; embora, como o próprio afirma, «não era só a política que nos dera a ideia de viajarmos, era também o vivo desejo que tínhamos de ir ver, de perto, as Cortes mais civilizadas da Europa».¹⁰⁸ Mas há muitas proximidades com a experiência dos exilados italianos, já que as suas memórias, embora ditadas em 1861,¹⁰⁹ conservam um testemunho importante da realidade italiana dos anos vinte de Oitocentos. Trazemo-las brevemente à discussão porque fornecem uma descrição pormenorizada da cidade de Nápoles, cuja “correspondência latitudinal” com Lisboa será reiteradamente evocada ao longo do nosso estudo. Nesse sentido, consideramo-las úteis para perceber de que modo, neste caso – referente, repetimo-lo novamente, a um desterro voluntário e menos empenhado politicamente – se afirma uma perspectiva tendente ao exotismo perante uma realidade alheia. Perspectiva que, como veremos, estará presente quer nos relatos dos viajantes italianos de Setecentos, quer nas páginas deixadas por Pecchio e Collegno.

O marquês de Fronteira chega a Nápoles no Natal de 1825, acompanhado pela sua mulher. Na capital do reino das Duas Sicílias encontra a pequena comunidade portuguesa ali residente e organizada em torno do consulado. A estadia napolitana torna-se numa experiência de magnificência visual, graças à imponente beleza do espaço urbano. O palácio real, o teatro São Carlos, «[...] e a quantidade de diferentes teatros dão a Nápoles

¹⁰⁷ TORGAL, Luís Reis, VARGUES, Isabel Nobre, «Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político», em José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, vol. V – *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 78.

¹⁰⁸ FRONTEIRA, 7º Marquês de, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, 2 vols., Lisboa, Casa da Moeda, 2003, vol. I (partes I-II), p. 41; *apud* TORGAL, Luís Reis, VARGUES, Isabel Nobre, *op. cit.*, p. 80.

¹⁰⁹ As memórias do marquês foram publicadas postumamente, em vários volumes, entre 1928 e 1932. A edição que utilizámos é uma reimpressão anastática mais recente (veja-se nota anterior).

o cunho duma grande capital». Mas é também uma experiência antropológica que os leva a tomar consciência da quantidade e da qualidade da vida humana na cidade que, na altura, era a terceira europeia em população após Londres e Paris (e que por muito tempo tinha sido a primeira). Para este casal, acostumado à vida agreste da quinta de Benfica, a densidade populacional de Nápoles é algo que pasma: «Atravessámos a extensa rua de Toledo, a qual, no que respeita à população e movimento, nada fica atrás das mais frequentadas ruas de Londres e Paris». Dentro deste caos humano, chega a descoberta do elemento exótico, o impacto de uma componente social que alimenta ainda hoje o imaginário de folclore em torno da cidade: a plebe napolitana, “os lazzaroni”. Um conjunto informe de deserdados, de humanidade desprezada, desprovida de identidade e expectativas, animada por pulsões animais, instintivas, violentas:

«os lazzaroni, parte da população de Nápoles, acampavam, naquele tempo, pelas ruas e praças da cidade; havia milhares de famílias que não tinham domicílio; repugnava a sua porcaria e péssimo estado de seus trajés. Um *lazzarone*, em ganhando sessenta reis para comer um pouco de macarrão, não trabalha mais, lhe ofereçam grande jornada».¹¹⁰

Eis assim que a perspectiva do olho estrangeiro cai rapidamente na dimensão da alteridade, como não deixa de acontecer nas memórias dos viajantes italianos em Portugal. Neste caso, os *lazzaroni* são desde logo percebidos como parasitas, hostis a qualquer responsabilidade ou actividade laboral, propensos somente ao eterno lamento da sua condição desgraçada:¹¹¹ nas memórias do exilado português afirma-se o mais clássico – e dos mais eficazes – dos estereótipos de leitura desta particular realidade social e urbana. Apesar disso, porém, Nápoles é uma cidade de faustos, é uma cidade capital, e por isso, com a sua queda em 1861 – ano em que, como vimos, o marquês redige as suas memórias – transparece uma certa amargura nas suas considerações perante os recentes acontecimentos em Itália: «muito difícil é convencer um estrangeiro, que ali tenha residido, de que Nápoles possa ser condenada a una cidade de província».¹¹²

Por sua vez, e como já salientámos nas páginas anteriores, o memorialismo italiano tem lugar no âmbito da grande diáspora política que acompanha o fim dos governos

¹¹⁰ *Ivi*, p. 73.

¹¹¹ «Uma vez, saía eu, com minha mulher, do *Teatro del Fondo*; chovia água a cântaros e a nossa carruagem não chegava; o hotel, em que morávamos, era a pouca distância; eu dava o valor dum cruzado novo a um *lazzarone*, para a ir chamar e não o pude resolver, apesar de este estar quase nú, nem camisa tendo» (*Ibidem*).

¹¹² *Ivi*, pp. 68-69.

constitucionais de Nápoles e Turim. A este respeito, temos de evidenciar o facto de, ao longo dos anos, vários estudos terem tentado definir uma taxonomia deste fluxo de exilados.¹¹³ Contudo, embora tenham sido produzidos bons resultados do ponto de vista prosopográfico, não é possível fornecer dados certos acerca dos emigrados que abandonam a península em 1821 (e nos anos seguintes). No que diz respeito aos piemonteses, são mais de 1000 os que chegam à Espanha naquele período; é muito difícil quantificar o número dos napolitanos (com certeza muito numerosos), entre os quais se destaca o grupo dos mais radicais (grande parte dos moderados prefere rumar à França, e num segundo momento à Inglaterra).¹¹⁴ Numa publicação oitocentista, entre as primeiras a tratar da questão do exílio embora com tons demasiado retóricos e nacionalistas, recordava-se o grande número de expatriados napolitanos pela Europa inteira («se ne trovava in Italia, in Germania, in Francia, in Spagna, in Inghilterra, in America, nelle città barbare, in Egitto, in Grecia»), sublinhando a dureza das condições em que eram obrigados a viver, à beira da miséria, condenados a fazer trabalhos humildes e fatigantes.¹¹⁵

Para os mais empenhados em prosseguir a luta política, a Península Ibérica é o refúgio ideal para partilhar a defesa dos novos sistemas constitucionais, constituindo a Grécia uma meta desejada, um lugar onde praticar as lutas pela afirmação de um alto ideal (neste caso, a libertação e independência daquele povo). Mas o exílio, como é óbvio, não afecta somente personalidades animadas por nobres ideais: no seu meio impõe-se frequentemente a necessidade de sobrevivência, que transtorna as vidas e faz emergir tendências particularmente ferinas, que atestam bem a precariedade existencial no desterro. Na complexidade deste processo, porém, abre-se caminho à elaboração política, a projecção de um percurso e projecto comuns, que retoma o discurso iniciado com a época napoleónica e lentamente o amplia, definindo os seus contornos, a sua moldura teórica e prática: é nas estradas do exílio, é nos lugares a que estas conduzem, que se reforça progressivamente a ideia de uma “casa comum”, de uma identidade culturalmente e politicamente partilhada. É nos caminhos do exílio e nos seus destinos que se imagina a nação como grupo homogéneo e como instituição política.

Como tem evidenciado Maurizio Isabella, é na esfera pública própria do espaço intelectual da internacional liberal (distinguindo-se nisso da análise de Alberto Mario

¹¹³ BISTARELLI, Agostino, *op. cit.*, pp. 77-90; BRON, Grégoire, *op. cit.*, p. 239, nota 4.

¹¹⁴ BISTARELLI, Agostino, *op. cit.*, pp. 89-90.

¹¹⁵ VANNUCCI, Atto, *I Martiri della libertà italiana dal 1794 al 1848*, 3ª ed. [1848], Firenze, Le Monnier, 1860, p. 156.

Banti, que releva a função da “esfera pública” num plano iterno à Península)¹¹⁶ que o *Risorgimento* italiano desenvolve as suas visões políticas e a sua teleologia institucional.¹¹⁷ O projecto nacional define-se como debate e participação. Diferentes são as posições que se constroem, duro e animado é o contraste entre as diversas visões ideológicas: um liberalismo moderado coexiste com um mais radical; um sentimento democrático (republicano e centralista, a partir dos anos trinta) é flanqueado por visões de liberalismo monárquico moderado, ao federalismo democrático do período francês segue-se o desenvolvimento de uma ideia de federalismo regionalista. Tudo isto atravessa a «esfera pública» em que a nação do *Risorgimento* é pensada. O exílio *risorgimentale* é atravessado por estes debates e confrontações ao longo de todo o seu desenvolvimento: todos, sem excepção, testemunham a afirmação de uma causa nacional, que é medida da consciência crescente em torno desta questão.¹¹⁸ Nesta dinâmica, a década de Vinte adquire um interesse relevante pela sua função incubadora de visões e perspectivas, visto que é só a partir dos anos trinta que se diferencia realmente a projecção política da ideia de nação. É na década de Vinte que esta ideia se solidifica e adquire carácter de transversalidade aos grupos políticos e sociais que nela se empenham.¹¹⁹

Mas numa esfera pública transnacional definem-se âmbitos mais restritos, onde este debate acaba por chegar quer por meio da imprensa (as notícias dos jornais, as traduções de livros e panfletos) quer mediante os próprios exilados, que são vectores de informação e criação de consciência para as realidades que os acolhem. Tais âmbitos são constituídos seja pelas sociedades nacionais estrangeiras – cuja opinião pública acaba por ser influenciada por estas presenças – seja pelas comunidades de italianos nelas residentes, cuja proximidade relacional e cultural se encontra muito mais desenvolvida do que na própria Península Itálica, uma vez que em todos os fenómenos migratórios se afirmam práticas de vizinhança e auxílio ditadas pela mais fácil partilha de usos e costumes, e pela maior simplicidade de comunicação. Alberto Maria Banti afirma que, no momento da unificação nacional italiana (1861), existe uma incomunicabilidade linguística de fundo entre a maioria dos italianos na primeira metade do século XIX:¹²⁰ uma opinião que tem a

¹¹⁶ «Le esperienze insurrezionali che a più riprese scuotono la penisola tra il 1820 e il 1831 mostrano quanto ampiamente abbia cominciato a mettere radici tra i più diversi gruppi sociali urbani l’idea di una sfera pubblica regolata dal soggetto collettivo “nazione” e da norme costituzionali che prevedano una qualche forma di rappresentanza» (BANTI, Alberto Mario, *op. cit.*, p. 53).

¹¹⁷ Cf. ISABELLA, Maurizio, *op. cit.*, pp. 29-42.

¹¹⁸ *Ibidem*, pp. 66-68.

¹¹⁹ BANTI, Alberto Maria, *op. cit.*, p. 62.

¹²⁰ BANTI, Alberto Maria, *op. cit.*, p. VI.

sua validade ao considerar a realidade interna à Península Itálica, mas não (em nossa opinião) em relação aos italianos fora dela. De facto, soa estranho que os italianos no estrangeiro (genoveses, napolitanos, piemonteses, lombardos, etc.) não se entendessem entre eles, embora partilhassem frequentemente interesses económicos e sociais (famílias mistas). É inverosímil que os demais trezentos italianos residentes em Lisboa, com respectivas famílias (ou fogos, que analisaremos no capítulo III, mas de que não podemos fornecer dados definitivos uma vez que, como se sabe, o registo civil se desenvolve só a partir do setembrismo) não falassem entre si ou não se entendessem, assim como não se interessassem pelas questões das suas localidades de origem, pelo menos na sua componente mais instruída. Convocamos como exemplo, embora não exaustivo, as memórias dos exilados: nelas podem ler-se vários relatos de ocasiões em que são referidas discussões sobre questões políticas e nacionais com os italianos residentes em países estrangeiros (inclusive, obviamente, Portugal).

Olhando para a comunidade italiana em Portugal – nomeadamente, em Lisboa – nos anos vinte, começa a entrever-se a moldura de uma pequena nação italiana, a entender-se como grupo que partilha uma estrutura de valores e cultural comum, a partir da religião (veremos, mais adiante, a função aglutinadora da “Igreja dos Italianos” em Lisboa). Trata-se de elementos de passagem da nação “sentida” à nação “percebida”; da nação cultural (recebida) à futura ideia de nação territorial (pensada, imaginada).

Claramente, não podemos cometer o erro que Antonio Gramsci atribuía à historiografia liberal italiana de princípios do século XX, ou seja, o de confundir a unidade cultural existente na Península Itálica na fase pré-unificação (segundo o pensador antifascista, própria de uma elite restrita da população italiana) e a unidade político-territorial das grandes massas populares (ainda segundo Gramsci, estranhas àquela tradição cultural de matriz católica). Um erro historiográfico derivado da tradição retórico-literária peninsular que muito tinha alimentado este mito. Mas como será possível entrever no desenvolvimento da nossa argumentação, existe naqueles anos em Lisboa uma comunidade que se pensa como conjunto diferenciado, que se atribui elementos morais de partilha. É uma comunidade que se pensa como um conjunto transversal, compartilhando determinadas práticas que a levam a ultrapassar qualquer divisão geopolítica existente entre os vários grupos regionais; é corpo vivo, «alma» que vive predominantemente dentro do espaço urbano da capital e aí partilha instâncias materiais (espaços, actividades) e imateriais (a sua dimensão “espiritual”, que não se limita ao aspecto religioso).

Assim, como acontecerá muito tempo depois na Península Itálica, na comunidade residente em Lisboa realiza-se, ao mesmo tempo, coexistência e superação daquelas “unidades múltiplas” (elemento temático revivificado por um interessantíssimo e recente estudo)¹²¹ que compõem historicamente e culturalmente o factor nacional italiano. Como já evidenciámos, este último apresenta-se como um quadro compósito, uma tela feita de trechos polimorfos e policromáticos que acaba por envolver a consciência nacional, pela qual mesmo aquelas “unidades múltiplas” acabam por desenvolver uma função proveitosa no processo de unificação. Assim, na proposição previdente de uma realidade historicamente ainda longe de assumir os moldes contemporâneos, na pequena “nação italiana” portuguesa unem-se as “pequenas pátrias” peninsulares: as que, para a maioria dos emigrantes daquela altura (sobretudo, os de origem mais humilde, como o grupo napolitano), constituíam o único mundo conhecido até o momento da partida para o estrangeiro. Lisboa torna-se o espaço social e geográfico em que se anteciparão, em muitos anos, as dinâmicas próprias àquele fenómeno de enormes dimensões que terá lugar com a emigração em massa para o novo mundo, a partir de 1876.¹²²

1.4. A emigração italiana antes da unificação

O ano de 1876 representa uma data de viragem na história social da Península Itálica: é a partir daí que tem lugar, de forma convencional, a grande diáspora italiana para o estrangeiro, em particular para o “Novo Mundo”, cujos países – que precisavam de mão-de-obra para a agricultura – iam progressivamente abrindo as suas portas à emigração, favorecendo a mobilidade de um grande número de camponeses e gente de baixa condição. Desta forma, a mobilidade deixava de interessar a figuras específicas (como artistas, actores ou comerciantes), ou seja, àquela emigração que tinha caracterizado, de forma dominante, a fase de pré-unificação (é o caso de Portugal, como veremos nos capítulos seguintes), tornando-se um fenómeno massivo. Dizíamos que o ano de 1876 é uma data convencional: de facto, representa o primeiro ano em que se procede a um levantamento estatístico dos fluxos emigratórios provenientes da península. Movimentos de alguma importância tiveram lugar antes daquela data, com particular intensidade a partir da segunda metade do século, sendo porém menos conhecidos porque os Estados

¹²¹ SESTITO, Giovanna De Sensi, PETRUSEWICZ, Marta, *Unità multiple. Centocinquant'anni? Unità? Italia?* Soveria Mannelli, Rubettino, 2014.

¹²² Sobre esta questão, cf. CAPPELLI, Vittorio, «Piccole patrie, la patria, altre patrie», in Giovanna De Sensi Sestito e Marta Petruszewicz, *Unità multiple. Centocinquant'anni? Unità? Italia?* Soveria Mannelli, Rubettino, 2014, pp. 337-353.

italianos que compunham o variegado mosaico político da Península Itálica não tinham nenhuma política de controlo e análise da emigração socioeconómica. Mas, como veremos, a migração para fora dos Estados italianos e da península constitui um fenómeno muito anterior à unificação política (1861-1870) daquela região europeia, delineando-se como uma dinâmica relevante a partir de finais do século XVIII, embora com dimensões reduzidas em relação às movimentações que têm lugar no último quartel de Oitocentos.

A grande emigração italiana pode ser considerada o fenómeno mais relevante que se segue à unificação nacional (1860). Trata-se de um processo desencadeado por factores diferentes de natureza económica, social e política, que numa primeira fase acolhe principalmente as regiões do norte da península (Piemonte e Véneto) para depois se tornar endémico na parte meridional do território peninsular. Entre 1876 e o início do século XX são milhões os trabalhadores italianos recenseados em saída do país para se dirigirem além do Atlântico.¹²³

Até anos recentes, grande parte da historiografia da emigração italiana considerou com alguma dificuldade este fenómeno como elemento de construção da identidade nacional.¹²⁴ Trata-se de uma perspectiva que hoje em dia se mostra substancialmente orientada noutro sentido (o nosso estudo também se inscreve nesta senda), juntamente com o alargamento do tempo histórico do fenómeno migratório, que não se pode limitar apenas ao grande êxodo verificado entre finais de Oitocentos e princípios de Novecentos e que deve necessariamente compreender toda a fase pré-unificação.¹²⁵

Nas décadas anteriores à formalização da unificação nacional italiana existe uma mobilidade para o estrangeiro que não se pode descurar, sobretudo tendo em conta o nível de desenvolvimento dos meios de transporte daquela altura. Donna R. Gabaccia estima em cerca de dois milhões os italianos que deixaram a península entre 1790 e 1861 (neste ano, a população total rondava os 27 milhões).¹²⁶ A data de 1790 também pode ser considerada uma data convencional, a partir do momento em que marca a passagem entre

¹²³ A grande emigração italiana pós-unificação é dividida em quatro fases, definidas com base nos levantamentos estatísticos e nas áreas de destino. Entre 1876 e 1961 o total dos italianos emigrados alcançou quase os 20 milhões, cronologicamente distribuídos desta maneira: 1876-1900 (1ª fase, 5.257.830 unidades); 1900-1915 (2ª fase, 8.768.680 un.); 1916-1942 (3ª fase, 4.355.240 un.); 1946-1961 (4ª fase, 4.452.200 un.). Cf. STELLA, Gian Antonio, *L'orda. Quando gli albanesi eravamo noi*, Milano, Rizzoli, 2003.

¹²⁴ Cf. CORTI, Paola, SANFILIPPO, Matteo, «Introduzione», in Id. (a cura di), *Storia d'Italia. Annali*, vol. 24 – *Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. XVIII-XIX.

¹²⁵ *Ivi*, p. XXVI.

¹²⁶ Cf. GABACCIA, Donna R., «L'Italia fuori d'Italia», *Ivi*, pp. 230-231.

o antigo regime e a modernidade, favorecendo – como vimos – uma primeira grande mobilidade política da península italiana rumo à França. Ao mesmo tempo, as últimas décadas do século XVIII revelam um aumento populacional que, ligado por um lado à fase de conflito que se começa a verificar na península (a partir de 1796) e por outro à queda da produção agrícola (com relativo défice nas necessidades alimentares) e às primeiras dinâmicas de urbanização, desenvolvem movimentos migratórios que começam a levar sempre mais italianos pela Europa fora, à procura de melhores condições de vida, mediante o exercício de actividades artesanais ambulantes (de que é importante testemunho o caso dos caldeireiros napolitanos, que analisaremos na parte final do presente trabalho). A emigração pré-unitária caracteriza-se por ser predominantemente temporária (ou seja, o afastamento do território de origem ou núcleo familiar realizava-se durante poucos meses ou anos, com o objectivo de voltar após a acumulação de alguma riqueza), mas é precisamente na passagem entre Setecentos e Oitocentos que parece adquirir uma maior estabilidade que caracterizará as dinâmicas migratórias do final do século. A este respeito, Giovanni Pizzorusso sublinha que «la scelta della direzione delle migrazioni in vista di un maggior guadagno [...] e la prospettiva del ritorno (e quindi del legame col luogo di origine) si riscontrano in tutti gli spostamenti di antico regime sia interni alla penisola [...] sia al di fuori della medesima».¹²⁷

As migrações que caracterizam a Península Itálica a partir da segunda metade de Setecentos revelam ainda outro aspecto interessante: a extraordinária mobilidade de figuras com grau profissional especializado e mão-de-obra simples dentro e fora do território italiano. Esta questão assume especial relevância sobretudo no caso napolitano – sobre o qual se concentra a nossa investigação – a partir do momento em que se tende a considerar o ingente fenómeno migratório que o afecta como principal consequência do problemático processo de união ao resto da península, e que de facto viu o reino das Duas Sicílias sucumbir perante a invasão militar (antes) e política (depois) do reino de Sardenha. Cabe sobretudo a uma recente historiografia revisionista de dominante inspiração “neo-bourbónica” (embora não falem leituras similares mas de diferente conotação ideológica) reivindicar a autonomia económica e política das Duas Sicílias, com frequência através da invocação dos seus “primados”¹²⁸ – alguns, de certa

¹²⁷ PIZZORUSSO, Giovanni, « Migrazioni di lavoro: la penisola italiana in età moderna», *Ivi*, p. 42.

¹²⁸ Sobre o revisionismo historiográfico do *Risorgimento*, mediante o qual se exprime a contestação do processo de unificação e a recuperação de uma memória e identidade “meridional”, destacamos antes de mais os estudos do historiador de formação marxista Nicola Zitara: *L'Unità d'Italia: nascita di una colonia*, Milano, Jaka Book, 1971; *L'Invenzione del Mezzogiorno. Una storia finanziaria*, Milano, Jaka Book, 2011.

forma, indiscutíveis – entre os quais se enumera uma inexistente taxa de emigração. Porém, como revela a investigação, trata-se de uma hipótese que não é verosímil, e que basicamente assenta no *vulnus* citado anteriormente, ou seja, na total falta de qualquer controlo estatístico dos movimentos de saída do reino. Como sublinhámos, os fluxos emigratórios registados a partir de 1876 revelam dimensões nunca alcançadas nas épocas anteriores, assumindo o carácter de “grande êxodo” e de “diáspora”. Mas a existência de uma esfera emigratória também no sul do país antes de 1861 é um dado de facto incontestável que desmente qualquer “primazia” plausível neste sentido. Ou seja, a par de uma emigração intelectual ou de alta especialização (pensamos no âmbito das belas-artes), existia uma emigração de mestres e artesãos, que iam para o estrangeiro oferecer as suas próprias habilidades em mercados onde havia espaço para estes perfis profissionais. Como vimos, a Península Ibérica era um dos destinos de eleição.

1.5 A “nação italiana” em Portugal: um enquadramento teórico e filológico

A existência de uma “nação italiana” na capital portuguesa delinea-se na utilização desta definição ao longo dos séculos: a sua regularização e reiteração atribuem ao elemento terminológico um sentido e uma função diferentes do de “nação estrangeira” prevalecente na idade medieval e moderna, perfilando-se como elemento de valor linguístico-identitário que qualifica uma cultura e não só uma actividade ou um papel económico, que indica um conjunto de forasteiros que compartilham não só interesses mas também traços comuns. A função originária da denominação “nação estrangeira” vigora na Europa até ao século XIX, e refere-se, ao longo de toda a idade medieval e moderna, aos grupos de homens de negócios (mercadores, banqueiros, financeiros) que vêm de fora do país e nele residem, «comunidades estrangeiras, especialmente de comerciantes que vivem e gozam dos privilégios da cidade onde vivem».¹²⁹ É por esta razão que, do século XV até ao XVIII, se ouve falar em Lisboa de nação “florentina”, “placentina” e “genovesa”. Estas designações representam grupos de agentes comerciais e

Mais recentemente, o “novo *meridionalismo*” de teor neo-bourbónico tem levado a obras como: DEL BOCA, Lorenzo, *Indietro Savoia! Storia controcorrente del Risorgimento*, Milano, Piemme, 2003; DI FIORE, Gigi, *Controstoria dell’Unità d’Italia: fatti e misfatti del Risorgimento*, Milano, Rizzoli, 2007; APRILE, Pino, DEL BOCA, Lorenzo et al., *Malaunità. 1861-2011 centocinquant’anni portati male*, Napoli, Spazio Creativo, 2011. Sobre a questão dos primados, veja-se também BOCCIA, Antonio, *I primati del Regno delle Due Sicilie*, in *Ivi*, pp. 157-160.

¹²⁹ *Woordenboek der Nederlandsche Taal*, Den Haag, 1913, coll. 1586-90, *apud* E. J. HOBBSAWM, *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, 2ª ed. (1998), Lisboa, Terramar, p. 21.

financeiros, sediados na urbe com os seus empórios, as suas casas comerciais e, sobretudo, os seus capitais.

Sobre esta questão também a historiografia italiana tem reflectido bastante. Como afirmou Federico Chabod nos seus estudos sobre o conceito de nação, trata-se neste caso (as “nações” de comerciantes) da utilização do termo no sentido “não nacional” (num sentido não moderno, distante da acepção romântica) tal como o mantém ao longo de toda a idade média.¹³⁰ Acrescentamos nós, até meados da época moderna, ou seja até ao momento em que, de um lado, perdurará a nível continental a presença organizada de colónias comerciais regionais e, do outro, até ao processo de “italianização” cultural que atinge a realidade portuguesa a partir do segundo quartel do século XVIII (como veremos melhor no capítulo seguinte). A reiteração deste significado plural é testemunhada, por exemplo, pela utilização que neste sentido faz do termo um pensador como Niccolò Machiavelli, considerado um inovador a nível conceptual para o seu tempo: de facto, utiliza o termo “nação” num sentido ainda plenamente medieval. Nas suas obras, fala de nações florentina, lombarda, véneta, sobretudo quando se refere a homens que vivem em determinadas cidades no estrangeiro.¹³¹

Em Portugal, a partir de meados do século XVIII, afirma-se o uso de uma terminologia conceptual e simbolicamente mais ampla, inclusiva, que tende progressivamente substituindo os epítetos regionais (“florentino”, “placentino”, “genovês”): trata-se da definição de “nação italiana”. Com ela passa a representar-se sobretudo quem é natural da Península Itálica e de cultura italiana, continuando também a referir-se ao cidadão italiano com um certo papel socioeconómico no conjunto da sociedade portuguesa/lisboeta. Por exemplo, lê-se no texto da *Notícia* das exéquias em sufrágio de D. João V, realizadas na paróquia de Nossa Senhora do Loreto em 1751:

«receba entretanto gratamente aquela grande Alma este tenue limitado obsequio, que lhe tributa a Nação Italiana, que da generosa indole, e magnanimidade do seu Augusto Successor reinante, espera aquella mesma protecção, que sempre gozou nos seus

¹³⁰ Cf. CHABOD, Federico, *L'idea di nazione*, Bari, Laterza, 1961, pp. 5-11.

¹³¹ Cf. *Ivi*, pp. 173-179. O exemplo trazido por Chabod na sua obra é esclarecedor desta intenção interpretativa: trata-se da carta enviada por Machiavelli aos *Dieci di Balìa* (uma das magistraturas florentinas) a 1 de Novembro de 1503, por ocasião da eleição ao papado de Giuliano della Rovere (Papa Júlio II): «la nazione vostra se ne è tutta rallegrata, perché di molti fiorentini ci sono che sono sua molto intrinsechi».

felicísimos Estados, e pela qual conservará perpetuamente a gratidão mais activa, e mais constante». ¹³²

Em 1751, a “nação italiana” em Lisboa não é predominantemente composta por homens de negócio, mas abrange já toda uma série de outras figuras profissionais, sobretudo no campo das artes e do espectáculo. Ao mesmo tempo, estamos cientes de que tal epíteto não surge nesta época, mas muito anteriormente, como têm atestado pontualmente estudos recentemente publicados (aos quais fizemos referência no primeiro subcapítulo), que situam a utilização da expressão em épocas anteriores à da *Notícia* que acabámos de referir. ¹³³ Na própria bula de instituição (20 de abril de 1518) do mais importante símbolo da italianidade na cidade de Lisboa, a igreja de Nossa Senhora do Loreto, no Chiado, há uma referência direta a *Confraternitati Itolorum in Civitate Ulixbonen*, entendida fundamentalmente como comunidade de homens de negócio (*viris Mercatoribus*). ¹³⁴ No curso de Setecentos, a referência dominante à comunidade de comerciantes/homens de negócio é superada pela tendência para a identificação de uma comunidade única, transversal, apesar da inexistência, na península, de uma entidade nacional e estadual comum. Uma tendência que coincide, com efeito, com o já mencionado processo de “italianização”, que, no curso desta centúria, se verifica em vários sectores das atividades económicas e da vida pública em Portugal (e cujo princípio se pode convencionalmente identificar com a introdução do elemento cultural mais forte da italianidade, o teatro da ópera, em meados dos anos trinta): não somente comércio, mas também (e sobretudo) arte e cultura. ¹³⁵

¹³² *Noticia do aparato, e magnificas disposiçoens, que para as solennes exequias de Sua Magestade [...] Dom João V, celebrou na sua Igreja de Nossa Senhora do Loreto em 14 de Janeiro de 1751. Pela naçam italiana, residente em Lisboa*, [s. l.], [s.n.], [s.d.].

¹³³ Cf. ALESSANDRINI, Nunziatella, «La presenza genovese a Lisbona negli anni dell’unione delle corone (1580-1640)», *Genova y la Monarquia Hispánica (1528-1713)*, *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Nuova Serie, vol. LI (CXXV), fasc. I (2011), Genova, [s.n.], p. 73-98, passim.

¹³⁴ *Capitulum et Canonici sacrosantae Lateranensis Ecclesiae dilectis nobis in Christo Nobilibus viris Mercatoribus, et Confraternitati Itolorum in Civitate Ulixbonen. Commemorantium salutem, ac sinceram Domino Charitatem*, in Arquivo do Loreto, *Caixa I/Bolle e Brevi*, fasc. 35, p. 6ss, letra G; *Caixa I/Storia della Chiesa*, doc. 39; *Caixa VII*, doc. 1; apud FILIPPI, Sergio, *La Chiesa degli Italiani. Cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*, Lisboa, Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013, p. 40, nota 29.

¹³⁵ «Em Portugal, a italianização percorreu uma estrada livre, com o acesso facilitado pela relação preferencial de Lisboa com a corte de Viena, ativo centro italianizante. Como se sabe, a italianização atingiu não só a música e a dança, mas também a literatura, a arquitetura, a pintura, a escultura, o teatro. E como encontrou para si todo o espaço, instalou-se imperturbável até para além do fim do século, sem sentir as diferentes ameaças críticas à sua hegemonia». SASPORTES, José, *Trajectoria da dança teatral em Portugal*, colecção “Biblioteca Breve”, [Lisboa], Instituto de Cultura Portuguesa, vol. XXVII (1979), p. 33.

Assim, não é por acaso que se pode notar nesta centúria uma evolução semântica do conceito de “nação italiana”, a partir do momento em que se realiza um maciço reconhecimento cultural português da “Itália”: o que tem lugar também na imprensa, facilitando a aquisição, a nível da opinião pública, de uma ideia mais abrangente da identidade italiana. A este respeito, falando de Itália *ante litteram*, são pertinentes as reflexões de Giuseppe Carlo Rossi em relação à “Gazeta Literaria” do Padre Francisco Bernardo de Lima, por si aprofundadamente estudada: Rossi evidencia o facto de este cónego tratar, na sua obra, as questões da “Itália” como conceito geral de identificação, ressaltando as devidas diferenças logo a seguir, mas introduzindo a análise das obras produzidas na península numa visão de conjunto da história literária e artística italianas.¹³⁶ A identificação geográfica única para o desenvolvimento de temáticas históricas, políticas e culturais é algo que se sedimenta na imprensa periódica, de maneira a fixar a Itália como elemento temático reconhecível: em Oitocentos, e nomeadamente nos primeiros anos – nos alvares do surgimento de uma questão nacional italiana – vários jornais portugueses, *in primis* a *Gazeta de Lisboa*, organizam as notícias concernentes à Península Itálica sob um título único e exemplar: “Itália”.

É neste processo que assenta a evolução do sentido da terminologia, que começa a manifestar-se também na linguagem jurídico-diplomática, bem como na linguagem formal-ritual: tal resulta evidente sobretudo na primeira parte do século XIX, fase em que a identidade geopolítica italiana se torna objecto de intensa discussão e luta político-ideológica, verdadeiro âmago do ressurgimento nacional. A análise minuciosa de vários materiais documentais conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) de Lisboa – por exemplo, nos fundos da *Indendência Geral da Polícia* ou do *Ministério dos Negócios Estrangeiros* – permite atestar um uso evidente do termo “italiano” para identificar quem procede da Península Itálica, não obstante a condição de súbdito de qualquer das entidades estatais pré-unitárias. Basta folhear as páginas com elencos de estrangeiros residentes em Portugal e em Lisboa nos anos vinte de Oitocentos para verificar que a utilização desta palavra ocorre frequentemente no registo oficial de numerosas individualidades.¹³⁷

¹³⁶ ROSSI, Giuseppe Carlo, *La “Gazeta Literaria” del Padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)*, Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1963, p. 21.

¹³⁷ Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT). *Intendência Geral da Polícia*. «Estrangeiros residentes em Portugal», liv. 161.

Além disso, deve considerar-se que, a partir do ano de 1800 (decreto de 22 de Abril de 1800), é instituída em Lisboa a *Conservatória Italiana*,¹³⁸ com um magistrado especial, cuja tarefa é dirimir questões de direito penal, civil e comercial que dizem respeito aos súbditos dos diferentes Estados italianos beneficiários de privilégios (predominantemente, homens de negócio). Isto é, existe uma unificação substancial na jurisprudência, que reconhece formalmente a existência da “nação italiana”, como grupo de direito adquirido, embora segundo uma discriminação *de jure*. Mas é certa a existência de juízes conservadores antes desta data, representados pelos quatro corregedores do Cível da Cidade. Em 1800 passa-se à organização da Conservatória como sujeito autónomo, com juiz conservador próprio, pago pela paróquia do Loreto, capaz de intervir em processos judiciais, civis e criminais. A Conservatória italiana foi extinta em março de 1845, e passou por várias vicissitudes, como veremos na parte final do III capítulo.

Como é óbvio, a persistência de uma terminologia com valor jurídico-administrativo (a que se acrescenta o uso social da definição com carácter sócio-identitário, próprio da linguagem informal) não comporta por conseguinte a imediata fixação ou aquisição de subjectividade/consciência nacional a que se refere esta específica adjectivação; isto é, quem for denominado “italiano” não se sente necessariamente membro de uma “nação” portadora de elementos de identidade cultural e política, ligando a sua condição de italiano a um puro elemento de procedência geográfica e fazendo prevalecer, segundo cada caso particular e segundo a oportunidade, uma identidade que assenta na condição de membro (ou melhor, de súbdito) das realidades estatais pré-unitárias italianas. A construção de uma consciência nacional definida é um processo de longo prazo, que ainda no acto formal da unificação (na década 1861-1870) se apresenta como a mais dura problemática para o novo grupo dirigente (“fatta l’Italia bisogna fare gli italiani” é a histórica frase que a lenda atribui ao Marquês d’Azeglio na véspera da unificação, e que sintetiza bem o argumento que acabamos de referir). Por exemplo, reivindicar o estatuto de súbditos dos Estados pré-unitários é, por razões jurídicas evidentes, o recurso dos italianos nascidos em Portugal que querem escapar à obrigação de assentar praça no exército português. Convoco para o presente estudo um caso exemplar (entre vários): em 1825, um tal Stefano Baccigalupo, filho de genoveses, mas nascido em Setúbal, pede para ser dispensado do serviço militar, sendo ele súbdito do Reino da Sardenha. A argumentação utilizada pelo cônsul sardo (o conde Luigi Massimino) na defesa desta

¹³⁸ THOMAZ, Manuel Fernandez, *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1815, p. 236.

instância antecipa um ponto que trataremos em breve e que diz respeito ao papel jurídico e agregativo da comunidade italiana desempenhado pela igreja do Loreto, dotada da autoridade de poder baptizar – a pedido dos pais – os filhos de italianos nascidos em qualquer outra freguesia do país, garantindo-lhes assim o direito a manter a qualidade de forasteiros e os direitos inerentes a esta condição. A cerimónia de baptismo de Bacigalupo prova a sua ligação ao templo dos italianos, e por isso «non può essere annoverato tra i naturali di questi Stati», já que «quelli che non sono nati in questi Regni non saranno tenuti per naturalizzati quantunque vi abbiano dimorato, abbiano sposato donne del paese e vi abbiano vissuto intimamente e fissato il loro domicilio o posseduto dei beni»¹³⁹.

Os casos de súbditos italianos – naturais da Itália e residentes há longo tempo, ou nascidos em Portugal de pais italianos, ou seja, membros daquela a que chamaremos a “dimensão luso-italiana” – chamados a servir no exército real não demonstra ser uma circunstância insólita. Pense-se noutros dois casos piemonteses, os dos irmãos Ermogene e Augusto Costantino Benvenuti, que em Novembro de 1825 pedem dispensa do serviço no Regimento de Infantaria n.º4, onde serviam.¹⁴⁰ Esclarecedor desta situação é um documento de Maio de 1826, que nos diz que no momento da entrada no exército (23 de Abril de 1824) eles tinham só 19 e 16 anos, vivendo sozinhos em Portugal. Na verdade, o conde Luís Massimino tentava forçar a situação neste aspecto no sentido de os poupar à conscrição obrigatória:

«[...] il parere emesso dal Ministro della Guerra sulla domanda che avevo inoltrato in nome dei due sudditi sardi i fratelli Ermogene e Augusto Benvenuti, per venire in questa qualità dispensati dal servizio militare imposto ai naturali degli Stati di S.m.F., egli ha rilevato che il motivo sul quale si fonda la negativa del sullodato Ministro è quello d’esser egli entrati al servizio volontariamente».

O que o cônsul queria demonstrar era que, no momento de ingressão no exército, os dois irmãos não estavam habilitados a tomar tal decisão, isto é, na ausência do pai não podiam decidir sozinhos. Contudo, a partir de 1826 a questão do alistamento obrigatório deve de alguma maneira ser relacionada com a questão do “exército fresco” pretendido pelo marechal Saldanha aquando das primeiras insurreições miguelistas nos finais

¹³⁹ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Legação de Sardenha em Lisboa», cx.511, fasc. “1826”, fl. 28.

¹⁴⁰ *Ibidem*, cx.511, mç. “1825”, fl. 16.

daquele ano; uma situação de emergência que atingirá outros súbditos dos Estados italianos, e de que trataremos com mais pormenores na terceira parte do capítulo III.

A par de outros casos que têm lugar noutros momentos, e que dizem respeito a diferentes proveniências geográficas (como a napolitana), como veremos nos capítulos seguintes, estas vicissitudes permitem-nos também sublinhar o facto de a questão da sua identificação como grupo populacional, a questão do seu estatuto identitário – ou seja, a questão da “nacionalidade” destes homens suspensos entre duas dimensões, a política e a cultural – se definir como contradição dialética: são italianos ou napolitanos, italianos ou piemonteses, etc.? No processo de superação e solução desta contradição tal como tem lugar no estrangeiro, mantém-se uma inevitável dicotomia de base que separa o povo das estruturas burocráticas dos Estados italianos pré-unitários.

Por exemplo, a ambiguidade do conceito de nação¹⁴¹ revelara-se particularmente nos liberais napolitanos que, enquanto no biénio revolucionário de 1820-21 se concentram num discurso patriótico em que a “nação napolitana” é concebida como entidade de referência e transversal à sua sociedade (da aristocracia às classes populares, unidos em torno da monarquia e da constituição), na experiência do exílio amadurecem uma consciência nacional mais ampla, que diz respeito à complexa globalidade da identidade italiana, partilhada e definida com os companheiros de desterro e luta política provenientes da Península Itálica. Transformam assim, como já evidenciámos, a questão napolitana em questão nacional. Trata-se de uma evolução reconhecida pelas mesmas autoridades napolitanas, que porém após o final da revolução individualizam nos exilados os alferes de uma questão “nacional”. A este respeito, as cartas de arquivo fornecem dados interessantes. Por exemplo, o ministro dos negócios estrangeiros das Duas Sicílias, Tommaso di Somma, mais conhecido por marquês de Circello, em Abril de 1821 (logo após a queda do governo constitucional) censurava rigorosamente a atitude do intendente geral da Polícia (Antonio de Blasio), que em vários despachos tinha utilizado a palavra “nacional” em relação a assuntos do reino. Uma ocorrência inaceitável, mormente em referência aos corpos militares ou à marinha mercantil, para os quais só se devia usar a denominação “navios de guerra de Sua Majestade” ou “Real Bandeira mercantil”. Isto porque, como frisava o alto representante do governo napolitano, «[...] quantunque tale espressione in altri tempi non fosse rimarcabile, lo è per moltissimo presentemente attesa

¹⁴¹ BRON, Gregoire, *op. cit.*, vol. I, p. 235.

la vertigine dei mesi scorsi. La prego quindi, Sig. Direttore, a voler disporre che non sia adoperata».¹⁴²

Como vimos, o contacto com as comunidades italianas residentes no estrangeiro acelera a construção desta consciência, veiculando nestas mesmas comunidades um discurso político voltado para a construção de uma entidade política e cultural comum (a construção de um sujeito estadual e nacional italiano). Pelo contrário, para os funcionários dos governos pré-unitários mantém-se a identificação com as pátrias particulares, *conditio sine qua non* para a execução de um papel baseado numa relação de confiança e de obediência. Mas em Lisboa, ao longo desta década, tal dimensão é ultrapassada pelo reconhecimento do espaço social e político em que se desenvolve: a sociedade lusitana considera que estas pessoas são italianas; e as próprias autoridades que intervêm em cada caso específico, reconhecendo a justeza das instâncias de cada cônsul, reconhecem, antes de mais, a existência de uma identidade comum, a italiana. Uniformizando o desfecho positivo de cada requerimento, aliás, aceleram com efeito o reconhecimento formal, político, factual de ser-se italiano. Para as autoridades portuguesas aqueles homens são italianos por pertencerem a uma comunidade considerada italiana, que desenvolve grande parte das suas actividades em torno deste centro de italianidade que é a igreja do Loreto; presídio não só simbólico ou espiritual mas também formal, visto que é aí que os súbditos envolvidos em questões burocráticas ou judiciais vão buscar os documentos para sustentar os seus pedidos. A aquisição desta consciência de “corpo único” por parte das estruturas diplomáticas italianas em Portugal amadurecerá no período de maior crise e ataque a este grupo populacional – os anos de dominação miguelista – levando a práticas e acções unitárias, comuns, que certamente reforçam a afirmação de uma consciência identitária única. De tudo isto trataremos na parte final do nosso trabalho.

Por outro lado, as práticas de identificação realizadas quer pelas instituições (a nível formal), quer pelo ambiente social de acolhimento no estrangeiro (a nível informal), em relação a uma dada identidade colectiva e homogénea, circunscrita a um espaço geográfico e cultural bem definido e reconhecido, também constituem um indiscutível auxílio à formação de um espírito e identidade comuns. É precisamente o que acontece em Portugal, onde se denomina “italiano” quem proceda da Península Itálica ou fale os

¹⁴² Napoli. Archivio di Stato (doravante ASN). *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Polizia. Real Ministero. Diversi (1821-1823)», busta 3582, fasc. s.n. (Napoli 10/04/1821, 1º rip.) n. 273 (carta de Circello a De Blasio, em 02/04/1821).

vernáculos daquela língua ainda informe mas que apresenta muitos traços comuns, e que permite aos italianos residentes no país comunicar entre eles, para lá da língua portuguesa que deviam utilizar nas actividades do quotidiano.

Podemos assim defender um princípio que tem sido sujeito a grande discussão no campo historiográfico, mas que nos parece bastante evidente, pelo menos no caso em questão, a saber, que é no estrangeiro que se forma o embrião da consciência nacional italiana. Este tema está de algum modo relacionado com o paradigma historiográfico braudeliano das “Itálias fora de Itália” (a que aludimos no primeiro subcapítulo), e que alargámos até ao início da época contemporânea, reconhecendo dentro deste alargamento a influência determinante que tiveram os autóctones no desenvolvimento de sentimentos de identidade comum entre os italianos,

«[...] dal momento che quasi sempre consideravano chi migrava dall'Italia come italiano, prima ancora che l'Italia esistesse come stato nazionale. Di conseguenza, l'italianità può davvero esser nata più facilmente e prima tra le popolazioni che vivevano all'estero di quanto non sia accaduto nella stessa Italia».¹⁴³

Nas páginas anteriores evocámos a importância do processo de identificação não exclusivamente sócio-económica dos italianos, que em Portugal começa a ter uma conotação a partir do século XVIII, com o processo de “italianização” a que fizemos referência anteriormente e que abarca vários sectores da vida pública lusitana. Isto não significa que o termo “italiano” ou mesmo a designação de “nação italiana” não guardem uma função originária; função que – como frisámos – subordina a utilização destas expressões à referência a um grupo de estrangeiros cuja intervenção activa na economia da sociedade portuguesa se reconhece, predominantemente no mundo do comércio. No caso das comunidades italianas, a utilização diz respeito a grupos que podemos definir como “regionais” (porque representativos de conjuntos que têm origens e ligações com um território limitado a certas realidades urbanas ou geográficas no contexto global da Península Itálica). Estes grupos marcam o seu percurso histórico na cidade de Lisboa com fases de grande unidade e coesão, e com outras de evidente distanciamento e rivalidade.

¹⁴³ GABACCIA, Donna R., «L'Italia fuori d'Italia», in *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni*, a cura di Paola Corti e Matteo Sanfilippo, Torino, Einaudi, 2009, p. 232. A historiadora canadiana Donna R. Gabaccia, especialista em emigração italiana, reconhece a função aglomerante das sociedades estrangeiras para as quais se dirigem os italianos antes da unificação nacional, embora não partilhe a ideia de funcionalidade – sobretudo política – do paradigma da “nação fora da nação” (ou seja, da existência factual e funcional de uma identidade nacional fora da península, antes da sua unificação).

O primeiro momento tem o seu cume na construção da Igreja da Nossa Senhora do Loreto, em 1518, no ângulo onde a muralha fernandina se abria nas portas de Santa Catarina.¹⁴⁴ Com o passar dos anos, este lugar de culto adquire um papel sempre maior como elemento aglomerador, unificante dos vários elementos que compõem a comunidade italiana na cidade, o que se tornará mais evidente no século XIX. Ou seja, adquire aquela função que Ernesto Galli della Loggia, alguns anos atrás, numa estruturada reflexão sobre a identidade italiana, definiu como factor de controlo da desagregação, da fragmentação geográfica e cultural.¹⁴⁵ Ou melhor, como o único elemento “verdadeiramente italiano”, porque «tratto effettivamente comune all’intera umanità italiana e quindi [...] l’unico aspetto unificante della penisola».¹⁴⁶ Embora esta surja como uma afirmação *ad excludendum* dos direitos de outras experiências culturais verificadas na península ao longo dos séculos, aplica-se à história secular da igreja lisboeta. Este é um sítio de culto e agremiação, reconhecido a todos os níveis sociais pela população portuguesa, sendo que as crónicas do princípio do século XIX já registam os efeitos do seu papel político e social, antecipando – talvez involuntariamente mas substancialmente – soluções de arquitectura institucional que animarão o debate em torno da nação a partir dos anos Trinta, e que serão classificadas como tendências de “neoguelcismo”. É o que bem se pode relevar numa relação pronunciada no ano de 1814, em ocasião das celebrações realizadas na Igreja dos Italianos para a restituição do Papa Pio VII à Santa Sé após a derrota de Napoleão:

«tocava de mui perto a gloria desta restituição milagrosa (porque até em política é um prodígio) à Nação Italiana: todos os diversos Estados da Itália se consolidav[am], e sobre tudo adquiria Roma o seu eclipsado esplendor, a Religião, o seu fóco, e os Fieis a unidade, e o centro da perpetuidade da sua Fé. Este sentimento de alegria, de consolidação, e de prazer a todos os Filhos da Italia não abrangia, ou possuía só os que existem neste paiz tão favorecido do Ceo em tudo; e os italianos, que tão longe da sua Patria, existem em Portugal, se animar[am] do mesmo affecto, e do mesmo respeito pelo

¹⁴⁴ Edificada no século XVI pela variegada comunidade de mercadores de origem italiana (genoveses, florentinos, placentinos, venezianos) graças à doação de parte dos proveitos das transações comerciais, a igreja tem sido objecto de remodelações ao longo dos séculos, devido a vários desastres tais como o devastador incêndio de 1651 ou o sismo de 1755. O rito domingal das 1h30 é oficiado em língua italiana.

¹⁴⁵ GALLI DELLA LOGGIA, Ernesto, *L’identità italiana*, 2ª ed. (1998), Bologna, Il Mulino, 2010, p. 20.

¹⁴⁶ *Ivi*, p. 44.

Soberano Successor, e Vigario de Jesus Cristo, e quizer[am] dar graças ao Omnipotente pelo benefício público, e universal, de que resultavam tantas vantagens à Igreja».¹⁴⁷

Entre os vários exemplos que representam fidedignamente o segundo momento – o de distanciamento e rivalidade entre as várias “pátrias” regionais –, escolhemos dois que dizem respeito à tradição da construção de arcos triunfais, em arte efémera, que até ao final da idade moderna representa uma das obrigações celebrativas das “nações estrangeiras” aquando de importantes ocasiões que dizem respeito à família real ou, em geral, à nação portuguesa. Episódios que – é importante sublinhá-lo – pertencem a uma época precedente à “italianização” da esfera pública lusitana, processo que identificámos como processo de fortalecimento exógeno e endógeno da identidade italiana no país; aliás, tais conflitualidades parecem desaparecer com o início desta tendência cultural, na terceira década de Setecentos. De facto, no verão de 1687, o cônsul florentino Lorenzo (Lourenço) Ginori envia uma petição ao Senado da cidade de Lisboa, pedindo ao rei (Dom Pedro II) que compreenda a impossibilidade da nação florentina de levantar o arco em ocasião da entrada na cidade do casal real (após o segundo casamento do soberano);¹⁴⁸ a justificação apresentada revela, como razão de fundo, o facto de terem ficado em Lisboa apenas duas casas de florentinos (a sua e a de um tal Giovanni Francesco [João Francisco] Poltri),

«[...] e duas pessoas somente é impossível fazerem um arco, e se as outras nações fazem arcos, é porque são muitos e toca a cada um pagar vinte ou trinta mil réis, porém, se duas pessoas sómente fizerem um arco, custará a cada uma mais de seiscentos mil réis [...] considerando os tempos e a falta que ha no negocio e pouco commercio que de presente ha».¹⁴⁹

Esta posição suscita o protesto do Senado da Câmara, que contesta aos florentinos a incompreensível atitude de se diferenciarem e não quererem participar nas actividades com o resto da nação italiana, lamentando «razão de que, estando os florentinos annexos aos italianos para fazerem, nas ocasiões das entradas dos senhores reis d’este reino, o

¹⁴⁷ [MACEDO, José Agostinho de], *Relação das Festas do Loreto*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1814, pp. 1-2.

¹⁴⁸ Em agosto de 1687 desembarca na barra do Tejo Maria Sofia de Neuburgo, segunda esposa de D. Pedro II, após a morte em 1683 da primeira mulher (e sua antiga cunhada), Maria Francisca Isabel de Saboia.

¹⁴⁹ Lisboa. Arquivo Histórico Municipal (doravante AML). *Chancelaria Régia*. «Livro IX de consultas e decretos d’el-rei D. Pedro II», fl. 223; *apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1ª parte, t. IX, Lisboa, Typographia Universal, 1898, p. 8.

arco que sempre fizeram, por causas particulares, que entre elles haveria, se desuniram».¹⁵⁰ A controvérsia é resolvida de forma diplomática pelo soberano, que com resolução régia no dia 9 de Julho demonstra adotar uma política de *just-milieu*: «O senado não obrigue ao consul de Florença a que faça arco, vistas as razões que allega; mas fará que os florentinos, infallivelmente, concorram com a parte que lhes tocar para o arco dos italianos».¹⁵¹

Mais evidente é a ruptura que tem lugar em Fevereiro de 1729, por ocasião da visita à cidade da infanta Maria Bárbara, Princesa do Brasil e filha de Dom João V. São ainda dois comerciantes florentinos – Berardo (Beroardi) Medici e Stefano (Estevão) Olivieri – a dirigir uma petição ao rei (depois remetida ao Senado da Câmara), recusando-se a colaborar com os outros italianos na construção do arco triunfal que a “nação italiana” tinha de levantar para a ocasião, querendo concorrer com os comerciantes portugueses, como já sucedera noutras ocasiões.¹⁵² É evidente que se trata de um contencioso que se arrastava já há muito tempo (particularmente, entre os florentinos e os genoveses, grupo dominante entre os de origem itálica em Lisboa), e não nos foi ainda possível averiguar as causas desta rivalidade. Contudo, a razão oficial que os florentinos apresentam, e que é acolhida pelo desembargador, é a de que devem contribuir para a construção do arco dos homens de negócio portugueses por serem florentinos «[...] e não terem corpo de nação, nem consul n’esta [...] e especialmente porque não podiam sacrificar o decoro do seu principe e honra da sua nação, e subordinar-se a um consul de principe de uma republica, que é mais inferior e sem jurisdicção alguma com os florentinos [...] confundindo-os na geral palavra de italianos». Estas afirmações, que constituem uma reacção à carta de solicitação enviada pelo cônsul de Génova, coordenador de trabalhos e despesas para a construção do arco entre os italianos, expressam a evidente conflitualidade com os genoveses.¹⁵³ Aliás, a própria posição do cônsul de Génova – expoente do grupo de origem italiana mais numeroso em Lisboa – é esclarecedora quer da controvérsia em curso, quer evidentemente daquele que já é, naquela altura, o sentimento público perante o reconhecimento da italianidade: «[...] os florentinos são italianos, e o ducado de Florença está em o centro de Itália, entre o estado de Genova e Roma, e sempre foram reputados para Italianos, e, como taes, gozam dos privilegios concedidos à nação italiana

¹⁵⁰ *Ibidem*; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 9.

¹⁵¹ *Ibidem*; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 10.

¹⁵² OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1ª parte, t. XII, Lisboa, Typographia Universal, 1901, p. 205, nota 2.

¹⁵³ AML. Chancelaria Régia. «Livro IX de consultas e decretos d’el-rei D. João V, do senado occidental», fl. 36; apud OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 208.

e respondem nas suas causas perante o conservador da dita nação». ¹⁵⁴ Afinal, os florentinos são obrigados a recuar nas suas posições, participando na construção do arco da nação italiana que, pelo que transparece das crónicas de imprensa da altura, deu do seu melhor no Largo do Loreto. ¹⁵⁵

Estes dois casos levam-nos a duas reflexões principais: em primeiro lugar, que a coesão comunitária e o reconhecimento de uma identidade partilhada é um processo longo e muito problemático, embora no estrangeiro se encontre mais facilitado por condições contingentes; em segundo lugar, que estas contingências são viabilizadas pelas instituições portuguesas (neste caso, o Senado da Câmara da cidade de Lisboa e até o próprio rei), através de dinâmicas de identificação comum, que vão além das separações (de carácter regional) que existem dentro da comunidade italiana em Portugal. As autoridades portuguesas procuram persuadir o grupo dos florentinos a associarem-se aos demais italianos em momentos de cerimónias públicas, porque para elas são italianos, sem diferenças. Tal facto condiciona inevitavelmente o próprio ambiente social, no qual a religião e as instituições religiosas desempenham um papel importante.

Mesmo tendo em conta esta realidade, podemos reafirmar sem hesitação que os italianos em Lisboa na primeira metade de Oitocentos apresentam elementos e sinais de comunidade, de união, e que o centro propulsor é uma antiga e influente instituição cidadina, pólo de atracção da “nação italiana”: a paróquia de Nossa Senhora do Loreto. Como vimos, por exemplo, no caso do súbdito Baccigalupo e da sua recusa em servir as armas reais portuguesas, a função aglutinadora desta instituição ao longo dos séculos não se manifesta somente na organização da comunidade em torno da vertente religiosa. O seu ofício unificante revela-se numa polivalência de elementos que se manifestam desde a sua fundação, como demonstra a escolha de um culto não “discriminatório” como o da Nossa Senhora de Loreto, particularmente comum em todo o território nacional italiano (e – acrescentamos nós – provindo de outra característica própria da tradição do culto mariano em todo o território da península, ou seja, um ícone negro); ou a decisão de

¹⁵⁴ AML. *Chancelaria Régia*. «Livro IX de consultas e decretos d’el-rei D. João V, do senado occidental», fls. 39-46; *apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.* p. 207.

¹⁵⁵ Como se lê depois na Gazeta de Lisboa de quinta-feira dia 17 de Fevereiro de 1729, o passeio do cortejo real desenvolveu-se desta forma: «No largo da Esperança, onde o Senado d’esta cidade estava esperando a Suas Magestades e Altezas, lhe fez uma elegante oração [...] e logo se continuou a marcha pela calçada do Combro, rua direita do Loreto, rua larga das Portas de Santa Catarina, Chiado, rua Nova de Almada, rua Nova dos Ferros, praça do Pelourinho e Terreiro do Paço, em cujo trânsito havia vinte arcos de triunfo, que em seu aplauso tinham erigido as nações que commerciam nesta cidade, e negociantes e mesteres d’ella, avantajando-se na magnificência aos mais os das nações ingleza, italiana e alemã» (*Gazeta de Lisboa*, n. 7 de 17/02/1729, p. 56).

depender diretamente da diocese de Roma (São João de Latrão), para se demarcar da autoridade do bispo de Lisboa – e do patriarca, a partir de 1716 – definindo desta maneira uma extraterritorialidade (*solum lateranensi*), em que a comunidade vivia fora da sua própria nação, num tempo em que esta ainda nem existia (fracturada em diversos centros de poder, como sabemos).¹⁵⁶

Nas primeiras décadas do século XIX, o papel de centro de reunião e de representação informal desta nacionalidade italiana *ante litteram* é plenamente reconhecido à igreja pela sociedade portuguesa, com efeito antecipadora da oficialização deste sentimento. Esta situação torna-se evidente em 1824, no trabalho de recolha de dados para a publicação da primeira edição do *Almanach Portuguez* (1825) por Marino Miguel Franzini,¹⁵⁷ geógrafo e deputado de origem italiana. De facto, para a compilação das listas dos negociantes estrangeiros residentes em Lisboa naquela altura,¹⁵⁸ Franzini faz recurso aos dados (registos e cadastros) guardados junto das representações consulares das nações recenseadas (britânica, francesa, espanhola, holandesa e flamenga, alemã, cidades hanseáticas e suíça) para recuperar as informações necessárias. Isto é, a sua fonte fundamental de informação é a documentação diplomática, pois não era obrigação nem prática dos comerciantes estrangeiros fazerem-se reconhecer, para este efeito, pelo tribunal do comércio cidadão.¹⁵⁹ Pelo contrário, no caso dos comerciantes italianos (com a significativa excepção de lombardos e venezianos, nesta época sob égide austríaca) a fonte de referência do geógrafo luso-italiano não consistia nos elencos fornecidos pela rede consular dos respetivos estados peninsulares, mas sim pelos do consistente registo civil da igreja do Loreto, disponibilizados pelo provedor da mesma na sua qualidade de “guardiã” e representante de toda uma comunidade. Agora, é verdade, como já sublinharam Maria Luisa Rocha Pinto e Teresa Rodrigues, que havia uma indicação governamental para que os estudiosos de estatísticas e os que trabalhassem nos recenseamentos pedissem informações aos párocos.¹⁶⁰ Ao mesmo tempo, era a própria Junta de Comércio a convidar os cônsules estrangeiros no país a exigir dos negociantes das respectivas nações declarações de seus nomes, firmas sociais, e residências, na

¹⁵⁶ Cf. FILIPPI, Sergio – *op. cit.*, *passim*.

¹⁵⁷ FRANZINI, Marino Miguel (dir. de) – *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*. Lisboa: na Impressão Régia, [s.d.]. pp. 549-550.

¹⁵⁸ ANTT, *Junta do Comércio*, mç.61, cx. 199 (relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa).

¹⁵⁹ ANTT, *Junta do Comércio*, mç.61, cx. 199, fl. s.n. (carta de Francisco Morato Roma, Outubro de 1825).

¹⁶⁰ Cf. PINTO, Maria Luisa Rocha, RODRIGUES, Teresa, «A evolução da população ao longo do século XIX – Uma perspectiva global», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n. 6 (1992-1993), Universidade Nova de Lisboa, pp. 245-284, *passim*.

tentativa de reconstruir um quadro que parecia imparcial, dado que o próprio contador da Junta (Francisco Morato Roma) alertava para a existência de um “trivial prejuízo” de muitos comerciantes perante a inscrição no almanaque, que tentavam evitar para escapar às contribuições obrigatórias a que estavam sujeitos.¹⁶¹

À luz destas dificuldades, a instituição religiosa do Loreto vê ainda mais valorizada a sua relevância social, a partir do momento em que é considerada uma referência com função civil de primeiro plano em qualquer relação com a comunidade italiana. Trata-se de uma instituição respeitável e representativa da “nação italiana” no seu conjunto. O reconhecimento público que Franzini faz do papel desempenhado pela paróquia do Loreto adquire um valor social e – podemos dizer, sem dúvida – até político, porque foi realizado numa altura em que as próprias representações diplomáticas se tornam alvo do interesse das autoridades portuguesas por razões de segurança interna. De facto, o triénio liberal português acabara havia pouco tempo e a repressão dos opositores da restabelecida ordem absolutista tornara-se uma necessidade de manutenção da ordem pública, em que a equação que identificava um estrangeiro com um liberal é assumida como paradigma de referência. Face à ainda consistente presença ou passagem de forasteiros por Lisboa (“especialmente Espanhóis”), o intendente geral da Polícia (futuro barão de Rendufe) em Março de 1824 ordena a todas as autoridades que intervenham neste sentido para os recensear,¹⁶² impondo às legações estrangeiras a máxima colaboração. A resposta das respectivas autoridades italianas é imediata,¹⁶³ mas disso trataremos mais adiante.

Por parte de Franzini – que organizará outras edições do *Almanach* – e das autoridades portuguesas mantém-se obviamente um obrigatório diálogo diplomático com os agentes consulares dos Estados italianos. Por exemplo, na edição de 1826 figura somente a lista

¹⁶¹ «[...] entre alguns negociantes há trivial prejuízo de suporem, que sendo matriculados ou inscriptos no Alamanack, não escaparão aos derrames para empréstimos, ou contribuições geraes, he natural que sem cominação de alguma pena não poderá conseguir-se a exacção que se deseja, e que se promove» (ANTT, *Junta do Comércio*, mç.61, cx. 199, fl. s.n. [carta de Francisco Morato Roma, Outubro de 1825]).

¹⁶² «Faço saber a todos os Estrangeiros estabelecidos, ou rezidentes nesta Capital desde janeiro de 1820 por diante [...] que, no prefixo termo de 8 dias, contados desde o I de abril proximo futuro, se venhão apresentar na Intendencia Geral da Polícia, munidos dos respetivos certificados de identidade, expedidos nas Legações, a que pertencem, a dim de se lhes conferir novo Bilhete de rezidencia, quando estejam nestas circunstancias; e considerar-se-ão suspeitos, e como taes se farão sahir do Reino, aquelles Estrangeiros, que findo o supramarcado prazo, se não acharem rehabilitados. E para que assim chegue a noticia de todos, e ninguém possa alegar ignorância, mandei afixar este nos lugares do costume» (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia [1823-24]», cx. 342, fl.83).

¹⁶³ «[...]nuova misura di sicurezza pubblica adottata dall’Intendente Generale di Polizia verso li forestieri residenti da certa epoca in questa Corte, e assicura S. Ex.^a che se mai concepisse qualche sospetto verso qualche individuo che si presentasse per reclamare il necessario attestato, non mancherà di comunicarlo tosto a S. Ex.^a secondo ne resta prevenuto» (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma»,cx. 233, fasc. “Consulado de Toscana, 1824”, fl. sem número, em 24/03/1824).

dos negociantes sardos, lamentando-se a falta de colaboração do cônsul napolitano. Trata-se porém de uma distinção que não se voltará a repetir nos outros almanaques (como o *Almanak estatístico de Lisboa*), onde os comerciantes italianos continuarão a ser identificados por este título. Além disso, fica a importância do dado: o reconhecimento de uma homologia entre os naturais da Península Itálica, de uma conformidade identitária que se traduz em elemento comunitário e de coesão sociocultural, em torno da instituição religiosa, cujo papel de forjador do sentimento nacional é oficialmente consagrado; instituição que desempenha um importante papel civil, e o qual, em inícios do século XX, Prospero Peragallo não deixará de sublinhar, com grande ênfase: «(a Igreja do Loreto, *nda*) è un inno ad onore della nostra antica colonia; ed inno tanto più glorioso, in quanto che, fra tutte le colonie straniere in Portogallo, essa sola stampò in Lisbona indelebilmente un'orma profunda della sua munificenza, della sua concordia, della sua pietà, nonché dei suoi alti sentimenti patriottici».¹⁶⁴

¹⁶⁴ PERAGALLO, Prospero, *op. cit.*, p.13.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS NO CONTEXTO EUROPEU

PARTE PRIMEIRA. Séculos XVIII-XIX

1.1 Setecentos como século de olhares italianos sobre Portugal

O século XVIII é, fundamentalmente, um período de profunda transformação económico-social se o compararmos com toda a fase de organização social e produção económica antecedente.¹⁶⁵ Esta perfila-se como o período em que teve lugar, segundo a definição do historiador Emmanuel le Roy Ladurie, numa perspectiva de longa duração, a “história imóvel”, após a identificação dos caracteres globais de estagnação ao longo dos quatro séculos precedentes (1320-1720).¹⁶⁶ A mobilidade que caracteriza a economia e a sociedade europeias a partir deste período inclui também a mudança de razões e conotações socioeconómicas da emigração italiana em Portugal. De facto, supera-se substancialmente a época de “importação” de homens detentores de capitais e seus agentes (grupo no qual se podem incluir as categorias de banqueiros e homens de negócio),¹⁶⁷ que tinham facilitado a implantação tanto na capital como no território nacional continental de prósperas colónias (ou “nações”) de mercadores italianos com seus empórios. Consequentemente, a centúria de Setecentos manifesta-se como fase de afirmação de uma emigração mais ligada ao mundo da cultura: artes, ciências e intelectualidades em geral (embora a vertente das profissões ligadas ao comércio e à finança não desapareça totalmente,¹⁶⁸ voltando a surgir com papel de relevo nas primeiras décadas do século XIX). O processo migratório vê alargar o seu fluxo, composto a partir de agora por figuras muito variadas e não ligadas de forma exclusiva ao âmbito comercial-financeiro. Trata-se, enfim, de um processo que começa a enquadrar os

¹⁶⁵ Cf. DIAZ, Furio, *Dal movimento dei lumi al movimento dei popoli. L'Europa tra illuminismo e rivoluzione*, Bologna, Il Mulino, 1986, pp. 41-57.

¹⁶⁶ Para uma leitura específica sobre este tema, veja-se LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Les paysans de Languedoc*, Paris, Flammarion, 1969; ID., «L'histoire immobile», *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 29^e année, n. 23 (1974), Paris, pp. 673-692.

¹⁶⁷ Para uma história da evolução dos termos e sua adopção social para a distinção de diferentes categorias socioprofissionais, veja-se: PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1995, pp. 62-80. Contudo, já Nuno Luís Madureira tinha evidenciado uma certa dificuldade em discernir e categorizar as figuras e profissões fora da análise sociológica, em particular referência à distinção entre a qualidade de negociante e de mercador, de retalhista e de grossista, que define «profundamente ambígua» (MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidianidade [Lisboa 1740-1830]*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 128).

¹⁶⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *op. cit.*, pp. 190-195.

italianos em todas as camadas da economia social, com funções diversificadas: isto é, os próprios emigrantes são muito mais sujeitos às dinâmicas e às flutuações da economia e da sociedade. Há quem enriqueça e quem empobreça, tornando-se neste caso elemento endémico do chamado “povo miúdo”. Contudo, a cultura institui-se como veículo que avoluma e diferencia a presença italiana no país: este fenómeno define-se de forma clara com as políticas joaninas da primeira metade do século, inspiradas pela notável e conhecida sedução exercida sobre o rei pelo mundo cultural italiano, e que o levará a exercer práticas de mecenatismo generoso em Roma.¹⁶⁹

Contextualmente, e como a historiografia tem amplamente demonstrado, a abertura de Portugal às directrizes do iluminismo europeu em meados do século – simbolizada pela parábola governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo – realiza-se através de uma dinâmica de estatização do pensamento público que tem como acto prático a realização de uma política de organização cultural que visa subtrair a hegemonia no mundo académico ao clero. Este é um sector que, no contexto dos Estados do absolutismo mediterrânico e contra-reformista, monopolizava a organização do ensino por meio das ordens religiosas, sobretudo a jesuítica. A política de “internacionalização” do corpo docente, que a partir da fundação do Colégio dos Nobres (1761) passa pela contratação de distintos cientistas europeus, em particular italianos, tem como objectivo atrair para Portugal mentes portadoras de um conhecimento solidamente assente na hermenêutica científica: eis o efeito teórico das políticas “esclarecidas” do Marquês de Pombal.

A par desta convocação de professores estrangeiros e de outras medidas que favoreciam, em geral, a vinda de homens ligados às ciências puras, à música e às artes (no

¹⁶⁹ Muito profundas e procuradas eram as ligações entre a corte joanina e Roma: o próprio rei português torna-se membro (com o nome de “Arete Metello”) do grupo cultural conhecido como Academia da Arcádia, expressão de um movimento ligado aos conceitos de simplicidade e de classicismo em vários campos das actividades humanas, principalmente o literário, e que dinamiza a cultura italiana num sentido anti-barroco. O papel do Rei e a viabilização em Portugal desta cultura abrem o caminho à chegada de literatos e artistas ao país (pense-se, por exemplo, no arquitecto romano António Canevari, autor entre muitas coisas da torre – dita “da Cabra” – da Universidade de Coimbra); além da fundação da Arcádia Lusitana, vários anos mais tarde (1757), que verá a participação de eruditos italianos, tais como o abade Mariano Bergonzoli-Martelli, colaborador do núncio apostólico junto da corte de Dom José I, o cardeal Filippa Acciaiuoli. A Arcádia romana recebeu vários apoios financeiros da casa de Bragança, chegando esta a custear a construída sede da academia (na quinta chamada de Bosco Parrasio, situada na área do Gianicolo, com um projecto de Canevari). O mecenatismo de Dom João V virá favorecer também as artes portuguesas: de facto, em 1720 apoia a fundação de uma academia portuguesa de belas artes na cidade eterna, com vista à formação dos artistas lusitanos. Estes últimos, de volta ao país, determinam o influxo do estilo italiano no Setecentos artístico lusitano. Sobre o movimento da Arcádia portuguesa fazemos referências a três obras, duas de análise geral, outra de leitura específica: BRAGA, Theophilo, *História da literatura portuguesa. A Arcádia Lusitana*, Porto, Lello&Irmão, 1899; ROSSI, Giuseppe Carlo, *L’Arcadia e il romanticismo in Portogallo*, Firenze, LeMonnier, 1941; MARNOTO, Rita, «Teoria dos géneros e prática literária na Arcádia Lusitana: o processo de contaminatio», sep. de *Retórica, poética y géneros literários*, [Granada], [s.n.], 2004, pp. 599-626.

âmbito académico outros italianos chegarão com a reforma dos estudos superiores de 1772), há também uma “vocação” da viagem a Portugal: naqueles anos, a passagem pelo país de um número considerável de estrangeiros apresenta múltiplas causas, concentradas na grande curiosidade despertada antes de mais pela realidade política e histórica – o terramoto de 1755 assume aqui papel de relevo. O viajante estrangeiro – e, nomeadamente, o italiano – é induzido à estadia também pela vontade de encarar a realidade pombalina (procurada, como óbvio, na cidade capital) e possivelmente medir-se com ela, imaginando ou entrevendo nas suas mecânicas a prova provada de uma governabilidade moderna e autónoma.

É importante por isso analisar rapidamente as memórias e as impressões acerca do país que estes intelectuais deixaram sob forma escrita (em publicações coevas ou póstumas); ao mesmo tempo (sendo nosso objectivo seguinte tratar de forma mais particularizada as relações luso-napolitanas), é igualmente necessário sublinhar que, no caso dos viajantes italianos que chegam em meados do século, não cheguem intelectuais napolitanos; contudo, os textos deixados por estes escritores constituem os mais importantes testemunhos de Portugal daqueles anos elaborados no molde do memorialismo de cultura italiana (embora não de língua, sendo algumas escritas em francês ou inglês).

Os escritos de Giuseppe Baretti¹⁷⁰ e Giuseppe Gorani (e, de forma marginal, as páginas deixadas por Vittorio Alfieri)¹⁷¹ adquirem relevância porque, como afirmou Grégoire Bron, constroem uma primeira narrativa do tema da decadência, que se prolongará nos relatos dos viajantes e exilados liberais dos anos Vinte do século XIX. É na base desta ideia que se torna impossível ignorá-los na economia global do nosso estudo, embora já outros estudiosos tenham falado sobre o seu trabalho. Aliás, ao longo dos anos estes textos receberam uma considerável atenção do mundo cultural português, tendo alguns sido republicados até à época presente, devido à profunda e estruturada análise de diversos aspectos da vida do país (que nem sempre a intelectualidade autóctone tem aceitado e discutido): este aspecto confirma a importância destas memórias, que na dureza da crítica da realidade observada ultrapassam amiúde aquelas deixadas, por exemplo, pelos exilados da primeira metade de Oitocentos (como veremos mais à frente);

¹⁷⁰ Para uma detalhada biografia deste intelectual piemontês (1719-1789), veja-se: FUBINI, Mario, «Baretti, Giuseppe», *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. VI, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1964, pp. 327-335. Também se assinala o perfil biográfico presente em SANTOS, Piedade B., RODRIGUES, Teresa e NOGUEIRA, Margarida, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 93-94.

¹⁷¹ Cf. [ALFIERI, Vittorio], *Vita di Vittorio Alfieri da Asti scritta da esso*, tomo I, Italia, [s.n.], 1809, pp. 208-212.

e até por aqueles que aqui chegaram para amparar a causas da liberdade através de um empenho militar directo (os liberais italianos no “Exército Libertador”).

As viagens destes dois intelectuais italianos realizam-se nos anos Sessenta do século XVIII. O primeiro a chegar é Baretto, cuja estadia na margem atlântica – em reforço ao que acabamos de dizer – foi já abordada por estudiosos quer portugueses quer estrangeiros.¹⁷² Este desenvolvimento intelectual piemontês atraca na barra de Lisboa em meados de Setembro de 1760, na companhia de Edward Southwell, rebento de uma rica família britânica, com quem viaja rumo à Itália após vários anos passados em Inglaterra (elemento geográfico recorrente, como veremos, nas peregrinações italianas com destino ou a partir de Portugal). As suas “cartas” sobre o país ficaram famosas assim que foram publicadas por terem provocado os veementes protestos do embaixador português junto da Corte de Viena (a que pertencia, então, a cidade de Milão, onde Baretto publicou uma primeira parte das ditas cartas, em 1762), o conde Ambrósio Freire de Andrade, devido às descrições e apreciações muito pouco lisonjeiras da sociedade lusitana e de seus bens materiais e imateriais. Por isso, após esporádicas publicações de partes da obra, o texto completo demorará algum tempo a ser publicado em primeira edição, vindo esta a ser impressa em Londres, em 1770, escrita em língua inglesa e com título reformulado.¹⁷³

A experiência portuguesa de Baretto, assim como a do grande nome do pré-romantismo italiano, Vittorio Alfieri (que, como vimos, não deixa grande memória da sua passagem nesta terra) encontra uma boa representação nas palavras de Francesca Di Giuseppe, que definiu as narrações de viagem sobre Portugal como o relato de uma experiência a meio-caminho entre o *Grand Tour* aristocrático (que tinha como meta de eleição na península

¹⁷² Algumas referências: a primeira tradução em português, por Alberto Telles, em BARETTI, José, *Cartas familiares (XV a XXXVIII)*, Lisboa, Typ. Barata&Sanchez, 1896; as reflexões a partir da edição crítica de Mario Meneghini, republicada (1ª ed. 1897) com organização de B. T. Sozzi em BARETTI, Giuseppe, *Scritti*, Firenze, Sansoni, 1963; a edição crítica (tradução, prefácio e notas) de Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão em BARETTI, Giuseppe, «Cartas de Portugal», sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXI, Coimbra, [s.n.], 1970; LANCIANI, Giulia, «O Portugal de Baretto», *Estudos Italianos em Portugal*, n. 43-44 (1980-81), Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, pp. 139-158; NERY, Rui Vieira, «Música e dança na sociedade pombalina – As cartas de Giuseppe Baretto», *Adágio*, n. 21-22 (1998-99), Évora, Cendrev, pp. 24-39. Mais recentemente, assinalam-se as análises de RIBEIRO, Jorge Martins, «Viajantes italianos em Portugal nos séculos XVIII e XIX», em Francisco Topa e Rita Marnoto (org.), *Nel mezzo del cammin. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Porto, Sombra pela Cintura, 2009, pp. 293-313; PIFFERI, Stefano, *Il Portogallo attraverso le lettere familiari e il Journey di Giuseppe Baretto*, Viterbo, Sette Città, 2010; DI GIUSEPPE, Francesca, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tesi di Dottorato di ricerca in scienze storiche, archeologiche e storicoartistiche (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”, 2010, pp. 156-164.

¹⁷³ BARETTI, Giuseppe, *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*, London, printed for T. Daves...and L. Davis, 1770. Uma boa organização em língua italiana das cartas de Baretto é publicada, postumamente, vários anos a seguir: *Lettere familiari di Giuseppe Baretto, a' suoi fratelli Filippo, Giovanni e Amedeo coll'addizione delle lettere Istruttive e della vita dell'autore compilata da Camillo Ugoni*, Milano, per Giovanni Silvestri, 1836.

itálica) e a sucessiva epopeia da emigração política do século XIX. Porém, apesar da existência de similitudes morais e ideológicas com os homens que deixaram a península devido às primeiras vicissitudes do *Risorgimento* (contestação do poder vigente, afastamento público como travessia pela liberdade), não é possível estabelecer nenhum paralelismo entre as duas experiências: as incursões dos viajantes setecentistas são fundamentalmente viagens de prazer, animadas pelo gosto do conhecimento, fora do constrangimento típico do exílio e sem qualquer objectivo político.¹⁷⁴

As memórias de Baretti são particularmente interessantes porque nelas se revela a repetida intenção de compreender a crise da sociedade portuguesa partindo do exame minucioso e depreciativo de um determinado elemento social: a plebe lisboeta, que, por causa de algumas vicissitudes ocorridas ao persistente observador piemontês, torna-se uma verdadeira obsessão. No fundo, o tema da decadência é afirmado através da miserável condição do povo e da compreensivelmente escassa produção literária portuguesa:

«Mas, tenha ou não razão em concluir que a plebe portuguesa é a pior da Europa, como cidadão do mundo e como membro da grande sociedade chamada género humano, lastimarei muito se a experiência, nesta minha breve estadia aqui, me vier a convencer que é pouca a diferença entre o populacho e o não populacho em Portugal, como muitos pretendem fazer-me acreditar [...] pelo que me informam os frontispícios de muitos livros portugueses que tive na mão e dos seus mais apreciados autores, o comparar a literatura impressa nesta língua com a impressa em italiano, francês e inglês seria o mesmo que comparar tortulhos aos ciprestes e Polichinelo a Hércules, e onde a literatura não está em voga e espalhada aqui e além, numa nação, esta deve ser quase por necessária consequência grosseira, cheia de defeitos e de barbárie, e os seus sujeitos, uns mais, outros menos, devem agir mais animalmente do que os das outras nações, tornadas cultas pelos seus muitos teólogos, muitos filósofos, muitos poetas e muitos estudiosos em todos os campos»¹⁷⁵

¹⁷⁴ Cf. DI GIUSEPPE, Francesca, *op.cit.*, pp. 157-158; 164; GALANTE GARRONE, Alessandro, «L'emigrazione politica italiana del Risorgimento», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XLI (1954), I-III, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 223-224. Na opinião deste autor, é só com a eclosão da revolução francesa que se torna preeminente a questão da transformação política da Península Itálica; isto é, gera-se então a longa epopeia da emigração política. Todo o conjunto de figuras que fugiram durante o século XVIII pode ser considerado como herança de uma tradição secular de saídas por razões políticas e religiosas, embora estruturalmente diferentes das do exílio político do *Risorgimento*.

¹⁷⁵ BARETTI, Giuseppe, «Cartas de Portugal», traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, sep. de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXI, Coimbra, [s.n.], 1970, pp. 89-90.

A superioridade reside na sensibilidade clássica, bem como na recuperação dos grandes textos da antiguidade, tema que suscita interesse tendo em conta que Baretto é um dos grandes críticos das manifestações intelectuais ligadas a movimentos como o da Arcádia, que, como vimos, naquele anos se enraizava também em Portugal como resposta tardia a uma época próspera como a barroca. Na antecipação da afirmação da cultura do neoclassicismo europeu (com efeitos talvez mais evidentes no resto do continente, mas que no país se vinculariam rapidamente aos meios de difusão como o teatro)¹⁷⁶ torna-se também manifestação de uma sensação de liberdade, que – entre várias coisas – custará a vida a um dos seus fundadores, António Correia Garção, falecido após ter sido aprisionado por Carvalho e Melo (que também de início tinha impulsionado o desenvolvimento do movimento).¹⁷⁷ Ao mesmo tempo, é evidente a crítica avançada contra as temáticas desenvolvidas por Jean-Jaques Rousseau, que, no mesmo ano em que Baretto dava à estampa a primeira e parcial versão das suas cartas (1762) publicava em Amsterdão, *Emílio*. Baretto é contrário à filosofia natural da educação, representada por «sabichões modernos», que «zombam principalmente de quem faz os miolos em água com os antigos escritores gregos e latinos, que foram, são e serão sempre as mais límpidas fontes do saber humano e os mais poderosos antídotos contra a ignorância, e contra a inospitalidade e barbárie». ¹⁷⁸ Na crítica ao sistema de ensino, particularmente ao das Universidades há-de ler-se também a crítica à expulsão dos jesuítas (1759), guardiões daquela cultura clássica e do sistema de ensino que agora faltavam, encaminhando os portugueses para um estado primitivo (faz-se também uma crítica à falta de uma universidade em Lisboa, que foi substituída pelas escolas das Necessidades).¹⁷⁹ Pode assim avançar-se com o argumento final: «Ingleses, Franceses e Italianos são todos unânimes em dizer que cá se não estuda nada de importante e que a maior parte deste povo só aprecia genealogias, capas, mulheres, mandriice e ver gente que se desbarrete

¹⁷⁶ A difusão em Portugal da obra de um autor como PietroMetastasio, ícone do neoclassicismo europeu, está ligada à própria figura do Marques de Pombal, que se encontraria na sua missão diplomática em Viena, pela altura em que o comediógrafo italiano se torna o principal poeta de corte do imperador Carlos VI, tornando a capital austríaca no centro de irradiação da cultura neoclássica para o resto do continente (cf. RODRIGUES, Graça Almeida, «Anticonformismo na primeira metade do século XVIII» em Maria Helena Carvalho Dos Santos [coord. de], *Pombal revistado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, 2 vols., vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, pp. 282-285; como afirma esta autora, o teatro lírico metastasiano «será um favorável aliado de uma imagem viva, a ser oferecida, do poder real»).

¹⁷⁷ Cf. REBELLO, Luís Francisco, «O Marquês de Pombal e o teatro», em Maria Helena Carvalho Dos Santos (coord. de), *op. cit.*, vol. II, p. 100.

¹⁷⁸ BARETTI, Giuseppe, *op. cit.*, p. 90

¹⁷⁹ RIBEIRO, Jorge Martins, *op. cit.*, p. 300

diante deles».¹⁸⁰ Como é sabido, a reforma ainda estava por vir, e chegará alguns anos mais tarde. Contudo, e como vimos, a sua atitude detractiva incomodou a opinião pública portuguesa, e isso deve-se provavelmente à justificação aposta que encontramos numa carta sem data, onde o autor se procura desculpar perante as altas classes, entendidas como lugar das boas pessoas, que também existem, mas sem renunciar a «dizer bem de muitíssimos indivíduos portugueses não da plebe».¹⁸¹ Afinal, o seu arrependimento não lhe valeu qualquer clemência portuguesa: quando fazia tenção de passar por Portugal, em 1766, como etapa intermédia na viagem de regresso (Génova-Lisboa-Falmouth) é-lhe recusada a carta de visto pelo cônsul português na cidade lígure, um tal Nicola Piaggio, considerado um informador do Conde de Oeiras na península.¹⁸²

Embora com impressões pessoais e avaliações finais próximas das de Baretti sobre a situação do país, diferente é a experiência lusitana do aristocrata milanês Giuseppe Gorani,¹⁸³ arrojado e ambicioso jovem a quem «nada lhe parecia digno de si», porque «o que desejava era um trono» (segundo uma sarcástica descrição de 1911).¹⁸⁴ O italiano chega a Portugal com 25 anos, após prolongadas andanças em todo o continente; provido de boas referências, consegue entrar no círculo de Carvalho e Melo, que por sua parte começa a utilizá-lo como um joguete nas suas mãos; em troca, Gorani recebe encargos e graduações militares, que nunca o satisfarão.¹⁸⁵ Abandona o país encoberto numa mentira (a suposta morte do pai): a sua partida é uma fuga da decadência, sobre a qual escreve

¹⁸⁰ BARETTI, Giuseppe, *op. cit.*, p. 118.

¹⁸¹ «Mas no caso de vir a imprimir esta minha viagem, rogo desde já ao leitor que note que, se em algumas destas minhas cartas trocei a maltratei a parte mais abjecta da plebe de Portugal, também me não esqueci de dizer bem de muitos indivíduos portugueses não da plebe. Já não falo na minha descrição do terramoto em que pintei, creio eu, com nobreza e vivacidade de cores, a alma boa e compadecida de um monarca que muito brilhantemente se mostrou condoído e bondoso naquele angustiado transe. Já não falo de que, quando descrevi a cerimónia patriarcal, notei a extrema e exemplar piedade da Rainha e a comparei com a de um filósofo [...] Se o tempo e as circunstâncias me tivessem permitido olhar face a face os ministros, os nobres e as outras pessoas mais importantes do reino lusitano, estou certo de que uma vez por outra teria o ensejo de elevar o estilo, pintar a prudência e a justiça dos ministros, as virtudes e qualidades magnânimas dos nobres e dessas pessoas notáveis. Tanto pelo que vi como pelo que ouvi dizer, a gente nobre e educada em toda a moderna Europa é geralmente muito uniforme e semelhante» (BARETTI, Giuseppe, *op. cit.*, p. 153; referido também em RIBEIRO, Jorge Martins, *op. cit.*, p. 298)

¹⁸² Cf. BARCHIESI, Roberto, «Italia e Portogallo nel Settecento», estratto degli *Atti del quarto Congresso dell'Associazione Internazionale per gli studi di lingua e letteratura italiana, Magonza e Colonia, 28 aprile-1° maggio 1962*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag GMBH, 1965, p. 96, em referência à carta de Baretti em 7 de Junho de 1766, contéuda em *Epistolario*, a cura di L. Piccioni, I vol., Laterza, Bari, 1936, pp. 331-332.

¹⁸³ Para o perfil biográfico, veja-se SANTOS, Piedade B., RODRIGUES, Teresa e NOGUEIRA, Margarida, *op. cit.*, p. 94.

¹⁸⁴ [TOMÁS, Pedro Fernandes], *O Conde Gorani em Portugal (1764)*, Figueira, Imprensa Lusitana, 1910, p. 9.

¹⁸⁵ É nomeado Ajudante-geral do regimento de Lippe, muito prestigiado porque se tratava do primeiro regimento do exército, em serviço junto do rei e da família real. Mas ele desejava outro enquadramento da sua pessoa: almejava elevadas posições na diplomacia.

páginas pouco lisonjeiras, em que regista a estadia em Portugal; e tal como acontecera com os escritos de Baretto (embora muitos anos mais tarde), os de Gorani provocam a indignação dos portugueses: em finais de Oitocentos, Pinheiro Chagas não terá dúvidas em apelidar de “imbecil” a memória lusitana do “aventureiro” italiano.¹⁸⁶

As suas primeiras horas em Lisboa já nos apresentam um tópico que desenvolveremos ao longo da nossa análise: a presença italiana no reino e, nomeadamente, na capital. Esta presença acompanhava a notável influência cultural daqueles anos e o difundido interesse pelas coisas italianas entre as classes mais abastadas.¹⁸⁷ De facto, a hospedaria onde encontra o primeiro abrigo, dita das “Santas Almas do Purgatório” (situada perto do antigo palácio da Inquisição, no Rossio), pertencente a um genovês que integrava a numerosa comunidade ligure nesta cidade. Segundo o curador das edições portuguesas, Castelo Branco Chaves, a chegada de Gorani a Portugal não seria ditada pelo acaso ou pela necessidade de buscar oportunidades, mas sim para desempenhar o papel de espião ao serviço de alguma potência estrangeira, que ele, porém, não identifica.¹⁸⁸ Além de explicitar a razão específica que o leva a Lisboa, as páginas de Gorani constituem uma excepcional descrição quer da cidade (numa aceção sócio-urbanística), quer da estrutura de poder pombalina, pela qual ele próprio será constrangido à obediência mais cerrada. As páginas que escreve desvendam-se na profunda crítica à sociedade portuguesa (é aqui que surge o tema da decadência), definida sem hesitação como «cloaca da perversidade».¹⁸⁹ A este respeito Gorani avança com uma interessante teoria do poder em Portugal, concebida segundo uma ideia de círculos concêntricos, em que a eficácia e intensidade da autoridade pombalina abrandam à medida que se distancia do centro, que é a capital. Isto torna-se evidente aquando da sua reflexão sobre a detestável opressão exercida pelo Conde de Oeiras particularmente (e mormente) sobre o ambiente urbano de

¹⁸⁶ Cf. CHAGAS, Pinheiro, *Migalhas de história portuguesa*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1984 (1893), pp. 151-158. «Quando se lêem estas coisas, sente-se um profundo desalento. Não há meio de se conseguir que os estrangeiros nos estudem a sério. A maledicência de qualquer aventureiro basta para anular os nossos grandes homens, para ridicularizar a nossa civilização, para transformar a sociedade portuguesa numa sociedade excepcionalmente inepta, cujos costumes são do domínio exclusivo da musa burlesca de Offenbach» (p. 158).

¹⁸⁷ Gorani fornece um testemunho da difusão da cultura italiana na cidade nos tempos do pombalismo quando fala do seu conhecimento – e paixão – com a filha de um rico judeu convertido, que vai encontrar em sua casa: «logo na primeira visita a deliciosa criatura não se fez rogada para tocar piano-forte e deixar de ouvir a sua celeste voz. Nunca, na minha vida, ouvi pronunciar tão bem o italiano. Cantou algumas árias de Metastásio tão bem como o faria a primeira cantora do Grande Teatro de Nápoles. Sabia italiano como se tivesse nascido em Itália e, além disso, era grande conhecedora de todos os poetas italianos, dos poetas espanhóis e de Camões» (GORANI, Giuseppe, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 106).

¹⁸⁸ Cf. CHAVES, Castelo Branco, «Introdução», em Giuseppe Gorani, *op. cit.*, pp. 11-20.

¹⁸⁹ GORANI, Giuseppe, *op. cit.*, p. 101.

Lisboa, uma evidência de maldade que se torna progressivamente menos perceptível nos ambientes mais afastados da cidade. Com efeito, durante a sua viagem ao Porto encontra um ambiente mais sossegado, amigável e afável; diz ele, é porque «no Porto era-se menos escravo e, portanto, melhor se revelava o carácter nacional».¹⁹⁰

Nas suas memórias encontramos a imagem de uma cidade, Lisboa, cujo imaginário colectivo e cuja vertente de sociabilidade caracteriza ao longo de um período que vai muito além da época do pombalismo: é a cidade onde está a surgir e se afirma o interesse pelo teatro italiano, ou lírico; como dissemos, uma presença imponente¹⁹¹ na cultura e na sociedade, que se prolongará por decénios e que estará presente em todas as memórias dos seus visitantes, nomeadamente os italianos, pelo menos até metade do século seguinte. Considere-se que em 1742, «tutti i musici della Patriarcale erano italiani; ugualmente lo sono gli architetti che costruiscono i teatri e preparano le scenografie».¹⁹²

A comédia e o melodrama, aqueles a que se chama “Ópera Italiana”, são um entretenimento citadino muito difundido entre as várias camadas da sociedade. Trata-se de modalidades que chegam a ultrapassar a popularidade das próprias touradas, mais próximas ao gosto do povo miúdo, mas que se encontram em (aclorada) crise na segunda metade do século. Pelo contrário, aquelas manifestações culturais representam a diversão domingal, que se abriga em vários teatros da urbe, onde os “castrati” dão o melhor da sua versatilidade, enquanto a participação das mulheres, quer no espectáculo quer na plateia, é muito reduzida, embora ainda não esteja proibida (o que acontecerá concretamente com o alento moralizador do reinado de D. Maria I, que deste modo golpeará a ópera italiana, em vários meios considerada perigosa pela difusão de maus costumes entre a população).

¹⁹⁰ Ivi, p. 180.

¹⁹¹ Não podendo nesta sede aprofundar a temática, sobre a qual já muito se escreveu, utilizamos a síntese de Giuseppe Carlo Rossi, útil também a perceber a dimensão desta presença «vertiginosa e ardentíssima de atmosfera italiana em todos os aspectos e a todos os níveis» da cidade de Lisboa e da sociedade portuguesa: «[...] a história da presença italiana no mundo teatral português do século XVIII pode bem ser repartida, portanto, em vários e diversíssimos capítulos: o dos poetas – ou autores de versos – que escreveram – ou dos quais se deduziram – os libretos para as obras representadas em Portugal [...] dos músicos que desenvolveram actividade em Portugal, frequentemente compondo óperas expressamente para o público português [...] dos artistas de canto [...] dos balerinos (desde Sabatini a Colonna); o dos arquitectos (entre todos, Fortunato Lodi, a quem se deve o Teatro Nacional de D. Maria em Lisboa); o dos cenógrafos, dos empresários, e continuando até ao dos pintores e decoradores, dos estucadores e dos fornecedores de indumentária teatral» (*A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Porto, Livraria Telos, 1973, pp. 116-117). Por seu lado, Graça Almeida Rodrigues (fazendo referência ao trabalho de Emilio Lavagnino) salienta como «chusmas de músicos e de artistas plásticos desembarcam em Portugal e são agregados ao grande espectáculo da ópera»; circunstância que «incorpora Portugal àquela vasta unidade cultural que seria a Europa do tempo, olhada como uma vasta colónia italiana, por virtude da força expansionista do melodrama; na linguagem dos seus poetas, na execução dos seus cantores, na presença dos seus maestros» (RODRIGUES, Graça Almeida, *op. cit.* pp. 282-283).

¹⁹² Cf. BARCHIESI, Roberto, *op. cit.*, p. 94.

O próprio Marquês de Pombal terá de tomar conta de uma das mais destacadas figuras femininas, a cantora italiana Anna Zamperini, grande animadora da “sociabilidade italiana” nos ambientes aristocratas de Lisboa e até inspiradora das modas da altura.¹⁹³ A artista veneziana, chegada a Portugal em 1772, envolveu-se desde logo numa relação amorosa com o filho de Pombal, Henrique. O jovem, totalmente deslumbrado pela sensualidade desta mulher cortejada por numerosos admiradores, foi levado por ela a gastos excessivos mesmo tendo em conta o ingente património da sua família, obrigando assim o pai, uma vez descoberta a relação (1774), a ordenar a imediata expulsão do país da atrevida *femme fatale*.¹⁹⁴

No país que Gorani deixa em meados dos anos sessenta, a “indústria” do espectáculo encontra-se em estado de seu crescimento e os italianos contribuem para esse desenvolvimento. Actores, libretistas, cantores, cenógrafos enchem as principais cidades do país e protegem a difusão de um género que com facilidade adquire a função muito próxima ao conceito de *panem et circensis*: ou seja, de entretenimento do público numa fase histórica em que a aparente imobilidade social – sobre a qual se alicerça o absolutismo lusitano – impõe igualmente formas que sejam válvulas de controlo da pressão social. Sobretudo, o teatro é o lugar de sociabilidade predilecto dos visitantes estrangeiros, nesta altura e, mas tarde, no caso dos exilados do século XIX.

1.2 Portugal e Nápoles: o desafio da “precedência” entre os dois reinos

As relações entre Lisboa e Nápoles, ou mais exactamente entre os dois reinos, remontam, como é óbvio, a épocas muito anteriores ao século XIX, e têm sido objecto de atenção de académicos – e até de discussão – em séculos passados. A esse respeito regressamos temporariamente ao século XVI, onde tais relações são objecto de uma discussão histórico-política no âmbito da erudição eclesiástica. Nos anos que marcam a passagem entre os séculos XVI e XVII, frei Bernardo de Braga¹⁹⁵ redige um tratado

¹⁹³ A definição “à *zamparina*” correspondia à forma de usar chapéu ligeiramente inclinado para a frente, cobrindo um pouco a orelha direita, uma forma inusitada no século XVIII. Foi Anna Zamperini, com suas modas e modos muito arrojados para a época, a introduzir na sociedade feminina lisboeta esta maneira de usar o chapéu.

¹⁹⁴ Cf. RIBEIRO, Arilda Inês Miranda, *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*, São Paulo, Arte&Ciência, 2002, pp. 104-111.

¹⁹⁵ Frei Bernardo de Braga foi um frade beneditino, de nascimento desconhecido. Sabe-se que faleceu no convento de Tibães em 1605. Ao longo da sua vida, que não deve ter sido breve, exerceu funções de Abade do convento de Santa Maria do Carvoeiro (Viana do Castelo, 1581), Definidor (1584) e Visitador (1587) do mesmo, e novamente Abade, desta vez do convento de Pombeiro (1590). Homem de vasta erudição, cronista da ordem, muito se dedicou à história de Portugal, tendo levado a cabo minuciosas pesquisas que o levaram a muitos cartórios portugueses e galegos, onde recolheu abundante documentação original.

intitulado *Sobre a precedência do Reino de Portugal ao Reino de Nápoles*,¹⁹⁶ dado à estampa somente em 1843 (por Albano Anthero da Silveira Pinto, paleógrafo que descobre o manuscrito na Torre do Tombo e cura a publicação, atribuindo a autoria do mesmo ao frade beneditino).¹⁹⁷ Trata-se de um tema que lhe é muito caro, havendo ainda notícia da existência de outro manuscrito (desconhece-se a data de redacção), cujo título difere ligeiramente do primeiro: *Tratado da precedência entre o embaixador de Portugal e o de Nápoles*.¹⁹⁸ Não tendo a certeza de que se trate do mesmo relatório, é provável que o discurso se desenvolvesse a partir de argumentações idênticas. A obra deste religioso beneditino defendia a antiguidade – política e cristã – das terras de Portugal em relação ao reino de Nápoles (e de Aragão, como primeira dinastia ibérica conquistadora daquele domínio mediterrânico), e surgia numa altura em que ambos os domínios, reduzidos ao estatuto de vice-reinos, integravam a coroa espanhola de dominação filipina: Portugal no contexto da União Ibérica, Nápoles como entidade maior no contexto mediterrânico e peninsular (cujos territórios estavam sob o controle dos Habsburgos). Neste enquadramento histórico reside uma primeira explicação para a existência do escrito, que não se foca de forma exclusiva na questão da precedência. Trata-se também de uma dissertação que acolhe o argumento mais amplo da legitimidade, e que se insere plenamente no caminho de uma historiografia de carácter pragmático e utilitaríssimo, dominante na produção de textos históricos dos séculos XV e XVI.¹⁹⁹ Ao longo do seu desenvolvimento esta componente define-se como uma tentativa de recuperação de uma memória nacional, tentativa que assume os padrões de estímulo da defesa da própria identidade, da própria supremacia e autonomia. Através da exaltação da história e das tradições do reino, das suas antiguidades nacionais, a reflexão de frei Bernardo de Braga parece introduzir-se naquela “linha autonomista” da historiografia em período

Representam a sua obra (que dificilmente pode ser encontrada) títulos como: *História das grandezas, e princípios dos mosteiros de S. Bento em Portugal; Origem do Reino de Portugal, genealogia da sua nobreza, os godos, suevos e romanos, até nosso tempo [...]; apontamentos históricos*. Não deve ser confundido com o seu homónimo (Frei Bernardo de Braga, 1604-1662), também abade do convento de Tibães e Procurador-Geral da ordem beneditina (fontes: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], p. 1034; MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, t. I, Coimbra, Atlântida Editora, 1965, pp. 522-523).

¹⁹⁶ Lisboa. Arquivo Nacional Torre do Tombo (doravante simplesmente ANTT). *Manuscritos da Livraria*. «Que coisa é precedência e como há na igreja católica», n.1112 (10). O manuscrito não tem data, supondo-se ter sido escrito no findar de ‘500 e inícios de ‘600.

¹⁹⁷ [BRAGA, Frei Bernardo de], *Tratado sobre a precedência do Reino de Portugal ao Reino de Nápoles*, Porto, Typographia da Revista, 1843.

¹⁹⁸ MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, p. 523. Segundo o que se refere nesta voz, o manuscrito fora publicado em Braga.

¹⁹⁹ Cf. FIALHO, Madalena da Câmara, *O sentido pragmático da Historiografia Portuguesa nos séculos XV e XVI*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943.

sebastianista ou geralmente pós-1580:²⁰⁰ embora o assunto da autonomia e da resistência à nova dominação filipina não seja evidente, a retórica do regresso ao passado e à sacralização das origens desvela a intenção que lhe preside.

Dizíamos há pouco que o texto *de quo* visa levantar polémica em torno de um princípio de “precedência”, isto é, de primazia não só histórica: ou seja, trai um sentimento de rivalidade, que evidentemente se coloca em relação ao reino de Nápoles a partir da chegada dos espanhóis a Portugal e da inclusão do reino na mesma entidade de poder («usurpar, ou querer um o lugar e assento de outro, que é desordem contra todo o direito divino natural e positivo: e a quem pertence esta procedência pode-a demandar por justiça»)²⁰¹ Isto é evidente quer na insistência com que o cónego frisa a existência de um “direito contra Nápoles”, quer nas páginas em que a “precedência” é explicada em termos históricos. Portugal era mais antigo em título de reino; fora o primeiro a ser reconhecido e confirmado pela Santa Sé apostólica. Tinha permanecido em união com o reino de Castela (refere-se a toda a fase precedente ao ano de 1139) muito antes de Nápoles estar subordinado a esta potência. Além disso, naquele tempo tinha governo próprio e era governado “por seus naturais”, não por estrangeiros, como acontecia com o reino de Nápoles naquela altura de dominação espanhola. A supremacia histórica fazia-se acompanhar pela religiosa: o processo de cristianização pelos povos portugueses e galegos tivera lugar graças à obra de Santiago, ou seja, antes da chegada de Pedro a Nápoles e, de seguida, a Roma. Isto significava que o Cristianismo chegara primeiro a Portugal, que na altura da presença sueva e goda tinha reis católicos antes de Nápoles ou a França, e Espanha os ter.²⁰² Com muita probabilidade as considerações do abade tinham sido redigidas na fase final da sua vida, quando a época de domínio de Filipe II (I de Portugal) chegava ao fim com a morte do monarca, que, embora responsável por uma conquista violenta do poder em terra lusitana, sempre tivera o maior cuidado em reconhecer elementos de máxima autonomia à governação de um novo Portugal incorporado na coroa de Castela, tal como ficou definido pelas Cortes de Tomar: corpo governamental e administrativo de exclusiva composição portuguesa, permanência do português como língua oficial, cunhagem de moeda própria, entre outras coisas.²⁰³ A crise que se segue após a cessação de funções dos governadores portugueses do reinado de

²⁰⁰ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa, vol. II – Século XVII*, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, pp. 16-18.

²⁰¹ [BRAGA, Frei Bernardo de], *op. cit.*, p. 4.

²⁰² ID., *Ibidem*, p.53-54.

²⁰³ Cf. MARQUES, António H. de Oliveira, *História de Portugal, vol. II – Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 165-169.

Filipe I, a subida ao trono de Filipe III (II de Portugal) e a nomeação como vice-rei de um homem de histórica fé castelhana, D. Cristóvão de Moura, produzem sinais inequívocos da redução do papel geopolítico de Portugal,²⁰⁴ levando evidentemente a um equilíbrio entre as várias componentes da coroa.

Eis assim o ineludível ofício: «pertence a el-rei nosso senhor [...] a conservação de sua precedência, e pela mesma razão os senhores governadores, que este tratado me mandaram fazer, e para a conservação de seu direito se propõe o seguinte contra o reino de Nápoles, e Aragão, e qualquer outro que lhe pretenda usurpar sua antiguidade, lugar e precedência».²⁰⁵ A dominação espanhola em Portugal teria acabado em 1640; em Nápoles, o poder espanhol defronta várias transformações, que passam pela fase crucial da crise dinástica. É sob a nova dominação de influência espanhola, em meados de Setecentos, que as duas realidades encontram novas razões de observação recíproca.

1.3 As relações na passagem do século XVIII ao século XIX

Ao falar das relações luso-napolitanas no período que concerne a passagem entre os dois séculos (segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX), pode ver-se como pelas duas realidades o trânsito entre épocas encontra a sua essência sintética na ideia de uma passagem “do movimento dos lumes ao movimento dos povos”.²⁰⁶ Com efeito, embora com contornos diferentes, em ambos os países assistimos ao processo que tem o seu ponto nodal nos países da Europa central: o desenvolvimento de um pensamento racionalista, iluminado, capaz de ir além das barreiras entre os povos e culturas, realizando uma síntese entre os valores das pessoas e das coisas. Este é um processo que se define em dois momentos. Numa primeira fase, é moderado pelas instituições políticas (as monarquias), em várias modalidades, dependentes da particularidade geopolítica em que esta mediação tem lugar (o despotismo esclarecido não teve enraizamento em todo o continente, e onde se manifestou exprimiu-se sob contornos dissemelhantes). Numa segunda fase, no final da centúria, a sobredita mediação entre velhas instituições e novas ideias desvanece: rebenta a revolução, uma nova classe burguesa faz emergir o seu próprio lugar na organização e na liderança das sociedades. É ao longo destas duas directrizes que se perfilam as correspondências entre as duas realidades numa altura histórica que é incubadora dos processos sociais, políticos e

²⁰⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. IV – *Governo dos reis espanhóis (1580-1640)*, 2ª ed., Braga, Editorial Verbo, 2000, pp. 48-55.

²⁰⁵ BRAGA, Frei Bernardo de (?), *op. cit.*, p. 4.

²⁰⁶ Acerca deste conceito, veja-se: DIAZ, Furio, *op. cit.*

económicos que terão lugar na cena europeia – neste caso, em Portugal e Nápoles – na primeira metade do século XIX. Estas directrizes acolhem interligações segundo duas modalidades diferentes, entre as quais prevalece a pertencente a um plano público-diplomático (sobretudo na primeira fase). Não faltam ligações vinculadas a vicissitudes individuais (segunda fase, pelo menos nos exemplos de que iremos falar), que caracterizam mais propriamente um plano cultural. E é mesmo um fértil ambiente cultural que se desenrola como pano de fundo para o enredo das relações luso-apolitanas em finais de Setecentos, e que se reproduz num meta-espço em que não são escassas as influências recíprocas.

Aliás, devido aos processos políticos que lhes dizem respeito (ministério forte, luta ao predomínio jesuítico), Lisboa e Nápoles não param de se confrontar: são em muitos sentidos realidades especulares. Também na literatura de viagem (de que acabámos de relatar dois importantes exemplos), muito atenta a procurar em Portugal um “lugar de alteridade”,²⁰⁷ as descrições de paisagem e antropologia levam amiúde à comparação entre as duas cidades:

«le contraste entre la magnificence de la rade de Lisbonne d’une part, et la saletécrasse de la villeet la misèreet la dégradation de seshabitans d’autrepart, devientun topos de la littérature de voyageromantique, presqueaussi célèbre que delui de la baie de Naples, à laquelle la capitaleportugaiseest de plusenplussouventcomparée».²⁰⁸

Uma aproximação entre as duas cidades (e relativas áreas de influência) pode ser feita no plano demográfico e geoeconómico, como faz Jorge Pedreira no seu estudo sobre os homens de negócio, onde evidencia a destacada importância da capital portuguesa na economia nacional no período considerado (1755-1822): ponto focal da economia, da política e também da sociedade portuguesa, a considerar-se que em meados do século XVIII Lisboa acolhia entre 6% e 7,5% da população nacional; enquanto na mesma época Londres, a cidade mais povoada do continente, acolhia apenas 6%.²⁰⁹ Uma situação, esta, comparável por proximidade à do reino napolitano, dentro do qual não faltam outras cidades de relevo, mas onde prevalece um sistema político-económico monocéfalo,

²⁰⁷ Cf. BRON, Grégoire, *Révolution et nation entre le Portugal et l’Italie: les relations politiques luso-italiennes des lumières à l’Internationale libérale de 1830*, III tomes, thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Paris-Lisboa, 2013, t.I, pp. 142-158.

²⁰⁸ *Ivi*, p. 149.

²⁰⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *op. cit.*, p. 54.

constituído por uma escassa interligação entre a capital e a periferia. Por isso pode-se concordar completamente com este autor quando afirma que «[...] é a situação de Nápoles no *Mezzogiorno* que a importância de Lisboa mais proximamente evoca. Porque a capital do império luso-brasileiro – sufocado na sua hipertrofia algumas aglomerações mais próximas (por exemplo Santarém) – não constrói, ao contrário de Londres e Amsterdão, um mercado à escala nacional, nem assenta o seu domínio numa tessitura de cidades intermédias, que pura e simplesmente não existem». ²¹⁰

No plano propriamente político-diplomático, o despotismo esclarecido é representado nos dois reinos pelo emparelhamento entre monarcas com novas visões e ministros com poderes alargados e atitudes anti-jesuítas: Dom José I e o Marquês de Pombal em Portugal, Carlos I de Bourbon (ou VII, segundo a investidura papal, nunca utilizada, desde 1759 III de Espanha) e Bernardo Tanucci no Reino de Nápoles. A curva da vida, quer privada quer política, dos sobreditos primeiros-ministros adquire semelhanças tais que as duas figuras se mostram especulares, tal como um determinado carácter especular é traçado nos tempos e nas dinâmicas que protagonizaram. ²¹¹

A partir de 1734, o reino de Nápoles liga o seu destino aos Bourbons de Espanha e à conquista do reino aos Habsburgos, que os tinha recebido em 1713 com o tratado de Utrech, em consequência da divisão dos territórios espanhóis da Europa que se segue à conclusão da guerra de sucessão espanhola (1701-1714). A campanha militar no sul da península, pelo então duque de Parma, no âmbito da guerra de sucessão polaca (1733-1738), aponta o fim da breve dominação austríaca e a fundação do ramo napolitano da casa real de Bourbon. A esta última estão ligadas as fortunas de Bernardo Tanucci, chamado desde cedo a fazer parte do governo do novo reino autónomo do *Mezzogiorno* italiano, como conselheiro real e ministro da justiça.

É este o contexto em que se forma um renascimento a vários níveis – sobretudo intelectual – da cidade de Nápoles. A revitalização do pensamento público napolitano, que desencadeia o grande Setecentos peninsular, entrelaça-se no plano político com a cidade filha da influência racionalizadora de Tanucci, exercida à partida sob a alçada do soberano espanhol (em presença até 1759 e em regência até 1767, ano de investidura efectiva do príncipe real, que governou com o nome de Fernando IV). Da influência mais do que da obra, uma vez que o alegado desejo reformador do ministro napolitano (mas

²¹⁰ *Ivi*, p.55.

²¹¹ PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL, 2010, pp. 33-42.

toscano de nascimento) terá uma aplicação prática moderada, como já a historiografia evidenciou.²¹² Esta tendência contraditória na actividade de Tanucci definir-se-á num processo de lento declínio, *a pari passu*, por um lado, pela diminuição do apoio régio (devido à atitude apática de Fernando perante as práticas de governação), e, por outro, pelo reaparecimento da influência austríaca na corte napolitana, que foi devidamente preparada e concretizada a partir de 1768, ano do casamento da filha de Maria Teresa de Áustria, Maria Carolina, com o rei napolitano. A sua governação marca também o malogro dos desejados propósitos de efectiva colaboração entre as instituições e a intelectualidade, elemento que distingue a época iluminista no resto da península e do continente.²¹³ Contudo, foram alcançados alguns sucessos políticos na senda dos seus propósitos de gestão do poder e da sociedade, e entre todos ressalta aquele levado a cabo no conjunto de uma colaboração diplomática lançada primariamente pelo Marquês de Pombal: referimo-nos, como é óbvio, à expulsão dos jesuítas do reino (1767), que a corte portuguesa já tinha realizado oito anos antes. A acção diplomática e política comum desenvolvida entre Nápoles e Portugal – e neste espaço hão-de considerar-se todas as potências católicas, mais ou menos preocupadas com o assunto – é vital para a aceleração do percurso que leva à supressão da ordem, realizada em 1773 por decisão do pontífice Clemente XIV. É confirmada, assim, a justeza da intuição pombalina da necessidade de transformar a questão de interna em internacional para garantir a aquisição e a conservação a nível continental deste difícil objectivo.²¹⁴ A luta travada e ganha contra a Companhia de Jesus pode ser considerada o momento de máxima aproximação entre os dois governos, embora não sejam conhecidos contactos directos entre as duas figuras principais dos respectivos gabinetes.²¹⁵

Na segunda metade do século revela-se também um interesse do governo napolitano pelo estado das relações diplomáticas, militares e comerciais entre Portugal e a Inglaterra, tendo em vista um auspicioso – embora pouco provável – afastamento da presença

²¹² A moderação na prática política do Tanucci, efectivamente pouco correspondente a muitos dos princípios ideais que defendia, deve-se ao seu medo de uma excessiva ousadia liberalizante na corte que poderia criar problemas de governação. Deve-se também ao carácter pragmático próprio desta figura: «sospettoso delle astrazioni dei filosofi francesi [...] troppo scettico per condividere l'ottimismo degli intellettuali circa gli effetti di trasformazioni radicali [...] questo ex professore toscano, misogino, zelante, ricco di esperienza, si dedicò tutto alle riforme giuridiche ed antiecclesiastiche, cioè ai problemi che meglio conosceva» (WOOLF, Stuart J., «Le riforme e l'autorità: Illuminismo e dispotismo [1750-1790]», in Ruggiero Romano e Corrado Vivanti [coord.], *Storia d'Italia*, vol. III - *Dal primo Settecento all'Unità*, Torino, Einaudi, 1973, p. 84).

²¹³ *Ivi*, p. 85.

²¹⁴ Cf. MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, [s.n.], Instituto Da Defesa Nacional, [s.d.], pp. 282-290.

²¹⁵ Cf. PEREIRA, Sara, *op. cit.*, p. 34-35.

britânica no espaço mediterrânico (onde aliás a capacidade comercial portuguesa era reduzidíssima), que condicionará fortemente a autonomia do reino napolitano até ao seu desaparecimento, em 1860. Como frisou, há alguns anos atrás, o historiador napolitano Luigi Mascilli Migliorini, «il Portogallo aveva ragioni strutturali per essere seguito non occasionalmente né superficialmente dalla Corte napoletana, unite a ragioni più propriamente congiunturali di non poco conto quali quelle che nascevano da una comune dichiarata tensione riformatrice».²¹⁶ A conjuntura em questão, que desperta o interesse napolitano na evolução destas relações, tem como marca a tentativa do Marquês de Pombal de se demarcar da opressiva e secular presença britânica na economia portuguesa. Carvalho e Melo desenvolve uma política que conduza à nacionalização. Aquando da sua governação, as várias iniciativas tomadas por Pombal neste sector alcançam diferentes sucessos, particularmente na redistribuição internacional dos valores das importações/exportações (como demonstra, por exemplo, o acordo de navegação e comércio estipulado entre o governo português e a Dinamarca em Setembro de 1766, e que visava favorecer a importação de lãs francesas, sendo esta uma iniciativa que esbarrava o privilégio exclusivo dos britânicos) e no reequilíbrio da balança comercial (historicamente em défice).²¹⁷ Assim sendo, no último quarto do século a Península Itálica torna-se na terceira área de exportação de produtos portugueses e quarta pelas importações; enquanto estas sofrem uma significativa redução em relação à Grã-Bretanha.²¹⁸ A inteligente conduta de Pombal – sempre desconfiado da predominância do poderio económico britânico em Portugal –, que lhe permitira tentar percursos autónomos sem colocar demasiada pressão sobre uma aliança que não se podia quebrar, e que naquele período é veiculada pelas obrigações da guerra dos Sete Anos (1756-1763), torna-se para os napolitanos numa referência importante na gestão das relações com a grande potência britânica. A primeira missão diplomática napolitana em Lisboa é instalada em 1758: o ministro plenipotenciário é Carlo de Guevara, que a desempenha ao longo de quatro anos. Até finais da centúria, seguir-se-ão homens muito ligados à Corte de Bourbon, como o Conde Pignatelli, o Príncipe de San Severino e o Príncipe de

²¹⁶ MASCILLI MIGLIORINI, Luigi, «Trattati anglo-portoghesi: echi napoletani», in Maria Luisa Cusati (a cura di), *Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*, Atti del Congresso Internazionale (Napoli, 15-17 dicembre 1994), vol. III, Napoli, Liguori, 1997, p. 253.

²¹⁷ Cf. SERRÃO, José Vicente, «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução», em José Mattoso (dir. de), *Historia de Portugal*, vol. IV – *O antigo regime (1620-1807)*, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 97-111.

²¹⁸ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI – *O despotismo iluminado (1760-1807)*, 2ª ed. (1982), Póvoa de Varzim, Editorial Verbo, 1990, pp. 232-235.

Castelcicala.²¹⁹ A questão da correspondência diplomática entre os dois reinos evidencia-se muito bem: os agentes diplomáticos, quer em Lisboa quer em Nápoles, não são embaixadores, mas sim ministros plenipotenciários ou encarregados de negócios. Este enquadramento representativo dependia de dois factores: dum lado, da fraqueza de interesses políticos e comerciais entre os dois Estados; do outro, da condição internacional do reino napolitano, diplomaticamente considerado um estado de menor importância internacional (sobretudo após a codificação do direito diplomático realizada pelo Congresso de Viena em 1815). Até ao desaparecimento do reino borbónico, não haverá embaixadas nos respectivos países, mas somente legações; isto é, unidades diplomáticas regidas por ministros plenipotenciários.

Com o eclipse da glória política do progressismo moderado ao poder, que assinala a saída da cena institucional de Tanucci (este é demitido em 1776 em consequência da hostilização política desencadeada contra ele pela nova rainha), esmorece também a inteligente mediação política entre a sempre mais efervescente intelectualidade urbana e a corte, num campo de confronto aristocrático-burguês em que nunca comparece o actor mais importante da estrutura social da cidade: os *lazzaroni* (a plebe), a população que – devido à sua específica conotação antropológica – também não falta à cidade de Lisboa, como vimos nas memórias de Baretto, e como é possível observar nas memórias dos viajantes não só de Setecentos mas também dos anos seguintes (como veremos no caso dos exilados dos anos vinte). Ainda mais afastadas da dialéctica conflitual do poder que ocorre naqueles anos estão as províncias do reino, aonde nem sequer chegam os ecos do debate metropolitano e onde pouco acontecerá face aos inesperados e imprevistos reviravoltas históricos do final do século.

O “paraíso habitado por pobres diabos” (segundo uma célebre definição de origem medieval que teria sido usada e abusada até à contemporaneidade) é, naquela altura, uma capital europeia semelhante em dimensão a cidades como Londres, Paris, Viena; mas é também centro de intelectualidade e fermento cultural de primeiríssimo plano. Trata-se de uma realidade onde os raciocínios produzidos nos campos filosófico e jurídico são aderentes à complexa estrutura da sociedade e do poder que as vê surgir, numa dimensão que vai além de uma mera “predisposição utópica”: a produção intelectual de homens mais ou menos próximos da corte dos Bourbons transforma a cidade (com frágeis repercussões sobre as províncias, historicamente afectadas pela distância da capital) no

²¹⁹ Cf. FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p. 221.

berço de um verdadeiro pensamento europeu, capaz de aproximar uma região periférica do continente ao centro do desenvolvimento cultural e ideológico europeu, aos lugares do progresso intelectual e civil.²²⁰ Antes de mais, é o lugar onde se desenvolve o grande pensamento de Giambattista Vico; o qual, porém, será acolhido e estudado com algum atraso pelas demais culturas europeias, entre as quais a portuguesa, que só a partir dos anos Trinta de Oitocentos reformulará em diversificadas vertentes dialécticas as ideias do filósofo napolitano.²²¹

Maior fortuna terá o pensamento de António Genovesi,²²² cujas ideias económicas, jurídicas e pedagógicas foram quase de imediato recebidas pelo mundo intelectual português. Em particular, os reflexos de uma das suas obras fundamentais, as *Lezioni di Commercio* (1765-67), são visíveis em Portugal já a partir dos anos Oitenta, uma recepção quase imediata pela capacidade de circulação das ideias naquela época. O seu pensamento económico, em que se tenta uma aproximação e síntese entre elementos teóricos mercantilistas e fisiocratas com vista à definição de uma determinada ideia de intervenção do Estado – como força positiva – na economia e na esfera pública em geral (particularmente, na instrução), opera certa influência sobre os pensadores portugueses do último quartel do século XVIII.²²³ Acrescentamos que, de alguma forma, os ensinamentos deste ilustre intelectual napolitano estão na base da fundação da própria Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), sendo que um dos seus fundadores, o abade José Francisco Correa da Serra, recebera a primeira formação em Nápoles e mesmo em casa

²²⁰ Cf. DE CESARE, Vittorio, «Leonor e a memória histórica», em Teresa Santos e Sara Marques Pereira, *Leonor da Fonseca Pimentel. A portuguesa de Nápoles (1752-1799)*, Actas do colóquio realizado no bicentenário da morte de Leonor da Fonseca Pimentel, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 19-25.

²²¹ Seria não só impossível mas até redutivo nesta sede desenvolver uma síntese do interesse oitocentista pelo pensamento de Vico, expresso por autores como José Gama e Castro, Pedro Amorim Viana, Antero de Quental, Oliveira Martins ou Teófilo Braga. Reenviamos, por isso, a dois estudos em língua italiana: ROSSI, Giuseppe Carlo, «Cenni sulla presenza del Vico in Portogallo», reprint from *Forum Italicum*, vol. II, n.4 (December 1968), New York, Stony Brook University, pp. 546-554; TEIXEIRA, António Braz, «Presenza e assenza di Vico nella filosofia luso-brasiliana», in Giuseppe Cacciatore e Maurizio Martirano (a cura di), *Vico nelle culture iberiche e lusitane*, Napoli, Guida, 2004, pp. 143-184. Para um estudo em língua portuguesa sobre aspectos relevantes da obra do pensador napolitano, veja-se SANTOS, Ana Cláudia, *Poesia e ciência nova. O conhecimento segundo Giambattista Vico*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2009.

²²² Antonio Genovesi (1713-1769) é considerado um dos principais pensadores do iluminismo napolitano, juntamente com Gaetano Filangieri, o abade Ferdinando Galiani e Mario Pagano. Uma boa síntese da obra de Genovesi em língua portuguesa é representada pelo estudo de Maria Manuela Rocha Cruzeiro, «António Genovesi e o movimento iluminista no sul de Itália», sep. de *Biblos*, LV [s.d.], Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 476-500. Para uma rápida mas significativa leitura sobre o pensamento reformista do abade napolitano, veja-se BADALONI, Nicola, «Modelli di razionalità e progetti di manipolazione sociale nell'età dell'illuminismo», in Ruggiero Romano e Corrado Vivanti (coord.), *Storia d'Italia, vol. III - Dal primo Settecento all'Unità*, Torino, Einaudi, 1973, pp. 828-837.

²²³ Cf. VAZ, Francisco António Lourenço, «A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal», *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, II série, vol. XI (1999), Lisboa, Centro de História da Cultura da UNL, pp. 553-576.

de Genovesi, na altura em que o seu pai se viu forçado a sair do país devido às perseguições da inquisição lusitana.

Mas a obra do abade napolitano foi também analisada dialéctica e criticamente pelos pensadores portugueses. Isso é particularmente evidente no pensamento de Luís António Verney, o mais destacado intelectual português de Setecentos, que passa grande parte da sua vida em Itália, onde recebe a formação fundamental; a sua cidade de eleição é Roma, onde, através dos estudos, se torna um grande admirador de Ludovico Muratori,²²⁴ tendo contextualmente a possibilidade de analisar a obra de Genovesi e de ganhar distância em relação à sua especulação filosófico-pedagógica. Com efeito, o autor do *Verdadeiro Método de Estudar* demonstra conhecê-la já em 1751, quando em Roma publica a obra *De Re Logica ad Usum Lusitanorum Adolescentium*, em que são ressaltados elementos de crítica à lógica de Genovesi (embora o autor português seja acusado de tê-la imitado).²²⁵ O crescimento da sua incompreensão do sistema de poder português e seus homens na época pombalina, cessado numa total perda de consideração pela corte real, desenvolve-se em sintonia com arecepção da obra de Genovesi em Portugal, até esta se tornar elemento de referência no ensino disciplinar nascido na reforma pombalina da Universidade em 1772 (a primeira edição de uma obra de Genovesi dada à estampa em Portugal de que temos notícia é de 1773, e foi impressa em Coimbra;²²⁶ enquanto a primeira tradução em português – não publicada – das *Lezioni di Commercio* é atribuída por Francisco Vaz a um manuscrito dos anos Noventa).²²⁷ Verney acaba os seus dias em Roma; o ambiente romano possibilitou-lhe continuar as suas cogitações, enquanto as reflexões filosófico-pedagógicas de Genovesi e suas reformulações do papel civil da instrução, pensadas numa nova relação entre sociedade e igreja, eram aí recebidas com

²²⁴ MONCADA, Luís Cabral de, *Italia e Portogallo nel Settecento*, [s.l.], [Sociedade Industrial de Tipografia, Lisboa], 1949.

²²⁵ «A *Lógica* de Verney, dissemos, imprimiu-se em 1751; ma que motivo levaria o Autor a publicar em Roma – na própria Itália de Genovesi – uma lógica escrita em latim, poucos anos depois daquela que o acusam de ter imitado? [...] Na realidade, é o próprio Verney que se refere à lógica do italiano e, se foi influenciado por ela, só a podia ter sido pela melhor obra do Genuense – no dizer do biógrafo Romagnosi – os *Elementos Artis logico-criticae*» (SANTOS, Mariana Amélia Machado, *Verney contra Genovesi. Apontamentos para o estudo do “De re logica”*, Coimbra, Coimbra Editora, 1939, p. 70).

²²⁶ *Institutiones logicae et metaphysicae in usum tironum scriptae*, Conimbricae, ex Architypographia Academico-Regia, 1773. A primeira edição em língua portuguesa desta mesma obra que pudemos averiguar é de 1787, com tradução e notas de Guilherme Coelho Ferreira: *Instituições Lógicas escritas para uzo da Mocidade*, Lisboa, na Offic. Patr. De Francisco Luiz Ameno.

²²⁷ Cf. VAZ, Francisco António Lourenço, *op. cit.*, p. 564.

grande hostilidade. De resto, Genovesi, na já citada obra *Lezioni di Commercio*, tinha manifestado apreço pelas políticas pombalinas do ensino.²²⁸

Mudamos de campo disciplinar, para sublinhar mais uma vez que grandes músicos napolitanos desembarcam e são acolhidos em Lisboa, como Domenico Scarlatti e David Perez. Com a subida ao trono de D. José I (1750), mantém-se vivo o interesse para os modelos musicais italianos, aprofundando-se o gosto para a ópera, para além da música sacra que muito tinha fascinado D. João V e que tinha sido o único passível de atuação pública no período da doença do rei (em 1742 tinha sofrido um ataque de paralisia).²²⁹ Tinha sido este último a contratar os grandes nomes da altura, entre eles Domenico Scarlatti, cuja importância como autor e educador dos infantes reais está aclarada até na literatura de língua portuguesa.²³⁰ É já com D. José I que chega o segundo, que trabalha em Lisboa entre 1752 e 1778 (ano da morte) e sobre o qual menos se conhece. Perez (cujo antropónimo evidencia a raiz hispano-napolitana) foi director do teatro da Ópera do Tejo, sendo autor da obra *Alessandro nell'Indie*, que inaugurou em Abril de 1755 as actividades, herança das derradeiras vontades de lazer de Dom João V. O edifício foi destruído pelo terramoto pouco tempo depois;²³¹ contudo, este lugar fugaz assinala o triunfo da arte musical italiana em Portugal, tornando-se desde logo centro da ópera na cidade.²³² Perez fixa-se em Lisboa, adquirindo alguma popularidade, também acompanhando a primeira formação de Luisa Todi (ao século Luísa Rosa de Aguiar) no âmbito musical. A sua relação próxima com a corte real é testemunhada pela sua presença na cena do tecto pintado em *trompe l'oeil* (da autoria de um outro italiano, Giovanni Berardi) da Sala dos Embaixadores do palácio de Queluz, onde a família real é representada num sarau musical acompanhada por várias figuras, entre as quais a do músico napolitano.²³³

²²⁸ «La Corte del Portogallo ha obbligato tutti i sacerdoti regolari ad aiutare i parroci nel Catechismo. E affine che la disciplina fosse unisona (perché niente più rovina il costume, quanto la diversità de' Catechismi) ha fatto tradurre il Catechismo Francese di Francesco Pouget Padre del Oratorio, chiamato più volgarmente il Catechismo di Colbert, e di Mompelie, e prescrittolo come regola generale a tutti gli educatori cristiani. I Portoghesi prendon tutte le vie per essere la più savia delle Nazioni Europee», Antonio Genovesi, *Lezioni di Commercio o sai d'Economia civile*, II parte, Venezia, Spese Remondini, 1769, p. 127 (*apud* VAZ, Francisco António Lourenço, *op. cit.*, pp. 570- 571).

²²⁹ Cf. MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, *Os teatros régios portugueses em vésperas do terramoto de 1755*, sep. de «Brotéria», n.157 (2003), p. 24.

²³⁰ A figura de Domenico Scarlatti faz parte daquele plural fresco setecentista que é *Memorial do Convento* (1982) de José Saramago. Scarlatti trabalha em Lisboa entre 1721 e 1728.

²³¹ Cf. FRANÇA, José Augusto, *Lisboa. História física e moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 55.

²³² Cf. ROSSI, Giuseppe Carlo, *A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Porto, Livraria Telos, 1973, p. 109.

²³³ Cf. FRANÇA, José Augusto, *op. cit.*, p. 290.

Mas em Portugal, o interesse pelo mundo da cultura peninsular italiana vai além da produção teórica das suas grandes mentes, e manifesta-se também na produção de trabalhos críticos: a *Gazeta Literária*, periódico que aborda vários tópicos (notícias, comentários, ideias nos campos mais variados do pensamento europeu),²³⁴ que na opinião de Giuseppe Carlo Rossi é a prova mais evidente de que a opinião depreciativa e até contraproducente acerca de Portugal, divulgada pelos intelectuais que viajaram para o país naquele período (como os referidos Gorani e Baretto), é absolutamente opinável e até facilmente refutável com a demonstração da existência de uma animação cultural.²³⁵ Esta publicação, dirigida pelo padre Francisco Bernardo da Lima e publicada no Porto em 1761-62, e que representa um dos sinais de regresso ao país de algum interesse pela cultura estrangeira, acompanhou, entre os vários assuntos, a produção quer literária quer científica de Maria Angela Ardinghelli, exemplo relevante do empenho feminino no contexto do iluminismo partenopeu.²³⁶

Enfim, uma conexão particular entre as duas culturas – “lusitanidade” e “*napoletanità*” – instaura-se através de uma experiência individual na figura de Leonor da Fonseca Pimentel, heroína e mártir da revolução napolitana de 1799, emblema literário e historicamente reconhecido da fusão entre as culturas napolitana e portuguesa. Na opinião de Sara Pereira, o interesse desta personalidade em manter ligações com o mundo cultural português, como demonstra por exemplo a sua correspondência com frei Manuel do Cenáculo, ou a sua admiração por Carvalho e Melo (a quem dedica a sua obra mais importante)²³⁷ pode ser indício de uma troca de informações entre as duas realidades, feita a partir das relações avivadas entre grandes figuras das respectivas culturas.²³⁸ Com a chegada ao sul da península dos ideais nascidos na França revolucionária e o desenvolvimento do primeiro plano napoleónico de conquista (1798-99), Fonseca Pimentel surge entre os principais dinamizadores daquela experiência inédita do reino de Nápoles, que culminou na proclamação de uma república tão inesperada quanto efémera; abatida pela resistência militar e cultural da plebe, dos *lazzaroni* nunca seduzidos pela causa da emancipação da sociedade napolitana. A população será a alavanca do

²³⁴ Cf. ROSSI, Giuseppe Carlo, *La “Gazeta Literaria” del Padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)*, Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1963, p. 10.

²³⁵ Id., *ibidem*, pp.11-12.

²³⁶ Cf. ROSSI, Giuseppe Carlo, «Notizie d’Italia in Portogallo in una gazzetta letteraria del Settecento», sep. de *Convivium raccolta nuova*, n. 5-6 (1947), Torino [etc.], Società Editrice Internazionale, pp. 715-726.

²³⁷ *Il trionfo della virtù componimento drammatico dedicato all’eccellenza del signore marchese di Pombal primo ministro, segretario di stato ec. ec. ec. del re fedelissimo* (1777).

²³⁸ PEREIRA, Sara, *op. cit.*, p. 42.

legitimismo contra aquele conjunto de intelectuais que era por sua parte legado da estação de relativa liberdade de pensamento a que chamamos o iluminismo napolitano. Trata-se de uma época que teve início, como vimos, a partir da conquista do reino pelos Bourbons e que se esgota com a enfurecida vingança desta dinastia, que se segue ao fim trágico daquela experiência e do século inteiro. Com a morte da “portuguesa de Nápoles”²³⁹ vira-se uma página determinante não só da história da cidade, mas também da correspondência entre duas culturas que a figura e a obra de Leonor continuam a representar, ainda hoje, no imaginário cultural colectivo.

1.4 O princípio do século XIX: presença italiana em Portugal e correspondências luso-napolitanas

Como temos visto, a passagem entre os dois séculos (nos dois reinos e, num plano geral, nas duas penínsulas) é caracterizada pela crescente pressão e influência da nova potência francesa: “nova” porque surgida no resgate ao absolutismo que continua sem particulares abalos em Portugal, enquanto Nápoles tem de se medir com o semestre revolucionário e republicano, embora ultrapassado e neutralizado com brutal repressão. A crescente influência ideológica e política da França – encaminhada em direcção ao cesarismo napoleónico – transforma-se em breve prazo numa invasão/ocupação territorial que transtorna as duas realidades. Mas enquanto em Portugal a baloiçante dominação francesa adquire os limites de uma dimensão de conflito, que torna o país teatro de choque entre potências, no sul da península itálica essa institucionaliza-se, traduzindo-se numa entidade estadual fiel (até certa altura) ao império central. Enquanto em Lisboa há generais franceses que se sucedem de acordo com os malogros da dominação militar, em Nápoles há um rei,²⁴⁰ Joachim Murat, que embora homem de estrita confiança napoleónica não recua perante a possibilidade de definir uma própria autonomia do reino perante Paris, usufruindo sobretudo das dificuldades enfrentadas por Napoleão a partir de 1812.

²³⁹ Para um aprofundamento desta figura e da questão da correspondência cultural, veja-se SANTOS, Teresa e PEREIRA, Sara Marques, *op. cit.*; MACCIOCCHI, Maria Antonietta, *Querida Leonor. Paixão e morte de Leonor da Fonseca Pimentel na revolução napolitana*, Lisboa, Caminho, 1995.

²⁴⁰ Após a tentativa de 1799, a França alcança a conquista do reino de Nápoles em 1806, em consequência da campanha militar chefiada pelo general Massena; que, como é sabido, passará poucos anos mais tarde pela península ibérica para organizar e conduzir a terceira invasão de Portugal, em grave dificuldade devido aos malogros do general Junot. Numa primeira fase (1806-1808) é nomeado rei José Bonaparte; após a passagem deste por Espanha chega ao trono napolitano Gioacchino Murat, homem muito próximo do Imperador, por razões militares e porque marido da sua irmã Carolina.

Além disso, nesta fase podemos apontar para algumas semelhanças e dissemelhanças entre as duas realidades: as primeiras concentram-se particularmente na ausência do centro de poder tradicional, ou seja, as duas coroas e os dois reis, ambos protagonistas de fugas face à invasão territorial francesa. Dom João VI desloca toda a corte para o Rio de Janeiro, enquanto Fernando IV escapa no seu refúgio siciliano (o domínio francês do reino, após vencida a resistência legitimista, fixa o seu limite geográfico no continente, não indo além da “ponta da bota”). As segundas podem encontrar-se nos disformes efeitos produzidos pela presença das famílias reais em territórios que, no contexto dos domínios régios, desempenham um papel de entidade controlada (embora com diferente função económica e dentro de um horizonte geopolítico distinto): no Brasil a presença do rei alimenta esperanças de crescimento do papel político-económico em relação à metrópole e internamente ao sistema imperial (como ocorre rapidamente), a que se acompanha o sempre maior agrado do próprio soberano, apesar da inicial desconfiança dos autóctones perante a abundante corte, vista como adorno redundante e improdutivo; na Sicília a recepção da corte real assume outros sentidos, marcados por maior frieza e ditados pelo secular afastamento da ilha do poder central. A histórica conflitualidade com a capital pelo reconhecimento da autonomia tem o seu surto na presença do rei, eclodindo em 1812 com a proclamação de uma efémera constituição sob égide inglesa. É este o primeiro acontecimento oitocentista da “inconfidência” siciliana, que será dificilmente controlada até à desagregação do estado borbónico, e que nem a adopção (a partir de Dezembro de 1816) da antiga denominação de “reino das Duas Sicílias” – uma operação similar à do Bragança, aquando da transformação da denominação dos domínios em Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815) – conseguirá acalmar.

Semelhante será o destino dos dois países no Congresso de Viena, onde ambos não desempenham um papel principal, assistindo à limitação do seu estatuto político e diplomático; apesar da opinião de Eduardo Brazão, diplomático e estudioso das relações luso-italianas, que viu no Congresso um triunfo para Portugal, os factos demonstram que houve uma diminuição da representação dos dois países no interior do novo “concerto” europeu.²⁴¹ Como escreveu Giuseppe Galasso, «se ci fu un momento in cui la

²⁴¹ «A nossa participação em Viena constituiu um triunfo para Portugal, devido em grande parte ao primeiro plenipotenciário, Conde de Palmela. Precisamos de ter presente a nossa desgraçada posição durante todo o período napoleónico e de nos recordarmos da situação das pequenas nações no Congresso de Viena, para podermos então perceber o alto interesse que para nós teve o pouco que alcançamos» (BRAZÃO, Eduardo, *Relance da história diplomática de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1940, p. 208). Entre as várias medidas adoptadas, Portugal teve de restituir à França os territórios do Guyana, ocupados precedentemente

consapevolezza dell'effettiva, modesta dimensione del Regno nel quadro delle potenze europeas fu più diretamente segnata, gli anni dal 1815 furono indubbiamente questo momento». ²⁴² Ambos os países vêm a encontrar-se sob a curadoria da Quádrupla Aliança (1815), que é um acordo de apoio e segurança voltado para a tutoria da política interna, e que define assim uma condição de dependência externa, mais ou menos (Duas Sicílias) acentuada, por duas poderosas potências europeias (Inglaterra e Áustria); circunstância agravada pela presença de tropas daqueles países nos respectivos territórios nacionais. Esta situação facilita o primeiro desenvolvimento de um sentimento complexo de “decadência”, depressa elevado a tema de discussão política, que traça a «horizontalidade» entre as duas realidades até 1820: Valentim Alexandre evidencia as causas da dependência externa, da perda de estatuto internacional e da subordinação ao Brasil no caso lusitano. ²⁴³ No caso napolitano, a uma – como já dissemos – semelhante influência estrangeira nos negócios internos, que constringe o reino à cunha dos interesses anglo-austriacos, ²⁴⁴ junta-se a instabilidade do equilíbrio político entre o território continental (onde é tangível o fervor de uma classe militar em grande parte formada nos exércitos napoleónicos) e a Sicília, pelas citadas questões do independentismo.

No que diz respeito às relações régias entre os dois reinos, durante o período que vai até 1819 emolduram-se no quadro geral das relações entre a península italiana e Portugal: ou seja, caracterizam-se como fundamentalmente episódicas. ²⁴⁵ A relação política entre os reinos desenvolve-se de maneira fraca, através de esporádicos contactos entre as chancelarias, e brandas relações epistolares entre as casas reinantes, apesar da parentela que existe entre as duas linhagens. ²⁴⁶ No âmbito da actividade diplomática, nesta altura Nápoles podia contar com uma rede consular bastante desenvolvida em território lusitano, enquanto do lado português a estrutura dos presídios no sul da península italiana se

com o concurso das tropas britânicas (1809); pelo contrário, não se conseguiu ver reconhecida a restituição da cidade de Olivença, ocupada pelos espanhóis no decorrer da Guerra das Laranjas (1801).

²⁴² GALASSO, Giuseppe, *Storia del Regno di Napoli*, 6 vols., vol. V, Torino, Utet, 2007, p. 148.

²⁴³ Cf. ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, pp. 411-412.

²⁴⁴ Com o processo de restauração política no continente, os interesses austríacos na península italiana tornam-se proeminentes, sobretudo do ponto de vista geopolítico. Perante o reino das Duas Sicílias, é porém a Inglaterra a afirmar um interesse – melhor seria dizer, um controle – de natureza comercial, através do tratado concluído com o governo napolitano em 1816, que recuperava antigos privilégios aduaneiros britânicos, cancelados no período de controlo francês da península (cf. GALASSO, Giuseppe, *op. cit.*, p. 154-156).

²⁴⁵ Cf. BRON, Grégoire, *op. cit.*, t. I, p. 109.

²⁴⁶ A esposa de Dom João VI, Carlota Joaquina de Espanha, era irmã da mulher do Príncipe de Noto, Francisco, filho de Fernando I e futuro (1825) rei das Duas Sicílias.

apresenta fraca, dispersa.²⁴⁷ Nesta fase (1815-1820), que a historiografia napolitana designa por “Quinquenio”, denotada por particular complexidade do seu desenvolvimento histórico,²⁴⁸ prevalece a ausência de interesses imediatos nos respetivos territórios.

Porém, apesar destas fraquezas e esporadicidade, no plano económico é possível encontrar mais de uma correspondência no contexto geral das relações entre as penínsulas Ibérica e Itálica. Nos inícios do século verifica-se uma troca comercial sensível entre Portugal e a Itália, com uma balança comercial claramente em vantagem para o país lusitano: aquando da estreia da nova centúria, a situação do comércio português com o estrangeiro vê, em valores absolutos, 34.325.449,906 Réis (Rs.) de exportações portuguesas para Itália, face a um valor total das importações igual a 15.975.526,668 Rs. (período 1796-1807).²⁴⁹

A ocupação francesa e a transformação do país num *campus belli* desenha um panorama assolador, de que o papel político e económico de Portugal sai substancialmente mutilado; de facto, no fim da guerra europeia ao país é restituída uma posição praticamente invertida em relação àquela do período antecedente à ocupação. Fernando de Figueiredo dá-nos um quadro geral esclarecedor desta situação subvertida:

«nas vésperas da revolução de 1820, as importações portuguesas provinham sobretudo da Inglaterra e, a larga distância, da Itália e Espanha, seguindo-se outros países e regiões do Centro e Norte da Europa, com reduzida expressão [...] As exportações dirigiam-se também para a Inglaterra, mas em grau bem menor: sensivelmente metade das importações. Seguiam-se, com algum significado, a Espanha, a Itália e Hamburgo, para onde se mandavam sobretudo produtos coloniais [...] a situação do comércio externo português pode entre 1800 e 1830 pôde ser classificada de verdadeiro “colapso”».²⁵⁰

Como se pode observar, a península Itálica tem um papel não secundário enquanto parceiro comercial de Portugal. Isto é, apesar das dificuldades da situação contingente, e no processo de normalização do quadro europeu pós 1815, assiste-se a uma (previsível) retomada do desenvolvimento da relação comercial luso-italiana: é neste contexto que se insere a tentativa napolitana de construir novas e mais apertadas relações com a coroa de

²⁴⁷ *Infra*, anexo I.

²⁴⁸ GALASSO, Giuseppe, *op. cit.*, p. 165.

²⁴⁹ NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1807)*, São Paulo, Hucitec, 1981, pp. 348-349; *apud* Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 429.

²⁵⁰ FIGUEIREDO, Fernando de, «Os vectores económico-financeiros», em Joel Serrão, António H. de Oliveira Marques (coords.), *op. cit.*, p. 135.

Bragança, ditadas pelo interesse em se abrir o próprio caminho no mercado brasileiro, coincidente de um lado com a fase de investimento e ampliação, pelo governo napolitano, da frota comercial nacional; e, do outro, com o crónico défice da balança comercial portuguesa que, a partir de 1810, afecta o circuito económico do sistema imperial.²⁵¹

Em 1822, com a publicação de duas célebres obras estatísticas – e não só – sobre Portugal, o geógrafo veneziano Adriano Balbi (autor de duas obras de estadística pluridisciplinar sobre Portugal: o *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* e as *Variétés politiques et statistiques de la monarchie portugaise*) fornecia um primeiro quadro do estado do comércio entre Portugal e Itália na altura em que realiza a sua investigação. Na sua obra salienta-se como Génova seja – no que diz respeito à Península Itálica – o primeiro parceiro comercial dos portos do reino, principal praça com que se desenvolve o maior tráfego de mercadorias, seguida por Veneza, Nápoles e Liorne. Veneza representa o ponto de mediação comercial com a Turquia (cuja balança comercial estava em défice, e da qual Portugal importava grandes quantidades de trigo). Balbi sublinha que a balança comercial de Portugal para em relação aos portos italianos está nesta época geralmente em activo, «excepté dans les années de guerre 1809, 1810, 1811 et 1813, et les deux de paix 1818 et 1819 dans lesquelles elle fut contre lui, à cause de la grande quantité de grains importés». Génova é exportadora de soja, papel, cores minerais, álcool, ácidos, enquanto o reino de Portugal exporta para a cidade ligure tabaco, açúcar, algodão, cacau, peles, anil, canela e café. De Veneza importam-se feijão, milho, linho, vidro e vidrilhos, metal, drogas medicinais, que são trocadas com os mesmos produtos, acrescentando marfim e pau-Brasil (bois-brésil). Enfim, do sul de Itália o reino português recebe pequenas quantidades de cevada, trigo e feijão, em troca de produtos coloniais.²⁵²

Com o conforto do material documental, podemos confirmar o quadro analítico de Balbi, acrescentando alguns dados mais pormenorizados. Por exemplo, evidencia-se o facto de que as importações/exportações de e para Itália se realizam principalmente com os portos de Lisboa, Porto, Setúbal e vários portos algarvios, sobretudo Portimão e Vila Real de Santo António.²⁵³ Relativamente aos navios que entram (nos) e saem dos portos portugueses, há nesta época um tráfego intenso nas rotas luso-italianas dirigidas para o norte da península; além de Génova, porto de destino principal, dos portos de Lisboa

²⁵¹ Alguns dados sistematizados sobre a balança comercial portuguesa no período 1809-1819 são fornecidos em valores de cruzados por Vitorino Magalhães Godinho em *Prix et monnaies au Portugal*, Paris, Éditions Jean Touzout, 1955. p.273. Sua fonte é a obra de Adriano Balbi, *Essai statistique sur e Royaume de Portugal et d'Algarve*, t. I, Paris, Rey et Gravier, 1822, p. 441 (*infra*, anexo III).

²⁵² BALBI, Adriano, *Variétés politiques et statistiques de la monarchie portugaise*, pp. 40-42.

²⁵³ Para um quadro recapitulativo *infra*, anexo III.

registra-se particular saída de mercadorias para os de Trieste e Veneza (duas cidades que, na altura, se encontram em território de dominação austríaca).²⁵⁴ Os outros portos italianos (a que se referem os dados presentes no anexo III) que se relacionam comercialmente com os portugueses, além dos de Nápoles e de Liorne (citados por Balbi) são os de Civitavecchia e Palermo. Em 1819, frente aos 25 navios napolitanos que entram no porto de Lisboa, saem 28; no ano seguinte terá passado, respectivamente, a 10 e 12;²⁵⁵ a redução sensível do número deve ser situada na queda geral do comércio marítimo, cuja recuperação será uma das preocupações do iminente governo vintista.²⁵⁶

O produto italiano de maior importação em Portugal é certamente o trigo; factor, este, que é também sinal de evidência da crise estrutural do sistema económico imperial luso-brasileiro na altura, que também se manifesta naqueles anos através da invasão do mercado interno por cereais a baixo preço vindos da zona mediterrânea; circunstância que empurra os produtores nacionais para a mais profunda crise, pondo assim as premissas da intervenção directa desta camada social nas questões do país, que se realizará a curto prazo.²⁵⁷ Por exemplo, no ano de 1819 importam-se no porto de Setúbal 76.200 alqueires de trigo, para um valor de 30.800,000 Rs.²⁵⁸ Mas há importação de mercadoria variada: por exemplo, e sempre no mesmo ano, nos portos do Algarve importam-se da península Itálica maçãs, arroz, trigo, milho e remos de faia, para um valor de 4.569,000 Rs. O centro italiano de referência para os portos algarvios era a cidade de Génova, o que testemunha mais uma vez a importância da colónia genovesa presente desde há séculos naquela região (e que voltará a reaparecer mais à frente no presente estudo), embora os números relativos às supramencionadas importações resultem bastantes contidos.

No que diz respeito ao porto de Lisboa, em 1819 importavam-se de Itália 1.875.158 alqueires de trigo, para um valor total de 750.063,200 Rs. Mas a capital, devido ao seu estatuto de cidade principal, centro do comércio nacional e sede da corte real, assistia à chegada de produtos típicos da produção alimentícia italiana, como as massas secas e os queijos. Por exemplo, em 1819 no porto da cidade descarregam-se 1693 arrobas de

²⁵⁴ ANTT. *Junta do Comércio*. «Mapa das cargas de navios entrados em Lisboa e Porto», mç. 312 (cx. 622). Há aqui um esclarecimento por fazer: enquanto Veneza é uma cidade de aclorada cultura italiana, o mesmo não se podia dizer nesta época da de Trieste; contudo, todos os documentos oficiais que dizem respeito ao porto desta cidade são escritos em língua italiana.

²⁵⁵ SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e economia da revolução de 1820*, 2ª ed., Mira Sintra-Mem Martins, Europa-América, 1975, p. 173. *Infra* anexo IV.

²⁵⁶ *Ivi*, p. 135.

²⁵⁷ ALEXANDRE, Valentim, *op. cit.*, p. 445.

²⁵⁸ ANTT. *Junta do Comércio*. «Primeiros e segundos resumos da América, Ilhas, África, Ásia e nações estrangeiras», mç.301 (cx.603). Na documentação consultada não existem, infelizmente, registos de exportações do porto de Setúbal para Itália.

massas, para um valor de 2.708,800 Rs., a que se seguem 1.890,555 Rs. de queijo parmesão (28 unidades, 27 caixas, 6 caixotes).²⁵⁹ Estes elementos da cultura gastronómica peninsular estarão ligados às dinâmicas da comunidade italiana durante o triénio liberal, por uma questão de interesses comerciais ligados à subida das taxas alfandegárias, como veremos mais adiante. Enfim, no ano de 1819 os valores totais das importações/exportações de e para Itália são iguais a 2.165.976,459 Rs. para as mercadorias compradas, 11.291.405,295 Rs. para as vendidas, sendo grande parte (mais de 50%) desta última constituída por produtos vindos do Brasil.²⁶⁰

Aliás, se compararmos o dado anual de 1819 ao do período 1796-1807 (acima referido), considerando também a inflação de longa duração dos preços²⁶¹ que acompanhou a crise económica portuguesa a partir da saída da corte real para o Brasil, podemos ver como, em proporção, a média anual das exportações para a península Itálica (igual à dos doze anos que precederam as invasões francesas) tinha crescido de maneira exponencial, chegando a quadruplicar; enquanto a das importações (igual a 1.331.293 Rs. no mesmo período) tinha substancialmente duplicado.

Acabámos de referir a variedade dos produtos que concernem a importação de mercadoria italiana em Portugal. Porém, para definir um quadro mais completo, podemos fazer referência aos dados emergentes da nossa investigação, e que dizem respeito às exportações/importações relativas ao período de 1819-1821. Como temos vindo a dizer – *repetita iuvant* – entre as mercadorias que saem dos portos portugueses primam as brasileiras, tais como o algodão do Maranhão, açúcar do Rio, da Bahia e de Pernambuco, açúcar mascavado, couros, couros atanados, café, cacau, goma elástica, tabaco e pontas de bois; as manufacturas portuguesas limitam-se aos algodões, aos couros atanados e aos vinhos de embarque.²⁶² Os principais produtos italianos que entram em Portugal entre 1819 e 1821 são, obviamente, os víveres: sêmolas, favas, centeio, cevada, milho, trigo, massas secas (aletria);²⁶³ mercadorias que se inserem na especificidade da procura

²⁵⁹ ANTT. *Junta do Comércio*. «Resumos de importação e exportação de Portugal. Primeiros e segundos resumos da América, Ilhas, África, Ásia e nações estrangeiras», mç.301 (cx.603).

²⁶⁰ Para o papel do comércio brasileiro no âmbito da economia portuguesa no período 1815-1820, veja-se RUIZ, Joaquín de Moral, «A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época [1818-1834]», *Análise Social*, vol. XVI (4º), n.64 (1980), Lisboa, ICS-UL, pp. 779-795.

²⁶¹ « La montée en flèche des prix agricoles, dernier chant du cygne avant la baisse de longue durée, traduit la disette et la gêne angoissante, nullement la prospérité [...] La baisse de longue durée des prix s'amorce au cours même des invasions françaises, quand il y a une forte poussée de fièvre cyclique. Les guerres et l'occupation étrangère n'ont donc fait peut-être que retarder un tout petit peu un processus déjà en marche et l'aggraver» (GODINHO, Vitorino Magalhães, *op. cit.*, pp. 276-277).

²⁶² *Infra*, anexo III.

²⁶³ *Ibidem*.

interna, condicionada pelo atraso agrícola que determina uma sistemática penúria de produtos cerealíferos e agroalimentares em geral.²⁶⁴ Mas a procura de produtos mais específicos, como toucinho, salame, queijo parmesão (quer em Lisboa, quer no Porto) faz-nos pensar que a introdução destes elementos no mercado nacional, no contexto geral do consumo interno do país, responde a uma procura específica por parte da relevante comunidade de origem italiana sediada no território; referindo-se ainda, como é óbvio e como já sublinhámos, aos hábitos mais requintados de uma restrita elite nacional, e da própria casa real, como confirmam os livros de receitas dos cozinheiros reais.²⁶⁵

Outro dado interessante que caracteriza os primeiros vinte anos das relações luso-italianas em Oitocentos é relativo à emigração a partir da península Itálica para o país lusitano, que continua a realizar-se não obstante a guerra e a situação económica desfavorável. O que ressalta particularmente é a emigração de comerciantes/negociantes, sobre os quais temos dados mais definidos; também graças ao facto de que, a partir da época pombalina, a naturalização e o termo de vassalagem se tornam condições obrigatórias para assentarem praça, embora houvesse muitas facilidades concedidas a este corpo social (pense-se no caso dos mercadores britânicos, que eram dispensados); por outro lado, não existem registos de naturalizações obrigatórias para outros prestadores de actividades ou profissionais das artes, pelo menos italianos, cujos cadastros e elencos de entrada e saída do país são mais provisórios.²⁶⁶

Dos registos guardados no fundo da Junta de Comércio²⁶⁷ relevamos – no período entre 1807 e 1818 – o pedido de naturalização de 41 indivíduos de origem italiana, a maioria dos quais Genoveses (26,8%) e Malteses (36,5%): estes últimos devem ser considerados como súbditos do reino de Nápoles até ao ano de 1815, em que a ilha de Malta passou para o controlo britânico. Este é um grupo populacional presente em grande número na Lisboa oitocentista, e que, com efeito – como lembram Paulo Lopes Matos e António de Oliveira Marques – «só numa pequena percentagem abrangia os naturais da ilha de

²⁶⁴ RUIZ, Joaquín de Moral, *op. cit.*, pp. 780-781.

²⁶⁵ Vejam-se, por exemplo, as receitas de vários pratos apresentados pelo cozinheiro real Lucas Rigaud no seu célebre *Cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha* (Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luíz Ameno, 1780). Este livro teve várias impressões ao longo dos anos, e todas as suas receitas encontram confirmação até à última edição (5ª), publicada em Lisboa, em 1826, pela Typographia Lacerdina.

²⁶⁶ A Junta do Comércio – uma das mais importantes entidades instituídas pelo Marquês de Pombal – aviuu consultas sobre a naturalização de estrangeiros a partir da resolução datada de 25 de Janeiro de 1758. Pelo Decreto de 2 de Junho de 1762, passou a admitir requerimentos de naturalização de obreiros, jornaleiros, trabalhadores de qualquer espécie de trabalho, criados e moços de servir. A isenção de direitos e emolumentos sobre a passagem de justificações de idade para naturalização, e de cartas de naturalização, foi estabelecida nos Decretos de 2 de Julho de 1774 e de 29 de Abril de 1801.

²⁶⁷ *Infra*, anexo V.

Malta», dedicando-se especialmente ao câmbio ambulante de papel-moeda, ao serviço de emprestadores de dinheiro e até usurários.²⁶⁸ Em 1805 a (futura) Duquesa d’Abrantes (ao século Laure de St. Martin Permon), mulher do marechal Junot, em visita a Lisboa juntamente com o marido enquanto este desempenhava o encargo de embaixador francês, afirmava que genoveses e malteses eram empregados em grande número como jardineiros, cabendo-lhes curar os espaços verdes das quintas da cidade, «[...] non essendo i Portoghesi abili nel giardinaggio, ed ignorando il modo d’innaffiare e di curare i getti d’acqua ad uso di fontane».²⁶⁹ Mas há súbditos do reino napolitano dados a actividades mais dignas de honra e não necessariamente ligadas ao mundo comercial ou financeiro, como por exemplo no caso pouco conhecido de um natural de Messina (Sicília), de nome Francisco Xavier (Saverio) Constanzo, agricultor de profissão, que naquele anos trabalhava em Almeirim e Muge (actual distrito de Santarém) terras recebidas pela coroa «com o privilégio de vender no Reino grãos e pevides fermentadas para melhor produção agrícola [...] estava a compor um tratado sobre a agricultura e um método de semear e cultivar a baunilha».²⁷⁰

PARTE SEGUNDA. As relações entre Portugal e o Reino das Duas Sicílias nas vésperas da revolução

2.1 Situação das legações diplomáticas em Lisboa e Nápoles

A débil posição europeia dos dois reinos após as determinações congressuais e o consequente frouxo entrelaçamento, pelo menos no plano da diplomacia, entre as duas realidades reflecte-se na problemática situação das respectivas legações; que, por sua vez, são projecções da acção política dos seus governos. A situação portuguesa é inegavelmente a mais problemática no plano político: a permanência da corte no Rio de Janeiro, cujo poder na metrópole é sub-rogado por uma regência fraca e submissa quer perante o poder além-mar, quer perante o agrado britânico, não facilita o desenvolvimento de ligações recíprocas. Do lado napolitano prevalecem confusão e desorganização: particularmente atormentadas são, de facto, as vicissitudes da representação diplomática

²⁶⁸ MATOS, Paulo Lopes, MARQUES, António H. de Oliveira, «A base demográfica», em Joël Serrão, António H. de Oliveira Marques (coords.), *Nova História de Portugal, vol. IX – Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.43.

²⁶⁹ ABRANTES, Duquesa de, *Memorie contemporanee sulla Spagna e sul Portogallo* [1805], Milano, Tipografia e Libreria Pirotta, 1835, p. 99. Nas *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806*, apresentação e notas de José Augusto França (Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008) não se encontra tradução desta parte das memórias.

²⁷⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit. (vol. VI)*, p. 370.

em Lisboa (legação régia e não embaixada, ao contrário de Londres e Paris, onde naqueles anos se desenvolve a acção diplomática de figuras de primeiro plano, quer portuguesas, quer napolitanas).²⁷¹ Na verdade, a presença diplomática napolitana em Portugal não é mal estruturada: durante o “Quinquénio” observa-se a presença de um encarregado de negócios junto do governo interino, um cônsul régio e uma densa rede vice-consular em todas as províncias do reino (três só em Lisboa), inclusive no Brasil e na ilha da Madeira,²⁷² sinal de uma consistente presença de súbditos napolitanos nos territórios da coroa portuguesa.²⁷³ O organograma diplomático napolitano é o seguinte: Vincenzo Ugo²⁷⁴ (encarregado de negócios); Vincenzo Mazziotti²⁷⁵ (régio cônsul). Entre os vice-cônsules deve-se aqui lembrar o maltês Giuseppe Calleja²⁷⁶ (Lisboa), que terá um grande papel na gestão das relações entre Nápoles e Lisboa, como veremos a seguir. No que toca à representação junto de Sua Majestade Fidelíssima no Rio de Janeiro, no final da década o governo napolitano não tem notícias sobre quem seja o vice-cônsul acreditado, suspeitando de uma utilização abusiva do título.²⁷⁷ Nem está presente um enviado

²⁷¹ O representante diplomático napolitano em Paris é Fabrizio Ruffo de Bagnara, Príncipe de Castelcicala (1763-1832), membro de uma das famílias mais fiéis à coroa de Bourbon. De sentimentos legitimistas e convencimentos conservadores, é destituído do seu cargo de embaixador em 1820, aquando da revolução constitucional no reino das Duas Sicílias, pela sua recusa de reconhecimento do novo regime político. Com a queda do governo liberal retomar as suas funções, desempenhadas até à sua morte.

²⁷² Trata-se de Giuseppe Della Nave, residente na ilha há muitos anos, que em 1818 – alegando razões de velhice – tenta transferir as suas funções para o filho (Giuseppe Camillo Della Nave), tentando assim forçar a convenção que não previa este cargo como hereditário, mas sim de designação consular (com aprovação régia).

²⁷³ Cf. FERRO, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 87-88. Para a configuração da rede consular napolitana em Portugal, *infra*, anexo I.

²⁷⁴ Vincenzo Ugo fora nomeado em Outubro de 1816 (a legação régia tinha retomado as suas funções em 1813). Veio falecer a 19 de Setembro de 1817.

²⁷⁵ Vincenzo Mazziotti era filho do pai seu homónimo e seu predecessor naquele cargo por trinta e sete anos. Apesar da representação diplomática ter retomado as funções em 1813, recebe *exequatur* por João VI só em Fevereiro de 1815 (Nápoles. Archivio di Stato [doravante ASN]. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi», busta 2690, fl. sem número [em 10/02/1815]). Veio a falecer a 2 de Agosto de 1817, após doença prolongada, deixando em Lisboa família bastante alargada (a mãe viúva, dois irmãos, a mulher grávida e um filho de dois anos).

²⁷⁶ Cidadão maltês (Malta já pertencera aos domínios do Reino de Nápoles) e gerente de uma loja de importação e exportação de vinhos (com negócios particularmente desenvolvidos com o Brasil); «catholico romano, e casado com Thereza Gertrudes, natural desta cidade [...] há muitos anos estabelecido nesta Corte com Casa de Cambio e o sítio de São Paulo: hey por bem naturalizado nestes reynos, para que goze de todas as franquezas, honras, e privilégios de que gozão os naturais delas, sem embargo de Ley» (ANTT. *Junta do Comércio*. «Requerimento de naturalizações e de assinatura de termo de vassalagem», mç. 239 [cx.449]). A sua luta pelo (vão) reconhecimento do título de cônsul geral durante a vacância do dito cargo em Lisboa marca toda a sua correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Nápoles.

²⁷⁷ Em 1817 o governo napolitano não tem notícias certas sobre quem seja o vice-cônsul no Rio. Esta incapacidade de controlo deve-se à distância da corte do Rio, e às mudanças causadas pela guerra na Europa, que de facto tinha levado a esquecer muitas figuras menores espalhadas pelo mundo, em representação dos Estados. Na opinião de Vincenzo Ugo, no Rio operava um verdadeiro “abusivo” que se tentava acreditar como cônsul: «Feci praticare [...] tutte le possibili diligenze nell'Archivio del Ministero, ma niuna traccia si rinvenne della destinazione di questo impiegato. Così al buio richiesi delle notizie al cavalier Ugo [...] avendo chiesto conto a D. Vincenzo Mazziotti, console generale della Maestà Vostra in

extraordinário, apesar do já frisado desejo da corte napolitana de estreitar as relações com o Rio de Janeiro a fim de conquistar uma melhor posição no âmbito comercial.²⁷⁸ O destino longínquo e incómodo representado pela capital brasileira dificultará o envio de um agente diplomático até ao final do decénio, quando é nomeado o barão Emilio Antonini.²⁷⁹

A morte do cônsul-régio Mazziotti em 1817, a que em poucas semanas se seguirá a do encarregado de negócios Ugo, abre um período prolongado de vacância do cargo que durará até 1826,²⁸⁰ com a chegada do novo cônsul (Francesco Stella). Período em que a totalidade do trabalho e das responsabilidades é entregue às mãos do vice-cônsul Calleja sem que este venha a ser alguma vez promovido ao cargo principal, questão que o funcionário de origem maltesa não deixará de evidenciar junto do governo napolitano, durante uma prolongada fase de queixas e reclamações,²⁸¹ em que tem de rivalizar com as

Lisbona, non potette avere altra conoscenza del fatto che il console deputato in Rio de Janeiro è un tal D. Agostino da Silva Hoff[ma][nn]; che costui era un negoziante ben conosciuto di Lisbona; e che avendo risoluto di passare nel 1809 in Rio (de) Janeiro, residenza attuale della corte di Portogallo, credeva ch'era stato eletto a quel posto dal fu di lui padre [...] osserva però il cavalier Ugo che abusi di questa natura hanno continuamente luogo non solo in Lisbona, ma altronde ancora; poichè s'incontrano spesso di coloro che avidi di godere di diritti, e d'esenzioni, si procurano delle patenti di cancellieri, e di vice-console, ed alle quali non curano poi di far opporre gli exequatur delle Corti, ne' Domini, dalle quali sono stabiliti» (duma relação do Marquês de Circello, Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao rei Ferdinando I, em 23 de Maio de 1817, em ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi», busta 2690, fl. sem número [em 19/04/1817]).

²⁷⁸ Para o número de navios napolitanos que entram no porto de Lisboa entre 1819 e 1820, *infra*, anexo IV.

²⁷⁹ Cf. SCARANO, Paolo, «Rapporti politici, economici e sociali tra il Regno delle Due Sicilie ed il Brasile (1815-1860)», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XXXVI (1957), Napoli, Società Napoletana di Storia Patria, pp. 298-299. Este estudo é publicado em quatro partes: além da referida (pp. 289-314), vol. XXXVII (1958), pp. 202-220; vol. XXXVIII (1959), pp. 231-262; vol. XXXIX (1960), pp. 353-373.

²⁸⁰ Em Janeiro de 1818 é nomeado um sucessor, Vincenzo Balsamo, naquele momento em função de cônsul na ilha adriática de Zante. Mas trata-se de uma nomeação sem êxito, sendo que nunca chega a ocupar o cargo, evitando dirigir-se para Lisboa (oficialmente para prestar assistência à mulher doente, em Nápoles). Como persistia esta situação, em Janeiro de 1820 é nomeado um novo substituto, o conde Leonardo de' Grattagliano, que porém assume a mesma atitude de Balsamo, alegando numerosas razões para adiar a deslocação a Portugal (uma série repetida de desculpas e um “grave” problema de saúde, face aos quais o próprio governo napolitano não pode esconder uma evidente irritação); reiterando, desta maneira, a complicada situação do núcleo diplomático na capital portuguesa, afectada aliás pela quase total suspensão das relações durante o período revolucionário. Como é provável, a implícita recusa de aceitar o cargo por parte de Balsamo e Grattagliano deve-se mais ao insuficiente vencimento económico numa sede tão longínqua do que aos manifestos problemas familiares; aliás, no caso de Grattagliano assume um papel de relevo o triunfo da revolução de 1820 e a instauração do governo liberal (sobre todas estas questões, veja-se ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi», busta 2690).

²⁸¹ Em ocasião da nomeação de Vincenzo Balsamo, Calleja manifesta toda a amargura pela falta de reconhecimento do seu trabalho, que o empenha formalmente – embora não oficialmente – no despacho das funções consulares: «egli sostiene di essere stato “chiamato fin dal 28 maggio [1817, ndr]- ad agire nelle funzioni viceconsolari per la fisica e morale impotenza del signor d. Vincenzo Mazziotti ultimo console allora già infermo”». Frisa repetidamente como fora o próprio encarregado de negócios, Vincenzo Ugo, a ter alimentado esperanças e ilusões no jovem funcionário maltês: «[...] mi convenne, checché dicessi in contrario, ubbidire, e lasciare quindi in abbandono i miei affari commerciali coll'India, col Brasile e con

pretensões de outras personagens residentes na capital portuguesa, tais como o irmão mais novo do cônsul falecido, Gaetano Mazziotti.

Nas margens do Tirrénio, após o falecimento do antigo cônsul português Caetano Gizzi em Dezembro de 1818, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (que na altura se encontra sob a égide de Thomaz António de Villanova Portugal)²⁸² nomeia o novo representante em Nápoles, na pessoa do Visconde de Torre Bela,²⁸³ que chega àquela cidade no início de 1819. Manifestando, desde logo, um incansável dinamismo, é ele a acompanhar os primeiros passos dos novos tratados estipulados com o Reino das Duas Sicílias. O retomado interesse nas relações bilaterais concretiza-se, em primeiro lugar, num acordo recíproco para a superação de um instituto jurídico considerado já caducado pelo direito internacional do tempo:²⁸⁴ trata-se do acordo (de que Torre Bela é signatário juntamente com o Marquês de Circello, ministro dos negócios estrangeiros napolitano) para a abolição do direito de albinágio,²⁸⁵ ou seja, a prerrogativa do Estado – o do soberano – de se apropriar no próprio território dos bens de súbditos estrangeiros falecidos sem

questa piazza, per i quali sostento me e la mia assente famiglia, nella speranza di essere nominato alla carica di regio console, alla quale mi avea lusingato il Cavaliere (Ugo, ndr)». E ainda: «...mi trovo ora deluso nella nutrita speranza di continuar nell'onore del real servizio, come successore al Consolato per la nomina del 9 gennaio (1818, ndr.) a questo regio incarico del Cav. Don Giorgio Balsamo, già console in Zante. Questa nomina mi è stata ferale, non già fisicamente, ma economicamente, considerando alla poca apparenza di sperare al compenso dell'andato tempo, per me preziosissimo, esaurito in pregiudizio dei miei interessi, complicati con quelli della mia famiglia assente, in numero, oltre la consorte, di quattro figlioli in puerile età» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi», busta 2690, fl. s.n., [em 18/02/1817]).

²⁸² Thomaz António de Vilanova Portugal era, naquela altura, secretário de Estado do reino e da justiça de Dom João VI (no seguimento da reorganização do gabinete de governo de 1818, após a morte do Conde da Barca), ministro interino dos Negócios Estrangeiros. Estrito colaborador do rei, partidário do absolutismo e obstinado opositor das cortes, inimigo da maçonaria, era fautor da permanência do Rei no Brasil com a vinda de Dom Pedro IV a Portugal, posição que o levou a desacordo com o Conde de Palmela, de ideia contrária e que chegaria a substituí-lo no ministério. A posição de Vilanova justificava-se com a necessidade de manter o Reino unido, de que o Rei representava o elemento de união, a garantia: a vinda do rei a Portugal teria significado a desunião, isto é, a provável perda das posses americanas (Cf. LIMA, Manuel de Oliveira, *Dom João VI no Brasil*, 2 vols., Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1908, pp. 1059-1086). Como é referido na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. XXII, Lisboa/Rio de Janeiro, [s. d.]), «a sua ação como ministro provocou acerbas críticas e controvérsias, dado que se mostrava tão talentoso jurisconsulto quanto medíocre administrador e político». O retrato mais conhecido – uma gravura litográfica – deste ministro derrubado em 1820 pela revolução, fora pintado em 1812 por Domingos Schioppetta, arquiteto, encenador e pintor italiano que se torna um dos artistas oficiais do Vintismo, como veremos mais à frente.

²⁸³ Fernando José Correia Brandão Bettencourt de Noronha Henriques, desde 1812 I Visconde da Torre Bela (uma localidade madeirense), nasce no Funchal em 1768. Foi Comendador das Ordens de Cristo e da Torre-e-Espada; membro do Conselho de Dom João VI e Coronel do regimento das milícias da Calheta. Antes da sua missão em Nápoles, foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Estocolmo (1799-1801), Berlim (1801-1802 e 1805-1807) e Viena (1815). Fonte: FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p. 243.

²⁸⁴ GALASSO, Giuseppe, *op. cit.*, p. 157.

²⁸⁵ «Prima dichiarazione della Corte del regno unito di Portogallo, Brasile ed Algarve», *Collezione delle leggi e de' decreti reali del regno delle Due Sicilie*, anno 1819, semestre I, Napoli, Real Tipografia, pp. 549-550.

herdeiros. O mesmo acordo previa, numa segunda parte, a baixa de dois impostos – *–jus detractus e census emigrationis* – respeitantes à cobrança de herdades em território estrangeiro pelos familiares do falecido.²⁸⁶

2.2 Diplomacia de tratados e de casamentos. Premissa

As primeiras aproximações concretas entre Nápoles e Lisboa têm lugar já no findar deste complicado “quinqüênio”, quando se planeiam e parcialmente se concretizam uma série de acordos que – como já evidenciou Paolo Scarano²⁸⁷ – pretendem abrir o caminho a uma ligação dinástica primária, através do casamento entre dois infantes. Da parte napolitana, tal projecto é justificado pelas já referidas questões comerciais, devidas à total ausência da frota duo-siciliana no espaço de um mercado com tão grandes perspectivas como o brasileiro, não obstante a abertura dos portos do país ao comércio de “todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias” procedentes das nações amigas, conforme ao ditado da famosa *Carta Régia* de 28 de Janeiro de 1808 (e que por pouco antecipa o tratado de comércio com os ingleses, estipulado dois anos mais tarde). A liberalização do mercado brasileiro, em que a Inglaterra mantinha uma posição de privilégio, constitui uma grande oportunidade para ambas as partes: para os europeus há a possibilidade de comerciar directamente produtos coloniais, ultrapassando aquele que tinha sido o papel de mediação comercial da metrópole portuguesa (ou seja, realiza-se a chamada “inversão” do pacto colonial).²⁸⁸ Isto traduz-se de repente num aumento consistente do tráfego marítimo para o Brasil, que por sua parte assiste ao desenvolvimento agrícola, pecuário e industrial, «definindo-se, entre 1808 e 1822, a fase de transição da economia colonial para a economia exportadora capitalista, segundo os ditames do capitalismo industrial inglês».²⁸⁹

O dinamismo diplomático entre 1818 e 1820 – que se concretiza em dois acordos e num quase casamento – naufraga com o rebotar das revoluções em Nápoles e no Porto;

²⁸⁶ «[...] i sudditi di S. M. il Re del regno delle Due Sicilie non vi saranno assogettati, allorchè in caso di successione, legato, donazione, rendita, emigrazione o altro, vi ha luogo ad una traslazione di beni dal regno delle Due Sicilie negli Stati di Sua Maestà Fedelissima, o da questi ultimi negli Stati di S. M. siciliana», *Ivi*, pp. 550-551.

²⁸⁷ Cf. SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1957), pp. 289-314.

²⁸⁸ A importância da passagem para Lisboa das importações coloniais (destinadas aos mercados europeus) para o desenvolvimento de uma burguesia comercial interna, além da arrecadação de receitas para o estado através de taxaçaõ directa e indirecta, marcou o espaço de navegaçaõ português ao longo de mais de dois séculos (cf. ALEXANDRE, Valentim, «O liberalismo português e as colónias de África (1820-1839)», *Análise Social*, vol.XVI [61-62], 1980 [1º-2º], Lisboa, ICS, p. 320).

²⁸⁹ LUCAS, Maria Manuela, «Organizaçaõ do Império», em José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, vol. V – *O Liberalismo (1807-1890)*, coord. De Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 288.

eventos que, enquanto parecem aproximar, embora aleatoriamente, os destinos dos dois povos no plano de horizontalidade mediterrânica de que falámos na primeira parte deste capítulo, acabam por afastar profundamente as duas capitais no plano diplomático (pelo menos até ao final dos anos vinte, com a nomeação de um enviado extraordinário junto da corte do Rio de Janeiro, naquela época já independente). Por isso, na análise global das relações luso-napolitanas que na nossa abordagem decidimos aprofundar, e nas quais – como já dissemos – se definem as dinâmicas da mobilidade migratória a carácter político e socio-económico que criam as condições para uma representação da identidade nacional italiana em Portugal, a evolução e a brusca interrupção das relações no período supramencionado surge como indispensável para a estrutura do nosso discurso. Teremos de o fazer examinando os aspectos não abordados pelos estudos (tendencialmente parciais) do passado;²⁹⁰ a análise desenrolar-se-á por meio da utilização de novas fontes, sobretudo diplomáticas, procurando desta maneira demonstrar a centralidade da acção da diplomacia dos dois países no desenvolvimento das relações que antecipam a eclosão dos respetivos processos revolucionários; relações que giram em torno de dois projectos basilares, a saber, a deportação de condenados napolitanos para o Brasil, e o casamento entre príncipes. Em relação ao primeiro, evidenciar-se-ão as razões da procura do acordo por uma e outra parte, e as dinâmicas da organização da transferência para o Brasil (e, em seguida, para Angola); tentar-se-á também uma definição do perfil biográfico (idade, proveniência, crime) do grupo de condenados napolitanos. Em relação ao segundo, analisar-se-ão as negociações diplomáticas, ressaltando o impacto destróador dos acontecimentos revolucionários em Nápoles e Lisboa.

Enfim, ressalta-se como o estudo das relações entre Nápoles e Lisboa nesta altura constitui, na ausência de estudos específicos actuais, uma contribuição útil para o estudo da ligação existente entre as duas realidades num período substancialmente pouco estudado pela historiografia, embora demonstre uma proximidade consistente e procurada.

²⁹⁰ CORTESE, Nino, «Per la storia del Regno delle Due Sicilie dal 1815 al 1820», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XI (1925), Napoli, Società Napoletana di Storia Patria, pp.198-226; SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1957); LODOLINI, Elio, «L'esilio in Brasile dei detenuti politici romani (1837)», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXV (1978), I, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 131-171; CANDIDO, Salvatore, «L'emigrazione coatta in Brasile di carcerati politici presunti affiliati alla "Giovine Italia"», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXXVII (1990), IV, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 475-512; MOTTIN, Antonio, CASOLINO, Enzo, *Italianos no Brasil. Contribuições la literatura e nas ciências séculos XIX e XX*, Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 209-228.

2.3 O tratado de deportação para o Brasil

Em finais de 1819, os governos napolitano e português estipulam uma convenção para a deportação de degredados napolitanos nos “Estados do Ultramar” do reino lusitano. A dita convenção é assinada a 11 de Dezembro de 1819²⁹¹ entre o Visconde de Torre Bela (como dissemos, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário) e o Marquês de Circello (ministro napolitano dos Negócios Estrangeiros), e manifesta um carácter de urgência das medidas atendidas (como demonstra a pronta recepção por parte das autoridades portuguesas,²⁹² tendo o pacto eficácia antes de ser ratificado pelas duas partes).²⁹³ O acordo é constituído por nove artigos, em que é sancionada a disponibilidade de as autoridades lusitanas aceitarem presos por crimes comuns, inicialmente em número de trezentos,²⁹⁴ mas que não fossem maiores de quarenta e cinco anos, idosos, doentes, incapazes e não aptos para o trabalho.²⁹⁵ Isto porque a recepção de fluxos migratórios deste tipo era funcional à utilização dos deportados como mão-de-obra, basicamente dirigida para o sector agrícola, ainda – no Brasil, e sucessivamente nas possessões africanas – em fase de desenvolvimento²⁹⁶ (ainda em 1808, um decreto do príncipe regente permitira a distribuição de sesmarias aos estrangeiros residentes no país; enquanto, com a *Carta Régia* acima citada, liberaliza-se a exportação de produtos coloniais comerciais e agrícolas – à excepção do pau brasil – pelos navios das “nações amigas”). O próprio Ferdinando I de Bourbon, ao dar a sua opinião acerca da validade do acordo, evidencia como no Brasil existe abundância de terra e trabalho, mas escassa mão-de-obra, fazendo acompanhar o seu apoio à conclusão do acordo de valorações de carácter filantrópico em relação aos seus vassallos, restituídos à liberdade em busca de

²⁹¹ O texto original, em língua francesa, encontra-se em ANTT. *Manuscritos da Livraria*. n.2542 (3).

²⁹² Não obstante a oficialidade da data do contrato, as informações que se podem encontrar na documentação do Arquivo Histórico Militar de Lisboa (doravante AHM) levam a pensar que a organização da transferência de presos era argumento debatido já há algum tempo. De facto, em carta expedida do presídio da Trafaria a 20 de novembro de 1819 (presente em *III divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.1), o responsável do campo informa ter recebido a notícia da chegada dos presos napolitanos, os quais teriam tido de desembarcar previamente na praça de Lagos, mas onde se teria intimado o capitão da embarcação a dirigir-se a Lisboa, sem paragens.

²⁹³ Dom João VI nunca chegará a fazê-lo.

²⁹⁴ Sobre este ponto, esclarecido pela documentação original, nem sempre concorde foi a opinião dos que apenas mencionaram esta questão: por exemplo, o clérigo napolitano Luigi del Pozzo, na sua monumental e pormenorizada obra intitulada *Cronaca civile e militare delle Due Sicilie sotto la dinastia borbonica dall'anno 1734 in poi* (Stamperia Reale, Napoli, 1857, p. 303), afirma que eram dois mil os homens enviados em cativo para a colonização das terras brasileiras.

²⁹⁵ «[...] pourvu que leur âge ne sont pas au de plus de quarantecinq ans, et qu'ils ne soient pas estropiés, ou incapables au travail», (ANTT. *Manuscritos da Livraria*. n.2542 [3]).

²⁹⁶ Cf. VIANNA, Helio, *História do Brasil, vol. II – Monarquia e República*, 3ª ed. (1961/62), São Paulo, Melhoramentos, 1965, pp. 20-27; BENASSAR, Bartolomé, MARIN, Richard, *História do Brasil*, Lisboa, Teorema, 2000, pp. 215-222.

novas oportunidades. Tratava-se obviamente de uma retórica das “boas intenções” incapaz de esconder a longo prazo os reais interesses postos em jogo pelas duas coroas. Por exemplo, o célebre historiador napolitano Pietro Colletta, na sua história do reino de Nápoles, alguns anos mais tarde apontará como escandaloso e indigno o tratado entre os dois reinos, sendo evidente que se tratava de uma maneira de perpetuar o tráfico dos escravos, e sendo o escravagismo uma condição não alheia à própria realidade napolitana:

« i commissari del Portogallo rifiutando i vecchi, gli storpi, gli infermi, ricercavano la sana gioventù come più valente ai servili lavori. Il governo [*napolitano*, nda] si vantava di pietà per aver fatti liberi quei prigionieri, benché in altro emisfero; ma il sociale patto (che pure alcuno ve ne ha coi delinquenti) riprovava quell'atto, ed un segreto sentimento di umanità lo rendeva abominevole: dicevasi che vietata nel mondo la tratta infame degli schiavi si vedevano in Napoli uomini nati liberi andare a schiavitù e per sordido risparmio dati in dono».²⁹⁷

Com efeito, por parte portuguesa o projecto insere-se na estratégia mais geral de povoamento da maior colónia do país, com vista ao aproveitamento das suas enormes riquezas naturais.²⁹⁸ Por esta razão, o acordo de 1819 revela a sua centralidade no estudo das relações luso-napolitanas do tempo: o envio dos degredados vai reforçar o programa de povoamento do Brasil – objectivo que necessitava de recursos estrangeiros devido à limitada dimensão da população portuguesa – útil ao crescimento económico e social da “nação” de além-mar; tal dinâmica constituirá uma parte importante da base sobre a qual será erguida a autonomia política do antigo domínio americano. Por isso, o acordo intervém conjuntamente com outras estipulações para o acolhimento de trabalhadores da terra, como demonstra a concomitante fundação da colónia de Nova Friburgo por cidadãos suíços, chegados no Brasil após um acordo similar (que não considerava a introdução de condenados, mas sim de famílias de colonos); mas é realizado numa fase em que (quase) nada anuncia a complicação da questão colonial, como acontecerá nos dois anos seguintes.

Portanto, a deportação de presos condenados representa uma vantajosa oportunidade para ambas as partes: pelo lado luso-brasileiro perfila-se a possibilidade de fazer frente à

²⁹⁷COLLETTA, Pietro, *Storia del Reame di Napoli dal 1734 sino al 1825*, t.IV, Capolago, Tipografia Elvetica, 1838, p.69.

²⁹⁸ Sobre este assunto, cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII – *A instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Viseu, Editorial Verbo, 1994, pp. 168-178.

necessidade de força de trabalho utilizável em condições particulares, no momento em que começa a ser posto em discussão o sistema clássico de escravidão (em particular com os acordos que decorrem entre a coroa portuguesa e a Inglaterra no período 1810-1823);²⁹⁹ pelo lado napolitano, a vantagem está no alívio da tensão entre a abundante população das prisões do reino (através de um plano já considerado pelo pensamento iluminista partenopeu),³⁰⁰ nos alvares de um período de relevante tensão política e social que já no passado tinha assinalado a possibilidade, pelos fautores das transformações políticas, de recrutamento de forças activas entre a comunidade prisioneira. Ao mesmo tempo, há da parte napolitana a consciência da radicalidade da pena:³⁰¹ em observância da jurisprudência do reino não se consideram os sujeitos à deportação como condenados à pena perpétua (pelo menos não todos); ou seja, é-lhes reconhecido o direito a voltar ao reino com o fim do período de afastamento obrigatório (contrariamente a como era entendido o degredo para o Brasil e para outras colónias³⁰² pelo sistema punitivo português, “pena símbolo” adoptada ao longo de todo o período colonial).³⁰³ Mas estas, repetimos, representam disposições seguidas antes das agitações revolucionárias dos primeiros anos Vinte, que mudam completamente a perspectiva dos governos absolutos em relação às políticas migratórias, como veremos mais adiante.

O degredo como instrumento de colonização e disponibilização de mão-de-obra no Brasil colónia é um processo substancial já activado pela coroa portuguesa a partir do

²⁹⁹ Cf. GROSSI, Vincenzo, *Storia della colonizzazione europea al Brasile e dell'emigrazione italiana nello Stato di São Paulo*, Roma, Officina Poligrafica Italiana, 1905, pp. 206-211; SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1958), pp. 303-306; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, p. 177-178. Veja-se também: SCARANO, Paolo, «La diplomazia napoletana e la questione della schiavitù negra nel Brasile», estratto dagli *Atti dell'Accademia Pontaniana*, nuova serie, anno DL, Vol. XLI (1992), Napoli, Giannini, 1993, pp. 197-217.

³⁰⁰ Veja-se a obra do jurista e literato Gaetano Filangieri, e no específico a sua *La scienza della legislazione* (1780-1785).

³⁰¹ Veja-se, por exemplo, PANTOJA, Selma, «A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)», *Análise Social*, vol. XXXIV (Inverno), 2000 (n.º 151-152), Lisboa, ICS, pp. 555-572; SIMEI, Maria de Souza Torres, «Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII», *Revista de História*, n. 168 (Janeiro/Junho 2013), São Paulo, USP, pp. 131-166.

³⁰² NORONHA, Fabrícia Rubia G. S., «O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império», *Em Tempo de Histórias*, n.8 (2004, revista on-line Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília): <<http://seer.bce.unb.br/index.php/emtempos/article/view/2657/2206>>

³⁰³ Assim se lê no artigo n.8 da convenção: «non c'è dubbio che il Re delle Due Sicilie non potrebbe dare, senza commettere ingiustizia, dare maggior castigo a questi disgraziati che quello previsto dalla legge, dunque questo Regno (Napoli) ha insistito in maniera assoluta sulla possibilità che i disgraziati espulsi per dieci, quindici o venti anni hanno di poter ritornare in questo Regno caso lo vogliano, allo scadere del periodo di esilio» (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl. 32). Mas, sempre em base ao artigo n.8 da convenção, o retorno aos territórios teria estado a cargo do governo napolitano, enquanto «s'engage à subvenir à tous les frais nécessaire pour leur retour dans Ses Etats» (ANTT. *Manuscritos da Livraria*. n.2542 [3]).

século XVIII, sobretudo nas áreas amazónicas;³⁰⁴ além disso, não se pode esquecer que as dinâmicas de povoamento dos territórios luso-americanos vinham-se já baseando na aglomeração de diferentes sujeitos sociais, amiúde em condição coacta: «os primitivos povoadores do Brasil [...] foram degredados, desertores e náufragos das frotas de exploração e comércio, aventureiros de toda espécie, atraídos pela miragem das imaginárias riquezas com que acenava a nova terra».³⁰⁵ Como já evidenciámos, no início do século XIX a colonização coacta autóctone manifesta-se como insuficiente face ao incremento da produção agrícola. Tal inadequação deve-se à incipiente contestação da economia escravista que, se por um lado é uma herança manifesta do desenvolvimento do pensamento iluminista entre as burguesias europeias, por outro esconde objetivos de menor relevância filantrópica no que diz respeito à principal potência contestadora (Inglaterra). O império britânico está nesta fase interessado no enfraquecimento das economias agrícolas das Américas – as quais se baseiam, em larga medida, na importação de força de trabalho africana – para conservar o monopólio na produção de produtos primários à vantagem das suas colónias.³⁰⁶ Esta configura-se como razão estrutural do caminho que tenta oficializar uma política contra o comércio de escravos no Atlântico e que, como já se disse, a partir de 1810 se desdobra em acordos bilaterais.³⁰⁷ Uma política de “idealismo e oportunismo” que será partilhada pela burguesia liberal portuguesa,

³⁰⁴ Cf. TORRES, Maria de Souza *op. cit.*

³⁰⁵ VIANNA, Helio, *A Restauração e o império colonial português*, Lisboa, [s.n.], 1940, [p. 2].

³⁰⁶ SCARANO, Paolo, «Rapporti politici, economici e sociali tra il Regno delle Due Sicile ed il Brasile (1815-1860)», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XXXVII (1958), Napoli, Società Napoletana di Storia Patria, p. 304. Quem partilha esta leitura da posição anti-esclavagista britânica é o então cônsul geral napolitano no Rio de Janeiro, Gennaro Merolla: «[...] questa potenza [l’Inghilterra], eminentemente commerciale, non lascia d’esser egoista nell’abolizione del traffico [degli schiavi]. L’interesse che la dirige in questa causa viene nascosto dalla filantropia. L’Inghilterra [...] pretende basare la prosperità delle sue colonie sopra le rovine dei paesi agricoli del Nuovo Mondo e, poiché il futuro di questi paesi è legato essenzialmente all’impiego degli africani [...], l’Inghilterra, abolendone subitamente il traffico, senza dare il tempo necessario per rimpiazzare uomini liberi agli schiavi, otterrà il suo intento, conservando alle sue colonie il monopolio per avere i loro mercati meglio provveduti di materia prima» (Scarano, Paolo, «La diplomazia napoletana e la questione della schiavitù negra nel Brasile», estratto dagli *Atti dell’Accademia Pontaniana*, nuova serie, anno DL, vol. XLI [1992], Napoli, Giannini, 1993, pp. 197-217).

³⁰⁷ Benedetto Croce contesta qualquer visão instrumentalizada da política internacional britânica no início dos anos ’20, reafirmando o princípio do progresso económico e social ligado ao desenvolvimento do capitalismo: «[A Inglaterra, ndr] si rifiutò di concorrere all’impresa contro la rivoluzione spagnuola, si pose favore al partito costituzionale in Portogallo, si riconobbero i nuovi stati nati dal distacco delle colonie spagnuole d’America, si appoggiò diplomaticamente e militarmente la rivolta dei Greci, si [diede] nuovo assetto alle proprie colonie e vi si abolì la schiavitù dei negri. Che in questa azione estera l’Inghilterra proteggesse e promovesse la sua potenza e la sua economia, allargando il traffico ultraoceanico e mantenendo l’esclusione della Russia da Costantinopoli e dal Mediterraneo, non è già, come i miopi materialisti e gli idealisti a vuoto interpretano, la prova del carattere egoistico di quella politica, ma unicamente delle possibilità e agevolezze che un’idea morale trova di volta in volta nel corso dei fatti e nell’intreccio degli interessi, e che presuppongono perciò l’esistenza di quell’idea direttiva» (*Storia d’Europa nel secolo decimo nono*, 3ª ed., Bari, Laterza, 1972, pp. 62-63).

sobretudo após a perda da colónia brasileira, numa óptica de optimização capitalista e desenvolvimento económico.

O crescimento da agricultura no Brasil não permite, porém, que os impedimentos ao comércio escravagista (o qual continuará, em grande medida, em regime de contrabando) afrouxem a recepção necessária de braços para o cultivo da terra. Dessa maneira, os condenados napolitanos (ou uma parte deles, como veremos) – assim como os degredados provindos de outras nações – transformam-se no pretendido benefício da economia brasileira, satisfazendo determinadas necessidades do crescente sistema agrícola interno, representando também uma das passagens necessárias pela transição à economia do trabalho-livre, fenómeno que se define em longa duração. Estes estão destinados ao trabalho nas grandes unidades monocultoras de açúcar, algodão e café, que já a partir de inícios do século – devido a uma favorável conjuntura comercial a nível internacional³⁰⁸ – marcam o incremento das exportações brasileiras. De facto, entre 1821 e 1830, a exportação de açúcar representa 30,1% no total dos produtos vendidos no estrangeiro, representando o algodão 20,6% e o café 18,4% (este último, cuja produção se concentra na província do Rio de Janeiro, estará sujeito a maior incremento nos anos seguintes, até se tornar produto príncipe da produção agrícola do país, e requerendo nova imigração italiana, em medida mais imponente).³⁰⁹

Assim, não podendo nesta sede contar com documentos objetivos que permitam a reconstrução das sortes, vicissitudes e sociabilidades em terra brasileira – e nos outros territórios do Ultramar português – desse conjunto de presos napolitanos, decidimos adoptar um paradigma geral para tentar uma representação fiel da sua condição laboral, embora seja necessário salientar como esta limitada concentração de mão-de-obra procedente do sul da península itálica constitui uma amostra de um processo muito mais amplo e prolongado no tempo. Evidenciamos que as suas condições de partida levam a pensar que os presos estejam destinados a um enquadramento laboral fortemente subordinado, em que a função fundamental é a da substituição de escravos negros numa dimensão produtiva e de carga horária que não vai diminuindo, mas que implica maior produtividade devido ao implemento da produção e da conseqüente exportação. Ao mesmo tempo, eles representam a continuidade entre trabalho escravo e assalariado; além disso, constituem o primeiro sinal de uma evolução económica que vai *pari passu* com o

³⁰⁸ BENASSAR, Bartolomé, MARIN, Richard, *op. cit.*, Lisboa, Teorema, 2000, p. 215.

³⁰⁹ *Ivi*, p. 219. Os autores indicam, como fonte dos dados fornecidos, a obra de Luís Roberto Lopes, *História do Brasil imperial*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, p.68. Veja-se também TRENTO, Angelo, *Là dove c'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile (1875-1940)*, Padova, Antenore, 1984.

desenvolvimento técnico e estrutural do país, no momento em que o aumento da produtividade nas fazendas – acompanhado por um maior aproveitamento dos produtos e pela transformação do sistema de transportes – torna o trabalho sazonal mais conveniente e apropriado, com altos níveis de produtividade.³¹⁰ Face a estas dinâmicas, os condenados napolitanos devem considerar-se exemplo de trabalhadores livres embora em regime de condenação (a pena reflecte-se na condição do degredo e não na do trabalho). A condição de “trabalhador livre” não pressupunha circunstâncias favoráveis ao trabalhador: de facto, a condição existencial desta massa trabalhadora num sistema económico ainda de carácter escravagista está conotada com a instabilidade e irregularidade do trabalho realizado. Isto é, embora não se trate de “escravos” em termos formais, vivem uma condição de precariedade económica que os transforma numa camada social marginal, espécie de “exército de reserva” da escravidão, mão-de-obra alternativa. Em muitos casos, tal marginalidade pode ter constituído motivação de regresso e permanência na área do ilícito e da criminalidade.

Tudo isto não exclui outros fenómenos: por exemplo, é plausível que, uma vez no Brasil, alguns deles se tenham tornado trabalhadores assalariados dos engenhos, definindo pouco a pouco melhores condições socioeconómicas que lhes permitiram passar a pequenos proprietários e acumular algumas riquezas,³¹¹ tendo assim a possibilidade de um resgate social praticamente impossível no país de procedência. Esta tendência é confirmada no caso de muitos degredados transferidos para território africano, e nomeadamente para Angola, onde se conseguem libertar e desenvolver actividades de negócios. A este respeito podem-se ver os interessantes estudos do historiador luso-angolano Carlos Pacheco,³¹² que reconstruiu – não sem algumas imprecisões, devido à falta de localização da lista com os nomes dos 300 deportados, que pelo contrário nós conseguimos descobrir no curso das nossas investigações – o percurso de emancipação de

³¹⁰ Sobre este assunto e suas interpretações, veja-se a obra de Emília Viotti da Costa, *De senzala à colônia*, 4º ed., São Paulo, Unesp, 1997 (primeira edição 1966).

³¹¹ «Quasi tutti vi vissero agiatamente “col commercio o con qualche mestiere”, oltre trenta fecero tanta fortuna da essere considerati ricchi negozianti. Di quegli uomini redenti nei vasti spazi dell’Impero conosciamo i nomi di Pellegrino Bernardo, di Cassini, di Gabriele Pipella, di Antonio Gemma, di Antonio Polimeno», SCARANO, Paolo, «Rapporti politici, economici e sociali tra il Regno delle Due Sicilie ed il Brasile (1815-1860)», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XXXVII (1958), Napoli, Società Napoletana di Storia Patria, p. 308; *apud* BISTARELLI, Agostino, *Gli esuli del Risorgimento*, Bologna, il Mulino, 2011, p. 226. Não se encontrando os nomes de Cassini e Pipella entre os vários elencos dos trezentos degredados, presentes no AHM (*III Divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1), não devem, por conseguinte, considerar-se emigrados daquele grupo.

³¹² PACHECO, Carlos, «A origem napolitana de algumas famílias angolanas, 1. Os Fançonys», sep. de *Anais da Universidade de Évora*, 5 (1995), Évora, [s.n.], pp. 181-201; «A origem napolitana de algumas famílias angolanas, 2. Os Romano Amado», sep. de *Anais da Universidade de Évora*, 7 (1997), Évora, [s.n.], pp. 113-124.

alguns dos deportados enviado para a colónia africana, onde se implantam de forma definitiva (sobretudo nas zonas do interior, contribuindo para o seu povoamento), construindo famílias crioulas que hoje em dia pertencem plenamente à genealogia angolana.

Enfim, pretendendo alargar este discurso a um campo mais amplo das teorias socioeconómicas, mas sempre dentro do contexto das relações luso-italianas desta altura, por volta destes anos são publicados os discursos analíticos de Adriano Balbi, cuja obra já mencionámos no nosso texto. Os trabalhos de Balbi continham pormenorizadas análises acerca das populações dos territórios da coroa portuguesa, estruturadas em forma discursiva e estatística (numerosas são as tabelas que acompanham o estudo de cada sector da vida política, social e económica do reino). Nas suas *variedades políticas e estatísticas*, discutindo a necessidade de fixar novamente a capital da coroa portuguesa em Lisboa, Balbi avança com uma reflexão sobre o estado da população brasileira, considerada menos activa do que a portuguesa em termos produtivos, militares e políticos, e vendo nesta fraqueza estrutural a falta de justificação da permanência do poder executivo no Rio. Insistindo na diferença qualitativa entre a população portuguesa e a brasileira, frisa:

«La force de la monarchie n'est pas dans le sol, mais dans les hommes; tandis que le Portugal compte trois millions d'habitans, tous Portugais, le Brésil n'en compte pas un million: encore ce million, s'il existe, est environné de plus de dixhuit cent mille esclaves et d'un million d'indigènes et de mulâtres, qui, au lieu d'augmenter sa force, le diminuent considerablement par l'état précaire où le retient la crainte des révoltes. C'est donc le Portugal et non le Brésil qui est le véritable centre moral et politique de la monarchie portugaise».³¹³

Ou seja, o desenvolvimento do Brasil passa, na opinião do geógrafo veneziano, pelo ineludível incremento da população, mas da população livre, de trabalhadores não sujeitos às relações laborais de total ou semiescravidão, que como se tem visto é uma problemática central da economia colonial nesta fase de expansão da produção e do comércio. Sem assumir de forma manifesta esta posição, em relação ao problema da escravidão, Balbi adopta a perspectiva ideológica da grande potência britânica

³¹³BALBI, Adriano, *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris, Rey et Gravier, 1822, pp. 58-59.

(antecipando assim a posição de Croce),³¹⁴ sustentando indirectamente a importação de mão-de-obra do estrangeiro como caminho para o crescimento exponencial qualitativo e quantitativo da população brasileira.

Se volvermos novamente ao texto da convenção, podemos constatar elementos que, também no caso dos degredados napolitanos, esclarecem o interesse português na função colonizadora deste grupo de homens: por exemplo, no artigo número cinco é feita explícita referência “aos seus crimes e suas sentenças”, dependendo destes elementos a concessão de uma série de oportunidades por parte das autoridades portuguesas, tais como a possibilidade de levar a família para quem fosse “não criminoso”, dotado de “bom ensino”, isto é “que poderão vir a ser úteis” ao “desenvolvimento” das sociedades de acolhimento, neste caso a brasileira. Para a definição de um perfil geral dos indivíduos finalmente deportados para a então colónia portuguesa, é útil tentar esclarecer o que se entendia pelo termo “criminoso”. Há aqui duas interpretações plausíveis, que encontram correspondência nos casos de deportação realizados entre os Estados italianos e o Brasil na terceira e quarta décadas do século XIX. Neste peculiar contexto político, o termo “criminoso” – na sua consequência semântica – não exclui nem a condição de preso por crimes de carácter geral (com destaque para os casos de particular ferocidade), nem por razões políticas. Esta última questão – a consideração de um grau de politização entre os degradados – embora de dimensão reduzida na península italiana pelo menos até 1821, ter-se-á transformado em breve num considerável problema aquém e além do Atlântico.³¹⁵ Com efeito, como demonstraram as revoltas no Brasil ao longo da primeira metade do século, a preocupação das autoridades portuguesas não era infundada, sendo que entre as razões na base da eclosão destas revoltas tropicais surgem não só os interesses das burguesias locais mas também, em muitos casos, as péssimas condições de vida de amplos sectores da população, inclusive os próprios deportados, os quais normalmente se destinam à total precariedade existencial após a chegada ao Brasil. Isto apesar dos acordos que os governos de envio estabeleciam com as sociedades de imigração (acordos que habitualmente previam o emprego dos deportados em trabalhos de várias espécies).³¹⁶ No caso das revoltas dos anos Trinta, tal condição de

³¹⁴ *Supra*, nota n. 307.

³¹⁵ É de considerar-se que, em 1819, havia ainda pouco tempo que a corte do Rio de Janeiro tinha conseguido controlar os motins antiportugueses no Pernambuco, que mantêm um carácter absolutamente autóctone, ou seja, não observam participação estrangeira.

³¹⁶ Caso exemplificativo é o dos deportados romanos de 1837, que com base nos acordos entre o governo pontifício e a sociedade de colonização da Bahia deviam ser acolhidos em locais adequados, devendo a terra ser entregue aos que, entre eles, fossem camponeses (veja-se LODOLINI, Elio, *op. cit.*, pp. 156-157;

marginalidade desperta a capacidade de intervenção política dos deportados italianos, que desempenham um papel não secundário naquelas sedições.

Vamos agora analisar um exemplo específico, o da “Sabinada” (que vê participação dos presos políticos do Estado da Igreja, deportados na Bahia e misturados com presos comuns), mas só depois de fazer outra e necessária consideração: ou seja, que o caso dos trezentos deportados é o primeiro a despoletar esta prática da península itálica rumo ao novo mundo, Prática que, com o passar dos anos, concentrará o discurso sobre a deportação coacta no Brasil³¹⁷ (e outros países latino-americanos) no mais específico da eliminação de elementos perturbadores da ordem pública: prisioneiros políticos, sediciosos, agitadores mais ou menos envolvidos no ascendente movimento pela unificação italiana; e, uma vez unificada a península, tocará a anarquistas, socialistas, republicanos. Entre os deportados napolitanos de 1819, de que conseguimos reconstruir uma análise prosopográfica,³¹⁸ não resultam oficialmente culpados de crimes políticos (aliás, a situação não era ainda de crise revolucionária). Contudo, encontramos alguns sediciosos, sem ter a certeza de que tal crime de sedição tenha uma conotação política; do mesmo modo, não podemos excluir que atrás de crimes comuns houvesse razões políticas de condenação. Pelo contrário, na opinião de Carlos Pacheco – que tem trabalhado fontes angolanas – a maioria dos trezentos napolitanos condenados ao degredo nos domínios portugueses é culpada de crimes políticos.³¹⁹ Analisando os documentos napolitanos e sobretudo a detalhada lista de nomes, não é o que constatamos; mais ainda, será mesmo o medo de “importar” presos políticos nos territórios do Ultramar – cada vez mais numerosos nas prisões do reino napolitano com a aproximação da revolução constitucional (Julho de 1820) – a impedir qualquer ulterior envio, como veremos mais à frente.

Abrimos agora um parêntesis necessário acerca do caso brasileiro dos anos Trinta, o que nos permite fazer uma ligação com o caso dos napolitanos, vendo os resultados a que conduzem estas práticas de deportação, e estendendo ainda mais a nossa perspectiva inicial de horizontalidade, focada na latitude da mobilidade de homens e ideias. Naquela década, reforça-se o fenómeno de mobilidade espontânea de elementos políticos em fuga

CANDIDO, Salvatore, *op. cit.*, p. 483). Veja-se CALZAVARA, Dario, CASSINO, Carmine, «The Nineteenth-Century Italian Political Migration to the Lusophone», *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences*, vol.3, n.8 (2012), Rome, MCSER, pp. 117-124.

³¹⁷ A este respeito, veja-se CANDIDO, Salvatore, *op. cit.*

³¹⁸ *Infra*, anexo VI.

³¹⁹ PACHECO, Carlos, «A origem napolitana de algumas famílias angolanas, 1. Os Fançony», sep. de *Anais da Universidade de Évora*, 5 (1995), Évora, p. 185.

às perseguições nos Estados do absolutismo, que contribui de maneira determinante para a emigração das ideologias revolucionárias; em particular, espalhar-se-á o pensamento republicano italiano, que naqueles anos começa a ser professado por um (ex) carbonário genovês, Giuseppe Mazzini. Este, em 1834, fundará a associação secreta *Giovine Italia*, cuja história dos primeiros anos é – como oportunamente ressalta Galante Garrone – fundamental para o estudo de toda a história da emigração italiana, quer política, quer social.³²⁰ Trata-se, além disso, de um fenómeno que se une quer à emigração coacta de criminosos (a título geral), quer à de pessoas carenciadas (emigração de carácter puramente sócio-económico).

Esta emigração de homens e ideias no novo mundo liga-se às instâncias locais, começando a manifestar-se já em 1835, aquando da revolução rio-grandense, melhor conhecida como “guerra dos farrapos” (que se concluirá somente dez anos depois), onde os italianos participam até com cargos estratégicos de relevo.³²¹ Entre os muitos que aí se encontram, destacam-se figuras de primeiro plano do “ressurgimento” nacional italiano, tais como Giuseppe Garibaldi, cuja activa participação chegará a preocupar – e muito – até a própria diplomacia portuguesa na América do Sul (e muito contribuirá para a recepção negativa do seu mito em Portugal por parte do liberalismo moderado).³²²

Contudo, o caso que suscita maior preocupação e irritação por parte das instituições brasileiras é o dos deportados romanos de 1837, resultado de uma convenção entre o estado da Igreja e o governo brasileiro (estipulada no ano anterior) a respeito da deportação para o Brasil de prisoneiros políticos detidos na prisão de Civita Castellana. Entre eles, muitos dos que tinham abraçado o ideal mazziniano (isto é, republicano), constituindo a sua maior parte insurrectos das revoltas de matriz carbonária desencadeadas, no biénio de 1830-31, na Itália central (particularmente, nas legações pertencentes ao Estado pontifício); momento que, aliás, determina o fim e a superação da experiência carbonária peninsular.

De facto, o “projecto-piloto” do governo napolitano tinha já despertado o interesse das outras cancelarias peninsulares, especialmente a do Estado da Igreja, de maneira que o cônsul geral pontifício em Nápoles naquela altura, Domenico Albertazzi, tentara obter maiores informações pelo novo ministro dos negócios estrangeiros, o duque de

³²⁰ GALANTE GARRONE, *op. cit.*, p. 239.

³²¹ CALZAVARA, Dario, CASSINO, Carmine, *op. cit.*, p. 121.

³²² Cf. DI GIUSEPPE, Francesca, *op. cit.*, pp. 132-134. Esta autora tem escrito abundantemente acerca do acolhimento do “mito” de Garibaldi nas culturas ibéricas: entre várias coisas, veja-se «Lecture politiche del mito garibaldino in Portogallo» in Pier Ferdinando Giorgetti (a cura di), *Garibaldi, visione nazionale e prospettiva internazionale*, Pisa, edizioni ETS, 2007, pp. 376-387.

Campochiaro (que substituíra Circello após o estourar da revolução liberal, em Março de 1820). Numa carta de 22 de Julho de 1820, o diplomata romano pedia informações sobre o texto da convenção, manifestando todo o interesse do governo pontifício em realizar um acordo semelhante;³²³ recebia, porém, resposta negativa do ministro napolitano, que lhe manifestava a inoportunidade de uma iniciativa neste sentido, sendo que oficialmente a convenção ainda não tinha sido ratificada pelo soberano português (e nunca o seria, devido à eclosão das revoluções em Nápoles e Lisboa).³²⁴

Entretanto, o acordo vem a ser realizado na complicada década seguinte. Como é evidente, a transferência além-mar desta tipologia de pessoas define-se como a tentativa ulterior por parte de um governo legitimista da época de afastar elementos considerados perigosos para a ordem pública, dado que os presos políticos pareciam produzir mais sentimentos de solidariedade na população do que os próprios exilados, normalmente condenados a um rápido esquecimento pela própria situação de afastamento físico e social.³²⁵ Tal tentativa é levada a cabo com a intenção de confundir necessidade e oportunidade, trazendo elementos políticos à emigração comum, feita por pessoas pobres em busca de novas oportunidades. Confirmação disso é o facto de que toda a operação será entregue a um grupo externo, uma sociedade de colonização com sede na Bahia; uma sociedade como havia muitas naquela altura, procurando na península itálica mão-de-obra, útil aos engenhos americanos, entre emigrantes voluntários e presos políticos. Para muitos deles vale a mesma regra aplicada aos degredados napolitanos: a deportação para a Brasil – com efeito, uma grande operação de exílio – considera-se perene pelos condenados à pena perpétua, enquanto outros teriam tido oportunidade de regressar à sua pátria, uma vez caducado o período previsto pela condenação.³²⁶ Alguns deles são acompanhados pela família. Com eles embarcam cerca de quarenta emigrantes voluntários, entre os quais mulheres e crianças, todos em condições de extrema indigência.

³²³ «Mi viene fatta dimanda da S. E. Monsignor Tesoriere Generale della R. [Real] C. [Corte] apostolica di una copia della convenzione passata fra la Regia Corte di Napoli, e quella del Brasile pe' forzati da qui spediti a Lisbona. Siccome l'oggetto tende a procurarsi eguali condizioni, e può ridondare a comune beneficio, così oso pregare l'E. V. acciò si benigni comunicarmela» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Convenzione col Portogallo pei condannati nel Brasile», busta 4457, fl.871).

³²⁴ «Trattandosi di un atto sul quale pende ancora la ratifica di S. M. Fedelissima e che non si è reso ancora di pubblica ragione, non potrebbe il sottoscritto, senza offendere la Corte di Portogallo, darne fuori in questo momento delle copie» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Convenzione col Portogallo pei condannati nel Brasile», busta 4457, fl. Sem número, em 28/07/1820); apud SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1958), p. 309.

³²⁵ LODOLINI, Elio, *op. cit.*, p. 132

³²⁶ *Ivi*, p. 137.

Enfim, serão sessenta e dois os deportados políticose entregues na Bahia em condições de extrema indignação; a mesma sorte toca aos emigrados comuns. A sua condição de marginalidade social (assim como a sua consciência política) é – como mostrara Salvatore Candido – uma das razões básicas da adesão de parte deles às instâncias de protesto.³²⁷ A péssima recepção na sociedade de destino, as condições de pobreza e até de chantagem às quais são constrangidos³²⁸ empurram-nos para a conflitualidade política, culminando – em novembro de 1837 – com a participação de uma parte dos degredados na revolta separatista e republicana conhecida como *Sabinada* (concluída no ano seguinte com a vitória das tropas imperiais). Uma participação evidentemente activa (embora as pesquisas de arquivo só tenham relevado o empenho de vinte deles)³²⁹ de maneira a induzir o governo do Estado pontifício a prometer a extinção das dívidas da viagem que cada um dos degredados era obrigado a pagar, enquanto o governo brasileiro se comprometia a cobrir todas as restantes dívidas dos mesmos colonos.

Uma participação, porém, que põe em guarda as autoridades brasileiras, que se recusarão, de ora em diante, a receber novos deportados, pelo menos os procedentes da Península Itálica, onde crescerá ainda mais a necessidade de os governos afastarem os elementos perturbadores, anulando a possibilidade de um novo envio de presos napolitanos que os dois governos estavam a tratar.³³⁰ De nada servirão as considerações do representante diplomático napolitano no Rio de Janeiro que, numa carta ao periódico carioca *O Cronista* (em 13/11/1838), evidencia o erro contido na generalizada condenação de qualquer imigração, encontrando na já relevada condição de marginalidade as razões da conduta ilegal daqueles deportados.³³¹

- Organização da viagem e perfis dos condenados

Voltamos ao grupo de trezentos degredados napolitanos, destinados à deportação para o Brasil (embora, na sua maioria, acabassem por ter Angola como último destino).³³² Já no

³²⁷CANDIDO, Salvatore, *op. cit.*, p. 481.

³²⁸ Esta “vária humanidade” enviada para o Brasil é claramente dotada de muito baixa consideração social, a partir do momento em que os viajantes para o Brasil têm de pagar do próprio bolso (com reembolso, após chegada ao destino) o custo da viagem, custeado uma metade pelo Estado pontifício, e outra pela sociedade de emigração.

³²⁹LODOLINI, Elio, *op. cit.*, p. 166.

³³⁰SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1957), p. 313; *apud* Elio Lodolini, *op. cit.*, p. 167.

³³¹ «[...] ecco che abbiamo cento e tanti uomini abbandonati alla miseria e mendicizia, i quali, oltre di essere esercitati nelle cospirazioni politiche, trovansi violentemente spinti a dar di mano a qualche mezzo per rivendicarsi, e per conseguire la loro sussistenza e stabilimento. Intanto si manifesta la rivolta a Bahia, che per scarsezza di gente invita i coloni a prendere le armi contro la legalità. I coloni, nella ristrettezza in che si trovano, non esitano, compiacendosi forse di avere somigliante occasione di vendicarsi di quelli che mancato avevano alle promesse» (SCARANO, Paolo, *op. cit.* [1958], p. 314, nota 3).

³³²PACHECO, Carlos, *op. cit.*, p. 188.

momento de organizar a sua transferência de Nápoles para Lisboa (e, daqui, para o Rio de Janeiro) surgem as primeiras divergências entre os dois governos. A partir da correspondência diplomática ao nosso dispor, é evidente a oposição da Junta Provisional (na pessoa de Miguel Pereira Forjaz)³³³ ao envio de fragatas portuguesas para a capital das Duas Sicílias, conforme pedido pelas autoridades napolitanas, na tentativa de reduzir as despesas de viagem até Lisboa. É esta tarefa que deve recair totalmente sobre o governo napolitano: uma vez entregue o cargo em Lisboa, a coroa portuguesa ter-se-ia tornado responsável pela deslocação dos homens para o Brasil, aplicando-se-lhes as mesmas condições de transportes a que eram sujeitos os degredados portugueses,³³⁴ ou seja o embarque (com outros passageiros comuns) em navios comerciais dirigidos para o Rio de Janeiro, considerado exclusivamente um “primeiro destino”. A diatribe sobre o lugar de entrega dos trezentos torna-se paradoxal quando o governo napolitano – embora tenha aceitado encarregar-se do transporte dos “desgraçados” (como lhes chama a diplomacia portuguesa) para Portugal, faz pressão para que a viagem não se estenda até Lisboa, mas termine em Lagos («por lhes ficar muito mais perto»)³³⁵. A desbloquear a situação esteve a firme recusa das autoridades portuguesas em aceitar tal solução, juntamente com a excelente actividade diplomática de Torre Bela, capaz de construir em breve boas relações com o aparato da corte duo-siciliana: no dia 10 de Março o primeiro navio parte para Lisboa, com uma carga de condenados, todos solteiros, embora o acordo previsse também a possibilidade de enviar mulheres e filhos com o séquito dos homens.³³⁶ No final do mês, a chegada dos navios napolitanos a Lisboa é referida pelo

³³³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl.32 (carta de Miguel Pereira Forjaz ao Visconde de Torre Bela, a 25/02/1820). Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira, é nesta altura responsável pela política estrangeira da regência em Lisboa. Refere-se aqui uma curiosidade acerca deste ministro (derrubado pela revolução em 1820): o seu retrato mais conhecido - uma gravura litográfica de 1812 – é da autoria de um pintor italiano de nome Domenico (Domingos) Schioppetta, de que voltaremos a falar no próximo capítulo.

³³⁴ Esta indicação é repetida pelas autoridades governamentais às autoridades do presídio da Trafaria no momento da disposição da transferência do primeiro grupo de presos para o Brasil: «devem ser transportados para a Corte do Rio de Janeiro da mesma forma que os degredados portugueses [...] cada um deles fornecido de novo com uma camisa, um jaleco, um par de calças, um de sapato» (AHM. *III divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.6, doc.100).

³³⁵ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl.35. Contudo, Lagos era um dos destinos estabelecidos no tratado original, como dispõe o artigo n. 2.

³³⁶ A questão é também seguida de perto em Paris, pelo príncipe de Castelcicala, a quem o ministro dos negócios estrangeiros, Marquês de Circello, assim escreve a 20 de Março: «[...]la Convenzione conchiusa con questo inviato di Portogallo per l’invio de condannati al Brasile ha cominciato ad avere il suo effetto. Infatti nel giorno 11 del corrente misero alla vela per Lisbona le due Reali Fregate la *Sirena* e l’*Amalia* a bordo delle quali erano imbarcati trecento de’ detti condannati tutti a vita, e tutti celibi, per essere poi trasportati nel Brasile sui Bastimenti di S. M. Fedelissima» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Convenzione col Portogallo pei condannati nel Brasile», busta 4457, fl.859).

vice-cônsul Giuseppe Calleja em ofício dirigido ao marquês de Circello;³³⁷ de seguida, o ingente grupo de degredados é transferido para o presídio militar da Trafaria, onde teria sido mantido e organizado até novas disposições. A partir do primeiro dia de Abril, começam a ser redigidos os elencos e as relações de vencimento dos presos.³³⁸

Proceda-se agora à definição, no limite do possível, de uma estatística dos degredados, no sentido de perceber qual era a proveniência regional, quais os crimes que os compõem a penas prolongadas.³³⁹ Folheando e confrontando as páginas dos vários elencos arquivados,³⁴⁰ constatámos que a idade média se fixava em torno dos 28 anos³⁴¹ (sendo de 17 anos a idade do mais novo, Biagio Panciullo, condenado por roubo; e de 46 a do mais velho, António Matteo, condenado por homicídio, roubos e “outros excessos”).

São vários os crimes cometidos, e todos transcritos nas respectivas tabelas (do elenco). Ao considerar o primeiro crime indicado como culpa principal, esta é a estatística que representa o grupo dos trezentos: a maioria deles, 249, tinha sido condenada por roubos (classificados na seguinte maneira: roubo simples, violento, qualificado, nocturno, em estrada pública, ladrão); 30 por homicídio; 11 por violências (agressões, feridas, tentativa de assassinato, estupro, correrias pelos campos com armas); 4 por serem sediciosos; 4 por constituição de sociedades de malfeitores; 2 por atentado contra o pudor. As penas que deviam cumprir eram várias: perpétuas, ou a longo e curto prazo.³⁴²

No que diz respeito à origem regional, ela apresenta-se variada em relação às antigas províncias que desenhavam a divisão política do reino (divisão antiga e muito fragmentada, embora sem função administrativa).³⁴³ Nesta sede, actualizando a procedência de cada um dos presos à hodierna divisão administrativa em base regional da

³³⁷ «mi si offre l'onorevole officio di ragguagliare il ministero di Sua Maestà, Nostro Signore, dell'arrivo in questa baia delle Due Reali Fregate, la Sirena e l'Amalia in diciotto giorni da Napoli, avendo in questo porto ancorato il dì 27 scadente, a ore 3½ pomeridiane in perfetta salute tanto de' rispettivi comandanti, ufficiali, equipaggio e passeggeri servi di pena» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Convenzione col Portogallo pei condannati nel Brasile». busta 4457, fl. sem número [em 29/11/1820]).

³³⁸ A presente estatística foi elaborada a partir da análise dos documentos presentes em AHM, *III Divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1; e nomeadamente: n.2, docs.32 a 38; n.3, docs.39, 40, 41; n.6, doc.114.

³³⁹ *Infra* anexo VI.

³⁴⁰ AHM, *III Divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.3, docs. 39, 40, 41; n.6, doc.114.

³⁴¹ Precisamente: 27,72 anos.

³⁴² COLLETTA, Pietro, *op. cit.*, p. 69.

³⁴³ Politicamente concebido em duas grandes áreas (“além e aquém do farol”, ou seja, parte continental e ilha da Sicília), no continente o reino das Duas Sicílias estava organizado nas seguintes províncias (entre parêntesis, as cidades de referência): Napoli, Terra di Lavoro (Caserta), Principato Ulteriore (Avellino), Principato Citeriore (Salerno) – estas províncias constituem a hodierna região da Campania; Abruzzo Ulteriore I (Teramo), Abruzzo Ulteriore II (L'Aquila), Abruzzo Citeriore (Chieti) – hodierna região do Abruzzo; Molise (Campobasso) – hodierno Molise; Capitanata (Foggia), Terra di Bari (Bari), Terra d'Otranto (Lecce) – hodierna Puglia; Basilicata (Potenza) – hodierna Basilicata; Calabria Citeriore (Cosenza), Calabria Ulteriore I (Reggio di Calabria), Calabria Ulteriore II (Catanzaro) – hodierna Calábria.

república italiana, apresentar-se-iam os seguintes resultados: 125 (43,5% do total identificado) provenientes da região da Campânia; 17 (5,9%) do Molise; 39 (13,5%) do Abruzzo; 64 (22,2%) da Puglia; 25 (8,7%) da Basilicata e 17 (5,9%) da Calábria, por um total de 287 (95,6%). Em relação a 13 (4,3%) deles não foi possível reconstruir qualquer origem, encontrando-se os topónimos que os individualizam errados, inexistentes ou desactualizados.

A permanência nos locais da Trafaria ocorre com alguns problemas: numerosos são os casos de baixas e hospitalizações, que atrapalham e adiantam o embarque escalonado dos vários grupos; há também falecimentos. No princípio de Junho, três presos fogem do presídio³⁴⁴ («[...] tiver[am] notícias de algumas pessoas de terem encontrado os três presos que caminhav[am] perguntando a todas as pessoas que encontrar[am] o caminho para a Espanha»), sendo sucessivamente recuperados pela escolta enviada para os procurar.³⁴⁵ Há muitos casos de insubordinação e ofensas ao pessoal de guarda; são descobertas facas, navalhas e outros objectos na posse dos prisioneiros.

As operações para a transferência no Rio de Janeiro começam no mês de Maio, com o primeiro envio de presos, embarcados na fragata “Trajano”: são resolvidas as questões das fardas que tinham de vestir,³⁴⁶ e o custo da passagem por cada um, calculado em 7.200 Rs.³⁴⁷ No dia 6 um pequeno grupo de seis napolitanos zarpa rumo à nova destinação; sendo a sua viagem (e a dos outros, a seguir) realizada a bordo de navios comerciais ou de transporte de passageiros, são acompanhados por uma escolta de polícias a fim de garantir a segurança a bordo. A transferência para o Brasil de todos os outros realiza-se desta maneira:

- quatro presos a bordo do bergantim “São José Voador”, a 1 de Junho de 1820;
- seis no navio “Conde de Arcos”, a 8 de Junho;
- seis no brigue “Piedade”, a 12 de Junho;
- dois no navio “Visconde de Monte Alegre”, a 4 de Julho;

³⁴⁴ AHM, III *Divisão, Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.1, fl.525 (a 7/7/1820).

³⁴⁵ AHM, III *Divisão, Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.4, doc.61.

³⁴⁶ Esta questão produz alguma discussão entre as autoridades portuguesas, acabando enfim por ser resolvida pelo Arsenal Real das Obras Militares, que vai fornecer a roupa. Já nas proximidades da primeira viagem o capitão da Trajano, Teodoro José Laurentino, assim escrevia ao comando do dito Arsenal: «V. Ex.^a se digne deliberar se aos presos se há-de fornecer vestuário de polícia como se pratica com os degredados, que sentam praça na Casa da Índia, ou se hão de ir no estado de nudez em que se acham; a serem vestidos pergunto se o vestuário deve ser fornecido pelo Arsenal Real do Exército, ou comprado com o dinheiro das obras do rancho de todos os napolitanos» (AHM.III *divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.6, a 28/4/1820).

³⁴⁷ AHM. III *Divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, n.6, doc. 100.

- doze a bordo do navio “Condeça da Ponte” (tendo este como destino a Bahia), a 27 de Julho;
- vinte no navio “Conceição e Oliveira”, a 27 de Julho;
- dois a bordo do brigue “Lusitano”, a 28 de Julho;
- duzentos e trinta na fragata “Vénus”, a 2 de Setembro de 1820.³⁴⁸

Uma pequena parte deles, a respeito da qual não temos informações, ficou hospitalizada e não teve procedência para o Brasil no plano de envios que se mostrou. Esta “falta” está confirmada por Scarano, sem que ele também possa fornecer mais indicações sobre o destino derradeiro deste grupo de presos. Aliás, nenhum dos nomes presentes nos diferentes elencos de deportados napolitanos, compilados pela autoridade militar, aparece nos elencos dos súbditos italianos residentes em Lisboa entre 1821 e 1826 e compilados pela Intendência Geral de Polícia (listas todavia parciais).³⁴⁹ Sendo assim, é muito provável que este grupo residual tenha sido enviado sucessivamente e directamente para Angola, aonde, como vimos, acaba por chegar grande parte dos que inicialmente embarcam para o Brasil.

Com este último envio termina a primeira experimentação de uma prática que, como vimos, se irá tornar projecto-piloto para os outros governos da península itálica, cada vez mais desejosos de esvaziar as prisões pátrias que se irão enchendo, com o tempo, de um número crescente de prisioneiros políticos (e que, como já se tem dito, irão ter alguma influência nas revoltas populares brasileiras a partir dos anos Trinta). Estas operações serão facilitadas pela boa disposição do governo imperial, induzida pela necessidade de importar cada vez mais mão-de-obra para eludir as referidas problemáticas das políticas antiesclavagistas, mas também para enfrentar a dificuldade de incremento do plano de povoamento do território brasileiro (não sem discriminantes, como veremos em breve). Os acontecimentos da península itálica, como vimos, terão uma influência directa sobre as revoltas do Brasil, e levarão à suspensão de qualquer acordo ou projecto nesse sentido; assim como as revoluções de 1820 e a história que se seguirá impedirão a continuação, da parte napolitana, de envios de condenados para o novo mundo, devido à recusa portuguesa.³⁵⁰

³⁴⁸ AHM. *III Divisão. Emigrados*. [3/17], sr.1, cx.1, núm.6, docs. 100, 104,105, 106, 108, 111, 114. Em relação aos que, sendo hospitalizados, não conseguem embarcar com a última grande expedição de Setembro, não há informação útil que lhes diga respeito.

³⁴⁹ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Estrangeiros residentes em Portugal», liv. 161; cx.342. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», fasc. “1823”, fl.26, 34.

³⁵⁰ Cf. SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1958), p. 311.

Encontramos confirmação pormenorizada dos medos portugueses na documentação arquivística que diz respeito à correspondência entre o Visconde da Torre Bela (em Nápoles) e Tomas António de Vilanova Portugal (no Rio de Janeiro), na fase em que se realiza a mudança política no Reino das Duas Sicílias. De facto, no verão de 1820, pouco depois da partida para o Brasil do último navio com a maioria dos degredados da Trafaria a bordo, volta a ser discutida a questão da convenção, também em vista de futuros envios.³⁵¹ São então reevocados os termos do acordo, sendo preocupação do governo sediado no Rio que não houvesse nenhuma condição onerosa para o rei de Bragança, uma vez que «é um favor que sua majestade fez a El Rei das Duas Sicilias».³⁵² Aliás, Vilanova Portugal esclarece a sorte dos trezentos que tinham embarcado rumo ao Brasil: devido à periculosidade social da maioria deles, muitos teriam prosseguido para os domínios da África e da Ásia, sendo que no Brasil só teriam ficado os de famílias com “boa moral” (revelando, deste modo, uma atitude discriminatória em relação ao projecto de povoamento das terras brasileiras, que evidentemente não pôde ser entregue a um indistinto acolhimento de emigrantes). Recebidas as disposições diplomáticas, o enviado extraordinário em Nápoles, no mês de Agosto (isto é, um mês depois do golpe dos militares carbonários) tenta defender os seus actos frisando como «eu não dei passaporte a ninguém para ir para o Brasil; os degradados que for[am], os mandei por ordem expressa de N. Ex.^a e no ajuste que fiz com esta Corte»; manifestando profunda desconfiança em relação aos napolitanos («com o conhecimento que eu tinha do ministério com quem tratava, se me fazia ainda mais necessarias toda a clareza e cautela»). Face às mudanças políticas, que muito desassossegam o agente diplomático português, esclarece que

«esta convenção esta nulla assim como o seu objecto, porque tendo havido huma mudança essencial na forma do governo deste Reino como tenho muito bem informado V. Ex.^a non meus últimos dez ofícios, o príncipe Regente me disse antes de ontem que este negocio era preciso que fosse tratado de novo quando se estabelecesse o Parlamento sem o consentimento do qual agora nada se podia fazer. Eu não quis que fosse senão huma

³⁵¹ No início do mês de Maio, as autoridades napolitanas voltam a solicitar o interesse do Visconde de Torre Bela na organização de uma nova expedição: «All’invitato del Portogallo. Si aspetta il suo arrivo per la seconda spedizione di condannati a Lisbona. Si è unita la lista di 300 condannati, e tute le carte di corrispondenza con la Giustizia relative ad un tale assunto» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Convenzione col Portogallo pei condannati nel Brasile», busta 4457, fl. sem número [em 2/5/1820]).

³⁵² ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl. 55 (em 11/8/1820).

expedição de degradados para experimentar-se esta medida era útil ou não como disse a S. Ex.^a e agora a minha opinião é que não convem a sua majestade e a tranquilidade dos seus Domínios que vai mais nenhuma, porque há dois mezes para cá tem-se condenando para às galés grande numero de soldados desertores e outras gentes todos embebidos nas doutrinas as mais democraticas, e perniciosas [...] estes degradados poderão espalhar os seus princípios revolucionários para onde forem apesar de toda a cautela que possa haver, e causarem muito prejuízo, por esta razão não me atrevo a remeter nenhuma outra expedição sem se receber resposta de V. Ex.^a sobre este objecto». ³⁵³

Aparentemente esquecidos nos meandros de uma história secundária e marginal, os trezentos degradados serão novamente objecto de atenção, a nível institucional, já durante o triénio liberal português, quando atraem o interesse das Cortes, confirmando a intenção de destino planeada pelo então ministro dos negócios estrangeiros: em 1821, de facto, duzentos e treze deles serão transferidos do Brasil para Angola. ³⁵⁴ Antes de tratar de alguns casos da estância destes homens nas colónias portuguesas, vemos aqui como a questão dos degradados chega a um debate mais alargado, tornando-se elemento de confronto político e revelando desta maneira a sua importância na esfera da opinião pública portuguesa: com efeito, é o jornal de sentimentos liberais *O Campeão Portuguez*, publicado em Londres sob a direcção de José Liberato Freire de Carvalho, a fazer referência aos deportados para demonstrar a debilidade do povo napolitano (e, em geral, italiano) comentando a falência das revoluções em Nápoles e Turim (estamos em Abril de 1821, quando as experiências constitucionais da península itálica se esgotam sob o ataque austríaco):

«Os Napolitanos representaram seu papel a *Lazaroni*; e os Austríacos entraram em Nápoles fazendo fugir de antes delles, sem um único combate, milhares de cobardes sem dignidades e sem brio. Quando os homens querem ser voluntariamente escravos, bem é que lhes dê a beber até as últimas fezes do fel do despotismo [...] agora se vê a judiciosa política que teve o Ministério do Rio de Janeiro em querer povoar o Brazil com Napolitanos: em verdade, não podia achar gente mais pacífica, nem mais capaz de ser dirigida por o açoite do poder arbitrário!». ³⁵⁵

³⁵³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. cx.788. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fl. 55 (em 11/8/1820), fl. 66 (em 18/08/1820).

³⁵⁴ PACHECO, Carlos, *op. cit.*, pp. 188, 190.

³⁵⁵ *O Campeão Portuguez, ou Amigo do Rei e do Povo*, vol. III, n. 34 (16 de Abril de 1821), pp. 125-126.

Como veremos em seguida, o redactor do jornal luso-britânico estava profundamente enganado acerca da plausível placidez dos napolitanos, em particular dos deportados para as possessões portuguesas; e surpreende particularmente a carga de preconceitos tão marcantes acerca do carácter dos napolitanos e particularmente da sua plebe, deveras insólita para a época e a circunstância, embora se trate de um tema já antecipado pelas memórias de muitos viajantes da altura, e que precede a grande questão da inferioridade dos povos da Itália do sul na fase da pós-unificação (tema sujeito a particular estereotipagem quer no debate nacional quer no internacional). O juízo de valor reportado nestas páginas ressalta ainda mais porque é expresso numa chave de comparação com os povos ibéricos, que naquela altura ainda prosseguiam com as suas experiências de liberdade política: os napolitanos são *lazzaroni* e por isso “cobardes escravos”, enquanto os espanhóis e os portugueses são “nobres”, porque «já mostraram, que se lhes não podem lançar quietamente os ferros da servidão».

Como dissemos, no artigo 1 da convenção falara-se de deportação para os “Territórios do Ultramar”: ou seja, o Brasil não resulta ser o destino final, pelo menos não para a maioria deles (na colónia americana permanecem menos de 80), e o território angolano torna-se novo abrigo dos desgraçados, numa altura em que aquelas zonas do litoral africano começam a adquirir um papel colonial importante para Portugal. Ao mesmo tempo, não temos elementos que nos permitam pensar que houvesse transporte de algum destes cativos para as possessões asiáticas.

No dia 11 de Novembro o deputado beirão Manoel de Vasconcelos Pereira de Melo, que está entre os que se batem pelo reconhecimento de melhores condições para os prisioneiros em nome dos ideais liberais e para uma sociedade mais benigna,³⁵⁶ levanta a questão, reflectindo acerca da sua presença em África:

«Há tempos que esta capital presenciou um espectáculo novo, qual foi o de ver abordar ás suas praias uma colónia de Napolitanos condemnados ás gales por crimes, verdadeiros ou suppostos, que cometer[am] no seu país; estes desgraçados for[am] conduzidos em navios portugueses (debaixo de rigorosa prisão) para o Rio de Janeiro, e depois forão mandados para Angola, afim de ali expiarem os crimes que cometer[am]em Nápoles. Seria pouco conforme aos princípios liberais que temos adoptado, depois que felizmente raiou a

³⁵⁶ «Proponho [...] que de hoje em diante seja prohibido que os degradados, que forem para a África, sejam mandados para as Pedras Negras, Angoxa, ou quaesquer outros presídios aonde, por causa dos ares pestíferos, não podem viver os Europeos senão uma vida curta, cheia de moléstias» (*Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.229 [19.11.1821], p. 3143 – <<http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>>)

aurora do dia 24 d'Agosto, que o territorio portuguez (que deve ser o sanctuario da liberdade, e um asilo sagrado para todos os estrangeiros que a ele se refugiarem), servisse por mais tempo de presidio a esses desgraçados, os quaes estão de direito livres pelo artigo 4.º das Bases da Constituição que proíbe que ninguém seja preso sem culpa formada; á vista pois do que tenho exposto, proponho o seguinte: 1º que se indique ao Governo para que mande logo pôr em liberdade os Napolitanos que for[am] mandados para os presídios de África, e que se ach[am] ali empregados nos trabalhos ou serviço publico (não tendo sido condemnados a elles por crimes que ali cometessem). 2º Que lhes seja licito retirarem-se para onde bem lhes parecer».³⁵⁷

Que se trate dos mesmos que, entre Junho e Setembro de 1820, tinham sido embarcados para o Brasil, é confirmado por memórias oitocentistas e sucessivas referências bibliográficas. Por exemplo, em 1954 Manuel Cardoso, retomando as memórias africanas do médico alemão George Tams,³⁵⁸ informa que em 1821 chegam a Luanda duzentos e doze napolitanos; que se trata da maioria dos trezentos que nós referimos neste capítulo é confirmado indirectamente pelo próprio Cardoso quando faz referência a um italiano do que fala sempre Tams, identificando-o com António Paris: «era natural de Nápoles e morreu com 86 anos, no dia 23 de Dezembro de 1849, em Luanda, para onde viera, em 1821, com mais 212 compatriotas, condenados a degredo perpétuo pelos tribunais napolitanos, para ser cumprido, ao abrigo da convenção assinada, em 11 de Dezembro de 1819».³⁵⁹ Esta menção é correcta: trata-se de Antonio Parisi, originário de Piscinola (Nápoles), condenado por roubos com armas; a idade não coincide, tendo sido registado pelas autoridades da Trafaria em 1820 como 36 anos (isto significaria que, em 1849, ano da sua morte – segundo quanto refere Cardoso – teria tido 65 anos).³⁶⁰

Por sua parte, Carlos Pacheco recupera 51 nominativos que não deixam de suscitar outros interrogativos, de momento que entre eles há alguns que não correspondem aos nominativos presentes na lista dos trezentos napolitanos, ou porque apresentam evidente corrupção na transcrição, que determina uma significativa alteração dos nomes.³⁶¹ Nem o

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ TAMS, George, *Visitas às possessões portuguezas na costa na costa ocidental da África*, 2 vols., Porto, Typh. Da Revista, 1850.

³⁵⁹ CARDOSO, Manuel da Costa Lobo, *Subsídios para a história de Luanda*, Luanda, Museu de Angola, 1954, p. 22; *apud* PANTOJA, Selma, *op. cit.*, p. 556.

³⁶⁰ *Infra*, anexo VI, nominativo n. 282.

³⁶¹ PACHECO, Carlos, *op. cit.*, pp. 189-190. Não encontram correspondência na lista dos nomes dos trezentos degradados napolitanos os seguintes nominativos: Domenico Del Re Fanzoni, Vicente Cristino, Antonio Baris, Gaetano Posta Luigi, Cesar Antonio Polimeno, Giuseppe Luigi Campaniçu. Por outro lado, pelos nomes que se seguem existe alguma semelhança com os registos presentes na lista: Tomas Espanhol

primeiro estudo de caso desenvolvido por Pacheco, o de Domenico del Re Fanzoni (iniciador da família angolana dos Fançonys) comparece na mencionada lista: nem em versão aporuguesada (Domingos Del Rey Fançonys), nem numa transcrição alterada, a não ser identificado com Domenico D’Arienzo ou Di Rienzo, 30 anos em 1820 (deveriam ser 27, uma vez que a figura relatada por Pacheco morre em 1875 com 81 anos), não propriamente “napolitano” (num sentido específico) mas da região do Abruzzo.³⁶² Salientamos, aliás, que esta última probabilidade – embora contraste com a culpa de crime, política segundo Pacheco, “roubo em companhia” segundo as autoridades napolitanas – tornaria mais foneticamente plausível a transcrição angolana do nome do pai dele (Pepe de Releço=Giuseppe D’Arienzo/Di Rienzo), identificada pelo historiador luso-angolano;³⁶³ mas não resolveria a questão do segundo apelido, Fanzoni, muito provavelmente corrupção de Franzoni (na verdade, Fanzoni não existe em italiano), apelido de clara origem lombardo-emiliana. Esta situação indefinida abre as portas a uma ulterior hipótese: ou seja que, na passagem pelo Rio de Janeiro, alguns desembarcaram para aí ficarem, sendo substituídos por italianos que já se encontravam no Brasil e que rumaram para Angola por razões que desconhecemos, juntamente com os degredados napolitanos que continuaram a sua viagem. Não tendo ao momento material suficiente para sustentar o quadro hipotético que acabámos de esboçar, deixamos o desenvolvimento desta possibilidade para futuros trabalhos.

Na história angolana da primeira metade do século XIX não são escassos os casos de degredados que, uma vez desterrados naquela terra longínqua, conseguem enriquecer com o tráfico da escravatura. Sempre na obra coeva de Tams pode-se ler que essa actividade «existe nas mãos de indivíduos, muitos dos quês não são naturais de Portugal, mas que têm sido mandados para aquelas colonias cumprir degredos, muitas vezes por crimes horrendos».³⁶⁴ O comércio destes negreiros realiza-se mormente de maneira clandestina, sobretudo a partir dos anos Trinta, quando se dá o encerramento do mercado escravagista no Brasil, e a Grã-Bretanha consegue apertar o seu controlo sobre a controversa prática (e

(poderia ser Francesco Spagnoli, de Montefredano – actual região de Campânia – 30 anos, condenado por roubo violento) e Jacomo Vittorio (Giacomo Vito, de Pignataro – perto de Caserta, actual região de Campânia – 23 anos, condenado por roubo em estrada pública e “outros excessos”).

³⁶² *Infra*, anexo VI, nome n. 87.

³⁶³ PACHECO, Carlos, *op. cit.*, p. 184.

³⁶⁴ TAMS, George, *op. cit.*, p. 20.

quando, com o impulso reformador e humanizador de Sá de Bandeira, também o governo português decreta a proibição formal do tráfico de escravos).³⁶⁵

O italiano Parisi e os muitos outros chegados a Angola nas mesmas condições conseguem – depois de libertos – uma rápida ascensão na escala social, passando de actividades³⁶⁶ a que normalmente eram entregues os presos para o mundo mais distinto da «burguesia colonial» mestiça, crioula, multiétnica que, como se disse, dinamiza nesta altura o tráfico ilícito de escravos em todos os territórios do ultramar português, e também naqueles que já não o eram, como o Brasil.³⁶⁷

Selma Pantoja adianta ulterior informação útil: «muitos desses italianos casaram-se com mulheres africanas e acabaram como grandes negociantes na praça angolana. Para o século XIX há registo de degredados ocupando cargos importantes e de pessoas condenadas que se transformaram em figuras de grande destaque na sociedade luandense», citando um tal Nicolau (Nicola) Tabarra, «negociante de Nápoles, casado com uma mulata e uma das grandes fortunas no Novo Redondo, que chegou, degredado, em 1826».³⁶⁸ Os únicos elementos de identificação biográfica desta figura são os deixados por Tams, que nos relata que este monopolista era «napolitano de nascimento, mas criminoso português», evidenciando como os vinte e mais anos passados na terra africana o tinham «tornado perfeitamente instruído nos usos e costumes dos naturais; e as suas frequentes comunicações com eles, bem como as suas contínuas jornadas pelo interior, o tinham inteiramente familiarizado com o seu idioma».³⁶⁹ O seu nome, porém, não resulta em nenhum elenco de residentes estrangeiros em Portugal e Lisboa em nosso dispor;³⁷⁰ nem surgiu até agora em nenhum despacho consular e diplomático napolitano por nós consultados para a presente investigação.

Em Setembro de 1822, na véspera da independência brasileira, a presença dos napolitanos volta a ser discutida, manifestando-se em toda a sua complexidade: é uma

³⁶⁵ Veja-se a entrada «Escravidão», em SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 421-428.

³⁶⁶ Os degredados têm, para Angola, o mesmo papel operacional e a mesma função que tinham para as terras brasileiras; aliás, nas possessões africanas parece que a necessidade de trabalhadores “mais qualificados” fosse uma emergência real: «o trabalho nas minas, em regra, tanto nesta como nas outras, ressentia-se da falta de pessoal competente. Em geral aproveitavam-se os degredados, cuja preparação profissional deixava sempre muito a desejar» (BOTELHO, José Justino Teixeira, «Subsídios para a história de Angola no 1º quartel do século 19º», separata das Memórias [Classe de Letras], t. VI, Lisboa, Academia das Ciências, 1951, p.9).

³⁶⁷ Cf. LUCAS, Maria Manuela, «Império ou impérios?», em José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, vol. 5 - *O Liberalismo 1807-1890*, Luís Reis Torgal, coord., Lisboa, Estampa, 1993, pp. 296-301.

³⁶⁸ PANTOJA, Selma, *op. cit.*, p. 556, nota n. 4.

³⁶⁹ TAMS, George, *op. cit.*, vol. I, p. 176.

³⁷⁰ *Infra*, anexos VIII e IX.

fase em que a questão colonial está à beira de estourar, levando consigo numerosas contradições no plano político. Com efeito, a revolução de 1820 teve suas repercussões também no território africano; no território angolano, e nomeadamente em Luanda, motins e sublevações patenteiam intenções de separação dos domínios portugueses, em vista de uma possível união com o Brasil, que no entanto (em Setembro de 1822) se tornara independente.³⁷¹ A ligação entre os dois territórios tem sido objecto de aprofundados estudos em vários campos disciplinares:³⁷² sinteticamente, podemos frisar que havia muito mais proximidade entre os territórios angolano e brasileiro do que com Portugal, devido ao histórico fornecimento de escravos e mão-de-obra aos principais sectores produtivos brasileiros (minas e plantações); por isso e além disso, havia uma estrita relação comercial e de mobilidade de homens e mercadorias entre o Rio de Janeiro e Luanda (relações fortalecidas ainda mais pela presença da corte real no Brasil, desde 1808). O tráfico marítimo era – e será ainda após a independência brasileira – completamente controlado por mercadores e comerciantes residentes no Brasil,³⁷³ com muita probabilidade são navios pertencentes a estas sociedades marítimas brasileiras a prover à transferência dos duzentos e mais napolitanos para o litoral angolano.

A 14 de Setembro o deputado de Angola Manoel Patrício Correa de Castro, comentando a agitação no território que representava (e que evidentemente bem conhecia),³⁷⁴ relaciona a situação da ordem pública em Luanda com a presença dos degredados

³⁷¹ CASTELBRANCO, Francisco, *História de Angola. Desde o descobrimento até a implantação da República (1482-1910)*, Luanda, Tip. A Luzitana, 1932, pp. 183-184.

³⁷² Para o período por nós considerado, veja-se REBELO, Manuel dos Anjos da Silva, *Relações entre Angola e Brasil. 1808-1830*, Lisboa, Ag. Geral das Colónias, 1970.

³⁷³ ALEXANDRE, Valentim, *op. cit.*, p. 328. Sobre este tema, e sobre a relação entre Angola e Portugal nos alvares do liberalismo, veja-se DIAS, Jill R., «A sociedade colonial de Angola e o liberalismo português (c.1820-1850)», em Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, João Batista Serra (coords.), *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao colóquio. 11-12-13 de Fevereiro de 1981*, 2 vols, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 267-286.

³⁷⁴ «Vendo pois que Angola, que se tem sempre mostrado em todos os mais arriscados lances mui obediente à mãe pátria, vai a ser victima das facções, que a pretendem, ou dila[ce]rar, ou mergulhar na miséria: eu temo que minha Pátria não esteja a esta hora propendendo para a independência *Brazilica*, visto que os demagogos poderão ter fascinado às vistas de alguns incautos, que facilmente se deixão enganar com a aparência do bem para julgarem, que suas relações dependem mais proximamente do Brasil, e que por isso devem seguir a sorte deste. A idéa que tenho formado, de que semelhantes illusões hão de ter achado apoio em algumas pessoas ali residentes, amigas da novidade, me tem feito vacillar, se meus conterraneos abraçarão, ou não aquelle systema destruidor da liberdade, e da ordem. Eu me não acabo de decidir; conheço o character, e firmeza dos habitantes de Angola; mas sei quanto pode operar o homem inimigo para semear a zizânia entre o trigo: a esta hora pode ser que os novos Batavos, que lhe descobriu Cabral, vão igualmente obrigar Angola a ceder ao seu dominio. Eu me quero lembrar que seus habitantes andar[am] outra vez foragidos pelo interior dos Sertões, como em 1624, mas ao mesmo tempo vejo, que muitos terão degenerado daquele espirito português, que animava os habitantes de Luanda no seculo 17º, e os descendentes desses bons Portugueses serão compellidos pela força a seguir o partido da demagogia» (*Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.37 [14.09.1822], pp. 436,437 – <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>); apud PACHECO, Carlos, *op. cit.*, pp. 194-195.

napolitanos que, de quanto se pode deduzir das palavras do deputado, até “assentam praça”, ou seja, alistam-se no exército, juntamente com naturais locais e portugueses.³⁷⁵ Por isso, a sua solução para esta parte do problema angolano concretiza-se na proposta de mandar sair daquele território «os napolitanos que se não acharem casados, ou não quiserem ali residir dando-se a alguma ocupação honesta», além de proibir qualquer função militar entregue indistintamente a todos os degredados, e de enviar uma «força de trezentos soldados bem aguerridos», para o restabelecimento da ordem pública (coisa que se dá só em final de 1823).³⁷⁶

A apreensão do mundo político perante a situação africana deve ser contextualizada na mudança da estratégia colonial, devida à supracitada complicação da questão brasileira; facto que leva o próprio congresso, cada vez mais preocupado face ao risco concreto de perder a principal colónia, a repensar o papel estratégico dos domínios africanos, vistos a partir de agora como espaços alternativos para o comércio colonial. Esta ideia manifestar-se-ia nos pensamentos de figuras de primeiro plano do estreante liberalismo lusitano, como Fernandes Tomas («[...] nas críticas circunstâncias em que nos achamos é necessário dar uma particular atenção aos nossos estabelecimentos de África e das ilhas adjacentes a Portugal. Quem sabe quais serão um dia nossos recursos e nossos meios?»);³⁷⁷ e mesmo a necessidade de uma reorganização sócio-económica das possessões africanas no conjunto da economia portuguesa estimulará, acelerando-o, o discurso anti-esclavagista dos liberais portugueses; discurso em que a burguesia fundirá quer elementos filantrópicos, quer meros interesses capitalistas, vendo na própria escravidão um enorme obstáculo à optimização da produção naquelas terras distantes.

No que diz respeito à história napolitana, a memória dos degredados voltará a reaparecer em 1825, quando com o decreto real de 9 de Setembro (n. 281) o novo rei das Duas Sicílias, Francesco I (de Bourbon), define o restabelecimento da antiga pena daqueles condenados enviados para o Brasil em 1820, no máximo de trinta anos (contados a partir do momento em que tinham sido embarcados para Portugal), no caso de regresso de algum deles.³⁷⁸ Medida que, evidentemente, é consequência do que se passa

³⁷⁵ DIAS, Jill R., *op. cit.*, pp. 271-272; PACHECO, Carlos, *op. cit.*, p. 196.

³⁷⁶ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n. 37 (14.09.1822), p. 437.

³⁷⁷ TOMÁS, Manuel Fernandes, *A revolução de 1820*, recolha, pref. e notas de José Tengarrinha, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1982, p. 71; *apud* ALEXANDRE, Valentim, *op. cit.*, p. 324 (este autor cita a edição de 1974, p. 62). A relação integral de Fernandez Thomaz, intitulada *Relatório do Estado Público de Portugal, feito em Cortes por o Deputado Sr. Fernandez Thomaz*, pode-se ler também no *Campeão Portuguez*, vol. IV, n.34 (16.04.1821), pp. 86 e seguintes.

³⁷⁸ Cf. *Collezioni delle leggi e dei decreti reali del Regno delle Due Sicilie. Anno 1825. Semestre II*, Napoli, Stamperia Reale, pp. 126-127.

em Nápoles em Junho do mesmo ano, quando ao consulado geral de Portugal se apresenta um tal Pasquale Gioia de Salerno, que afirma ter sido um dos trezentos que cinco anos antes zarparam rumo a Portugal.³⁷⁹ É o cônsul geral português em Nápoles, o cavalheiro Caetano Jacomo de Castro Pita,³⁸⁰ a comunicar com os ministérios napolitanos (negócios estrangeiros e justiça), ressaltando como este homem fora detido depois de ter desembarcado no porto da cidade, com a intenção de se juntar novamente à sua família. Ele afirma ter todos os documentos válidos, alegando ser súbdito português e ter obtido graça pelos serviços rendidos por parte do próprio governo de sua Majestade Fidelíssima. A resposta do ministro da justiça napolitano é peremptória: «le cose sorprese al giovane nell'atto del suo arresto nulla offrono della grazia che il medesimo asserisce di aver ottenuto dal governo portoghese per servizi ivi renduti, e che tra di esse [nessun] documento esiste che indichi l'acquistata di lui qualità di suddito portoghese». O subitâneo decreto real de 9 de Setembro demonstra que a intenção do governo napolitano era a de evitar posteriores regressos dos condenados de que se tinha libertado apenas cinco anos antes, entregando aquela questão e aquelas vidas a um prolongado silêncio da história.³⁸¹

³⁷⁹ Pasquale Gioia, de Cava de' Tirreni (antigo *Principato Citeriore*, hoje província de Salerno, região Campânia), com 21 anos de idade em 1820, condenado ao degredo por "roubo em estrada pública". *Infra*, anexo VI, nominativo n. 98. Com muita probabilidade, trata-se de um daqueles que acabam por ser transferidos para Angola: de facto, entre os 51 nominativos relatados por Carlos Pacheco (*op. cit.*, p. 190) resulta tal Pascoale Gioggia (evidente transcrição corrupta do nome). Isto significaria que nem todos os degredados em território africano acabaram por ali permanecer a vida inteira, tendo em alguns casos saído daquela possessão para regressar à Europa, ou seguir para outros destinos.

³⁸⁰ Caetano Jacomo de Castro Pitta tinha sido nomeado cônsul em Nápoles já em 1819; mas devido à revolução no reino, teve de adiar sua partida para Janeiro de 1822. Este adiamento não foi, contudo, suficiente: em Portugal vigorava ainda o regime liberal, e os demais representantes desta ordem política não eram reconhecidos em Nápoles, onde no entanto se restabelecera o absolutismo. O cônsul foi retirado pela cidade juntamente com os outros funcionários portugueses, vendo-se atribuída pelo governo vintista, como compensação pelo cargo perdido, uma pensão de 200 Rs.; encontramos-lo como efectivo representante do reino de Portugal somente em 1825 (*Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n. 43, [21/11/1822], p. 522). Dele fala o Marquês de Fronteira nas suas memórias, em ocasião da sua viagem a Nápoles, em 1826: «Tínhamos um cônsul em Nápoles, que tivera grandes relações comigo em casa dos meus parentes, Condes da Ribeira; morava a certa distância da cidade, junto ao golfo de Nápoles, só, sem creados nem creadas, tendo, para o guardar, um formidável cão de fila; a casa era grande e elegante e o jardim vasto. Era o Cavalheiro Pita de Castro, irmão do major Pita de Castro, que há pouco faleceu, e tão original como ele. Contava as histórias mais secantes e numa língua mista de português e italiano que dificilmente se entendia; reconhecendo, às vezes, a pouca atenção que eu lhe dava, desconfiava a meudo comigo e esteve a ponto de me desafiar. O único inconveniente que tanto eu como minha mulher achávamos em Nápoles estava no nosso Encarregado de Negócios e no nosso cônsul. Parece que o destino quiz que estes dois indivíduos se reunissem em Nápoles, para secar os seus compatriotas que ali chegassem» (FRONTEIRA, 7º Marquês de, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, 2 vols., parte III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 75).

³⁸¹ Toda a documentação está presente em ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consolati Esteri in Napoli. Portogallo. Diversi», busta 3230, fl.98 (em 20/06/1825).

2.4 Um casamento falhado à espera da revolução

A clássica praxe aristocrática da aproximação entre casas reais torna-se uma via diplomática a percorrer também neste caso. Estamos a referir-nos ao projecto de casamento entre o príncipe Dom Miguel (naquela altura ainda no Brasil, com a família real) e a princesa das Duas Sicílias Maria Cristina Ferdinanda, filha de Francesco, Duque da Calábria e herdeiro ao trono, e neta de Ferdinando I – mulher que, como lembram também Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá na biografia do príncipe de Bragança,³⁸² se casará posteriormente com o rei Fernando VII de Espanha, chegando a tomar parte das questões dinásticas que animarão as lutas entre liberais e absolutistas na Espanha dos anos Trinta e Quarenta, naquelas que são conhecidas como “guerras carlistas” (Maria Cristina será mãe da futura rainha Isabel). Trata-se de um projecto que, a partir do mês de Março de 1820,³⁸³ o Visconde de Torre Bela tenta levar a cabo com particular denodo, empenhando-se directamente na definição dos pormenores, com muita probabilidade sob a influência de ambas as casas reais, quer a de Bragança que representava, quer a de Bourbon, da qual, como vimos, provém o maior interesse em apertar laços com o mundo lusófono. Tratar-se-á de uma tentativa inútil, já que o projecto será suspenso e nunca mais retomado. A casa das Duas Sicílias conseguirá unir-se a uma dinastia bragantina só em 1843, com a união entre Pedro II e Teresa Cristina das Duas Sicílias, facto, este, que demonstra como por parte napolitana a dinastia de Bragança manifestasse toda a sua valia na posse do território brasileiro.

Contudo, em 1820 as duas casas reinantes estavam ligadas por parentesco indirecto: Carlota Joaquina de Bourbon, mulher de Dom João VI, era sobrinha de Ferdinando I, porque filha do irmão maior deste, Carlos (futuro Carlos IV de Espanha). Ao rei português não faltava o interesse por esta parte da parentela italiana: «Giovanni VI nutriva [...] una grande ammirazione per le due nipoti, Maria Luisa e Maria Cristina, figlie di Francesco. Nel 1818 [...] il re del Brasile chiedeva la mano di Cristina per suo figlio, l'infante Don Michele. Si era lieti di accordarla».³⁸⁴

Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Ferreira salientam que «por motivos não inteiramente esclarecidos, o projecto não se concretizou».³⁸⁵ Analisando a correspondência diplomática do Visconde de Torre Bela, porém, parece evidente que o

³⁸² LOUSADA, Maria Alexandre, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *D. Miguel*, [s.l.], Temas e Debates, 2009, p. 380.

³⁸³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fls. 38, 39.

³⁸⁴ SCARANO, Paolo, *op. cit.* (1957), p. 293.

³⁸⁵ LOUSADA, Maria Alexandre, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *op. cit.*, p. 380.

elemento determinante do malogro do projecto de casamento (pelo qual já se tinha definido o contrato entre os dois soberanos) foi o rebentar da revolução napolitana, causa de reenvio *ad libitum* do consórcio; inicialmente, tinha-se apontado para o dia 13 de Maio de 1821 a data para a celebração em Nápoles das núpcias, «porque el Rei se tinha lembrado que era o dia dos anos de Sua Magestade Fidelissima e que desejava ter a satisfação de darem tão fausto dia ao seu augusto filho o Senhor Infante D. Miguel uma esposa, que esperava havia fazer a sua felicidade tanto quanto ele desejava».³⁸⁶ O interesse recaía também sobre o herdeiro ao trono napolitano, Ferdinando (futuro soberano com o nome de Ferdinando II), para quem se pensou numa união com outra filha do rei português, a infanta Ana de Jesus Maria: uma união considerada vantajosa pelo dote que trazia o filho do Duque da Calábria, mas esvanecida – além das supramencionadas questões políticas – pela grande diferença de idade entre os dois infantes.

Após a insurgência dos oficiais napolitanos de facção carbonária (a 2 de Julho), acontecimento que cria profunda instabilidade na capital (como podemos perceber pelas palavras do representante diplomático português), muda profundamente a disposição de benquerença e afabilidade do diplomata lusitano, que começa a viver os eventos políticos com enorme desassossego, traindo assim o seu carácter determinadamente absolutista. A partir dos primeiros dias mostra-se muito preocupado com a atitude da monarquia, auspiciando determinação e firme repressão face aos inconfidentes.³⁸⁷ Como afirma António de Oliveira Marques, o evento napolitano – tal como o espanhol – teve rápida divulgação em Portugal («aclamados pela oposição ao regime como prenúncio de nova era»), apesar do estrito controlo da censura à imprensa que, de facto, não deixava divulgar notícias sobre as revoltas espanhola e napolitana, deixando também que não se interrompessem as relações diplomáticas com os dois Estados revolucionários.³⁸⁸ Este autor traz como exemplo a colecção da *Gazeta de Lisboa* de princípio de 1820 até ao

³⁸⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fl. 40.

³⁸⁷ A 5 de Julho Torre Bela escreve: «Todos os postos militares estão guarnecidos e armados, e se tem tomado todas as medidas de segurança. As cousas têm portanto um aspecto muito feio. Mas como as províncias dos Abruzezes, Calábrias, Pulha, e esta capital estão ainda quietas, a minha opinião é que se este corte se comportar com firmeza, tem ainda meios de apaziguar as desordens presentes, e depois tomar medidas sábias para as evitar para o futuro. Mas se obrar agora com frouxidão a julgo em grande risco. Um governo de ferro é de sua natureza mau, mas em circunstancias semelhantes é preciso muita energia, e castigos prontos e severos, quando não tudo está perdido» (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fl. 44).

³⁸⁸ Cf. MARQUES, António H. de Oliveira, «A conjuntura», em Joel Serrão, António H. de Oliveira Marques (coords.), *op. cit.*, p. 551.

triunfo da revolução portuguesa de 24 de Agosto, que de facto não reporta nenhuma informação acerca da situação política no sul da península itálica, embora esta folha oficial abrisse amiúde as suas crónicas com notícias do estrangeiro (com um atraso usual de cerca de 30 dias, devido à demorada chegada dos jornais estrangeiros de que se extraíam as notícias). Aí fala-se de Nápoles somente de maneira indirecta, no comentário aos estudos feitos sobre as erupções do Vesúvio, feitos por um espanhol.³⁸⁹ Nenhuma outra notícia é relatada até ao dia 23 de Setembro: nesta edição³⁹⁰ é traduzido, «com o fim de comprazermos aos verdadeiros amantes da Pátria e do Rei», um panfleto em que se explica a mudança política realizada no reino. Porém, a proibição dos redactores desta folha de falar de guerras e insurreições em «certos países estrangeiros» vinha de longe, e entre a designação “certos países” encontrava-se, com certeza, o reino de Nápoles.³⁹¹

Também os (poucos) periódicos publicados até àquele momento em Portugal não fornecem qualquer novidade. Diferente é o caso da imprensa portuguesa no estrangeiro, e em particular do jornal *O Campeão Português*, de sentimentos liberais, publicado em língua portuguesa em Londres, e que se mostra muito bem informado sobre o que se passa em Nápoles: já na edição de 16 de Agosto anuncia a revolução napolitana, com muitos pormenores e tentativas de interpretação.³⁹² O que comprova que possuía boas fontes de recolha da informação. Além do mais, isto é evidência do que defende José Tengarrinha nos seus estudos sobre a imprensa da época liberal,³⁹³ onde, sublinhando o

³⁸⁹ *Gazeta de Lisboa*, n. 188 de 10/08/1820, [pp. 1-2].

³⁹⁰ *Gazeta de Lisboa*, n. 229 de 23/09/1820, [pp. 1-3].

³⁹¹ CUNHA, Alfredo da, «Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)», sep. das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, t. IV, Lisboa, [s.n.], 1941, p. 285. Esta obra é muito interessante também no que diz respeito ao desenvolvimento da imprensa periódica nesta década (vejam-se pp. 121-162).

³⁹² «Nápoles. Grande, e mui famoso anno vai sendo o de 1820! O primeiro semestre desse anno profetico foi marcado com a gloriosa revolução de Espanha e o segundo semestre com a revolução Napolitana; porque o primeiro de Janeiro e o primeiro de Julho (2 de Julho, *ndr*) são os dias memoráveis de ambas estas duas revoluções. Mas aqui temos ainda outra nova revolução feita por soldados. E agora ouviremos de novo os altos gritos, e os lastimosos clamores de todos os amigos, aderentes, e parentes do poder arbitrário, com que vão condemnar a revolução de Nápoles, e protestar ao mundo que tudo está perido, porque chegou o tempo em que os soldados entr[am] a ser restauradores da liberdade [...] havia já muito tempo que o descontentamento era geral em todas as províncias napolitanas, em razão do tributo oneroso que o governo tinha imposto com o nome de *Fundiaria*, e do pequeno ou nenhum favor que se fazia á exportação dos productos do país; e este descontentamento não se havia tornado geral em todas as classes do povo, mas também tinha entrado por entre todas as fileiras do exército [...] Que querem ou que pedem pois os povos? Não serem taxados arbitrariamente; saberem em que annualmente se gasta o que elles pagão para o Estado; ter parte por seus representante nas leis a quem devem obedecer, porque o que a todos pertence por consentimento de todos se deve fazer; e finalmente gozarem da imparcialidade da justiça; e não estarem expostos a ser espoliados de sua fazenda, e de sua liberdade, segundo o bel prazer de um secretario de Estado, de um Intendente de Polícia, ou do ministro de um bairro, e um juiz de fora, ou corregedor da província. E é, ou pode ser um crime desejar e pedir isto?» (*O Campeão Português, ou Amigo do Rei e do Povo*, vol. III, n. 26 de 16/08/1820, pp. 110-111, 117).

³⁹³ TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006, p. 73.

papel de centro do comércio mundial que tinha a cidade de Londres, e a sua particular importância nas ligações comerciais com Portugal e com o Brasil, nos informa de que à capital britânica, naquela época, «chegavam de todo o mundo as mais rápidas e abundantes informações», permitindo uma melhor e mais segura expedição dos jornais para Portugal e o Brasil.

À luz de tudo isto podemos perceber a importância da correspondência diplomática para entendermos como realmente é vista a realidade napolitana pela parte portuguesa. Por exemplo, é particularmente interessante a descrição da carbonaria napolitana feita pelo próprio Visconde de Torre Bela, que demonstra um conhecimento pontual das dinâmicas que atravessam a cidade e o reino naquela altura. Escreve a 10 de Julho, num dos seus despachos dirigidos às autoridades portuguesas:

«Para que Vossa Excelência me compreenda melhor é-me necessário explicar-lhe o que [são] a seita dos *Carbonari* (Carvoeiros) e a dos *Calderari*³⁹⁴ (Caldeireiros). A primeira segue todos os princípios dos jacobinos franceses, e deseja a perfeita democracia, ou anarquia. A segunda foi estabelecida por esta Corte mesmo, depois de se retirar para Sicília quando os Franceses tomar[am] este Reino. Logo que estes entrar[am] estabelecer[am] as suas leis revolucionárias, a saber: a conscrição militar; os enormes tributos sobre os produtos da agricultura e indústria nacional; a abolição dos morgados, e a revindicação de grande parte dos seus bens para a coroa com pretexto que os possui[am] sem títulos, a perda de todas as honras, privilégios, e regalias da nobreza, a quem não deixarão senão os títulos; os enormes direitos sobre os géneros de importação e exportação; e o estabelecimento das casas de jogo, e suas tristes consequências, tudo isto fez grande numero de descontentes em todas as classes, e a corte de Palermo sendo informada mandou emissários ocultos argumentar este descontentamento, e trabalhar para se formar um grande partido que se levanta a favor de Sua Magestade Siciliana logo que as circunstâncias permitissem com a promessa de por todas as coisas no seu antigo estado, logo que se apossasse deste Reino. Os que tomar[am] este partido adoptar[am] o nome de Carbonari, e cresceu rapidamente em número e poder: Murat foi obrigado a empregar contra eles as suas tropas; e não há dúvida que por fim eles contribuir[am] muito para o mau successo das armas, e para a total destruição daquele rei intruso, e por consequência para a volta de Sua Magestade Siciliana para este Reino. Sendo porém que

³⁹⁴ Os *Calderari* constituíam um grupo nascido sob impulso dos sectores mais legitimistas da corte dos Bourbon (o seu fundador é Antonio Capece Minutolo, Príncipe di Canosa) aquando da ocupação francesa do reino (1806-1814), e passando logo após a desenvolver actividades de oposição à iniciativa maçónica e carbonária.

esta corte não compria as promessas que lhes tinha feito, e que pelo contrário seguia com mais rigor as ditas leis do que os franceses mesmos; se unir[am] aos Calderari, e principiar[am] a trabalhar para estabelecerem hum Governo representativo. A Corte ou para melhor dizer o cavalheiro Medici³⁹⁵ que tudo governava como queria desprezou este partido de Carbonari não tomou nenhuma medida contra ele, e pelo seu systema liberal ou para melhor dizer republicano lhe deu mais meios e poder, e completou a sua imprudência desgostando o Exercito a quem diminuiu o soldo, o fardamento etc. O fogo foi lavrando em silêncio até que de repente se levantou em um terrível incendio».³⁹⁶

Torre Bela voltará a evidenciar aos seus interlocutores no Rio e em Lisboa a raiz e a natureza do movimento liberal napolitano:

«Acabarei este officio fazendo a V. Ex.^a a seguinte observação: esta revolução é diferente da de Hespanha e das outras; estas for[am] feitas per motivos de interesse nacional mal entendidos; mas a de Nápoles foi feita por uma seita particular, que aproveitando-se da ambição dos Ministros, e Generais, consumou a revolução, e agora expulsou do governo todos os que a ajudar[am] para só dominar».³⁹⁷

Apesar da situação de evidente transtorno político, a diplomacia napolitana tenta preservar o processo de negociação da união entre os infantes, demonstrando mais uma vez toda a vantagem estratégica que um acordo deste tipo trazia; mas deve ter em conta a atitude sempre mais desconfiante e céptica do Visconde de Torre Bela (embora a sua mulher continuasse a ensinar as maneiras e a língua portuguesas à infanta Maria Cristina), que do que sobressai da documentação ao nosso dispor não segue indicações particulares das autoridades portuguesas, mas parece obstinar-se numa iniciativa ditada por exclusivos sentimentos pessoais e que, embora não travada pelo Rio ou Lisboa, trai a obsessão antiliberal do Encarregado de Negócios. Sendo assim, após uma visita à Corte, a 13 de Julho, ele relata que

³⁹⁵ Luigi de' Medici (1759-1830), ministro do governo das Duas Sicílias e representante napolitano no Congresso de Viena, manteve sempre uma atitude tolerante para com as sociedades secretas que se iam organizando no reino, devido à sua educação iluminista. Apesar disso, será malvisto pelos carbonários e revolucionários de 1820, devido à sua acção diplomática virada a uma maior aproximação entre o reino e a Áustria e a Cúria Romana.

³⁹⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fl. 46.

³⁹⁷ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788. fl. 56.

«O Príncipe Regente (Francesco I, ndr) me perguntou quando esperava respostas da minha Corte sobre o ajuste e conclusão do casamento de sua filha com o senhor Infante D. Miguel. Respondi-lhe que me não parecia possível de as receber antes do mês de Novembro. Sua Alteza me pediu que expressasse à minha Corte o grande desejo que tinha que este matrimonio se fizesse o mais cedo que fosse possível, para ver a sua amada filha estabelecida tanto a seu gosto, e livre dos sustos e prigos das presentes circunstancias: que segundo a nova Constituição era necessário o consentimento das Cortes, ou Parlamento da Nação: que Elle já tinha participado à junta provisoria, e as principais autoridades, e que por todos tinha sido muito aprovada esta aliança. Que estava certo o seria igualmente pelo Parlamento que se havia prestes a dar a dote do costume a sua filha».³⁹⁸

Nestas condições inesperadas, o projecto de casamento real abre uma questão normativa ligada à adopção da constituição, jurada pelo rei Ferdinando I no dia 13 de Julho. Como dissemos na primeira parte deste capítulo, a carta concedida pelo rei e pedida pelos grupos carbonários é a espanhola de 1812, readoptada em Cádiz no mês de Janeiro do mesmo ano; trata-se de uma adopção provisória, enquanto teria sido tarefa das Cortes uma sua adaptação às condições políticas da realidade do reino napolitano. O texto gaditano previa o parecer vinculante da assembleia sobre os casamentos régios (artigo 208º),³⁹⁹ que o Visconde de Torre Bela contesta denunciando ingerência nos assuntos reais e diplomáticos, ficando porém encalhado numa contradição de fundo: de facto, a antiga praxe da casa real de Bourbon de Nápoles supunha que a infanta que casasse com um príncipe ou soberano estrangeiro tivesse de renunciar a qualquer pretensão ao trono de Nápoles (e Sicília). A mesma coisa devia acontecer com o casamento entre Maria Cristina e o príncipe Miguel, como definido no contrato redigido pela diplomacia napolitana; ponto que é contestado pelo representante português, mas só até ao momento da adopção da constituição, que de facto resolve a favor dos Bragança a questão da pretensão ao trono; a partir do momento em que, numa série de artigos (174º, 176º, 177º, 178º, 180º), define o direito à sucessão das fêmeas, em ausência de pretendentes “varões” de primária preferência. Princípio que será adoptado pela constituição portuguesa de 1822 (artigos

³⁹⁸ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fl. 51.

³⁹⁹ Utilizamos nesta sede uma versão em tradução portuguesa: «O Príncipe das Astúrias, os Infantes, Infantas, e seus filhos, e descendentes que sejam súbditos do Rei, não poderão contrair matrimonio sem seu consentimento, e o das Cortes, sob pena de serem excluídos do chamamento à coroa» (*Constituição política da monarquia hespanhola. Promulgada em Cádiz aos 19 de Março de 1812*, Lisboa, Na off. De António Rodrigues Galhardo, 1820, p. 60).

141º, 143º, 145º), excluindo qualquer estrangeiro na sucessão, confirmando uma tradição já comprovada em Portugal, onde sempre vigoraram regimes de sucessão mista ou agnática-cognática, fora da lei sálica (com usual diferenciação de sexo e idade em igualdade de grau). A constituição portuguesa determinará também o casamento obrigatório com um príncipe português no caso de sucessão feminina à coroa (como confirmado também pelo texto de 1826, artigo 90º); disposição que, embora derivada da doutrina adoptada em defesa do trono nas Cortes de Lamego de 1642, e reafirmada na Carta Constitucional outorgada em 1826, será desmentida pelas estratégias de entrelace dinástico em ocasião do casamento de Dona Maria II, que com o consentimento formal das Cortes se casará com dois príncipes estrangeiros (Dom Augusto de Beauharnais e Dom Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha).⁴⁰⁰

A questão da compatibilidade e adaptação de cada sistema normativo ao modelo constitucional espanhol difunde-se num estendido debate nas sociedades acolhedoras do novo regime político, facilitado pela nova instituição da liberdade de imprensa: numerosas são as obras que avançam reflexões sobre os modelos de constituição a adoptar, ou sobre as modificações a realizar, quer em Nápoles, quer em Lisboa, onde no entanto do campo de Santana partira o caminho revolucionário. Por exemplo, encontra repentina publicação (e repentina conclusão) uma iniciativa periódica intitulada *Obras Constitucionaes de Hespanha e Nápoles* (publicada entre 1820 e 1821), que circulava amplamente em Portugal, e que recolhia panfletos com traduções quer da constituição gaditana,⁴⁰¹ quer das actas das Cortes napolitanas: o primeiro número revela um grande interesse, desde que é dedicado ao discurso de juramento da constituição por Ferdinando I, no dia da primeira sessão do parlamento partenopeu.⁴⁰² Isto é, mantém-se alta a atenção pelas outras experiências constitucionais, e em particular a napolitana, que será a primeira a malograr-se neste eixo latitudinal e mediterrânico que une as três monarquias, despoletando a ingente chegada à península ibérica de exilados políticos, que representarão um contacto directo entre aquelas sociedades ainda em fase de experimentação do novo regime político e a significativa herança da revolução napolitana, apesar de efémera. Em 1821 (pouco antes do ingresso das tropas austríacas no reino, iniciativa que decreta o fim da revolução), sente-se em Lisboa a necessidade de

⁴⁰⁰ Cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, [Lisboa], Temas e Debates, 2007, pp. 17, 77-96.

⁴⁰¹ Cf. PAQUETTE, Gabriel *Imperial Portugal in the Age of the Atlantic Revolutions. The Luso-Brazilian word, c.1770-1850*, New York, Cambridge University Press, 2013, pp. 126-127.

⁴⁰² *Obras Constitucionaes de Hespanha e Nápoles, depois de terem jurado a constituição os seus augustos soberanos Fernando VII, e Ferdinando IV*, n. I, Lisboa, Impressão Régia, 1820.

traduzir, entre muitas outras, a obra do pensador e político francês Jean-Denis Lanjuinais,⁴⁰³ com o título de *Considerações políticas sobre as mudanças que conviria fazer na constituição espanhola*. No prólogo a este livro, o tradutor (de que desconhecemos o nome) informa acerca da grande utilidade da tradução do texto do autor francês, visto como de grande ajuda «[...] no momento atual aos publicistas portugueses, e particularmente aos senhores deputados em Cortes, agora reunidos para formarem uma nova Lei Fundamental positiva, e escrita».⁴⁰⁴ O livrete, cuja função primordial era indicar as modificações necessárias a fim de tornar a constituição napolitana aderente à realidade política e social do país, torna-se assim instrumento útil à realização de uma operação parecida em Portugal, isto é, à produção de um texto constitucional compatível com as circunstâncias locais. Por isso, a experiência napolitana torna-se modelo e referência para a portuguesa, que olha para aquela com interesse e entusiasmo.

A experiência na Nápoles revolucionária do Visconde de Torre Bela transcorre no aumento constante da sua hostilidade e desassossego, também face à nova situação política em Portugal: a confirmação da notícia adiantada (com alguma exageração) no dia 20 de Setembro pelo *Giornale Costituzionale del Regno delle Due Sicilie*,⁴⁰⁵ na qual ele não credita pedindo desmentida oficial por parte do governo napolitano, chega-lhe no princípio de Outubro, criando-lhe “sofrimentos” e “temor”.⁴⁰⁶ A acção política de Torre

⁴⁰³ Jean-Denis Lanjuinais (1753-1827) foi um deputado do Terceiro Estado à constituinte francesa de 1789, de origem bretã. Originariamente defensor de posições radicais e anticlericais, moderou progressivamente as suas posições, chegando a ser defensor de um liberalismo constitucional de tendência moderada, com reconhecimento das prerrogativas régias e da função do monarca no equilíbrio dos poderes.

⁴⁰⁴ *Considerações políticas sobre as mudanças que conviria fazer na constituição espanhola, a fim de a consolidar, especialmente no Reino das Duas Sicílias*, Lisboa, Tipografia Rollandiana, p. 3. Por ter uma breve ideia do espírito analítico da obra, reportamos nesta sede uns breves passos extraídos da advertência do autor francês: «Ao mesmo tempo a revolução, que parecia menos urgente nas Duas Sicílias do que em qualquer outra parte, se declarou plenamente neste país, por adopção subita, mas provisória da Constituição Espanhola de 1812. Não tardou tão bem em penetrar prontamente em Portugal, aonde parece quererem admitir sem dilação esta mesma Constituição [...] Pois que esta Constituição há de ser desde já revista, não em Hespanha (aonde é talvez possível que dure intacta seis anos), mas nas Duas Sicílias (e talvez em Portugal), julgamos ser útil apresentar observações, e vistas moderadas sobre as vantagens, e sobre os defeitos desta mesma constituição» (pp. 13-15).

⁴⁰⁵ «Per mezzo di corriere straordinario, giunto a questa corte dalla Corogna, d’onde partì il 28 del corrente, sappiamo le seguenti notizie della rivoluzione di Portogallo. Ebbe essa principio in Oporto e nella sua provincia dalle truppe portoghesi, le quali proclamarono il loro Augusto Sovrano D. Giovanni VI la Nazione, la Costituzione e ciò che sarà statuito dal Parlamento. Altre guarnigioni hanno seguito questo esempio. Al generale Wilson, che comandava la provincia del Minho, è succeduto il colonnello portoghese del reggimento di fanteria n.9, nominato D. N. Barros. Tutti gli impieghi esercitati da inglesi sono stati occupati da nazionali. Anche in Lisbona si è egualmente proclamata la libertà della Nazione, e sono state arrestate le autorità, con qualche spargimento di sangue. Sappiamo parimenti che da altri corrieri straordinari, giunti di recente da Città Rodrigo e da Badajoz, si confermano le stesse notizie» (*Giornale Costituzionale del Regno delle Due Sicilie*, n. 64 de 20/09/1820, p. 257).

⁴⁰⁶ «Os officios que [...] recebi do conde da Feira para me participar a revolta do Porto, e o Estado das cousas no Reino de Portugal [...] me vier[am] mostrar que, o que eu sufria não era nada em comparação do que agora soffro. Huma febre violenta resultada destes noticias me tormentou toda a noite, e nada pode igualar,

Bela torna-se decisivamente anti-governativa no final de Outubro, com o conhecimento dos acontecimentos do dia 15 de Setembro em Lisboa, comunicados em correspondência pelo então embaixador português em Paris, o Marquês de Marialva; que lhe ordena a interrupção qualquer comunicação comercial a intercorrer entre as Duas Sicílias e Portugal.⁴⁰⁷ Iniciativa que o Encarregado de Negócios faz acompanhar de um pedido ao ministro dos negócios estrangeiros napolitano de interromper as relações diplomáticas com Portugal; levando a cabo uma situação de tensão diplomática que o tinha já levado a desertar a inauguração do novo parlamento napolitano (a fim de não reconhecer a nova situação política) e a interromper qualquer outra negociação acerca do casamento entre os dois infantes.⁴⁰⁸ A conduta de Torre Bela é significativa porque demonstra que o governo constitucional que se ia formando em Lisboa estava fundamentalmente isolado no plano internacional, a partir da própria rede diplomática; questão que as próprias Cortes terão de considerar nos meses seguintes,⁴⁰⁹ assim como a Junta Provisional, obrigada a divulgar no mês de Dezembro daquele ano o célebre “Manifesto” aos soberanos e aos povos europeus, renovando o “desejo” (leia-se: a necessidade) de manter vivas as relações comerciais e diplomáticas. Estas relações apresentam-se particularmente complicadas na vertente italiana, não só em Nápoles mas também em Roma (e, após Março de 1821, em Turim), onde o representante diplomático, Dom Pedro de Melo e Breyner, se recusa a servir o governo das Cortes.⁴¹⁰

Portanto, a relação entre o governo constitucional lusitano e o napolitano até à queda deste último será praticamente nula, e feita através das notícias que chegam com os pacotes de França e Inglaterra; na fase seguinte, serão os vários exilados políticos que chegarão a Lisboa a partir do verão de 1821 e desenvolvem o papel informal de “embaixadores” na península ibérica do liberalismo napolitano (e, em geral, italiano),

ao cuidado, susto e temor em que estou pelos acontecimentos futuros naquele reino, e pela influencia que poderão ter na preciosa saúde de Sua Magestade, que tão necessária nós é» (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl. 62).

⁴⁰⁷ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl. 65.

⁴⁰⁸ Ao pedido feito pelo Visconde de Torre Bela, com o fim de induzir o governo napolitano a retirar os seus representantes em Portugal, responde no princípio de Novembro o duque de Campochiaro, evidenciando o que já dissemos, ou seja, que os dois representantes tinham morrido, não havendo naquele momento em Lisboa quem representasse o Reino das Duas Sicílias, e não se podendo considerar um cidadão napolitano o homem encarregado de reger o consulado (Giuseppe Calleja) e fornecer assistência aos súbditos que aí chegavam, enquanto já em posse de naturalização portuguesa; e que o Príncipe Regente (Francesco I) não tinha intenção de nomear ninguém até que perdurasse a situação de governo “ilegítimo” em Portugal (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx.788, fl. 66).

⁴⁰⁹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n. 101 (09/06/1821), pp. 1177-1185.

⁴¹⁰ Cf. BRON, Grégoire, *op. cit.*, t. I, p. 74.

afirmando aquela dinâmica iniciadora das práticas de transnacionalismo no exílio de uma nascente sociedade civil, defendida por Grégoire Bron na sua tese.⁴¹¹

Em relação à presença de liberais italianos em Portugal em 1820, há que evidenciar uma passagem importante na análise de Torre Bela sobre os acontecimentos e a realidade lusonapolitana. Como se pode averiguar na sua correspondência com as autoridades napolitanas, e como já evidenciou Francesca Di Giuseppe,⁴¹² aquele é acompanhado pela suspeita de que houvesse relação entre os carbonários lusitanos e os portugueses: no despacho número 57, enviado a Pereira Forjaz a 23 de Agosto, o visconde de Torre Bela evidencia como os liberais napolitanos «se gab[am] de terem correspondentes das suas funestas doutrinas em Lisboa e mais particularmente na cidade do Porto», tendo enviado emissários dos revoltosos pela Itália inteira e pela Europa a fim de “seduzir as tropas” (a este respeito ele condena firmemente a liberdade de imprensa, por constituir meio de publicação de «escriptos revoltosos e incendiarios para prepararem os espíritos às manobras dos ditos emissários»). A referência explícita à cidade do Porto deixa elementos de reflexão, já que no dia após a escrita deste ofício eclodia naquela praça a revolta dos militares portugueses. Mas nem os arquivos nem os estudos historiográficos sobre o Sinédrio e a revolução vintista fornecem qualquer prova certa desta correspondência, influência e até presença, que pelo contrário é muito evidente a partir de 1821, com a chegada a Portugal dos ditos exilados (também o próprio Grégoire Bron, no seu recente e estruturado estudo sobre o exílio político na península ibérica, não refere qualquer caso de emissários napolitanos em Portugal antes do levantamento liberal). Numa obra significativa a este respeito, as “memórias” de Xavier de Araújo, frisa-se repetidamente como o grupo de animadores da revolta de 24 de Agosto nenhuma ligação tinha com as sociedades secretas (afirmação talvez exagerada), tendo agido em total autonomia, embora com consciência do que se estava a passar no resto do Mediterrâneo.⁴¹³ Aliás, este autor relata a missão realizada junto dos membros do Sinédrio por José Maria Pando, agente diplomático espanhol em Lisboa, «para promover uma Revolução em Portugal», mas de maneira alguma faz referência a encontros com emissários napolitanos ou, em geral, italianos.⁴¹⁴

⁴¹¹ *Ivi*, p. 80.

⁴¹² Cf. DI GIUSEPPE, Francesca, *op. cit.*, p. 165.

⁴¹³ Cf. ARAÚJO, José Maria Xavier de, *A revolução de 1820. Memórias*, introdução de António Ventura, Casal de Cambra, Caleidoscópio; Lisboa, Centro de História da UL, 2006, *passim*.

⁴¹⁴ *Ivi*, nota I, p. 63.

Contudo, é evidente que naquela fase havia circulação de homens e ideias na directriz de horizontalidade mediterrânica que unia Lisboa, Madrid e Nápoles, tal como é muito provável que as notícias divulgadas em Nápoles pelos agitadores napolitanos fossem fundadas em algum conhecimento da situação portuguesa, onde a agitação aumentava sob uma aparente calma social, alimentando esperanças de revolta sedimentadas na tentativa frustrada de 1817.

Derrubado o governo constitucional napolitano pela intervenção austríaca nas Duas Sicílias, terá lugar o início da grande diáspora liberal italiana nos caminhos do exílio europeu (e, em vários casos, extraeuropeu). Devido à situação política corrente, a península ibérica será o destino principal da grande maioria dos exilados, que neste contexto geopolítico tentarão animar práticas políticas que representarão passos decisivos na construção e reforço do sentimento e da identidade nacional italiana. Portugal e sua capital serão lugar desta prática política: um lugar onde, porém, a comunidade italiana era já numerosa e, fundamentalmente, já encaminhada num percurso de partilha de uma identidade comum, recolhida em torno de elementos como a cultura (pense-se na actividade teatral), a religião (a Igreja do Loreto), nas artes e no comércio. As práticas económicas e de sociabilidade desta comunidade marcam a história social e urbana de Lisboa, uma cidade em que o elemento de italianidade, já muito marcante nos séculos anteriores, é ainda muito vivo e dinâmico na primeira metade do século XIX. Os italianos presentes em Lisboa e noutras regiões do país (como o Algarve) em 1820, de antiga ou recente chegada, são herdeiros de um legado histórico e identitário muito relevante, que os leva a agir como comunidade, enquanto tecem laços de cidadania e nacionalidade, como veremos no próximo capítulo.

Por isso, completado este quadro de conjunto das relações culturais, económicas e políticas entre Portugal e a Península Itálica (dando particular atenção às correspondências luso-napolitanas), analisaremos a partir de agora o contexto da comunidade italiana em Portugal, e mais especificamente em Lisboa, ao longo dos anos vinte de Oitocentos: quem eram e onde operavam os numerosos italianos que aí viviam e constituíam o contexto social que acolhe a emigração política. Esta questão será analisada a partir da presença e do testemunho dos mais relevantes emigrados italianos que aqui chegam na altura do triénio liberal (entre os quais o napolitano Guglielmo Pepe). O que nos importa salientar nestas experiências é, além do papel político (já analisado com alguma profundidade noutros trabalhos, como os de Bron e Di Giuseppe, já citados), a sua sociabilidade com o contexto que encontram em Portugal, com os italianos residentes

e com a sociedade portuguesa. Analisaremos seguidamente o caso de exilados que podemos considerar “menores”: o seu papel e o papel das suas actividades enquanto estiveram em Portugal. Sobretudo, examinaremos o contexto, as dinâmicas e as figuras do exílio político napolitano, para completar o quadro das relações luso-napolitanas no âmbito cronológico que é objecto do presente estudo; relações que, como vimos neste capítulo, constituem um argumento historiográfico em grande parte inédito. Concluiremos a nossa análise evidenciando o processo de perseguição aos estrangeiros residentes no país que se instaura após a tomada do poder (a chamada “usurpação”) de Dom Miguel de Bragança, no âmbito das contendas dinásticas que caracterizam o final da década, sublinhando como, no caso dos italianos, a actividade repressiva – que visava identificar cada estrangeiro como um “liberal” – atinge particularmente o sector do comércio. Centrar-nos-emos no caso de um grupo de emigrantes muito particulares, os caldeireiros do sul de Itália, cuja emigração para Portugal era, até hoje, absolutamente desconhecida, assim como as vicissitudes por eles sofridas devido à perseguição policial.

CAP. III

A COMUNIDADE ITALIANA: INTERESSES, ACTIVIDADES E PRÁTICAS POLÍTICAS

PARTE PRIMEIRA. Comunidade italiana e sociedade portuguesa

1.1 Presença italiana e luso-italianidade na cidade de Lisboa

O âmbito em que tem lugar o desenvolvimento de uma forte identidade italiana (e daquelas que podemos definir como práticas de “nacionalidade” *ante-litteram*) no espaço geopolítico português, na primeira metade do século XIX, é a cidade de Lisboa. No entanto, este dado não é absolutamente óbvio, uma vez que, como já vimos, a presença italiana nas áreas sob controlo político e cultural português (os territórios ultramarinos) têm também nesta altura alguma relevância. Porém, por razões históricas que já abordámos no primeiro capítulo, é no espaço de “macrocefalismo populacional”⁴¹⁵ do então reino e império que se concentra a mais alta percentagem de residentes procedentes da Península Itálica (ou, de alguma maneira, de origem italiana).

No início de 1800, com os seus 170.000 habitantes (estimativa, distribuídos por cerca de 44.000 fogos), Lisboa continua a ser, de longe, a cidade mais povoada dos territórios portugueses.⁴¹⁶ Segundo outros estudos (cujos números diferem dos que acabámos de indicar) a capital portuguesa era, no início do século, a nona cidade mais populosa da Europa, mais do que Berlim, Madrid ou Roma.⁴¹⁷ Trata-se de um espaço urbano que, como é conhecido, atravessa nesta época profundas transformações, quer a nível urbanístico quer a nível populacional. O terramoto do dia primeiro de Novembro de 1755 constitui uma verdadeira palingenesia da imagem da cidade e do seu espaço social e estrutural, além de provocar profundos traumas entre a sua população – que, embora em dinâmica crescente nas décadas seguintes, irá sofrer novas e marcantes alterações no próprio índice de crescimento, devido aos problemáticos acontecimentos que afectam os portugueses. É o caso das invasões francesas, que grande impacto têm nas condições de vida (também sob o aspecto sanitário) no país, nomeadamente na capital, ao longo de um período consideravelmente longo. Apesar disso, a capital que se pode observar na passagem entre os dois séculos é um espaço de transformação e renascença, onde a prosperidade comercial (sector em que a comunidade italiana mantém um certo

⁴¹⁵ RODRIGUES, Teresa, «Um Espaço Urbano em Expansão. De Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX», *Penelope. Fazer e desfazer a História*, nº13 (1994), pp.95-117, *passim*.

⁴¹⁶ *Ivi*, p. 100.

⁴¹⁷ BARDET, Jean-Pierre, DUPÂQUIER, Jaques (dir. de), *Histoire des populations de l'Europe*, vol. II – *La révolution démographique*, [s.l.], Fayard, 1998, p. 211. Segundo estes estudiosos, a população da cidade em 1800 é igual a 190.000 unidades.

dinamismo) acompanha o novo desenho urbanístico e sociológico dos seus espaços, tendo por base princípios virados para um dominante reformismo.⁴¹⁸ A cidade de Lisboa que renasce naqueles anos possui, além das contingências políticas internas e internacionais, uma dimensão urbana com novo vulto, cuja dinâmica socioeconómica substancialmente positiva será comprometida pela fuga da família real para o Brasil no final de 1807, e pela transferência formal do sustentáculo estratégico imperial (e respectivos interesses económicos e diplomáticos) para o Rio de Janeiro.

O primeiro segmento de emigração política a que fizemos referência no final do capítulo antecedente tem como meta a própria cidade que sobrevive aos complicados anos dos conflitos napoleónicos. Frise-se, além disso, o facto de a cidade a que chegam os exilados políticos da Península Itálica constituir uma realidade social onde a difusão de apelidos de origem italiana é circunstância comum: os portadores destes nomes de família constituem quer a herança antroponímica de uma presença secular, quer a representação viva e activa de uma emigração com raízes em gerações recentes. Não se pode esquecer o fluxo de emigração de carácter socioeconómico que parece ter uma vitalidade própria também nesta fase de evidentes dificuldades estruturais da realidade económica portuguesa.

A todos estes casos segue-se o da sedimentação de nomes de origem italiana na antroponímia lusitana, em formas obviamente aportuguesadas, resultado daquele legado que acabámos de mencionar, e que é testemunho do longo percurso de fusão entre as duas culturas peninsulares, pelo menos desde o século XIV. A este respeito, podemos retirar alguns exemplos trazidos do célebre estudo sobre a antroponímia portuguesa, da autoria de José Leite de Vasconcelos; trabalho em que, pela época em que foi estruturado, se manifesta a oportunidade de investigar uma sedimentação linguística muito próxima do período do nosso interesse, analisando nomes de família ainda presentes na sociedade portuguesa. Assim, são de origem italianas apelidos como Achiole/Achioli (Acciaiuoli), Amador (Amatori), Cartucho (Carducci), Catanho (Cattaneo), Corvinel (Corvinelli), Espínola/Spínola (Spinola), Geraldês (Giraldi), Honorato (Onorato/Onorati), Lafetá (Affaiati), Lomelino (Lomellini), Morel (Morelli), Perestrelo (Perestrelli), Pessanha (Pessagna), Reinel (Ranieri). Entre aqueles que não sofreram corrupção da versão original, o linguista enumera Bobone, Canongia, Corazzi, Doria, Ferrari, Lucci, Morato,

⁴¹⁸ PINHEIRO, Magda, *Biografia de Lisboa*, 3ª ed. (2011), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 179.

Sassetti.⁴¹⁹ A matriz genovesa entre os apelidos luso-italianos é predominante, por razões históricas evidentes que temos evidenciado ao longo do nosso estudo. Considere-se, como exemplo, que o apelido Espínola/Spínola, particularmente comum em Portugal (e particularmente conhecido devido à sua ligação com figuras históricas), é de clara origem genovesa, destacando-se a antiga e potente família dos *Spinola* (presença documentada desde 1105), cujas relações com a cidade de Lisboa e a monarquia lusitana são conhecidas.⁴²⁰

Num país que (como já assinalaram Paulo Lopes Matos e Oliveira Marques) permanecia mais virado à emigração do que à imigração, embora com substanciais exceções, no final do século XVIII os italianos constituíam a terceira comunidade estrangeira mais numerosa residente no país, após a espanhola (constituída em prevalência por Galegos) e a francesa.⁴²¹ Neste sentido, os estudos de Teresa Rodrigues auxiliam-nos de maneira relevante: no que diz respeito ao dado local, quantifica em 882 o número de italianos residentes em Lisboa no princípio de Oitocentos.⁴²² Na tabela explicativa que se segue, elaborada pela própria estudiosa e que diz respeito a algumas comunidades estrangeiras residentes em Lisboa no princípio do século XIX, é reportada a composição da comunidade italiana na capital, por número de fogos e de unidades de género:

Comunidade	Fogos	H.	M.	Tot.
Holandeses	15	68	45	113
Alemães	67	268	128	391
Italianos	/	530	352	882
Franceses	/	189	118	307

Fonte: Teresa Rodrigues, «Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos», *Ler História*, n.º 26 (1994), Lisboa, ISCTE, pp. 45-75. Dados

⁴¹⁹ Cf. VASCONCELOS, José Leite de, *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, pp. 313-322. Veja-se anexo VII.

⁴²⁰ DE FELICE, Emidio, *Dizionario dei cognomi italiani*, 2ª ed. [1978], Milano, Oscar Studio Mondadori, 1979, p. 240). No salão nobre do histórico palácio Spinola di Pellicceria, situado em Génova, pode admirar-se um fresco de Lazzaro Tavarone intitulado “La città di Lisbona assediata dal duca d’Alba”, comissionado em 1592 por Giulio Spinola, na altura embaixador junto da corte de Felipe II.

⁴²¹ Cf. MATOS, Paulo Lopes, MARQUES, António H. de Oliveira, «A base demográfica», em Joel Serrão, António H. de Oliveira Marques (coords.), *Nova História de Portugal*, vol. IX – *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 43-45; FERRO, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 80-92.

⁴²² RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Cosmos, 1995, p. 142.

elaborados a partir dos documentos do Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República (Comissão *Estatística*). A autora faz referência aos arrolamentos populacionais de 1802-1803, mas não especifica se os dados que fornece são relativos só àquele período ou se abrangem outros dados elaborados no final da segunda década da centúria. O dado que diz respeito à comunidade francesa é parcial.

Em relação às outras comunidades italianas sediadas no país, não tendo ainda um levantamento de dados que nos permita uma reconstrução fiel em números, deve-se ter em conta que se tratava de grupos muito variados por dimensão e composição. À histórica presença na área algarvia (de origem predominantemente genovesa) contrapunha-se uma escassa sedimentação no norte do país. No que diz respeito ao outro grande centro urbano e económico português, a cidade do Porto, ainda no final do século (com o recenseamento de 1890) contavam-se somente 62 italianos⁴²³ (contudo, deve ser considerado que o número de italianos presentes no país no desfecho da centúria está em relevante diminuição no que diz respeito aos números conhecidos na primeira metade do século).

Além disso, é significativo que, em ocasião da estadia do rei Carlos Alberto no Porto, nenhuma memória relate a visita ao soberano piemontês de emigrados da Península Itálica, ou algum contacto deste com os italianos residentes (ao contrário do que acontece com os exilados políticos em Lisboa, como veremos). Nas primeiras décadas do século, a comunidade italiana da cidade do Porto é constituída dominantemente por artistas ligados ao teatro nacional de São João, pelos agentes consulares dos respectivos Estados peninsulares, e por escassos comerciantes. Isto é um dado interessante, uma vez que – como veremos mais à frente – o número de italianos ligados às actividades comerciais em Lisboa é muito maior quer em termos numéricos, quer no que diz respeito à sua posição no tecido económico da capital. Nos almanaques que Marino Miguel Franzini começa a redigir a partir de 1825, em relação à presença de comerciantes italianos no Porto fala-se de uma única entidade: Egidio Talone, situado na Calçada dos Clerigos 16.⁴²⁴ Passada pouco mais de uma década (em 1837) o número de comerciantes italianos é de apenas 4 (Egidio Tallone e filho, na Calçada dos Clérigos ao número 15; Giovanni Battista Lombardi, na rua de Santo António 100; Giovanni Maria Gaetano Cogorno, no mesmo sítio mas ao número 59; Manuele Isola, na rua do Lavadouros 41).⁴²⁵

⁴²³ JORGE, Ricardo, *Demografia e hygiene da cidade do Porto*, vol. I, Porto, Repartição de saúde e hygiene da Câmara, 1899, p. 157.

⁴²⁴ *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*, Lisboa, na Impressão Regia, [s.d.], p. 564.

⁴²⁵ *Almanak da antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto para o anno de 1837*, Porto, na Typographia Comercial Portuense, p. 117. Em 1845, o dito *Almanak* não refere nenhuma presença de negociantes italianos na cidade, enquanto todos os agentes consulares dos estados italianos são portugueses

Voltamos a concentrar a atenção sobre a cidade de Lisboa, caso de estudo da nossa análise sobre a emigração italiana oitocentista no espaço português. Em relação a este assunto, são numerosos os exemplos que dizem respeito a figuras e famílias luso-italianas que vivem em Lisboa no primeiro quartel do século XIX. Procederemos nesta sede com um levantamento parcial, mas indicativo e significativo, da marca e importância da “nação italiana” – e desta sua vertente social que podemos definir como “luso-italianidade” – no contexto das artes, da intelectualidade e da economia portuguesas nas primeiras décadas de Oitocentos. Particular referência será obviamente dirigida à comunidade italiana residente em Lisboa nos anos Vinte. Daqui partimos para fornecer um quadro geral de referência em relação à sua composição regional, à sua distribuição no espaço urbano lisboeta e a sua função económica.

1.2 Para uma sociologia histórica (década de Vinte): proveniência, distribuição, origem social e profissões

Para uma ideia mais definida da presença italiana em Lisboa – e do seu impacto no tecido sócio-económico – nos anos Vinte do século XIX, é preciso avançar com a definição de uma “geografia dos italianos” na cidade. Com o auxílio dos anexos VIII e IX, procederemos à reconstrução das pegadas italianas na área urbana da capital, tendo como paradigma de referência a terceira década da centúria. Isto porque se trata de um decénio fundamental no desenvolvimento das práticas políticas em Portugal, que envolvem e atravessam os seus espaços sociais. Ao mesmo tempo, o contexto sócio-político nacional acolhe o fluxo do exílio liberal, particularmente o espanhol e o italiano; este último, que encontra as suas razões nos primeiros eventos do *Risorgimento* nacional, tem como lugar de relevo a cidade de Lisboa – como tem evidenciado Grégoire Bron no seu trabalho – onde vivia uma numerosa comunidade de origem italiana. A própria comunidade procedente da Península Itálica (juntamente com a dimensão de luso-italianidade que analisámos, embora parcialmente, na secção anterior) constitui o conjunto que em alguns casos acolhe temporariamente, e noutros integra, parte daqueles exilados. Graças a esta interacção, a comunidade italiana em Lisboa torna-se assim um dos proscénios internacionais do desenvolvimento do “enredo da pátria”, da nação *em*

(*Almanak da cidade do Porto para o anno de 1845*, pp. 105-107). Esta situação não parece sofrer modificações em 1850: os agentes consulares permanecem estrangeiros, e não há nenhuma referência a negociantes (com excepção de Giovanni Maria Gaetano Cogorno, considerado agora entre os negociantes nacionais), nem a actores e membros da companhia teatral (*Almanak da cidade do Porto e Vila Nova de Gaya para o anno de 1850*, Porto, na Typographia de Faria Guimarães, pp. 129-131).

itinere (como veremos mais adiante nas crónicas e memórias de alguns exilados presentes em Lisboa naquele anos). Isto é, os italianos que chegam à capital portuguesa por razões políticas têm referências na comunidade residente. Por motivações de carácter histórico e cultural, esta movimenta-se, na sua maioria, em torno da Igreja do Loreto. Porém, existem grupos de liberais maçons não ligados à instituição religiosa, e que por isso são vigiados pelas autoridades vaticanas (como se verá de seguida).

Naqueles anos de agitação social e política, as necessidades de segurança pública induzem a procura e constituição de elencos de estrangeiros residentes. A partir de 1822, e após uma primeira fase de abertura e acolhimento dos exilados políticos que chegam a Portugal, é o próprio governo vintista a exigir à polícia um maior controlo das entradas e saídas de estrangeiros no país, devido ao grande número de presenças naquela altura. Trata-se de uma preocupação ligada também à possível entrada de agentes da contra-revolução, que podiam criar problemas de carácter social e político. Estes problemas começam a manifestar-se entre a população portuguesa e estrangeira, influenciando a situação social e económica. Com efeito, parece que naqueles anos existem contrastes em relação à ocupação de empregos por parte dos estrangeiros; tal dinâmica reproduzir-se-á novamente durante o período de governação miguelista – como veremos mais adiante – quando o paradigma do “estrangeiro liberal” volta a afirmar-se e a ser utilizado para golpear figuras que desenvolvem tarefas particulares (sobretudo no âmbito comercial). Além disso, é plausível que uma maior circulação de estrangeiros no reino naqueles anos – devido à situação política na Península Ibérica e ao fenómeno do exílio político – possa ter sido vivida com sofrimento pela população residente; uma dinâmica que se volta a propor amiúde nos grupos sociais, quando acolhem um crescimento de fluxos imigratórios no seu interior. Esse mal-estar pode ter sido instigado para criar desordens e dificultar a governação do país aos liberais, assim como para orientar as actividades das Cortes no sentido de uma legislação mais limitativa para com mobilidade pessoal.

Uma evidência desta situação problemática encontra-se nas informações que o delegado apostólico da Santa Sé em Portugal – onde, após a revolução liberal e a morte do núncio apostólico no Rio de Janeiro, monsenhor Giovan Francesco Compagnoni Marefoschi, não tinha sido nomeado o novo encarregado, com um abrandamento das relações diplomáticas – monsenhor Giuseppe Cherubini (já juiz auditor em Lisboa desde 1818)⁴²⁶ fornece à

⁴²⁶ Cf. FARIA, Ana Mouta, *Os liberais na entrada de Damasco: clero, igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006, p. 125 (nota 155), 129-134.

Cúria romana, mantida constantemente informada da situação no país. Em Abril de 1822 relata os choques entre a população lisboeta e os numerosos galegos que se encontram na cidade, naquela que se configura como uma verdadeira “guerra entre pobres”: de facto, os portugueses (e não só) revoltam-se contra estes espanhóis «che provvedono tutte le case di acqua, e servono nelle cose le più vili, hanno moltissimi posti nella dogana», para os afastar dos trabalhos que ocupam na alfândega e noutros lugares, podendo assim substituí-los no desenvolvimento destas funções («e sostituirono in questi posti loro medesimi»)⁴²⁷. No seguimento do que se dizia anteriormente, é provável que esta “campanha” contra os galegos fosse fomentada internamente para criar uma situação de instabilidade social, aproveitando os difundidos sentimentos de antipatia contra os espanhóis de modo a tentar criar problemas entre os respectivos governos, quebrando as possibilidades de uma “solidariedade activa” entre os dois povos. Aliás, não se pode excluir que nestas desordens tivessem tido um papel também alguns trabalhadores italianos, nomeadamente os que actuavam no teatro de São Carlos, exasperados pela falta de trabalho devida ao prolongado encerramento do estabelecimento, por insolvência da empresa gerente. Isto pode deduzir-se da leitura das páginas do *Diário do Governo*, que, tentando sensibilizar para a necessidade de voltar a haver teatro, evidenciava que havia fundadas razões para tal, sendo que «hum grande numero das pessoas, que se achar[am] accusadas de terem tomado parte nas desordens, que tiver[am] lugar nesta Capital contra os Gallegos, er[am] Carpinteiros, Serralheiros, etc. – empregados no Theatro de S. Carlos, os quaes sem trabalho, e arrastados pela fome, se deixar[am] seduzir pelos agentes dos inimigos da nova ordem de cousas».⁴²⁸

Perante esta situação social exasperada, com o fim de manter a ordem pública, o governo português define novas políticas de controlo da imigração e da presença de estrangeiros no país, que se tornam claros, no final do mês, com um edital da Intendência Geral da Polícia específico. Nesta disposição é precisada a necessidade de que todos os forasteiros que circulavam no reino fossem munidos de «abonação dos seus respectivos ministros, e na falta destes dos seus cônsules», devendo todos aqueles que não podiam fazê-lo sair do reino por mar, isto é, a partir da capital.⁴²⁹ A atenção concentra-se então

⁴²⁷ Roma. Archivio Segreto Vaticano (doravante ASV). *Segr. Stato, Esteri*, busta 441, fl. 510 (em 24/04/1822).

⁴²⁸ *Diário do Governo*, n. 118 de 21/05/1822, p. 840; apud ESPOSITO, Francesco, «Lisbona 1822. La vita musicale attraverso la stampa periodica», *Revista Portuguesa de Musicologia*, n.º 10 (2000), Lisboa, INIC, pp. 43-45, p. 57.

⁴²⁹ «Tutti i Forastieri hanno dovuto dare i necessari documenti per rimanere in Lisbona, e presentarsi più volte alla Polizia, procurandosi ora più che mai che non sia in modo alcuno turbato l'ordine pubblico»

sobre a capital, onde a circulação de pessoas vindas de fora é maior, naturalmente devido à sua função de cidade portuária: por isso, todos os estrangeiros residentes no espaço urbano tinham de se apresentar às autoridades de polícia num prazo de quinze dias. Constituem excepção – e trata-se de uma nota importante, a partir do momento em que, como veremos, os elencos ao nosso dispor não representam um levantamento minucioso e exaustivo da comunidade italiana residente em Lisboa – toda uma série de figuras, como as pessoas «aditas aos Ministros Estrangeiros», os próprios cônsules, e «pessoas de sua Nação pertencentes aos consulados», e indivíduos naturalizados; sobretudo, não se indica a necessidade de registar os núcleos familiares, no caso de estrangeiros com família residente (caso muito comum). Como se vê, exclui-se uma parte importante da população estrangeira. Aliás, a fim de abranger todas as possibilidades, intimava-se os proprietários «que lhe tiverem alugado casas», e todos os chefes de família «que os tiverem recolhido em sua habitação», a remeter à Polícia relações contendo os nomes dos estrangeiros, ocupações, estados e respectivos endereços.⁴³⁰

Que uma das preocupações principais ditadas pela adopção destas medidas – além de acalmar os ânimos entre a população – fosse a de travar a entrada e circulação no país de uma série de sujeitos ligados de alguma forma à oposição anti-liberal é demonstrado pela expulsão de alguns representantes diplomáticos, nomeadamente daqueles ligados aos países que não tinham reconhecido o regime vintista, ou que tinham expulsado o respectivo representante português. Medida que afecta também o secretário da legação piemontesa, o conde Augusto Ottavio Avogadro, uma vez que, em Turim, após a queda do governo revolucionário (Março de 1821), não tinha sido acolhido o representante lusitano. Ele é convidado a sair da capital e do país com alguma urgência; em caso contrário teria sido detido.⁴³¹

(Archivio Segreto Vaticano [doravante ASV]. *Segr. Stato, Esteri, busta 441*, fl. 515 [em 08/05/1822]. Veja-se também *Diário do Governo*, n. 96 de 25/04/1822 (aviso do ministro dos negócios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira), p. 669 e *Correio do Porto*, n. 104 de 3 de Maio de 1822, ([p.4], edital do intendente geral da Polícia, Manuel Marinho Falcão de Castro).

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ «Ebbe ordine di partire da Lisbona in 24 ore, e dal Regno nello spazio di otto giorni. Si portò egli immediatamente in Cintra, da dove proseguirà il suo viaggio: vi era ordine del di Lui arresto, se dopo il fissatogli tempo fosse rimasto in Lisbona» (ASV. *Segr. Stato, Esteri, busta 441*, fl. 515 [em 08/05/1822]). Esta medida está conforme à indicação dada pelo ministro dos negócios estrangeiros na sua portaria: «E quando, apesar daquelas qualificações, o mesmo Intendente Geral da Polícia entenda não poder responder pela boa conducta de algum estrangeiro, nem das consequências que de[le] se podem seguir à pública tranquilidade, dará parte de tudo ao governo, a fim de que, parecendo assim conveniente, se faç[am] igualmente sair dos Estados Portuguezes, como se pratica com os naturais deste Reino em virtude das Leis gerais da Polícia em todos outros Estados da Europa» (*Diário do Governo*, n.96 de 25/04/1822 [aviso do ministro dos negócios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira]), p. 669.

Com o fim do regime constitucional vintista e a restauração do absolutismo, a monitorização e o controlo exercido sobre os estrangeiros no país (residentes e de passagem) torna-se parte de uma obsessão persecutória contra qualquer factor alheio (considerado portador de instabilidade e insegurança social e política), sobretudo em relação ao perigo de uma “ramificação italiana”.⁴³² O carácter emergencial da monitorização das fronteiras e das presenças estrangeiras no reino é indicado pelo recurso à autoridade policial, oficializando com efeito uma questão de segurança pública. É o que acontece em 1822 e, de forma mais acentuada, após a queda do liberalismo: ao normal controlo de fronteiras, com o usual registo de entradas, saídas e permanências produzido pelos serviços centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (como demonstra o elenco muito parcial dos “Estrangeiros residentes em Portugal” nos anos 1820-21)⁴³³ substituem-se elencos definidos com base a uma estrita correspondência entre os consulados e a Intendência Geral da Polícia.⁴³⁴

Isto é, face às novas circunstâncias, novas listas são solicitadas (pelas autoridades portuguesas) aos respectivos consulados, que porém restituem documentação parcial, não oferecendo registos completos; uma penalidade – amiúde evidenciada pelos próprios funcionários consulares – que manifesta um escasso controlo das legações diplomáticas sobre os seus compatriotas e as suas actividades (dinâmica esta que facilita a dimensão em que se move o exílio político). Uma das características da compilação destas listas é, por exemplo, a espontaneidade com que são redigidas, no sentido em que apesar do carácter de peremptoriedade das ordenações (como a de Abril de 1822), os respectivos súbditos estrangeiros se apresentavam nos consulados sem qualquer obrigação, e só após a divulgação pública de um novo aviso pelas próprias autoridades consulares. Esta dificuldade na compilação de um registo o mais completo possível é evidente no caso dos súbditos napolitanos, cujo número registado entre 1823 e 1826 (51 nominativos, sem considerar os núcleos familiares) está claramente abaixo de uma estimativa real. De facto, já a *Gazeta de Lisboa* em Outubro de 1820 avisava que

⁴³² DI GIUSEPPE, Francesca, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tesi di Dottorato di ricerca in scienze storiche, archeologiche e storicoartistiche (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”, 2010, p. 149, nota 465. Esta estudiosa refere a circular enviada à Intendência Geral da Polícia pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Palmela, onde alerta que se preste particular atenção à presença de revolucionários italianos.

⁴³³ Ver anexo VIII.

⁴³⁴ Ver anexo IX.

«tendo chegado ao conhecimento do Consulado Geral do reino das Duas Sicílias em Lisboa, estabelecido na rua direita de São Paulo n. 68, primeiro andar, que neste reino de Portugal existem vários napolitanos e sicilianos que se não tem dado a conhecer no mesmo consulado, o vice-cônsul José Calleja lhes faz aviso, que cumpre se lhe apresentarem na dita residência pessoalmente, ou por carta em que avisem sua morada, para lhes serem comunicados avisos do seu Governo».⁴³⁵

Um dos avisos em questão dizia respeito ao decreto real n.24 do dia 24 de Julho de 1820, poucas semanas após o triunfo da revolução em Nápoles, com que se garantia amnistia penal para todos os desertores do exército napolitano, e para qualquer indivíduo condenado por razões políticas. A resposta do vice-cônsul Calleja às solicitações do seu governo em Nápoles é útil para a definição de um primeiro perfil do grupo de súbditos napolitanos residentes em Lisboa, embora numericamente menosprezado pelo funcionário consular, que evidentemente confunde a atitude apática dos trabalhadores napolitanos (grupo constituído maioritariamente por pessoas de baixa condição económica) face à autoridade do consulado com uma presença limitada *in loco*:

«quest'atto di reale clemenza sarà reso visto a quei pochi napoletani estraregnati che in questa città da tempo si trovano, de' quali, credo, non ve ne sia alcuno dal Regno assente per principi di politica, ma piuttosto per impulsi d'indigenza, se non v'abbiano concorso quelli d'esserne stati espulsi dalla sanzione della legge. Pochi barcaroli ignoranti, e più pochi eziando, che vivono di un dettagliato mercato, non mi presentano un corpo, nel cui seno ritrovisi un membro politico».⁴³⁶

O registo civil que se realiza naqueles anos restitui listas parciais, provisórias, com unicidade de género (todos homens, com pequenas excepções nos registos dos súbditos do reino da Sardenha), o que torna impossível um cálculo exacto dos fogos italianos ou luso-italianos, que só podem ser definidos por estimativa. O resultado é a impossibilidade de obter números certos a respeito da composição da comunidade italiana nos primeiros trinta anos do século XIX (trata-se de uma problemática que também ultrapassa o prazo cronológico por nós considerado). Aliás, as conclusões que estudiosas de demografia como Maria L. Rocha Pinto e Teresa Rodrigues aplicam à análise da população

⁴³⁵ *Gazeta de Lisboa*, n. 262 de 31/10/1820.

⁴³⁶ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi [1817-1829]», busta 2692 [em 26/09/1820].

portuguesa nesta altura valem também – por extensão filológica – para as comunidades estrangeiras; assim, o défice das fontes assenta nos arrolamentos parciais feitos pelas autoridades (como os consulados, no caso dos italianos): «outro factor de erro é introduzido pelas populações sujeitas ao arrolamento. Ignorância, medo ou “malícia” conjugam-se, levando a tentativas de fuga à contagem, menos grave no que toca aos fogos ou número de famílias, mais acentuada no que respeita ao número de habitantes».⁴³⁷ Como é óbvio, nem todos os registos individuais escondem núcleos familiares: havia pessoas deslocadas em Portugal por razões profissionais que viviam sozinhas, pelo menos no momento do registo (a constituição de um núcleo familiar pode ter sido posterior). É o caso de figuras como criados ou serventes, «que vivem com famílias do mesmo país, provavelmente ligados por interesses profissionais».⁴³⁸ Nem é possível dar uma estimativa dos “transeuntes”, ou seja dos que (em prevalência estrangeiros) permaneciam em Lisboa por um período limitado no tempo.⁴³⁹ Entram nesta categoria tanto os exilados políticos que aí chegam a partir de 1821, como figuras de trabalhadores migrantes a curto prazo (como pode ser a dos caldeireiros napolitanos, cujas vicissitudes aprofundaremos na terceira parte do presente capítulo).

Apesar das listas definidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Intendência Geral da Polícia, para o estudo da presença estrangeira – nomeadamente italiana – no reino neste arco temporal, o registo mais fidedigno parece ser ainda o das paróquias, sobretudo o do Loreto no que diz respeito ao caso de Lisboa. Como já salientámos na introdução, a falta de inventário deste arquivo (pelo menos no período de investigação), e a sua interdição aos investigadores até ao presente não permitiu um levantamento analítico completo. Contudo, o conjunto de dados ao nosso dispor, embora apenas indicativo da presença de grupos estrangeiros na capital, é mais do que suficiente para traçar um mapa da “Lisboa dos Italianos”; dos espaços vividos por eles, das suas actividades, das suas procedências. Para este efeito, tenta-se agora uma análise prosopográfica dos italianos em Lisboa nos anos vinte, procedendo a uma classificação por grupos, idades e origem geográfica. Tentamos definir também uma geografia da comunidade no espaço urbano: como é óbvio, a análise dos registos de residência deve ter

⁴³⁷ PINTO, Mária Luísa Rocha, RODRIGUES, Teresa, «A evolução da população ao longo século XIX – uma perspectiva global», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 6 (1992-1993), Universidade Nova de Lisboa, p. 248.

⁴³⁸ RODRIGUES, Teresa, «Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos», *Ler História*, n.º 26 (1994), Lisboa, ISCTE, p. 53.

⁴³⁹ RODRIGUES, Teresa, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, *passim*.

em consideração as alterações da toponomástica lisboeta. Esta preservou nos últimos duzentos anos muitos dos endereços que retirámos das fontes ao nosso dispor. Ao mesmo tempo, a distribuição da presença italiana nas freguesias não conta com as alterações que ao longo do tempo concerniram a organização administrativa da cidade (criação ou abolição de juntas, até à última reforma autárquica de 2013), tendo sido definida com base na cartografia coeva.⁴⁴⁰ As moradas listadas no anexo IX são relativas quer ao lugar de residência, quer ao de trabalho: os dois elementos coincidem frequentemente, sobretudo no caso dos comerciantes/negociantes, que ocupam imóveis de dois andares, tendo loja no rés-do-chão e habitação/armazém no primeiro. Em geral, há uma prevalência da indicação de residência, como confirma também Marino Miguel Franzini nos documentos utilizados no fim da compilação dos elencos dos comerciantes estrangeiros em Lisboa para o *Almanach Portuguez* (ano de 1825), onde se referem «ruas e números das portas de habitação de cada hum».⁴⁴¹ Contudo, não é possível identificar com exactidão quando está indicado um elemento e quando o outro.

Entre 1822 e 1826, os italianos oficialmente residentes em Lisboa são 340 (vejam-se as tabelas 1 e 2). Desta contagem são excluídos os súbditos italianos ou de cultura italiana que procedem dos territórios que naquela altura se encontram sob dominação imperial austríaca, nomeadamente o reino Lombardo-Véneto, incluindo as regiões da Lombardia (Milão), do Véneto (Veneza) e do Friul (Udine). Faziam ainda parte do império outros importantes territórios de cultura italiana por estarem historicamente ligados aos domínios marítimos da república veneziana, incluindo a cidade de Trieste e a península da Ístria; assim como territórios alpinos, como a região de Trento (ligada por séculos a Roma).⁴⁴² Decidimos excluir estas pessoas da análise da comunidade italiana por procederem de realidades não soberanas, tratando-se de vice-reinos dependentes do governo imperial de Viena. Aliás, a documentação consular apresenta maior complexidade, evidenciando a

⁴⁴⁰ Os mapas que serviram de fonte para a definição da geografia dos italianos na cidade de Lisboa são a *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios*, de Duarte José Fava (levantada em 1807, litografada em 1833) e *Lisbon*, de W. B. Clarke (ca.1840).

⁴⁴¹ ANTT. *Junta do Comércio*. «Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa», mç.61 (cx. 199), fl. sem número.

⁴⁴² A inclusão destes territórios no plano de unificação política e territorial italiana é parte integrante do processo do *Risorgimento*, e da sua prossecução para além do acto formal da unificação, em 1861. A integração destes domínios nas fronteiras do reino de Itália ocorre gradualmente, através de várias etapas que assinalam o desenvolvimento do longo *Risorgimento*, que chegará ao seu termo apenas com a Primeira Guerra Mundial e os tratados que se seguirão (os tratados de Versaillies em 1919 e de Rapallo em 1920, este último para regular questões entre os reinos italiano e jugoslavo). A cronologia das anexações desenvolve-se ao longo das seguintes datas: em 1859 a região da Lombardia, em 1866 a do véneto (incluindo o Friul), em 1919 Trento e Alto Adige, em 1820 Trieste e península da Ístria.

necessidade de um inquérito adicional das fontes, que pode constituir uma prossecução do presente projecto de investigação.

Ao mesmo tempo, não temos informação disponível a respeito das pequenas realidades territoriais do centro da península, restabelecidas após a dominação napoleónica e predominantemente em órbita de controlo austríaco, que não contam com representações diplomáticas em Portugal: o ducado de Parma e Placência (regido por Maria Luísa d'Áustria, mulher de Napoleão); o ducado de Módena e Régio (sob autoridade de Francesco IV d'Habsburgo-Este, primo do



Figura 1. A Itália depois do Congresso de Viena

imperador da Áustria); o ducado de Massa e Carrara (entregue a Maria Beatrice d'Este, mãe de Francesco IV de Módena); o ducado de Lucca (chefiado por Maria Luísa de Bourbon). Embora se trate de 5% da superfície total do actual território italiano (com uma população que rondava, na altura, cerca de um milhão de habitantes), não se pode excluir que houvesse presenças em Lisboa, também considerando razões históricas (lembrem-se as feitorias placentinas na época renascentista).

Por razões históricas evidentes, a comunidade de procedência mais numerosa era a do reino da Sardenha, que desde 1815 incluía os territórios da antiga República de Génova, cujas relações com o império português e cuja presença na cidade de Lisboa remontam ao século XIV. Os elencos consulares restituem 234 registos, compostos em prevalência por naturais genoveses ou lígures; trata-se da única comunidade que apresenta registos oficiais de mulheres (Apollonia Sessarego, viúva de um fabricante, registada no largo de Santa Catarina n.19; Geronima Briano, lavadeira, residente nas barracas das Chagas;

Maria Tortello, com loja de bebidas na rua do Passeio Público n. 38;⁴⁴³ Maria Nicoletta Solari, viúva, residente na praça das Amoreiras, n.19; Giuseppa Collini, gerente de uma hospedaria na Travessa do Secretário de Guerra, n. 38). O predomínio de genoveses (ou naturais de territórios lígures) e o fluxo migratório que se regista nestes anos podem explicar-se não só pela presença de um grupo com raízes históricas na cidade de Lisboa, mas também – e talvez sobretudo – pela situação económica da cidade marítima (e sua região) na passagem entre os séculos XVIII e XIX: falências financeiras públicas e privadas e alta dívida pública (herdada do período napoleónico) restituem, após o Congresso de Viena, uma situação de completa estagnação.⁴⁴⁴

Este grupo está predominantemente empregado em profissões ligadas ao comércio: negociantes, mercantes, caixeiros, agentes de comércio. A identificação da profissão é genérica (através da utilização dos termos que acabámos de referir), não existindo distinção entre negociantes “estabelecidos”, negociantes “de loja aberta”, mercadores (mercantes) ou vendedores “retalhistas”, caixeiros “de negócio”. Apesar disso, como nos lembra Miriam Halpern Pereira, todas estas figuras constituem uma variante terminológica utilizada para fins de reconhecimento do próprio estatuto social e económico, «para demarcar a dignidade da profissão de lojista face à do “vendilhão”, assimilado a vadio, contrabandista, cigano ou mero ladrão»⁴⁴⁵ (voltaremos mais à frente a falar do comércio italiano em Lisboa nesta década, com uma análise mais detalhada). Alguma natureza problemática pode advir do primeiro termo de classificação, “negociante”: como evidencia Jorge Pedreira, a utilização desta palavra torna-se de uso comum durante o século XIX para denominar as elites económicas em diversos sectores

⁴⁴³ A este nominativo está associada uma indicação de morada/actividade na zona do Passeio Público, juntamente com mais dois registos: além de Maria Tortello, encontram-se aqui domiciliados o sardo Giovan Battista Vassallo (de 43 anos de idade, com loja de bebida na rua do Passeio n.1) e Giovanni Marino Mondone (piemontês de 35 anos, caixeiro de armazém de vinho, registado no n.º 40 da mesma rua). Isso abre duas possíveis interpretações: se o registo disser respeito à morada, estas pessoas moravam nas fileiras de casas baixas que surgiam ao lado do Passeio que, como é sabido, era fechado por grades e com entrada limitada (era preciso apresentar-se em determinadas condições, sendo de facto excluído da sua fruição todo o povo miúdo); se disser respeito à actividade, é provável que se trate dos continuadores da tradição “italiana” da venda de bebidas no Passeio Público, uma vez que o primeiro café aberto neste espaço era gerido por Filippo Campodonio, tendo sido inaugurado pelo próprio marquês de Pombal (cf. QUINTAS, Maria Alexandra Salgado Ai, *Do Passeio Público À Pena. Um percurso do Jardim Romântico*, Dissertação de Mestrado de Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura-UTL, 2001, p. 78).

⁴⁴⁴ ROLLANDI, Maria Stella, «Da ‘negozianti’ a banchieri. La famiglia Oneto nell’Ottocento», in Caterina Olcese Spingardi (a cura di), *Ottocento in salotto. Cultura, vita privata e affari tra Genova e Napoli*, Firenze, Maschietto, 2006, p. 41.

⁴⁴⁵ PEREIRA, Miriam Halpern, *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, em ID. (dir. de), *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, 5 vols., vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1992, p. 40.

de actividade (comércio de grosso trato, indústria, finança, banca), considerando que «o problema que se coloca à utilização deste vocábulo como definidor de uma categoria social é a relativa indiscriminação de actividades que a designação é chamada a descrever».⁴⁴⁶ A nosso ver, o grupo de comerciantes/negociantes

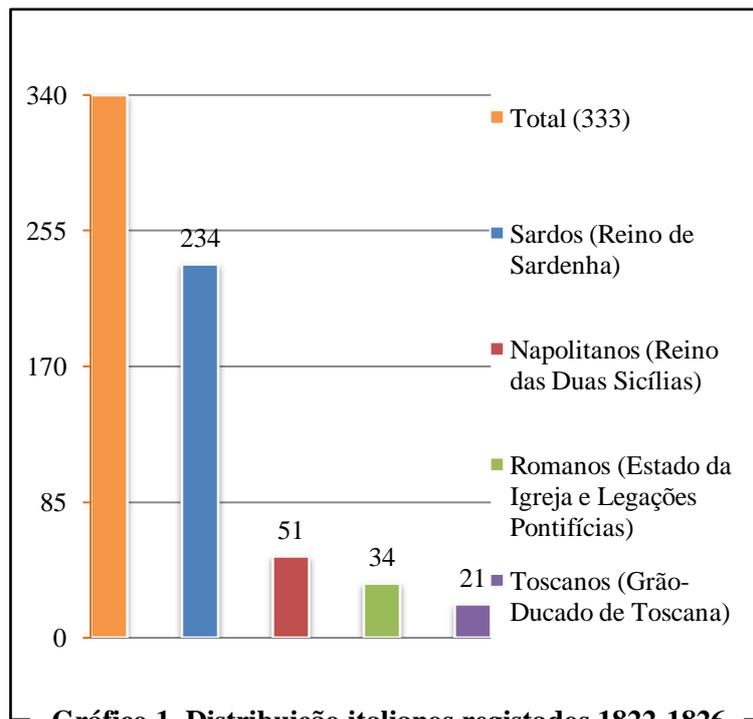


Gráfico 1. Distribuição italianos registados 1822-1826

italianos em Lisboa dos anos vinte não parece representar nenhuma elite económica ou financeira (que, em termos gerais, se afirma nas décadas sucessivas), representando uma categoria que desenvolve e se interessa por negócios de pequeno calibre.

Os súbditos do reino de Sardenha estão também ocupados em actividades de restauração, principalmente como gerentes de “lojas de bebidas”, ou seja, botequins em que se servem licores, refrescos, chá, café, chocolate ou alimentos simples para refeições rápidas, como bolos e torradas.⁴⁴⁷ Há porém estabelecimentos que fornecem refeições mais completas: antecipe-se o caso do Marrare (ou Marrara), de que falaremos mais à frente, em cujos cafés, nesta altura, se começa a servir o “bife à Marrare”, um prato que permaneceu na tradição gastronómica portuguesa.⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», *Análise Social*, vol. XVII (2^o-3^o), n. 116-117 (1992), Lisboa, ICS, p. 410.

⁴⁴⁷ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, «Sobre a alimentação popular urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas», em José Vicente Serrão, Magda A. Pinheiro, M^a Fátima S.M. Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos*, Homenagem a Miriam Halpern Pereira, Lisboa, ICS, 2009, p. 234.

⁴⁴⁸ O “bife à Marrare” é reconhecido pela Câmara Municipal de Lisboa entre os tópicos dos “Sabores de Lisboa”: <<http://www.cm-lisboa.pt/visitar/sabores-de-lisboa/bife-a-marrare>>

Como já dissemos, os súbditos napolitanos registados em Lisboa naquele triénio são 51. O que é interessante observar neste conjunto de homens são os trabalhos de baixa condição que constituem a maioria das actividades laborais desenvolvidas. Entre os napolitanos (termo com que se indicam os naturais de todas as partes do reino, inclusive os sicilianos), além

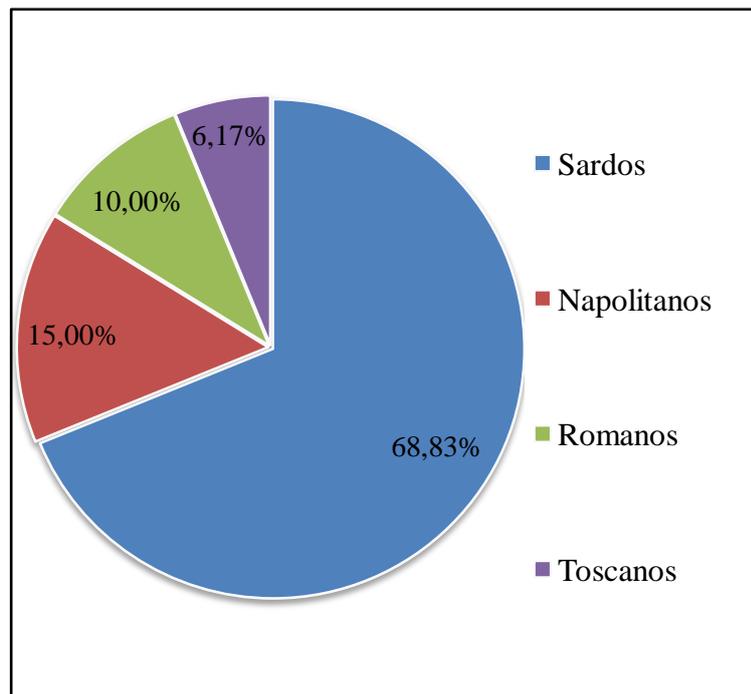


Gráfico 2. Percentagens do total dos registados 1822-1826

dos comerciantes de costume, prevalecem figuras ligadas a actividades humildes, como podem ser os catraeiros e os caldeireiros. Sobretudo estes últimos representam um fenómeno muito importante de emigração temporária, que nestes anos se começa a fixar mais em Portugal. Como vimos, não faltam os professores de música, que a tradição napolitana sempre exportou para Portugal, assim como confeccionadores de alimentos (salsicheiros e cozinheiros).

Os membros do Estado da Igreja e suas legações, classificados como “romanos”, são 34. Neste elenco não comparecem todos os clérigos sob autoridade do poder temporal de Roma, que vivem nesta altura na capital portuguesa. Pelo contrário, a lista é fidedigna de uma grande tradição exportada a partir daqueles territórios, a dos trabalhadores dos teatros, com uma dúzia de nominativos entre marceneiros, pintores, escultores, cenógrafos e arquitectos. Existem músicos e figurantes, assim como mestres de florete e fabricantes. Entre as figuras mais populares estão os sapateiros; e, talvez por razões ligadas aos lugares de procedência, um artesão conteiro, ou seja produtor (e vendedor) de contas de colares e de rosários. Também neste caso a parcialidade da lista é testemunhada indirectamente pela nunciatura apostólica, que refere a presença de súbditos e até de grupos familiares sediados há algum tempo em Lisboa, e procedentes dos territórios que naquela altura recaem sob o poder temporal do Santo Padre. Por exemplo, entre a documentação produzida nestes anos e relativa aos súbditos pontifícios residentes no reino (*Corrispondenza, carte, documenti ufficiali romani e portoghesi relativi ai sudditi*

pontifici in Portogallo e loro interessi e privilegi) na capital portuguesa, faz-se referência a um tal Francesco Marchesi, «virtuoso di musica, dimorante in quella città»; ou à família dos Aluigi, de condição abastada e com boa consideração social; e também a um tal Giuseppe Manzoni, que em 1825 morre deixando uma pequena fortuna, a qual será requerida – como sucedera no caso de Antonio Marrara – pela irmã que mora em Itália.⁴⁴⁹

O grupo dos toscanos conta apenas com 21 efectivos, também com prevalência de figuras ligadas ao comércio e ao teatro. Mas um elemento que testemunha a parcialidade do elenco consular é dado do registo de um único figurista, ou artesão do giz que, como os caldeireiros napolitanos, encorpa um grupo ambulante muito mais consistente em termos numéricos. Estas figuras de vendedores, desprezada pelos comerciantes oficiais das cinco classes, eram tão familiares na vida da cidade que até Pinto de Carvalho os lembra nas suas narrações lisboetas, falando do que acontecia nas ruas à noite: «a iluminação era escassa, e, bastas vezes, as ruas ficavam às escuras [...] Apareciam italianos vendendo figuras de gesso obscenas».⁴⁵⁰ Provêm do distrito de Lucca, onde a tradição do trabalho do giz é ainda hoje muito forte.

Para finalizar o inventário das profissões, de forma transversal ao conjunto dos italianos, relevamos a presença marginal de trabalhadores da terra, de alfaiates, de médicos e cirurgiões, até de cabeleireiros. Trata-se de uma comunidade que abrange diferentes profissões, com maior ou menor reconhecimento económico e social, e apresentando um leque muito amplo de actividades desenvolvidas, onde o comércio tem uma parte relevante. Como vimos, são várias as figuras que se podem integrar neste quadro profissional: agentes sócio-económicos que dizem respeito não só à dimensão da propriedade (donos de lojas e casas de comércio, fabricantes de produtos vários) ou da manufactura/artesanato (confeiteiros, licoristas, relojeiros, lustradores de madeiras), mas também à categoria do trabalho assalariado/subordinado, onde diferentes trabalhadores participam no desenvolvimento da dinâmica laboral (caixeiros, moços de fretes, catraeiros, empregados de servir, reposteiros, etc.).

Um dos mesteres difundidos está muito ligado ao imaginário da cultura italiana: estamos a falar do “aletrieiro”, ou seja o produtor de aletria, de *maccaroni*, *vermicelli* e outros tipos de massa seca. Estes são registados como fabricantes ou vendedores de retalho (provavelmente as duas actividades coincidem): como veremos mais à frente,

⁴⁴⁹ ASV. Arch. Nunz. Lisbona. n.44, fasc. 2, fls. 46, 52-53, 56-57.

⁴⁵⁰ CARVALHO, Pinto de, (Tinop), *Lisboa d'outros tempos*, 2 vols., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1899, vol. II, p. 138.

todas as figuras pertencentes a esta categoria (que parece organizada numa verdadeira corporação) juntar-se-ão em 1821 para defenderem os seus interesses no mercado nacional, afectado pela cada vez maior importação e comercialização de massas produzidas na Península Itálica.

No que diz respeito à distribuição italiana na cidade da altura, que podemos denominar por “geografia dos italianos” em Lisboa, observamos que estes se encontram espalhados por todos os cantos da área hoje considerada como centro histórico; há esporádicas presenças em zonas mais afastadas, hoje urbanizadas mas naquela altura lugares de quintas e campos (como Campolide, o Campo Grande ou o Lumiar). Mas existe um “bairro italiano” – ou, mais precisamente, uma freguesia – por excelência? A este respeito, é preciso fazer uma distinção entre o bairro/freguesia com a maior percentagem de presença italiana, e aquele que mais se caracteriza pela composição social dos italianos que o habitam. Em relação à primeira questão, a freguesia mais povoada pelos italianos revela era a da Encarnação, com 18,83% do total (308) das moradas identificadas. Naquela altura, esta freguesia abrangia a quase totalidade do Bairro Alto, tendo na sua parte inferior (até quase ao fundo da rua do Alecrim, que lhe marca o limite sul-oriental) “fronteira” com a freguesia de São Paulo, ou seja, com o outro bairro mais caracterizado pela presença italiana. Há, por isso, uma continuidade dos espaços onde os italianos se instalam com as suas moradias, e provavelmente com as suas actividades, dentro do coração pulsante da cidade (ver tabelas do anexo IX).

A freguesia da Encarnação acolhe o maior número de italianos não só pela sua maior extensão territorial, mas também pela sua proximidade com a Igreja do Loreto, entidade conglomerante da comunidade sediada em Lisboa (embora este templo se encontre situado numa freguesia diferente, a do Sacramento). A sua composição social e profissional denota um nível mais distinto em relação à de São Paulo: de facto, nela vivem sobretudo comerciantes, músicos, trabalhadores do teatro, confeccionadores de alimentos, e um cirurgião, embora não falem os gerentes de casas de pasto e lojas de bebidas, em bom número.

Como dissemos, diferente é a situação do bairro de São Paulo, que se distingue pela sua extensão (menor do que a freguesia da Encarnação, o que torna a presença italiana mais perceptível): nesta freguesia concentra-se 14,61% do total das moradas identificadas. Também neste caso – como no da Encarnação – serve o discurso que nos dá a estimativa dos fogos: é mais do que plausível que parte (ou maior parte) dos 45 endereços registados acolha núcleos familiares, italianos ou mistos. A sua composição social é diferente: por

exemplo, é neste bairro que se concentra a maioria dos napolitanos cuja morada se conseguiu identificar (devido ao facto de abrigar muitos trabalhadores ambulantes, como os caldeireiros); aqui está também localizado o consulado napolitano. Contudo, a presença nesta zona de marinheiros, tingueiros/catraeiros deve-se à proximidade da área ribeirinha do Cais do Sodré. No conjunto, trata-se de uma freguesia com grande presença de populares e trabalhadores de baixa função: entre os italianos, não se encontram aqui mercadores, ou trabalhadores do teatro, ou músicos, ou professores de língua ou florete ou instrumentos musicais, nem criados ou médicos; pelo contrário, releva-se a presença de sapateiros, merceeiros, fabricantes de panos, gerentes de lojas de bebidas e um vendedor de aguardente, que bem se encaixam na vida social do bairro.

A vida na zona de São Paulo não se pode separar do grande pólo de concentração de homens e mercadorias que é o Cais do Sodré, aonde se chega pela rua do Alecrim, e que até àquela época abrigava as bancas dos “malcozinhados”, comida de baixa qualidade e de baixo preço que satisfazia o apetite da população que dinamizava este quarteirão. O Cais é lugar de sociabilidade dos estrangeiros já a partir dos finais de Setecentos, que aí se encontram e aí se misturam, como lembra Alexandre Lousada citando o testemunho deixado na sua memória de viagem por Carl Israel Ruders (*Viagem em Portugal, 1798-1802*):

«os Cais da Pedra (Terreiro do Paço) e do Sodré e a quinta dos Paulistas, aos Prazeres, tornaram-se lugares de passeio nas noites lisboetas. Em 1785, em ofício enviado ao ministro do reino a propósito de uma grande barraca de madeira que se estava a construir no Cais do Sodré, o intendente escreve que esse é um sítio “aonde se vão recrear e passear de tarde os moradores desta Capital, e com especialidade os que são estrangeiros”».⁴⁵¹

Outra freguesia com apreciável presença italiana é a dos Mártires (11,68%); esta constitui uma secção do espaço urbano onde a cultura italiana encontra a sua máxima expressão, devido à presença do teatro de São Carlos, casa da ópera lírica e de todo o mundo que se move à sua volta. De facto, além da usual presença de comerciantes, nesta freguesia podem encontrar-se dançarinos, rabequistas e outros músicos, arquitectos-cenógrafos e até dois cabeleireiros, cuja actividade parece estar ligada aos espectáculos. O resto da comunidade residia noutras partes da cidade, em freguesias como a das Mercês

⁴⁵¹ LOUSADA, Maria Alexandre, «A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais de Antigo Regime», em M.^a da Graça Mateus Ventura (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Ed. Colibri, p. 103.

ou a antiga da Conceição (quarteirão sul-ocidental da baixa pombalina), hoje em dia desaparecida.

1.3 Os comerciantes italianos

Acerca da presença de comerciantes italianos em Portugal demos já alguma referência no capítulo anterior. Porém, como vimos, a dimensão desta presença dentro do tecido comercial de Lisboa apresenta alguma consistência, como confirmam os documentos úteis para a reconstrução da rede comercial italiana, nesta cidade, na primeira metade do século XIX. No subcapítulo anterior analisámos mais especificamente as características da comunidade italiana nos anos vinte do século XIX, procedendo a uma definição analítica da variedade das tipologias sócio laborais que distinguem este quadro profissional. É um facto que esta fase histórica apresenta dificuldades na definição e classificação deste grupo socioeconómico;⁴⁵² por isso, somos herdeiros destes problemas na nossa tentativa de fornecer um quadro de conjunto o mais exacto possível do panorama italiano dentro do comércio lisboeta.

Apesar disso, podemos definir um quadro de conjunto deste importante sector da economia urbana da altura. No que diz respeito à presença de comerciantes estrangeiros em Lisboa na terceira década do século, os dados apontam para cerca de 150 pessoas (enquanto na cidade do Porto assentam cerca de 40).⁴⁵³ Esta realidade representa o legado das redes comerciais que vieram a formar-se no país desde o século XV, determinando a cosmopolitização dos principais espaços urbanos lusitanos. Porém, os comerciantes que marcam presença na primeira metade de Oitocentos diferem, sob o perfil socioeconómico, da grande burguesia estrangeira que em Setecentos – e até ao impacto das reformas pombalinas – ainda ocupava os principais espaços citadinos (Lisboa e Porto).⁴⁵⁴ Eles reúnem fundamentalmente importadores, mediadores de produtos coloniais, comerciantes grossistas e também vendedores a retalho com lojas nas áreas

⁴⁵² Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *op. cit.*, passim.

⁴⁵³ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern, *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, em *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, direcção de Miriam Halpern Pereira, 5 vols., vol. II, Lisboa, ISCTE-Ed. João Sá da Costa, 1992, pp. 60-61), p. 11. A autora deste estudo pormenorizado acerca do comércio nos anos da revolução vintista assume como referência as estatísticas elaboradas por Miguel Franzini no início da década e publicadas pelo Adriano Balbi no seu ensaio estatístico de 1822. A despeito disso, porém, a autora avisa o estudioso acerca da falácia dos dados, desprovidos de critérios descritivos, de fontes, de metodologia de recolha, sendo caracterizados por “oscilação sem nexos de um ano para outro”, o que os torna de pouca confiança.

⁴⁵⁴ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1995, p. 42.

comerciais das cidades (em Lisboa, predominantemente na Baixa), isto é, pequenos burgueses com actividades de pequenas ou médias dimensões, embora se verifiquem algumas excepções. Em todo o caso, um grupo caracterizado por diferenças de riqueza e posição social.⁴⁵⁵ Não obstante, a distinção das suas actividades e funções permanece difícil; sobretudo – como avisa Nuno Luís Madureira – esta tentativa de separação tem uma utilidade muito limitada enquanto instrumento de análise da realidade sob o ponto de vista económico e social deste “universo polimorfo”, cuja descrição é objectivamente complexa.⁴⁵⁶

Portanto, os comerciantes que desenvolvem as suas actividades na cidade oitocentista são, em grande parte, herdeiros daquele conjunto de pioneiros que, desde a segunda metade do século XVIII, enfrentaram a transformação estrutural do seu papel na economia citadina. São os sucessores e continuadores do espírito daqueles homens que individuavam em Lisboa uma praça muito favorável para a intermediação dentro de redes e rotas comerciais específicas, onde os produtos vindos do Brasil representavam o maior interesse de comercialização na Europa (e no Mediterrâneo no que concerne os italianos, sendo que não havia praticamente navios portugueses a navegar naquele mar).

A intermediação tinha efeito também no que diz respeito à importação de produtos dos respectivos países de procedência (sempre no contexto da Península Itálica) e que eram comercializados em terra lusitana; isto permitia aos comerciantes desempenhar indirectamente um papel muito importante nas relações económicas externas de Portugal.⁴⁵⁷ A este respeito, salienta-se o facto de tal papel ser afectado pela revolução de 1820, entre cujas razões desencadeadoras figura a crise do comércio nacional. Este quadro crítico levará à adopção de medidas proteccionistas que chegarão a afectar os italianos produtores em Portugal (é o caso, a que apenas seacanou, dos aletrieiros, que

⁴⁵⁵ «É óbvio que os artesãos e pequenos comerciantes, como em qualquer grande capital, não se situavam necessariamente entre os mais desmunidos. E também que, mesmo entre eles, diferenças de estatuto e fortuna imperavam. Mesmo entre as peixeiras haveria matizes de fortuna que as suas joias patenteavam» (PINHEIRO, Magda, *Biografia de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2011, p. 188).

⁴⁵⁶ Cf. MADUREIRA, Nuno, *Cidade: espaço e quotidianidade (Lisboa 1740-1830)*, Horizonte, Lisboa, 1992, p. 148, n. 18. É através da instituição, em 1757, da Mesa do Bem Comum dos Mercadores (organismo criado no contexto da Junta de Comércio, a que era submetido) que se oficializa a divisão entre homens de negócio (comerciantes de grosso trato) e mercadores de loja; ficam assim definidas as cinco classes de mercadores, com respectivos privilégios, mas reunidos sob os mesmos estatutos, que regulamentavam todo o sector do comércio. A divisão em classes acompanhava também a imposição do novo espaço comercial na baixa, através da atribuição de ruas diferentes às várias corporações de comerciantes. Eis as cinco classes de mercadores: “Lã e Seda” (a mais nobre, que podia contar com os estabelecimentos da Rua Augusta e Áurea); Capela (adereços de vestuário); “Misericórdia” (quinquilharia e adereços); “Retroz” (sedas frouxas e alguns tipos de pano de linho); “Lençaria” (linhos e algodões). *Ibidem*, pp. 35-36.

⁴⁵⁷ Cf. *Ivi*, p. 333.

desenvolveremos mais adiante), perfilando nitidamente um conflito de concorrência com os que desenvolviam o papel de importadores.

Aos olhos dos estrangeiros, em geral, e dos italianos, em particular, Lisboa continua a preservar este papel de proveitoso lugar de troca comercial (entre a Europa e as colónias) também na primeira quinzena de Oitocentos, apesar dos acontecimentos políticos que afectam a economia e a sociedade lusitanas: como vimos no capítulo anterior (em relação ao anexo V), ainda naquela fase se mantém o interesse de homens de negócio italianos em estabelecer as suas actividades na capital portuguesa. É o que acontece com a mais importante das casas comerciais italianas em Portugal nesta centúria, a *Oneto e Richini* (em 1824 com sede em rua do Alecrim n. 28),⁴⁵⁸ fundada naqueles anos por Giacomo Oneto e filial da sua sociedade genovesa (fundada por sua vez pelo pai, Tomaso, no ano de 1800), especializada na importação e comércio de produtos coloniais, assim como na intermediação de produtos manufactureiros genoveses, destinados às colónias e, geralmente, à América do sul (mercado de referência, naquela altura, para as mercadorias lígures). A família dos Oneto (que enumera também o tio Giuseppe e o primo Francesco, figuras de relevo da economia genovesa) possui, naqueles anos, o monopólio do tráfico de produtos coloniais no porto de Génova.⁴⁵⁹

Giacomo Oneto acompanha a actividade da sociedade lisboeta pelo menos até meados dos anos trinta: após esta data, a sua presença é documentada na cidade de Génova, onde se fixa definitivamente. Contudo, é em Lisboa que encontra a sua esposa, Maria Eugénia Roiz de Silva, que se transfere com ele para a cidade lígure, onde Giacomo Oneto começa a sua escalada no mundo da finança e da política (encontra-se entre os primeiros accionistas do Banco de Génova [1844], além de senador do reino da Sardenha).

No entanto, Oneto tinha já ampliado a gama dos seus interesses na capital portuguesa, abrindo-se ao mundo financeiro: de facto, temos notícias de que, já desde 1830, a sua sociedade com Giovanni Richini (lígure de Nervi, treze anos mais velho do que o seu sócio) desenvolve também funções de casa de câmbio, como atesta uma crónica inglesa que dá conta da (difícil) tarefa de agentes de intermediação dos credores internacionais do

⁴⁵⁸ Neste caso a direcção indicada nos documentos da Junta do Comércio, e publicada no Almanach Portuguez de 1825, parece indicar a sede da empresa e não da morada (ou pelo menos não só desta última), de modo que nos elencos consulares (veja-se anexo IX, elenco dos súbditos sardos, nn. 4 e 5) quer Giacomo Oneto quer Giovanni Richini estão registados no mesmo endereço, o da rua do Alecrim n. 28.

⁴⁵⁹ ROLLANDI, Maria Stella, *op. cit.*, p. 44.

governo de Dom Miguel.⁴⁶⁰ Em 1855 a firma demonstra estar ainda em actividade, tendo transferido a sua sede para a rua de São Paulo, n. 104.⁴⁶¹

O que se pode relevar é que o comércio italiano em Lisboa continua a ser organizado por grupos familiares, mas com substanciais diferenças respeito ao passado.

Existe certamente alguma continuidade na estrutura do capitalismo familiar estrangeiro que tinha mantido por décadas as suas actividades comerciais na praça de Lisboa, «de tal forma que eram plenamente assimilados, vertiam os nomes próprios para português e desempenhavam funções de relevo nas principais instituições de representação e administração do comércio».⁴⁶² Os nomes e a relevância comercial destes conjuntos tinham porém mudado com respeito ao século XVIII; analisando o período do nosso interesse, não surge qualquer notícia acerca das importantes famílias de origem italiana (os Calvet de Turim, os Roncon de Génova, os Giorgi de Milão) que Jorge Pedreira dá como exemplo de capitalismo familiar italiano, integrado no sistema socioeconómico lisboeta. Aparecem outros apelidos, sempre de origem setentrional, como os Polleri, ou os D'Ambrosi. Aliás, nas listas de comerciantes/negociantes que transcrevemos no anexo X, podemos verificar que se encontram presentes muitos nomes que não comparecem nos elencos dos residentes em Lisboa, fornecidos pelas autoridades consulares, além de comerciantes de origem italiana inseridos entre os nacionais matriculados. Isto atesta mais uma vez a parcialidade – já salientada – daqueles elencos, demonstrando ser mais elevada a dimensão numérica da comunidade italiana. Ao mesmo tempo, torna-se evidente a maior capacidade de controlo sobre a comunidade por parte da paróquia do Loreto, cujo provedor (como frisámos no primeiro capítulo) forneceu a Marino Miguel Franzini os elencos de nomes a fim da compilação da secção do “Almanach” dedicada ao comércio estrangeiro. Enfim, enquanto a estadia das companhias de teatro na metrópole – uma presença relevante – está estritamente ligada à caducidade dos contractos estipulados com as sociedades gerentes dos teatros, no âmbito comercial verifica-se uma substancial

⁴⁶⁰ «The Portuguese government have thought fit to publish a pamphlet in reply to the Address of the Regency of Terceira, in which they deny the right of Don Pedro to abdicate in favour of his daughter Donna Maria, and assert that Don Miguel is the legitimate Sovereign of Portugal. Several bills of exchange drawn on Don Miguel's treasury by his diplomatic agent at Paris, and which had been endorsed by the banker of the King of Spain, in the French capital, having been forwarded to the house of Oneto and Richini, at Lisbon, were by them presented for payment; but after repeated applications, Oneto and Co. were compelled to protest the bills for non-payment. This avowal of the utter impoverishment of Don Miguel's government had put even his adherents to shame» (*London St. James Chronicle and General Evening Post*, edição de 1/06/1830, p. 1).

⁴⁶¹ Ver anexo X.

⁴⁶² PEDREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 311.

constância temporal das actividades de negócio, assim como da localização física das mesmas.

São ainda os genoveses – e em geral os súbditos sardos – a manter uma posição dominante nas actividades comerciais cuja prosperidade é conhecida também na península, como é evidente no caso que referimos de seguida, e que envolve uma das figuras mais em vista, Ambrogio Fazio, revendedor de licores no largo da Esperança. Naqueles anos trabalha na sua loja o romano Giovanni Antonio Scheper, imigrado há poucos anos em busca de novas oportunidades na capital portuguesa. Numa carta enviada no verão de 1829 a Giuseppe Nicolò Malagamba, secretário do núncio apostólico em Lisboa (naqueles anos, Alessandro Giustignani), um tio daquele empregado pede mais informações sobre as fortunas do seu conjunto, uma vez que a situação familiar em Itália não era das melhores (um caso que lembra de perto o das irmãs de Antonio Marrara):

«esso già da anni tre trovasi in questo negozio, si può dire in mezzo all'opulenza, e secondo quanto ci venne assicurato quando detto giovane venne da noi concesso per trasportarsi in questo Portogallo presso codesto sig. Ambrogio Fazio, non solo che dovea esser ben trattato ma dovea in misura del di lui servizio aver uno stipendio che a quest'ora dovrebbe ascendere a più migliaia di lire nostre, e difatti abbiamo rilevato dalle sue lettere che riguardo al di lui trattamento non poteva esser migliore»⁴⁶³

Através deste testemunho, sabemos que Fazio é no final da década um comerciante italiano com boa situação económica, devido a uma actividade que proporciona emprego a outros italianos que chegam a Lisboa à procura de emprego. Este caso dá também a ideia de como a relevância da comunidade italiana na capital fosse conhecida também na península, e funcionasse como elemento de chamamento para aqueles que queriam encontrar melhores condições na emigração.

A par de Fazio e de outros comerciantes, há nomes que apresentam percursos comerciais mais definidos em terra portuguesa, e posicionamentos sociais de alguma importância. É o caso, por exemplo, dos dois Francisco Antonio Lodi, pai e filho, este último activo com a sua firma pelo menos até 1841, e matriculado entre os comerciantes nacionais (tendo nascido em Portugal). O fundador desta linhagem luso-italiana, o primeiro Francisco Antonio, de origem bolonhesa, tornou-se conhecido por ter sido o primeiro empresário do Teatro de São Carlos, juntamente com Andrea Lenzi. Em

⁴⁶³ ASV. *Arch. Nunz. Lisbona*. n.44, fasc. 2, fls. 264-265 (Agosto de 1829).

Portugal desde finais dos anos sessenta do século XVIII,⁴⁶⁴ tinha casado em Lisboa; deste casamento tinham nascido – além do seu homónimo – vários filhos, entre os quais uma filha (Mariana Carlota) que, por sua vez, em 1819 casa com Joaquim Pedro Quintela, 2º Barão de Quintela e futuro 1º Conde do Farrobo, herdeiro de uma riquíssima família da aristocracia. O relevo social de Francesco Antonio Lodi deve-se sobretudo a esta ligação familiar. De facto, o casamento entre o Barão de Quintela e a sua filha fora fortemente hostilizado pela família dele, devido à grande disparidade de prestígio social e de capital entre os dois núcleos familiares. Os interesses que se encontravam pelo meio eram tão grandes que os familiares do Conde desencadearam uma campanha difamatória contra o próprio Lodi, que teve até de suportar ameaças de expulsão do reino caso continuasse a receber em sua casa o Barão (cujo amor desmedido pela filha do empresário deve ter nascido no lugar da sua grande paixão, o teatro). Contudo, a união realiza-se, e isto marca a grande fortuna deste empresário bolonhês, possuidor, no momento da sua morte em 1821, de várias propriedades incluindo uma quinta em Benfica «à Cruz da Pedra, em que se incluía uma grande casa, com cocheira e salão de jantar no piso térreo, com onze divisões no andar nobre e outras tantas nas águas furtadas, com jardim, terraço, uma horta com a sua nora, vinha e pomar, tudo apreçado em 7.800\$000 réis ou 8% dos bens que deixou por sua morte».⁴⁶⁵ A sua herança é tomada pelo filho Francisco António, que devido à grande paixão pelo teatro e música do seu cunhado, desenvolve novos interesses sobretudo neste sector, abrindo a porta a novas oportunidades também para os seus parentes residentes em Itália. De facto, tem forte impacto na vida de outra personagem presente naqueles anos em Portugal: Fortunato Lodi, arquitecto de origem bolonesa, nascido na então legação pontifícia em 1805. Em 1831 é chamado a Lisboa pela sua família aí residente, provavelmente para lhe dar a oportunidade de aperfeiçoar os seus estudos de arquitectura (é indicado como “estudante”) e de aí terminar o curso: permite-nos pensar nisso o facto de que, quando regressa temporariamente a Itália em 1833, já goza do título de “arquitecto”.⁴⁶⁶ O sucesso (e a memória civil) de Fortunato Lodi em terras lusitanas é devido ao seu trabalho como arquitecto do teatro nacional D. Maria II. E a sua actividade de arquitecto dos teatros lisboetas deve-se obviamente à sua ligação com Joaquim Pedro Quintela que, em qualidade de pertinaz mecenas, custeava a edificação do

⁴⁶⁴ ANTT. *Junta de Comércio*. «Requerimentos de naturalizações e outros documentos (1785-1803)», mc. 243 (cx.461), fasc. 5/9/1776.

⁴⁶⁵ PEDREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 311. Sobre a família Lodi, veja-se também D’ALMEIDA, Fialho, *Vida errante*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970, pp. 271-275.

⁴⁶⁶ ASV. *Arch. Nunz. Lisbona*. n.44, fasc. 2, f. 38v.

Teatro Nacional. Em 1846, Fortunato Lodi será o responsável pela remodelação do teatro Tália (ou das Laranjeiras); sítio que vinte anos atrás viria a ser lugar de estreia da ópera *La testa di bronzo ossia La Campana solitaria* pelo maestro Saverio Mercadante, então em Lisboa (a 3 de Dezembro de 1827, em ocasião do trigésimo sexto aniversário da baronesa de Quintela, Dona Mariana Carlota Lodi).

Outras personalidades que marcam presença quer na memória urbana lisboeta quer na própria epopeia da emigração política italiana são os irmãos Francesco e Luigi Zignago, nascidos em Lisboa, comerciantes de grosso trato, com actividade na rua do Ouro n.º 127. Nos anos trinta os dois irmãos passam pelo Brasil (de facto, já não comparecem na lista de 1837), onde tinham interesses de negócio (que remontavam à altura em que eram administradores, em Lisboa, de uma sociedade de comércio com Pernambuco). É ali que, em 1836, ajudam no arranque da sua actividade comercial um jovem italiano, Giuseppe Garibaldi, que em breve tempo tomará parte activa na Guerra dos Farrapos, tornando-se o mais famoso entre os protagonistas estrangeiros da insurreição rio-grandense.⁴⁶⁷ Devido às suas origens genovesas, não podemos excluir que existisse uma certa proximidade na fé republicana entre os comerciantes luso-italianos e o “herói dos dois mundos”, chegado ao Brasil como emissário de Giuseppe Mazzini, outro grande nome lígure que muito peso tinha naquela época entre os seus conterrâneos no estrangeiro.

Não se conhece qual fosse a relação parental de Francisco e Luís com Carlo Pietro (Carlos Pedro) Zignago, morador no Porto, «onde se acha estabelecido com casa de comércio há muito anos», com carta de naturalização obtida em 1817.⁴⁶⁸ Podemos porém supor que tipo de relação seria, não só pela concordância de apelidos mas também pelo facto de este manter contactos comerciais com o Pernambuco, aonde, como vimos, os dois primeiros acabam por chegar. Sabemos com certeza, no entanto, que durante aqueles anos é proprietário do brigue São José Triunfante, com que faz os seus comércios com Génova. E, à semelhança dos outros Zignago, tem perfil de pessoa “problemática” aos olhos das autoridades portuguesas, que o consideram um elemento pouco confiável, sobretudo nos negócios, tendo recebido entre 1808 e 1821 várias queixas pelo seu reiterado não-cumprimento de acordos e contratos. Mas o seu perfil problemático não se circunscreve à esfera dos negócios, dado que, em Setembro de 1823 – num clima de

⁴⁶⁷ <<http://www.ereiditadigaribaldi.net/annexes.php?annex=riogrande#d>>. Sobre a relação entre Garibaldi e a cultura política portuguesa, veja-se DI GIUSEPPE, Francesca, «Garibaldi e il mondo politico portoghese nella seconda metà dell'Ottocento», *Atti del Convegno “Giuseppe Garibaldi: realtà e mito nel contesto internazionale tra politica, arte e letteratura”*, (Napoli-Caserta, 24-27 ottobre 2007).

⁴⁶⁸ ANTT. *Junta do Comércio*. «Requerimento de naturalizações e de assinatura de termo de vassalagem (1807-1833)», mç.239 [cx.449].

minuciosa vigilância policial após o derrubamento do regime liberal, de que trataremos mais adiante – surge numa lista de «indivíduos perigosos à sociedade, e chefes de roubos industriais que se pratic[am] nesta capital» que a Intendência Geral da Polícia redige após ter recolhido várias denúncias.⁴⁶⁹

Finalmente, fazemos só uma breve referência a uma das figuras mais longevas entre aquelas presentes na praça comercial de Lisboa: a de Giuseppe Antonio Sivori, agente de comércio, 31 anos em 1823, que ainda exercia em 1855, tendo no entanto mudado de sítio (da travessa do Secretário de Guerra para a rua de São Paulo n.º 100).

Em conclusão desta secção, evidenciamos de que modo as listas de comerciantes italianos (presentes nas várias edições do Almanach) demonstram ser um instrumento útil para um levantamento taxonómico da presença italiana na capital e, por conseguinte, para a análise do impacto do comércio transalpino na primeira metade do século XIX. Nesta amostragem, tomámos como exemplos anos em que as listas relativas aos negociantes italianos sofrem alterações nos números e nos nomes. Por exemplo, já a lista do ano de 1837 apresenta mudanças significativas, sobretudo quanto ao número de efectivos (cerca de dez unidades a menos); número que se reduz ainda mais em 1841 (menos dez unidades), em 1848 (menos oito unidades), até chegar às apenas nove firmas presentes na cidade no ano de 1855 (não são consideradas as presentes entre os nacionais matriculados e não matriculados).

Como se explica esta tendência decrescente? As respostas são múltiplas, e passam por várias questões que dizem respeito ao ciclo natural da vida (morte dos mais velhos), às novas fronteiras da emigração (naqueles anos começam as primeiras emigrações para a América Latina, propriamente a partir de Lisboa) mas também às próprias vicissitudes políticas da nação italiana. Não restam dúvidas de que o dado que apresentamos é paradigmático da parábola da presença italiana em Portugal e em Lisboa na primeira metade de Oitocentos, também porque em consonância com as etapas cronológicas que acompanham a longa formação do estado unitário. Neste sentido, economia e política estão estreitamente interligadas. De facto – e como acabámos de demonstrar – o grosso da presença italiana em Lisboa coincide com a fase mais importante das lutas políticas do *Risorgimento* no estrangeiro, e do próprio fenómeno do exílio político. Na terceira década do século existe uma Lisboa “italiana” que é contexto da presença política que provém da península, e que é cena do desenvolvimento de um enredo patriótico fora do espaço

⁴⁶⁹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv. 223, p. 100.

geopolítico itálico (dinâmica, esta, que caracteriza sobretudo a primeira parte do *Risorgimento*, até aos anos Quarenta). Não é um acaso que o impacto desta comunidade na capital portuguesa perca importância e intensidade com o aproximar do ano fatídico de 1861; ou seja, com o redimensionamento da diáspora política no estrangeiro e com a consolidação do papel político daqueles sujeitos estatais (sobretudo o Piemonte) que lideram o processo de unificação nacional.

1.4 Um caso de proteccionismo vintista: a questão dos “vermicellai” em 1821

Um caso particularmente interessante, relativo ao desenvolvimento de actividades económicas em Lisboa por emigrados italianos, revela-se no curso da revolução vintista, e das transformações que traz consigo. A mudança política gerada pelos acontecimentos de 1820 define um pano de fundo particular ao desenvolvimento da iniciativa política dos exilados italianos. A Lisboa daqueles anos é uma cidade em efervescência, em que os vários grupos políticos e económicos tentam estimular uma inédita prática dialéctica com as Cortes, novo centro representativo dos interesses da nação (embora ainda concebida segundo critérios elitistas, e por isso, limitativos). Não constitui excepção a comunidade italiana residente, animada por um certo activismo nos seus sectores mais produtivos. Os interesses deste segmento socioeconómico são directamente afectados por novos assuntos, fruto da mudança de regime político.

A crise comercial e industrial (legado de vários acontecimentos, entre os quais ocupam lugar de relevo os acordos com as potências estrangeiras, principalmente a Grã-Bretanha), exacerbada pela inversão do pacto colonial e pelo tratado de comércio e navegação de 1810, tinha sido uma das razões basilares do caminho para a revolução vintista. Tal processo abrange, nas suas finalidades, a necessidade de recuperar o controlo da economia no território sul-americano, restabelecendo o paradigma colonial. Trata-se obviamente de um assunto fundamental para o debate político, a que o novo poder constituído presta grande atenção. No desenvolvimento deste debate emerge o papel dos homens de negócio (na acepção mais ampla do termo), que se perfilam como agentes da iniciativa política, organizados de forma corporativa.⁴⁷⁰ Apesar disso, porém, a composição no Soberano Congresso (sediado no palácio das Necessidades, em Alcântara) apresenta uma fraca representação do sector do comércio, estando presentes apenas três deputados entre os noventa e sete eleitos. Estes, através de uma ligação directa com as

⁴⁷⁰ PEDREIRA, Jorge, *op. cit.*, pp. 50-51.

comissões e associações de sector (principalmente, os comerciantes do Porto e de Lisboa), conseguem promover suas reivindicações, tornando-se temas políticos centrais, entre várias coisas, quer a questão do comércio com o Brasil, quer a questão do novo ordenamento do corpo comercial.

Entre os emigrados italianos (ou, para melhor dizer, os exilados) que se interessam pela questão da independência brasileira, a importante vertente comercial subordinada a este assunto é sublinhada somente pelo economista lombardo Giuseppe Pecchio (figura que voltaremos a analisar mais à frente), que acompanha os trabalhos da assembleia durante algumas sessões. Na sua crítica à atitude lusitana face à questão colonial, considera de forma determinante a questão comercial que se esconde atrás dela: «As únicas vantagens que Portugal pode esperar de uma união fundada na igualdade de direitos, são as comerciais e, tais vantagens, podem obter-se por um tratado de aliança e comércio».⁴⁷¹ No entanto, apesar da crónica deste atento observador, e talvez devido à marginalidade numérica do mundo do comércio na assembleia nacional, o papel dos comerciantes não parece ser captado pelos exilados italianos (por exemplo, nenhuma referência se encontra nas memórias de Pepe). Estes abordam a temática exclusivamente sob o ponto de vista político, escondendo a relevância da questão comercial. Mas a par do interesse político pela antiga colónia, havia outro de cariz proteccionista que abrangia os negócios dos comerciantes nacionais e, particularmente, os da praça lisboeta. A este respeito, é plausível que se manifestasse também o dos italianos, e o de todos aqueles sujeitos que trabalhavam comercialmente com o Brasil (pensamos no grupo Oneto e Richini, de que falámos anteriormente).

No amplo contexto da situação comercial portuguesa durante o triénio liberal, há uma questão específica que envolve Portugal e a Península Itálica, nomeadamente a comunidade italiana residente no país ibérico. Trata-se de um problema comercial que diz respeito a um dos produtos mais marcantes da cultura agro-alimentar italiana: a massa, também conhecida como *pasta*. Antes de entrarmos na análise deste caso específico, queremos definir um quadro introdutório do papel deste produto na cultura portuguesa, através de breves considerações que constituem uma premissa ao assunto.

Este produto de derivação árabe, que originalmente era consumido só pelas camadas mais altas da sociedade, teve a sua “democratização” de consumo em Itália a partir do

⁴⁷¹ PECCHIO, José, *Cartas de Lisboa 1822*, introdução e notas de Manuela Lobo da Costa Simões, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 79.

século XVII.⁴⁷² As estreitas relações entre o reino de Portugal e algumas realidades peninsulares italianas – especialmente a república de Génova – onde era consistente a fabricação do produto, tinham favorecido a partir de Setecentos a importação de massas para o país, embora existissem, na Península Ibérica, localidades em que se encontrava uma produção desenvolvida de produtos semelhantes.⁴⁷³ Aliás, temos provas da existência de fabrico e venda “por grosso” de aletria na própria capital portuguesa já desde a segunda metade do século XVIII, como atesta uma resolução da Câmara de Lisboa enviada ao rei D. José I em 1765, relativa à reforma das taxas de licença para venda de produtos necessários (com essa medida, a produção e venda de aletria ia sofrer um agravo de 400 Rs, necessário para recuperar a perda de receita pela Câmara, consequência da abolição das taxas sobre os víveres, devido a um período de particular dificuldade para os vendedores de alimentos).⁴⁷⁴

O fortalecimento das relações comerciais com os Estados italianos, procurado pela coroa portuguesa na fase subsequente à Restauração para ladear o elevado controlo britânico sobre as dinâmicas económicas (e que Bron singularizou no plano mais geral de preservação do espaço transnacional luso-italiano que se tinha vindo a definir já em finais de Setecentos),⁴⁷⁵ define um restabelecimento de relações comerciais especialmente lucrativas a partir de 1815, em particular entre Lisboa e Génova. De facto, Portugal permanece durante toda a primeira metade do século XIX o segundo principal destino (depois da Espanha) das exportações comerciais marítimas genovesas.⁴⁷⁶

Contudo, o incremento do consumo de massas alimentícias é um fenómeno substancialmente tardio na cultura gastronómica portuguesa. São esporádicas as referências às massas (ou *pasta*) nos livros de receitas e tratados de culinária anteriores ao século XIX. Por exemplo, naquela que é considerada a obra que marca a passagem «de ministério à arte» da culinária portuguesa,⁴⁷⁷ a *Arte de Cozinha* (1680) da autoria de Domingos Rodrigues (cozinheiro da casa Real), não aparecem receitas que visem utilizar

⁴⁷² Cf. FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo (dir. de), *História da alimentação*, vol. II – *Da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar, 2001, p. 51.

⁴⁷³ A produção e o consumo de macarrão (com acréscimo de molho de tomate) têm lugar já na Catalunha em inícios do século XVIII (veja-se AGUILERA, César, *História da alimentação mediterrânica*, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 231-232).

⁴⁷⁴ Arquivo Municipal de Lisboa. *Livro XV de consultas e decretos del-rei D. José I*, fl. 116; *apud* OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1ª parte, t. XVII, p. 56.

⁴⁷⁵ Cf. BRON, Grégoire, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie. Les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*, III tomes, Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2013, tome I, pp. 46-47.

⁴⁷⁶ *Ivi*, pp. 47, 57.

⁴⁷⁷ Cf. AMORIM, Roby, *De mão à boca. Para uma história da alimentação em Portugal*, Lisboa, ed. Salamanca, 1987, p. 176.

macarrão ou massas várias. Fala-se em sopas à italiana, mas não em massas ou macarrão. Este termo só comparece na resposta polémica à obra de Rodrigues, intitulada *Cozinheiro moderno, ou nova arte da cozinha*, publicada (em português) pelo francês Lucas Rigaud, também ele chefe de cozinha real, mas numa época mais tardia (o reinado de D. Maria I). Neste texto, dado à estampa em 1780 (mas com diferentes reedições oitocentistas), o autor apresenta o fruto da experiência de «trinta anos nas principais Cortes da Europa: como na de Paris, Londres, Turim, Nápoles e Madrid». Neste tratado do fim de Setecentos a presença da cozinha e dos produtos italianos (inclusive os macarrões) é então mais evidente: encontram-se receitas como o “timbale de macarrão à italiana”,⁴⁷⁸ ou o “creme de aletria”, além de sopas com nomes emblemáticos como a “de crostas à Piemontesa” ou a “de repolhos à italiana”. A definição “à italiana” sugere, muitas vezes, o recurso a outro produto nobre da importação da península, o queijo parmesão (presente em muitíssimas receitas, o que testemunha a sua importação em Portugal na altura em que o ensaio foi escrito). A publicação de um livro deste teor e conteúdo no Portugal daquela época, embora estivesse destinado a um público de elites e de gostos refinados, demonstra que havia ingredientes que se encontravam no mercado nacional, e que podiam ser quer de produção nacional/estrangeira (as massas), quer totalmente estrangeira (o parmesão). Como vimos no capítulo II, em 1819, importavam-se em Lisboa uma boa quantidade de queijo parmesão (para um valor total de 1890,555 reis) e 1693 arrobas de massas (este para um valor de 2.708,800 reis).⁴⁷⁹ Aliás, o livro é, de alguma maneira, a prova do incipiente consumo de massas em Portugal; massas que, em grande medida, são importadas da Península Itálica, enquanto os pedidos do mercado interno fomentam o surgimento de uma produção nacional. Esta produção alimentícia torna-se até argumento de animada discussão nas Cortes Constituintes.

⁴⁷⁸ A receita deste prato é ainda bastante comum na cozinha tradicional mediterrânica, o que permite relevar duas questões de alguma importância “cultural”: em primeiro lugar, nela se faz referência a outro grande produto da exportação italiana, isto é, o queijo parmesão; em segundo lugar, o texto da receita demonstra a proximidade tradicional com as técnicas culinárias de hoje. Reproduzimos aqui uma versão do século XIX: «fervido pouco e pouco o macarrão em água, e sal por espaço de sete, ou oito minutos, ponha-se a escorrer em hum peneiro, e depois de escorrido, deite-se em duas, ou três canadas de leite de vaca quente, cubra-se, e ponha-se sobre rescaldo até inchar, e estar cozido; escorra-se-lhe o leite, tempere-se com canela pisada, manteiga fresca, e queijo parmesão ralado; depois untem uma caçarola de manteiga fresca, e de roda, e umas tiras de massa, ponham uma folha também de massa estendida sobre as mesmas tiras, deitem dentro o macarrão, cubra-se com outro bocado de massa estendido, e soldado com ovos, meta-se uma hora a cozer no forno, e voltado o timbale sobre o seu prato, sirva-se quente. Também para dias de carne se fazem timbales, e empadas de macarrão com fatias de presunto muito delgadas, queijo ralado, e substância de vaca estufada» (RIGAUD, Lucas, *Cozinheiro moderno, ou nova arte da cozinha*, 5ª ed. corrigida e emendada, Typ. Lacerdina, Lisboa, 1826, p. 193).

⁴⁷⁹ Veja-se capítulo II, p. 90.

Nas primeiras décadas do século XIX a indústria italiana de *pasta* alcançava já alguma dimensão e exportava grande parte da sua produção. Numa obra dedicada à região da Ligúria (1834) o autor piemontês Davide Bertolotti, famoso também pelo seu interesse pela história de Portugal, assim escrevia:

«chi non conosce i vermicelli di Genova, tenuti per migliori d'Italia, e rinomati dovunque? Dugento cinquanta fabbriche ne ha la provincia di Genova che ne manda per mare a Costantinopoli, a Cipro, in Egitto, in Francia, in Inghilterra, in Ispagna e nelle due Americhe, non che per terra nella Lombardia, nella Toscana, nella Svizzera, nella Germania».⁴⁸⁰

Quando Bertolotti fala em “Ispagna”, entende com certeza a Península Ibérica no seu conjunto, segundo a denominação ainda vigorante naquela altura (*Ispagna/Ispagne*). Além disso, esta premissa serviu-nos para perceber a relação que existia entre o mundo português e o produto príncipe e mais identificativo no estrangeiro da cultura agroalimentar italiana, nos alvares do liberalismo lusitano. À luz disso, podemos salientar o que se passa em 1821 em torno da introdução no país de massas estrangeiras (e, por estrangeiras, deve entender-se italianas). Na primavera daquele ano, os fabricantes locais de “aletria, macarrão e outras massas” pedem que seja completamente proibida a importação de massas vindas de Itália, massas que, naquela altura, invadem o mercado português de tal maneira que põem em dificuldade a sua produção – o que, evidentemente, restitui um produto pouco competitivo e também de baixa qualidade.

A 5 de Junho a Regência do Reino remete às Cortes as disposições da Junta de Comércio, que se reunira para discutir o requerimento de parte de tais fabricantes,⁴⁸¹ tendo em conta o decreto de 18 de Março de 1820, que regulamentava a importação de cereais do estrangeiro. A questão está estreitamente ligada à situação de crise económica que conduz o país naquela contingência; a queda de valores do comércio colonial e o atraso da estrutura económica levam a medidas que encontram alguma oposição;⁴⁸²

⁴⁸⁰ BERTOLOTTI, Davide, *Viaggio nella Liguria marittima*, 3 vols., vol. III, Torino, dai Tipografi Eredi Botta, 1834, p. 285. Sobre os estudos históricos deste autor, e nomeadamente sobre o seu interesse por Portugal, veja-se a voz «Davide Bertolotti», por Carmine Cassino, em *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo (1779-1974)*, coord. de Sérgio Campos Matos, <www.dichp.bnportugal.pt>.

⁴⁸¹ *Diário das Cortes Constituintes da Nação Portuguesa*, n. 100 (8/06/1821), p. 1172.

⁴⁸² Cf. PINHEIRO, Magda, *Os portugueses e as finanças no dealbar do liberalismo*, em Miriam Halpern Pereira (dir. de), *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, direcção de Miriam Halpern Pereira, 5 vols., vol. III, Lisboa, ISCTE-Ed. João Sá da Costa, 1992, pp. 8-13.

favorecendo, por outro lado, o surgimento de «práticas de resistência passiva ao consumo de produtos estrangeiros».⁴⁸³

Verifica-se em Portugal, naqueles anos, uma grande problemática ligada à gestão da concorrência, que Miriam Halpern Pereira analisou pormenorizadamente na sua obra sobre os fabricantes e negociantes na fase de passagem do antigo regime ao liberalismo. O problema que se apresenta perante as corporações de artesãos e vários fabricantes, cujas reclamações invadem a comissão das Artes e Manufacturas, consiste na elevada presença de produtos fabricados no estrangeiro e importados no mercado nacional, onde mantêm um preço muito concorrencial em relação aos produtos portugueses.⁴⁸⁴ Além dos produtores de seda, mostram-se particularmente aflitos face às importações os carpinteiros de móveis e samblagem (aliás, havia um contrabando de móveis propriamente da Península Itálica), assim como os latoeiros, ou os cordoeiros e, como foi dito, os industriais de massas alimentícias.⁴⁸⁵ Sendo assim, as Cortes não tardam em fomentar a discussão em torno do pedido desta categoria de fabricantes, tentando produzir medidas legislativas para este caso particular. Atitude, esta, que se enquadra plenamente na tensão normalizadora da assembleia, que tenta legislar sobre tudo o que carece de regulamentação, «procurando responder ao conjunto de solicitações emanadas de uma sociedade civil efervescente e ávida de soluções para os seus problemas individuais e colectivos».⁴⁸⁶

Como se disse, o decreto que limita (e, no caso das farinhas, proíbe de forma absoluta) a importação de cereais estrangeiros remonta a 18 de Março de 1820,⁴⁸⁷ ou seja, antes da revolução, e tinha sido decidido para favorecer os agricultores portugueses em relação ao baixo preço do grão estrangeiro, que estabelecia condições de difícil concorrência para os produtores nacionais.⁴⁸⁸ Para o desenvolvimento da nossa análise, recuperamos aqui alguma informação desenvolvida no capítulo anterior, onde evidenciámos que, entre 1814

⁴⁸³ «[...] ideia que viria a ser vivamente advogada na década de trinta nos meios setembristas e apoiada pelos industriais, foi veiculado dez anos mais cedo nos círculos comerciais» (PEREIRA, Miriam Halpern, *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, em *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, direcção de Miriam Halpern Pereira, 5 vols., vol. II, Lisboa, ISCTE-Ed. João Sá da Costa, 1992, pp. 60-61).

⁴⁸⁴ Cf. *Ivi*, pp. 364-368, 432-434.

⁴⁸⁵ *Ivi*, p. 370.

⁴⁸⁶ CARDOSO, José Luís, «A legislação económica do vintismo: economia política e política económica nas Cortes Constituintes», *Análise Social*, vol. XXVI (3º-4º), n. 112-113 (1991), Lisboa, ICS, p. 472.

⁴⁸⁷ Na verdade, permitia-se a importação de cereais estrangeiros quando cada espécie alcançava uma diminuição de preço que permitisse a sua concorrência no mercado nacional. Proibia-se de forma absoluta a importação de farinhas estrangeiras.

⁴⁸⁸ Para os efeitos desta medida proteccionista sobre a importação de cereais, veja-se RUIZ, Joaquín de Moral, «A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época [1818-1834]», *Análise Social*, vol. XVI (4º), n.º64 (1980), Lisboa, ICS, p. 793.

a 1819, a importação de grão alcança os 600.000 moios, registando em 1818 o seu valor mais alto em termos de custo (cerca de 7,5 milhões de réis); em 1819, a importação de cereais constitui um terço da importação total de produtos para alimentação.⁴⁸⁹ Da Península Itálica importam-se trigo, cevada, milho e centeio, e farinhas para a produção de aletria. Os produtos dão entrada no porto de Lisboa provenientes dos principais portos dos estados peninsulares (Génova, Veneza, Nápoles, Ancona), assim como de muitos portos sicilianos, embora menores, como Agrigento, Licata e outros:⁴⁹⁰ isto porque da Sicília se importava a maior parte do trigo italiano, o que explica também a grande presença de vice-cônsules portugueses naquela ilha.⁴⁹¹ Enfim, os Estados italianos (no seu conjunto) nesta época representam os terceiros exportadores de cereais para Portugal, depois do império austríaco e turco.

Colocadas diante da problemática situação do mercado interno e do aprovisionamento de géneros alimentares, as Cortes Constituintes voltam a tratar do assunto no mês de Abril de 1821. A assembleia agrava as medidas proteccionistas sobre este segmento da economia, com um longo decreto que acompanha as resoluções da comissão do comércio, para fazer frente aos «repetidos e justificados clamores dos proprietários e lavradores que oprimidos pela extraordinária afluência de géneros cereais que de países estrangeiros vêm ao mercado interno por preços muito baixos».⁴⁹² No fundo, a direcção tomada responde às pressões e exigências dos proprietários fundiários, bem representados na assembleia, e que desta maneira se tentam proteger da diminuição de preços que tinha acompanhado o mercado cerealífero dos últimos anos.⁴⁹³ À acção destes acresce a urgência manifestada pela burguesia comercial, a fim de que fossem tomadas medidas consideradas favoráveis à expansão dos seus interesses económicos.⁴⁹⁴

⁴⁸⁹ SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e economia da revolução de 1820*, 2ª ed., Mem Martins, Ed. Europa-América, 1975, p. 108, nota 12.

⁴⁹⁰ Para uma leitura pormenorizada dos géneros, preços, quantidades e portos de importação, vejam-se as tabelas organizadas por Jaime Alberto do Couto Ferreira no seu meritório trabalho *Origem do proteccionismo da cerealicultura em Portugal (de 1814 a 1820 – Hesitações e afirmação)*, sep. do *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXXVIII (1995), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pp. 241-264.

⁴⁹¹ Com base nos almanaques do Reino das Duas Sicílias daqueles anos, na ilha siciliana contam-se vice-cônsules portugueses nas cidades de Palermo, Agrigento, Marsala, Mascali (Catânia), Messina, Noto. Em Palermo havia também um cônsul (veja-se anexo I).

⁴⁹² Trata-se do decreto de 18 de Abril de 1821, assim como transcrito em *Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1822, pp. 46-48.

⁴⁹³ FERREIRA, Jaime Alberto de Couto, «Proteccionismo e contrabando cerealífero, 1821-22», *Análise Social*, XXVI (3º-4º), n. 112-113 (1991), Lisboa, ICS, p. 507.

⁴⁹⁴ SANTOS, Fernando Piteira, *op. cit.*, p. 117.

Os clamores a que se faz referência no texto do decreto inserem-se na prolongada e numerosa série de queixas e petições apresentadas por grupos comerciais ou simples particulares, que nesta altura pedem ajuda e maior protecção e comercialização dos produtos nacionais.⁴⁹⁵ Porém, embora esta “efervescência” (segundo a definição de José Luís Cardoso)⁴⁹⁶ dos grupos socioeconómicos gere uma consistente pressão política sobre as Cortes, empurrando-as rumo a uma direcção de protecção radical da economia nacional, nem todos os pensadores liberais da época estão a favor das medidas protecionistas que se definem. Por exemplo, um intelectual independente como Hipólito da Costa exprime, embora longe de Portugal, palavras de resoluta crítica para com esta decisão:

«para todo o remédio da decadência da agricultura, não lembrou àquele governo senão carregar de imposições ou proibir de todo a entrada do grão estrangeiro, não se lembrando que o favor e fomento à agricultura não é para segurar o monopólio dos agricultores, mas para que todo o povo tenha o pão em abundância e barateza; ora, a mera medida de proibir o grão estrangeiro, sem acompanhar isto com outras medidas correspondentes, era favorecer o monopólio do agricultor, e causar a carestia do mais necessário alimento do povo».⁴⁹⁷

Os animados debates parlamentares que acompanham esta questão patenteiam o choque entre culturas económicas: nomeadamente, entre um grupo mais ligado à tradição mercantilista e outro mais em prol da liberalização do mercado e da consequente livre circulação de mercadorias num mercado nacional que se tinha de libertar das numerosas alfândegas e separações internas. A vivacidade da discussão projecta no campo da política o contraste que, no dealbar do liberalismo, opõe o mundo da indústria fabril ao do comércio, este último de profunda orientação protecionista. Uma atitude que, Miriam H. Pereira, no estudo que temos vindo a evocar ao longo da nossa análise, torna paradigmática para afirmar que a passagem do mercantilismo a uma concepção liberal da economia «não resultou de aspiração cristalina da burguesia urbana em Portugal».⁴⁹⁸

Entre as petições e queixas dos fabricantes e comerciantes urbanos (predominantemente da cidade de Lisboa), surgem também as dos produtores e vendedores de massas: trata-se daqueles mesmos sujeitos que, como frisa Jaime Ferreira, até àquele momento não tinham

⁴⁹⁵ Cf. PINHEIRO, Magda, *op. cit.*, pp. 14-45.

⁴⁹⁶ CARDOSO, José Luís, *op. cit.*, p. 475.

⁴⁹⁷ PAULA, Sérgio Goes de (org. e intr.), *Hipólito José da Costa*, São Paulo, Editora34, 2001, p. 86.

⁴⁹⁸ PEREIRA, Miriam Halpern, *op. cit.*, p. 67. Segundo esta autora (que se refere aos estudos dos finais dos anos '80 de Jean-Pierre Hirsch), o processo nem sequer teve lugar na França revolucionária, como testemunha a intervenção reguladora do Estado na fase de passagem ao poder napoleónico. Sobre a questão da conflitualidade em Portugal vejam-se, sempre na mesma contribuição, as páginas 52 a 65.

tido problemas em comprar grãos estrangeiros, até de contrabando, para pagar menos.⁴⁹⁹ Entre eles, encontra-se o grupo dos emigrados da Península Itálica, como se torna evidente nas queixas dos representantes diplomáticos, em particular do napolitano, que se seguem à aprovação de um ulterior decreto, em 7 de Agosto de 1821, dizendo respeito à importação de massas e macarrão do estrangeiro (isto é, da Península Itálica).

Não temos dados certos sobre o número de aletrieiros (produtores e vendedores) presentes em Portugal no alvorecer liberal; contudo, podemos fazer uma estimativa daqueles operantes na praça de Lisboa, a partir da documentação que já analisámos na secção relativa à geografia dos italianos na capital, na primeira metade dos anos Vinte.⁵⁰⁰ Trata-se de uma amostragem absolutamente parcial, uma vez que – como evidenciámos anteriormente – estamos perante registos incompletos: ulterior demonstração disso é o facto de que, nas listas relativas ao biénio 1820-21, não se encontrem aletrieiros, embora eles possam recair nas genéricas categorias de “fabricante”, “comerciante”, “negociante”.⁵⁰¹ Já nos registos dos anos seguintes a situação delinea-se de forma diferente: entre a comunidade italiana em Lisboa encontramos vários aletrieiros emigrados da Península Itálica. Nomeadamente, entre 1823 e 1826, figuram oficialmente na capital 5 fabricantes de massas ou aletria, todos de origem genovesa: trata-se dos dois irmãos Canali (rua da Atalaya 138, freguesia da Encarnação), Paolo Francesco Navarro (rua do Tesouro Velho 5, nos Mártires), Angelo Maria Ghighione (rua de Caetano Palha 5, em Santa Catarina) e de Antonio Valle (travessa da Palha 5, em São Nicolau); enquanto o total de “fabricantes”, “negociantes” e “comerciantes” genéricos entre os italianos ronda as 75 unidades.⁵⁰² Não comparecem, oficialmente, fabricantes de massas, macarrão ou aletria entre os italianos súbditos dos outros estados peninsulares: outro dado de incerteza, visto que um dos primeiros a protestar contra a medida proteccionista discutida nas Cortes é o próprio vice-cônsul napolitano Giuseppe Calleja. Com efeito, é ele que assinala ao governo napolitano o comportamento contraditório e desagradecido de súbditos napolitanos “aletrieiros” de profissão, os quais apoiam o pedido de proibição de importação de massas estrangeiras, solicitado pela Junta de Comércio à Comissão de Agricultura; em meados de Julho (por coincidência, nos mesmos dias em que Guglielmo

⁴⁹⁹ FERREIRA, Jaime Alberto de Couto, *op. cit.*, p. 505.

⁵⁰⁰ Veja-se anexo IX.

⁵⁰¹ Veja-se anexo VIII.

⁵⁰² *Ibidem.*

Pepe chega pela sua primeira vez a Lisboa), as Cortes começam a debater o assunto, a fim de encontrar uma solução legislativa.⁵⁰³

A cavilação em torno da qual no dia 17 de Julho começa a discussão nas Cortes, com base no já referido parecer da Junta do Comércio e no consecutivo trabalho da comissão de Agricultura, foca-se na contradição que teria havido – segundo os requerentes – em admitir as massas enquanto se bloqueava a entrada das farinhas: «as razões para proibir as farinhas são as mesmas para proibir as massas»,⁵⁰⁴ afirma o deputado António Girão, enquanto outros deputados manifestam opor-se a esta posição.⁵⁰⁵ Por outro lado, as Cortes estavam já a desenvolver um discurso proteccionista muito mais amplo, que dizia respeito a grande parte de produtos e matérias, desde que pudessem encontrar uma pequena produção interna, que se queria fomentar.⁵⁰⁶ O maior interesse estava reservado à produção agrícola, em que o sentimento proteccionista até chegou a proibir a importação de porcos estrangeiros.⁵⁰⁷

⁵⁰³ Assim anuncia, a 18 de Julho de 1821, o *Diario do Governo* (n. 168, p. 89): «O Sr. Bitancourt por parte da Commissão de Agricultura [...] leo igualmente o parecer da mesma comissão sobre a Consulta da Junta do Comércio, e ofício do antigo Ministro dos Negócios do Reino, relativos à importação de massas da Italia. A comissão, tendo observado a informação dada pelos negociantes que a junta mandara ouvir, e expondo que parte da Junta era de parecer que as Massas fossem proibidas, e a outra parte que se lhe aumentassem os direitos; era de parecer que as cortes declarem este genero compreendido no art.13 do Decreto dos Cereais, principiando a ter effeito esta declaração mês e meio depois da sua publicação».

⁵⁰⁴ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, p. 1572.

⁵⁰⁵ António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão (1785-1863) era um empresário agrícola, deputado pela província de Trás-os-Montes. «Na sessão de 4 de Abril (de 1821, *nda*), discutindo-se o projecto de decreto sobre cereaes, fallou a favor do projecto [...] Na de dia 11 apoyou o decreto dos cereaes [...] Na de 14 apoyou o plano dos preços de cereaes apresentados pelo deputado Travassos: e oppoz-se a proibição absoluta dos cereaes» ([GORJÃO, João Damásio Roussado], *Galeria dos deputados das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Epocha I, Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1822, p. 47; para o perfil biográfico, cf. VAZ, Francisco, «Antonio Lobo de Barbosa Teixeira Girão», em Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A Cidade e os Políticos*, Livros Horizonte, 1996, pp. 168-170.). O deputado do Minho, José António Guerreiro (1789-1834), argumenta a sua opposição desta maneira: «Eu sou de opinião contraria ao parecer da Commissão (de agricultura, *nda*). Primeiramente não posso conceber de que maneira, se possa julgar estas massas compreendidas no decreto, que proibe a introdução dos grãos, farinha, e pão; por mais que se queira dizer, nunca se podem compreender as massas, mas as massas são de farinha que, já tomem nova forma, assim como o pano, he feito de lã, a proibição das lãs não compreende a proibição dos panos; assim também a da farinha não deve compreender as massas [...] de mais não temos a industria tão adiantada que possa supor a exclusão das massas estrangeiras. Toda a Nação que quiser negociar com as outras, é necessário que recebam delas alguns géneros? E parece que é melhor receber os que vem a fazer menos prejuízo á nossa indústria, e que neste caso estão as massas». (*Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.129 [17/07/1821], p. 1572; para o perfil biográfico deste deputado, cf. LAGARTIXA, Custódio, «José António Guerreiro», em Zília Osório de Castro, *op. cit.*, pp. 174-175).

⁵⁰⁶ A posição de Inocêncio António de Miranda, abade de Medrões (1761-1836), esclarece que o objectivo da facção proteccionista da assembleia era, no fundo, o de fomentar a indústria nacional de massas e macarrão: «não é pelo lado de agricultura mas pelo lado da industria que eu comtemplo este objecto. Muito pouco perde o tesouro, e a fazenda nacional dos direitos de entrada do macarrão. Se se olha para a indústria é necessário dar-lhe um grande impulso; grande número de farinhas podem viver, da indústria; por isso olhando a coisa debaixo deste ponto de vista, apoio que se profiba absolutamente» (*Ibidem*).

⁵⁰⁷ Veja-se o decreto n.º 137, de 24 de Maio de 1821.

O debate que se desenvolve nas Necessidades é interessante para desvendar as posições protecionistas perante aquele que se tornará, com a industrialização do sector agro-alimentar, o produto príncipe das exportações da Península Itálica. Mas é útil também para relevar de que modo o pedido de proibição das «massas estrangeiras» desvela, fundamentalmente, o interesse em travar a entrada dos produtos alimentícios italianos no mercado nacional. A este respeito, é esclarecedora a intervenção do deputado Soares Franco:

«não me oporei a que se ponham direitos a estas massas, mas não tem quase farinha nenhuma, não se opõem á agricultura, mas ás fabricas. Nós temos fábricas excelentes, ora admitir do Mediterrâneo estas massas é prejudicar as nossas fábricas. Temos muitos géneros que receber de Itália, não se perde, nem embaraça o nosso comércio, em consequência disto prejudicando a introdução das massas a nossa indústria, sou de voto que sejam proibidas, ou se lhe imponham direitos, que equivalem a proibição».⁵⁰⁸

A diferença de posições sobre a política alfandegária resulta evidente nas intervenções de duas personalidades de relevo como Manuel Borges Carneiro e Hermano José Braamcamp. O primeiro inscreve-se na senda daqueles que tentam contestar as exportações italianas em Portugal, para favorecer uma produção nacional. No seu discurso salienta a oposição à importação de massas italianas (enquanto faz uma singular referência à importação de pão), frisando que

«nós não temos precisão que os italianos cozinhem o nosso pão, não precisamos que ele venha de lá cozinhado; isto prejudica a agricultura, nós temos que dar que fazer aos nossos cidadãos. Os italianos não hão-de contemplar os nossos interesses, mandam para cá aquilo que não necessitam; olhemos nós também pelos nossos; por isso deve proibir-se redondamente a entrada das massas».⁵⁰⁹

Pelo contrário, o segundo representa uma posição mais pragmática e realista (embora a sua opinião se vire na direcção de um estrito proteccionismo já no final do ano),⁵¹⁰

⁵⁰⁸ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.129 (17/07/1821), p. 1572. Francisco Soares Franco (1771-1844), deputado pela província da Estremadura.

⁵⁰⁹ *Ibidem*.

⁵¹⁰ FERREIRA, Jaime, *op. cit.*, p. 506.

ecoando a de Hipólito da Costa: «este sistema absolutamente proibitivo de comércio é capaz de precipitar a nação numa absoluta carestia».⁵¹¹

Ainda em inícios de Agosto são duas as tendências que se confrontam na assembleia, produzidas por duas comissões – agricultura e comércio – que tinham reconhecido a necessidade de uma penalização da importação da “aletria, macarrão, talharim” italianos: enquanto a primeira deliberara a proibição total da introdução no país daqueles produtos, a segunda propusera um agravamento dos direitos alfandegários.⁵¹² A prevalência da posição da comissão de agricultura anima ulteriormente o debate, tanto que outros deputados se opõem à proibição total, como faz o deputado Castelo Branco:

«Eu não posso aprovar semelhante parecer. Aqui não se trata da farinha no seu estado ordinario, mas da farinha levada a um certo gráo de apuramento pela mão de obra. Os naturais do pais que já fabricam muito mal este género, como todos sabem, vendo que não tem concorrência com os de fora, o farão muito pior; e por consequência obrigaremos o cidadão a comer um género mau [...] porque até se pode dizer que é uma violência obrigar a Nação a comer um género muito mau».⁵¹³

Tal conduz a mais animados confrontos, prevalecendo no final a posição expressa pela Comissão de Comércio, cujo parecer é aceite pela assembleia. Consequentemente, é aprovada a imposição do triplo do direito corrente à importação das massas; uma medida

⁵¹¹ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.129 (17/07/1821), p. 1572.

⁵¹² Lê-se nas actas de dia 7 de Agosto: «A Comissão das artes examinou a consulta da Junta do Comércio de 29 do Maio sobre a introdução das massas estrangeiras vindas de Itália, conhecidas pelos nomes de aletria, macarrão, talharim etc. á vista dos pareceres das comissões de agricultura, e comércio sobre este mesmo objecto. A primeira foi de opinião que estas massas devem ser absolutamente proibidas; a segunda procurando evitar um movimento brusco na balança do nosso comércio com a Itália, julgou mais conveniente uma forte imposição de direitos de entrada [...] O principio exposto pela Comissão de comércio é adoptado pela maior parte dos economistas modernos: porem este principio não pode regular-nos, visto o que se acha disposto na citada lei, em cujo texto mesmo achamos um fortíssimo argumento contra a introdução dos géneros de que se a ata. Vê-se nesta lei, que o trigo estrangeiro é aqui admitido quando o alqueire de trigo nacional for a oitocentos reis, ou daí para cima, mas as farinhas, apesar de ser um género da primeira necessidade são absolutamente proibidas, e porque foram proibidas? Foram para não pagar-mos aos estrangeiros, a mão de obra, que podia ficar, como fica, em beneficio dos nossos moleiros, e dos proprietários de moinhos. Pois por esta mesma razão deve ser proibida a introdução das massas, que aliás são um objecto de luxo, para não pagar-mos aos estranhos o valor do trabalho da sua manufactura, que pode ficar no país em utilidade dos nossos, e servir de estímulo a este ramo de industria. Donde se ve que as massas não deviam ser admitidas, ainda mesmo quando o fossem as farinhas, e que sendo proibidas estas *a fortiori* o devem ser aquelas. Por tanto, e concluindo a Comissão das artes, adopta plenamente o parecer expellido pelos illustres, e sábios membros da Comissão de agricultura» (*Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.146 [07-08-1821], p. 1814).

⁵¹³ *Ibidem*, pp. 1814-15. João Maria Soares de Castelo Branco, deputado pela província da Estremadura: sobre esta figura, veja-se o estudo de Isabel Nobre Vargues, «Vintismo e radicalismo liberal. João Maria Soares de Castelo Branco», *Revista de História das Ideias*, vol. 3 (1981), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, pp. 117-215.

que, embora penalizando muito a exportação italiana dos produtos farináceos, evita a proibição absoluta de entrada no mercado nacional. Ao mesmo tempo, trata-se de uma medida que favorece os próprios italianos produtores, quer em Lisboa quer no país das famosas massas, nas suas múltiplas formas e qualidades: “vermicelli”, “maccheroni”, “tagliolini”; produtores que, nas palavras de Castelo Branco, com a proibição total da importação de massas, teriam sido empurrados à realização de um produto ainda pior do que aquele que já realizavam, segundo o que o deputado nos dá a entender. Contudo, a decisão da assembleia é um favorecimento indirecto aos fabricantes italianos; circunstância que não deixa indiferentes os representantes consulares, que reagem de imediato à nova disposição. Como dissemos antes, particularmente veemente é a resposta do vice-cônsul napolitano, Giuseppe Calleja, que a 25 de Agosto escreve ao governo napolitano, comunicando que

«pochi vermicellai italiani, immemori della loro patria natia, perché non s'ebbero mai una civile stabilità da tempo in questa capitale, hanno sottoscritto, sotto l'usurato nome di nazionali, una rappresentazione in virtù della quale instavano per la proibizione assoluta delle Paste d'Italia; e le Corti Costituenti di questo Regno, avendo preso in considerazione il consulto della Giunta di Commercio, hanno esaudita la loro istanza non colla proibizione assoluta, ma colla rejezione reale per mezzo del triplice Dazio di Reis 1800 per arroba, del quale le hanno aggravate, non avendo mai pagato per l'addietro più di Reis 600 per arroba. La risoluzione delle Corti è stata comunicata dal Segretario delle medesime al Reale Ministero per la pronta esecuzione il dì 7 Agosto corrente. A poco a poco non tarderà ad essere nullo il commercio attivo dell'Italia col Portogallo tant'è il poco conto che si fa di questa provincia in conseguenza delle sue poco importanti divisioni politiche!». ⁵¹⁴

A preocupação de Calleja por ver inactivo o comércio italiano em Portugal não terá uma correspondência real, devido quer ao esvaziamento de eficácia de muitas medidas aprovadas durante o triénio liberal e que foram revogadas após a queda do regime constitucional, quer à persistência da dependência do estrangeiro face aos produtos essenciais (embora uma certa atitude protecionista seja mantida, onde possível, também após a restauração do regime absolutista e no resto da década, pelo menos até às reformas liberais dos anos Trinta). Contudo, não são poucos os “vermicellai”, aletreiros e todos os

⁵¹⁴ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», busta 2693, fl.123 (em 25/08/1821).

produtores de massas italianos em Portugal, ao contrário do que afirma (possivelmente com a intenção de apresentar ao governo napolitano uma situação no fundo controlável). Esta categoria de fabricantes (e de comerciantes) conta com um número variado de elementos, evidentemente organizados em grupo, que se juntam a outros comerciantes portugueses na defesa da produção e comercialização do que é produzido em Portugal. Aliás, é o próprio vice-cônsul napolitano a confirmar que o pedido às Cortes veio directamente da parte deles. Isto é, os aletreiros italianos tomam parte activa no debate político no triénio liberal, intervindo em defesa dos seus interesses, formando grupos enquanto “italianos” em terra estrangeira, em convergência com os interesses do comércio nacional, cujos pedidos apoiam e integram.

1.5 Italianos de Lisboa no primeiro quartel de Oitocentos

– Artes e espectáculo

Procedemos agora à definição de um quadro mais completo da prosopografia dos italianos ou luso-italianos (categorias primárias) em Lisboa no princípio de Oitocentos (com particular referência ao ano de charneira de 1820). A este respeito, precisamos de distinguir três subcategorias prevalentes de pertença: aqueles que se dedicaram às artes (artistas e trabalhadores do teatro – cantores, cenógrafos, modistas, marceneiros – arquitectos, gravadores), os que se dedicaram às ciências (puras e humanas, incluindo os letrados), e os que trabalharam no comércio (sobre os quais já falámos nos subcapítulos 1.3 e 1.4). Em todas estas categorias se destacam personalidades cuja história pessoal está ligada à realidade portuguesa a vários níveis: há quem nasça em Portugal em famílias de origem italiana, há quem chegue a esta terra provindo de Itália. Entre estes, vários manifestam determinadas sensibilidades políticas, chegando até a tomar parte activa nos acontecimentos que caracterizam os primeiros trinta anos do século XIX; numerosos, entre estes, pertencem à grande vaga migratória de profissões ligadas às artes e às ciências (mundo técnico e intelectual) que toca Portugal na segunda parte do século XVIII. Esta dinâmica fora já evidenciada por Oliveira Martins (em termos gerais, sem uma referência específica a um grupo populacional), salientado de que modo a efervescência política que acomete o país e a sua capital na passagem entre os dois séculos é, substancialmente, manifestação de um determinado «espírito revolucionário, que entrava em Lisboa por via marítima, e no reino por intermédio de sábios e fabricantes

estrangeiros importados pelo marquês de Pombal». ⁵¹⁵ A nossa análise não será exaustiva, por evidentes razões de espaço e por objectiva falta de documentação ao nosso dispor, mas concentrar-se-á no exame de alguns casos particulares, que consideramos os mais representativos e exemplares.

As artes em Portugal constituíam, naquela altura, uma dimensão que no século XVIII fora alvo de um profundo processo de “italianização”, em todas as suas modalidades: «não só a música e a dança, mas também a literatura, a arquitetura, a pintura, a escultura, o teatro». ⁵¹⁶ Por esta razão, começamos com a apresentação de figuras de italianos ligadas a este âmbito, que caracterizam a presença italiana em Lisboa nesta altura.

A capital tinha sido, em 1802, ponto de chegada profissional e existencial de um importante cenógrafo, desenhador e gravador toscano, Francesco Bartolozzi. A sua vinda para Portugal tem lugar após uma longa experiência de trabalho em Itália e em Inglaterra, nomeadamente em Londres, onde abrira uma loja juntamente com o filho, e onde, como refere António Ventura, tinha sido iniciado à maçonaria, na Loja *The Nine Muses* (é, aliás, autor de uma bela alegoria que decora a edição de 1785 das Constituições de Anderson). ⁵¹⁷ Chega a Lisboa com uma idade já avançada (80 anos), para trabalhar na Imprensa Régia, que lhe entrega a organização de uma aula de gravura, actividade que instala junto da sua habitação, na rua de São Bernardo. Vive na capital até à sua morte, ocorrida em 1815, sendo sepultado na igreja da sua freguesia (Santa Isabel). ⁵¹⁸ Contudo, aproveita os treze anos que vive em Lisboa para deixar numerosas estampas, gravuras e uma preciosa chapa de cobre, representando S. Felix de Cantalice, na igreja do convento dos Barbadinhos italianos. ⁵¹⁹ Aliás, o seu trabalho para a Imprensa Régia distingue-se pela integração, nesta instituição, do valioso legado material (instrumentos) e imaterial (pessoal e *know-how*) da Casa Literária do Arco do Cego, formalmente extinta um ano

⁵¹⁵ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, 21ª ed. (1879), Lisboa, Guimarães Editores, 2004, p. 377.

⁵¹⁶ SASPORTES, José, *Trajectória da dança teatral em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p. 33. O autor utiliza esta definição para intitular vários capítulos das suas obras dedicadas à história da dança em Portugal, levantando a pregnância do tema e alargando a sua eficácia a vários sectores das actividades humanas que terão considerável desenvolvimento no século XVIII português.

⁵¹⁷ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2013, p.55

⁵¹⁸ SOARES, Ernesto, «Francisco Bartolozzi em Portugal», *Estudos Italianos em Portugal*, fasc. 7-8 (1943), Lisboa, Instituto de Cultura Italiana em Portugal, p. 112.

⁵¹⁹ Cf. NEVES, Eduardo Augusto da Silva, *O convento dos Barbadinhos Italianos*, Lisboa, [s.n.], 1952, p. 14.

antes da chegada de Bartolozzi a Lisboa.⁵²⁰ A convergência das respectivas experiências permite a construção de um centro editorial de grande importância, «que só em Lisboa poderia ter sede, ficando-lhe devida uma série de títulos traduzidos que faltavam à informação dos artistas nacionais».⁵²¹ Além disso, constitui um laboratório fundamental para a formação dos artistas portugueses, penalizados pela falta de uma academia nacional. O filantropismo de Bartolozzi não se revela, porém, somente em relação aos seus discípulos: na correspondência mantida com o seu amigo Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (embaixador de Portugal em Turim entre 1778 e 1796, que segundo Giuseppe Carlo Rossi deve ter desempenhado algum papel na vinda do artista toscano para Portugal), revela o seu empenho em cuidar e sustentar economicamente pessoas carenciadas: acolhe e ajuda uma rapariga (Joana Margarida de Castro), que depois entrega mesmo aos cuidados de Sousa Coutinho; ajuda também outro jovem artista, um tal Tommasi, pedindo ao embaixador o favor de cuidar dele (e das suas três filhas) após a sua morte.⁵²² Com estas atitudes, Bartolozzi demonstrava um certo assentimento para com o princípio de filantropismo maçónico que tinha abraçado com a sua adesão às lojas britânicas. Em 1803 chega a Londres um dos seus discípulos, o veneziano Domenico Pellegrini, também maçom, que não fica a trabalhar com o seu mestre, encontrando até 1812 (ano do seu regresso para Inglaterra após problemas de carácter político em que é envolvido, a que voltaremos mais à frente) um espaço profissional próprio como retratista régio, assim como da aristocracia urbana e da nova nobreza mercantil.⁵²³ Abrimos aqui um breve parêntesis sobre a relação entre estrangeiros e maçonaria em Portugal para frisar o que já afirmava António de Oliveira Marques, ou seja, que

«na Maçonaria existente em Portugal concorreu um número significativo de estrangeiros. Naturais das ilhas britânicas a maioria, mas igualmente franceses, italianos e outros, os maçons estrangeiros desempenharam papel importante na estruturação e consolidação da organização portuguesa. Isso possibilitou uma diversificação interna das Lojas,

⁵²⁰ Para um aprofundamento da (breve) história e actividade daquela empresa editorial, veja-se CAMPOS, Fernanda Maria Guedes, CURTO, Diogo Ramada et. al., *A casa literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário*. Lisboa, Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

⁵²¹ FRANÇA, José Augusto, *Lisboa. História física e moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 483.

⁵²² Cf. ROSSI, Giuseppe Carlo, «Inediti di italiani a Cascais», sep. de *Convivium raccolta nuova*, n.º 5-6 (1950), Società Editrice Internazionale, Torino (etc.), pp. 812-824.

⁵²³ FRANÇA, José Augusto, *op. cit.*, pp. 482-483.

nomeadamente no aspecto religioso, já que muitos destes estrangeiros eram protestantes».⁵²⁴

Entre estes estrangeiros há alguns italianos, e pode colocar-se da hipótese de que em boa parte fossem comerciantes, uma vez que, em 1820, esta categoria representa cerca de 12,5% do total do chamado «povo maçónico», enquanto os artistas representam somente 0,9%.⁵²⁵

Como já referimos no capítulo anterior, o “mundo da cultura” – especificamente, o teatro da ópera italiana – é, directa ou indirectamente, veículo fundamental da presença italiana no país nesta longa fase. Ao lado de compositores, libretistas, cantores e bailarinos, há também os arquitectos, como o romano Vincenzo Mazzonneschi, chegado a Portugal em 1787 para trabalhar no Teatro da rua dos Condes. Colabora na pintura dos cenários para a ópera de estreia do Teatro de São Carlos, em 1793, antes de se deslocar para o Porto, onde dirige a construção do Teatro de São João. Após a Inauguração deste em 1798, volta para a Capital, onde continua a pintar cenografias para o Teatro de São Carlos até 1806. Morre em Lisboa um ano depois, completamente cego.⁵²⁶

Inicia a sua actividade na cidade do Porto Luigi Chiari, que na qualidade de decorador e estucador intervém de forma notável nos trabalhos de construção/reestruturação das principais residências senhoriais da *cidade invicta*, além de colaborar na decoração da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.⁵²⁷ Por sua vez, em Lisboa, começa a sua actividade de cenógrafo nos teatros de São Carlos e dos Condes; actividade que exercita juntamente com a de arquitecto, participando no projecto de construção da Basílica de Estrela (não é dele o mausoléu da rainha Maria I no interior da igreja, contrariamente ao que geralmente se pensa, ou como se afirmou em estudos dedicados à sua arte).⁵²⁸ Entre as outras coisas, elabora o projecto e dirige as obras do palácio de Caldas Aulete, na área de São Roque (meados dos anos '30), tendo publicado também um opúsculo sobre as

⁵²⁴ MARQUES, António H. De Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal, vol. I – Das origens ao triunfo*, Lisboa, Editorial Presença, p. 195.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 194-195.

⁵²⁶ *Ivi*, p. 50.

⁵²⁷ DIAS, João Pereira, «Cenógrafos italianos em Portugal», *Estudos Italianos em Portugal*, fasc. IV (1941), Lisboa, Instituto de Cultura Italiana em Portugal, (pp.44-55), p. 50.

⁵²⁸ Por exemplo, João Pereira Dias, no artigo que citámos na nota antecedente, afirma que «dirigiu as obras [...] do mausoléu da rainha D. Maria I, na Basílica da Estrela» (p. 51). Mais fidedigno parece o estudo apresentado por Margherita Azzi Visentini no lema «Chiari, Luigi» (*Dizionario Biografico degli Italiani*, v. 24, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1996, pp. 565-566). O mausoléu da rainha louca é de execução portuguesa, devendo atribuir-se ao artista de gosto neoclássico Faustino José Rodrigues, discípulo de Machado de Castro, como confirma também José Augusto França (*op. cit.*, p. 459).

obras executadas no Real Teatro de São Carlos (1817), de que se torna empresário de 1818 a 1820. Fixa-se definitivamente em Lisboa, apresentando em 1836 dois projectos architectónicos, um para o novo Palácio de Justiça, e outro para o Teatro Nacional (ambos sem êxito). Em Outubro de 1823, é encarregue pela paróquia do Loreto de pintar as decorações fúnebres por ocasião das solenes exéquias em memória do pontífice Pio VII (falecido no verão daquele ano), celebradas na igreja dos italianos.⁵²⁹ Morre por volta de 1840.⁵³⁰

Ainda a respeito dos architectos, fazemos menção ao bolonhês Francesco Saverio Fabri, chegado à capital do reino no final do século XVIII após intensa actividade no Algarve, aonde chega pela primeira vez em 1790, chamado pelo bispo de Faro, Francisco Gomes de Avelar.⁵³¹ Após ter trabalhado por algum tempo nesta região, intervindo na remodelação dos edifícios religiosos e civis com o seu profundo gosto neoclássico, em 1794 chega a Lisboa, onde consegue inserir-se na sociedade cidadina graças às boas referências do bispo, seu mentor em terra lusitana – já em 1795, é nomeado architecto das obras públicas. Colocando-se sob a proteção dos marqueses de Castelos Melhor, estes mandam-no trabalhar na reestruturação integral do palácio desta família, o imponente palácio Foz, situado no então Passeio Público. Ainda hoje a sua marca é bem visível na implantação urbana da cidade, onde nestes anos trabalha intensamente: testemunhos desta frenética actividade são o cemitério de Campo de Ourique (que projecta em 1796) e o Hospital da Marinha no campo de Santa Clara (trata-se da grande construção de cor amarela que fica do lado sul desta zona, famosa por abrigar a Feira da Ladra). O prédio, inaugurado em 1797, é o resultado da articulada intervenção de reestruturação de um antigo colégio jesuíta.⁵³² A ele se devem, um ano depois (1798), os primeiros trabalhos de escavação arqueológica na área do teatro romano. Em 1802, após ter sido aceite o seu projecto para a construção do novo Palácio real na área da Ajuda (em substituição do palácio em madeira), é nomeado pelo príncipe regente architecto do palácio real, juntamente com Costa Silva. O architecto italiano mantém este cargo também após a

⁵²⁹ FILIPPI, Sergio, *La Chiesa degli Italiani. Cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*, Lisboa, Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013, p. 144.

⁵³⁰ DIAS, João Pereira, *op. cit.*, p. 51; CARVALHO, Aires de, *Catálogo da colecção de desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1977, p. 109.

⁵³¹ Sobre Fabri, veja-se: RIMONDINI, Giovanni e SAMOGGIA, Luigi, *Francesco Saverio Fabri. Formazione e opera in Italia e Portogallo*, Medicina, Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979. Os autores desta obra citam também notícias do Fabri presentes em C. Volkmar Machado, *Collecção de Memórias*, Lisboa, 1823, p. 229.

⁵³² FRANÇA, José Augusto, *op. cit.*, p. 467.

invasão francesa de 1807 e a fuga da família real para o Brasil, onde se refugiara também Costa Silva alguns anos antes. Assim, permanecendo sozinho em Lisboa, Fabri torna-se arquitecto único do palácio da Ajuda até 1817, ano em que morre, sendo sepultado na paróquia de Santos-o-Velho, bairro onde morava.

Entre os pintores e restauradores recordamos também Luigi Tirinnanzi, activo em Portugal por mais de 40 anos, tendo chegado a Lisboa na segunda década do século XIX. A sua obra acompanha a de outros artistas portugueses, vindo com o tempo a ficar – tal como outros italianos – debaixo da alçada do Conde de Farrobo (Joaquim Pedro Quintela), par do Reino, homem de negócios e pertinaz mecenas (como demonstra o seu futuro empenho na construção do Teatro das Laranjeiras e do Teatro Nacional), ligado a italianos por laços de sangue (sendo casado, em primeiras bodas, com tal Mariana Carlota, filha do primeiro empresário do teatro São Carlos, Francisco António Lodi, de quem falaremos mais adiante). Tirinnanzi terá de abandonar o reino nos anos '50, sendo desconhecidas as razões deste acontecimento; contudo, deixará marca da sua presença na cidade, além de vários discípulos portugueses.⁵³³

O caso que apresentamos agora – uma família de emigrantes de origem romana chegada a Lisboa no final de Setecentos – é exemplar do percurso de núcleos familiares que, tendo nascido em Itália, desenvolvem percursos de vida em terra lusitana, onde fixam linhas genealógicas. Estamos a falar dos Schioppetta (ou Schiopetta, ou Eschiopete), de entre os quais se destaca Domingos (Domenico), cenógrafo e compositor (é autor de várias músicas, como *Eu namoro uma menina*, uma modinha com acompanhamento de piano e guitarra), profissionalmente ligado aquele sector teatral que, juntamente com o comércio, é o maior veículo dos italianos em Portugal naqueles anos. Não temos a certeza de que a vinda da família para Portugal se realize após o nascimento do artista: Domingos nasce em 1788, muito provavelmente em Itália – na vila de Tivoli, perto de Roma – e não já em Lisboa, como parece confirmar também a conservação, ainda nos anos Vinte de Oitocentos, do estatuto de súbditos pontifícios (por ele e seus irmãos); elemento este que, em nossa opinião, corrobora a hipótese do seu nascimento na Península Itálica. Um dos primeiros testemunhos da sua ligação à comunidade italiana sediada na capital é constituído pela relação⁵³⁴ das festas da paróquia do Loreto em 1814 aquando da derrota

⁵³³ ARAUJO, Agostinho, «O restauro de painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal», em Francisco Topa e Rita Marnoto (orgs.), *Nel mezzo del cammin. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Porto, Sombra pela cintura, 2009, pp. 33-38 e 41-45.

⁵³⁴ *Relação das festas do Loreto*, Lisboa, na Imprensa Régia, 1814, p.1-2; *apud* ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de, «Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-

de Napoleão e da restituição do pontífice (Pio VII) à Santa Sé; nesta ocasião a fachada da igreja tinha sido aparatada com uma triunfal estrutura de arte efémera, onde entre várias alegorias ressaltava o vulto do Santo Padre: o autor destas magnificências era Schioppetta, cujo talento disponibilizava para o orgulho de todos «os Italianos, que tão longe da sua pátria, existem em Portugal».

Naquela altura, Domingos Schioppetta faz-se acompanhar amiúdenos seus trabalhos por outro amigo italiano, desenhador e escultor, João Cardini (muito activo na primeira década do século), cujas gravuras de personalidades e acontecimentos históricos portugueses ficaram bastante famosas, embora seja considerado pela crítica «um dos abridores menos dotados de entre os principalmente activos na primeira década do novo século».⁵³⁵ Domingos Schioppetta, cujo pai chegara a Lisboa atraído pela abundante oferta de trabalho *in loco* (era um “marceneiro”, ou seja, um carpinteiro ou ebanista de teatro, falecido devido a um acidente de trabalho enquanto emprestava a sua arte ao Teatro do Salitre) em família, é rodeado por artistas e artesãos: os irmãos Giuseppe e Antonio Carlo, mais novos, e que com ele dividem o domicílio (na rua do Loreto n.º69), são identificados como “pintores”⁵³⁶. O momento de reconhecimento público de Domingos Schioppetta – o primeiro de uma honesta carreira artística – chega mesmo durante o triénio revolucionário de 1820-1823: tido em boa consideração pelo grupo dirigente liberal, com que mantém óptimas relações, são-lhe encomendadas várias encenações e aparatos para as celebrações públicas da revolução; iniciativas através das quais o novo governo vintista desenvolve uma linha da propaganda, permitindo ao artista italiano exibir a sua considerável capacidade de representação alegórica (um desenho sobre pano de um dos seus arcos triunfais da época do vintismo pode ainda hoje admirar-se no Museu da Cidade de Lisboa). Aliás, a própria colaboração do cenógrafo italiano com o Teatro de São Carlos parece ter acompanhado o desenvolvimento das lutas

1838)», *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. 1 (2002), Porto, [s.n.], pp. 156-157.

⁵³⁵ ARAUJO, Agostinho Rui Marques de, *op. cit.*, p. 153; cf. SOARES, Ernesto, *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*, nova edição, vol. I, Lisboa, Livraria Samcarlos, 1971. Para um perfil artístico de Domingos Schioppetta, veja-se ARAUJO, Agostinho Rui Marques de, «Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schioppetta», *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte (Porto, 20 a 23 de Junho de 2005), Porto, Faculdade de Letras da Universidade, 2007, pp. 21-30. Esta obra contém uma raríssima imagem do artista italiano (p. 29).

⁵³⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx. 342, fasc. “1823”, fl. 26. Por sua vez, Agostinho Araujo, nos seus estudos, identifica Antonio Carlo como “bijoteiro” (ARAUJO, Agostinho Rui Marques de, «Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa [ca. 1788-1838]», *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. 1 [2002], Porto, [s.n.], p. 159).

constitucionais no país, tendo produzido os seus belos panos cenográficos entre 1818 e 1822, e depois em 1826.⁵³⁷ Por outro lado, ao longo de toda a sua produção artística manifesta «uma importante sintonia com valores sociais e culturais da geração vintista, desde a crença no progresso irmanando as Artes e as Ciências até ao compromisso entre bem distintas camadas sociais, por via da convicção ideológica».⁵³⁸

Ao considerar o elevado número de trabalhadores italianos do mundo do teatro que chegam a Lisboa, desde meados do século XVIII até ao século XIX tardio, o elenco de nomes e casos seria enorme e de difícil organização. Mas sendo nossa intenção – como já frisámos – apresentar aqui casos exemplares, no âmbito dos músicos, compositores e artistas em geral, referimos poucos mas significativos nomes e experiências.

Nesta época, pululam nas ruas de Lisboa cantores e bailarinos de origem italiana, que evidentemente não se limitam ao exercício exclusivo da sua nobre arte num período de tempo circunscrito (e dependente, normalmente, da duração dos contratos). Alguns deles decidem inserir-se no contexto social com perspectivas de permanência. É este o caso, por exemplo, do napolitano Baldassarre Barattieri, bailarino que se casa com uma portuguesa, e tem um filho de nome Giovanni. No início de 1820, os seus familiares residentes no sul de Itália pedem informações ao ministro dos negócios estrangeiros em Nápoles, Tommaso di Somma, marquês de Circello, que contacta o vice-cônsul em Lisboa, Giuseppe Calleja; é este a comunicar que o bailarino tinha morrido oito anos antes na Moita, e que poucos meses antes tinha falecido também o seu filho em Lisboa, onde deixava uma jovem mulher.⁵³⁹

Mas o mais célebre nome italiano ligado ao teatro e à sua música que surge em Lisboa nestes anos é sem dúvida o de Carlo Coccia, o compositor napolitano que chega à capital pouco antes dos acontecimentos revolucionários de 1820. Aí permanece por três anos, durante os quais se empenha numa produção musical de relevo: o drama em três actos *Atar* (com libreto de F. Romani, 1820), em ocasião do aniversário do (ausente) Dom João

⁵³⁷ DIAS, João Pereira, *op. cit.*, p. 51.

⁵³⁸ ARAUJO, Agostinho Rui Marques de, «Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta», *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte (Porto, 20 a 23 de Junho de 2005), Porto, Faculdade de Letras da Universidade, 2007, p. 28.

⁵³⁹ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)», busta 2692, fl. sem número (em 4/1/1820). A questão da presença de súbditos napolitanos em território estrangeiro – neste caso, em Portugal – põe o problema do controlo numérico desta população residente no estrangeiro, sobretudo no que diz respeito ao falecimento, cuja notícia chegava com dificuldades à família de origem. Este problema leva o vice-cônsul a alertar as autoridades napolitanas que «queste morti esigono delle accurate diligenza, e qualche andata, le quali non possono essere fatte, che ad epoche opportune».

VI; *La festa della rosa*, ópera *buffa* em dois actos, (com libreto de G. Rossi, 1821), obra que em 1822 é representada em Madrid, a demonstração de que Coccia se moverá neste eixo de espaço constitucional ibérico; e *I Lusitani*, “*cantata a più voci*” com grande orquestra, que se compunha de três excertos militares compostos para celebrar o regresso do rei a Lisboa em Abril de 1821. Mas o nome de Coccia está ligado sobretudo à escrita da música do hino da revolução de 1820, parte final da cantata alegórica *O Génio Lusitano Triunfante*, cujo texto pertence a outro italiano, o romano Filipe Hilbrath. Revela-se um motivo que se torna muito popular, fixando-se na memória do movimento liberal como um dos elementos simbólicos mais poderosos,⁵⁴⁰ e chegando a substituir o *Hino Patriótico* de Marcos Portugal (composto em 1809 e dedicado ao Príncipe Regente), que a opinião pública identificava com um canto mais absolutista, como refere Maria José Borges Valentim no seu valioso estudo sobre a música política no período liberal.⁵⁴¹

A obra desta autora ajuda-nos a dar vulto a outros italianos que, no primeiro quartel do século XIX, desempenham papel de relevo no contexto musical lisboeta, acrescentando um valor político à sua intervenção artística: em 1818 chega a Lisboa o soprano Domenico Lauretti, cantor da Patriarcal até 1836, e membro da Irmandade de Santa Cecília. Na capital portuguesa manifesta simpatias miguelistas (é compositor de uma *Missa a 4 vozes e orquestra* dedicada ao príncipe usurpador),⁵⁴² nos anos ’40 desempenhará a actividade de professor de canto no Conservatório. Um ano depois da chegada de Lauretti, surge em Lisboa o compositor romano Luca Agolini (ou Angolini, segundo o seu registo nos elencos consulares),⁵⁴³ que trabalha pelos teatros da capital até 1828, deixando uma obra que manifesta simpatias absolutistas (*Viva o Senhor D. Miguel I. Inno Imperiale com variazioni composte per Luca Agolini Romano*).⁵⁴⁴

Nos anos Vinte, Lisboa será ponto de chegada de um grande compositor napolitano, Saverio Mercadante: vindo no outono de 1827, liga-se desde logo ao já evocado Conde do Farrobo, grande amante de música. É pelo teatro de família deste último (o teatro

⁵⁴⁰ VARGUES, Isabel Nobre, «Liberalismo e independência. Os exilados italianos em Portugal», *Revista Portuguesa de História*, XXXI, vol. II (1996), Coimbra, Instituto de História Económica e Social, p. 416.

⁵⁴¹ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves, *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*, tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), FCSH-UNL, 2008, pp. 172-175. Referências a Carlo Coccia encontram-se também em FARINELLI, Arturo, *Viajes por España e Portugal. Desde la Edad Media hasta el siglo XX. Nuevas e antiguas divagaciones bibliográficas*, 4 tomos, t. III, Firenze, Accademia d’Italia, 1944, p. 163.

⁵⁴² VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves, *op. cit.*, p. cxxxi.

⁵⁴³ Luca Angolini, súbdito pontifício, 43 anos em 1823, professor de música, residente em Lisboa na Rua das Salgadeiras (na Misericórdia) n.º2 (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx. 342, fasc. “1823”, fl.26). Veja-se anexo IX.

⁵⁴⁴ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves, *op. cit.*, p. cxxv.

Tália, nas Laranjeiras) que Mercadante, então em Lisboa, escreve a ópera *La testa di bronzo ossia La capanna solitaria*, sobre o texto de Felice Romani, e representada no dia 3 de Dezembro em ocasião do trigésimo sexto aniversário da baronesa de Quintela, D. Mariana Lodi. O sucesso recebido abre-lhe caminho à direcção artística do teatro de São Carlos (1828), onde estreia a obra *Gabriella di Vergy* (com libreto do genovês Antonio Profumo). Com a subida ao poder de Dom Miguel e a mudança do clima político no país, virado para uma concepção mais moralista dos hábitos sociais, o teatro torna-se um dos sectores mais vigiados, sendo grande parte das representações teatrais interrompida, e não persistindo as condições de trabalho para as sociedades que geriam as actividades dos teatros.⁵⁴⁵ Esta atitude por parte do poder constrange muitos trabalhadores e artistas a sair do reino, inclusive o mestre Mercadante, que em Outubro de 1828 se desloca para Cádiz, juntamente com um bom número de cantores; eles estão entre as primeiras vítimas de uma política de oposição à presença e influência das culturas estrangeiras, cujas dinâmicas aprofundaremos mais adiante.

–Ciências

O mundo intelectual lisboeta (e português) nas primeiras décadas de Oitocentos conta com várias personalidades de origem italiana, algumas ligadas à emigração de cientistas que teve lugar durante o pombalismo e sobre a qual reflectimos no capítulo anterior. É o caso do paduano Domenico Vandelli, chegado a Portugal em 1764, fundador em 1772 do jardim botânico de Coimbra.⁵⁴⁶ Segundo José Luís Cardoso, que nos seus estudos de história económica evocou várias vezes a figura deste italiano, a produção intelectual daquele a que chama o «falso estrangeiro» confirma o seu papel «no desenvolvimento das doutrinas e políticas económicas e financeiras» em Portugal, no último quartel do século XVIII.⁵⁴⁷ As elaborações teóricas de Vandelli, as suas investigações ligadas aos seus interesses disciplinares visaram sempre a busca de soluções económicas fundamentadas no aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no país. Conforme o seu pensamento (que se inscreve na tradição fisiocrática), usufruir plenamente das potencialidades da natureza significava reforçar o papel da agricultura nacional (sector que considera

⁵⁴⁵ MOREAU, Mário, *O teatro de São Carlos. Dois séculos de história*, 2 vols., vol. I, Lisboa, Hugin, 1999, pp. 52-53.

⁵⁴⁶ Ao lado de Vandelli trabalha outro cientista de origem paduana, Giovanni Antonio Dalla Bella, professor de física no Colégio dos Nobres, sócio da Academia das Ciências e de outras instituições científicas. Veja-se: COSTANZO, Giovanni, «Fisici italiani in Portogallo», *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 385-386.

⁵⁴⁷ CARDOSO, José Luís, *Dicionário histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 339.

estratégico), a respeito do qual se preocupa em otimizar os meios (naturais, técnicos e humanos) em vista a uma melhor produtividade; isto em nome do que Cardoso define como a «orientação agrarista da política económica», a que Vandelli une uma profunda crítica do Colbertismo e de qualquer política comercial proteccionista (vejam-se as suas *Memórias*).⁵⁴⁸ O seu conhecimento do mundo natural era desmedido; e pelas suas competências nas ciências naturais é chamado a dirigir, nos anos seguintes, o real jardim botânico da Ajuda.⁵⁴⁹ Também aos seus intuítos e influência se deve a fundação da Academia Real das Ciências, juntamente com a iniciativa de Duque de Lafões que, ao chegar de uma longa estadia em Roma, se tornou primeiro director desta prestigiada instituição (é preciso relembrar, mais uma vez, também a figura do abade Correia da Serra, que, como dissemos no capítulo anterior, recebeu formação em Nápoles, em casa de Genovesi). Nesses anos, Vandelli distingue-se também pelos seus sentimentos liberais, que lhe valem numerosas acusações de *afrancesado*, acabando por se ver envolvido na chamada *Setembrizada* (1810), dela resultando a captura e deportação preventiva para o ultramar (e Inglaterra) de elementos de sentimentos maçónicos, jacobinos ou geralmente filo-franceses. Afinal, Vandelli, devido talvez à sua idade avançada (cerca de oitenta anos), consegue obter uma autorização especial para se dirigir para Inglaterra, unindo-se assim aos prisioneiros que conseguem evitar a deportação para o Brasil. Contudo, são vários os italianos envolvidos nesta operação de repressão anti-liberal, como o já mencionado pintor Domenico Pellegrini (que, como vimos, acaba por se fixar novamente em Londres), o piemontês Urbino Pizzetti, o funcionário particular e professor Luís Francisco Risso, o copeiro romano Filippo Bernardini, o negociante genovês José Maria Cambiasso, o negociante romano Pietro Paolo Candidi.⁵⁵⁰ Domenico Vandelli morre em 1816, deixando descendência em Lisboa: o filho Alexandre torna-se, a partir de 1819, director da Intendência Geral de Minas e Metais do Reino, sendo incluído pelo geógrafo

⁵⁴⁸ *Ivi*, p. 340. O texto a que se faz referência é o seguinte: VANDELLI, Domingos, *Memórias de história natural*, introdução e coordenação editorial de José Luís Cardoso, Porto, Porto Editora, 2003. Para um quadro mais geral do agrarismo em Portugal, veja-se também PEDREIRA, Jorge Miguel, «Agrarismo, industrialismo, liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)», in José Luís Cardoso (org. e pref.), *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, pp. 65-83.

⁵⁴⁹ LONGO, Biagio, «Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo», *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 403-407; VIDAL, Angelina *Lisboa antiga e Lisboa moderna*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 1994, p. 41.

⁵⁵⁰ Cf. Fonte: MARQUES, António H. De Oliveira, *op. cit.*, pp. 101-102; MARQUES DE SÃO-PAIO, «Para a História dos Setembrizados (o desembargador Sebastião José de São Paio)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 17, Lisboa, 1968, pp. 33-58; D'ALCOCHETE, Nuno Daupias, voz «Setembrizada» em SERRÃO, Joël, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5, Porto, Figueirinhas, [s.d.], pp. 554-556.

Adriano Balbi entre as pessoas a quem agradece pela ajuda recebida na realização do seu célebre ensaio estatístico sobre Portugal.⁵⁵¹ Contrariamente ao pai, porém, Alexandre Vandelli manifesta sentimentos políticos absolutistas, e por essa razão será obrigado a abandonar o reino em 1833.

Embora não pertença ao mundo das ciências puras, dedicamos algumas palavras à figura de Luís Francisco Risso: como acabamos de ver, também este clérigo genovês engrossa as fileiras de maçons que sofrem grandes perseguições no princípio do século, em concomitância com as repetidas entradas e retiradas de tropas francesas do país. Risso, que terá algum papel nos eventos que se seguem à primeira instauração do liberalismo em Portugal (e de que voltaremos a falar), representa bem o protagonismo dos elementos que pertencem a esta dimensão luso-italiana. Nascido em Lisboa em 1768, filho de emigrantes genoveses (Manuel Risso e Maria Caetana Risso), solteiro, devota-se desde jovem à vida clerical, abandonada em seguida. Contudo, esta condição viabiliza-lhe uma carreira como secretário de legação em Roma (pelo menos até meados dos anos vinte), tendo também desenvolvido actividades de “funcionário particular e professor” até à sua morte, que ocorre em Portalegre, no ano de 1847.⁵⁵² No final do mês de Março de 1809, aquando da entrada no país das tropas do general Soult, é preso como colaboracionista do inimigo e “jacobino”, durante uma operação policial desencadeada em Lisboa pelos partidários da frente filo-britânica. É assim afastado do continente, mas à semelhança de outros perseguidos, não chegará a ser enviado para o Brasil, permanecendo alguns anos nos Açores, onde continua a sua incansável actividade de organizador e animador de lojas maçónicas: «Na Horta [...] fundou a segunda oficina do Faial, reunindo parte dos maçons aderentes à anterior loja e iniciando vários outros. Esta oficina sobreviveu ao regresso de Risso ao Continente (1814-15), [...] chegando a funcionar no convento de São Francisco da Horta, na cela de um frade que era o orador da loja. Aparentemente já não existia em 1820».⁵⁵³

Maçon, liberal e constituinte de 1820 é José Portelli, padre de origem italiana, divulgador de ideias jansenistas, nascido em Lisboa em 1764, filho de José Maria Portelli e de Maria Antónia Mestres. A carreira intelectual e profissional do padre Portelli é relevante: torna-se professor de filosofia do Real Colégio dos Nobres, e até reitor desta

⁵⁵¹ Cfr. BALBI, Adriano, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 tomos, t. I, Paris, Rey et Gravier, 1822, pp. XI-XII. O geógrafo veneziano não poupa elogios ao filho do naturalista paduano, «un des meilleurs chimistes portugais» (p. LIX).

⁵⁵² Cf. MARQUES, António H. de Oliveira, *op. cit.*, vol I, pp. 20, 396.

⁵⁵³ *Ivi*, p. 106.

instituição. Toma também parte activa na *Setembrizada*, surgindo o nome dele nas listas de proscrição redigidas para o efeito (a famosa *Lista dos Jacobinos mandados sair de Lisboa como incorregíveis e teimosos*, definida entre 1810 e 1812). O seu liberalismo fervente tem sido razão para lhe atribuir a autoria de várias obras, entre as quais a tradução da *Exposição da Lei Natural ou Catecismo do Cidadão*, do Comte de Volney, que foi a primeira obra de doutrina política mandada publicar pelos vintistas.⁵⁵⁴ É animador da “Sociedade Literária e Patriótica de Lisboa”, fundada em Janeiro de 1822, que no âmbito das sociedades patrióticas se revela «uma das mais importantes tanto pela sua actuação política múltipla como pelo membros conhecidos e ainda pelo *Jornal* e outros textos que editou»,⁵⁵⁵ sendo aliás muito frequentada pela sua bem equipada biblioteca, que integrava o acervo bibliotecário do anterior Gabinete Literário. A importância da “Sociedade” é confirmada pela referência que a ela faz na sua obra política estatística o já citado Adriano Balbi, que lhe dedica uma cuidadosa descrição na secção de “geografia literária”, evidenciando o importante papel na definição de «une bonne direction à l’opinion publique»,⁵⁵⁶ além de ressaltar as virtudes sociais e o amor pela pátria como características necessárias para a afiliação. A actividade do padre Portelli durante o triénio liberal é incansável: além do empenho intelectual na sociedade civil, é nomeado pela assembleia constituinte membro do tribunal para a protecção da liberdade de imprensa. É mesmo por este seu protagonismo político que se torna um alvo fácil e imediato da repressão contra-revolucionária que se segue à queda do regime constitucional em 1823: no dia 22 de Novembro daquele ano, após uma denúncia anónima chegada à Intendência Geral da Polícia, o padre é preso na sua casa às Cruzes da Sé (rua do Barão, n.º8), e conduzido para a prisão do Aljube sob a acusação de relações com as sociedades secretas; sendo-lhe sequestrados todos os seus papéis e livros, entre os quais a colectânea dos escritos de Jeremy Bentham editada por Etienne Dumond (*Traité de legislation civile et pénale*), um exemplar da *Economie publique et rurale des Celtes* de Louis Reynier, os *Éléments d’Ideologie* de Antoine Destutt de Tracy, cópias de *Le Censeur Europeen* de Charles Dunoyer e Charles Comte, e o *Diario das Cortes Constituintes*.⁵⁵⁷

⁵⁵⁴ VARGUES, Isabel Nobre, *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva, 1996, p. 162. SANTOS, Candido dos, *O Jansenismo em Portugal*, [s.n.], Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p.44.

⁵⁵⁵ VARGUES, Isabel Nobre, *op. cit.*, p. 181.

⁵⁵⁶ BALBI, Adriano, *op. cit.*, t. II, p. 79.

⁵⁵⁷ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Bairro Alto», mç.101 (cx.181), fls. 309-316.

Ao longo destas páginas fizemos já algumas referências ao geógrafo veneziano Adriano Balbi (1782-1848), autor em 1822 do *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, publicado em Paris em dois tomos. As informações recolhidas diretamente em Portugal, durante o ano que Balbi passa em Lisboa, tendo acesso a vários arquivos e acervos, é tão abundante que a publicação do dito ensaio é precedida, em poucos meses, de outro trabalho complementar, as *Variétés politiques et statistiques de la monarchie portugaise*.⁵⁵⁸ Balbi permanece em Lisboa entre 1819 e 1820, numa fase crítica e animada para a sociedade portuguesa, ao longo da qual se afirma o projecto político vintista. Segundo Isabel Nobre Vargues,

«a Balbi, que se interessou na defesa da nação portuguesa, devemos o *Essai statistique*, um dos mais interessantes textos científicos e culturais sobre o Portugal vintista, construído a partir das generosas e solidárias informações que lhe foram fornecidas pelos intelectuais e altos responsáveis das várias instituições a que recorreu».⁵⁵⁹

Durante a sua permanência em Portugal, e graças às boas relações com as autoridades portuguesas – particularmente, com os representantes da regência – teve a oportunidade de visitar grande parte do país e de aceder aos vários arquivos espalhados pelo reino, podendo assim trabalhar com importante e antiga documentação, o que lhe permite realizar um extraordinário enriquecimento de dados para o seu enorme esforço estatístico, que resulta absolutamente superior a todas as outras estatísticas do tempo na descrição das reais condições – antigas e recentes – do reino de Portugal.⁵⁶⁰

A obra de Balbi é importante também pelas considerações de carácter político, e por isso merece um breve aprofundamento. Dedicado (como *pro forma*) a D. João VI, é o típico trabalho de erudição pluridisciplinar, onde a história coabita com outros domínios do conhecimento, sobretudo a geografia e a estatística; obra eruditíssima, porém não desprovida de defeitos, imperfeições, sem dúvida lisonjeira para com o novo sistema político que se define aquando da sua estadia no país. De fácil compreensão são as motivações entusiásticas que se manifestam sobretudo nas primeiras páginas da obra: a

⁵⁵⁸ BALBI, Adriano, *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris, Rey et Gravier, 1822. Desta obra existe uma reimpressão anastática, pela Imprensa Nacional-Casa de Moeda e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2004 (com introdução de Joaquim Romero Magalhães).

⁵⁵⁹ VARGUES, Isabel Nobre, «Liberalismo e independência. Os exilados italianos em Portugal (1820-1850)», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, Vol. 2 (1996), p. 417.

⁵⁶⁰ Veja-se a voz «Balbi, Adriano», por Mario Gliozzi em *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. V, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1963, pp. 356-357.

disponibilização, pelo novo Governo, dos documentos e dados úteis à definição da estatística da população, do comércio e de outros âmbitos socioeconómicos. Trata-se de dados guardados quase secretamente até 1820,⁵⁶¹ revelados graças à mudança de mentalidade que o novo regime liberal traz consigo, embora num contexto facilitado pela corrente situação internacional («D'ailleurs nous comprenions bien que dans un moment où les regards de toute l'Europe étaient fixés sur le Portugal, il était plus facile qu'on accueillît favorablement les tentatives faites par un géographe italien pour faire connaître cet intéressant pays»).⁵⁶² É evidente que Balbi considera tudo isto como demonstração da legitimidade e justeza do novo curso político do país; o desenvolvimento das suas instituições na nova representatividade constituinte é cunho de fecundidade e progresso da regenerada sociedade lusitana, que passa antes de tudo pela separação dos três poderes do Estado; eis o reconhecimento da indispensável função das Cortes. Eis assim que o autor veneziano (ou melhor « un figlio dell'Italia», como se designa ao longo do texto) manifesta simpatia pelos valores do novo regime político, no reconhecimento do seu estatuto de plena e moderada expressão da vontade popular.

Devido ao campo de estudo investigado por Balbi, é muito provável que o seu caminho se tenha cruzado com o de outro estudioso de estatística e geografia de origem italiana, que já mencionámos no primeiro capítulo. Estamos a falar de Marino Miguel Franzini, antes deputado nas Cortes constituintes de 1821-1822 e depois nas ordinárias de 1822-1823. Intelectual que sempre gozou de grande reputação no ambiente liberal, nessa mesma altura trabalha sobre assuntos muito parecidos aos de Balbi, tendo começado desde cedo a publicar vários estudos,⁵⁶³ não exclusivamente dirigidos às estatísticas sobre a população portuguesa (de 1825 é a primeira edição do *Almanach Portuguez*). Marino Miguel é filho de Michele Franzini,⁵⁶⁴ chamado a Portugal pelo Marquês de Pombal para

⁵⁶¹ Cf. BALBI, Adriano, *Della popolazione del Portogallo dall'Epoca dei romani ai tempi nostri*, Milano, presso Carlo Turati, Tipografo-Librajo, 1846, pp. 3-4.

⁵⁶² BALBI, Adriano, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 tomos, t. I, Paris, Rey et Gravier, 1822, p. X.

⁵⁶³ *Instruções estatísticas que por ordem do excellentissimo e reverendissimo senhor principal Souza compilou M. M. Franzini*, Lisboa, na Impressão Régia, 1815; *Reflexões sobre o actual regulamento do exército de Portugal, publicado em 1816, ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos á nação*, Lisboa, na Impressão Régia, 1820.

⁵⁶⁴ Como salienta Maria Fátima Nunes, o brasileiro Arlindo Camilo Monteiro estudou a correspondência entre os italianos Domenico Vandelli e Michele Franzini («Aspectos históricos da vida portuguesa, os Professores Doutores Miguel Franzini e Domingos Vandelli da Universidade de Coimbra, através de alguns inquiridos do Arquivo Nacional do Brasil», *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CXXIV [Abril/Maio 1949], São Paulo, pp. 73-137), permitindo assim traçar elementos de uma personalidade ao mesmo tempo sociável e inquieta: «a breve correspondência do Dr. Miguel Franzini revela fino espírito de inalterável bom humor, alimentando nas inexauríveis fontes da cultura clássica, e com que saber, até mesmo nas horas da adversidade, como nas da Pátria invadida [Itália] e subjugada, comentar as figuras transitórias e os

exercer a função de professor de álgebra no Colégio dos Nobres (nos anos em que prestam seus serviços também Michele Ciera e Giovanni Brunelli); após a abolição do ensino das ciências naquela instituição pombalina (1772), Franzini passa à Universidade de Coimbra. A dos Franzini é uma família totalmente italiana:⁵⁶⁵ a mãe é uma genovesa, Faustina Paola Costa. Nos manuscritos reservados da Biblioteca Nacional, guarda-se ainda a certidão do casamento deste casal italiano, realizado em Lisboa em 1777.⁵⁶⁶

Michele morre em Coimbra em 1810, mas isso não impede a continuação da relação do filho com a componente italiana da sua família, como demonstram, por exemplo, as cartas trocadas em 1823 com o seu cunhado, Giuseppe Gervasone, então residente em Génova,⁵⁶⁷ e marido da irmã dele, Anna Maria (mais duas são as irmãs do geógrafo, Sebastiana Maria e Joana Isabel, presentes em Lisboa com certeza até 1817, ano em que pedem ao rei Dom João VI uma pensão de duzentos mil réis para cada uma).⁵⁶⁸ Enfim, a análise dos perfis e do impacto destas figuras tão relevantes no panorama intelectual luso-italiano evidencia e corrobora a ideia segundo a qual «o signo “Franzini” implica o recordar da importação portuguesa do iluminismo italiano; lembra o relevo das reformas pombalinas da universidade; alude a um imaginário que desagua no estatuto simbólico que os nomes italianos possuíram e conquistaram em Portugal».⁵⁶⁹

acontecimentos (...) a pena traça, com espontaneidade aspectos flagrantes, de período agitado das lutas e perturbações políticas da Europa e de que Portugal e a Espanha foram cenário sangrento» (citado em NUNES, Maria Fátima, *O Liberalismo português. Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini [1800-1860]*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 23). Uma personalidade muito respeitada, a de Michele Franzini, que devido ao seu empenho na Faculdade de Matemática viabilizou não só a formação do filho dele, mas também a carreira de Marino Miguel na Marinha, na qualidade de oficial da Armada. De facto, como explica António Ventura, a Faculdade de Matemática (instituída com a reforma pombalina de 1772) «contribuiu para a formação de futuros militares, em especial de engenharia e da artilharia. Os estudos ali feitos foram considerados equivalentes aos estudos nas academias militares para efeito de admissão no corpo de engenheiros [...] no Real Colégio dos Nobres, fundado a 7 de Março de 1761 pelo Marquês de Pombal, ainda que não tivesse um cunho castrense, existia uma cadeira de Arquitectura Militar. No campo dos estudos matemáticos teve a colaboração de ilustres professores estrangeiros como Angelo Brunelli, Miguel António Ciera e Miguel Franzini» (VENTURA, António, «Os militares na sociedade portuguesa contemporânea», *Revista Militar*, n.º 2531 [2012], pp. 1169-1176).

⁵⁶⁵ Embora tenha sido considerado italiano, ainda em final de '800 não se dava por certo o lugar de nascimento de Marino Miguel Franzini (que, como sabemos, nasceu em Lisboa em 1779). No *Dizionario degli italiani all'estero* (Firenze, Tipografia di G. Barbera, 1890), Leo Benvenuti não identificava nem o lugar de nascimento nem o de morte, cometendo um erro na avaliação do seu caso familiar: «nato a (?) verso il 1790, morto a (?). Entrò nella carriera militare portoghese ed ebbe nel 1821 il titolo di Segretario di Stato onorario, e poi di Generale. Fu iscritto membro dell'Accademia delle scienze di Lisbona e ne diventò uno dei più illustri. Fece la carta marittima delle coste del Portogallo, pubblicata a Parigi nel 1836, e scrisse alcune riflessioni sull'armata portoghese» (p. 72). A presença do seu lema no supracitado *Dizionario* é demonstração do facto de que era considerado italiano.

⁵⁶⁶ Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP). *Manuscritos Reservados*. mss.260, n.º7.

⁵⁶⁷ BNP. *Manuscritos Reservados*. mss.260, n.º13.

⁵⁶⁸ BNP. *Manuscritos Reservados*. mss.260, n.º14.

⁵⁶⁹ NUNES, Fátima, *op. cit.*, p. 21.

De origem veneziana é o apelido Centazzi, que distingue o núcleo familiar a que pertence Guilherme, médico e escritor de sentimentos liberais, e por esta razão exilado entre 1829 e 1833. Nascido na cidade de Faro a 20 de Novembro de 1808, ainda criança desloca-se com a família para Lisboa; apesar disso, ao longo da sua vida, em vários escritos, assumir-se-á como um orgulhoso algarvio. O seu pai, Antonio, é cidadão da República de Veneza, tendo casado com uma portuguesa após a chegada a este reino. Segundo documentação que provém do então encarregado do consulado da Áustria em Lisboa (F. de Borel), e de acordo com documentação presente no fundo da Junta de Comércio, António Centazzi naturaliza-se súbdito português no mês de Julho de 1825,⁵⁷⁰ sendo também nomeado agente consular da Áustria (pelo facto de ter nascido em Veneza) no porto de Lisboa.⁵⁷¹ Clarificada a italianidade da parte paterna da sua família, Guilherme Centazzi apresenta, do lado materno, ascendência de um genovês, seu avô, que também esposara uma portuguesa.

Os Midosi constituem uma família estabelecida em Lisboa desde o final do século XVIII, que rapidamente prolifera também além do oceano (nomeadamente, no Brasil); a este conjunto ítalo-lisboeta pertence Paulo, escritor e jornalista, fundador em 1826 do periódico constitucionalista *O Português*, iniciativa editorial que partilha juntamente com o maior expoente do romantismo literário português, Almeida Garrett. Este último está ligado aos Midosi com vínculo de parentesco, tendo casado em 1822 com a prima de Paulo, Luísa Cândida Midosi. A família enumera, nas suas fileiras, outro jornalista, Luís Francisco, que junto com Almeida Garret funda, em pleno vintismo (1822), a revista *O Toucador*, um periódico “dedicado às senhoras portuguesas” com ambição de promover novos hábitos e novas modas de vestir que pudessem substituir, na sociedade regenerada, os estilos caducados dum Portugal que, no convencimento dos redactores, já não existia.⁵⁷² Devido ao seu espírito liberal, como muitos outros, Paulo será forçado ao exílio (em Londres) durante os anos da usurpação miguelista (1828-1833). Ao regressar a Lisboa estará entre os colaboradores de Garrett na fundação do Conservatório Geral de Arte Dramática (1836), articulação do primeiro núcleo do conservatório musical

⁵⁷⁰ ANTT. *Junta de Comércio*. «Livro segundo dos termos de naturalizados», liv. 254, fl. 43.

⁵⁷¹ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma», cx.233, fasc. “1822-Consulado d’Austria em Lisboa”, fl. 15; *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma»,cx.233, fasc. “1823-Consulado d’Austria em Lisboa”, fl. 36.

⁵⁷² SANTANA, Maria Helena, «Estética e aparência», em José Mattoso (dir.de), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III – *A Época Contemporânea*, coordenação de Irene Vaquinhas, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 429-430.

(instituído em 1835), e em que pouco tempo depois se formalizará o ensino da língua italiana (definitivamente reconhecida como veículo de expressão da grande arte da Opera). Evidência da estreita ligação de Paulo Midosi com as suas origens itálicas é também o facto de ser considerado – pelo ambiente social e pela jurisdição – membro efectivo da *nação italiana* que grande impacto tem, nesses anos, no interior da sociedade portuguesa (e, em particular lisboeta, como estamos a demonstrar); aliás, em 1821 o vice-cônsul napolitano, Giuseppe Calleja, é obrigado a intervir em socorro do próprio Paulo Midosi, por uma causa civil em que é envolvido. É Calleja que, reconhecendo o estatuto de “italianidade” do jornalista lisboeta – evidentemente de origem napolitana – apela para a responsabilidade jurisdicional da *Conservatória Italiana*, como sua única autoridade judicial.⁵⁷³

Por fim, salientamos o caso de Francisco Simões Margiochi, ilustre matemático, liberal, deputado às Cortes de 1821-1822, em exílio após a restauração do regime absolutista no reino: o apelido deste cientista pode enganar o leitor, uma vez que ele não apresenta origens italianas, mas portuguesas, sendo filho de humildes camponeses que viviam nos arredores de Lisboa (Simões é o verdadeiro patronímico). De facto, o seu apelido italiano deve-se ao seu padrinho de baptismo, Octávio Margiochi, apelido que adquiriu após a morte do seu pai.⁵⁷⁴

– Comércio (o caso do Marrare)

Como vimos em páginas anteriores, o comércio constitui o domínio em que a presença italiana adquire um papel mais relevante, comparável ao dos artistas e trabalhadores dos teatros, ainda que se caracterize por uma maior estabilidade na presença e na permanência na capital. De facto, muitos são os casos de actividade comercial da comunidade italiana que se estabelece e permanece durante um período considerável na capital. Lisboa é, no período cronológico em foco, uma cidade de tradição comercial que desperta ainda considerável interesse pelas possibilidades de negócio que continua a oferecer, facto que condiciona a imigração, que continua a ter lugar apesar das contingências de objectiva dificuldade para Portugal. Por outro lado, como confirma nas suas memórias o cardeal Bartolomeo Pacca, núncio pontifício em Lisboa entre finais do século XVIII e princípios de XIX, «per mare approdano a Lisbona ed a Porto non pochi commercianti, ma questi

⁵⁷³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado de Nápoles, 1821”); *Registo Geral de Mercês*. Dom João VI, livro 17, fl. 18v. e 19. Sobre o papel da Conservatória Italiana veja-se capítulo I.

⁵⁷⁴ Cf. *Biographia do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Francisco Simões Margiochi*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1838; BRIGOLA, João Carlos Pires, *Ciência e Política do pombalismo ao liberalismo*. Francisco Simões Margiochi, tese de mestrado em História Cultural e Política, FCSH-UNL, Lisboa, 1990, pp. 9 e 247.

spesse volte vi prendono domicilio».⁵⁷⁵ Entre estes muitos são italianos. Por isso, caracterizaremos agora exemplos significativos da presença italiana no mundo do comércio urbano, nas primeiras décadas do século. A este respeito, e como se procedeu em relação aos outros grupos sócio-profissionais, queremos aqui dar preliminarmente alguns exemplos significativos de figuras que se distinguem nesse mesmo período, tendo em conta que um quadro de conjunto já foi definido no sub-capítulo 1.3.

Às actividades de comércio está ligado o nome dos Maneschi: João Pedro, iniciador desta linhagem em Portugal, chega a Lisboa no último quartel do século XVIII, onde encontra trabalho como despachante na casa da Índia.⁵⁷⁶ Apesar de o apelido ser de origem toscana, há vários elementos que nos levam a pensar que proviesse do Reino de Nápoles: em particular, o facto de ele ser nomeado vice-cônsul em Lisboa pelo reino napolitano, mas sobretudo a grande honra de lhe ter sido dedicado um soneto de Bocage, escrito por volta de 1794, «por ocasião do incêndio em que perdeu todos os seus bens» e em que se faz referência a um “vulcão”.⁵⁷⁷ A referência poderá ser à grande erupção do Vesúvio no mesmo ano (Junho de 1794) em que é escrito o soneto, e que é uma das mais devastadoras catástrofes ligadas à montanha napolitana, com várias vilas às suas faldas completamente destruídas e numerosas vítimas.⁵⁷⁸ A amizade com Barbosa Bocage é confirmada pelo aparecimento do nome de João Pedro Maneschi nos *Improvisos* escritos pelo poeta setubalense no começo da sua doença (1805, à véspera da sua morte) e dedicados mesmo «à seus bons amigos».⁵⁷⁹ João Pedro tem um filho, seu homónimo, que no princípio da década de Vinte tenta sem sucesso a obtenção de um lugar de Corretor do número da Praça de Lisboa,⁵⁸⁰ e que em meados daquela mesma década desenvolve a actividade de emprestador de dinheiro «sobre ouro, prata, brilhantes, moveis, roupas, e

⁵⁷⁵ PACCA, Bartolomeo, *Notizie sul Portogallo con una breve relazione della nunziatura di Lisbona dall'anno 1795 fino all'anno 1802*, Modena, per G. Vincenzi e Comp., 1836, p. 1.

⁵⁷⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.47 de 23/11/1802.

⁵⁷⁷ «Nos puros lares teus assoma irado – Vulcano em ondas de indomável chama; - impetuoso cresce, horrível brama, - Parece aceso pela mão do fado! – Em ferventes voragens desmandado – Tudo afeia, enegrece, abrasa, inflama; - E em cinza inútil súbito derrama – Teus merecidos bens, Maneschi honrado: - Mas tu, dessa fatal, visível peste, - Dessa do Inferno imagem devorante, - O dano, estrago, horror, baldar pudeste: - Rico de um'alma singular, constante, - Tens, tens tudo: Amizade, que te preste, - Dó, que te chore, e Musa, que te cante» (BOCAGE, *Sonetos*, Lisboa, Europa-América, 1975, p. 175).

⁵⁷⁸ Cf. BREISLAK, Scipione, WINSPEAR, Antonio, *Memoria sull'eruzione del Vesuvio accaduta la sera de' 15 giugno 1794*, Napoli, [s.n.], 1794.

⁵⁷⁹ [Bocage], *Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade, dedicada a seus bons amigos*, Lisboa, na Imprensa Regia, 1805.

⁵⁸⁰ Lisboa. Arquivo Municipal (doravante AML). *Chancelaria Régia*. «Livro 1º de Registo de Avisos de Dom João I (1816-1820)», Fl. 246, doc. 492.

fazendas pertencentes às cinco classes»; actividade exercida com muita probabilidade no sítio onde morava, na rua do Almada n. 47.⁵⁸¹

A cidade de Lisboa do princípio do século XIX é também uma cidade que abriga uma vida social em pleno desenvolvimento. Não obstante as memórias dos viajantes estrangeiros, que nesta época oferecem relatos de uma cidade de ar cinzento, com poucas diversões, oprimida pela moral religiosa e substancialmente desprovida de lugares de boa sociabilidade (além de um panorama teatral bastante medíocre),⁵⁸² sinais de efervescência social entrevêm-se nos numerosos cafés que se espalham pela cidade, e que beneficiam também da progressiva extensão do horário de trabalho, o qual nestes estabelecimentos se estende até às 22 horas (no verão), favorecendo várias maneiras aos diferentes grupos sociais de aproveitar o tempo livre, que se prolonga na vida nocturna.⁵⁸³ Entre estes simulacros da vivência urbana, há alguns que ficaram na história e que ainda hoje preservam o seu próprio lugar no espaço urbano: é o caso do célebre Martinho da Arcada, estabelecido desde 1778, um dos poucos cafés da época que não pertencia ao estado,⁵⁸⁴ mas sim a um sorveteiro italiano. Era de facto uma casa italiana, chamada “Casa do Café

⁵⁸¹ *Gazeta de Lisboa*, n.36 de 11/02/1826, p. 144.

⁵⁸² É bastante conhecido o enfado sofrido na capital, em finais de Setecentos, por viajantes estrangeiros. É este o caso de William Beckford, que o manifesta claramente na sua memória de viagem (*Italy, Spain and Portugal, with an excursion to the monasteries of Alcobaca and Batalha*, London, Richard Bentley, 1840), salientando uma certa pobreza da cena cultural (cf. D'ANDREA, Pietro, «Introduzione», in William Beckford, *Diario di William Beckford in Portogallo e Spagna, 1787-1788*, Alessandria, Edizioni dell'Orso, pp. 7-21). Algum eco encontra a desolação cidadã relatada por Artur William Costigan, na sua obra profundamente crítica sobre os costumes portugueses (cf. *Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779*, vol. II, tradução, prefácio e notas de Augusto Reis Machado, Lisboa, Circulo de Leitores, 1992); enquanto célebres e fidedignas resultam (em 1805) as descrições da cidade em finais do século XVIII por Carl Israel Ruders («Em inumeráveis sítios da cidade há estabelecimentos chamados *Lojas de Café*, com portas envidraçadas para a rua, e nos quais se serve café, doces, porter, licores, ponche, limonada e outras bebidas. Muitas dessas lojas só são frequentadas por gente da pior espécie. Outras há, porém, ao que parece, com clientela mais decente», *Viagem em Portugal 1798-1802*, tradução de António Feijó, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1981, p. 227). A decadência da sociabilidade lisboeta do início do século é ressaltada também por Laure de St. Martin Permon, mais conhecida como duquesa de Abrantes (além de mulher de Junot) que, na sua viagem a Portugal em 1805 (juntamente com o marido) evidenciava a crise do teatro português e dos espetáculos que se ofereciam nas suas instalações: «A Lisbona, come in tutte le capitali del mondo, si amano alla follia gli spettacoli teatrali. Peccato che il decadimento del teatro portoghese abbia reso quel pubblico sì rassegnato ed indulgente da tollerare ogni sorte di mediocrità! [...] Io espressi con alcuni Portoghesi la mia meraviglia perché fossero tanto rassegnati nel soffrire quelle brutture sulle scene; ed eglino alzandosi nelle spalle mi diedero la solita risposta di tutti coloro che si abituano a tutto tollerare, in mancanza di meglio: che si può fare?» (*Memorie contemporanee sulla Spagna e sul Portogallo*, Milano, Tipografia e Libreria Pirotta, 1835, p. 103-106). Estas críticas não surgem na edição contemporânea destas memórias, curada por José Augusto França, onde concentra a atenção principalmente nas críticas «pelo estado das ruas, e a presença de ruínas do terramoto (cf. ABRANTES, Duquesa de, *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806*, apresentação e notas de José Augusto França, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008).

⁵⁸³ LOUSADA, Maria Alexandre, «Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do antigo regime», sep. de *Piedade Popular. Sociabilidades, representações, espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 540-541.

⁵⁸⁴ Cf. SUCENA, Eduardo, «Cafés», em *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 192.

Italiano”, ou também dito “Casa da Neve” (pela produção de sorvetes), de propriedade de Domenico Mignani. Em 1820, propriedade e gerência já tinham sido trespassadas a mãos portuguesas, mantendo-se porém a fama de habitual lugar de reunião de numerosos “pensadores livres” e jacobinos (por esta razão, passou a ser também conhecido como “Café dos Jacobinos”). Segundo Eduardo Sucena, existiu também um café gerido por Antonio Marrara no Caís do Sodré, no mesmo sítio que actualmente abriga o famoso British Bar. O mesmo autor afirma que «de italianos foram também os cafés do Batista, do Toscano, do Luisinho e do Pedro, que existiam na área do Largo de S. Carlos e do Largo do Chiado».⁵⁸⁵ Muito frequentado pelos revolucionários da época foi o Café do Grego, que ficava no Cais do Sodré, e por isso também ponto de encontro entre os passageiros e tripulantes dos navios que aí aportavam. Refere Júlio Dantas que, à sua porta, «sorria a face balofa do italiano Canagliotti», salientando como fosse «positivamente um clube revolucionário [...]», ou seja, como desenvolvia aquela função de «válvula de segurança» nos períodos de terror e repressão (por exemplo, durante a ocupação francesa ou a reacção legitimista).⁵⁸⁶

Os cafés e a restauração constituem sector de negócio de uma figura italiana que desempenha um papel importante na vida social de Lisboa. Estamos a referir-nos a Antonio Marrara (ou Marrare, segundo corrupção na transcrição portuguesa), calabrês, originário da então província de Calábria Ultra (precisamente, no actual território do distrito de Reggio di Calabria, entre as vilas de Calanna e Laganadi, onde residiam os seus familiares),⁵⁸⁷ emigrado para Lisboa em finais do século XVIII, como copeiro do Marquês de Nisa, que muito provavelmente o conheceu em Nápoles numa das suas missões militares, em 1792 ou 1799.⁵⁸⁸ Após um primeiro emprego como copeiro do Marquês (este último tornar-se-á frequentador por breve tempo dos seus estabelecimentos, tendo falecido em 1802) e de uma curta estadia no Brasil onde exerceu a mesma actividade no quartel-general português de Porto Alegre, volta a Lisboa em

⁵⁸⁵ SUCENA, Eduardo, *op. cit.*, p. 193.

⁵⁸⁶ DANTAS, Júlio, *Lisboa dos nossos avós*, Lisboa, Câmara Municipal, 1966, p. 74.

⁵⁸⁷ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)», busta 2692, fl. sem número (em 12/04/1826).

⁵⁸⁸ O viajante sueco Carl Israel Ruders fornece, naqueles anos (1800), esta descrição do Marquês: «Na armada aponta-se, como um marinheiro experimentado, o marquês de Niza, chefe da esquadra e inspector-general da real brigada da Marinha. No decurso desta guerra comandou, durante muito tempo, a esquadra portuguesa em cruzeiro no Mediterrâneo. Regressou ao porto de Lisboa no verão passado. Não me consta que durante a sua ausência nesse comando tivesse tido ensejo de praticar qualquer feito heróico; mas, como é homem que adora o fausto e gosta de levar uma existência brilhante, diz-se que, durante a sua estada em Nápoles e em outros portos italianos, dissipou uma boa parte da sua fortuna» (RUDERS, Carl Israel, *op. cit.*, p. 139).

1800, onde começa uma rápida escalada empresarial no campo da restauração, chegando a controlar vários e afamados cafés da cidade. Antonio Marrara torna-se uma figura histórica da Lisboa do Romantismo, respeitada nos ambientes de vida mundana pela burguesia lisboeta e pelo próprio mundo político, que transformará os seus cafés em verdadeiros gabinetes de discussão. «Rotundo, corado, sonolento, grande apreciador da farta cozinha italiana, o botequineiro mais célebre de Lisboa pavoneava-se entre os elegantes de S. Carlos como peixe na água», recorda Marina Tavares Dias.⁵⁸⁹ Antonio Marrara é uma pessoa dotada de elevadas capacidades de gestão, chegando a controlar vários cafés da cidade (no total serão sete),⁵⁹⁰ a partir do “Marrare do arco da Bandeira” (no homónimo lugar no Rossio) e “Marrare do São Carlos” (na esquina entre as actuais ruas da Anchieta e Cabelo, nas proximidades do Teatro). Estes são lugares de reunião de liberais e afrancesados, sobretudo o primeiro, que desempenhou esta função ao longo da segunda década de Oitocentos. Os cafés “Marrare” são também espaços de uma forma de sociabilidade ritual: por exemplo, era habitual assistir ao encontro de toureiros e amadores de tourada que, segundo o que refere o historiador conimbricense Francisco Câncio, aos sábados de manhã aí se reuniam para petiscarem alguma coisa antes de se dirigirem ao Campo Grande, onde assistiam ou participavam nas afamadas touradas.⁵⁹¹ Por sua vez, Raul Brandão afirma queo Marrare (do Arco da Bandeira) era também lugar de encontro dos amigos e revoltosos de Gomes Freire na véspera da conspiração de 1817.⁵⁹²

Como é imaginável, o café do teatro de São Carlos é um espaço de interacção e desenvolvimento da vida do público que se frequenta o teatro, e por esta razão é constantemente vigiado pela polícia: por exemplo, em Maio de 1828, aquando da acção de repressão policial que se segue ao regresso de Dom Miguel e ao restabelecimento do absolutismo, são retiradas dos depósitos do teatro as armas que eram utilizadas nos espetáculos (a mesma coisa acontece no teatro dos Condes).⁵⁹³ Contudo, o lugar mais célebre gerido pelo calabrês em Lisboa será o “Marrare do Polimento”, inaugurado em 1820 na rua das Portas de Santa Catarina (nos espaços que, hoje em dia, correspondem aos da Rua Garrett, entre os n^{os} 56 e 60), «café de grande importância social, política e

⁵⁸⁹ DIAS, Marina Tavares, *Os cafés de Lisboa*, Lisboa, Quimera Editores, 1999, p. 39.

⁵⁹⁰ Cf. AMORYM, Ruben, *Da mão à boca. Para uma história da alimentação em Portugal*, Lisboa, Salamandra, 1987, p. 225.

⁵⁹¹ CÂNCIO, Francisco, *Coisas e loisas de Lisboa antiga*, Lisboa, Imprensa Barreiro, 1951, p. 49.

⁵⁹² BRANDÃO, Raul, *Vida e morte de Gomes Freire*, pref. De Victor de Sá, Editorial Comunicação, Lisboa 1987, pp. 95-96.

⁵⁹³ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv.224, p.38v.

literária»,⁵⁹⁴ aonde se ia «como os romanos iam a Atenas».⁵⁹⁵ Trata-se de uma das atividades cuja existência se tem prolongado por décadas, à diferença de muitas entre as 1600 que existiam em Lisboa nos meados da década de vinte.⁵⁹⁶ Marrara tinha encerrado a actividade no Largo de São Carlos em 1818, transferindo a sua loja de “vinhos engarrafados” para a Rua das Portas de Santa Catarina, n.º 33 (e como refere também a *Gazeta de Lisboa*);⁵⁹⁷ dois anos mais tarde tem lugar a mudança para os locais que se tornarão abrigo do célebre convívio citadino, que deixa um cunho profundo tanto no imaginário popular como na cultura citadina e na literatura que lhe diz respeito. Podemos trazer vários exemplos da centralidade dos cafés Marrare na memória cultural portuguesa. Partimos do caso mais célebre: no romance *Os Maias*, de Eça de Queiroz, o café Marrare (“do Polimento”) é lugar de atmosfera tardo-romântica, de encontro de uma juventude senhorial à qual pertence Pedro da Maia, pai do protagonista Carlos, que precisamente neste café encontra a sua futura mulher e mãe de Carlos, Maria Monforte. Esta mulher abandonará Pedro e a família para fugir com um exilado do *Risorgimento* italiano, o napolitano Tancredo.⁵⁹⁸ Por sua vez, o poeta e memorialista Raimundo Bulhão Pato lembra os anos da metade da centúria (o Marrare do Polimento fecha no ano de 1866), aquando da gerência de Matias Ferrari: «foi notável aquele café; assumiu um carácter literário e político, que hoje pertence à história. Ali só entravam pessoas que andassem em certa roda; as outras não se sentiam à sua vontade em semelhante convivência, ou em tal meio, como agora se diz».⁵⁹⁹ O Marrare deixou realmente uma marca na memória da cidade lisboeta e, em geral, da sociedade portuguesa, de tal forma que se tornou um caso discutido na literatura. Por exemplo, há quem afirme que o sucesso da memória colectiva do Marrare constitui um fenómeno literário ligado à época da grande fortuna dos folhetins; sendo assim, muito contribuiu decerto a obra de um escritor como Júlio César Machado, célebre autor de folhetins, que em *A vida em Lisboa* inicia a narração naquele café situado no Chiado. Na opinião de Américo A. Lindeza Diogo, curador de uma

⁵⁹⁴ Lema «Marrare do Polimento», em MATOS, Alfredo Campos (coord. e org.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1988, p. 585.

⁵⁹⁵ CARVALHO, Pinto de (Tinop), *op. cit.*, vol. II, p. 128.

⁵⁹⁶ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, «A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais de Antigo Regime», em M.^a da Graça Mateus Ventura (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Ed. Colibri, pp. 107-108.

⁵⁹⁷ Assim se lê no n.º 103 de Sábado, 2 de Maio de 1818, p. 139: «António Marrare transfere a sua Loja de vinhos engarrafados que tem no Largo de S. Carlos, n.º 4, para a Rua das Portas de Santa Catarina, ao Chiado, n.º 33, a qual se abre hoje, 2 do corrente, com todas as qualidades de vinhos engarrafados, licores, cervejas, etc.» (*apud* COSTA, Mário, *O chiado pitoresco e elegante*, Lisboa, [s.n.], 1965, p. 139).

⁵⁹⁸ cf. MARNOTO, Rita, «Esuli e figure di esuli risorgimentali nel Portogallo dell'Ottocento», *La Rivista dell'Arte*, n.º 1 [2012], Roma, [s.n.], pp. 107-118.

⁵⁹⁹ PATO, Raimundo Bulhão, *Memórias*, tomo I, Lisboa, [s.n.], 1894, p. 133.

recente edição do livro de Machado, «o Marrare produz o folhetim e a escrita de folhetim aqui mesmo produz o Marrare. O Marrare não tem existência real mencionável, mas a que derivaria de um acto institucional, expresso em artigos e parágrafos únicos». ⁶⁰⁰ Antonio Marrara morre em 1839, e a gerência do seu café trespassa, após um período de controlo do seu sobrinho José Marrara, para a família Ferrari, que constitui outra firma histórica e de realce no mundo da restauração urbana.

Existe um importante testemunho de que já em 1821 a figura de Antonio Marrara tinha alcançado um respeitável posicionamento social, não só entre os emigrados italianos mas também no âmbito citadino: estamos a referir-nos às memórias do mais célebre exilado italiano dos anos vinte que passou por Lisboa, o general napolitano Guglielmo Pepe (sobre a estadia portuguesa e suas vicissitudes políticas falaremos mais adiante). No momento da sua chegada à capital portuguesa, após uma aventureira viagem a Elvas durante a qual todos os seus bens lhe tinham sido roubados, é acolhido e hospedado pelo confeitiro calabrés:

«lo stesso giorno in cui giunsi in Lisbona preceduto dalla fama di essere stato svaligiato, presentossi da me un uomo di età matura, vestito di nero con molta eleganza, e mi disse che era calabrese anch'egli, che conosceva la mia famiglia, che trovavasi stabilito in quella città da circa trenta anni, e che chiamavasi Antonio Marrara. Aggiunse che era colà sbarcato come famiglio dell'ambasciatore di Francia. Che poscia volendo trarre vantaggio dalla sua abilità nel far confetti e liquori di ogni specie, aveva aperto una bottega da confettiere, e da ultimo due da caffettiere, e per tal modo s'era fatto assai ricco». ⁶⁰¹

Guglielmo Pepe não esquecerá a afabilidade e amizade deste homem alegre e corpulento: há uma troca de cartas entre os dois após o regresso definitivo do general a

⁶⁰⁰ MACHADO, Júlio César, *A vida em Lisboa*, edição de Américo A. Lindeza Diogo, Lisboa, Angelus Novus, 1999, p. XX. Sempre na mesma obra, o autor descreve o célebre lugar, não sem alguma inexactidão: «O Marrare é o primeiro café de Lisboa, apesar de ser o pior, o mais mal servido, o que tem bebidas menos gostosas, e comodidades mais insuficientes. O Marrare é para Lisboa uma espécie de monumento histórico que ela suporta, porque o hábito lho tornou necessário. É o *rendez-vous* dos janotas e dos jornalistas, dos párias e dos homens de pensamento: é um sítio onde nem todos têm direito de entrar, apesar de ser público! Adquire-se esse direito pelos seguintes títulos: Artigo 1º é necessário para ser admitido a frequentador do Marrare ser um homem fora do comum. Consideram-se homens fora do comum os homens de talento, os janotas, os ociosos puros, e todos os exceptuados da sociedade constituída, que descobriram modo de gastar dinheiro sem ter dinheiro, ir ao teatro sem comprar bilhete, ter fato sem o pagar, andar de sege sem saber a conta» (MACHADO, Júlio César, *op. cit.*, p. 4). Segundo Mário Costa, relator da vida social do Chiado, o Marrare foi «o farol de maior incandescência que até hoje se incrustou na fenomenal artéria [...] deixou uma crónica brilhante, turbulenta, estonteante e foi o criador de inacreditáveis lendas, que só o romantismo saberia urdir» (COSTA, Mário, *op. cit.*, p. 138).

⁶⁰¹ PEPE, Guglielmo, *Memorie del generale Guglielmo Pepe intorno alla sua vita e ai recenti casi d'Italia*, vol. II, Parigi, Baudry, 1847, p. 150.

Inglaterra, em 1823. Esta circunstância permite-nos avançar com uma hipótese acerca do pequeno mas significativo papel de apoio aos liberais que o empresário calabrês desenvolve nos anos que se seguem ao restabelecimento do absolutismo. Como é sabido, este é um período que se distingue pelo elevado nível de controlo e repressão de qualquer sentimento liberal, num contexto de aguda vigilância que se segue à reconquista do poder pelo rei e pelos sectores do absolutismo. De facto, a troca epistolar entre Pepe e Marrara – que o general napolitano esconde nas suas memórias – alimenta as suspeitas da polícia portuguesa, desde sempre atenta às actividades desenvolvidas pelo calabrês, como dissemos anteriormente.⁶⁰² Aliás, as cartas são enviadas por Pepe através do navio que de Falmouth fazia chegar correspondência a Lisboa, e que a polícia mantinha sob observação, devido à forte convicção da existência de alguma correspondência a partir do estrangeiro de homens símbolos do Vintismo, como por exemplo José da Silva Carvalho.⁶⁰³ Extensas medidas de segurança pública são activadas, tendo como efeito o aprisionamento das pessoas que se descobriu terem recebido aquelas cartas, como Manuel José da Silva Serra e José Gonçalves Serra, tio e sobrinho, levados à cadeia do Limoeiro, após lhes terem sido apreendidas cartas e objectos «relativos à sociedade maçónica», «instaurando de tudo o competente processo em que têm d'entrar outros quaisquer indivíduos, que no mesmo objecto se acharem envolvidos».⁶⁰⁴ Entre os que foram presos por causa da correspondência britânica encontra-se também José Ferreira Pinto Basto, o industrial portuense do tabaco e da cerâmica, fundador da Fábrica da Vista Alegre, grande opositor do absolutismo e amigo de José da Silva Carvalho, de que se suspeitava ser financiador da sua fuga para Londres, após a falta de reconhecimento de uma pensão para o ex-primeiro ministro do reino, conforme determina o próprio Dom João VI.⁶⁰⁵ Entre toda esta correspondência – de que era intermediário um tal Mr. Richard (Withiel, mercante de profissão) – as autoridades policiais encontram também as cartas enviadas de Falmouth pelo General Pepe à Marrara. É desta maneira que este último e o seu caixeiro, o genovês António Profumo, de 29 anos, caem sob as atenções da polícia. De facto, pode ler-se na comunicação da Intendência Geral da Polícia ao Corregedor do Crime do Bairro de Belém (responsável pelo juízo do caso, sendo as cartas apreendidas no cais daquele bairro):

⁶⁰² ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência com a Intendência Geral da Polícia», cx. 342, mç. "1823", fl. 5.

⁶⁰³ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv.223, pp.5-6v. (10/07/1823).

⁶⁰⁴ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv.223, p. 6.

⁶⁰⁵ Cf. MOGARRO, Maria João, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, Livros Horizonte, 1990, pp. 32-33.

«tendo requisitado competentemente que me se apresentasse Mr. Richard [Withiel, *ndr*], empregado ou viajante do paquete Malborough, lhe fiz tomar a declaração junta que V. Ex.^a ratificará judicialmente; e como por ella ainda acrescessem razões de mais suspeitas [...] deduzidas da carta que Silva Carvalho escrevera a Pinto Basto, o fiz recolher ao Castelo desta cidade à minha ordem: previno disto a V. Ex.^a para que a seu respeito proceda como lhe ordinei no citado aviso; tendo agora a acrescentar que deve chamar à sua presença o caixeiro de Antonio Marrare, por nome = Perfumo = que é a pessoa a quem pelo General Pepe foi dirigida por mão de Mr. Richard Withiel a carta que ele refere no termo, e que o mesmo Marrare apresentou nesta Intendência, sendo por isso mandado comparecer; e ao dito caixeiro fará V. Ex.^a as declarações competentes sobre o objecto da Carta, e mais circunstâncias que nela se referem».⁶⁰⁶

Embora Antonio Marrara apresente a carta às autoridades policiais, evidentemente para demonstrar que estas não continham nada de comprometedor e tornar mais tranquila a sua posição e a do seu empregado (afinal, ambos ficam fora do julgamento), mantêm-se em relação a estes as suspeitas de desenvolverem um papel de comunicação entre alguns dos exilados na Inglaterra e os liberais que se tinham mantido em Lisboa. O que de alguma maneira demonstra que, dentro da comunidade italiana na capital, havia proximidade com as questões políticas que atravessam a sociedade portuguesa naqueles anos.

A atenção concedida pela polícia a Antonio Marrara e aos locais por si geridos volta a manifestar-se em breve, e mais uma vez através do juiz corregedor do crime do bairro de Belém, incumbido das investigações sobre as eventuais actividades políticas que ali dentro se desenvolviam. Este caso diz respeito a um tal homem que tinha cantado o hino constitucional, e que inicialmente se pensava ter ocorrido no Café Nicola, no Rossio. Mas tinham sido os próprios caixeiros do café Nicola a dirigir as acusações contra a “loja de bebidas” do Marrare (o café no Chiado): interrogados, assim os caixeiros do Marrare, eles tinham indicado em tal F. Mendes o autor dos coros no dia 6 de Junho, «às duas horas do dia em uma loja de bebidas, hora imprópria de ajuntamento em tais casas». Mas, anota o oficial da polícia que redige a relação para o juiz, «notei porem na testemunha, e caixeiro da mesma loja, alguma repugnância de mostrarem o dito Mendes ao meu escrivão»;⁶⁰⁷ o caixeiro era, obviamente, Antonio Profumo. O homem acusado deste crime, o tal Mendes, era assíduo frequentador da loja, sendo afinal preso e levado para a cadeia da cidade.

⁶⁰⁶ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv.223, p. 7v (em 11/07/1823).

⁶⁰⁷ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Bairro de Belém», mç.120 (cx.216), fl. 148.

Apesar deste constante controlo das autoridades portuguesas, o desenvolvimento dos interesses e das actividades de António Marrara mantém a sua linearidade. A 11 de Janeiro de 1825, a empresa criada por Marrara adjudicou-se a gestão do teatro São Carlos, ao longo de três anos (a gestão do teatro é coisa diferente da gestão do café do teatro, embora este estivesse alojado dentro do prédio). Tal actividade começa logo após a falência da empresa que geria o teatro, que tinha criado vários problemas à companhia de actores italianos que aí representava. Esta situação tem uma pendência judicial que envolve a antiga gerente italiana, Margarida Bruni que, no entanto, se tinha envolvido sentimentalmente com o próprio Marrara.⁶⁰⁸ Esta figura feminina é bastante discutida, pelo seu papel no seio da sociedade lisboeta, e pela sua capacidade de relacionamento com os homens mais importantes quer do mundo político quer do dos negócios (ulterior demonstração da posição alcançada por Marrara). É ela quem, em finais de 1828 (e embora tivesse algum papel nas sociedades do teatro já desde 1822, numa sociedade criada com o arquitecto de origem romana Giovanni Battista Hilbrath),⁶⁰⁹ consegue tornar-se *manager* exclusiva quando Marrara deixa a gerência do teatro por não lhe ser renovado o contrato. Nesta altura, a infiel Margarida Bruni tinha já terminado o seu relacionamento com o empresário calabrês, ou pelo menos podemos tomar como hipótese tal cenário, sendo que nesse ano é alvo de uma queixa da parte do antigo amante por dívidas não satisfeitas. Isto é, embora o fim da gestão de Marrara coincida com o regresso ao país de um clima de repressão absolutista, com a tomada do poder por Dom Miguel, temos evidentemente de relacionar o fim da empresa Marrara mais com questões de vingança sentimental do que com questões políticas, tendo em conta as antigas simpatias liberais manifestadas pelo empresário italiano. Salientamos, porém, o facto de o já intendente geral da Polícia João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, talvez o mais poderoso amante da Bruni, se tenha tornado ministro da justiça (1829) de Dom Miguel (este último, ao que parece, também gozando de boa consideração por parte da

⁶⁰⁸ Segundo Mário Moreau, Antonio Marrara viveu maritalmente com a bailarina e empresária italiana (*op. cit.*, 2 vols., vol. I, p. 51, nota 25).

⁶⁰⁹ Giovanni Battista Hilbrath, 34 anos em 1822, irmão de Filipe – libretista do teatro de São Carlos – é um arquitecto romano residente em Lisboa há alguns anos. Tem trabalhado na direcção das obras de remodelação do palácio do Barão de Quintela, na rua do Alecrim. Neste sítio è possível ainda ver o seu retrato, nas famosas pinturas da sala romana, de autoria de António Manuel da Fonseca. Sobre a empresa Bruni-Hilbrath, e sobre as dificuldades encontradas pelas companhias italianas, veja-se ESPOSITO, Francesco, «Lisbona 1822. La vita musicale attraverso la stampa periodica», *Revista Portuguesa de Musicologia*, n.º 10 (2000), Lisboa, INIC, pp. 46-64.

bailarina romana).⁶¹⁰ Resulta aliás evidente como Margarida Bruni gozasse do favor de alguém com algum poder para desempenhar esta posição de relevo – deve considerar-se que, naquela altura, o teatro era já encarado como uma espécie de carta de apresentação da corte e da cidade, sendo por esta razão sustentado pela própria coroa; sobretudo, para continuar a fazê-lo perante o seu repetido envolvimento em questões judiciais, como testemunha outra queixa recebida em 1828, por ter sido fiadora de um tal Mc Heron, um estrangeiro que era considerado – pelo menos pelas crónicas judiciais – um exaltado liberal.⁶¹¹ O triénio de gestão pela sociedade do empresário calabrés é caracterizado pela contratação de várias e destacadas companhias italianas, distinguindo-se sobretudo pela presença do já citado compositor Saverio Mercadante⁶¹² e pela encenação da ópera de Gioacchino Rossini, *Adina*, que embora tivesse sido escrita – sob comissão portuguesa – pelo grande compositor italiano em 1818, só estreou em Junho de 1826. Segundo a historiografia do teatro de São Carlos, a empresa de Marrara fica como a que melhor administração financeira e artística teve naquela década, garantindo ao Marrara a estima e confiança do governo.⁶¹³

Enfim, salientamos que o facto de serem vários os italianos que tomam conta da gestão empresarial do real teatro de São Carlos – ou que demonstram interesse nisso – traz um elemento de reflexão muito importante: ou seja, que são em primeiro lugar os próprios naturais da Península Itálica a querer desenvolver as actividades de promoção da cultura italiana. Isto acontece não só por uma questão identitária, mas também – e talvez sobretudo – pelo facto de considerarem a música e a lírica italianas uma oportunidade empresarial, no sentido em que percebem plenamente a atracção do produto cultural italiano no estrangeiro, tentando explorar todas as suas potencialidades. Mediante as suas iniciativas empresariais, tornam-se vectores dos elementos mais poderosos da identidade italiana, a cultura, através da qual o conceito de italianidade se afirma e se faz reconhecer pela Europa inteira, muito antes da sua própria formalização.

As questões familiares de Antonio Marrara são várias, e recaem num âmbito que interessa de perto às comunidades italianas no estrangeiro, um âmbito relativo à herança de bens deixados por súbditos falecidos longe da própria pátria. Já naquela altura a questão dos legados materiais dos italianos em terra lusitana representa uma problemática

⁶¹⁰ Sobre o papel de Margarida Bruni nestes anos, veja-se NICOLINI, Gianluca, *Adina*, Pesaro, Fondazione G. Rossini, 2011.

⁶¹¹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Rossio», mç. 219 (cx. 362), fl. 207.

⁶¹² MOREAU, Mário, *op. cit.*, pp. 51-52.

⁶¹³ *Ibidem*.

comum para os familiares (residentes no lugar de origem) e para as legações consulares que ficavam responsáveis por tratar da questão e tentar defender os interesses daqueles. Esta questão, que não é de fácil resolução pelas condições da altura (*in primis*, a dificuldade de comunicação devido às distâncias), começa a resolver-se, para os súbditos napolitanos, a partir de 1819. Conforme fora já lembrado no capítulo anterior (veja-se p. 96), neste ano é estipulado – com base num princípio de reciprocidade recebido por grande parte dos códigos da restauração, e reconhecido por Ferdinando I em 1818⁶¹⁴ – um acordo entre os dois reinos para a abolição do direito de albinágio (repetimos: o direito do Estado ou da Coroa à sucessão a bens de estrangeiros falecidos no seu território sem herdeiros legítimos ou testamentários). No texto redigido e assinado pelo Visconde de Torre Bela (encarregado de negócios, como vimos no capítulo antecedente) e pelo Marquês de Circello, podia-se ler que «lo *jus albinagii* non sarà esercitato sui sudditi napoletani presenti in questo regno». ⁶¹⁵ O novo acordo internacional entre Lisboa e Nápoles abria assim novas perspectivas para a recuperação de patrimónios no estrangeiro, dando origem a um curioso caso que diz respeito a Antonio Marrara.

No outono de 1826 chegam à capital portuguesa uma irmã e uma sobrinha dele, que decidem embarcar após terem sido informadas (erroneamente) da morte do empresário calabrês; a sua intenção é verificar pessoalmente o estado de saúde de Marrara e do seu património. É sobretudo esta última preocupação que as leva a enfrentar a longa viagem para Lisboa, não obstante os desmentidos enviados pelo vice-cônsul napolitano, o qual em vão tenta reassegurar os familiares de que António Marrara está vivo. A questão torna-se tão relevante – ulterior prova de que a importância da posição social e económica alcançada por Marrara tinha chegado até ao seu longínquo lugar de procedência – que o próprio intendente da cidade de Reggio di Calabria assume posição a favor da causa das irmãs Marrara, de modo que lhes fosse assegurado o património do seu colateral, «alla quale assumono avere esclusivamente diritto», e que quantificam em «mezzo milione di ducati». ⁶¹⁶ A carta enviada pelas irmãs Marrara ao rei e ao ministro das finanças, em que imploram ajuda na solução do caso, evidencia todas as preocupações da parte da família que permanece em Itália:

⁶¹⁴ Cf. decreto n.º 1284, em *Collezione delle leggi e de' decreti reali del regno delle Due Sicilie*, anno 1818, semestre II, Napoli, Real Tipografia, pp. 121-123.

⁶¹⁵ *Collezione delle leggi e de' decreti reali del regno delle Due Sicilie*, anno 1819, semestre I, Napoli, Real Tipografia, pp. 549-550.

⁶¹⁶ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692, fl. sem número (em 12/04/1826).

«Angela ed Anna Maria Marrari della provincia di Calabria Ultra [...] umilissime serve e fedelissime suddite della Maestà Vostra con rassegnata supplica le fan presente come avevano esse un germano fratello nomato Antonio Marrari [*Marrara*, ndr.], il quale nella sua giovinezza allontanossi dalla famiglia ed andò a situar sua dimora in Lisbona, dove con la sua industria e negozio [h]a saputo migliorar fortuna ed acquistarsi immense ricchezze. Oggi giunse [l]a notizia delle supplicanti che tal di loro German fratello passò [...] a miglior vita, e che si fanno delle ricerche se vi siano nel regno legittimi eredi da poter adire legalmente alla sua eredità [...] ancora che persone vi siano i quali fidati nella debolezza delle supplicanti cercheranno con cabale e carte false farsi strada e introdursi in detta Eredità con pregiudizio estremo delle oratrici, perciò ricorrono alla Maestà Vostra qual Padre Protettore e sostenitore de' diritti de' deboli, e la supplicano benignarsi ordinare a chi crede che se ne pigli esatto conto, né si deliberi cosa alcuna senza intesa de' supplicanti e lo sperano per grazia».

O Ministério dos Negócios Estrangeiros alerta o vice-cônsul em Lisboa, Giuseppe Calleja, que sem grandes dificuldades consegue reunir informações sobre esta figura de relevo público, comunicando ao ministro em Nápoles que

«[...] Antonio Marrara non solo non è morto *ab intestato*, ma gode dell'apparenza di una sanità vegeta ancora, esercita il suo traffico det[t]agliato di riposteria con imbandire banchetti per festini di ricche persone, fa andare per suo conto due botteghini da caffè e bevande co' loro rispetivi bigliardi, e sostiene attualmente l'impresa di questo Real Teatro di San Carlo, da lui intestatasi l'anno scorso. Sono quindi in errore le due sorelle, che son ricorse al Patrocinio di Sua Maestà per pretenderne la successione».⁶¹⁷

Não obstante as reafirmações feitas por Calleja, uma irmã e uma sobrinha resolvem viajar para Lisboa, aonde chegam no princípio de Outubro, podendo assim averiguar pessoalmente o verdadeiro estado de saúde quer do seu familiar, quer do seu património.⁶¹⁸

Como já dissemos, após a morte de Antonio Marrara a gerência do seu café trespassa à família Ferrari. O novo titular, Matias Ferrari, é homem de sentir legitimista, a par do seu

⁶¹⁷ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692, fl. sem número (em 1/03/1826).

⁶¹⁸ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Portogallo. Affari politici (1826)», busta 935, fl. sem número (em 14.10.1826).

pai Hilário Arcanjo Ferrari,⁶¹⁹ genovês, conserveiro, que em 1821 exerce a sua actividade no largo da Patriarcal Queimada (a actual área do Príncipe Real), no mesmo prédio onde mora e que nos anos seguintes será demolido para permitir a construção do palácio Ribeiro da Cunha. A fidelidade legitimista da família Ferrari custar-lhe-á a destruição do local onde se encontrava a confeitaria, queimada pelos liberais em 1833 como vingança contra o seu sentimento político.⁶²⁰ Aliás, afirma Mário Costa (citando a obra *Lisboa de Outrora* de Tinop):

«foi aqui, num salão do 1º andar, em data 1 de Agosto de 1833, que o banqueiro espanhol Mendizabal ofereceu aos seus amigos um sumptuoso banquete, na ideia de festejar a implantação do regime constitucional. Além de outros, assistiram os duques de Palmela e da Terceira, o almirante Parker, Agostinho José Freire, o conde de Ficalho e grande número de oficiais portugueses e ingleses. O conselheiro José da Silva Carvalho, assomando à janela, falou à massa popular que se aglomerava na rua, em frenéticos aplausos».⁶²¹

Como vimos, o protagonismo dos italianos residentes em Lisboa durante os primeiros e determinantes trinta anos do século XIX é absolutamente relevante, abrangendo questões que dizem respeito à sociedade, à política, à economia. Como antecipámos, naquela altura – particularmente a partir de 1820 – Lisboa torna-se cenário de desenvolvimento dos projectos políticos liberais europeus, em que vários italianos desempenham papéis consideráveis. Isto é, após termos enquadrado a consistência e função da comunidade italiana, na segunda e terceira partes do capítulo tentaremos definir a dimensão do exílio político italiano que concerne o país – nomeadamente, a sua capital – durante o vintismo e depois dele. Procuraremos delinear as suas histórias principais, e sobretudo a sua interacção com o mundo da emigração social italiana em Lisboa.

No que diz respeito a Portugal, a fase mais activa da luta política italiana nos caminhos do exílio localiza-se na terceira década do século XIX. É neste arco cronológico que a coincidência entre a presença dos exilados e a comunidade italiana residente terá a sua

⁶¹⁹ «Foi um grande realista, e tanto que, à maneira de outros realistas retintos, chegou a pedir autorização para usar a medalha com a Real Efigie de El-Rei Nosso Senhor [...] Também exerceu as *altas funções* de cabo da polícia [...] quando os liberais entraram em Lisboa, Ferrari e a sua mulher fugiram para Elvas. Na volta à capital encontraram a casa reduzidas a cinzas. Supomos que chegou a reedifica-la, e foi daí que, em 1846, seu filho, Matias Ferrari, veio estabelecer-se na Rua Nova do Almada» (CARVALHO, Pinto de, [Tinop], *op. cit.*, vol. II, 1899, p. 135).

⁶²⁰ Cf. Eduardo Sucena, «Cafés», em *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1994, p.193.

⁶²¹ CARVALHO, Pinto de, (Tinop), *op. cit.*, vol. II, p. 92; *apud* Mário Costa, *op. cit.*, p. 145.

fase mais importante. Desde 1820, Portugal é meta transitória ou permanente para muitos dos envolvidos nas revoluções italianas que caracterizam o biénio de 1820-1821. Na segunda parte do presente capítulo, vamos delinear a questão do exílio político italiano em terras portuguesas, relacionando-o com as dinâmicas que concernem a comunidade que o acolhe. Veremos em que medida se verifica uma correspondência entre as vicissitudes de boa parte dos exilados e as dos italianos residentes no país; facto, este, que define o desenvolvimento de uma narração nacional comum. O Portugal daqueles anos é um dos lugares onde se constrói a futura identidade nacional italiana. Veremos também qual será a reacção da sociedade e autoridades portuguesas, sobretudo durante a fase do regime miguelista, em que a presença estrangeira no país – e particularmente a italiana – é hostilizada por razões políticas, que porém escondem também outras motivações.

No nosso percurso de estudo tentámos aprofundar um aspecto particular das relações luso-italianas nesta época, ou seja, o cruzamento de questões e influências entre Portugal e uma realidade específica da Península Itálica: Nápoles. Apesar de ser uma comunidade de menor consistência e menor peso socioeconómico no âmbito do contexto lusitano e lisboeta em relação, por exemplo, à piemontesa/genovesa, a napolitana desempenha um papel importante nas questões históricas que atravessam o contexto português no período considerado. Sobretudo, grande parte do exílio político que se cruza em Lisboa provém mesmo da falência da experiência constitucional napolitana. Muitos entre eles tentam permanecer em Portugal, por razões existenciais ou de oportunidade política sobretudo após a fase constitucional que se inaugura com o ano de 1826. Muitos fazem de Lisboa uma etapa obrigatória na construção dos percursos e tramas políticas na Europa do sul, pelo papel de “porto aberto” que a cidade assume desde 1821, tornando-se fulcro dos movimentos revolucionários entre Londres e o Mediterrâneo.⁶²²O resto dos napolitanos presentes em Portugal – como vimos, predominantemente de baixo extracto social – serão igualmente envolvidos nas consequências das lutas políticas; estas terão como alvo a presença estrangeira no país, estigmatizada como ameaça “liberal” pela ordem absolutista.

O período de maior entrelaçamento entre política e comunidade italiana em terra portuguesa cessará logo após 1834, com a vitória do Exército Libertador na guerra civil portuguesa, onde a participação de exilados provenientes da diáspora política que interessa a Península Itálica é maciça. A nossa análise terminará pouco antes da eclosão do

⁶²²BRON, Grégoire, *op. cit.*, tome II, pp. 289-290.

conflito, cuja dimensão internacional foi aprofundadamente analisada e desvendada pelo estudo de Grégoire Bron.

PARTE SEGUNDA. Vintismo e *Risorgimento*: presença e memória no exílio

2.1 Premissa

O tema do exílio político italiano oitocentista – fenómeno cujo momento apical se pode observar entre a terceira e a quarta décadas do século – encontra em terras lusitanas um dos seus cenários mais importantes. Devido à situação política portuguesa em 1821, o reino e a capital tornam-se meta daquela vaga de emigração política que é consequência do fim do período de repressão que se segue às experiências constitucionais italianas (das quais se destaca, particularmente, a napolitana, sendo que a revolução piemontesa teve vida bastante curta; apesar disso, em termos numéricos, trata-se de dois fluxos de proporções semelhantes). Em termos específicos, Lisboa – o seu espaço urbano, o seu quadro social, e a própria comunidade italiana aí residente – torna-se lugar de passagem ou de residência de vários perseguidos, obrigados a largar bens e afectos nos respectivos lugares de origem. Trata-se de um fenómeno que não se esgota com o fim do regime constitucional, em Maio de 1823, mas que se prolonga pelo menos até ao final da década, quando as medidas policiais adoptadas pelo absolutismo miguelista definem uma atitude profundamente anti-estrangeira. Tal atitude legitima uma busca e repressão do “liberal” que não é somente uma medida de segurança interna, mas também uma escamoteação para golpear interesses económicos geridos por estrangeiros, entre os quais muitos italianos. A equação entre o estrangeiro e o liberal torna-se na medida por meio da qual as autoridades políticas e institucionais se relacionam publicamente com as comunidades estrangeiras presentes no país. Esta hostilidade antecipa, assim, a conflitualidade anti-liberal e anti-estrangeira que se concretizará durante a guerra civil de 1832-34, momento de consistente participação de voluntários vindos de outros países. Contudo, o medo da circulação no país de agentes do liberalismo internacional mantém-se ao longo de todo o período que se segue ao fim da experiência vintista, assim como a ideia de que Portugal seja terreno de conspirações. Esta conjuntura condiciona a relação interna com os estrangeiros residentes.

Na parte final do segundo capítulo, evidenciámos que, no quadro das relações diplomáticas entre Nápoles e Lisboa, em tempos de liberalismo, os dois governos não mantêm com efeito qualquer correspondência, devido às sensibilidades dos respectivos agentes diplomáticos (em particular do Visconde de Torre Bela em Nápoles, estando

vazio o cargo napolitano em Lisboa). É um discurso que se pode estender também à realidade piemontesa (embora com as necessárias diferenças, no que diz respeito às relações históricas entre as duas entidades e à composição do corpo diplomático), que vê neste ano a acção diplomática dos Condes de Linhares – e cujo acervo tem um valor arquivístico fundamental para o estudo das relações luso-piemontesas.⁶²³ Salientámos também que, após o fim por mão militar austríaca dos governos constitucionais italianos, serão mesmo os exilados políticos a constituir uma relação informal entre os liberalismos das duas penínsulas. No caso napolitano, que tentámos aprofundar, é com a chegada dos protagonistas do governo liberal que se instaura uma relação directa com o vintismo, que se concretiza no plano político (com alguma influência no debate parlamentar) com o governo, e no plano social com a cidade: estes homens não só são emissários políticos como vivem em espaços sociais, isto é, encontram pessoas, observam a realidade que os cerca e interagem com ela.

A horizontalidade mediterrânica entre Lisboa, Madrid e Nápoles, que defendemos no primeiro capítulo, reforça-se na circulação de tais homens, também num momento de transformação das condições políticas. Estes são os agentes de ideias que, desta forma, conseguem atingir as comunidades sediadas no estrangeiro; esta dinâmica observa-se, particularmente, entre os italianos que vivem fora, e que pela primeira vez se medem com o aspecto mais representativo da luta política pela independência: a lastimável condição do exilado. Ao longo do presente estudo já tivemos oportunidade de frisar o papel que muitos destes exilados desempenham nas comunidades no estrangeiro onde, no desempenho de um vivo dinamismo patriótico, tentam aproximar elites e sectores populares em torno de um discurso nacional, estimulando sentimentos identitários e contribuindo para uma ideia de comunidade nacional. Embora esta dinâmica se afirme especialmente a partir dos anos Trinta, é na diáspora pós-1820 que encontra as suas práticas primárias.

Por isso, com o objectivo de completar este quadro de conjunto das várias emigrações – social e política – que concernem Portugal na década em estudo, analisaremos a partir de agora o fenómeno do exílio político italiano neste país. Tentaremos fazê-lo tendo presentes as reconstituições pertinentes feitas em anos recentes, em primeiro lugar, por

⁶²³ O fundo *Conde de Linhares*, com material relativo ao período de 1501-1930, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. As relações luso-piemontesas na idade média, moderna e contemporânea foram objecto de uma publicação recente (já com segunda edição): LOPES, Maria Antónia, RAVIOLA, Blythe Alice, *Portugal e o Piemonte: a casa real portuguesa e os Sabóias. Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012.

Francesca Di Giuseppe, e por Gregoire Bron; por este motivo, o nosso estudo tentará completar o quadro com uma análise do papel não só político, mas também social destes exilados em Portugal. A partir das páginas autobiográficas de diários e memórias, tentaremos recuperar a imagem da realidade portuguesa, e nomeadamente lisboeta, tal como foi restituída pelas palavras de alguns destes homens. O nosso interesse recai, assim, sobre uma visão de conjunto da situação política e ambiental, fazendo emergir os contactos com a comunidade italiana residente *in loco*. Após a análise destas figuras de destaque, analisaremos a vida e as vicissitudes dos italianos em terras lusitanas, até ao início da guerra civil.

2.2 Situação de Lisboa à chegada dos exilados

Em 1821, a cidade de Lisboa constitui o centro da actividade política do governo vintista, que tenta espalhar não sem dificuldades as suas iniciativas por todo o país. Com o fim das experiências constitucionais italianas, torna-se meta de chegada, de abrigo, de observação: embora em crise, permanece a capital política de um antigo império, tornando-se nesta altura um dos centros do liberalismo europeu. Mas como se apresenta social e politicamente a cidade onde buscam apoio e abrigo os exilados italianos? Devido também à presença de uma comunidade italiana, Lisboa é naquela altura um espaço que acompanha com alguma empatia a situação da Península Itálica. Nela se difundem rapidamente os ecos do que se passa no centro do Mediterrâneo, provocando reacções de alguma força. Por exemplo, são significativos os acontecimentos que dizem respeito à representação diplomática austríaca: na noite de 28 de Abril de 1821, a casa do cavalheiro Lothar de Berks, cônsul-geral do Império, é objecto de uma violenta contestação por manifestantes opostos à intervenção austríaca que, em Março daquele ano, tinha posto termo aos governos constitucionais napolitano e piemontês. Os “mal-intencionados” apedrejam as janelas da casa do representante diplomático, levando-o, nos dias e semanas seguintes, a apresentar várias cartas de protesto contra as autoridades portuguesas, e chegando até a ameaçar o retiro da delegação: «Malgré le assurances les plus positives que [...]Votre Excellence avoit bien voulu me donner sur ce que mon domicile sera respecté [...]la populace avoit pourtant attenté, hier soir, à l’inviolabilité de ma demeure, en brisant, à coup de pierres, les vitres du logement que j’habite».⁶²⁴ As asseguarações a que apela o representante austríaco dizem respeito às medidas de segurança tomadas em

⁶²⁴ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma», cx. 233, fasc. “1821-Consulado d’Austria em Lisboa”, fls. 1, 5.

relação à sua pessoa e legação, após o aparecimento em finais de 1820 de um panfleto de forte contestação à política repressiva do império austríaco em Nápoles, e intitulado *Carta, ou Memoria de hum Cidadão Hespanhol, dirigida a S.M. o Imperador da Austria, sobre os acontecimentos de Napoles*.⁶²⁵ Naquela ocasião, pedia em voz alta ao governo que interviesse através da comissão de censura contra os redactores do texto incriminado, na realidade obra de um anónimo espanhol (A. F.), mas impresso numa tipografia lisboeta.⁶²⁶

A publicação, redigida logo após a cimeira que a Sagrada Aliança tinha realizado em Tropeau (Novembro de 1820) sob pressão do quadro revolucionário mediterrânico, constitui a resposta em língua portuguesa a uma nota do Imperador Francisco I sobre a situação napolitana; nota que tinha saído na imprensa europeia, inclusivamente na lusitana. O panfleto, de quatro páginas, é um conjunto de reflexões sobre a situação política do império dos Habsburgo, sobre a topografia dos seus estados, as suas relações com a Península Itálica, e sobretudo sobre a natureza dos acontecimentos de Nápoles.

A defesa da nação constitucional napolitana é para o autor uma prioridade, em que se entrevêm os temas da identidade nacional italiana: «os italianos, Senhor, ainda que divididos, não são de tudo ignorantes [...]»; um povo pacífico mas ciente da sua condição, isso devia saber o invasor austríaco, que ao tentar travar o processo constitucional arrisca «despertar do seu letargo ao valente lombardo, ao arruinado Veneziano, e ao enérgico Toscano, que sofrem, indignados, as cadeas com que os agrilho[am]». A defesa de Nápoles representa também a luta em nome de um direito comum, que se manifesta na horizontalidade do espaço político mediterrânico em 1820: «medite profundamente V.M. na sua própria situação, antes de mandar seus exércitos a combater com povos distantes, a quem a natureza concedeu os direitos de se constituírem de modo que mais proveitoso lhe seja».

A causa da “Nação Napolitana” torna-se, assim, numa causa nacional; causa de humanidade e de justiça, que vê sucumbir homens, enquanto «não perecem as nações». Impõe-se, assim, na esfera da (embora limitada) opinião pública portuguesa, o tema da

⁶²⁵ «[...] faire exécuter soignement les ordres sages et mesurés donnés à la commission de censure, aboutissant à reprimer l’esprit d’effervescence de ceux parmi les rédacteurs de journaux qui, ignorant ou partageant pas les grands et véritables intérêts de leur patrie, insultant tour-à-tour ces mêmes souverains et leurs ministères, dont le Portugal m’a certainement pas à se plaindre» (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma», cx. 233, fasc. “1821-Consulado d’Austria em Lisboa”, fl. 5).

⁶²⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma»,cx. 233, mç. “1821-Consulado d’Austria em Lisboa”, f. s.n. (em 16/01/1821).

liberdade política dos povos italianos, concebidos como um povo único. De outra parte, a mesma comunidade residente na capital é olhada como uma comunidade de italianos e não já de identidades regionais separadas. O tema napolitano é um tema italiano; e este é um tema político.

Por isso, a circulação deste folheto na Lisboa de 1821 revela várias coisas, *in primis* que na cidade havia um sentimento filo-napolitano, percebido como tema comum a todos os italianos – um sentimento que se manifesta como solidariedade proclamada entre a povoação “política” da capital, numa proximidade ideal que o general napolitano Guglielmo Pepe tocará com mão durante os seus encontros com a sociedade lisboeta, dentro e fora das Cortes Constituintes. *In secundis*, que a causa napolitana é uma causa italiana mas também ibérica, e por isso mediterrânica, sendo o alento anti-austríaco ditado pela possibilidade de que, caídos os regimes constitucionais italianos, se abram as portas a uma intervenção na Península Ibérica (como se decidira no Congresso de Verona, em Novembro de 1822, tendo seguimento em 1823). Enfim, surge a consideração em torno de como a produção política daqueles anos, sendo abundante e livre, não permanece só ao alcance de uma parte restrita da sociedade lisboeta (e portuguesa), das elites mais envolvidas no discurso político. Com efeito, é plausível que publicações deste cariz tenham circulado também entre a comunidade italiana residente, contribuindo para fazer chegar até ela o conhecimento dos trágicos acontecimentos que, com o seu revérbero fora das fronteiras peninsulares, constituem os primeiros passos no desenvolvimento da identidade nacional.

2.3 O caso dos exilados napolitanos

Quantificar o número de exilados que em 1821 abandonam a Península Itálica para desembarcarem nas costas da Catalunha é praticamente impossível, como já se sublinhou no primeiro capítulo; nem podemos realizar uma estimativa definida dos que decidiram viajar para Portugal, embora a dimensão desta deslocação seja mais limitada em número no que diz respeito à presença em Espanha. Este facto deve-se fundamentalmente à condição “beligerante” do liberalismo espanhol, cujo território se encontra estrangido entre a contra-revolução interna e a fronteira pirenaica, onde desde 1821 se começa a reunir um grande número de tropas francesas sob a indicação da Sacra Aliança, preâmbulo da invasão pelos *Cent Mille Fils de Saint Louis* que em 1823 põe fim ao regime constitucional. Diferente é a situação portuguesa, onde a contra-revolução se mobiliza, no plano militar, nos regimentos atestados nas zonas fronteiriças do país, ou de

alguma forma longe do centro de actuação política do liberalismo. Por isso, não constitui um estado de emergência – pelo menos até às primeiras revoltas militares trasmontanas – com necessidade de uma mobilização de carácter geral (como sucede em Espanha). A nível político e de opinião pública, o absolutismo desencadeia a sua acção ao longo de todo o triénio, através das instituições fundamentais (igreja e coroa), e dos órgãos de propaganda (folhas, periódicos, panfletos);⁶²⁷ com efeito, o vintismo cai antes de mais no seu interior, por “desagregação” induzida face a medidas político-económicas de difícil governação, e perante o trauma da independência brasileira. Por isso, o número daqueles que se deslocam para Portugal é reduzido em relação aos tantos que ficam em território espanhol a defender (armados) a constituição. Para os que chegam, a viagem a Portugal acaba por unir motivações de curiosidade pessoal às razões políticas. Afirma-se o desejo de observar de perto uma realidade de que pouco se sabe, e cujo conhecimento é mediado per uma visão literária amiúde preconceituosa. Além disso, a realidade portuguesa é fonte de interesse e de admiração inicial pelas consequências dos factos políticos observados.

Por esta razão, e pelo facto de que o material documental ao nosso dispor não nos permite revelar um quadro completo, tornam-se preciosas as fontes de informação das já evocadas obras de memórias deixadas por alguns destes exilados, a partir das quais relembremos as figuras mais relevantes. Entre os napolitanos, partimos daquela que, em nosso parecer, permanece a mais importante e significativa de todas, a do general Guglielmo Pepe.

Numa obra publicada no ano de 1920 e intitulada *Viajes por España e Portugal*, Arturo Farinelli – pai dos estudos comparatistas italianos – aplicava como epígrafe do volume o lema latino *Vita nostra peregrinatio perpetua*.⁶²⁸ Este mote, que bem se adapta ao ideal imaginário da figura do exilado político oitocentista, assenta como uma luva àquele general napolitano, de origem calabresa, cujas circunstâncias biográficas,⁶²⁹ resumidas nas

⁶²⁷ Cf. TORRAL, Luís Reis, «A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação», *Análise Social*, vol. XVI (1º-2º), n. 61-62 (1980), Lisboa, ICS, pp. 279-292.

⁶²⁸ FARINELLI, Arturo, *Viajes por España e Portugal. Desde la Edad Media hasta el siglo XX. Divagaciones bibliográficas*, Madrid, Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1920. Desta obra existe uma edição mais ampliada (*Nuevas e antiguas divagaciones bibliográficas*), em quatro tomos, curada alguns anos mais tarde pela Accademia Reale d'Italia (tomos I-II-III, 1942-1944) e pela Accademia Nazionale dei Lincei (tomo IV – apêndice e índice, 1979).

⁶²⁹ Guglielmo Pepe nasce em Squillace, na então província da *Calabria Ulteriore*, em 1783, numa família da pequena aristocracia local, a que pertencia também o irmão Florestano, outro defensor do liberalismo napolitano. Atravessou a importante fase de luta contra o absolutismo monárquico, passando toda a sua vida (com uma breve excepção em 1848) no exílio, após uma saída forçada do Reino das Duas Sicílias em 1821. Após a estadia ibérica, passa a viver em Inglaterra e, de seguida, em França. Já com alguma idade, participa na defesa de Veneza contra os austríacos aquando da proclamação da república em 1848. Após o golpe de estado de Napoleão III, abandona Paris para Turim, onde morre em 1855. Guglielmo Pepe foi um escritor

suas memórias – publicadas em Paris em 1847⁶³⁰ – constituem o manifesto da vida errante em nome dos altos princípios de liberdade política. Este desterrado militar, de formação jacobina e adesão carbonária, restitui-nos páginas importantes da sua estadia ibérica, de onde se pode salientar o plano político, sua preocupação fundamental.

Guglielmo Pepe desembarca nas costas espanholas em Abril de 1821, sendo acolhido triunfalmente em Barcelona. Na cidade catalã, porém, mau grado seu, deve medir-se com as primeiras manifestações da dramaticidade e precariedade existencial do exílio, por parte de muitos napolitanos que aí tinham já encontrado refúgio. As palavras com que descreve aquela desgraçada condição, reprovando os comportamentos dos seus antigos companheiros, são um testemunho que desmente qualquer “retórica do heroísmo” em torno da figura do exilado, evidenciando como a condição humana e as suas necessidades imperam sobre qualquer integridade e inspiração ideal:

«ma purtroppo, fra gli emigrati napoletani, alcuni avevano abbandonato la patria piuttosto perché tristi uomini che per appartenere al partito liberale; e, sotto la maschera di patrioti, conducevansi in modo da fare che mi sovvenissero que’ dolorosi versi di Dante: “e quel che più ti graverà le spalle – sarà la compagnia malvagia e scempia – con la qual tu cadrai in questa valle”». ⁶³¹

prolífico; além das suas memórias, produziu muitos escritos de carácter político, dos quais se relembram: *Memoria relativa á los sucesos políticos y militares de Nápoles en los años 1820 y 1821, con varias observaciones sobre la conducta de las naciones en general, y de la suya en particular; Dirigida a S.M. el rey de las dos Sicilias por el general D. Gullermo Pepe, y acompañada de documentos de oficio cuya mayor parte no se ha dado á luz hasta ahora*, Madrid, D. Miguel de Burgos, 1822; *Relazione delle circostanze relative agli avvenimenti politici e militari in Napoli nel 1820 e 1821, diretta a s.m. il Re delle Due-Sicilie dal generale Guglielmo Pepe. Con le osservazioni sulla condotta della nazione*, Parigi, presso i principali libraj, 1822; *Mémoire sur les moyens qui peuvent conduire a l'indépendance italienne*, Paris, Paulin, 1833; *Apologia del generale Guglielmo Pepe, ovvero Brevissima risposta dell'autore delle narrazioni storiche all'autore dei brevi cenni sulla spedizione del corpo d'esercito napolitano nell'ultima guerra d'Italia*, Torino, Franco, 1856. Numerosas são também as obras que tratam das suas vicissitudes biográfica e existencial, em particular: CARRANO, Francesco, *Vita di Guglielmo Pepe*, Milano, Tipografia Nazionale di G. Biancardi, 1857; VENOSTA, Felice, *Guglielmo Pepe. Notizie storiche*, Milano, Carlo Barbini Editore, 1864; MOSCATI, Ruggero, *Guglielmo Pepe*, 2 vol., Roma, Vittoriano, 1938; MANFREDI, Luca, *L'uomo delle tre rivoluzioni. Vita e pensiero del generale Guglielmo Pepe*, Foggia, Bastogi, 2009. Da passagem de Pepe por Portugal fala obviamente Ersilio Michel no seu estudo pioneiro sobre o exílio político italiano em Portugal: «Esuli politici italiani in Portogallo - 1815/1861», *Relazioni Storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 442-468. Existem também estudos em língua portuguesa, entre os quais o de LIMA, Henrique de Campos Ferreira, «O general napolitano Guilherme Pepe em Portugal», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 18 (1948), Lisboa, Arquivo Histórico Militar, pp.1-7.

⁶³⁰ PEPE, Guglielmo, *Memorie del generale Guglielmo Pepe intorno alla sua vita e ai recenti casi d'Italia. Scritte da lui medesimo*, 2 vols., Paris, Baudry, 1847.

⁶³¹ PEPE, Guglielmo, *op. cit.*, vol. II, p. 145.

Em Julho de 1821, após ter sido acolhido pelas Cortes de Madrid e ter travado os primeiros contactos com os liberais espanhóis, decide mudar-se (via terra) para Portugal, juntamente com o seu fiel acompanhante e conselheiro, o coronel Vincenzo Pisa. Francesca Di Giuseppe aponta bem as razões da viagem a Portugal do General, tais como a construção de uma rede de solidariedade que envolvesse numa missão partilhada não só os governos (ibéricos) que ainda se mantinham de pé, mas todos os que tinham protagonizado aquelas experiências (piemonteses e napolitanos, mas também franceses e ingleses), carecendo da construção de uma interligação consciente («quando si proclamò in Ispagna, in Napoli, nel Portogallo e in Piemonte, il regime costituzionale, niuna di queste nazioni ebbe parte a ciò che avvenne nelle altre»).632

Mais concretamente, a viagem de Pepe a Lisboa tem como objectivo a implantação da sociedade dos *Fratelli Costituzionali Europei* (já apresentadas nas Cortes de Madrid, onde regista a adesão de Francisco Balestreros), uma ideia sugerida pelo Marquês de La Fayette, com quem mantém uma correspondência epistolar.⁶³³ O objectivo da sociedade teria sido o de unir os mais eminentes liberais e “patriotas” (em sentido político) do velho continente, para defender as conquistas ibéricas, organizando e reforçando a frente anti-absolutista que teria avançado na luta política pela instauração de sociedades regidas por normas fundamentais. No plano ibérico, a tarefa de Pepe passa também por convencer os governos locais a reconhecer a independência das colónias americanas, em nome dos princípios comuns à frente liberal; e também com vista a uma vantagem logístico-militar, sendo que era necessário concentrar um esforço militar na defesa da península das ameaças da Santa Aliança.⁶³⁴ A isso devia seguir-se a organização de uma expedição militar, sob o comando espanhol mas com a participação de todos os patriotas que ali se encontravam, para a libertação do sul de Itália (tudo era coligado ao plano conhecido

⁶³² «[...] quand on proclama le régime constitutionnel en Espagne, à Naples, en Portugal et en Piémont, aucune de ces nations n'eut part à ce qui s'opéra dans l'autre», PEPE, Guglielmo, *Relations des événements politiques et militaires qui ont eu lieu à Naples en 1820 et 1821*, Paris, De l'imprimerie de Crapelet, 1822, p. 90; *apud* DI GIUSEPPE, Francesca, *op. cit.*, p. 166.

⁶³³ «C'est avec un grand plaisir, mon cher Pepe, que je me suis associé à votre confédération des patriotes européens: cette sainte-alliance, opposée à celle du despotisme et du privilège, ne peut qu'être fort utile; la cause des droits du genre humain triomphera sans doute, et nous sous applaudirons d'avoir contribué à son succès» (carta do Marquês de La Fayette a Guglielmo Pepe de 3/5/1822, in PEPE, Guglielmo, *Memorie del generale Guglielmo Pepe intorno alla sua vita e ai recenti casi d'Italia. Scritte da lui medesimo*, Paris, Baudry, 1847, vol. II, p. 163; MOSCATI, Ruggero, *op. cit.*, vol. I, p. 252. Sobre a correspondência entre Pepe e La Fayette, veja-se também ROMANO, Aldo, *Lafayette, Guglielmo Pepe e l'Italia*, «Rassegna Storica del Risorgimento», a. XX, fasc. III (1933), Roma, Istituto per il Risorgimento Italiano, pp. 585-614.

⁶³⁴ DI GIUSEPPE, Francesca, *op. cit.*, 167.

como “projecto Zea”).⁶³⁵ Um projecto que, porém, o governo napolitano monitoriza de perto, sobretudo graças a um atento trabalho de infiltração entre os emigrados políticos em Londres. Com efeito, é a partir da metrópole britânica que o experiente embaixador napolitano, Ludolf, faz chegar relevantes notícias concernentes a esta matéria ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à polícia do reino, desvendando detalhes cruciais acerca do projecto de expedição no sul da Península Itálica. Uma expedição que, tendo partido das costas inglesas sob o disfarce de uma operação mercantil, devia ter passado por Lisboa e Alicante com o objectivo de recolher homens e armas, antes de se dirigir para as costas da Calábria, que se achavam menos controladas pelo exército austríaco de estância no reino das Duas Sicílias, desde a invasão do mesmo em 1821 para derrubar o governo constitucional.⁶³⁶ Mas apesar das repetidas viagens a Lisboa e dos persistentes diálogos com as autoridades portuguesas, os projectos de Pepe – à excepção da adesão formal dos deputados à sua *Società* – encontram escasso reconhecimento, ditado mais pelo respeito à sua pessoa do que por convencimento da utilidade daqueles para a causa liberal. Por isso, o projecto inicial deixa espaço a uma missão internacional de ajuda aos patriotas gregos, naquela altura empenhados na luta pela independência nacional⁶³⁷ (outro plano que encontra o favor formal do governo vintista, mas nenhum empenho efectivo, devido também à recusa do governo grego). Estas circunstâncias afectam o ânimo do General, como se deduz da leitura das suas memórias; nestas páginas, ao entusiasmo do primeiro encontro com a realidade portuguesa segue-se a desilusão de outras ocasiões, emergindo com evidência a amargura do homem desterrado face à incomunicabilidade das suas ideias e à dificuldade de tornar comuns os seus sentimentos. Em Lisboa, Pepe torna-se o emblema do exilado arrastado por inúmeras dificuldades, cada vez mais

⁶³⁵ Francisco Antonio Zea, vice-presidente da Grã-Colômbia (proclamada independente em 1819) e residente em Londres, com o apoio de La Fayette propõe aos exilados italianos na capital britânica ajuda económica para organizar uma expedição militar em território italiano, caso eles tivessem conseguido convencer as Cortes espanholas a reconhecer a independência da antiga colónia. Cf. ISABELLA, Maurizio, *Risorgimento in esilio. L'internazionale liberale e l'età delle rivoluzioni*, Laterza, Roma-Bari, 2011, pp. 59-60.

⁶³⁶ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Corrispondenza Riservata. Sette politiche», bs. 4283, fasc. 3 (em 20/01/1822 e 05/02/1822).

⁶³⁷ A partir do ano de 1821, sob a influência das sociedades secretas fundadas pelos emigrantes noutras partes da Europa, começam a desenvolver-se na área do Peloponeso uma série de rebeliões contra a dominação otomana. Estas insurreições constituem a primeira fase das prolongadas peijas pela independência da nação grega, alcançada onze anos mais tarde, em 1832. A luta grega, escandida em várias fases político-militares ao longo da década, viu a participação de centenas de voluntários estrangeiros, procedentes de toda a Europa, particularmente da Inglaterra e de Itália. Constitui, por isso, o primeiro ensaio dos movimentos independentistas e nacionalistas de matriz liberal que se afirmarão ao longo do século XIX.

convencido de conduzir uma batalha solitária. O seu é um modelo existencial partilhado, doravante, por muitos liberais europeus, inclusive portugueses.

Apesar da ineficácia política das suas missões portuguesas, Guglielmo Pepe semeou algo de importante na sociedade lusitana, na opinião de Fernando Catroga. Segundo este autor, o desenvolvimento dos seus planos durante as várias estadias em Portugal (três, entre 1821 e 1823) está na base da difusão, naquele período, de uma multitude de “compromissos patrióticos”; ou seja, de numerosas sociedades de patriotas, com fins políticos e culturais, que representam uma evolução na utilização do conceito de “pátria”, enquanto termo de afirmação de resistência ao absolutismo, adquirindo um sentido cívico no contexto da linguagem política.⁶³⁸ Questão de grande relevo, que se enquadra no desenvolvimento do associativismo europeu de cariz anti-absolutista, embora tenhamos de considerar que o modelo associativo do vintismo segue outro caminho face à tradição da carbonária italiana, que Pepe representa plenamente.⁶³⁹ Podemos, neste ponto, colocar uma questão: vem Pepe a Portugal para implantar a carbonária? É provável que sim, se considerarmos que tal associação parece surgir naqueles anos.⁶⁴⁰ Por outro lado, porém, a sua viagem tem como missão a divulgação de uma associação ou “sociedade” de solidariedade internacional que não parece envolta em segredo absoluto. É evidente, apesar disso, que naquela altura a sua bagagem ideológica assentava ainda com firmeza no ideal carbonário, ou seja, na ideia de uma organização de orientação radical e secreta,⁶⁴¹ com elementos esotéricos e rituais, muito virada para a prática (acção) política. Um modelo associativo em que a batalha pelas liberdades constitucionais constitui a

⁶³⁸ CATROGA, Fernando, *A geografia dos afectos pátrios*, Coimbra, Almedina, p. 270.

⁶³⁹ CAZZANIGA, Gian Mario, «Società segrete e massoneria nell'età della Restaurazione e del Risorgimento», in Fulvio Conti, Marco Novarino (a cura di), *Massoneria e Unità d'Italia. La Libera Muratoria e la costruzione della nazione*, Bologna, il Mulino, 2011, pp. 19-46.

⁶⁴⁰ A Carbonária começa a difundir-se em Portugal em 1822, em concomitância com a segunda visita de Guglielmo Pepe, que a esta associação secreta de origem napolitana pertenciam há vários anos. A implantação dos primeiros grupos carbonários deve-se, de facto, aos oficiais italianos «que procuravam, por meio das sociedades secretas, revolucionar toda a Europa meridional» (FERREIRA, David, verbete «Carbonária» em Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Livraria Figueirinhas, Porto, p. 481. Enquanto em Itália este fenómeno inicia a sua fase descendente, desaparecendo de facto em meados dos anos trinta (com o desenvolvimento de uma forma mais estruturada de organização política por Giuseppe Mazzini), em Portugal a Carbonária – ou pelo menos ideias vagas dela – atravessam os anos até à nova fundação no final do século XIX, embora com bases diferentes da organização originária, sobretudo no que diz respeito ao ritual e às práticas: «infiltrada sobretudo nas classes baixas da população [...] eram um exército civil de que a causa republicana dispunha» (COSTA, Fernando Marques da, verbete «Carbonária», em *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Publicações Alfa, [s.l.], 1985, p. 103). Apesar da escassez de fontes documentais, encontra-se uma análise pontual da “nova” carbonária portuguesa, da sua estrutura e das suas complexas dinâmicas internas em VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal 1987-1910*, 3ª ed. (2004), Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

⁶⁴¹ A suspeita do carácter secreto das associações (visto sempre como elemento perturbador da ordem constituída, qualquer que seja a sua natureza) dificultava a sua implementação também no Portugal constitucional (cf. VARGUES, Isabel Nobre, *op. cit.*, pp. 171-200).

praxe do desenvolvimento de um discurso político e nacional unitário (com apelos a hipóteses republicanas, embora marginais).⁶⁴² Também a carbonária, porém, manifesta pretensões de pedagogia política do povo, construindo percursos de “aprendizagem da cidadania” – utilizando uma expressão de Isabel Nobre Vargues – embora num contexto em que a acção política tem prevalência absoluta no âmbito da discussão ideológica (típica do associativismo semi-público dos clubes portugueses). É naquela trajectória que se define uma aproximação entre o modelo italiano e o português, para lá de qualquer teleologia. Aliás, a indicação fornecida por Fernando Catroga assume particular interesse no contexto da nossa reflexão, tendo em conta que o próprio Guglielmo Pepe, reflectindo sobre os maus comportamentos dos seus companheiros em Barcelona, utiliza os termos “pátria” e “patriota” nos dois sentidos, isto é, numa acepção geográfica e política; marcando assim a própria evolução do termo, que se projecta na dimensão política portuguesa, por meio da experiência associativa a que se faz referência.

Seja como for, a primeira parte da “missão infeliz” de Pepe começa da pior das maneiras para ele e para o seu ajudante; com efeito, logo após a sua entrada no reino, são destituídos de todos os seus pertences:

«arrivai poscia ad Elvas: e siccome questa piazza è in Portogallo, la mia scorta convenevolmente da me gratificata, si ritirò. Pregai il tenente colonnello Pisa di andare alla prima autorità locale e chiedere, per favore, altra scorta, ma il comandante di quella provincia rispose che noi non eravamo in Ispagna e che in Portogallo viaggiavasi con molta sicurezza; quindi continuai il giorno seguente il cammino senza scorta. Eravamo appena circa quattro leghe lungi da Elvas, quando nel montare col legno una piccola collina, vediamo gente armata a cavallo venire verso di noi. Disse Pisa, ecco un distaccamento di cavalleria, ed io gli risposi che in breve vedrebbe qual distaccamento quello fosse. Eran di fatto dieci ladroni a cavallo, armati di moschetti, pistole e stili. Avvicinatisi; ordinarono al conduttore del legno di seguirli fuori dalla strada [...] Dopo di averci preso non solo il danaro che avevamo ed ogni oggetto di valore, ma pure la biancheria, se ne partirono dicendoci: “Molte grazie, cavalieri”».⁶⁴³

Este é um episódio que marca desde logo a desconfiança de Pepe em relação aos portugueses; desconfiança que aumenta a nível político, quando se torna mais evidente

⁶⁴² Cf. BISTARELLI, Agostino, *Gli esuli del Risorgimento*, Bologna, il Mulino, 2011, pp. 98-99; CAZZANIGA, Gian Mario, *op. cit.*, pp. 19-46.

⁶⁴³ PEPE, Guglielmo, *op. cit.*, vol. II, p. 148.

que os seus planos não encontram o interesse das instituições locais, apesar do bom acolhimento que lhe é tributado ao longo das suas estadias em território português, onde povo e deputados o acolhem com grande amizade – e apesar também do efeito e comoção que a invasão austríaca do Reino napolitano provocara nas próprias Cortes, animando o debate entre os seus membros e vendo os protagonistas do vintismo tomar as mais persuadidas defesas das razões do povo napolitano, e da legitimidade do seu regime político, a partir do momento em que estava difundida a ideia de que «não é só um ataque feito a Nápoles, senão às outras nações».⁶⁴⁴

Como dissemos, o respeito pela sua pessoa é enorme e sincero: a profunda admiração da parte dos liberais portugueses tem por base a compreensão da condição de combatente condenado ao exílio, destino que tocará em breve também a muitos daqueles que o acolhem em Lisboa, *in primis* o presidente das Cortes da nação regenerada, Francisco António Almeida Moraes (entre os que se encontram mais persuadidos pelo referido plano, aderindo logo à sociedade, segundo o testemunho de Pepe).⁶⁴⁵ Cortes que, apesar da complicada situação financeira do país que recai sob a responsabilidade do novo governo, o reembolsam de tudo o que lhe tinha sido roubado, «quatro contos de reis como sinal da particular estimação que tem pelo illustre General».⁶⁴⁶

Na capital ficam à sua espera também muitos italianos que aí residem, entre os quais talvez o mais representativo, e que com Pepe partilha a mesma “pátria” (nasceram ambos na região da Calábria): Antonio Marrara. Voltamos assim a esta grande figura da comunidade italiana e da vida portuguesa, cuja relação com o general napolitano analisámos na primeira parte deste capítulo.⁶⁴⁷ Não é por acaso que Pepe é recebido pela figura “rotunda e gorada” do confeitiro calabrês, homem de visibilidade e “de sucesso” entre os italianos residentes na capital; este acolhe-o na sua casa, oferece-lhe abrigo e dinheiro, mostra-lhe o filho doente, fala-lhe das suas desgraças (a perda da mulher). O ritual de acolhimento que se produz em ocasião da chegada de Pepe é um elemento típico

⁶⁴⁴ Exemplar é a intervenção em sessão plenária de Manuel Borges Carneiro, que em finais de Março, após ter tido conhecimento do derrubamento do governo constitucional napolitano, expressa toda a sua solidariedade, chegando a pedir à Regência o envio de um protesto oficial ao governo de Viena: «Mostrar-nos-emos indiferentes à pretensão de destruir o sistema Constitucional em Nápoles, a qual se viesse a verificar-se a veríamos logo estendida ao Piemonte, e sucessivamente à Hespanha e Portugal? Não: a causa de Napoles he tão justa que o Ceú nunca deixará de lhe ser propício, e nós declarando-nos por ela não faremos mais que declarar-nos pela causa de justiça, e de todo o gênero humano» (*Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.44 [27-03-1821], p. 371).

⁶⁴⁵ *Ivi*, p. 150.

⁶⁴⁶ «Parecer da Commissão da Fazenda, por Alves do Rio», *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.132 (20/07/1821), p. 1602.

⁶⁴⁷ Vejam-se pp. 200-201.

das comunidades emigrantes: é o homem mais importante do grupo residente a receber uma personalidade de relevo da comunidade de origem (no caso italiano, tal será muito evidente, por exemplo, nas colectividades fruto da grande diáspora migratória do final da centúria). Assim acontece na Lisboa de 1821 entre dois calabreses, que são também dois italianos. E assim remata Pepe a sua recordação daquele encontro:

«terminò il suo racconto dichiarando che aveva perduto sua moglie, che gli era rimasto solo un figlio di sì pessima salute da non poter vivere lungo tempo, e che gli avrei fatto un grande favore condiscendendo a starmene nella sua casa ch'era bellissima, e ad accettare intanto tutto il danaro di cui avessi avuto bisogno. Il ringraziai delle sue generose offerte, e solo accettai un desinare che volle darmi sontuosissimo. In tutto il tempo ch'egli continuò a vivere mandavami ogni anno in Londra e dopo in Parigi un regalo di bellissime arance».⁶⁴⁸

Nasce então uma relação de amizade que continua também após a fuga de Pepe de Lisboa em Maio de 1823; uma amizade que envolve Marrara – e o seu caixeiro, António Profumo – também no plano político, como vimos nas secções anteriores: mais uma vez, lembramos que os cafés do Marrara são constantemente vigiados pela polícia, enquanto lugares usuais de encontro de liberais. Embora não exista documentação a este respeito, não podemos excluir uma iniciação à carbonária de Marrara e Profumo por parte do General Pepe, o que faria com que a manutenção da relação epistolar encontrasse justificação para lá da simples afeição. Imagina-se, com legitimidade, que nos momentos de encontro entre o General e este homem, sobretudo aquando do “sumptuosíssimo jantar” que Marrara organiza para ele, os problemas da pátria tenham sido objecto de discussão, de questionamento, de partilha de conhecimento. Aliás, as próprias palavras de Pepe revelam que a liberdade italiana teria sido elemento de reflexão durante a sua primeira estadia lisboeta, sendo comparada à situação ibérica; ao deixar Lisboa rumo a Inglaterra, após as primeiras desilusões, deixa este pensamento:

«io osservava con dolore che l'esempio delle altrui sventure poco giova agli uomini per condursi in modo da prevenir le proprie. In Portogallo la civiltà è meno avanzata che in Ispagna; ed in Ispagna meno assai che in Italia. Ma la libertà italiana doveva combattere

⁶⁴⁸ PEPE, Guglielmo, *op. cit.*, vol. II, p. 150.

con nemici non più potenti ma di gran lunga peggiori di quelli che minacciavano la spagnuola e la portoghese». ⁶⁴⁹

Naturalmente, devido também ao carácter público da sua visita, a presença de Pepe não passa despercebida às autoridades napolitanas em Lisboa. Até o representante pontifício, preocupado com a situação política na Península Itálica – a partir da qual tinham chegado notícias contraditórias acerca da própria situação nos territórios sob controlo papal –, segue de perto a visita do general napolitano, mantendo informada a cúria romana. ⁶⁵⁰ Em Julho de 1821 o vice-cônsul Giuseppe Calleja informa o governo de Nápoles da primeira chegada e partida para Inglaterra do general napolitano: «questa decorsa settimana ha soggiornato in Lisbona il Generale Guglielmo Pepe, il quale, venuto di Spagna, di qui s'imbarca per l'Inghilterra». ⁶⁵¹ Esclarece, todavia, que a situação na capital portuguesa é tranquila, não constando da presença de outros estrangeiros («Qui tutto consiste nell'ordine migliore senza il concorso dei forestieri»). É evidente que o cônsul napolitano não tem o pulso da situação – o que lhe merece a irritação do governo napolitano – sendo que, a partir deste momento, a capital portuguesa se torna lugar de trânsito, ou mesmo de permanência, para alguns exilados.

Após a primeira estadia de Pepe (e do coronel Pisa) – que, como lembra ainda Calleja, termina no final do mês ⁶⁵² – são vários os napolitanos que chegam a Lisboa. Embora se trate de uma presença limitada, engloba personalidades de primeiro plano dos processos revolucionários italianos, as quais, à semelhança de Guglielmo Pepe, pertencem a uma elite política preexistente às revoluções, herança da sociedade das Luzes, dirigindo-se a Portugal para alargar o campo de acção da Internacional liberal – a qual ingressam e fomentam –, e modificando de facto o quadro das relações luso-italianas. ⁶⁵³ Entre estas,

⁶⁴⁹ *Ivi*, p. 151.

⁶⁵⁰ O representante diplomático em Lisboa durante o governo liberal, Monsenhor Cherubini, mostra-se particularmente impressionado pelo acolhimento tributado pelos deputados das Cortes ao ilustre militar napolitano, sobretudo após o roubo de que é vítima: «[...] si diedero al General Pepe cinque mila scudi, avendo egli detto che di una somma di denaro considerabile era stato spogliato da ladri vicino ad Estremós: egli assiste alle cortes di Lisbona ed è distinto di molto dai Sig. Deputati» (*ASV. Segr. Stato, Portogallo*. Anno 1821, rubrica 250, fasc. 3, fl. 79).

⁶⁵¹ ASN. *Ministero degli Affari Esteridel Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», bs. 2693, n. 121 (em 21/07/1821).

⁶⁵² ASN. *Ministero degli Affari Esteridel Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», bs. 2693, n. 122 (em 04/08/1821): «Domenica 29 [Julho, *nda*] parti su di un pacchetto inglese alla volta d'Inghilterra il Generale Guglielmo Pepe, ben accolto e coltivato nella sua dimora in questa Capitale».

⁶⁵³ Cf. BRON, Grégoire, *op. cit.*, t. II, pp. 268-269. «Les libéraux italiens et portugais qui établissent des contacts `Lisbonne sont parmi les personnalités les plus conscientes et les plus engagés du liberalism radical de leur pays d'origine. Dans le panorama de relations politiques luso-italiennes, cela constitue une rupture».

salienta-se o ajudante do General Pepe, o coronel Vincenzo Pisa, de quem ainda mal falámos.⁶⁵⁴ Pisa acompanha Pepe na primeira viagem a Lisboa, e com ele volta a encontrar-se quer em Lisboa, quer em Madrid durante as estadias do General (que no entanto fixa a sua residência em Inglaterra, onde entra em contacto com os outros exilados italianos e com a sociedade liberal inglesa) entre 1822 e 1823. Lisboa é ponto de encontro entre o General, que traz da ilha as indicações definidas nas discussões com os liberais aí presentes, e o coronel, elo de conjugação das operações de coordenação política que se tenta de levar a cabo entre a capital portuguesa e Madrid. Encontra-se também com Pepe durante a sua segunda viagem outro nome relevante entre os patriotas napolitanos, Raffaele Poerio, que em Lisboa recebe as cartas que entrega ao governo independentista grego, para que aceitassem o envio de uma expedição de voluntários internacionais; projecto que, como dissemos, falha perante o desinteresse manifesto do governo helénico e aquele disfarçado dos governos ibéricos.

Durante a sua terceira e última estadia lusitana, Pepe é apanhado pela insurgência reacionária da Vilafrancada. Com grande dificuldade, e com as tropas miguelistas já às portas da cidade, consegue meter-se num paquete com destino a Southampton. Nunca mais voltará a Portugal, embora sucessivamente, nas suas obras, reflecta (não sem amargura) acerca dos acontecimentos lusitanos do triénio. Contrariamente, e ao contrário do que foi referido pelos historiadores que se têm ocupado dele,⁶⁵⁵ no final de 1823 regressa a Portugal o coronel Pisa, como atestam papéis de polícia daquele ano. Ele é identificado entre um grupo de viajantes espanhóis procedentes de Cádiz, forçados à quarentena no forte de São João da Barra. O passaporte de Pisa testemunha o seu regresso a Lisboa como enviado da legação americana da cidade gaditana, com a tarefa de entregar correspondência ao ministro plenipotenciário dos Estados Unidos junto da coroa portuguesa. O seu nome é conhecido das autoridades portuguesas, que o consideram “de grande suspeita”, decidindo vigiá-lo durante a permanência na cidade: «Dom Vicente Pisa, solteiro, empregado na casa do Ministro dos Estados Unidos da America, e se dirige

⁶⁵⁴ «E questi fu il compagno di tutte le disgrazie e di tutte le avventure del Pepe in terra spagnuola, come in Italia era stato il compagno di tutti i sogni e di tutte le cospirazioni» (ROMANO, Aldo, *op. cit.*, p. 591). Uma referência biográfica para o estudo deste liberal é FUSCO, Gaetano, *Un obliato protagonista del Risorgimento (Vincenzo Pisa)*, Napoli, Istituto della Stampa, 1951.

⁶⁵⁵ Conforme as informações ao nosso dispor, revela-se incorrecta a reconstrução biográfica feita por Atto Vannucci em *I Martiri della libertà italiana dal 1794 al 1848*, 3ª ed., Firenze, Le Monnier, 1860, p. 157, nota 2), onde ignora completamente o regresso de Pisa a Lisboa em 1823, com salvo-conduto americano: «Il Colonnello Pisa combattè nelle guerre di Spagna, e dopo la caduta della Costituzione spagnuola e gli spergiuiri del re Ferdinando VII, fu tenuto per due anni in prigione a Madrid. Appena restituito a libertà si recò a Londra, e di là s'imbarcò per la Grecia».

a Olivença, para levar correspondência de Madrid, e Paris, que há de vir por Olivença, ou Badajoz, e ser por ele levada a Lisboa ao Ministro dos referidos Estados». De facto, parece um disfarce que permitiria que o coronel embarcasse em segurança para Inglaterra, sob proteção americana, uma vez que a sua permanência em território espanhol estava sujeita a perigos. A partir deste momento perde-se qualquer rasto seu em terras lusitanas. Pisa morre alguns anos mais tarde, na Grécia, aonde se dirigirá para combater como voluntário.⁶⁵⁶

Estes exilados – além dos napolitanos, os italianos no seu conjunto – chegam a Portugal numa fase em que, para utilizar as palavras de Oliveira Martins, «Portugal e a Espanha estavam divorciados da Europa, já convertida à reacção».⁶⁵⁷ Mas na obra deste historiador não se faz nenhuma referência à presença de estrangeiros e de italianos em Portugal no triénio liberal, assim como nos volumes de outros estudiosos de história nacional. Apesar de constituir uma parte mínima mas integrante da memória da nação regenerada – como reconheceu também Fernando Catroga – a historiografia esqueceu quase totalmente a presença de exilados italianos em Portugal, onde vieram a desenvolver actividade política. Em todo o caso, alguma traça permaneceu, sobretudo nos anos que se seguem a estes acontecimentos (trata-se, fundamentalmente, de pequenas memórias que homenageiam o sacrifício requerido na dimensão do exílio). Por exemplo, em meados do século XIX as vivências humanas e políticas de Guglielmo Pepe serão evocadas com ênfase por uma figura cuja produção teórica também se pode relacionar com a questão nacional italiana.⁶⁵⁸ Com efeito, José Félix Henriques Nogueira, pensador iberista e pai do pensamento municipalista, num artigo publicado no *Almanaque Democrático para o ano de 1854*, reconstrói a aventureira vida do General napolitano, traçando o perfil de uma pessoa de profunda virtude, dignidade e dedicação à causa da pátria. Dois anos mais tarde, o nome de Pepe volta a ressoar no parlamento lusitano. No dia 3 de Abril de 1856, falecera o General há alguns meses e o seu nome é lembrado pela frente da oposição progressista, nas palavras de Passos Manuel:

⁶⁵⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia (1823-1824)», cx. 342, fasc. “1823-24”, fl. 7.

⁶⁵⁷ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, 21ª ed. (1879), Guimaraes Editores, Lisboa, 2004, p. 390.

⁶⁵⁸ Sobre este assunto, veja-se DI GIUSEPPE, Francesca, «Idee di nazione nell’Europa post-napoleonica. Il Risorgimento e la Questione iberica», *Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, Nº6 (2011), Instituto Italiano de Cultura, Lisboa, pp. 30-46.

«foi em 1822 que um emigrado italiano veio a Portugal, o conde Pepe, e fez das Cortes das Necessidades um retrato que podia encher de orgulho todo o portuguez, porque o senado de Roma, não foi apresentado aos olhos do mundo de uma maneira mais respeitavel do que aquelle sabio e illustre estrangeiro apresentou o nosso parlamento. E mr. Chatelain disse que em 1822 a tribuna portugueza deu lições á Europa!». ⁶⁵⁹

Várias décadas mais tarde, o director do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Henrique Ferreira de Campos Lima, ⁶⁶⁰ volta a lembrar as viagens portuguesas deste homem sem pátria mas constantemente à procura dela, cuja vida foi passada entre um canto e outro da Europa a lutar contra a presença estrangeira pela libertação da sua pátria, e sensibilizando os numerosos italianos no estrangeiro para a causa nacional. Em conclusão desta parte, sintetizemos esta parábola humana a partir de um célebre verso da poesia hermética italiana, cantora de diásporas identitárias e migrações existenciais, que nos lembra como «l'uomo grida dovunque la sorte di una patria». ⁶⁶¹

– Quadro das relações diplomáticas luso-napolitanas no triénio liberal

Ao longo do nosso trabalho temos feito repetidas referências à complexidade das relações diplomáticas entre Nápoles e Lisboa no curso do triénio liberal, devido à situação política que se vive nos dois reinos (particularmente em Portugal, onde a experiência constitucional se prolonga mais do que em Nápoles). Contudo, naqueles anos – embora o governo napolitano acabe por não ter, na prática, nenhuma relação com o seu equivalente português (*in primis*, por causa da hostilidade do Visconde de Torre Bela) – os seus representantes em território português (onde, repetimos, está presente uma legação e não uma embaixada) posicionam-se de forma contraditória face ao novo curso político.

Por exemplo, o vice-cônsul na ilha da Madeira, Giuseppe Della Nave (ou de Lanave, por ser de origem espanhola), encontra-se entre os primeiros assinantes do manifesto de reconhecimento das Cortes liberais pelos notáveis locais, logo após os acontecimentos de 28 de Janeiro de 1821 que marcam a adesão da sociedade insular aos princípios de governação vintista. ⁶⁶²

Giuseppe Della Nave era filho de homónimo pai, Giuseppe (José), por mais de vinte anos cônsul napolitano nas ilhas da Madeira e Porto Santo, onde evidentemente havia

⁶⁵⁹ *Diario da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n.3 (3/04/1856), p. 36.

⁶⁶⁰ FERREIRA, Henrique de Campos Lima, «O general napolitano Guilherme Pepe em Portugal», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v.18 (1948), Vila Nova de Famalicão, pp. 1-7.

⁶⁶¹ QUASIMODO, Salvatore, «Lamento per il sud», in ID., *Poesie*, Roma, Newton&Compton, 1992, p. 147.

⁶⁶² Cf. *Noticias officiaes recebidas da ilha da Madeira*, [s.l.], na Imprensa Nacional, [1821], pp. 2-3.

interesses de súbditos que aí moravam ou que por aí transitavam por razões comerciais.⁶⁶³ Tratava-se de um consulado que mantivera relações conflituosas com a legação napolitana em Lisboa – à qual cabia a responsabilidade da nomeação dos cônsules nas ilhas –, devido ao seu carácter “autónomo” em relação às autoridades napolitanas (situação facilitada pela distância do continente). Por conseguinte, e tal como acontecia noutras localidades longínquas (como, por exemplo, o Rio de Janeiro), o próprio governo napolitano não podia contar com uma situação muito clara naquele território, vendo-se agora a braços com um problema adicional e difícil de controlar. Após a morte do seu pai em 1820, e face à nova situação política em Portugal, é o próprio Della Nave que insiste na necessidade de ser o governo napolitano a nomear directamente os agentes consulares, evitando assim que as nomeações fossem feitas pela legação de Lisboa. Desse modo, mesmo nos alvares da nova situação política continental, Della Nave torna presente ao duque de Campochiaro (ministro dos negócios estrangeiros do governo constitucional napolitano) o facto de desde aquele momento a ilha da Madeira não depender já da regência de Lisboa, mas só do Rio, onde se encontrava o rei e o seu governo.⁶⁶⁴ Porém, apenas obtido o cargo de vice-cônsul, Della Nave muda repentinamente a sua posição (útil para convencer o ministro em Nápoles), aderindo desde a primeira hora ao movimento de apoio ao governo revolucionário de Lisboa; movimento que, na Madeira, se baseia na convicção difundida de que Dom João VI tivesse recebido favoravelmente a implantação das Cortes em Portugal, e que em breve tivesse voltado ao reino, parando na Madeira na sua viagem de regresso.⁶⁶⁵

Na capital a situação não é mais fácil. Como vimos no capítulo anterior, o problema maior para o governo napolitano era a falta de um encarregado de negócios e de um cônsul, após a morte, respectivamente, de Vincenzo Mazziotti Jr. (cônsul-geral) e de Vincenzo Ugo (encarregado de negócios). Vincenzo Balsamo, nomeado em Janeiro de 1818, nunca tinha chegado a ocupar o cargo: oficialmente, por razões de saúde da sua

⁶⁶³ Na tentativa de transferir as funções consulares para seu filho (vê capítulo II, p. 93, nota 271), no ano de 1815 Giuseppe Della Nave (pai) afirma, em comunicação ao governo napolitano, que «[...] sono più di venti anni che [h]o l'onore di essere, Sire, vostro console deputato nell'Isola di Madeira» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi [1815-1829]», bs. 2690, fasc. s.n. [ano de 1815]).

⁶⁶⁴ «[...] la Corte di Portogallo essendosi trasferita al Brasile, pare ragionevole che i Consoli in Made[i]ra siano nominati in Napoli, e mai in Lisbona, specialmente adesso che in conseguenza della Rivoluzione in Portogallo, quest'isola non è più nella dipendenza di quel paese, non ricevendo questo governo ordini che dal Rio de Janeiro» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi [1815-1829]», bs. 2690, fasc. s.n. [Giuseppe Della Nave ao Duca di Campochiaro, em 12/12/1820]).

⁶⁶⁵ Cf. RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Introdução de António Ventura, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”, 2008, pp. 66-81.

mulher mas, mais plausivelmente, pelo destino desconfortável da missão e pela escassa remuneração. Com efeito, esta somava 250 ducados; tanto que, em 1817 o Marchese de Circello, ministro dos negócios estrangeiros, falando ao rei Ferdinando da necessidade de nomear um novo cônsul régio em Lisboa após a morte de Mazziotti, evidenciava como «[...] è impossibile che un suddito di V. M. possa andarvi col soldo di ducati 250 l'anno».⁶⁶⁶ Por isso, em 1818 o rei das Duas Sicílias eleva a remuneração para 900 escudos anuais, logo após a nomeação do novo cônsul, Vincenzo Balsamo, de modo a garantir a presença de alguém numa praça estratégica como Lisboa.⁶⁶⁷ Apesar desta nova medida, o governo napolitano vê-se na obrigação de designar outro substituto: precisamente dois anos depois (Janeiro de 1820), é nomeado o conde Leonardo de' Grattagliano, o qual, alegando ao longo de meses as mesmas questões de saúde (neste caso, a própria) evita ser conduzido na capital de um país que, no entanto, conhecera o processo revolucionário (sendo esta uma das razões que, com muita probabilidade, o afastam da sua deslocação para Portugal).

Deste modo, as funções e tarefas acabam por recair sobre o vice-cônsul maltês Calleja, cujas pretensões de nomeação ao cargo de cônsul-geral são frustradas quer pela sua conduta, quer pelo novo curso constitucional napolitano. Já em Maio de 1818 o vice-cônsul em Lisboa tentara garantir a sua posição face ao reino das Duas Sicílias, pedindo ao rei que o naturalizasse como súbdito napolitano, evidentemente para reforçar os sucessivos requerimentos.⁶⁶⁸ Mas esta tentativa tinha sido logo frustrada por Circello, que aconselhava o rei de que seria pouco vantajoso nomear estrangeiros para certos cargos, mesmo que naturalizados; em particular, este caso específico não merecia atenção, uma vez que parecia manifestar o único interesse de Calleja de ter uma remuneração assegurada.⁶⁶⁹

Aliás, após a sublevação de 9 de Julho de 1820, com a consequente instauração do novo regime liberal e a adopção da nova constituição (emprestada do modelo espanhol), determina-se o reconhecimento da cidadania como direito adquirido, com relativos

⁶⁶⁶ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi (1815-1829)», bs. 2690, fl. s.n. (Circello a Ferdinando I, em 27/08/1817).

⁶⁶⁷ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi (1815-1829)», bs. 2690, fl. s.n. (Ferdinando I a Circello, em 21/07/1818).

⁶⁶⁸ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi (1815-1829)», bs. 2690, fasc. "Napoli 12 maggio 1818 - 3° ripartimento", fl. n. 16.

⁶⁶⁹ «[...] appartiene a Consoli di V. M. il nominare i vice consoli, e cambiarli secondo i piani, maggiormente trattandosi di forestieri, com'è il ricorrente. Sembra perciò che non debba darsi retta a questa dimanda, la quale par che non abbia altro scopo che di aver un impiego» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi [1815-1829]», bs. 2690, fasc. "Napoli 12 maggio 1818 - 3° ripartimento", fl. n. 16).

deveres, vantagens e funções. Entre estas, a de ocupar cargos administrativos e diplomáticos, com a consequente exclusão dos forasteiros do exercício de funções com responsabilidade pública (como o consulado geral). Calleja, súbdito maltês – isto é, já não napolitano mas britânico, desde 1815 – ficava assim, *per tabulas*, sem nenhuma possibilidade.

Além da questão legal, é também a sua atitude perante a situação política em Portugal que lhe lança a desconfiança das autoridades napolitanas; apesar disso, continua a solicitá-las através de cartas cheias de pedidos e reivindicações, nunca destituídas de manifestações de desilusão pela indiferença com que são recebidos os seus pedidos.⁶⁷⁰ Em 1821, entre uma queixa e outra, demonstra não ter consciência da delicada situação diplomática que estava a viver-se entre Nápoles e Lisboa, sobretudo após a queda do governo napolitano e a fuga dos protagonistas da revolução constitucional para a Península Ibérica. A sua maneira de encarar e relacionar a presença dos napolitanos em Lisboa fomenta a irritação das autoridades napolitanas. Quando Guglielmo Pepe deixa Lisboa em Julho daquele ano, após a sua primeira estadia, Giuseppe Calleja enfatiza a boa recepção oferecida ao exilado napolitano, assim como a situação de tranquilidade que, na sua opinião, caracterizava a capital portuguesa aquando da visita desse ilustre desterrado;⁶⁷¹ ao mesmo tempo, não perde ocasião de relevar a sincera adesão de Dom João VI às Cortes e ao constitucionalismo (manifestando convicção semelhante à do seu colega no Funchal), ou seja, à nova ordem política, que em Nápoles era já alvo da vingança legitimista.⁶⁷² O seu comportamento não tarda em provocar a reacção das autoridades napolitanas, e nomeadamente do ministro dos negócios estrangeiros, o marquês de Circello, plenipotenciário napolitano em Londres; que, já no mês de Agosto, com grande cólera sugere “queimar” os péssimos relatórios enviados por Calleja,

⁶⁷⁰ «[...] mi ha colmato di confusione il vedere che in luogo del Cavaliere D. Giorgio Balsamo, era stato destinato alla reggenza di questo Reale Consolato il Conte di Gratagliano. Questa notificazione ha spento la non cessata speranza in me di succedere al consolato [...] io la avea fondato, ma forse troppo precocemente o leggiermente, sui troppo benignamente compatibili miei mezzi, impiegati nel servizio di tre anni, esercitato con quel zelo e quella fedeltà, che meglio per me si è potuto, tanto per rispetto al Regio Erario, che per la puntualità nella corrispondenza, e attività nel dispacciare i naviganti, e sudditi, che al consolato per loro bisogna si sono appresentati. Ma questi da me creduti sufficienti meriti non sono stati vevoli a farmi salire un gradino» (carta de Giuseppe Calleja ao Marchese di Circello, em ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi [1815-1829]», bs. 2690, fasc. s.n. [em 24/07/1820]).

⁶⁷¹ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», bs. 2693, n. 122 (em 04/08/1821): «Domenica 29 [Julho, *nda*] parti su di un pacchetto inglese alla volta d'Inghilterra il Generale Guglielmo Pepe, ben accolto e coltivato nella sua dimora in questa Capitale».

⁶⁷² Cf. MOSCATI, Ruggero, *Guglielmo Pepe*, 2 vols., vol. I, Roma, Regio Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, 1938, pp. 271-272.

ordenando ao vice-cônsul maltês que se limitasse às questões comerciais.⁶⁷³ Como é evidente, com estas “credenciais”, é normal que Calleja fosse mantido numa posição marginal, sem nunca chegar a ser promovido. Aliás, a sua má reputação reitera-se ao longo dos anos: em 1822, perante as dificuldades criadas pela ausência de um representante diplomático em Lisboa que «assisti i reali sudditi, ed informi la M. V. di quanto vi accada», Circello lembra ao rei Ferdinando que o único recurso seria «un maltese che fa da vice console, il quale è un cattivissimo soggetto»;⁶⁷⁴ optando assim por manter o cargo vago até meados da década, quando é nomeado um novo cônsul, que desta vez se transfere para Lisboa.

Com esta situação diplomática, grandes dificuldades se vivem também na legação portuguesa em Nápoles, sobretudo após a morte do visconde de Torre Bela. É neste contexto que reaparece uma figura de que falámos na primeira parte deste capítulo: o maçom luso-italiano Luís Francisco Risso, que volta a ter um papel “político” com o vintismo. Devido à sua profunda amizade com o então ministro dos negócios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, com quem mantém uma correspondência cerrada, é nomeado secretário da legação portuguesa em Roma. Numa carta do verão de 1822, Ferreira revela a sua intenção de que Risso mantenha relações com o governo grego, a fim de guardar e fortalecer relações comerciais e políticas com a Grécia. Tendo em mente este fim, Ferreira, maçom como Luís Risso, explica a este último o seu projecto de confederação liberal, efémero como aqueles que já outros propuseram naqueles anos, sob formas diferentes (pense-se em Pepe): a “Grande Confederação dos Povos Livres”, que incluiria também os estados hispano-americanos, revelando-se porém um projecto que permanece no papel.⁶⁷⁵

Contudo, as convicções políticas de Risso chegam a condicionar as vicissitudes da legação portuguesa em Nápoles. Após a morte do visconde de Torre Bela, homem animado por sentimentos legitimistas e anti-jacobinos, que tentara acompanhar a apoiar as desconfianças da corte real napolitana face aos novos governos constitucionais instaurados em Lisboa e Nápoles, é nomeado para o cargo de encarregado de negócios o antigo secretário da mesma legação, António Jorge Demony. Cabe a ele, num primeiro momento, enfrentar todas as dificuldades ligadas à responsabilidade de representar um

⁶⁷³ «[...] queste carte meritano di essere brugiate» (relação de Circello, em ID., *Ibidem*).

⁶⁷⁴ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona. Diversi (1815-1829)», bs. 2690, fasc. s.n. (em Maio de 1822).

⁶⁷⁵ Cf. BRON, Grégoire, *op.cit.*, t.I, p. 76.

país onde ainda vigorava um governo liberal dentro de outro que em nove meses apenas esgotara aquela experiência. Como se pode imaginar, o clima que se vive na corte napolitana, motivado pelas questões portuguesas, não é o mais favorável; e agudiza-se inevitavelmente aquando da decisão, por parte do governo vintista, de nomear um novo ministro plenipotenciário em Nápoles, o médico (de sentimentos liberais) José Pereira de Menezes. Perante esta eventualidade, Demony é convocado de urgência pelo ministro dos negócios estrangeiros napolitano, o ultra-reaccionário marquês de Circello, que lhe manifesta o completo desacordo do rei Ferdinando I em relação a esta escolha. A carta que Circello envia a Silvestre Pinheiro Ferreira esclarece o sentimento napolitano:

«[...] então me disse [...] que ele não podia, nem devia esconder-me que a nomeação deste novo Ministro, não era por nenhum motivo agradável a El Rey, o que me pedia de participar imediatamente ao meu governo, pois desejava evitar desgostos futuros que necessariamente seri[am] a consequência de sua chegada a esta Corte. Que eu bem conhecia as circunstancias politicas deste Reino, que nem mesmo lhe permiti[am] ter um Encarregado de Negocios de Hespanha. Que em consequência disto, e visto os poucos negócios que pelo presente se deveri[am] tratar, desejando Sua Majestade Siciliana ter sempre na sua Corte um representante portuguez, ele achava e me pedia de participar ao meu governo, que por ora a nomeação da minha pessoa para ficar rezedindo nesta Corte, com qualquer character diplomático que fosse, seria certamente a mais agradável a El Rey, tanto mais que eu já aqui estava, era conhecido por todos, e seria também hum objecto de economia, evitando igualmente a Sua Majestade Siciliana o disgosto de fazer conhecimentos novos que sempre serão desagradáveis [...] o Senhor Menezes, que tanto se distingui[u] na primeira época da nossa feliz regeneração».⁶⁷⁶

Nesta carta sobressai a desconfiança napolitana, devida fundamentalmente ao receio da chegada de agentes perturbadores da ordem pública e política, capazes de ressemear os germes do liberalismo que se acabaram de eliminar; e ao receio de que isso possa acontecer com o acolhimento de um novo representante político português, praticamente desconhecido e cuja actividade (leia-se: confiança) não pode controlar. É precisamente esta circunstância que leva o governo napolitano a exigir que todos os representantes diplomáticos vindos da Península Ibérica fizessem o seu ingresso na Península Itálica pelo Estado da Igreja (nomeadamente, pelo porto de Civitavecchia), pedindo o

⁶⁷⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fl. 78 (carta de António Jorge Demony a Silvestre Pinheiro Ferreira, em 25/12/1821).

reconhecimento prévio (e a acreditação) destas pessoas pela Santa Sé, «perché ultimamente in Europa non poca parte ci hanno avuto i maneggi di taluni rappresentanti di quei Governi i quali hanno un interesse di fare adottare negli altri Stati le loro istituzioni politiche».⁶⁷⁷

Em presença de uma situação tão complicada do ponto de vista político, o campo de negociação diplomática sobre o futuro das relações entre os dois reinos passa a ser Paris, onde actuam os dois embaixadores, José Diogo de Mascarenhas Neto⁶⁷⁸ e Fabrizio Ruffo di Bagnara, Príncipe de Castelcicala. Em Janeiro de 1822 Circello envia uma nota a Castelcicala, pedindo que se defenda a permanência de António Jorge Demony (pessoa de confiança) para o despacho dos assuntos comerciais entre os dois países, evitando assim o envio do novo ministro plenipotenciário.⁶⁷⁹ Mas em Paris, Castelcicala manifesta a sua estratégia política ao evitar negociar directamente com o novo embaixador português, por considerá-lo expressão do governo liberal de Lisboa; preferindo, pelo contrário, dialogar com o marquês de Marialva,⁶⁸⁰ considerado mais fiável («ottimo fedele») para a causa dos governos legítimos. Marialva, que conhece bem Mascarenhas e o considera um revolucionário, e embora não fornecendo notícias directas e específicas sobre Pereira de Menezes, põe o governo napolitano em alerta, demonstrando desta maneira a existência de uma frente de solidariedade legitimista, que a nível diplomático se contrapõe ao seu equivalente liberal.⁶⁸¹ As informações passadas pelo marquês de Marialva conduzem o governo napolitano a optar por recusar o reconhecimento do novo representante diplomático português. Este, por sua parte, e sob indicação do governo de Lisboa, tinha-se deslocado directamente para Nápoles, e não sem dificuldade, de modo que o ministro Circello comunicara às legações napolitanas em Florença e Roma que não lhe outorgassem nenhum passaporte. A atitude do governo napolitano precipita o estado das

⁶⁷⁷ ASN. *Ministero di Stato degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione», bs. 945, fl. S.n. (em 27/04/1822).

⁶⁷⁸ José Diogo de Mascarenhas Neto (1752-1824), já superintendente das Calçadas e dos Correios, membro da Academia das Ciências de Lisboa e sócio correspondente de Paris, era homem de ideias liberais, tendo sido perseguido na altura da Setembrizada.

⁶⁷⁹ «[...] non potendo nelle attuali circostanze politiche di quella monarchia osservare con piacere quella nomina vorrebbe nella più delicata maniera agire sì che il governo Portoghese venga punto diminuire i rapporti d'amicizia e di buona intelligenza che lo legano al Re, V. S. differisse a miglior tempo la nomina di un suo rappresentante [...] la prudenza, e la ragionevolezza richiedono che la riferita nomina non abbia luogo per ora, e che sarebbe cosa ben fatta quella di attendergli a questo consiglio onde evitare al Real Governo il dispiacere che dovrebbe provare il manifestare direttamente alla Corte di Lisbona questi sentimenti» ASN. *Ministero di Stato degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione», bs. 945, fl. 220 (em 01/01/1822).

⁶⁸⁰ José Joaquim Vito de Meneses Coutinho (1775-1823), sexto marquês de Marialva, histórica figura da diplomacia lusitana em França.

⁶⁸¹ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Ofícios confidenciais», liv. 189, p. 21.

precárias relações bilaterais, acelerando a decisão do governo de Lisboa de fechar a legação na capital do reino das Duas Sicílias. António Jorge Demony recebe ordem imediata de se retirar, e como seu substituto é enviado Luís Francisco Riso (até àquele momento adido junto da legação portuguesa em Roma),⁶⁸² nomeado temporariamente novo encarregado de negócios para resolver todos os assuntos pendentes e para resgatar toda a documentação diplomática guardada naquela sede.⁶⁸³

Na correspondência que Riso envia de Nápoles para Lisboa, sobressai toda a oposição que existe contra a sua presença e a sua pessoa. De facto, informações acerca dele tinham já sido recolhidas em Roma pelo representante napolitano, o príncipe de Fuscaldo; este, por sua parte, tinha evidenciado todas as suspeitas em relação ao agente luso-italiano, cujo percurso maçónico – que incluía, como dissemos na primeira parte, também um degredo de alguns anos nos Açores – era enfim notório. Numa carta enviada ao novo ministro napolitano dos negócios estrangeiros, Alvaro Ruffo,⁶⁸⁴ o príncipe de Fuscaldo evidenciava então o facto de

«[...] il detto soggetto sia nativo genovese, ma sia originaria la sua famiglia di Portogallo; e che perciò si trovi egli ora impiegato nella legazione portoghese presso la S. Sede. Il Riso mostra un genio repubblicano, come tutti i genovesi che dimorano in Roma: poco per altro conversa coi suoi patrioti, e meno coi romani. Ma non ostante la sua condotta politico-[*indecifrável*], si è potuto risapere da un impiegato in questa Posta Papale che abbia commercio epistolare con Malta, e credesi col Poeta Rossetti napoletano, ora in quella isola rifugiato: che riceva talora pur anche delle lettere da Napoli, ma sotto altro nome di convenzione, ritirandole dalla Posta il Portiere della Legazione Portoghese unitamente a tutte le altre che spettano alla medesima Legazione».⁶⁸⁵

Ou seja, Riso aproveita a sua breve estadia em Nápoles para desenvolver contactos políticos, e até para manter uma correspondência com o célebre poeta napolitano Gabriele Rossetti, que pelo seu apoio à revolução napolitana de 1820 tinha sido obrigado a fugir

⁶⁸² Luís Francisco Riso tinha sido nomeado adido em Roma em Novembro de 1821 (ASV. *Segr. Stato, Portogallo*. Anno 1821, rubrica 250, fasc. 4, fls. 77-78).

⁶⁸³ ASN. *Ministero di Stato degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione», bs. 945, fl. s.n. (carta de Silvestre Pinheiro Ferreira ao Marquês de Circello, em 27/04/1822).

⁶⁸⁴ Don Alvaro Ruffo dei Principi della Scaletta, embaixador em Viena, é nomeado ministro em lugar do marquês de Circello, cujo legitimismo radical tinha entrado em choque até com os embaixadores da Santa Aliança.

⁶⁸⁵ ASN. *Ministero di Stato degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione», bs. 945, fl. s.n. (em 05/10/1822)

para o estrangeiro, anteriormente para Malta, e de seguida para Londres, onde terminará o resto da sua vida. Risso transcorre os seus meses napolitanos entre o trabalho de encarregado de negócio e uma vida envolvida em suspeitas, e por esta razão acompanhada pela vigilância constante das autoridades napolitanas. Em finais do ano despacha a recolha da documentação da legação portuguesa e, de acordo com as indicações do governo português, volta para Roma.

Com o fim do governo constitucional de Lisboa, as relações entre as duas coroas tentam recuperar alguma normalidade, mas com dificuldades. Já no verão de 1823 – isto é, logo após a Vilafrancada – é nomeado o novo secretário de legação e encarregado de negócio *ad interim*, o cavalheiro José Amado Grehon. Mais uma vez, e tal como sucedera um ano antes, as questões diplomáticas entre Nápoles e Lisboa têm o seu desenvolvimento primário em Paris, onde o embaixador napolitano, o príncipe de Castelcicala, recolhe as demais informações sobre o novo representante diplomático português, para averiguar a sua posição e, mormente, os sentimentos políticos. Mais uma vez, é o Marquês de Marialva a fornecê-las, evidenciando desta vez que se tratava «di un ottimo e leale soggetto».⁶⁸⁶ Grehon revela-se logo um bom observador da realidade napolitana, auxiliado também por algumas ligações familiares (um tio dele tinha sido guarda-roupa do Duque da Calábria, Francesco, ou seja, do herdeiro ao trono); a comunidade política onde tem de desenvolver as suas funções surge-lhe dividida em dois “partidos”, «um do Rei, outro do Duque da Calábria, o que faz que tudo seja mui[to] [*indecifrável*] e delicado: o dito Ministro De Medici é inteiramente do partido do Rei, cujo partido nao é o geral do povo».⁶⁸⁷ Em todo o caso, com a sua nomeação conclui-se o período mais atribulado das relações diplomáticas luso-napolitanas da época, e no espaço das latitudes do liberalismo mediterrânico.

2.4 Outros exilados italianos durante o triénio liberal

Portugal é lugar de passagem de outros exilados, procedentes de outras realidades regionais italianas. Assim como no caso dos napolitanos, Lisboa é o sítio para onde se dirigem com o intuito de desenvolver actividades políticas, aproveitando a ocasião para observarem de perto a realidade portuguesa, desconhecida pelos demais.

⁶⁸⁶ ASN. *Ministero di Stato degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione», bs. 945, fl. s.n. (em 03/08/1823).

⁶⁸⁷ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles», cx. 788, fasc. “1823”, folhas diversas (correspondência com o Marquês de Palmela).

Em Lisboa encontrava-se já há algum tempo, antes da revolução, o romano Arcangelo De Dominicis, advogado e maçom, e por isso obrigado a sair do território do Estado da Igreja. Segundo Ersilio Michel, no seu estudo pioneiro sobre o exílio político italiano em Portugal, desde a sua chegada a Lisboa (que tem lugar pelo menos a partir de finais do século XVIII)⁶⁸⁸ De Dominicis entra imediatamente em contacto com as lojas locais, desenvolvendo alguma actividade aquando da revolução de 24 de Agosto de 1820. Mais certa é a sua colaboração na imprensa liberal e, nomeadamente, no jornal *Astro da Lusitânia*, como se confirma também pelo internúncio pontifício. Com efeito, nos números publicados em finais daqueles anos surgem dois artigos anónimos que, segundo o que refere o representante vaticano, pertencem a De Dominicis.⁶⁸⁹

Trata-se de uma intervenção editorial que o maçom romano desenvolve ao longo de todo o período liberal: ainda em 1821 monsenhor Cherubini volta a frisar este papel, preocupado com o pressuposto plano das lojas maçónicas italianas de expulsar o Papa de Roma, para o exilar em Veneza.⁶⁹⁰ Embora este seja um plano destituído de qualquer fundamento, não escapa ao representante pontifício em Lisboa a dinâmica das sociedades secretas em Portugal, que também considera em estreita ligação com aquelas activistas quer na vizinha Espanha, quer na Península Itálica (opinião que, como vimos no capítulo anterior, era partilhada também pelo representante português em Nápoles, o visconde de Torre Bela). Aliás, a supervisão curial das sociedades secretas chega a abranger também a actividade política de possíveis grupos contra-revolucionários e anti-constitucionalistas, operantes em território português para evitar a difusão dos princípios liberais. Por exemplo, poucas semanas antes do levantamento militar de 24 de Agosto, Cherubini comunica a Roma a sua preocupação perante a infiltração em território português de uma seita espanhola, supostamente católica e legitimista, portadora de um nome eloquente (*Giunta Cattolica Apostolica Reale*). Com vista a instigar uma guerra civil peninsular, este grupo de emigrados espanhóis teria feito circular material de propaganda, com o

⁶⁸⁸ Segundo Isabel Nobre Vargues («Liberalismo e independência. Os exilados italianos em Portugal», *Revista Portuguesa de História*, XXXI, vol. II [1996], Coimbra, Instituto de História Económica e Social, p. 416), De Dominicis é naturalizado súbdito português desde 1801, o que significa que deve ter chegado tempos antes, porque a naturalização não se obtinha a curto prazo. Contudo, a sua versão é diferente da do representante diplomático da Santa Sede, monsenhor Cherubini, que afirma que Dominicis reside em Lisboa faz dois anos (ver nota n. 689).

⁶⁸⁹ Cf. MICHEL, Ersilio, «Esuli politici italiani in Portogallo (1815/1861)», *Relazioni Storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, p. 443.

⁶⁹⁰ «Le ultime relazioni delle loggie massoniche di Toscana, e di Piemonte, con queste di Lisbona, sono di espellere nuovamente sua Santità da Roma, e confinarlo in Venezia. Mi costa ancora che uno degli autori degli articoli nei fogli periodici contro sua Santità, la Santa Sede, Roma e questa Nunziatura è un tal Arcangelo De Dominicis, Curiale Romano da circa due anni dimorante in Lisbona, e che sparge ovunque massime anticattoliche» (ASV. *Segr. Stato, Portogallo*. Anno 1821, rubrica 250, fasc. 4, fls. 43v e 44).

intuito de convencer a população a opor-se a qualquer hipótese de instauração de um regime constitucional no modelo do vizinho espanhol; tê-lo-ia feito tratando-se de um desejo expresso pelo próprio Santo Padre, «che dice disapprovare altamente la Costituzione sostanzialmente contraria, secondo ella afferma, alla religione»; e que, por esta razão, autorizava as suas acções.⁶⁹¹ Trata-se de uma hipótese que não convence nem a própria regência, mas que demonstra que a nunciatura em Lisboa, muito atenta ao acompanhamento da situação política no reino, sentia o pulso a uma situação que em breve mudaria. A preocupação da hierarquia apostólica face ao mundo das sociedades secretas dirige-se particularmente para o estado de politização do clero português, que, como é conhecido, apresentará numerosos casos de filiação maçónica entre os seus membros, para além do estrepitoso caso de frei Francisco de São Luís, cuja postura ideológica animará a correspondência diplomática entre Lisboa e Roma, ao longo de todo o triénio liberal.⁶⁹²

Voltemos à figura de Arcangelo De Dominicis. Ele utiliza as páginas do *Astro da Lusitânia* para conduzir as suas batalhas anticlericais, condicionando assim a opinião pública do novo regime político. De resto, a influência que os escritos deste exilado tentam exercer sobre o público lisboeta expressa-se através das páginas de um jornal que se distingue pela sua posição radicalmente anticlerical, caracterizada por uma estratégia comunicativa preocupada em opor-se ao fanatismo religioso que abrangia a sociedade portuguesa; isso com um alento moralizador e pedagógico, sem porém pôr em causa a religião católica, de acordo com os preceitos políticos do vintismo.⁶⁹³

A 20 de Novembro surge um artigo sobre “a influência dos Nobres, e Eclesiásticos nas próximas Eleições”, em que o maçom romano não poupa nas palavras contra as molezas e os excessos dos “ricos eclesiásticos”, convidando as Cortes vindouras, retoricamente definidas como o “Paládio da Liberdade Portuguesa”, a reduzirem os rendimentos daqueles parasitas da sociedade regenerada.⁶⁹⁴ Esta tomada de posição tão determinada intervém numa fase de “estudo” entre laicos e religiosos, em que sobretudo estes últimos

⁶⁹¹ ASV. *Segr. Stato, Portogallo*. Anno 1820, rubrica 250, fasc. 2, fl. 11 (Julho).

⁶⁹² D. Frei Francisco de São Luís, ao século Francisco Justiniano Saraiva (1766-1845), religioso beneditino de ideias liberais, membro da regência revolucionária em 1820-21 e deputado às Cortes ordinárias em 1822. É conhecido popularmente como Cardeal Saraiva, devido à elevação ao cardinalato em 1843. Foi oitavo Patriarca de Lisboa (1840-1845). Sobre a relação entre igreja e liberalismo durante o vintismo, veja-se a importante publicação de FARIA, Ana Mouta, *Os liberais na entrada de Damasco: clero, igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006.

⁶⁹³ Cf. PINHEIRO, Susana Marta Delgado «Religião, Sociedade e Vintismo no jornal *Astro da Lusitânia*», *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 16 (2004), pp. 345-358.

⁶⁹⁴ *Astro da Lusitânia*, n. X de 20/11/1820, p. 3.

parecem manter uma conduta contraditória, ou pelo menos duvidosa, na medida em que se mostram interessados em procurar pontos de encontro com o governo liberal nos primeiros tempos do novo panorama político. Mas o interesse contextual das autoridades romanas em Lisboa pelos discursos e actividades anticlericais desenvolvidos na imprensa e na sociedade prova mais uma vez como, com efeito, as hierarquias religiosas tentavam cobrir sob a “unanimidade aparente” de consenso político uma desconfiança sincera face ao ambiente vintista. Isto revelar-se-á mais nitidamente nos meses seguintes, quando o projecto de reforma dos bens eclesiásticos começa a tomar os moldes do novo projecto regenerador, alarmando o clero.

Mas já em Outubro de 1820 monsenhor Cherubini tinha fornecido um quadro verídico da situação, relatando a situação no reino («questa rivoluzione ha preso talmente piede in tutto il regno, che può quasi dirsi essere un solo sentimento di tutti per la medesima, e quali da tutti volersi la Costituzione»). O prelado expressa claramente as suas dúvidas em relação à posição de alguns sectores do mundo religioso, especificamente a favor com que o clero – sobretudo o regular – acolhe a mudança de regime político. Uma atitude que, como esclarece Ana Mouta Faria nos seus trabalhos, é sobretudo inicial, e que com o passar do tempo se reduz a um aberto contraste entre os liberais e grande parte da hierarquia episcopal, esta última condicionada pela régia da cúria romana.⁶⁹⁵ Mas ainda nos alvares da revolução, Cherubini não consegue esconder a sua inquietação: «la maggior parte del clero gioisce di quanto finora è avvenuto [...] se tanto dagli ecclesiastici, cosa può attendersi dai laici?».⁶⁹⁶

Apesar destas opiniões bastante difusas, Arcangelo De Dominicis – se aceitarmos como seus estes contributos da imprensa – insiste muito na redução das riquezas da aristocracia e do clero: «os nobres, e os eclesiásticos, hão de sentir uma grande diminuição em seus rendimentos: porque não só he conveniente, mas até da primeira necessidade que as Cortes armadas de fouce reformadora, exting[am] muita, e muitas instituições»; insiste ainda em libertar a propriedade da terra para que possa ser cultivada, bem como na abolição de impostos e direitos “banais”, «intoleráveis nestes séculos iluminados, e não é conforme com a razão que dois milhões e meio de habitantes trabalhem, e morr[am] de

⁶⁹⁵ FARIA, Ana Mouta, «A hierarquia episcopal e o vintismo», *Análise Social*, vol. XXVII (2º-3º), n. 116-117 (1992), Lisboa, ICS, pp. 286-289.

⁶⁹⁶ ASV. *Segr. Stato, Portogallo*. Anno 1820, rubrica 250, fasc. 2, foglio 139 (2 de Outubro). Sobre as opiniões de Cherubini e as suas preocupações, e o estado político do clero depois do regresso de D. João VI do Brasil, veja-se FARIA, Ana Mouta, *Os liberais na entrada de Damasco: clero, igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006, pp. 342-257.

fome, só para que cinquenta, ou cem mil viv[am], não dizemos nós na abundância, mas no meio de excessivas superfluidades».

Vários são os exilados italianos que chegam a Portugal e aqui vão permanecendo de modo fugaz. Todavia, as fontes e os estudos até agora desenvolvidos não conseguem ainda fornecer um quadro completo, se não de todas as figuras, pelo menos de todos os nomes. Entre estas aparições efémeras podemos lembrar uns piemonteses, entre os quais Damiano Rittatore, que à semelhança de muitos outros liberais italianos encontra a morte combatendo na Grécia (1826), juntamente com o coronel Pisa, numa batalha pela defesa da cidade de Atenas.⁶⁹⁷ Outro nome é o de Carlo Angelo Bianco, conde de Saint-Jorioz, célebre autor de um tratado político-militar em que tenta aplicar à causa da independência italiana as experiências de luta de guerrilha desenvolvidas durante a sua peregrinação de exílio, em boa parte transcorrida na Península Ibérica durante o triénio liberal:⁶⁹⁸ os estudiosos têm registado a sua passagem por Lisboa em Maio de 1822, em trânsito para a Inglaterra.⁶⁹⁹

Outros liberais provêm de Milão e do território da Lombardia, onde a insurreição anti-austriaca e a favor da constituição tinha sido reprimida antes que se pudesse concretizar numa sublevação. Entre estes desterrados encontra-se o conde Pirro de Capitani, «patrizio milanese»⁷⁰⁰ que, procedente de Falmouth, chega com o general Guglielmo Pepe em ocasião da segunda estadia deste em Portugal, em Agosto de 1822.⁷⁰¹ De Capitani fica ao lado de Pepe numa estadia de duas semanas, durante a qual – como vimos anteriormente – tentam desenvolver a *Società dei Fratelli Costituzionali Europei*, particularmente a colaboração entre o ramo português e o espanhol. Esta circunstância permite-lhe tomar parte da sociabilidade típica dos exilados na Lisboa desta altura, a qual se realiza mediante reuniões e jantares com os deputados das Cortes. Tais momentos permitem a De Capitani perceber e desvelar o excessivo entusiasmo do general napolitano, e fornecer um

⁶⁹⁷ VANNUCCI, Atto, *I Martiri della libertà italiana dal 1794 al 1848. Memorie*, 3ª ed. (1848), Firenze, Le Monnier, 1860, p. 187; BISTARELLI, Agostino, *op. cit.*, pp. 110-111.

⁶⁹⁸ [Bianco, Carlo di Saint-Jorioz], *Della guerra nazionale d'insurrezione per bande, applicate all'Italia. Trattato dedicato ai buoni italiani a un amico del paese*, 2 vols., Italia, 1830.

⁶⁹⁹ ISABELLA, Maurizio, *op. cit.*, Roma-Bari, Laterza, 2011, p. 51.

⁷⁰⁰ MICHEL, Ersilio, *op. cit.*, p. 445. De Capitani pertencia a uma antiga família da nobreza lombarda. Um seu antepassado, homónimo, iniciador do título de conde, ligou a sua existência à diplomacia milanesa do século XVII, tendo sido embaixador na corte de Viena.

⁷⁰¹ MOSCATI, Ruggero, *op. cit.*, vol. I, pp. 274-275. No que concerne a chegada de Pepe, há aqui uma pequena discrepância entre a reconstrução feita por Moscati (a partir das cartas trocadas com o coronel Pisa) e o próprio general napolitano, sendo que este indica como altura da sua viagem de Lisboa a Madrid o mês de Junho (PEPE, Guglielmo, *op. cit.*, vol. II, p. 169). Tendo escrito as suas memórias vários anos após a permanência em Portugal, é muito provável que Pepe se tenha enganado ao lembrar a altura certa da chegada a Lisboa; erro que, nas obras de memórias, acontece amiúde devido à natureza das mesmas.

quadro mais realista, por um lado, da inconsistência dos projectos políticos de Pepe; por outro, da fraqueza do liberalismo ibérico, que nos escritos dos exilados italianos se traduz sempre e fundamentalmente num discurso em torno da (execrável) incomunicabilidade entre portugueses e espanhóis.⁷⁰²

Entre os lombardos, porém, destaca-se sobretudo a figura de Giuseppe Pecchio, cuja obra foi já aprofundadamente investigada pelos estudiosos do *Risorgimento*, como sublinhámos no primeiro capítulo. Em todo o caso, vale a pena voltar às memórias da sua experiência portuguesa, já que aquelas páginas constituem um valioso testemunho social e cultural, mais ainda do que político, da realidade lisboeta do vintismo. De facto, como evidenciou Francesca di Giuseppe, a actividade de Pecchio em Portugal é exclusivamente intelectual, fora de qualquer envolvimento nos acontecimentos políticos locais. A sua *journey* abre as portas a uma reflexão que, partindo de uma posição de cepticismo (típico do ambiente intelectual europeu face à realidade portuguesa), dá lugar ao entusiasmo final no momento de deixar o país; não poupando, porém, nas descrições de uma realidade dura e contraditória.⁷⁰³

Este economista e pedagogo lombardo exila-se por ser perseguido após a sua participação nos falidos motins que a sociedade secreta a que aderira, a dos “Federati”, tenta realizar em Milão entre 1820 e 1821, após a proclamação da constituição em Nápoles e em colaboração com os ambientes liberais piemonteses (que, como vimos, conseguirão proclamar a constituição para breve tempo, em Março de 1821). As suas memórias sobre os três meses passados em Portugal têm tradução em português,⁷⁰⁴ e devem considerar-se como um dos primeiros testemunhos directos do fluxo migratório

⁷⁰² «Io vi dico intanto qualche mia opinione sulla marcia delle cose in questo paese, e sapete già che molte volte il mio modo di vedere non essendo consentaneo a quello del nostro generale, voi potete giudicare dalle nostre opinioni e prendere se credete la via di mezzo. Un’apatia comune (nelle persone che possono) ed una vista cortissima, e sarei quasi per dire una assoluta cecità e volontà di restavi, sulle cose europee è la divisa portoghese. Unite a ciò un odio ed un timore per gli spagnuoli che io potrei paragonare quasi al nostro per gli austriaci [...] figuratevi che molti di questi signori sono così poco al livello delle cose europee che dimandano: *credete voi che l’Inghilterra ci aiuti in caso di guerra?* E suppongono di mantenere la loro indipendenza, anche sulla supposizione che la penisola perisca» (carta de Pirro de Capitani a Vincenzo Pisa, em MOSCATI, Ruggero, *op.cit.*, vol. I, pp. 278, nota 1).

⁷⁰³ Cf. DI GIUSEPPE, Francesca, *op. cit.*, p. 176. «A revolução portuguesa está nas mãos de homens fortes, intrépidos e instruídos. Como não quero de modo algum enganar-vos, não vos direi que os liberais estão em tão grande maioria em Portugal como em Espanha, mas eles compensam o número pela sua união e energia» (PECCHIO, José, *Cartas de Lisboa 1822*, introdução e notas de Manuela Lobo da Costa Simões, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 95).

⁷⁰⁴ A obra foi traduzida em português, francês e inglês: *Cartas de Lisboa. 1822*, pref. de Manuela Lobo da Costa Simões, trad. de Manuel José Trindade Loureiro, Lisboa, Horizonte, 1990; *Trois mois en Portugal en 1822: lettres de Monsieur Joseph Pecchio a Lady J. O.*, trad. de Léonard Gallois, Paris, chez les Marchands de Nouveautés, 1822; *Anedoctes of the Spanish and Portuguese Revolutions: with an introduction and notes by Edward Blaquiere*, London, G. and W. B. Whittaker, 1823.

liberal que, no pós-1821, se dirige à Península Ibérica. As cartas de Pecchio são escritas em Portugal, aonde se dirige para embarcar com destino à Grécia, na altura terra atravessada pela luta de libertação do jugo otomano e, por isso, meta de muitos liberais italianos e europeus. Troca-as com uma vergôntea da burguesia genovesa, mas de origem britânica, de nome Lady Giannina. Esta costumava abrir o salão da sua casa às reuniões de jovens liberais que aí debatiam temas políticos e culturais, segundo um esquema clássico das sociabilidades italianas da época do *Risorgimento* (uma imagem de vida privada que tem sido repetidamente evocada pela literatura e pelo cinema que se debruçou sobre esta época histórica).

A sua aproximação ao mundo lusitano permite-lhe aguçar o espírito observador, prestando maior atenção a pormenores do dia-a-dia, mais como teria feito um viajante do *Grand Tour* do que como um protagonista de luta política. Há uma substancial diferença de conduta entre Giuseppe Pecchio e Guglielmo Pepe nas respectivas estadias portuguesas: o liberal lombardo não desenvolve qualquer papel activo de apoio ao processo revolucionário, ou enquanto conciliador das exigências dos dois países ibéricos. Isto não significa que a actividade política lhe seja alheia; muito pelo contrário, esta representa um interesse constante durante a sua experiência ibérica.⁷⁰⁵ Mas em Portugal esta dimensão deixa lentamente espaço à análise social, cultural, mais do que à acção; durante a estadia lusitana prevalece a curiosidade face aos usos e índole de um povo, de uma cidade.

Eis então que Pecchio nos deixa uma curiosa representação de Lisboa, mostrando um espaço desolado e aborrecido, que oferece uma «vida degradada ou simplesmente desinteressante».⁷⁰⁶ Demonstra já, porém, algum conhecimento dessa realidade, sobretudo da sua história, e em particular dos mitos da fundação (elemento sobre o qual o conjunto dos estudos pluridisciplinares sobre a cidade, mais conhecido como “olisipografia”, tem desenvolvido inúmeras contribuições).⁷⁰⁷ Como muitos outros viajantes daquele tempo, encontra hospedagem na área ribeirinha, mais precisamente no Cais do Sodré: «da minha janela domino o Tejo e a sua margem esquerda».⁷⁰⁸ Vimos já como esta parte da cidade

⁷⁰⁵ PECCHIO, José, *op. cit.*, p. 6.

⁷⁰⁶ *Ivi*, p. 9.

⁷⁰⁷ A título de exemplo (dentro de uma extensa bibliografia), vejam-se estas recentes contribuições: NASCIMENTO, Aires A., «Os Epónimos Míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e Outros: Títulos de Nobilitação», em António Ventura (ed.), *Presença de Victor Jabouille*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2003, pp. 31-53; SANTA BÁRBARA, LEONOR, SANTOS, Maria do Rosário Laureano, «Ulysses et Lisbonne. Le Mythe et la Fondation de la Cité», in Évelyne Hanquart-Turner (dir.), *Exils, Migrations, Création 1: Perspectives Transculturelles*, Créteil, 2008, pp. 51-64.

⁷⁰⁸ PECCHIO, José, *op. cit.*, p. 21.

era o coração pulsante da vida económica e popular de Lisboa, representando por isso um palco privilegiado de observação das suas estruturas sociais e mentais. O Cais é a encruzilhada de todos os elementos que fazem de Lisboa aquela cidade obscura e suja aos olhos do viajante europeu que aí chega entre os séculos XVIII e XIX: lugar de existências vadias, sejam elas de homens ou de animais; os cães são, aliás, dominadores da praça pública: «se os viajantes escrevessem que Lisboa é habitada de dia pelos homens e de noite pelos cães, diriam a verdade [...] na praça do Cais do Sodré, onde moro, reúne-se, durante a noite, uma corte de cães, que, pelos seus latidos contínuos, acordariam Enoch e Elias». ⁷⁰⁹ Pecchio não tem ocasiões de grande diversão, conforme se lê nas suas páginas; chama sobretudo a atenção a afirmação de que «o teatro da ópera italiana está fechado». Com efeito, o ano de 1822 é particularmente complicado para o lugar que abriga a ópera italiana, devido às inúmeras dificuldades de gestão por parte das empresas que se alternam na administração do sítio e da sua oferta artística (empresas em que se vêem envolvidos sobretudo italianos, como os já evocados Margherita Bruni e Giovanni Battista Hilbrath). O economista lombardo tem o azar de chegar à capital precisamente na altura em que o sítio é forçado a suspender as suas actividades (que são retomadas só no outono, isto é, logo após a sua repartida para Madrid, como podemos concluir pela crónica de um outro exilado, que analisaremos de seguida). ⁷¹⁰ A situação instável do São Carlos é estigmatizada por Pecchio e ecoada pela opinião pública; na imprensa periódica daquele ano, muitas notícias e referências à vida musical lisboeta dizem respeito ao teatro da ópera italiana, particularmente ao seu mau funcionamento e às conseqüentes queixas por parte de um público tão exigente quanto aficionado. ⁷¹¹ Esta situação constrange Pecchio a dirigir-se a outros teatros citadinos, o da Trindade e o dos Condes (que ele, todavia, não cita), onde se representam obras dramáticas em língua francesa e peças da tradição teatral portuguesa, que não encontram o seu favor. De facto, diz ele, o que transparece nestas outras vertentes é o tradicionalismo dos gostos locais, tendo em conta que «ainda se representam os mistérios da paixão, as vidas dos santos, dos mártires, etc., de preferência à comédia portuguesa. Mais vale assistir à missa». ⁷¹²

⁷⁰⁹ *Ivi*, p. 30.

⁷¹⁰ Na verdade, são suspensas todas as actividades ligadas à ópera italiana, mas as necessidades de um público exigente levam à abertura do teatro em dias certos, para a realização de espectáculos musicais. De facto, a 25 de Março as portas do teatro são reabertas para acolher o concerto – ou “academia de música vocal, e instrumental” – do clarinetista Avelino Canongia (cf. ESPOSITO, Francesco, «Lisbona 1822. La vita musicale attraverso la stampa periodica», *Revista Portuguesa de Musicologia*, n.º 10 [2000], Lisboa, INIC, pp. 43-45).

⁷¹¹ Cf. ESPOSITO, Francesco, *op. cit.*, p. 36.

⁷¹² PECCHIO, José, *op. cit.*, p. 49.

Contudo, as lamúrias de Pecchio pelo facto de não poder aceder aos espectáculos da ópera italiana, tão procurados como forma de diversão e sociabilidade, demonstra que o centro do convívio público citadino naqueles anos permanecia solidamente estabelecido nas instalações do teatro São Carlos e suas vizinhanças (os cafés, como o do Marrare). Sobretudo, reafirma a ideia de que a referência cultural destas práticas sociais continua a ser a ópera italiana, muito procurada quer pelos intelectuais (locais ou viajantes), quer pelos membros da burguesia e aristocracia locais, portuguesa ou estrangeira. Trata-se de um espaço onde se veiculam necessariamente fortes caracteres de italianidade, favorecendo a definição de interesses e sensibilidades perante questões mais gerais que dizem respeito à Península Itálica. Esta última, como é sua tradição, promove a identidade comum, antes de mais, através do meio cultural.

Falava-se há pouco do tradicionalismo do panorama social lisboeta. A ausência de entretenimento dá lugar a passeios por ruas e colinas, à descoberta do espaço urbano da Lisboa de outrora. Isto permite ao cronista relevar as imponentes marcas da presença religiosa na arquitectura da cidade, onde abundam igrejas e conventos. Com o olhar do antropólogo *ante-litteram*, a atenção de Pecchio foca-se também na observação dos homens e dos seus costumes, como as funções religiosas ligadas à Semana Santa, que o impressionam pela liturgia e pela devoção popular, chegando a afirmar que «o povo de Lisboa parece ter uma grande paixão por esta paixão». O facto de a religião ser apresentada como elemento conglomerante do povo português constitui um factor de descrição importante, na medida em que revela ao observador a “dimensão de normalidade” do espaço social apesar das mudanças que têm lugar no plano político. Os acontecimentos desta época – embora ditados por ideais amiúde assentes em princípios de anticlericalismo radical – desenvolvem-se em grande medida num plano autónomo; ou pelo menos não põem em discussão os alicerces da identidade moral e cultural, ao contrário do que os visitantes estrangeiros têm certeza de encontrar.

A realidade lisboeta que se apresenta perante o olhar de Giuseppe Pecchio – assim como de outros que aqui chegam – entra em ruptura com aquele imaginário próprio da construção ideal que em muitos casos conduz os exilados à viagem. Um imaginário que diz respeito a uma sociedade em palingenesia, plenamente participante nas transformações que se realizam, capaz de pôr em discussão os axiomas que regem as estruturas do poder, da ideologia e da moral. O povo lisboeta que os exilados observam

(não sem pasmo) não é aquele que participa, em massa e no seu dia-a-dia, na construção de uma sociedade nova. Pelo contrário, estes deparam com o povo da sociedade “velha”, um povo de *ancien régime*, que enche a rua “com grande paixão” nos dias da paixão de Cristo enquanto parece desaparecer deste mesmo espaço no quotidiano, onde se reproduzem as dinâmicas seculares que marcam a sua vida. «Os passeios públicos estão desertos, e estou em crer que, desde o terramoto de 1755, as senhoras de Lisboa não mais saíram de suas casas»,⁷¹³ diz Pecchio, passeando em busca de sociabilidade viva e vívida na capital da nova regeneração atlântica, procurando momentos de confronto e discussão com pessoas de uma cultura diferente. É talvez todo este conjunto de “anomalias” da “sociedade regenerada” observadas no atravessamento da realidade ibérica – a par das dificuldades de enraizamento do novo sistema constitucional – que o levam a uma amarga reflexão sobre a situação italiana. Esta, segundo ele, apresentaria as condições favoráveis à germinação da “árvore da liberdade”.⁷¹⁴

Dizíamos anteriormente que a reflexão política não era alheia a Pecchio. Esta manifesta-se com algum vigor perante a situação colonial, a respeito da qual expressa todo o seu sentimento filo-americano: considerando também o empenho de Pepe no reconhecimento da independência brasileira, este sentimento parece ser virtude dos patriotas e intelectuais italianos que com ela se medem, e que não são culturalmente condicionados por aquela “identidade imperial”. Este é uma característica que afecta até os mais sinceros constitucionalistas ibéricos, convictos de que não existe contradição ideológica entre a ideia de uma sociedade livre e a inversão do pacto colonial, mantendo em condição de efectiva subordinação económica e administrativa os territórios do ultramar. Trata-se de uma problemática geopolítica comum a todas as Cortes ibéricas, que impressiona os observadores italianos pela incapacidade de se conseguir encontrar uma estratégia de saída coerente e solidária com os outros movimentos liberais. A posição de Pecchio – à semelhança da dos outros liberais italianos – é muito explícita:

«[...] o Brasil aspirando à sua independência, não faz mais do que pretender um direito que a natureza e o seu próprio interesse lhe outorgaram [...] A união do Brasil era vantajosa para Portugal quando se tratava o Brasil como uma colónia, mas desde que esta

⁷¹³ *Ibid.*

⁷¹⁴ «Aqui a minha imaginação e o meu coração arrastam-me a fazer novas comparações com a Itália. Quando considero as dificuldades físicas e morais que as outras nações encontram para estabelecer o regime constitucional, não posso deixar de me revoltar contra o destino que persegue a minha pátria. Há no mundo uma terra mais apropriada para fazer medrar e prosperar a árvore da liberdade?» (*Ivi*, p.42).

colônia é comparada a Portugal, a sua união não é mais nem necessária, nem justa [...] Até agora Portugal foi americano: è a altura, finalmente, que volte à família europeia com mais interesse e recursos que anteriormente». ⁷¹⁵

Uma posição totalmente diferente daquela assumida, nesta mesma altura, pela cúria romana e pela sua representação diplomática em Portugal. Claramente também a Santa Sé, enquanto sujeito político, acompanha a evolução do debate em torno desta questão fundamental. Comentando a adesão do governo dos patriotas pernambucanos ao movimento de independência brasileira, a preocupação expressa pelas palavras de monsenhor Cherubini dirige-se sobretudo ao perigo que constitui a independência para a manutenção do clero na colônia; manutenção que dependia do tesouro público, e que por isso arriscava ser posta em discussão, apesar das tentativas de D. João VI para manter inalteradas as condições do acordo com a Santa Sé. ⁷¹⁶

Ainda no ano de 1822 é Adriano Balbi a publicar as suas peculiares reflexões sobre a questão brasileira, que vale a pena voltar a evocar. Como dissemos anteriormente, o aparecimento em Paris do ensaio estatístico sobre Portugal por Adriano Balbi é precedido em poucos meses de outro trabalho complementar, as *Variétés politiques et statistiques de la monarchie portugaise*, dedicado ao barão De Humboldt, onde particularmente interessantes são as considerações que Balbi faz acerca da justa sede da capital da monarquia portuguesa. ⁷¹⁷ Lisboa ou Rio de Janeiro? A este respeito, o discurso de Balbi, embora sustentado por um raciocínio que assenta em razões puramente socioeconómicas (pretexto para uma apaixonada invocação filo-portuguesa, posicionando-se assim fora da linha de defesa do direito à independência que prevalecia no pensamento dos exilados), não surge desprovido de um certo oportunismo político, ao considerar o clima e o debate em que vai ter de intervir. No auge da crise nas Cortes extraordinárias acerca da sorte do Brasil, num panorama político claramente contrário a qualquer hipótese de separação e independência da grande colônia d'além-mar, a atitude argumentativa do geógrafo italiano, embora não entrando especificamente na questão da independência, não deixa de

⁷¹⁵ *Ivi*, pp. 77-78.

⁷¹⁶ «Il cielo si degni impedire questa tanto tentata indipendenza de' domini oltremarini portoghesi per tutti i riguardi, e molto più per bene della religione, che andrebbe a soffrire moltissimo, ricevendo i Vescovi, e gli altri ecclesiastici di quei domini la loro sussistenza dall'erario pubblico. Presentemente eziandio la Maestà sua fa il possibile per la continuazione di questa sussistenza, che o andrebbe a svanire, o almeno a diminuirsi di molto, se avesse luogo la fatale indipendenza» (ASV. *Segr. Stato, Esteri*, busta 441, foglio 505 [Cherubini, em 06/04/1822]).

⁷¹⁷ Cf. BALBI, Adriano, *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris, Rey et Gravier, 1822, pp. 51-65.

se mostrar útil à melhor dinamização do seu enorme trabalho dentro do contexto do que investiga. O interesse de Balbi parece corroborar a posição portuguesa e, por essa razão, ao desenvolvimento do seu discurso não são alheias as suas motivações ideológicas. Dito isto, a sua argumentação debruça-se sobre diferentes vertentes: por exemplo, no plano da justificação histórica desta espinhosa questão, os faustos da época renascentista, assim como a (ainda recente) corajosa firmeza nacional na guerra anti-napoleónica, manifestada em nome da independência nacional, são razões de legitimidade para restituir a Lisboa o estatuto de capital dos territórios da coroa. Mas o discurso vai para lá desta ideia, em busca de uma (neste caso, discutível) robustez científica: é na “qualidade” que apresenta a população activa das duas áreas que está a argumentação desta prerrogativa, deste direito irrenunciável. E é só reconhecendo como dirimente este elemento que se pode avançar para a discussão de outros campos e problemas, mais próximos do plano escorregadio do discurso político, como ele próprio faz: «l’histoire de la dernière guerre a démontré clairement la nullité politique du Brésil pour aider le Portugal à secouer le joug étranger».⁷¹⁸ É em Portugal, e nomeadamente em Lisboa, que se concentra a maior quantidade – com maior “qualidade” – de população activa de súbditos da coroa, facto que torna o lado continental no centro “moral e político” da monarquia. É esta população activa que garantiu a defesa do território aquando da invasão francesa, tendo ainda viabilizado uma organização militar própria, um exército próprio, o que Balbi considera uma tarefa de difícil realização num país escassamente povoado como o Brasil. É ainda esta população que garante, naqueles tempos, uma certa vida portuguesa no Rio de Janeiro, com a manutenção de uma corte numerosa e faustosa, que se distingue pelas suas enormes despesas. Trata-se de uma análise que, embora possa parecer irrepreensível em certos sentidos, em muitos outros patenteia fraquezas dedutivas, soberbamente polarizadas no seu engano conclusivo: «[...]il est plus facile que le Portugal soit perdu pour la monarchie, le roi étant au Brésil, que d’en voir séparer le Brésil, le roi résidant à Lisbonne».⁷¹⁹ Como a história tem demonstrado, o regresso de Dom João VI a Lisboa constitui o prólogo daquele acontecimento tão esconjurado, e mesmo acelerado pela escolha do soberano português.

A questão liberal ibérica e colonial está no centro da reflexão e expedição a Portugal de outro nome de primeira linha do exílio liberal italiano: Giacinto Provana di Collegno. Nascido em Turim em 1794, Provana di Collegno será futuro ministro do governo sardo

⁷¹⁸ *Ivi*, pp. 54-55.

⁷¹⁹ *Ivi*, p. 65.

(1848), além de representante na câmara baixa. A ele caberá, em 1849, voltar a Portugal para trazer ao rei Carlos Alberto de Saboia (fixado na cidade do Porto) a homenagem dos deputados piemonteses à sua pessoa; assim como a eterna gratidão e imperecível memória, em nome de todo o povo do reino sardo, pela sua acção de soberano, além da consternação dos seus súbditos perante a dura escolha do exílio na margem extrema da Europa.⁷²⁰

As suas recordações do Portugal vintista são das mais importantes e completas no que diz respeito à descrição do ambiente social urbano da capital lusitana (e seus arredores), aonde chega em 1822, aos 28 anos de idade. Sobretudo, estas páginas constituem mais uma valiosa contribuição para a reconstrução da dimensão lisboeta da “nação italiana” que aí reside, e com a qual o exilado piemontês interage activamente ao longo de toda a sua estadia na capital. Em torno desta experiência escreve, vários anos mais tarde, umas memórias a que impropriamente se chamou “diário”, publicado em episódios numa revista de Turim intitulada *Il Cronista*.⁷²¹ Dizemos “impropriamente” porque ao longo do seu texto Collegno cita as cartas de Pecchio,⁷²² escritas poucos meses antes da sua chegada a Lisboa, publicadas pela primeira vez em Paris em 1822.⁷²³ Por esta razão, parece inverosímil que ele tenha lido esta obra antes de chegar a Portugal, considerando também o facto de que vinha da Inglaterra (para onde tinha fugido após a falência da

⁷²⁰ Após a derrota sofrida contra as tropas austríacas na batalha de Novara (23 de Março de 1849), no contexto da I Guerra de Independência Nacional italiana, o rei da Sardenha, Carlos Alberto, decide abdicar a favor do seu filho Vittorio Emanuele II e partir voluntariamente para o exílio. Após várias considerações, a escolha final recai sobre a cidade do Porto, considerada o melhor lugar para se afastar de qualquer encargo político e de qualquer responsabilidade familiar. Carlos Alberto chega ao Porto em finais de Abril, e aí permanece (numa bela quinta sobre a margem do Douro) até meados de Julho, quando falece por questões de saúde. Antes da sua morte, o parlamento piemontês decide enviar duas delegações para o Porto, a fim de o homenagear: a primeira, constituída por quatro deputados (entre os quais está presente também Urbano Rattazzi, já ministro do Reino da Sardenha e futuro primeiro-ministro do governo italiano), que conseguirá chegar na primeira quinzena de Maio, apresentando o documento no dia 14 e partindo no dia a seguir; a segunda, constituída por dois senadores, Luigi Cibrario e Giacinto Provana di Collegno, que encontra inúmeros contratemplos, chegando com semanas de atraso. Uma importante crónica desta expedição e da estadia de Carlos Alberto no Porto encontra-se nas “recordações” do senador e historiador da casa real Luigi Cibrario (*Ricordi di una missione in Portogallo al re Carlo Alberto*, Torino, della Stamperia Reale, 1850). Provana di Collegno voltará a Portugal acompanhado pela sua mulher e um sobrinho.

⁷²¹ COLLEGNO, Giacinto Provana di, «Diario di un viaggio in Spagna nel 1823», *Il Cronista*, 1856, n. III, pp. 17-45; n. V, pp. 27-47; n. VI, pp. 19-39; n. VII, pp. 23-48; n. VIII, pp. 32-47). O diário parece um conjunto de memórias, tendo sido publicado mais de trinta anos depois (poucos meses antes da morte de Collegno, ocorrida no mês de Setembro), embora o redactor do jornal o apresente como «encontrado entre as cartas dum exilado de 1821». Sobre a história desta peculiar experiência editorial do *Risorgimento* italiano, veja-se BUSTICO, Guido, «Per la storia del giornalismo del Risorgimento in Piemonte. Il cronista di Ciro D’Arco», *Rassegna Storica del Risorgimento*, a. XXIV, fasc. X, 1937, Roma, Libreria dello Stato, pp. 1657-1670.

⁷²² «In nessun modo potrei poi convenire col Pecchio quando egli scrive (*Lettere sul Portogallo*) che *i soldati qui sembrano preti o frati*» (COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. 5, p. 29).

⁷²³ PECCHIO, Giuseppe, *Trois mois en Portugal en 1822: lettres de Monsieur Joseph Pecchio a Lady J. O.*, trad. de Léonard Gallois, chez les Marchands de Nouveautés, Paris, 1822.

revolução piemontesa). Também é verdade que na capital inglesa Collegno está em contacto com o escritor Edward Blaquiere,⁷²⁴ que em 1823 escreve uma cativante introdução à versão inglesa da obra de Pecchio, e até entrega a Collegno um livro seu sobre Espanha e Portugal, para que seja entregue às Cortes.⁷²⁵

Collegno é enviado de Londres a Madrid (via Lisboa) com a missão de tentar aproximar as posições dos liberais ibéricos, dentro do quadro de construção de uma frente mais cerrada que se pudesse opor às forças da Sagrada Aliança (cujo projecto de invasão da península estava já bastante adiantado naquela altura). À semelhança de outros liberais italianos que atravessam toda a península, é um mensageiro de princípios comuns, arauto daquela “internacional liberal” que autores como Maurizio Isabella⁷²⁶ e Grégoire Bron bem têm definido na sua estrutura valorativa e operativa. Os exilados que viajam ao longo da directriz anglo-ibérica são de facto representantes informais, “embaixadores sem *exequatur*” da frente liberal europeia que trazem cartas de França e Inglaterra para os constitucionalistas ibéricos, na tentativa de criar instâncias de participação partilhadas. Uma tarefa que se revela difícil: para além das formalidades e das genéricas palavras de ordem que lhes são oferecidas pelos seus partidários ibéricos, estes homens parecem medir-se todo o tempo com sentimentos de distância e desconfiança recíproca entre os dois povos que julgam obviamente irmãos, numa visão que podemos definir como “proto-iberismo”. Este ideário é fomentado prioritariamente pelos liberais italianos; como vimos, a falta de acolhimento desta união afecta de maneira particular os sentimentos destes exilados, visto que confiam na união dos liberais europeus em torno das causas anti-absolutistas que concernem a Península Itálica. Na escrita de Collegno reflete-se a impaciência ditada por esta incompreensível, aos seus olhos, incomunicabilidade ibérica: «non starebbe a un italiano il rimproverare altrui odi provinciali o municipali; ma è pur singolare che questi popoli fratelli, fatta una rivoluzione su principii identici, non abbiano pensato a stringersi subito con patti indissolubili, quali si convengono a nazioni veramente civili!». ⁷²⁷ Para estes homens, tal intolerância permanece como memória viva muitos anos após os referidos acontecimentos: isto pode explicar-se se considerarmos que, para toda esta geração que conheceu o caminho do exílio, a falência do projecto de

⁷²⁴ ID., *Anedoctes of the Spanish and Portuguese Revolutions: with an introduction and notes by Edward Blaquiere*, G. and W. B. Whittaker, London, 1823.

⁷²⁵ Cf. BRON, Grégoire, *op. cit.*, p. 269, nota 2.

⁷²⁶ Cf. ISABELLA, Maurizio, *op. cit.*, Bari, Laterza, pp. 29-42.

⁷²⁷ COLLEGNO, Giacinto Provana di, «*Diario di un viaggio in Spagna nel 1823*», *Il Cronista*, n. 5 de 05/08/1856, pp. 36-37.

uma frente comum mediterrânica no curso do triénio liberal representou uma ferida profunda nos propósitos de construção de uma consciência solidária internacional.

Como se dizia anteriormente, as páginas do “diário” de Collegno distinguem-se de outras sobretudo pela riqueza de pormenores acerca da vida portuguesa: ninguém como ele se entranha numa descrição tão singularizada. Em primeiro lugar, temos de evidenciar o facto de a sua chegada à cidade se realizar à maneira clássica dos viajantes que vinham de França ou Inglaterra, por meio daquilo que podemos definir como “aproximação talássica” a Lisboa: chega de barco à barra do Tejo e vê espalhar-se à sua frente toda a magnificência da “Felicitas Iulia”. O espectáculo da vista proporcionada pela perspectiva marítima (ou, melhor dizendo, “navegante”, já que se perfila dentro do rio Tejo) é, como se sabe, um argumento constante nas crónicas de viagem que – particularmente a partir do século XVIII – descrevem o porto de Lisboa e a sua conformação urbana, ajudando a definir no curso do tempo os conceitos estereotipados de cidade “luminosa”, ou “branca”; conceitos cuja evolução acompanhará a ideia de lugar extremamente fascinante, deslumbrante, quase exótico na sua beleza. Para trazer só mais um exemplo, voltamos a uma obra já citada na primeira parte deste trabalho, a saber, as memórias do nuncio apostólico em Lisboa nos finais de Setecentos, o cardeal Pacca, que fornece uma descrição significativa da sua chegada à cidade por meio aquático: «vi entrammo la mattina di buon’ora piacevolmente sopresi al bello spettacolo che vi si presentò alla nostra vista. La situazione di Lisbona è una delle più belle del mondo, e può gareggiare colle due tanto celebri di Costantinopoli e Napoli. La città è appoggiata alla schiena di un monte, ed ha quasi l’apparenza di un anfiteatro».⁷²⁸ Uma descrição a que não pode escapar o viajante que ali chega, maravilhado pelo espectáculo com que se depara de uma cidade magnificente vista de todas as suas encostas: cada ângulo e cada perspectiva proporcionam a visão da beleza incomparável da paisagem. Atente-se nestas anotações de 1805, de autoria da duquesa de Abrantes, que, chegada à capital vinda de Espanha, ressaltava que

«[...] não vi nada que me tenha causado tanta admiração como esta cidade que se eleva em anfiteatro acima da imensa planície de água formada pelo Tejo! [...] não só o aspecto de Lisboa proporciona uma vista rara e lindíssima, mas também, uma vez na cidade, a estranheza da orientação das ruas, das praças, a maneira bizarra como os próprios defeitos

⁷²⁸ PACCA, Bartolomeo, *Notizie sul Portogallo con una breve relazione della nunziatura di Lisbona dall’anno 1795 fino all’anno 1802*, Modena, per G. Vincenzi e Comp., 1836, p. 12.

se apresentam à curiosidade do estrangeiro, as belezas que não existem em mais nenhuma cidade europeia, tudo faz dela uma cidade à parte entre as mais extraordinárias, e nos dá vontade de lá voltar quando ali vivemos uma vez».⁷²⁹

Contudo, a beleza capturada por uma vista de longe transforma-se numa realidade muitas vezes decadente e repugnante mal se desembarca no seu solo, e nos cais da zona ribeirinha, onde se inverte o paradigma do esplendor lusitano. Escreve Collegno: «godevo di calcare finalmente il suolo del libero Portogallo [...] se non che la poesia di tale pensiero fu spenta in un subito dal sudiciume della parte forse la più sudicia, della più sudicia certo di tutte le città di Europa».⁷³⁰ Aos resíduos que enchem as ruas (e que são alimento para os cães que atormentavam Pecchio) juntam-se as marcas deixadas pelo terramoto de 1755, que não se conseguem esconder nem após setenta anos do infausto acontecimento, representando para aquele observador um triste presságio do destino da nação: «spero almeno che i nuovi ministri costituzionali avranno pensato a riparare le rovine amministrative, frutto de' mali governi passati, se non hanno ancora riparato le breccie materiali degli edifizii pubblici!».⁷³¹ O espectáculo da cidade vista de frente continua a fascinar Collegno, que também nos dias seguintes repete com ênfase as descrições da paisagem, da graça da sua localização, talvez a melhor do mundo, na sua opinião. E pasma perante vitalidade do seu porto, «un porto commerciale col mondo intero», animado pelo movimento de centenas de barcos, enquanto muitos outros ficam ancorados à beira do cais. Esta é uma imagem que nos lembra de perto aquelas pinturas da cidade da época moderna, como as de Hogenberg ou Charpentier,⁷³² onde se impõe em primeiro plano o tráfego da barra do Tejo, repleta das velas dos navios que animavam o comércio das mercadorias vindas de todo o mundo.

⁷²⁹ ABRANTES, Duquesa de, *Recordações de uma estada em Portugal. 1805-1806*, apresentação e notas de José Augusto França, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, p. 21-22. No volume que acabamos de referir não se encontra a seguinte, significativa passagem que está incluída na versão italiana da obra: «io non credo vi abbia città a questo mondo che presenti uno spettacolo tanto maestoso come quello che offre Lisbona venendo di Spagna: quel gran pelago d'acque che le si spiega innanzi, quel fiume magnifico che le scorre fra mezzo come una fascia d'argento che la precinge [...] ne fanno un tal panorama meraviglioso che il solo pennello può rendere, non la parola» (*Memorie contemporanee sulla Spagna e sul Portogallo* [anno 1805], Milano, Tipografia e Libreria Pirota, 1835, p. 76).

⁷³⁰ COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op.cit.*, n. 3, p. 22.

⁷³¹ *Ivi*, p. 20.

⁷³² Frans Hogenberg, pintor alemão; na sua voluminosa obra *Civitates Orbis Terrarum* (1572), realizada em colaboração com o cartógrafo Georg Braun, encontra-se uma célebre gravura de Lisboa. Françoise-Filippe Charpentier (1734-1817), pintor e gravador francês, autor em (cerca de) 1760 de uma linda panorâmica da capital do reino de Portugal.

Assim como tinha feito Giuseppe Gorani (caso que analisámos no segundo capítulo), também Collegno se dirige a uma albergaria, propriedade de um italiano, que lhe tinha sido indicada em Londres. Não sabemos qual é a origem geográfica do dono da hospedaria, mas é significativo que ele se dirija ao estabelecimento de um italiano, para encontrar um primeiro conforto, pelo menos por meio da língua falada. Aliás, como vimos, esta é uma actividade particularmente desenvolvida por este sector da população estrangeira. Isto apesar de se encontrar somente um registo, em 1822, nos elencos (parciais) de italianos que utilizámos na reconstrução da comunidade em Lisboa naqueles anos (anexo IX): trata-se de uma mulher genovesa, Giuseppa Collini, de 39 anos, residente na travessa do Secretário de Guerra n.38 (actual rua Nova da Trindade, e onde se supõe que estivesse localizada também a sua actividade). Pelo contrário, Giacinto Provana de Collegno fala de um homem, de cara gordalhuda e com hospedaria no último andar de um prédio também muito sujo, onde vivia com o seu filho. Perante a visita de um italiano que com ele queria partilhar a língua, o homem, embora declarando-se originário da Península, obstina-se a falar-lhe em inglês, gerando assim o desprezo do liberal piemontês.⁷³³ O próprio nome da estalagem é particularmente curioso: “Hospedaria Constitucional”, evidente consequência das mudanças dos tempos.

Uma das primeiras coisas que Collegno faz após encontrar hospedagem é dirigir-se ao teatro de São Carlos, grande casa da ópera lírica italiana e frequentado por vários italianos, sobretudo pelos trabalhadores do espectáculo que ali prestam os seus serviços.⁷³⁴ Actores, marceneiros, cenógrafos, músicos: a população de origem e língua itálica que atravessa os espaços do real teatro é abundante, feita por pessoas que se cruzam nos corredores e bastidores, que se apresentam e falam trocando impressões na sua língua comum (o italiano da altura era bem dominado pelas elites, menos pelas camadas populares, ainda longe das uniformizações que serão levadas à cabo após a unificação nacional). O teatro de São Carlos torna-se, com efeito, numa espécie de círculo onde os futuros conacionais se conhecem e abandonam a longas conversações; o espaço transforma-se numa informal embaixada da nação que ainda não existe, numa “casa de Itália” onde se começa a emoldurar a identidade nacional através do património imaterial

⁷³³ «[...] parlavo a lui in italiano, ed egli mi rispondeva: *don't you speak english, Sir? Io: Are you not an italian? E l'oste: Yes. But I speak English better. La patria italiana non ne verrà meno certo per l'aver perduto questo suo poco pulito e poco elegante cittadino» (Ivi, p. 23).*

⁷³⁴ João Pereira Dias alerta para a presença do cenógrafo Giovanni Riccardi, colaborador de Domingos Schioppetta, que trabalha em São Carlos de 1818 até 1822. Também o maquinista de cena é italiano: Vincenzo Gambelli («Cenógrafos italianos em Portugal», *Estudos Italianos em Portugal*, vol. IV [1941], Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, pp. 51-52).

da cultura. O teatro de São Carlos é, diz Collegno, o lugar onde «convengono abitualmente gli italiani a Lisbona». Nesta altura a gestão do teatro tinha já trespassado das mãos da sociedade de António Simão Mayer para as de Bruni-Hilbrath, mas apesar disso a ópera lírica continuava em falta. Por isso, e como alternativa, a nova sociedade tinha inserido na programação a exibição de músicos italianos, para tentar «arricchire un programma percepito dal público inevitabilmente come scarno a causa dell'assenza di opera italiana».⁷³⁵ Apesar desta ausência demarcável, que muito afectava os gostos e pedidos de um público exigente, desde o final do verão o lugar voltara a pulular de homens e mulheres, burgueses, aristocratas e visitantes estrangeiros, todos animados pela grande paixão pelo entretenimento italiano, fosse lírico ou musical. Na primeira noite em que Collegno se apresenta à mundanidade das noites do teatro, a 20 de Dezembro, está a encenar-se o *Eduardo e Cristina* de Gioacchino Rossini, com a presença em cena do tenor (Giuseppe) Lombardi, que ele tinha já ouvido em Turim. Este ambiente tão familiar do ponto de vista cultural dá-lhe o conforto da pátria perdida, permitindo que se abandone ao ímpeto da saudade: «l'orchestra è migliore forse di quella di Londra [...]i cantanti buoni in generale, il teatro all'italiana affatto; ed io [...]ho passato una vera serata italiana!».⁷³⁶

Nos dias seguintes, a sua imersão na comunidade italiana aprofunda-se: é contactado por um negociante genovês, a quem deve ter entregado algumas cartas trazidas de Inglaterra. Este negociante convida-o a assistir a um encontro de esgrima em que participa outro emigrado, «un professore italiano». De facto, nesta altura vivem em Lisboa vários mestres de florete, sobretudo entre os romanos e os toscanos, que traziam consigo o conhecimento de uma antiga e enraizada tradição militar (e lúdica) da península. Ao chegar ao local do encontro, Collegno descobre que o tal professor está a bater-se com um célebre liberal português, que ele identifica com as iniciais “S. L.”, o que lhe causa algum transtorno, sendo que acha impensável que uma pessoa de grande talento e influência pública como aquela possa expor-se aos humores de uma plateia assobiante e enfurecida. Esta reflexão resulta num juízo mais amplo sobre o provincialismo das elites portuguesas, fruto da sua contemplação, e que se lhe manifesta noutras ocasiões; por exemplo, quando encontra José da Silva Carvalho no Ministério da Finanças, num pequeno-almoço «di the e carne fredda, senza pasticci di fegato d'oca o tacchini ripieni, come si vedrebbero da' ministri di altri paesi»;⁷³⁷ ou noutra ocasião, sempre com Silva Carvalho, mas num

⁷³⁵ ESPOSITO, Francesco, *op. cit.*, p. 46.

⁷³⁶ COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. 3, p. 24.

⁷³⁷ COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. V, p. 32.

almoço na casa dele, onde vive com embaraço o facto de os pais deste nenhuma língua falarem além da portuguesa.⁷³⁸

Os seus laços com a comunidade italiana local estreitam-se, entrando em contacto com outros italianos que aqui vivem e conduzem as suas actividades, sobretudo no comércio. Conhece-os nos almoços que o negociante genovês organiza na sua casa, realizando convívios de conversa e conhecimento. Com um destes vai assistir às Cortes no paço das Necessidades, circunstância que muito o impressiona, uma vez que «[...] credeva a prima vista assistere ad un Concilio ecclesiastico, anzichè ad un Congresso di legislatori; la metà e più dei deputati sono preti».⁷³⁹ Aborrecido com o facto de nada perceber da língua portuguesa, decide não voltar. Transcorre o Natal em casa do seu amigo genovês, que se apresenta como o seu cicerone na cidade. A descrição deste dia é útil para desvendar alguns aspectos da vida pública e privada dos portugueses que já Pecchio tinha relevado nas suas observações. Como ao liberal lombardo, o que chama a atenção de Collegno diz respeito sobretudo à falta de movimento em muitas partes da cidade, particularmente nos lugares do seu lado ocidental: na manhã de Natal, passeando pelas ruas de Lisboa e pelo seu Passeio Público vê poucas pessoas e, entre elas, nenhuma mulher. A desolação do Passeio Público remete para a questão do escasso sucesso entre a sociedade média-alta lisboeta deste espaço da vida pública, pensado na época da urbanização pombalina como dimensão de amálgama igualitária entre a aristocracia e a burguesia.⁷⁴⁰ Françoise Le Cunff apontou várias causas para o insucesso social deste lugar, salientado o facto de, para os visitantes estrangeiros, estas assentarem basicamente num formalismo estrutural que o coloca fora do tempo.⁷⁴¹ O que se percebe, porém, pela descrição do exilado italiano é propriamente a desolação do ambiente, desprovido de qualquer vitalidade devido à ausência de hábitos de passeio por parte dos lisboetas, além da sua localização e arquitectura. Uma característica particularmente lisboeta, já que, chegado Collegno a Setúbal após ter deixado a capital no final de Janeiro, nota logo como «[...] le strade sono pulite, in confronto di quelle di Lisbona, e oggi, domenica, popolate abbastanza, anche di donne».⁷⁴² A par desta realidade, que leva o Passeio Público a receber menos

⁷³⁸ Cf. BRON, Gregoire, *op. cit.*, p. 269, nota 3.

⁷³⁹ COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. III, p. 21 (prete = padre).

⁷⁴⁰ Cf. QUINTAS, Maria Alexandra Salgado Ai, *Do Passeio Público à Pena. Um percurso do Jardim Romântico*, Dissertação de Mestrado de Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura-UTL, 2001, pp. 73-75.

⁷⁴¹ Cf. LE CUNFF, Françoise, *Parques e Jardins de Lisboa, 1764-1932. Do Passeio Público ao Parque Eduardo VII*, 2 vols., vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 2000, pp. 24-32.

⁷⁴² COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. VII, p. 39.

movimentação do que as outras praças citadinas, parece-lhe pouco frequentada também a praça do Comércio: com efeito, o que Pecchio e os outros viajantes da altura registam é a imagem de uma cidade vazia, com as suas amplas zonas desprovidas de pessoas, dos ritmos da vida pública, da animação típica dos lugares públicos das outras cidades europeias. A tudo isso constitui excepção a zona do Cais do Sodré, do bairro de São Paulo (onde vivem muitos italianos) e de toda aquela parte ribeirinha, mais popular e por isso mais animada.

Outro comerciante, desta vez de origem bolonhesa, torna-se seu companheiro de passeio e de discussão: trata-se de Agostino Castellani, de 47 anos, há muito tempo residente em Lisboa, com quem trava uma boa amizade. Este acompanha-o a visitar o campo de Santa Ana, que Collegno quer frequentar para homenagear a memória de Gomes Freire de Andrade e seus companheiros, muitos dos quais enforcados neste lugar em 1817. Descobrimos assim que Castellani fora testemunho directo dos trágicos acontecimentos daquela manhã de 18 de Outubro:

«[...] nel 1817 abitava appunto la piazza di Santa Anna, mi narra egli esser egli uscito di casa la mattina per tempo onde evitare l'atroce spettacolo, ma soggiungeva come verso le tre, credendo tutto fosse finito, egli si era imbattuto ancora nel convoglio che portava al Tago le ceneri dei giustiziati. Tutte le strade erano deserte, e Lisbona non presentò mai aspetto desolato quanto quel giorno»⁷⁴³

As memórias da cidade deixadas por exilados como Pecchio e Collegno adquirem verosimilhança pelo facto de nelas se repetirem aspectos da vida citadina que marcam as recordações destes cronistas, e que enfatizam de maneira particular. Aliás, parece que Collegno – no momento de escrever estas lembranças – leu o que Pecchio escrevera nas suas cartas, pela repetição que faz de particularidades como a dos “gansos do Capitólio”. Para trazer um exemplo desta consonância, podemos ver que também Collegno frisa repetidamente a falta de higiene das ruas e das pessoas: este porém era um aspecto inelutável nos espaços urbanos da altura (talvez mais acentuado nas cidades demograficamente mais desenvolvidas e com vocação portuária do que nas cidades mais pequenas da Europa central), onde ainda não se afirmara um conceito de higiene privada

⁷⁴³ ID., *op. cit.*, n. VI, p. 20.

e individual típico das sociedades liberais, como acontecerá nas décadas seguintes.⁷⁴⁴ É afectado particularmente pela abundância de sujidade, e sobretudo por aquele autêntico pesadelo constituído por uma população canina fora de controlo:

«pare che i bagni pure siano contrari alle regole igieniche di qui; almeno non ve n’ha un solo stabilimento in una città di 300.000 abitanti. Se nulla si fa per il benessere degli uomini, conviene confessare che per i cani almeno Lisbona è un vero Eldorado. Non so a quante centinaia di migliaia ascenda ora il numero di questi abitanti liberi, e quasi padroni della Capitale; ma quest’oggi [...] ne ho visti sfilare cento in sette minuti. I Lisbonesi li rispettano, come i Romani rispettavano le oche del Campidoglio; è loro concessa l’entrata nei teatri, nelle chiese, nei caffè. Non ne ho mai veduti nella sala delle Corti, ma già essi non devono essere grandi amanti della Costituzione che prima o poi toglierà loro il privilegio di vivere oziando per le strade».⁷⁴⁵

Contudo, na sua peregrinação pelas colinas, separa a cidade “alta” da cidade “baixa”: aprecia particularmente a zona situada entre a Lapa e Estrela, que ele identifica com o antigo topónimo de Buenos Aires; lugar onde admira a limpeza das ruas, a beleza dos prédios e, sobretudo, a falta de cães. Não poupa uma visita aos arredores, nomeadamente a Sintra e Mafra, aonde inicialmente se devia conduzir na companhia de um liberal francês, Martial Saquaire-Soulligné, que encontra em Lisboa e com o qual trata de questões políticas. Resolve afinal viajar sozinho. Chegado a Sintra, vai à procura de um emigrado piemontês aí estabelecido há muitos anos, fundador de uma família que se fixa na memória desta vila, representando outro caso célebre de luso-italianidade oitocentista. Naqueles anos, Vittorio Sasseti é gerente de uma hospedaria afamada em Lisboa inteira, particularmente pela sua cozinha. Vittorio era originário de Rivoli, vila ao pé de Turim, mas tinha deixado o Piemonte em 1803, para escapar à conscrição obrigatória durante a dominação napoleónica daquela região. Tinha um irmão que Collegno demonstra bem conhecer, o padre Sasseti, e do qual nada sabia havia já vinte anos, alegrando-se muito por ter notícias suas.

A actividade de hospedaria da família Sasseti estará destinada a crescer no tempo, tornando-se num lugar de requinte para a alta sociedade portuguesa da altura. Muitos anos após o testemunho deixado por Collegno, este lugar volta a reaparecer na literatura de

⁷⁴⁴ Sobre este assunto, cf. PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui, «A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal», em José Mattoso (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III – *A Época Contemporânea*, coordenação de Irene Vaquinhas, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 92-116.

⁷⁴⁵ COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. III, pp. 42-43.

memórias, nomeadamente nas páginas de vida portuguesa escritas por Fialho de Almeida; que, passeando por Sintra no verão de 1890, fica curioso com os cartazes que, em todo o lado, anunciam o leilão do “chalé Sasseti”, «com mobília e todos os pertences de uma casa de luxo».⁷⁴⁶ O chalé Sasseti ficava «por detrás dos arvoredos da quinta que foi do marquês de Viana, num regaço da serra de Santa Eufémia, fronteira a S. Pedro [...] tem quatro frentes, três de tijolos, com listas transversais de azul, vermelho e branco. Dois pavimentos apenas, o térreo e um superior, cujas janelas parte interceptam, em espécies de mansardas pontiagudas, a inclinação pronunciada do telhado».⁷⁴⁷ O chalé descrito por este autor pós-romântico apresenta claramente o resultado do engrandecimento, no decorrer dos anos, da primeira actividade de hospedaria. Lugar frequentado por uma certa sociedade citadina, cujo testemunho se encontra na opulência e sumptuosidade que o escritor pode observar no seu interior, advertindo ao mesmo tempo uma sensação de decadência social, que faz deste aposento reservado o sítio certo para «historiar o lisboeta», senhor do «mau gosto e da falta de roupa branca», perdido num hedonismo exasperado, que é sintoma do desgoverno «da mor parte das famílias, cujos grandes senhores gastam três contos, tendo apenas um de rendimento».⁷⁴⁸

Voltando a Collegno, terminamos esta análise da sua experiência portuguesa comentando a parte final da sua estadia, que se revela particularmente interessante para a economia do nosso discurso. De facto, é ele mesmo a revelar um aspecto de Lisboa que já evidenciámos ao longo do nosso trabalho: a saber, o facto de, naquele tempo, a cidade ser o ponto de encruzilhada de muitos dos actores políticos do liberalismo europeu, particularmente dos emigrados da área mediterrânica («i progettisti politici di tutta Europa», como lhes chama) que, sem pátria alguma, se cruzam nas directrizes do liberalismo ibero-atlântico, à procura da união de esforços e objectivos. Contudo, o encontro com estes homens – que com ele partilham as dificuldades materiais e emotivas do exílio – significa também medir-se com uma realidade feita de fraquezas humanas, uma espécie de heroísmo *parvenu*, longe de qualquer mitologia ou celebração lendária da figura do exilado. Pelo contrário, e contra qualquer *mitopoiesis*, Collegno desvenda o utopismo e o protagonismo de certas figuras; sobretudo dos italianos, partindo do conhecimento que faz em finais de Janeiro com um capitão encarregado de se dirigir para a Grécia, e cujo nome não revela, indicando-o como o “capitano P.” (muito

⁷⁴⁶ D’ALMEIDA, Fialho, *Vida errante*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970, p. 37.

⁷⁴⁷ *Ivi*, pp. 37, 44.

⁷⁴⁸ *Ivi*, p. 49.

provavelmente, Raffaele Poerio, que, como vimos anteriormente, encontra-se nesta altura em Lisboa para recuperar as cartas a ser entregues ao governo grego). Esta ocasião permite-lhe uma reflexão final sobre a sua experiência, sobre a sua condição de homem sem pátria, mas que encontrara uma pequena pátria na capital portuguesa, constituída por simples emigrados ligados a uma cultura partilhada, e por exilados cujas existências estão totalmente envolvidas na luta política. Perante a variedade deste pequeno mundo da emigração, Collegno parece separar a dimensão do exílio político daquela respeitante à comunidade italiana residente: por um lado, demarca as ambições dos homens políticos, feitas de discursos retumbantes mas baseadas em fracos alicerçados; por outro lado, salienta a espontaneidade da comunidade italiana, que o acolheu com sinceridade e com amizade dele se despede. Vai ao teatro de São Carlos para dizer adeus a todos os seus amigos italianos, que lhe tributam saudações e lhe manifestam toda a estima dos seus concidadãos. A profundidade da sua interação com os italianos de Lisboa resulta bem clara no excerto que segue, onde se pode captar a contraposição que delineia perante as atitudes dos exilados que aqui encontra: «Quattro compatrioti si sono uniti meco in un pranzo di addio; eravamo un romano, un bolognese, un veneziano, un genovese e un torinese, tutti buoni (oso dirlo) e nessuno millantatore di glorie passate o di ambizioni future. Si fece un brindisi dettato dal cuore!». ⁷⁴⁹

As memórias deixadas por Giacinto Provana de Collegno auxiliam o que temos tentado demonstrar nesta segunda parte do capítulo, também por meio de outros testemunhos: que a emigração política italiana em Portugal nos anos vinte se mede necessariamente com a presença de uma comunidade italiana local com alguma relevância no panorama social e económico da cidade de Lisboa. Os exilados procuram entrar em contacto com os membros deste conjunto de emigrantes, seja porque estão interessados em obter ajuda (logística ou linguística), porque trocam com eles cartas, documentos ou opiniões políticas, porque é uma forma de sociabilidade mais acessível num ambiente que, de facto, não conhecem. Ao mesmo tempo, os próprios exilados são procurados pelos membros mais notórios da dita comunidade (como vimos no caso de Guglielmo Pepe): porque é evidente que as vicissitudes dos acontecimentos da Península Itálica naquela altura – e que constituem a primeira fase político-operativa do ressurgimento nacional – não são alheias aos emigrados que vivem fora dela, pelo menos aos sectores mais instruídos, abastados, mais distintos sob o ponto de vista socioeconómico (em Lisboa, isto

⁷⁴⁹ COLLEGNO, Giacinto Provana di, *op. cit.*, n. VII, p. 34.

diz respeito sobretudo aos comerciantes). É mediante tal encontro que a identidade nacional italiana dá os primeiros passos do seu desenvolvimento – que, como lembrámos em páginas anteriores, teve no estrangeiro um impulso que só mais tarde se verificará na Península Itálica, numa dimensão em que se cruzam os caminhos do exílio político e da emigração social e económica. É através desta interacção que a “nação” italiana se define espiritual e idealmente, muito antes da sua definição material e política. O fortalecimento de uma identidade cultural partilhada – antecâmara de uma identificação plenamente política dos destinos da nação comum – embora como prerrogativa burguesa, realiza-se na circunstância do encontro entre os emigrados e os exilados, sendo estes capazes de veicular conteúdos ideológicos e de alimentar um discurso patriótico perante os italianos que vivem fora e se mostram particularmente sensíveis ao argumento. É nos caminhos do exílio e da emigração para o estrangeiro que as numerosas “Itálias” da Itália que há-de vir se encontram, se conhecem e começam a caminhar juntas.

Enfim, embora com o fim do vintismo chegue ao fim esta dimensão mais manifesta da presença de exilados liberais italianos em Lisboa, o seu fluxo não se interrompe nos anos que se seguem, bem como o protagonismo da comunidade residente e o seu envolvimento em questões políticas, sobretudo até à eclosão da guerra civil em território continental em 1832. Tentaremos completar o desenvolvimento destas questões na terceira parte do presente capítulo.

PARTE TERCEIRA. A comunidade italiana entre revolução e reacção

3.1 Da Vilafrancada à Abrilada: os italianos na alvorada da luta dinástica

A insurreição de 27 de Maio de 1823 marca o princípio do fim do primeiro regime liberal lusitano e das suas ambições constitucionais. As tropas militares legitimistas, lideradas pelo infante D. Miguel (sob o impulso da sua mãe, a rainha D. Carlota Joaquina), reúnem-se em Vila Franca de Xira, conseguindo também o apoio das guarnições enviadas da capital. Na cidade ribeirinha o infante proclama a incapacidade governativa do rei, apelando à abolição da constituição e à concessão de uma carta pelo soberano. Apesar de uma condenação inicial da iniciativa do seu filho (para acalmar os sectores liberais), o rei D. João VI sai de Lisboa no final do mês para se juntar aos legitimistas, nomeando o infante comandante em chefe do exército. Estes entram na capital nos dias seguintes (mais propriamente, a 5 de Junho), recuperando os espaços do poder e completando o processo de restauração: todas as instâncias constitucionais são suspensas, as Cortes dissolvidas, as liberdades individuais reconduzidas sob um estrito

controlo das autoridades, que têm agora a necessidade de perseguir quem contribuiu para o estabelecimento do liberalismo em Portugal. A “restauração lusitana” conduz-se por meio de vinganças e repressões, com diferentes modulações de intensidade e um efeito prolongado no tempo, pese embora as intenções proclamadas publicamente pelo infante passassem por evitar «restaurar o despotismo, operar reacções ou tomar vinganças».⁷⁵⁰

Lisboa, em finais de Maio de 1823, está em plena efervescência. Muitos liberais (como, por exemplo, Francisco Simões Margiochi), sobretudo os mais radicais e os filiados nas lojas maçónicas, a par de muitos estrangeiros que se encontram ainda na cidade, tentam procurar uma via de fuga para o estrangeiro, embarcando em navios que iam directamente para a Inglaterra. É nestes anos que se estrutura a emigração política portuguesa – cujo surto se verificará no biénio 1828-29 –, que verá sair do país várias camadas de liberais, os quais protagonizarão sucessivamente a frente libertadora durante a guerra civil de 1832-34, e a consequente nova sociedade constitucional lusitana. Naqueles dias de reviravolta política, porém, fugir não constitui tarefa fácil: como no caso de Guglielmo Pepe, os capitães dos navios requerem autorizações de saída do país e passaportes em situação regular, de difícil obtenção na situação de caos total que se verificava na capital portuguesa. Além disso, as próprias autoridades britânicas (histórico aliado da casa real de Bragança e, com efeito, controladoras do poder político e militar no país durante a ausência do rei no Brasil) não se revelam muito favoráveis à facilitação do êxodo dos mais comprometidos, dado o ultraje exercido contra a pessoa do marechal Beresford⁷⁵¹ – exautorado do seu poder de controlo sobre a regência e até proibido, em 1821, de desembarcar na capital de regresso do Brasil – é uma memória ainda fresca que não contribui para a distensão do clima entre (novos) vencedores e vencidos.

Nesta fase de repressão reafirma-se em força, e como natural consequência do clima de suspeita e desconfiança generalizadas, o paradigma do estrangeiro como elemento liberal e um perigo para a estabilidade interna. As medidas cautelares não poupam, por isso, os elementos das comunidades estrangeiras residentes em Lisboa e, entre eles, os de origem italiana. Como já vimos na primeira parte deste capítulo, em 1823 – e no seguimento de

⁷⁵⁰ Cf. MARQUES, António H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III – *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 22.

⁷⁵¹ William Beresford (1768-1854), oficial britânico, comandante e chefe do exército português durante a guerra peninsular, homem de grande poder e influência sobre a regência nos anos de ausência da família real de Portugal (fuga, em Novembro de 1807, para o Brasil). A revolução liberal vintista pôs termo ao seu poder na metrópole, com uma significativa demonstração de força quando lhe foi proibido desembarcar do navio após o regresso do Brasil, em Outubro de 1820, vendo-se constrangido a voltar para a Inglaterra. Volta novamente a Portugal em 1823, após o fim do regime constitucional, conseguindo recuperar parte do seu peso e da sua influência na vida pública portuguesa.

uma iniciativa já desenvolvida na época liberal – volta a ser solicitada a compilação de listas respeitantes à composição das comunidades estrangeiras em Portugal. Para tentar ultrapassar a fraqueza dos registos realizados até àquele momento, baseados na colaboração com os consulados e caracterizados pela substancial espontaneidade com que são redigidos (frisámos mais de uma vez o facto de a apresentação nos consulados não ser coercitiva), no dia 25 de Agosto é difundido um edital do Intendente Geral da Polícia de que resultam dois propósitos: o primeiro, de apertar o mais possível o controlo sobre todos aqueles que se encontram ainda no território do reino; o segundo, de tornar mais rígidas as disposições para a definição de um registo completo dos residentes oficiais no país. O edital convoca então todos os estrangeiros a que se identifiquem nos postos da polícia num prazo de três dias, «com seus respectivos títulos de legitimação, a fim de serem referendados, ou reformados, como melhor convier». Constituem excepção os galegos, «aqui empregados em serviço público, ou particular», mas não os chefes de família, obrigados a declarar os nomes, profissões e nacionalidades dos hóspedes estrangeiros eventualmente abrigados nas suas casas.⁷⁵² Porém, pelo que já vimos, o objectivo não foi de todo alcançado, continuando a produzir-se registos incompletos e, no caso da comunidade italiana, não exaustivos em absoluto.

Devido ao carácter de urgência desta disposição, nem os súbditos do Estado da Igreja – aliado manifesto do despotismo, ou seja, do partido ultra-legitimista representado pelo infante e sua mãe – conseguem escapar ao clima de perseguição que se instaura na cidade por meio de uma intensa acção policial. É o caso do negociante de estampas Enrico Servioli, romano de 33 anos, residente em Lisboa na rua Formosa n.7 (a actual rua do Século), que a 29 de Agosto assiste à vinda dos agentes a sua casa, de onde lhe sequestram várias cartas antes de o conduzirem à cadeia do Limoeiro.⁷⁵³ É também alvo de muitas suspeitas Feliciano Urtoller, negociante romano de 37 anos, estabelecido e residente no Porto, onde se apresenta à polícia a 23 de Novembro com um passaporte expedido pelo Corregedor da Comarca daquela cidade, em que se declara ser ele de “nação romana”, estabelecido e residente na cidade invicta. Criando-se contudo um alerta em torno deste último, o seu caso chega aos altos patamares da administração governamental, sendo o próprio Marquês de Palmela – ministro dos negócios estrangeiros no novo governo moderado nomeado pelo rei após a queda do regime liberal – a tratar do assunto directamente com o representante pontifício em Lisboa, o genovês Giacomo

⁷⁵² *Gazeta de Lisboa*, n. 200 de 25/08/1823, p. 1406.

⁷⁵³ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv.223, p. 13.

Filippo Fransoni, arcebispo de Nanziano: deste negociante, informa o ministro português, não se encontra documentação regular, não se achando o tal passaporte “referendado” na legação apostólica.⁷⁵⁴ O elemento da conduta de Urtoller que mais desconfiança provoca nas autoridades policiais – e que acaba por estabelecê-lo «como suspeito em a relação dos Subditos Romanos» – é a frequência das suas viagens a Lisboa, onde permanece durante prolongadas estadias, e onde até vem registado como residente, nomeadamente na rua do Alecrim n.10.⁷⁵⁵ Mas contrariamente ao que acontece com outros estrangeiros, Urtoller consegue evitar a detenção: o seu caso demonstra que os súbditos pontifícios, apesar de não escaparem às práticas de controlo e repressão, eram alvo de um tratamento diferenciado relativamente aos provenientes de outros estados italianos, perante os quais as atenções policiais virão a ser menos cuidadosas, sobretudo nos anos seguintes. Este tratamento de favorecimento deve ser analisado à luz de dois aspectos. Antes de mais, deve ser tida em consideração a recuperação das relações diplomáticas entre a monarquia portuguesa e a Santa Sé, que reclamam um maior cuidado na gestão dos assuntos que abrangem não só o corpo eclesiástico mas a totalidade dos súbditos pontifícios. Com efeito, a renovada aproximação e aliança entre estes dois poderes em Portugal não se tardara a manifestar, e já em 29 Junho de 1823 é o próprio Giuseppe Cherubini a celebrar “pontificiamente” uma missa solene para a restituição do convento de São Bento da Saúde à Igreja, nomeadamente à ordem beneditina, que daí tinha sido forçada a sair em finais de 1822. Tal serviço transforma-se, por simbologia e conteúdo, num acto político: na verdade, o sermão lido nessa ocasião pelo cónego Mateus Brandão é preparado sob a orientação do delegado apostólico (será o próprio Cherubini a traduzi-lo para italiano após o seu regresso à Península Itálica, e a publicá-lo numa recolha de textos em defesa da religião e da moral), evidenciando em múltiplas passagens a ilegitimidade do governo liberal, assim como o cariz divino da Vilafrancada e a natureza providencial do Infante (D. Miguel), chegando a enfatizar que

«questa è la causa del trionfo insigne, che la Chiesa e la Monarchia, l’Altare e il Trono, il Sacerdozio e l’Impero, il Re e la Nazione con tutti i Ministri della Chiesa e dello Stato conseguiron fra noi [...] Illuminate l’intelletto e movete il cuore di tutti i portoghesi,

⁷⁵⁴ ASV. *Archivio Nunziatura Lisbona*. n.44, fasc. 2, fl. 181 (Palmela a Fransoni, em 15/11/1823). Urtoller tenta justificar-se alegando que [...] «o representante da sua Nação não referenda passaportes expedidos por autoridades Portuguesas».

⁷⁵⁵ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx.342, fasc.”1823”, fl. 41.

perchè abiurando le loro erronee opinioni e le tenebrose dottrine, ritornino in grembo della vostra santa Chiesa ed alla sincera obbedienza che devono al loro legittimo Sovrano: *Illuminare his qui in tenebris et in umbra mortis sedent*». ⁷⁵⁶

Em segundo lugar, deve ter-se em consideração a acção diplomática do próprio Frasoni, direccionada desde logo (é nomeado em Setembro) para a recuperação do estatuto de autonomia jurídica da Santa Sé em Portugal, onde se tinha assistido a uma marginalização do seu papel (abolição do Santo Ofício, falta de reconhecimento da jurisdição do tribunal da nunciatura e das imunidades eclesiásticas). ⁷⁵⁷

Nos primeiros meses após Maio de 1823 verifica-se, na cidade, uma repressão profunda de todas as residuais manifestações liberais, embora, como nos demonstram os documentos, alguma da vitalidade do sentimento constitucional continuasse a serpear em reuniões secretas, encontros escondidos, amiúde abrigados nas traseiras de lojas de bebidas, casas de pasto, livrarias, e outros lugares de encontro público. Na antecipação do clima que se instaurará de maneira radical aquando da governação miguelista (1828-1832), impõe-se a proibição de qualquer manifestação de apreço ou simpatia para com o recém-acabado regime político: a perseguição estende-se até aos virtuosismos musicais (aparentemente) inocentes de que é objecto o hino constitucional, atingindo, como vimos, o café do Marrare, sítio vigiado com particular atenção pelas autoridades, onde os constitucionalistas – ou, simplesmente, solitários e bêbedos – cantam o referido hino. ⁷⁵⁸ Em Fevereiro de 1824, um oficial do exército – António Lobo da Gama, major do regimento de milícias de Lisboa Oriental – ultrapassa os limites da moral pública nas salas do Marrare, abandonando-se a ofensas aos novos ministros e ao próprio rei (talvez já em estado de alteração alcoólica): «[...]vendo a Gazeta a amarrotou toda, e sem embargo de ter esculpidas as Reais Armas, com ella limpou os botões do fato, que levava vestido, e até os próprios botins, lançando-a depois ao chão, e pejando-a aos pés, dando

⁷⁵⁶ Cf. *Memorie di religione, di morale e di letteratura*, tomo IX, Modena, Per gli eredi soliani tipografi reali, 1826, pp. 419-464.

⁷⁵⁷ Cf. MONSAGRATI, Giuseppe, «Frasoni, Giacomo Filippo», *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 50, Roma, Istituto Enciclopédico Italiano, 1998, pp. 254-255.

⁷⁵⁸ O clima de repressão das manifestações filo-liberais abrangia obviamente toda a população, não se limitando aos lugares geridos ou frequentados por estrangeiros: podemos apresentar como exemplo disso os acontecimentos que têm a lugar a 22 de Setembro num armazém de uma loja de bebidas na calçada da Ajuda, onde são apreendidas pessoas a tocar em flauta e bandolim o hino constitucional (nomeadamente, José António Garcia, merceeiro, e Francisco Alberto, antigo sacristão da Misericórdia e «célebre no bairro pelas suas ideias constitucionais»). Os testemunhos ouvidos pelo juiz corregedor do crime do Bairro de Belém afirmaram que «fosse exactamente a música do hino, todavia afirmaram que era a mesma música disfarçada, ou variada, de maneira que se opuseram a que os tocadores continuassem a toca-la» (ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Bairro de Belém». ms. 120 [cx. 216], fl. 216).

assim bem a conhecer o desprezo que lhe merecia aquele papel ministerial». ⁷⁵⁹ Este acontecimento reforça a convicção por parte das autoridades de segurança pública da necessidade de manter aquele lugar sob constante vigilância, e de fazer repetidas averiguações tanto aos clientes como aos «serventes da referida loja», evidentemente cúmplices das transgressões que ali se perpetram, num clima que à polícia parece de constante subversão.

A 30 de Junho de 1823, no seguimento de uma informação anónima, as forças de segurança decidem efectuar uma incursão a uma casa de jogo gerida por um homem de origem genovesa, F. Ardisson (Ardissonne), estabelecida na rua Áurea, «terceiro quarteirão indo do Rossio». A preocupação das autoridades lisboetas tem por base as reuniões que ali são realizadas, durante a noite, pelos membros da sociedade patriótica “Minerva” (um conjunto muito activo no triénio liberal; como vimos, no entanto, as sociedades tinham sido proibidas, o que as empurrou para uma dimensão secreta e clandestina); os quais, «[...] aí a título de se entreterem em tal jogo, se ocupam mais propriamente em dizer mal do actual governo de S.M., efectuando assim uma reunião que as leis proíbem». ⁷⁶⁰ Assim sendo, são apreendidas as pessoas encontradas no local durante a operação policial, juntamente com o dono da casa e os outros empregados que, tal como no caso do Marrare, são considerados conscientes e até coniventes. A casa de jogo é fechada, mas Ardisson – que evidentemente se consegue justificar perante as acusações – volta a reabri-la na zona do Cais do Sodré, voltando porém a ser alvo de atenção policial em 1828, como veremos mais à frente.

Muitos membros da comunidade italiana em Lisboa demonstram ser particularmente obstinados na manifestação das suas ideias políticas na fase de delicados equilíbrios que acompanha o derrubamento do governo liberal. Acabam então por ser alvo da perseguição por parte das autoridades não só porque, enquanto estrangeiros, são considerados comprometidos (ideal e praticamente) com o antigo regime, mas também porque em muitos casos não escondem as próprias preferências, chegando a patentear abertamente a sua oposição ao novo estado de coisas. Exemplar é o caso de Gaetano Orlandi, morador no palácio dos Condes de Lumiares a São Roque, para onde se tinha transferido após o seu regresso de Inglaterra. Em inícios de Junho vê apresentarem-se à sua porta os guardas, que o prendem e o conduzem para o posto de guarda, onde é questionado – juntamente com os seus irmãos – acerca das suas convicções políticas. De

⁷⁵⁹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv. 223, pp. 28-29.

⁷⁶⁰ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv. 223, p. 3.

facto, tinha sido o próprio conde de Lumiares – José da Gama Carneiro e Sousa, coronel do Regimento de Infantaria n.1, aliás de sentimentos liberais e futuro primeiro-ministro em 1836 – a denunciá-lo logo após ter tomado conhecimento do conteúdo da conversa que aquele tinha tido com os seus filhos, durante a qual Orlandi manifestava algum rancor perante o comportamento e o oportunismo daquele alto oficial do Exército, e

«[...] mostrando-lhes a Farda da guarda Civica, e o Laço competente, lhes disse que ainda aviam de servir; e retorquindo o filho do dito coronel, que senão lembrasse de semelhante cousa, e usasse o laço actual, da Casa Real era bom para meter no fundo das cartas, e que o governo passado é que tinha a culpa de suceder o existente, pois se elle tivesse mandado enforcar aqueles de quem se desconfiava, principiando por seu pai o Coronel Pontes, ainda reinaria o sistema Liberal, acrescentando outras coisas d'igual natureza».⁷⁶¹

A situação não parece melhorar em 1824, outro ano crucial para a sorte política do reino de Portugal e Algarves, devido à chamada “Abrilada”, a tentativa de golpe de Estado (falhada) realizada pelo partido do absolutismo, que se reunia em torno das figuras de D. Miguel e da sua mãe, a rainha Carlota Joaquina. Mas antes de contextualizar este acontecimento no nosso discurso, focamos a nossa atenção num caso individual que tem lugar em finais de Janeiro daquele ano, e que diz respeito à figura de um português – mas com claras origens italianas – saído do reino em 1820 por razões políticas. Trata-se de Lourenço Justiniano (Giustiniano), natural de Setúbal, cidade onde reside uma boa comunidade de origem italiana: com efeito, ele volta ao país após ter recebido a notícia da morte dos seus pais, a fim de resolver uma questão ligada à herança da casa natal, a dividir com outra parte da sua família, os Fortunato, também de origem italiana e também moradores na antiga cidade portuária.

Lourenço Justiniano tinha saído do reino em 1820 por ocasião da revolução vintista. Tendo esta eclodido no Porto (chegando depois até Lisboa), fugira «por não querer seguir o sistema constitucional [...] e tanto que soube da sua extinção voltou para a sua pátria».⁷⁶² Após a fuga, deslocara-se para Itália, fixando residência por alguns meses em Florença, vindo a casar com uma filha de um vendedor de panos; juntos, foram viver para Nápoles. Ao regressar a Portugal em 1824, é preso pela Polícia devido às suspeitas levantadas pelo bizarro nome falso que utiliza para se identificar, encontrando-se desprovido de

⁷⁶¹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais», liv. 223, p. 5.

⁷⁶² ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx. 342, fl. 64.

passaporte: o de “Marquês da Rosa”. Após muitas averiguações, é o próprio a admitir ter utilizado títulos e nomes falsos para conseguir passar as várias fronteiras, sobretudo as espanholas, onde a passagem dos estrangeiros era mais dificultada. O caso de Justiniano ajuda-nos a esclarecer a situação complexa da administração da fronteira luso-espanhola, como se define naqueles anos de profunda instabilidade política e de constante mudança do quadro político interno ao reino; trata-se de uma questão problemática e partilhada, na medida em que concorrem os (diferentes) interesses das duas realidades de governo e de poder. Com efeito, com a queda do governo constitucional nos dois países da Península Ibérica tem lugar uma movimentação consistente de exilados liberais mais ou menos comprometidos com o antigo regime, que tentam ultrapassá-la para se unir a grupos ainda presentes em partes dos países, de um lado ao outro da fronteira. Verifica-se uma consistente concentração destes exilados em território português, quer porque muitos tentam chegar clandestinamente a Lisboa para embarcar rumo à Inglaterra, quer porque continuam a desenvolver-se no reino actividades secretas direccionadas para a reorganização da frente liberal. O controlo (e a consequente repressão) mais eficaz no território espanhol empurra muitos liberais a fugir para Portugal, cuja fronteira é, em vários pontos, escassamente vigiada. Aos que escapam por razões políticas juntam-se muitos desesperados, sem motivação ideológica (ou que já tinham renunciado a ela) em busca de oportunidades ou melhores condições de existência. Chegados a Portugal, muitos ficam em condição vadia, abandonando-se à vagabundagem e sendo por isso perseguidos policialmente. Entre 1825 e 1828 – com a mudança do clima político no país – este fenómeno conhecerá um considerável crescimento, surgindo em todo o país “depósitos de emigrados”, sobretudo em antigos quartéis (como em Santarém, um dos maiores do país, ou em Elvas e Cascais), onde serão abrigados muitos destes vagabundos, sobretudo espanhóis (grupo maioritário) e italianos. Além disso, após a instauração do novo regime constitucional em 1826, com o interesse da monarquia espanhola em criar instabilidade no país limítrofe, aos liberais em fuga juntam-se também grupos reaccionários que ultrapassam a fronteira para se juntar à frente contrarrevolucionária, reforçada sucessivamente pelo regresso de D. Miguel em 1828.

Voltamos ao ano de 1824. No dia 30 de Abril dá-se o pronunciamento conhecido precisamente como “Abrilada”, no curso do qual o rei é sequestrado no palácio da Bemposta pelo infante D. Miguel e seus partidários, com o apoio do clero, de parte da nobreza e do exército, planeando – como escamoteação propagandística – uma conjura maçónica orientada para o assassinato do soberano. O que lhe permite encontrar uma

saída rápida para crise é a pronta intervenção do corpo diplomático estrangeiro, que se dirige ao palácio da Bemposta para se inteirar das condições do rei, percebendo de imediato a encenação construída pelo infante com a colaboração de Beresford e do Marquês de Torres Novas; os quais, por sua vez, insistem em que o rei abdique a favor do filho rebelde. O soberano refugia-se a bordo da nau britânica *Windsor Castle* e, enquanto a intentona malogra, consegue recuperar os plenos poderes, demitindo D. Miguel do cargo de comandante-em-chefe do Exército e forçando-o a deixar o país, transferindo-se para outras cortes estrangeiras (primeiro em Paris e depois em Viena). Por outro lado, também a rainha Carlota Joaquina é inicialmente sancionada com uma medida de afastamento do território do reino (um dos prováveis destinos podia ser Nápoles, devido à sua ligação com a dinastia dos Bourbon); mas devido às célebres, conquanto presumidas, más condições de saúde, consegue ficar em “cativeiro” no palácio de Queluz. O partido do absolutismo é durante esse momento neutralizado, enquanto se abre uma fase crucial para os destinos da coroa, que enfrenta nos dois anos sucessivos eventos cruciais, como sejam a morte de D. João VI e a outorga de uma carta constitucional pelo herdeiro designado, o imperador do Brasil D. Pedro I, IV de Portugal.

Contudo, a tentativa de golpe de estado dos miguelistas tinha significado, naqueles dias, numerosos aprisionamentos de várias personalidades civis e militares (como o próprio Intendente Geral da Polícia) consideradas fiéis ao partido do rei. Acompanhavam-nos muitos suspeitos de liberalismo, e entre estes os estrangeiros constituíam um alvo fácil de aplicação das medidas cautelares. Por isso, falhada a intentona e marginalizados os adeptos de D. Miguel, uma primeira preocupação das autoridades é verificar a situação de todos aqueles que tinham sido presos pelos revoltosos: sendo assim, constatamos que, na documentação de arquivo, entre as numerosas relações «de pessoas que for[am] soltas, e havi[am] sido prezas desde o dia 30 d’Abril» comparecem também vários italianos (que porém não figuram nos registos que, como vimos, naquele anos são redigidos sob a tutela da Intendência Geral de Polícia): a 9 de Maio são libertados da cadeia da cidade (ou cadeia do Limoeiro, em Alfama), após averiguação das respectivas posições, que se revelaram estranhas aos acontecimentos que tinham marcado aquele dia. Trata-se de João António (Giovanni Antonio) Biancardi, António Jozé Maria (Antonio Giuseppe Maria) Campello, Thomaz António (Tommaso Antonio) Martini.⁷⁶³

⁷⁶³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx. 342, fl. 64.

Resolvido por enquanto o iminente perigo para a coroa, restabelece-se a necessidade de controlar a circulação de forasteiros no país, dedicando-se agora maior atenção não só à presença de agentes do liberalismo, mas também de partidários do absolutismo, que como dissemos há pouco provêm especialmente do território espanhol. Tenta-se reforçar a fiscalização (amiúde deficitária) nas fronteiras, as marítimas e terrestres (sobretudo as alentejanas); isto torna-se uma prioridade para as autoridades, o que se confirma pela produção de numerosas «relações dos indivíduos estrangeiros, que pelas principaes terras do Sul, e pela Foz tem entrado neste Reino» em que, a partir do mês de Junho, se começam a alistar os nomes de pessoas vindas de fora «a respeito dos quaes há alguma suspeita».⁷⁶⁴ Torna-se assim evidente que, em face aos italianos, a desconfiança das autoridades é sempre alta; de facto, só entre finais de Julho e princípios de Agosto, contam-se vários nomes de pessoas procedentes da Península Itálica que se tornam objecto das averiguações da polícia. Deixamos aqui alguns exemplos daqueles que, neste breve período, acabam por comparecer nas listas dos suspeitos – apesar de parecerem somente simples trabalhadores, deslocando-se para Portugal por razões profissionais: Jaques Modou Marin, de 26 anos, piemontês, chegado a 18 de Julho, criado do governador das Justiças do Porto, que declara «vir por causa do seu amo»; Antonio Robini, de 32 anos, bolonhês, chegado a 23 de Julho, “sedadeiro” (muito provavelmente tecedor ou vendedor de sedas), residente em Lisboa na rua de São Paulo n.51, com Ottavio Boari de 24 anos, “sedadeiro” e bolonhês como o primeiro; Pietro Caprari, 21 anos de idade, registado como italiano, chegado a 25 de Julho, residente na rua do Alecrim; Filippo Gentili, 51 anos, romano, cozinheiro de profissão, chegado a 1 de agosto, que declara ir «para os banhos de Monchique».⁷⁶⁵

Como vimos, nestes anos em que a luta dinástica assume os moldes de uma luta substancialmente ideológica, provida de radicalidade e violência, a presença de súbditos estrangeiros no território nacional concorre para que as duas partes em causa se encontrem na formulação de suspeitas e na procura de um inimigo comum, que chega a envolver, muitas vezes, pessoas que nada partilham com as questões políticas e se encontram em Portugal por razões meramente laborais. O problema da segurança das fronteiras – sobretudo aquela terrestre com o reino de Espanha – estabelece-se prioritário para as exigências de controlo dos poderes que se alternam na condução do Estado-nação

⁷⁶⁴ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx.342, fl.126.

⁷⁶⁵ *Ibidem*.

lusitano. Contudo, devido à definição de novas condições políticas favoráveis ao liberalismo (numa acepção mais moderada) a partir de 1826, Lisboa e o território do reino tornam-se novamente lugar de cruzamento de grupos e individualidades ligadas à internacional liberal, e que aqui se encontram para definir estratégias da conspiração política a nível europeu. As fronteiras terrestres do reino são palco de agitações, particularmente no sul do país, onde muitos discípulos de D. Miguel, refugiados na Espanha de Ferdinando VII após as derrotas de 1824, ultrapassam novamente a fronteira para se dirigirem à capital, onde se decide o novo destino político de todo o reino. Como sublinhámos, liberais espanhóis e italianos percorrem o mesmo itinerário para escapar à perseguição borbónica, prefigurando novas possibilidades de acção política na capital portuguesa. Muitos italianos chegam de Londres, na altura “capital” do exílio político italiano, sede de um grupo de liberais, sobretudo filiados na Carbonária, com o papel de coordenar a organização de eventuais operações insurreccionais a ser realizadas na Península Itálica, contra a ocupação estrangeira.

Entre os muitos exilados que nesta altura se dirigem para Portugal – e até à tomada do poder por parte de D. Miguel – vários são os que procedem do reino das Duas Sicílias, fugindo em 1821 ou nos anos seguintes. Trata-se de figuras menores no quadro da intervenção política dos exilados, mas que são importantes para a definição de um quadro completo quer do exílio político daqueles anos (completando o valioso estudo de Grégoire Bron), quer do contexto da presença italiana no país naquela época tão atribulada. Afinal, também os exilados são comunidade residente, de curto ou longo prazo; e esta dimensão populacional, como temos visto ao longo da nossa análise, entrelaça-se constantemente com questões políticas.

3.2 Portugal na encruzilhada dos exilados: a emigração política napolitana

Em Março de 1826 a (suspeita) morte de D. João VI abre a delicada questão da sucessão, marcando o início de uma fase crucial para o progresso histórico e político de Portugal. É nomeada uma regência presidida pela infanta D. Isabel Maria, para a regência do poder até à chegada do novo herdeiro ao trono, reconhecido na pessoa do príncipe D. Pedro, imperador do Brasil. No decurso daqueles meses define-se também o reconhecimento da independência da antiga colónia sul-americana por parte do poder e da sociedade portugueses. O interesse de D. Pedro – designado soberano com o nome de D. Pedro IV – consiste, porém, em manter o cargo imperial brasileiro, não reentrando na linha dinástica do antigo reino europeu. Por esse motivo, designa a filha Maria da Glória

como herdeira ao trono em seu lugar; sendo a infanta ainda menor de idade (sete anos), estabelece que o poder seja administrado pela gerência, até ao regresso do irmão, D. Miguel (momentaneamente entregue à corte dos Ausburgo, em Viena), com quem a pequena princesa teria de casar; o próprio D. Miguel deveria gerir o poder até à realização do casamento. É colocado como condição para o regresso do príncipe rebelde o reconhecimento por parte deste da carta constitucional que o soberano outorgara em 1826 ao povo português (sendo mandada jurar por D. Isabel Maria a 31 de Julho), em imitação do modelo constitucional brasileiro (isto é, mais moderado em relação ao texto deliberado pelas Cortes em 1822).⁷⁶⁶ D. Miguel, cujo papel de farol do realismo absolutista e contrarrevolucionário – que, como a historiografia tem salientado, constitui um âmbito proto-ideológico do nacionalismo português⁷⁶⁷ – se tinha mantido e até crescido durante a sua ausência, reconhece a investidura régia sem levantar objecções. Prepara-se assim o seu regresso ao reino, que muito mudará este delicado *status quo* definido no biénio crucial de 1825-26. No entanto, fogos de rebelião em seu favor e contra a carta constitucional começam a espalhar-se nas zonas fronteiriças do reino, tanto no norte como no sul,⁷⁶⁸ desencadeando-se em breve uma guerra civil (Novembro de 1826 – Março de 1827) em que as facções opostas se podem pôr à prova militarmente.⁷⁶⁹

A nova situação política portuguesa – uma sociedade constitucional, com uma nova estrutura normativa, mas tendo presente a perspectiva do regresso do homem símbolo do legitimismo absolutista – determina uma dimensão em que o país e a sua capital voltam a ser palco de um antagonismo renovado entre as facções políticas opostas. Lisboa retoma e reforça o seu papel de espaço da encruzilhada da conspiração nacional e internacional.⁷⁷⁰

⁷⁶⁶ A nova Carta, sendo outorgada pelo soberano em vez de ser aprovada por assembleias representativas, adquire alguns elementos já presentes na Constituição de 1822, juntamente com princípios estruturantes do texto brasileiro de 1824. São instituídas duas câmaras (uma de nomeação régia e hereditária, outra electiva), a eleição indirecta dos deputados, um conselho de Estado sempre de nomeação régia e um quarto poder como prerrogativa do soberano, designado como poder “moderador”.

⁷⁶⁷ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, *O miguelismo (1828-34). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Provas de aptidão pedagógica, Lisboa, Faculdade de Letras, 1987, pp. 137-143; ID., *El miguelismo o la contrarrevolución en Portugal*, in Stanley G. Pane (dir.), *Identidad y nacionalismo en la España Contemporánea: El Carlismo, 1833-1975*, Madrid, Actas, 1996, pp. 181-194.

⁷⁶⁸ Sobre os levantamentos miguelistas no norte do país, e sua composição social, veja-se o interessante estudo de Maria Alexandre Lousada e Nuno Gonçalo Monteiro, «Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no norte, 1826-1827 (algumas notas)», em Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira e João B. Serra, *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao colóquio. 11-12-13 de Fevereiro de 1981*, 2 vols., vol. II, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 169-182.

⁷⁶⁹ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, «Os levantamentos miguelistas contra a Carta Constitucional (1826-1827)», *Análise Social*, vol. XXX (4º), n. 103 (1995), pp. 631-651.

⁷⁷⁰ Como chama a atenção Vasco Pulido Valente (*op. cit.*, p. 632), a necessidade de contrastar a força militar dos sectores adversos à constituição favorece a aliança entre o constitucionalismo radical e o

Os agitadores da frente liberal europeia, assim como os animadores da contra-revolução interna e externa, encontram-se aqui para definir estratégias e planos de acção; a cidade assume-se como centro estratégico de ligação política entre o Mediterrâneo e o Atlântico.⁷⁷¹

Esta reavivada concentração de liberais preocupa particularmente o governo napolitano que, após quase uma década de vacância, consegue restabelecer a normalidade das relações diplomáticas em Portugal com o envio do cônsul-geral, Francesco Stella (que aceita o salário anual de 450 ducados). Até àquele momento, as principais notícias a respeito da situação interna portuguesa tinham sido recolhidas e organizadas pelo consulado régio em Madrid, que só se podia basear em informações indirectas, constituídas fundamentalmente por notícias recuperadas das folhas que aí chegavam de toda uma rede de informadores (muitas vezes simples viajantes) que se moviam entre Espanha e Portugal. Pelo contrário, o vice-cônsul em Lisboa, o maltês Giuseppe Calleja, embora continue esporadicamente a enviar despachos para Nápoles, goza da total desconfiança por parte das autoridades napolitanas, perante as quais a sua posição caíra em desgraça após a total incapacidade na gestão das questões consulares durante o triénio liberal (uma incapacidade que, como vimos, em Nápoles chega a ser interpretada como identificação com a causa liberal). Até a notícia da concessão da carta constitucional, em Julho, é comunicada a Nápoles via Madrid; no texto da comunicação ressalta uma particularidade, a saber, o juízo sobre a cidade do Porto, que aos olhos da diplomacia internacional nesta altura merece já aquele “primado” enquanto cidade revolucionária e liberal na sua história oitocentista:⁷⁷² «per mezzo di un corriere straordinario spedito dal

moderado; isto permite a reabilitação dos vintistas, muitos dos quais se encontram fora do país, sendo assim autorizados a regressar e a retomar funções de carácter político e militar.

⁷⁷¹BRÓN, Grégoire, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie. Les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*, III tomes, Thèse de doctorat, École Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2013, tome II, pp. 289-290.

⁷⁷² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII – *A Instauração do Liberalismo (1807 – 1832)*, Viseu, Verbo, 1984, pp. 346-348. Além das pontuais reflexões historiográficas de J. V. Serrão, não podemos evitar reparar no facto de o tema da “supremacia” revolucionária do Porto remeter para outra sensível questão histórica, a da dicotomia entre as duas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. Trata-se de um tema que remonta a épocas passadas, e que se insere, na maioria dos casos em que é desenvolvido, na evolução habitual dos “bairrismos de campanário” que se desenvolvem normalmente dentro de espaços nacionais e identitários bastante definidos (lembrando, a título de exemplo, a rivalidade entre Milão e Roma, com a primeira a reivindicar o seu papel de cidade produtora contra o de cidade de poder, de compromisso político e de parasitagem da segunda). Por isso, também estas duas cidades são animadas (ainda hoje) por um frequente choque geopolítico e ideológico que abrange muitos campos mas que, na maioria dos casos, não consegue escapar à dimensão do dito bairrismo. Sem querer alimentar qualquer polémica neste sentido, nem tomar uma ou outra posição – querendo pelo contrário trazer um testemunho histórico sobre o “primado revolucionário” da cidade do Porto *versus* a de Lisboa –, seja-nos permitido recuperar aqui as reflexões de um importante intelectual lusitano, de fé republicana, que viveu

generale Saldanha Governatore della città di Porto si è saputo che alla prima notizia della concessione di una carta costituzionale pel Portogallo, gli abitanti della città, che sono generalmente liberali, avevano mostrato molta contentezza».⁷⁷³

O novo representante chega à capital portuguesa em finais de Junho de 1826; devido à quarentena obrigatória, só consegue entrar na cidade em meados do mês seguinte. Contudo, a recepção não é das melhores: de facto, Giuseppe Calleja, frustrado pela falta de reconhecimento daquele cargo principal que repetidamente tinha pedido a Nápoles, faz de tudo para dificultar o trabalho do recém-chegado cônsul napolitano. Apesar de este último lhe ter apresentado todas as credenciais governativas (como refere Stella na primeira relação enviada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros), Calleja recusa-se a reconhecê-lo e a entregar-lhe a chave do consulado e materiais de arquivo, chegando a acusá-lo perante as autoridades portuguesas de ser um embusteiro. Stella, na descrição do funcionário maltês, fornece uma informação interessante: «il Calleja è uomo grossolano, che ha un botteghino di lotteria; ma in tutto, e per tutto si fa dirigere da un esiliato italiano, che dicesi ebreo; soggetto molto pericoloso, e di pessima reputazione, e che sarà certamente il consigliere».⁷⁷⁴ Como não deixa de notar o cônsul logo após a sua chegada, Giuseppe Calleja trabalharia sob a influência de um perigoso exilado italiano, judeu e comerciante: as cartas de arquivo não restituem nenhum nome ou perfil, mas podemos colocar a hipótese de se tratar de um dos membros da comunidade napolitana que, em

entre os séculos XIX e XX: Basílio Teles. O próprio não é estranho a esta “guerra” nacional, tendo nascido no Porto, e sendo por esta razão partidário da supremacia moral e política da cidade à beira Douro, que considera a «única cidade revolucionária do país». Augusto da Costa Dias, no prefácio às *Memórias Políticas* do pensador republicano (Lisboa, Alfa, 1990), tenta uma interpretação da propensão portuense tal como se apresenta na obra de Telles: «a antinomia Lisboa-Porto, bem expressiva neste livro, possui uma clara significação ideológica: a capital é a cidade incaracterística e volúvel onde a pequena burguesia embota o radicalismo na servidão do Estado ou noutras dependências; o Porto é o centro forte de uma pequena burguesia, já na Idade Média empreendedora, activa, com amor à terra, aspirando à independência pelo trabalho e pelo sentido percuciente das liberdades. E daí que ele, e só a ele, coubesse o lugar directivo na revolução radical, “a sério”, como de resto comprovava a história das lutas insurreccionárias do século XIX. Um movimento revolucionário em Lisboa seria, com todos os seus compromissos, o prefácio de outra revolução mais terrível e sangrenta: aquela que as “circunstâncias reclamavam”, ajuste final de contas com um século de frustrações e humilhações» (pp. 57-58). Por sua parte, Teles define o carácter “político” de Lisboa desta maneira: «É indubitavelmente uma cidade democrática, melhor talvez antimonárquica, e ainda melhor, oposicionista, boa para eleições, comícios, manifestações, etc., mas sem o menor valor, já não digo para órgão da revolução, para centro da dinâmica política» (p. 62-63). Pelo contrário, na sua aguda retórica, a “cidade invicta” é assim representada: «Em 1820 o Porto esteve só, até a chegada da Junta à capital (porque a repercussão em Lisboa do movimento de 24 de Agosto daquele ano foi menos uma revolução complementar – digamos assim – do que uma reacção contra a autoridade da junta) [...] Se, porém, não se pode contar com Lisboa, a não ser como o principal núcleo de resistência da monarquia, não resta senão o Porto capaz de conduzir uma revolução a sério» (pp. 63-64).

⁷⁷³ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Portogallo. Affari politici (1826)», busta 935, fl. s.n. (“Notizie dal Portogallo”, comunicação do cônsul geral napolitano em Madrid, em 19 de Julho).

⁷⁷⁴ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all’estero. Lisbona - Diversi (1815-1829)», busta 2690, fasc. s.n. (em 19/07/1826).

1826, vive em Lisboa e circula em torno do consulado, sediado no bairro de São Paulo – que, como vimos, acolhe a maior parte dos italianos residentes na capital. Nestes anos, como refere o historiador Oliveira Martins, esta área (que abrange o Cais do Sodré com as suas múltiplas esquinas) constitui o verdadeiro e único lugar onde “reïnham” os liberais, devido à persistência de pontos de encontro, como os cafés (lembramos o já mencionado “café grego”), mais tolerados nesta fase de transição política. A zona ribeirinha distingue-se assim do resto da cidade, em cujos bairros rebentam os fogos da agitação miguelista.⁷⁷⁵ Por essa razão, a presença de italianos de sentimentos liberais (exilados ou simples emigrados) faz-se notar particularmente nas ruas do bairro, sendo percebida pelos funcionários vindos da Península Itálica como um possível sinal de ameaça à estabilidade interna dos reinos de proveniência. Este temor é sentido em primeiro lugar pelos napolitanos, que aí trabalham devido à localização do consulado, e com esse mundo liberal têm de lidar todos os dias.

Em Nápoles, a morte de Ferdinando I e a subida ao trono do filho Francesco I não mudam o quadro político, sobretudo no que diz respeito à atitude do governo napolitano face ao movimento liberal, particularmente em relação aos que em 1821 tinham deixado o reino e procurado refúgio no estrangeiro. A maior preocupação das autoridades napolitanas consiste na nunca aplacada possibilidade do desembarque de revolucionários num lugar indeterminado do sul de Itália; um projecto que, como vimos, vigorara no mundo do exílio político italiano durante o triénio liberal e que ainda se tentava concretizar. Motivo de particular desassossego era a grande concentração de liberais na enclave britânica de Gibraltar, posição estratégica para a organização de uma frota pela sua colocação às portas do Mediterrâneo, onde a presença de exilados – procedentes não só de Espanha, mas também de outras localidades marítimas onde tinham ido procurar abrigo, como Tânger, em Marrocos – era bastante tolerada. Na rota entre o Atlântico e o Mediterrâneo, entre o lugar de maior concentração de exilados (Londres) e o enclave mediterrânico, Lisboa assume uma função geoestratégica para quem provém de (ou se dirige para) ambas as direcções, ao longo desta directriz da mobilidade política europeia. A historiografia do *Risorgimento* italiano tem abordado com rigor a presença dos italianos no pequeno território britânico dentro da Península Ibérica:⁷⁷⁶ nela se cruzavam desde há

⁷⁷⁵ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, 21ª ed. (1879), Lisboa, Guimaráes Editores, 2004, p. 390.

⁷⁷⁶ Em particular, são dois os estudos de referência: CANNAVIELLO, Vincenzo, «Gli irpini della rivoluzione del 1820 nell'esilio», *Rassegna Storica del Risorgimento*, XXVII [1940], Roma, Libreria dello Stato, pp. 3-

séculos, além dos numerosos refugiados, diferentes comunidades estrangeiras. Tal como em Lisboa, também aqui os genoveses constituíam um grupo muito numeroso, com interesses no comércio (incluindo o contrabando de mercadorias para o mercado espanhol) e actividades financeiras.⁷⁷⁷ Por isso, embora numa dimensão mais reduzida, nos anos que são objecto da nossa investigação – e, podemos dizer, em toda a primeira metade do século XIX – são reproduzidas as mesmas dinâmicas de interacção entre o mundo da emigração política e o da emigração social que se desenvolvem em Lisboa. Sendo o grupo de napolitanos “transeuntes” que aí se refugiam de alguma consistência, um deles constitui um caso exemplar para tentar perceber o que se passa na comunidade residente, e de que modo é tal proximidade mal vista pelas autoridades italianas, que não deixam de exercer formas de controlo através dos seus agentes diplomáticos. Referimo-nos ao calabrês Nicola Lucente de Catanzaro, fugitivo em Espanha em 1821, e depois vagabundo pelo Mediterrâneo, após um parêntese prolongado em Tânger. Aqui, em 1828, o intendente da Polícia napolitana chega a saber que tinha sido empregado no consulado daquela cidade; obriga então o cônsul a demiti-lo de imediato. Lucente é constrangido a sair do território marroquino e a atravessar novamente o estreito.⁷⁷⁸ Com outros dois súbditos napolitanos, e com o beneplácito do governador britânico, é o primeiro a implantar naquele pequeno território uma fábrica para o branqueamento das telas com o novo método do gás muriático oxigenado. Na vila ao pé da roca encontra-se também um cônego, Angelo Maria Mazzarella, antigo padre de sentimentos liberais da aldeia de Mirabello Eclano (no distrito de Avellino), que vivia das missas e do ensino das línguas italiana e latina.⁷⁷⁹

Em todo o caso, com a derrota temporária das posições extremistas e o novo clima de moderada liberdade constitucional em Portugal, muitos são os que saem de Gibraltar e se fixam em Lisboa. Em 1826 a preocupação do governo napolitano é evidente, tendo em conta que chegam à capital do reino das Duas Sicílias notícias que não se conseguem verificar devidamente, e que dizem respeito a navios prontos a zarpar de Gibraltar com a

11; MICHEL, Ersilio, «Esuli italiani a Gibilterra (1821-1859)», *Annali della Scuola Normale Superiore*, s.2, vol. XIV (1946), pp. 26-44.

⁷⁷⁷ Cf. BRILLI, Catia, «Da Cadice a Buenos Aires: crisi e rinascita del commercio ligure nella nuova configurazione dell’atlantico iberico (1797-1837)», *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*, vol XLII (2008), pp. 99-125. Para um aprofundamento da vertente linguística da presença genovesa em Gibraltar, assinala-se a leitura de TOSO, Fiorenzo, «L’onomastica d’origine ligure a Gibilterra», *Estudis Romànics*, n.22 (2000), Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, pp. 83-100.

⁷⁷⁸ «[...] scrisse al console che se mai ciò fosse, se ne disfacesse subitamente “giacchè trattandosi di un esiliato, pessimo soggetto e nemico del Real Governo, nè ella nè i suoi dipendenti debbono avervi nessun contatto» (CANNAVIELLO, Vincenzo, *op. cit.*, pp. 5-6).

⁷⁷⁹ *Ibidem*.

função de recolher emigrados italianos e de outras nacionalidades ao longo das costas ibéricas, organizando assim a esconjurada expedição. É precisamente esta sensação de perigo iminente – que se revela afinal sem fundamento, pelo menos no imediato – que apressa a nomeação e o envio de Francesco Stella para Lisboa, a fim de que pudesse averiguar de perto a situação vigente entre os emigrados na capital portuguesa, enviando regularmente informações para Nápoles. Assim sendo, um dos seus interesses primários é o de fornecer dados a este respeito logo após a tomada de posse do seu encargo: numa das suas primeiras comunicações, enviadas no início de Setembro, inclui notícias a respeito do movimento naval entre Lisboa e Gibraltar. Comunica assim ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que no dia anterior saíra do porto daquela cidade, com destino a Gibraltar, um vapor inglês, «[...] il Giorgio IV, di 750 tonnellate. Lo scopo dello stesso è, girando il Portogallo e la Spagna, di prendere degli Emigrati che probabilmente in queste emergenze non saranno pochi».⁷⁸⁰

Outra tarefa atribuída a Stella é a redacção de um elenco detalhado dos napolitanos residentes na capital portuguesa, a fim de controlar a sua conduta e identificar entre estes os que tinham emigrado por razões políticas. Stella torna-se então rapidamente ciente da existência de um microcosmos da emigração política italiana em Lisboa, em que os napolitanos têm, sobretudo nesta fase, uma apreciável relevância. Assim, logo após as primeiras investigações, comunica a Nápoles que «[...] un tale Pierro, implicato nell'affare Giampietro, è qui e fa il calzolaio [sapateiro, *nda*]. Due palermitani, fratelli Mangeruvo, che credo militari, sono qui giunti ieri, provenienti da Marsiglia».⁷⁸¹ Releva deste modo a presença de algumas figuras certamente menores no quadro global da emigração do *Risorgimento*, mas muito importantes no que diz respeito à presença política napolitana em Portugal. E ainda: «In compagnia di quel tale napoletano Luigi Pierro, partito per [l']Algarve, mi si accerta esservi altro napoletano di nome Giacinto Marulli, quale non trovo per niente ne' registri di questo Regio consolato».⁷⁸²

⁷⁸⁰ «Ieri è da qui partito per Gibilterra un grosso pacchetto a vapore inglese, il Giorgio IV, di 750 tonnellate. Lo scopo dello stesso è, girando il Portogallo e la Spagna, di prendere degli Emigrati che probabilmente in queste emergenze non saranno pochi» (ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi. Notizie e regolari [1815-1828]», busta 2693, fl. 22 [em 09/09/1826]).

⁷⁸¹ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Portogallo. Affari politici (1826)», busta 935, fasc. s.n. (em 14 de Outubro).

⁷⁸² ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona-Diversi (1817-1829)», busta 2692, fasc. s.n. (em 14/10/1826). As informações sobre Pierro encontram confirmação em ASN. *Alta Polizia*. «Registro degli espatriati, esiliati e relegati per i fatti del 1820», busta 40, fasc. 259, fl. 60; *Ministero della Polizia Generale, Parte II*. «Carte del Parlamento

Sigamos a ordem. Os nomes que o cônsul Stella destaca entre a comunidade residente de súbditos das Duas Sicílias dizem respeito a liberais quer napolitanos, quer sicilianos, perseguidos logo após a queda do governo constitucional de 1820-21 e, por esta razão, obrigados a ingressar a grande diáspora liberal que se segue àquele acontecimento. Trata-se de nomes que, como ele afirma, não se encontram nos registos do consulado, confirmando mais uma vez o que temos vindo a tentar demonstrar ao longo do presente estudo, ou seja, que os registos efectuados pela intendência geral da Polícia e pelos próprios consulados são parciais e reflectem uma presença comunitária absolutamente menosprezada em relação à sua real dimensão. Neste caso específico, os nominativos comunicados por Stella tinham sido já recuperados algumas décadas atrás pelo historiador genovês Ersilio Michel – embora de forma parcial – nas páginas do seu estudo dedicado aos exilados italianos em Portugal na primeira metade do século XIX.⁷⁸³ Seja como for, ele tinha já sublinhado o facto de estes se envolverem voluntariamente nas cruciais questões políticas portuguesas no período de 1826 e 1829.

Pierro e Marulli – deverá tratar-se de Carlo Morelli, dito também Giacinto (o próprio Michel se enganara acerca da verdadeira identidade deste exilado)⁷⁸⁴ – fazem-se acompanhar por outro expatriado, um antigo oficial de lanceiros de nome Giacomo Maldura, considerado pelas autoridades napolitanas um “sectário turbulento”, “muito efervescente no período constitucional”. Estes três exilados, que em 1826 se encontram juntos em Lisboa (todos filiados à Carbonária), possuem um percurso ideológico e existencial comum, que assenta num acontecimento que muito tinha abalado a opinião pública do reino nos anos anteriores. De facto, os três faziam parte – com outro nome importante da diáspora napolitana, o de Domenico D’Apice, de que falaremos em breve – do grupo responsável pelo assassinato do director da polícia napolitana, Francesco Giampietri, ocorrido na capital daquele reino em Fevereiro de 1821, por efeito de uma dupla vingança: quer contra este funcionário particularmente cruel e feroz na perseguição das sociedades secretas, quer contra o próprio Ferdinando I pela “traição” consumada em Liubliana, onde o rei Bourbon requerera a intervenção militar austríaca no reino para pôr

Nazionale delle Due Sicilie», busta 52, fasc. s.n. (“Notamento di Espatriati, Rilegati ed Esiliati Napolitani e Siciliani”).

⁷⁸³ MICHEL, Ersilio, *Esuli politici italiani in Portogallo (1815-1861), Relazioni Storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d’Italia, 1940, pp. 443-468.

⁷⁸⁴ ASN.*Alta Polizia*. «Registro degli espatriati, esiliati e relegati per i fatti del 1820», busta 40, fasc. 259, fl. 43.

termo à revolução e à sua constituição, restaurando o poder legítimo.⁷⁸⁵ Assim, no momento do restabelecimento das relações luso-napolitanas, encontram-se na capital portuguesa indivíduos de entre os mais procurados pelas autoridades das Duas Sicílias, que desta maneira conseguem identificá-los e monitorizar os seus movimentos, actualizando os pormenorizados fascículos que sobre eles se conservavam nos arquivos policiais (por exemplo, de Maldura afirma-se que «si sappia di essere stato il primo a ferire», aquando da emboscada contra o chefe da Polícia napolitana).⁷⁸⁶

Pierro, Morelli e Maldura são as clássicas figuras de exilados do *Risorgimento*: “effervescenti rivoluzionari” (esta denominação repete-se várias vezes na documentação que a polícia napolitana vai juntando acerca deles) durante os nove meses de vida do governo constitucional, conspiradores e combatentes fora da pátria, são forçados a fugir para escapar à repressão legitimista, que no seu caso teria significado a forca pelo grave delito cometido. A par de outros protagonistas daquela fase, são condenados à pena capital à revelia. No entanto, não chegam juntos a Portugal. Após ter fugido para Espanha, onde combate nas brigadas liberais, Luigi Pierro é capturado em 1823 e conduzido para França, de onde se desloca para Londres pouco tempo depois. Na capital inglesa entra em contacto com o comité dos patriotas italianos (na verdade, uma venda carbonária para a qual tinham confluído liberais de diferentes tendências, sobretudo democratas, fugidos da península, que mantêm as suas actividades ao longo de toda a década, para depois ser substituída por outras formas organizativas).⁷⁸⁷ Estes ajudam-no, em nome da sua filiação carbonária, passando-lhe um subsídio. Em troca, conferem-lhe um papel operativo, de coordenação com os vários conjuntos de exilados espalhados pelo continente, tendo em vista uma acção mais directa sobre o território da Península Itálica. É então enviado para Lisboa, onde – além do trabalho de sapateiro que lhe serve de disfarce – se envolve desde logo nos assuntos políticos que animam a vida pública lusitana. Num primeiro momento, é ele a figura que mantêm as relações entre Lisboa e o grupo sediado em Londres, enviando comunicações e tentando operar segundo as

⁷⁸⁵ Sobre o “caso Giampietri” pode ver-se: COLLETTA, Pietro, *Storia del reame di Napoli*, tomo II, Parigi, Baudry, 1835, pp. 268-269; CROCE, Benedetto, «Un episodio della rivoluzione napoletana del 1820-21», *Archivio storico per le province napoletane*, LVI, 1931; SCHLITZER, Francesco, *Il Principe di Canosa ed il processo per l'assassinio di F. Giampietri*, in *Rassegna Storica del Risorgimento Italiano*, XXIII (1936), Roma, Libreria dello Stato, pp. 1508-1511.

⁷⁸⁶ ASN. *Alta Polizia*. «Registro degli espatriati, esiliati e relegati per i fatti del 1820», busta 40, fasc. 259 fl. 113; *Ministero della Polizia Generale. Parte II*. «Carte del Parlamento Nazionale delle Due Sicilie (1820-1821)», busta 52 fasc. s.n. (“Stato dei Regi sudditi e di alcuni esteri esiliati o espatriati da’ Reali Domini per politici mancamenti, i quali non ancora hanno avuto gli effetti delle grazie sovrane”).

⁷⁸⁷ Cf. WOOLF, Stuart J., *La storia politica e sociale*, in Ruggiero Romano, Corrado Vivanti (coord.), *Storia d’Italia*, vol. III – *Dal primo Settecento all’Unità*, Torino, Einaudi, 1973, pp. 261-294.

indicações recebidas. Aliás, não se pode excluir a possibilidade de que um dos objectivos dos emissários enviados para Lisboa (além de Pierro chegam, entre 1826 e 1828 outras figuras, como D'Apice) fosse a reorganização da venda carbonária que as autoridades napolitanas consideram “ainda activa” na capital portuguesa.

Todavia, o seu empenho não se limita a uma mera estadia lisboeta e ao desempenho de uma função de junção de instâncias políticas, concretizando-se também no voluntariado militar: como verificámos na nota do cônsul Stella, juntamente com Carlo (Giacinto) Morelli, alista-se na tropa e parte para o Algarve, para confrontar – sob o comando do marechal Saldanha de Oliveira e Daun – os fogos do legitimismo que se começam a acender e difundir no sul do país, e que constituem prelúdio ao começo da guerra civil. De facto, em Outubro daquele ano assiste-se a uma recrudescência dos pronunciamentos miguelistas; em Tavira pronunciam-se diferentes regimentos (Infantaria 14, Caçadores 4, Artilharia 2), enquanto em Castro Marim é formada até uma Junta Governativa Provisória. Com o objectivo de limitar os efeitos destas rebeldias, Saldanha parte para o Algarve com uma tropa de 4000 homens,⁷⁸⁸ entre os quais estes voluntários napolitanos, elevados ao estatuto de capitães.⁷⁸⁹

Aliás, o objectivo do marechal cartista e ministro da Guerra de «criar um exército que o “absolutismo” não pudesse usar»,⁷⁹⁰ através da exclusão de oficiais tidos como suspeitos e do alistamento de forças frescas entre os soldados simples, chega a envolver também os estrangeiros residentes – ou os seus descendentes, tidos por nacionais – que não manifestaram particular fidelidade à carta, ou nem sequer uma posição política específica. Por esta razão, repetem-se os casos (vistos já no primeiro capítulo) de luso-italianos que, no momento de assentar praça, fazem apelo às origens italianas, chamando a intervir os respectivos cônsules de referência, para que possam resolver o assunto em seu favor. É o que acontece também ao cônsul Stella, que descobre assim esta nova dimensão da luso-italianidade, em que italianos (napolitanos, neste caso) há muito tempo residentes no reino – ou filhos destes residentes de longo termo, nascidos de uniões realizadas com súbditos portugueses – assumem a própria identidade “italiana” por questões de mera oportunidade, em situações de emergência. Ele mesmo é obrigado a dirigir-se ao arsenal para resgatar dois napolitanos – não temos a certeza se residentes de longo termo ou

⁷⁸⁸ Cf. VALENTE, Vasco Pulido, *op.cit.*, p. 634.

⁷⁸⁹ ASN. *Ministero degli Affari Esteri*. «Portogallo. Affari politici (1826)», busta 935, fasc. s.n. (despacho reservado do Principe di Palazzolo, cônsul geral em Madird, para Luigi De' Medici, ministro dos negócios estrangeiros, em 19 de Outubro).

⁷⁹⁰ VALENTE, Vasco Pulido, *op.cit.*, p. 633.

filhos de italianos, dado o facto de o cônsul frisar que já «non parlassero più la lingua natia», deixando a questão em aberto – recrutados na marinha e em garantia dos quais ele apresenta alegados “certificados de nacionalidade”. A sua intervenção pessoal e imediata permite num primeiro momento a libertação dos dois desgraçados, também para sossegar os ânimos e «[...] per far finire li pianti furiosi delle mogli di costoro che mi agitavano tutto il giorno».⁷⁹¹ A questão é levada ao ministro da Guerra (definido pela diplomacia napolitana como «buon militare, fermo di carattere, ma assai liberale»),⁷⁹² que poucos dias mais tarde decide atribuir legitimidade ao pedido do cônsul napolitano, “reconhecendo” a nacionalidade napolitana daqueles homens recrutados à força.

Passada esta primeira fase de intensas confrontações entre liberais e miguelistas, Pierro, Morelli (e provavelmente o próprio Maldura) acompanham a deslocação do exército para o centro-norte, palco da guerra civil (que se prolonga até à primavera de 1827), unindo-se ao grosso dos emigrados liberais que se vai juntando rapidamente na capital. A este propósito, o consulado napolitano informa o governo napolitano acerca dos contínuos desembarques, tentando monitorizar entre estes a presença de súbditos das Duas Sicílias; em Abril, Stella comunica a chegada de Gibraltar de cinquenta, entre espanhóis (a maioria) e italianos, embora «[...] fin’ora non mi è riuscito scoprirvi se fra questi vi fossero sudditi di S. M.».⁷⁹³ Na cidade, porém, não existe um plano de acolhimento ou de organização destes estrangeiros; alertados acerca da possibilidade de recrutamento no exército que necessita de forças anti-absolutistas, nem todos conseguem cumprir este propósito; além dos que são enviados para os depósitos, a fim de serem organizados militarmente ou simplesmente para serem identificados, muitos permanecem a vagabundar pelas cidades, criando problemas aos residentes e à própria ordem pública; o que se pode extrair dos despachos do cônsul napolitano, que relata sempre o facto de muitos deles serem presos pela polícia, sobretudo espanhóis e italianos «vagabondi provenienti da Londra. Questi andavano a bussare tutte le porte, dichiarandosi sacrificati, come dicevano, per la libertà. Oltre al nastro verde al cappello, vi avevano l’indicazione = Libertà, o Morte».⁷⁹⁴ A todos aqueles que o governo não consegue concentrar nos

⁷⁹¹ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Portogallo. Affari politici (1826)», busta 935, fasc. s.n. (em 14 de Outubro).

⁷⁹² *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Portogallo. Affari politici (1826)», busta 935, fasc. s.n. (o Príncipe de Cassaro, embaixador em Madrid, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 14 de Outubro).

⁷⁹³ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all’estero. Lisbona – Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», busta 2693, fl. 102 (14/04/1827).

⁷⁹⁴ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all’estero. Lisbona – Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», busta 2693, fl. 104 (21/04/1827).

depósitos (ou, de algum modo, controlar) as autoridades portuguesas fornecem passaportes para a saída do reino, embarcando muito deles nos navios que se dirigem para Gibraltar.

Na primavera daquele ano é atestada a presença de Pierro, Morelli e Maldura no depósito de Santarém.⁷⁹⁵ O próprio cônsul Stella o descreve como lugar de brigas e duelos, permitindo ainda que todos estes desterrados partilhem opiniões com liberais de outros países, discutindo soluções políticas e estratégias militares. Despachos reservados da Intendência Geral confirmam que dentro e fora destes sítios o que abundava eram os problemas e a indisciplina. Já em Fevereiro, fontes policiais informam que todos aqueles emigrados «ameaçam a tranquilidade pública pela sua insubordinação»,⁷⁹⁶ o que reforça os temores que já há alguns meses atrás se iam difundindo no seio das instituições lusitanas: «[...] alguns ministros tenham entrado em dúvida se devem ou não continuar no recrutamento de vadios[...] se no caso de afirmativa devem tais vadios [...] serem remetidos aos depósitos militares, que se haviam estabelecido nas províncias para a sua recepção».⁷⁹⁷

Em Fevereiro de 1827 chega a Santarém outro exilado napolitano, Aniello dal Pozzo, conhecido também como Daniele Pozzi (assim vem registado em muitos documentos). Trata-se de uma figura pouco conhecida, que não pertence ao grupo histórico dos refugiados de 1821, já que tinha passado grande parte da sua vida em França, onde mesmo em 1821 fora expulso por ter cometido delitos de várias naturezas. Passa antes pelos Países Baixos e depois por Inglaterra, onde faz amizade com Raffaele Poerio; este ajuda-o a entrar em contacto com o grupo de exilados italianos presentes na capital, para que começasse a trabalhar por conta deles. No entanto, tendo sido protagonista de profundas ofensas ao cônsul napolitano em Londres, o governo das Duas Sicílias proibira-o definitivamente de regressar ao sul de Itália, embora não estivesse comprometido com o regime constitucional de 1820. Tendo-se tornado uma figura muito activa, é enviado para Lisboa em 1827 – onde, como vimos, o comité londrino, organizado em torno da venda carbonária, envia numerosos membros para a capital portuguesa – a fim de reforçar aí a sua presença. Dal Pozzo chega com um grupo de trinta pessoas, mas a sua actividade vem a ser muito limitada, primeiro por ser enviado para o depósito de emigrados (onde se

⁷⁹⁵ ASN. *Ministero della Polizia Generale, Parte II*. «Carte del Parlamento Nazionale delle Due Sicilie (1820-21)», busta 52, fasc. s.n. (“Stato dei Regi sudditi e di alcuni esteri esiliati o espatriati da’ Reali Domini per politici mancamenti, i quali non ancora hanno avuto gli effetti delle grazie sovrane”); AHM. Divisão III. *Emigrados*, sr. 2, cx. 16, n. 270.

⁷⁹⁶ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas para o Governo (1827-1828)», livro 24, p. 103v.

⁷⁹⁷ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas para o Governo (1827-1828)», livro 24, p. 46.

supõe que se encontrasse com os outros napolitanos), depois porque chegado em Lisboa adoece e é internado no hospital.⁷⁹⁸

Mas é em Maio que a situação se precipita, em particular logo após a publicação de um folheto (reportado pelo jornal *O Portuguez*)⁷⁹⁹ contra o rei Ferdinando VII de Espanha, considerado figura débil e chantageada pelos extremistas da “facção católica”, e que acutilla o clima político dentro do país, sobretudo em relação ao ambíguo (naquela fase) vizinho absolutista. De um lado, este ataque suscita os protestos do mundo diplomático sediado em Lisboa (inclusive os italianos); do outro, leva o governo português a apertar as medidas de segurança, em particular contra a emigração no país (na tentativa de travar a mobilidade quer dos liberais, quer dos contra-revolucionários), tornando mais rígidas as políticas de acolhimento. Reduz-se desta maneira o acolhimento nos depósitos – evidentemente com um erro de avaliação, tendo em conta que a ofensiva miguelista reduzira só temporariamente a sua eficácia –, sendo muitos entre os estrangeiros “convidados” a deixar o país. Como avisa Stella, numerosos vagabundos, emigrados franceses, piemonteses e espanhóis, são embarcados à força para Gibraltar, Londres e o Brasil, «dandosi loro il passaggio pagato».⁸⁰⁰ Entre estes devem figurar também Pierro e Morelli, uma vez que a partir de meados de 1827 já não temos notícias da sua presença em Portugal. Por sua vez, dal Pozzo é expulso no dia 26 daquele mês, por falta de documentação regular;⁸⁰¹ Maldura permanece em Lisboa até Maio de 1828, quando é obrigado a fugir para Gibraltar (com D’Apice) por ter sido descoberta a sua participação num plano de conjuração contra o rei “usurpador”.

A muito provável saída de Lisboa, neste período, de Pierro (e Maldura e Morelli) pode encontrar confirmação na vinda de outro exilado napolitano, membro da venda carbonária de Londres, que para aqui é enviado nesta altura: o já referido Domenico D’Apice, alma irrequieta e turbulenta do exílio, que um dos seus companheiros no voluntariado militar na Península Ibérica em meados dos anos trinta descreverá como exemplo daquele «composto razzolato di tutti i disertori e avventurieri».⁸⁰² Membro da Carbonária

⁷⁹⁸ ASN. *Alta Polizia*. «Registro di Siciliani espatriati, esiliati e relegati per motivi politici (1826)», busta 40, fasc. 259, fl. 140.

⁷⁹⁹ Cf. *O Portuguez*. *Diario politico, litterario e commercial*, n. 160 (de 10/05/1827) [pp. 1, 2, 3] e n. 161 (de 11/05/1827), [pp. 1, 2].

⁸⁰⁰ ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all’estero. Lisbona – Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», busta 2693, n. 111 (10/05/1827).

⁸⁰¹ ASN. *Alta Polizia*. «Registro di Siciliani espatriati, esiliati e relegati per motivi politici (1826)», busta 40, fasc. 259, fl. 140.

⁸⁰² A frase de Giacomo Durando, liberal piemontês activo na península ibérica a partir de 1832, onde combate antes na guerra civil portuguesa e depois nas guerras carlistas em Espanha, encontra-se em

napolitana, activo durante a revolução no reino das Duas Sicílias, e envolvido no caso Giampietri, D'Apice faz o clássico percurso dos exilados italianos no princípio daquela década: dirige-se primeiro para Espanha e, depois do fim do regime constitucional, muda-se para Londres, onde entra em ligação com o grupo carbonário, tornando-se secretário daquela organização, enquanto lecciona língua italiana para sobreviver.⁸⁰³ Segundo Vincenzo Cannaviello, D'Apice vai para Lisboa já em 1825, para criar relações com os liberais locais e reorganizar a venda carbonária naquela cidade «come ancora colle diverse società segrete sparse sul continente, colle quali questi rivoluzionari sono io intimo contatto».⁸⁰⁴ É muito mais provável que chegue em 1827, e que venha a ajudar ou até substituir Pierro na sua tarefa; certo é que se desloca para Lisboa sob ordem do grupo londrino, instalando-se aqui até 1828, quando – envolvido numa operação anti-miguelista – é obrigado a deixar o país e refugiar-se em Gibraltar.⁸⁰⁵ Como afirma Bron, em Lisboa – onde circulam também outros emigrados não napolitanos⁸⁰⁶ – colabora com o espanhol Francisco Dias Morales, antigo deputado das Cortes liberais, a fim de espalhar por todo o continente uma nova sociedade liberal internacional, denominada “Tríplice Aliança” (de facto, a intenção era reorganizar a *Società dei Fratelli Costituzionali Europei*, o antigo projecto que Guglielmo Pepe tinha tentado implantar em Espanha e Portugal).⁸⁰⁷ Aliás, segundo uma fonte belga, já em território lusitano D'Apice é nomeado capitão da legião liberal estrangeira, um corpo voluntário de que fazia parte desde os primeiros anos de exílio passados na Península Ibérica, e que nesta altura se tentava reestruturar em terra lusitana como grupo de oposição às forças absolutistas.⁸⁰⁸ Contudo, estando envolvido num plano anti-miguelista descoberto pelas autoridades policiais, juntamente com o outro

CASANA TESTORE, Paola, *Giacomo Durando in esilio (1831-1847). Belgio, Portogallo e Spagna nelle sue avventure e nei suoi scritti*, Torino, Istituto per la storia del Risorgimento italiano, 1979, p. 21.

⁸⁰³ CANNAVIELLO, Vincenzo, *op. cit.*, p. 9, nota 2. Para um perfil biográfico de Domenico D'apice, veja-se BISTARELLI, Agostino, *Gli esuli del Risorgimento*, Bologna, il Mulino, 2011, pp. 144, 332-335.

⁸⁰⁴ CANNAVIELLO, Vincenzo, *op. cit.*, p. 9, nota 2.

⁸⁰⁵ ASN. *Alta Polizia*. «Registro degli espatriati, esiliati e relegati per i fatti del 1820», busta 40, fasc. 259, fl. n. 1 (em 22/11/1827); ASN. *Ministero della Polizia Generale, Parte II*. «Carte del Parlamento Nazionale delle Due Sicilie (1820-21)», busta 52., fasc. s.n. (Stati degli “individui prevenuti in materia di cospirazione settaria”, e di tutti i relegati, gli espatriati, gli esiliati, i sorvegliati delle due parti del Regno per gli avvenimenti politici del 1820-21).

⁸⁰⁶ Entre estes, refere-se o nome de Camillo Trompeo, figura importante do exílio político do *Risorgimento* italiano, mas acerca da qual os documentos nos têm devolvido poucas informações. Sabemos com certeza que chega a Lisboa em 1826, com dois amigos portugueses, logo após a concessão da Carta constitucional por D. Pedro IV. (cf. BRON, Grégoire, *op. cit.*, [t. II, p. 290]). Permanece em Lisboa até Maio de 1828, quando é descoberto pela polícia com alguns imigrados espanhóis, que são presos em casa, sendo forçado a deixar o país dentro de dez dias (ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais [1826-1829]», liv. 224, p. 31 [em 06/05/1828]).

⁸⁰⁷ BRON, Grégoire, *op. cit.*, t.I, p. 290.

⁸⁰⁸ LE COMMANDANT LÉCONTE, *Les essais de Légion Étrangère en Belgique*, extrait de *Annales de la Société royale d'Archéologie de Bruxelles*, t. XXVIII, Bruxelles, Vromant & C., 1919, p. 84.

napolitano Giacomo Maldura, em companhia deste foge apressadamente do país no princípio daquele mês, enquanto D. Miguel afirma o seu poder, sendo aclamado pelas Cortes e pelo povo. Assim, e à semelhança dos outros exilados que tinham marcado presença em Portugal nesta fase crucial, não consegue tomar parte na tentativa (depois falhada) da revolução do Porto (16 de Maio), sendo pelo contrário obrigado a embarcar num navio directo a Gibraltar, aonde chega poucas semanas depois.⁸⁰⁹

A instauração do poder absoluto por D. Miguel põe fim também à estadia de um grupo de exilados de origem siciliana. Como dissemos no princípio deste capítulo, analisando a composição da comunidade proveniente do reino das Duas Sicílias, conotavam-se por “napolitanos” todos os súbditos da coroa de Bourbon-Nápoles, residentes “di quà e di là del faro”, segundo a fórmula com que se indicava a divisão do reino entre a parte continental (o sul da península) e a parte insular (a Sicília). Por isso, a “nação napolitana”, embora fosse sempre mais associada à “nação italiana”, continuava a abranger e representar em si a complexa identidade siciliana, desde sempre animada por pulsões autonomistas em relação à coroa e ao poder central sediado em Nápoles.

A própria história das revoluções napolitanas (1799 e 1820) compreende no seu interior um desenvolvimento particular dos acontecimentos na ilha; em ocasião destes eventos, o câmbio de regime político na capital, e a presença contextual do rei em Palermo, constituem ocasiões para a reivindicação transversal (elites e povo, com particular pressão exercida pelos barões, em cujas mãos se concentram propriedades e capitais) da autonomia político-jurídica da ilha; pedido que amiúde desemboca numa luta aberta pela independência. Mas é sobretudo no ano de 1812, com a proclamação da constituição de Cádiz, que chegam também a Palermos efeitos daquele “impulso gaditano” (como o definiu Alberto Gil Novales)⁸¹⁰ graças ao qual se afirma com força o princípio de soberania nacional (da nação siciliana) e a sua representatividade, na concretização do seu alargamento no espaço horizontal mediterrânico. A afirmação insular deste princípio traduz-se, inevitável e prioritariamente, na representação das antigas instâncias de autonomia face ao poder central da coroa, com a proclamação de uma constituição e a

⁸⁰⁹ ASN. *Ministero della Polizia Generale, Parte II*. «Carte del Parlamento Nazionale delle Due Sicilie (1820-1821)», busta 52, fasc. s.n. (“Stati degli individui prevenuti in materia di cospirazione settaria, e di tutti i relegati, gli espatriati, gli esiliati, i sorvegliati delle due parti del Regno per gli avvenimenti politici del 1820-21”; “Stato dei Regi sudditi e di alcuni esteri esiliati o espatriati da’ Reali Domini per politici mancamenti, i quali non ancora hanno avuto gli effetti delle grazie sovrane”).

⁸¹⁰ GIL NOVALES, Alberto, «Prólogo», in Juan Romero Alpuente, *História de la revolucion española y otros escritos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1989, p. IX.

convocação de uma assembleia parlamentar (bicameral).⁸¹¹ O caso siciliano constitui (e continuará a constituir) um problema aberto para a casa reinante, que porém adopta em diferentes momentos atitudes que parecem menosprezá-lo; sobretudo a partir do Congresso de Viena, do momento em que com a restauração do poder dos Bourbon se assiste à reunião dos dois territórios (ilha e parte continental, até então duas coroas separadas, regidas pelo mesmo soberano) sob uma coroa única, apesar da adopção da nova denominação (de reino de Nápoles e reino de Sicília a reino das Duas Sicílias). O anulamento de qualquer mediação com as históricas tendências autonomistas dos sicilianos – é interrompida também a numeração dinástica segundo duas escansões diferentes para a linha continental e a insular⁸¹² – tem como efeito o reforço da consciência autonomista, e a exacerbação da luta pelo reconhecimento daquela alteridade peculiar.

É neste contexto histórico que se desenvolve o liberalismo siciliano, em particular a sua vertente democrática, animado por figuras que acabam por integrar a grande família do exílio político na terceira década do século XIX. Alguns de entre eles acabam por chegar a Portugal na fase crucial de transição do cartismo para o miguelismo. De facto, é neste período que se fixam na cidade os irmãos Mangeruva, mencionados pelo cônsul napolitano Stella nos seus despachos.

Na verdade, Andrea e Carlo não são os únicos sicilianos que atravessam o espaço lisboeta naqueles anos: apesar da escassez de documentação, temos certezas acerca da presença de mais dois exilados, nomeadamente Giacomo di Bartolo, da Catânia, que a polícia napolitana anota como companheiro de viagem do turinês Camilo Trompeo, logo

⁸¹¹ No ano de 1806, com a chegada das tropas napoleónicas e a consequente conquista do reino de Nápoles, a família real foge para a Sicília (tal como tinha feito em 1799). Na ilha existia desde sempre uma consistente guarnição de tropas britânicas, cuja presença é reforçada nos anos de dominação francesa na península italiana. Passando a ser um protectorado britânico, a ingerência da grande potência nos assuntos da ilha começa a ser directa. Assim, quando em 1812 o movimento baronial (historicamente antagonista ao poder napolitano), já não disponível a aceitar os pedidos fiscais do rei Ferdinando, decide proclamar um texto constitucional inspirado no de Cádiz (mas com substanciais adaptações à realidade local), encontram o apoio do representante britânico, lord William Bentinck, que após a aprovação do texto é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros do governo da ilha. Aliás, sob pressão britânica, Ferdinando III (da Sicília, IV de Nápoles) deixa temporariamente o poder ao filho Francesco, Duque da Calábria e herdeiro do trono, nomeado príncipe vicário. A sua é uma presença de mediação: consegue acalmar as pulsões mais radicais, viradas para a independência insular da coroa, instaurando ao mesmo tempo uma relação aberta e leal com o parlamento. Todavia, com o final do período francês e o regresso da família real a Nápoles (1815), o parlamento siciliano deixa de ser convocado e a constituição cai praticamente em desuso, apesar de não ser oficialmente revogada (cf. PALMIERI, Niccolò, *Saggio storico e politico sulla Costituzione del Regno di Sicilia infino al 1816, con un'appendice sulla rivoluzione del 1820*, Losanna, Bonamici e Compagni, 1847; ANDALORO, Maria, TOMMASELLO, Giovanni [a cura di], *Sicilia 1812: laboratorio costituzionale. La società, la cultura, le arti*, Palermo, ARS, 2012).

⁸¹² Até ao congresso de Viena e consequente unificação das coroas (1816), o rei Ferdinando de Bourbon governa como IV de Nápoles e III da Sicília.

após a concessão da constituição por D. Pedro;⁸¹³ e Giovanni Procida, de Palermo, que segundo as autoridades napolitanas se dirige para a capital portuguesa para ser um dos referentes “dos sectários portugueses”.⁸¹⁴ Mais plausivelmente, Procida encontra-se na cidade em Agosto de 1827 por ter sido enviado (pelos grupo de exilados em Londres) com o objectivo de ajudar os italianos aí residentes no desenvolvimento de trabalho conspirativo, reduzidos em número após as numerosas expulsões realizadas em Maio do ano anterior.

A permanência lisboeta dos irmãos Mangeruva – particularmente de Andrea, que aí permanece mais tempo – é relatada nas memórias⁸¹⁵ que o próprio escreve em 1847 (ano fecundo deste ponto de vista, já que nesta altura são também publicadas as memórias de Guglielmo Pepe), após o seu regresso ao reino das Duas Sicílias (um regresso bem-sucedido, já que muitos outros exilados nunca chegarão a voltar a casa). A sua obra revela-se um exercício de meta-escrita, onde a carga retórica de um passado perdido em lugares longínquos da pátria tem como prólogo a história de um amigo dele que, em Junho de 1826, nas proximidades de Vila Nova de Milfontes (costa alentejana), recupera um saco que as ondas restituem à praia; tal bagagem pertence a Andrea Mangeruva, e guarda o diário da sua vida de emigrante. Com efeito, o próprio autor e exilado siciliano passa algum tempo na vila alentejana, onde tem o primeiro contacto com a sociedade portuguesa, o que lhe permite desde logo descobrir a “schietta ospitalità” e a “dignità” deste povo.⁸¹⁶ A história do exílio dos irmãos Mangeruva começa em 1820: Andrea, 37 anos, carbonário e de sentimentos independentistas, é um dos protagonistas das movimentações políticas que têm lugar na ilha de Sicília após a proclamação da Constituição em Nápoles, em Julho daquele ano. Aliás, é um dos representantes sicilianos enviados para Nápoles com o objectivo de manter relações com o governo constitucional, com vista à obtenção de maior autonomia para a ilha. A par desta função mais institucional, Andrea Mangeruva desempenha um papel de conspirador, típico da sua formação carbonária: por isso, após a incapacidade de diálogo com os próprios liberais napolitanos – determinados em pensar o reino na sua unidade, para lhe dar força e dignidade nacional no concerto europeu – e perante o restabelecimento do *status quo ante*

⁸¹³ FINOCCHIARO, Vincenzo, *Un decennio di cospirazione in Catania*, Catania, Giannotta, 1909, pp. 173-174. Sobre Camilo Trompeo, veja-se nota n. 805.

⁸¹⁴ ASN. *Alta Polizia*. «Registro di Siciliani espatriati, esiliati e relegati per motivi politici (1826)», busta 17, fasc. 75, fl. 30.

⁸¹⁵ [MANGERUVA, Andrea], *Avventure di A. Mangeruva o viaggi e fatiche del novello Alcide siciliano*, Palermo, Stamperia di M. A. Console, 1847.

⁸¹⁶ *Ivi*, p. 9.

com a chegada do exército austríaco em 1821 (ocupação militar da ilha) e o aniquilamento de qualquer possibilidade de mudança institucional (aliás, a Carbonária é duramente perseguida), envolve-se num plano de conjuração, conhecido como “congiura del Meccio” (Janeiro de 1822), no curso do qual as vendas Carbonárias elegem um governo clandestino tendo por objectivo organizar uma insurreição, abater o governo legitimista e proclamar a Constituição (desta vez seguindo o modelo americano, como forma de protesto contra o abandono dos ingleses).⁸¹⁷ A reacção que se segue à descoberta deste plano é desapiedada: para se esquivar à vingança dos Bourbon, esconde-se nas campanhas em torno de Palermo, e mal lhe é dada possibilidade (Setembro de 1822) embarca com o irmão Carlo num navio que os conduz a Malta. Daqui, seguem para Gibraltar.

É no enclave britânico que as primeiras dificuldades do exílio se começam a manifestar duramente na sua nova condição de apátrida. Não conseguindo entrar por questões relacionadas com o seu passaporte, dirige-se para Algeciras, onde

«trovai colà parecchi emigrati italiani dai quali ricevetti l'accoglienza più ospitale e fraterna. Chi non ha mai provato la dura condizione dell'esiglio non potrà immaginarsi di quanta cara consolazione ci si conforti il cuore del povero profugo allorché in remote contrade si avviene in altri a lui quasi fratelli per comunanza di patria, di favella, per somiglianza d'indole, di pensieri, di casi!».⁸¹⁸

Com o passar dos anos, os dois irmãos ocupam todo aquele espaço do exílio político que se materializa no triângulo entre Lisboa, a costa andaluza (Gibraltar) e a africana (Tânger); nesta última – lugar onde muitos exilados encontram refúgio naqueles anos – passam algum tempo, empenhando-se durante este período em trabalhos e actividades várias. Andrea, por exemplo, é um óptimo incisor e entalhador, e esta será a actividade que lhe garantirá subsistência em Lisboa. A chegada à capital portuguesa torna-se em 1826 o objectivo da sua peregrinação; é no início de Julho que conseguem desembarcar no sul do país. Após a quarentena em Milfontes, embarcam novamente em Lagos de volta à capital, aonde chegam a 2 de Agosto, «[...] a cercar nuovo cielo e nuove fortune». ⁸¹⁹ A prolongada permanência (4 anos) à beira do Tejo faz do caso de Andrea Mangeruva (o

⁸¹⁷ ASN, *Alta Polizia*. «Registro di Siciliani espatriati, esiliati e relegati per motivi politici (1826)», busta 17, fasc. 75, fl. 9; cf. CRISANTINO, Amelia, *Introduzione agli «Studii su la storia di Sicilia dalla metà del XVIII secolo al 1820» di Michele Amari*, Palermo, Quaderni Mediterranea, 2010, pp. 21-29.

⁸¹⁸ [MANGERUVA, Andrea], *op. cit.*, p. 140.

⁸¹⁹ *Ivi*, p. 259.

irmão Carlo seguirá para Inglaterra em 1828) o mais importante de estadia lisboeta de um exilado italiano do *Risorgimento* que tenha sido relatada em páginas de memórias. Isto porque o carbonário palermitano restitui descrições aprofundadas da realidade citadina, fornecendo um testemunho tão extraordinário quanto completo da Lisboa de outrora,⁸²⁰ a qual lhe parece um espaço desmedido – elemento que nunca tinha surgido nas outras descrições que utilizámos ao longo do nosso texto –, sendo que, logo após o desembarque, a sua maior preocupação consiste no «[...] pericolo di smarrirci fra gli sconosciuti andirivieni dell’immensa città». Mangeruva confirma os hábitos dos outros exilados italianos que antes dele passaram pela cidade: com efeito, à semelhança de muitos daqueles, decide tomar albergaria na zona do Cais do Sodré, sendo surpreendido na primeira noite – para além das usuais manadas de cães famélicos e ruidosos – por um costume que naquela altura se supõe comum em todas as cidades (sobretudo da Europa meridional), mas que o pasma particularmente: o “água vai” do despejo dos desperdícios domésticos é aos seus ouvidos um coro nocturno que o acorda e maravilha de tal maneira que a descrição do fenómeno se demora em pormenores, sublinhando com espanto a falta de esgotos, apesar de «[...] la natural giacitura del paese ne permettesse meglio che in qualsiasi altro luogo la costruzione. E perciò che tutti gli abitanti sono costretti a ragunare (recolher, neste caso recolher as urinas, *ndr*) in certi vasi che chiamano *tijelle*, che da cinque sei anche otto piani rovesciano spietatamente sul mal capitato tanto delizioso e aromatico battezzamento».⁸²¹ As informações contidas na crónica de Mangeruva são muito precisas: repara num aspecto para o qual já chamámos a atenção no nosso estudo, isto é, o facto de naquela altura Lisboa ser «[...] l’emporio delle produzioni del nuovo mondo che di là si diramano per tutta Europa».⁸²² O tráfego marítimo é de tal maneiraintenso que, na sua opinião, tal constitui causa de prejuízo para a produção manufactureira nacional, de onde se destacam «[...] ricche fabbriche di seterie, di drappi, di cappelli, di cuoi, di oggetti di oreficeria; e rimarchevolissime poi sono quelle delle gomme e del tabacco, e la fonderia dei cannoni».⁸²³

O período em que os dois irmãos chegam à cidade coincide com as celebrações da constituição concedida por D. Pedro IV. É verão, e em 31 de Julho teve lugar a cerimónia dos juramentos pelos membros da casa real que se encontravam em Lisboa. Toda a cidade está animada pelas celebrações do fausto evento, muito agradando a este observador o

⁸²⁰ Veja-se anexo XI.

⁸²¹ [MANGERUVA, Andrea], *op. cit.*, p. 240.

⁸²² *Ivi*, p. 267.

⁸²³ *Ibidem*.

clima de festa e renovação política: «la gioia che animava tutti gli abitanti è indescrivibile: per ogni dove sventolavano bandiere nazionali, s’innalzavano archi trionfali, le chiese intonavano armoniosi *te deum*, le piazze echeggiavano continui sinceri evviva alla generosa concessione delle pubbliche libertà». ⁸²⁴

Os irmãos Mangeruva fixam residência numa casa um pouco fora da cidade (infelizmente, os registos da Intendência Geral da Polícia indicam como “desconhecida” a morada) onde começam a realizar as suas miniaturas e gravuras em caixas de tabaco de carapaça de tartaruga; uma actividade bastante remunerativa, havendo nos arredores muitas fábricas de objectos de tal feitura, «[...] la quale industria mi fruttava circa 5 piastre al giorno». ⁸²⁵ Além desta actividade, Andrea começa a ocupar-se também da fabricação de mármore artificiais, utilizados na construção e decoração do palácio de Ajuda; crescem os seus contactos na cidade e o seu envolvimento nos negócios e na sociedade lisboeta, de tal modo que começa a trabalhar para a família real, produzindo retratos e incisões por comissão, que lhe proporcionam alguma abastança. Define uma rotina citadina, feita por exemplo de domingos passados na tasca de um seu amigo espanhol, chamada “O Isidro”: «e ricordo sempre con grata memoria le deliziose ore allegramente passate con lui alla sua eccellente tavola di famiglia dove fra un bicchiere e l’altro ci raccontavano a vicenda l’istoria delle nostre disgrazie e di quelle delle nostre patrie». ⁸²⁶

No entanto, o regresso de D. Miguel em Fevereiro de 1828 muda completamente a situação. O clima político e social torna-se mais pesado à medida que o partido absolutista reforça a sua influência; a violência política aumenta, e na rua impera o domínio dos caceteiros miguelistas, que batem em tudo o que apareça conotado com liberalismo, constituindo os estrangeiros um dos alvos preferidos. O jogo da repressão aumenta e aperta-se, como se deduz das palavras do palermitano: «intanto nella capitale, non solo ma in tutto il regno il terrorismo aggravava la sua mano di ferro. Le carceri non bastavano ai continui depositi di prigionieri. Chiostrì, opifici in carceri si permutavano [...] bastava possedere un ritratto di D. Maria o di D. Pietro; bastava tampoco nominarli per essere issofatto (ipso facto, *nda*) condannato alla *garotta*». ⁸²⁷

O exilado siciliano é perseguido na noite de 20 de Junho de 1830, no seguimento de um episódio particular que diz respeito a uma tentativa de insurreição na capital. Sendo que o

⁸²⁴ *Ivi*, p. 264.

⁸²⁵ *Ivi*, p. 270.

⁸²⁶ *Ivi*, p. 276.

⁸²⁷ *Ivi*, p. 277.

sinal da insurreição – que não teve êxito – provinha do lançamento de foguetes, após a descoberta de tal tentativa foram averiguados os pontos da cidade e arredores de onde tais foguetes tinham sido lançados. Provindo um do lado da casa de Mangeruva (que porém se declara estranho ao acontecimento), este acaba por se contar entre os suspeitos. Após a chegada dos caceteiros, consegue escapar de casa e, com a ajuda de uma vizinha, procurar abrigo num lugar que ele identifica como um “sepulcro” abaixo do nível da cidade «c’internammo in un vero labirinto di sotterranei che di tale specie di catacombe non mancano mai le case di Lisbona».⁸²⁸ Fica escondido (em condições de higiene muito precárias) graças à ajuda da referida vizinha, dama da boa sociedade lisboeta; e após quase um ano de verdadeiro cativo, consegue embarcar em finais de Julho de 1831, juntamente com outros portugueses fugitivos, num dos navios franceses que, sob o comando do almirante Roussin, naquele verão tinham vindo bombardear Lisboa. Tratava-se de uma represália contra a prolongada detenção de dois súbditos daquele país – um deles, produtor de cerveja – que tinham sido perseguidos por razões políticas.⁸²⁹ Refugia-se então em Paris, onde encontra o irmão. Mas apesar de se fixar na cidade que a partir desta altura se torna num dos pontos de encontro dos exilados portugueses e europeus (que aqui se organizam para ir combater o miguelismo na sua pátria), Mangeruva abandona qualquer empenho político, como já fizera em Lisboa, apesar de se manifestar afeiçoado à causa de D. Maria (estava-lhe particularmente agradecido devido à grande quantidade de trabalho que lhe tinha oferecido nos anos lisboetas). Obtido o perdão régio pelo rei Ferdinando II em finais dos anos 30, regressa definitivamente à sua Palermo natal, onde reencontra de vez a família. A experiência portuguesa será no entanto tão importante que a ela dedicará, em 1847, as muitas e cuidadosas páginas que aqui acabámos de apresentar.

3.3 A repressão dos italianos durante o miguelismo

Com o regresso de D. Miguel no início de 1828 (Fevereiro), tornam-se logo claras as intenções do infante e do partido extremista que o circunda. Já a partir do mês de Março são definidas uma série de medidas que contradizem prontamente o pacto de fidelidade estabelecido com o irmão Pedro após a abdicação deste em favor da sua filha, a infanta Maria da Glória, e a designação do primeiro a regente. Uma das primeiras medidas

⁸²⁸ *Ivi*, p. 284.

⁸²⁹ Cf. SOARES MARTINEZ, Pedro, *História Diplomática de Portugal*, 3ª ed. (1986), Coimbra, Almedina, 2010, p. 484, nota n.137.

adoptadas pelo príncipe é consequência da (natural) necessidade de se rodear de fidelíssimos, nomeando um novo governo com figuras de estrita confiança e defensoras do legitimismo anti-cartista (como por exemplo o Visconde de Santarém, chamado a dirigir os negócios estrangeiros); na verdade, um executivo de direita já tinha tomado posse no verão de 1827, com a expulsão do marechal Saldanha (que se demite deveras) e os consequentes protestos dos sectores liberais.⁸³⁰ A carta constitucional – que o próprio infante tinha jurado antes do regresso ao reino – é revogada; a liberdade de imprensa é limitada, e até se proíbem manifestações nos teatros. As duas câmaras são dissolvidas e as Cortes, convocadas “à maneira antiga”, proclamam D. Miguel como rei absoluto de Portugal e Algarves (7 de Julho). Mediante estas medidas de garantia adoptadas pelo regime, estabelece-se o clima de repressão e terror que acompanhará o espaço sociopolítico no arco da sua duração (1828-1834); um ambiente de certa forma inevitável visto que, como sublinha António de Oliveira Marques, «foi obrigado a manter-se pela força e pela repressão constantes, multiplicando as prisões, os maus-tratos, as mortes e as execuções».⁸³¹ Apelando à precaução pelo facto de aceitar os dados referidos por uma fonte britânica da altura, Joel Serrão relata que a «desesperada violência» do miguelismo – o seu estatuto identitário – entre Abril de 1828 e Julho de 1831 deu lugar a mais de 26000 prisões, 1600 ordem de degredos, 39 execuções e mais de 14.000 emigrados.⁸³² Contudo, o efeito imediato das imposições absolutistas é a saída para uma nova guerra civil, protagonizada pela mobilização geral dos liberais no norte do país (assim como nas principais cidades algarvias) para fazerem frente comum contra a repentina mudança de sorte do regime constitucional, que consideravam elemento adquirido pela própria monarquia.

⁸³⁰ Com a palavra “Archotadas” indicam-se os motins de protestos pelas ruas de Lisboa que, de 24 a 27 de Julho de 1827, são protagonizados pelos liberais fiéis à figura do alto oficial cartista. As manifestações, que desabam em choques contra a facção absolutista, são conduzidas à luz de archotes; eis a razão que dá o nome aos acontecimentos daquele “verão quente”. Porém, os protestos não mudam o quadro da situação: Saldanha, após as suas demissões e não obstante o apoio de sectores quer moderados, quer radicais do liberalismo português (os liberais radicais chegam a apelidá-lo de “*primeiro cônsul da república*”), ciente do agravamento da situação política no país, afasta-se da capital, reaparecendo em Maio do ano seguinte no curso da revolta liberal do norte.

⁸³¹ MARQUES, António H. de Oliveira, «A conjuntura», em Joel Serrão e António H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. IX – *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 577.

⁸³² SERRÃO, Joel, «Miguelismo», *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Figueirinhas, [s.d.], pp. 292.

As tentativas de resistência liberal manifestam-se em planos diferentes, sobretudo através de revoltas militares.⁸³³ O momento mais importante desta fase de difícil gestão (e que culminará numa derrota para o movimento anti-absolutista) vive-se no “berço” do liberalismo lusitano, a cidade do Porto, onde em Maio a insurreição anti-miguelista conduz à proclamação de um governo efémero (Junta Revolucionária), sendo vencido já em finais do seguinte mês de Junho (a maioria dos chefes liberais, para fugirem à detenção, embarcam num navio britânico rumo a Inglaterra, num episódio historiograficamente conhecido como “Belfastada”). Contudo, a propaganda liberal consegue difundir em todo o território nacional folhetos e panfletos que convidam à resistência contra o que é designado por “usurpação do trono”. Entre os que mais se batem nesta altura, arriscando a vida na linha da frente – além dos exilados liberais que, como vimos, aqui se encontram nesta altura – há também vários filhos daquela comunidade luso-italiana cujos traços definimos na primeira parte do presente capítulo; trazemos o exemplo de Paulo Midosi que, incansável agitador e divulgador das proclamações constitucionais, é obrigado a fugir para Inglaterra no verão, na companhia de outros grupos de liberais, que conseguem assim escapar à morte certa (caso tivessem caído em mãos inimigas). Em Londres, Paulo Midosi publica, poucos meses depois, o opúsculo *Who is the legitimate king of Portugal?*,⁸³⁴ um dos manifestos do anti-miguelismo que consegue penetrar em território português, suscitando a irritação e a firme resposta da contra-revolução, que por sua parte reforça as medidas cautelares contra os suspeitos de sustentar os liberais dentro do país.

A repressão sistemática de todos os sectores da vida social não poupa as comunidades estrangeiras e o seu comércio, tendo como resultado imediato a complicação das relações diplomáticas, dificultando com efeito o pretendido reconhecimento oficial do miguelismo pelos governos europeus. Num primeiro momento, e embora por parte das grandes potências (Inglaterra, França e países da Santa Aliança) não haja uma explícita adversão ao acto de D. Miguel,⁸³⁵ quase todas as representações diplomáticas suspendem as relações com o novo regime, devido, por um lado, aos actos de hostilidade conduzidos contra os grupos dos respectivos nacionais residentes no reino (não são poupados os

⁸³³ VARGUES, Isabel Nobre, TORRALBA, Luís Reis, «Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político», in José Mattoso (dir. de), *História de Portugal*, vol. V – *O Liberalismo*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 72-78.

⁸³⁴ [MIDOSI, Paulo], *Who is the legitimate king of Portugal? A Portuguese question, submitted to impartial men*, [London], [1828].

⁸³⁵ BRAZÃO, Eduardo, *Relance da Relance da história diplomática de Portugal*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1940, pp. 232-233.

homens de negócio britânicos e franceses) e, por outro lado, à anomalia que o novo poder representa no curso político e dinástico estabelecido formalmente para a coroa portuguesa, e que encontra o favor quer dos britânicos, quer da Santa Aliança.⁸³⁶

Entre os governos que mais protestam contra as condições e situações que tomam lugar nos anos de governação miguelista figuram os italianos, visto que a comunidade residente em território lusitano surge como uma das mais afectadas pela brutalidade da repressão policial (não só na capital). É uma situação que se reitera particularmente até à eclosão da guerra civil em 1832, em anos que se definem como os mais violentos e difíceis sob o plano repressivo; contudo, isto não impede que os principais estados da Península Itálica tentem reconhecer oficialmente o governo miguelista, por evidente proximidade ideológica. Turim, Roma e Nápoles (o governo napolitano tinha reconhecido a regência só em 1827, chegando a nomear um novo encarregado de negócios, o príncipe Antonio Pignatelli-Ruffo)⁸³⁷ já em 1828 estão prestes a atribuir legitimidade ao governo “usurpador” de D. Miguel,⁸³⁸ mas a atitude das potências europeias, a par dos ataques dirigidos às respectivas comunidades – piemonteses e napolitanos são os mais afectados – travam estas intenções.⁸³⁹ Diferente é o caso da Igreja, que no governo miguelista encontra um aliado natural na defesa do tradicionalismo (assim como a Espanha e a Rússia, que reconhecem o governo respectivamente em 1829 e 1830), definindo-se baluarte da sacralização do poder temporal do soberano e um instrumento eficaz de propaganda entre as massas.⁸⁴⁰ Apesar disso, porém, os súbditos romanos em Portugal não são poupados à represália, pelo menos na fase inicial do regime, como atestam por exemplo as vivências de Vincenzo Andreini, médico, súbdito romano de origem bolonhesa, preso a 31 de Maio de 1828 (a memória da sua apreensão fornece-nos algumas ideias acerca das modalidades pelas quais estas eram efectuadas).⁸⁴¹ Depois de mais de um

⁸³⁶ Cf. SOARES MARTINEZ, Pedro, *op. cit.*, pp. 455-465. Segundo Felix Pereira de Magalhães (*Apontamentos para a História Diplomática de Portugal desde 1826 [...] até 1834*, Lisboa, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1872, p. 51), a usurpação realiza-se só após a suspensão das relações diplomáticas, vistas como consequência do embarque das tropas inglesas presentes em Lisboa, decidido de maneira unilateral pelo embaixador britânico, sir Frederick Lamb, como forma de protesto face às atitudes assumidas pelo infante D. Miguel após o seu regresso ao reino.

⁸³⁷ BRON, Grégoire, *op.cit.*, vol. I, p. 83.

⁸³⁸ «O embaixador da Sardenha declarou que a sua corte estava convencida da legalidade com que tudo se tinha feito em Portugal» (MAGALHÃES, Felix Pereira de, *op. cit.*, p. 54).

⁸³⁹ *Ivi*, p. 92.

⁸⁴⁰ Cf. SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, *Miguelismo. Ideologia e mito*, Coimbra, Minerva, 1993, pp. 60-75.

⁸⁴¹ «[...] alle dieci e mezza antimeridiane si presentò in mia casa cinque individui, senza alcuna forza armata, e mi intimarono volere registrare la casa, e tutte le casse concernente in ella [...] conoscendo che nulla potevano incontrare nel mio carteggio cosa alcuna che fosse contro al governo presente, e che mi potesse pregiudicare, di buona volontà gli presentai tutte le mie casse [...] di fatti, fatta tale perlustrazione,

mês de detenção no Limoeiro, escreve desesperadamente à nunciatura apostólica, lamentando a situação de total abandono em que se encontra:

«sono già 38 giorni che sono preso nelle carceri di questa capitale ignorando la causa di tale inaudita ingiustizia [...] V. E. ben sa che noi esteri (forasteiros, *nda*) non abbiamo altro appoggio, nelle altre nazioni, che il patrocinio del rappresentante del nostro paviglione,⁸⁴² e che mi credo degno di essere protetto da questo [...] per conservare i titoli e prerogative, che sempre la mia famiglia ha goduto».⁸⁴³

É só após esta carta de contestação que intervém a nunciatura apostólica, intercedendo em seu favor – trata-se de um súbdito residente no reino desde 1824 (embora não surja nos elencos consulares que consultámos) – e perorando a sua causa de libertação.⁸⁴⁴ Talvez devido a casos como estes, que se inscrevem no âmbito das tensões internacionais em torno do miguelismo, sobrevém o facto de que só em 1831 o Papa Gregório XVI se decide a reconhecer o novo plenipotenciário em Roma, o marquês de Lavradio, restabelecendo a ligação bilateral entre os dois estados;⁸⁴⁵ um atraso que, ao que parece, já o pontífice anterior – Leão XII – tinha manifestado aos representantes do governo “usurpador” em Roma, a quem teria dito que ele «[...] havia de ser o ultimo soberano a reconhecer D. Miguel», apesar do grande favor que este último encontrava na sociedade romana.⁸⁴⁶

Já salientámos noutros lugares⁸⁴⁷ a questão do controlo e perseguição dos italianos – particularmente os que se dedicam a actividades comerciais – nesta delicada fase política portuguesa: os documentos de arquivo testemunham um encarniçamento particular contra os negociantes da capital, o que deixa entrever a intenção de golpear um sector em que os

cui nulla presero con loro, perché nulla incontrarono; mi intimarono di seguirli alla strada [...] e posto che fossimo nella strada, non mi viddi accompagnato che con un solo sbirro che mi condusse dove sono presentemente» (ASV. *Arch. Nunz. Lisbona*. n.44, fasc. 2, fl. 185).

⁸⁴² *Paviglione* = arcaísmo de *padiglione*, “pavilhão”, neste caso deve entender-se como “estandarte”, “bandeira”, símbolo ou referência figurada ao presídio diplomático.

⁸⁴³ ASV. *Arch. Nunz. Lisbona*. n.44, fasc. 2, fl. 163. Veja-se também ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1826-1831». liv. 241, pp. 190, 191; RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, introdução de António Ventura, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”, 2008, p. 320.

⁸⁴⁴ ASV. *Arch. Nunz. Lisbona*. n.44, fasc. 2, fl. 184.

⁸⁴⁵ Cf. BRAZÃO, Eduardo, *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. O reconhecimento do rei D. Miguel (1831)*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1972, *passim*; MAGALHÃES, Felix Pereira de, *op. cit.*, p. 84.

⁸⁴⁶ MAGALHÃES, Felix Pereira de, *op. cit.*, p. 59.

⁸⁴⁷ Cf. CASSINO, Carmine, «La comunità italiana in Portogallo tra rivoluzione e reazione (1820-1828)», *Memoria e Ricerca*, n. 48 (2015), Milano, Franco Angeli Editore, pp. 121-142.

estrangeiros – e particularmente os italianos – mantinham posições de relevo, sendo até dominantes nalguns casos específicos (como na comercialização dos produtos coloniais com os portos mediterrânicos). Por isso, defendemos a hipótese de que se tenha concretizado, sobretudo nos primeiros dois anos de regime absolutista, uma atitude xenófoba do miguelismo para com as comunidades estrangeiras, com o objectivo implícito de lhes retirar o controlo de actividades económicas particulares; ou pelo menos visando utilizar esta questão como argumento eficaz de propaganda e consenso. De facto, trata-se de uma dinâmica socialmente justificada pelo sentimento dominante entre as camadas baixas da população, como demonstram os casos (já mencionados) de rancor popular contra os galegos – trabalhadores de funções humildes – que alguns anos antes tinham mesmo desembocado em confrontos na rua. Neste ramo da população portuguesa – que representa o círculo social em que o miguelismo encontra alargado favor e apoio –, o medo do estrangeiro que subtrai trabalho e enriquecimento funde-se com a retórica antiliberal dos homens no poder, reforçando de maneira decisiva o paradigma do estrangeiro como sujeito necessariamente inimigo e liberal. Como evidenciam estudiosos da ideologia miguelista como Alexandre Lousada e Armando Malheiro da Silva, trata-se de um discurso que, embora produzido por uma elite letrada, é plenamente assimilado pela cultura popular, à qual se incutem conteúdos propagandísticos que conseguem ultrapassar o analfabetismo próprio das classes populares, tornando-lhes compreensível a argumentação antiliberal.⁸⁴⁸ Desta maneira, o ódio antiliberal das classes altas transforma-se no medo do estrangeiro para a gente comum, vindo a identificar-se numa causa comum que fundamenta o consenso ao regime e contribui assim para mitificação do chefe. Aliás, para fazer dos comerciantes estrangeiros um alvo mais fácil da perseguição judiciária, o poder visará golpear os privilégios historicamente acordados às nações estrangeiras, em particular mediante a deslegitimação dos institutos jurídicos existentes para a regulamentação de questões tanto comerciais como penais, como as conservatórias. Desta maneira, os comerciantes – que para exercer o seu trabalho e desenvolver os seus negócios eram obrigados (como vimos, desde os tempos de Pombal) a pedir a naturalização – ficavam mais facilmente sujeitos à vontade do poder judicial, sem a protecção jurídica reconhecida às nações estrangeiras, isto é, sem privilégios, sendo alvo de numerosas detenções sem qualquer justificação ou evidência de culpa. Isto torna-se claro no caso dos italianos, como veremos mais adiante.

⁸⁴⁸ LOUSADA, Alexandre, *op. cit.*, p. 147; *apud* SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, *op. cit.*, Coimbra, Minerva, 1993, p. 6.

A demonstração de que o ataque ao estrangeiro é um ataque aos interesses económicos deste, e de que tal argumento é aproveitado em termos de procura do consenso, pode encontrar-se nas disposições legislativas assumidas pelo regime. Por exemplo, em 1830 – em plena repressão de uma determinada presença estrangeira no reino – para travar, por um lado, a procura de empregos públicos pelos estrangeiros residentes em Portugal (não faltam casos de requerimentos feitos por italianos)⁸⁴⁹ e, por outro, para dificultar o emprego de portugueses ao serviço de comerciantes forasteiros, D. Miguel define por decreto a discriminação entre súbditos do reino e de outras nações. O texto do aviso é mais claro de qualquer possível interpretação:

«sendo-me presente os gravíssimos inconvenientes, que têm resultado de haver alguns de meus vassallos que achando-se empregados no meu serviço, têm ao mesmo tempo obtido unos empregos estrangeiros, e outros privilégios de feitores, e caixeiros de súbditos de outras nações; e querendo obviar a este intolerável abuso, hey por bem ordenar que qualquer de meus vassallos, que d’ora em diante obtiver emprego estrangeiro nestes meus reinos, ou tirar carta de privilegios de estrangeiro, perca desde logo qualquer emprego militar, ou civil, que exercer, ou ofício de Fazenda, ou de Justiça, que tenha de propriedade ou de serventia, ficando inhabilitado para poder ser mais empregado no meu real serviço».⁸⁵⁰

Com esta medida colocam-se os súbditos perante a escolha daquela que podemos, de alguma maneira, designar por “exclusividade portuguesa”; afectando, deste modo, todo um sistema económico que via muitos comerciantes (e não só) estrangeiros empregarem portugueses (ou portugueses com origens estrangeiras) nos seus ofícios. É evidente que, para o caso italiano, esta disposição assumia a forma de um ataque àquela grande dimensão da luso-italianidade que tão grande papel desempenhava na estrutura

⁸⁴⁹ A concorrência aos lugares públicos parece interessar, naqueles anos, vários elementos de origem italiana: encontramos algumas provas documentais nos pedidos para exercer cargos relacionados com o Senado de Lisboa. Por exemplo, o luso-genovês Raymundo Novatto de Faro (pertencente à grande comunidade genovesa no Algarve), «primeiro praticante da Contadoria Geral da Fazenda do Senado», apela ao Senado da Câmara de Lisboa para ver reconhecida a sua maior antiguidade relativamente a outros concorrentes a um lugar naquela instituição (AML. *Chancelaria Régia*. «Livro 1º de Registo de Avisos de Dom Miguel», n. 13, fls. 6-6v). Em 1829, é João Baptista Zanotto, a avançar com um pedido semelhante ao senado, requerendo o reconhecimento do lugar de zelador no Juízo de Almoçaria (AML. *Chancelaria Régia*. «Livro 1º de Registo de Avisos de Dom Miguel», n. 236, fl. 86v). Em 1830 encontramos o pedido avançado por João Severiano Terrabuzi a respeito da serventia vitalícia do lugar de administrador da Casa da Siza do Pescado de Belém, «que se acha vago» (AML. *Chancelaria Régia*. «Livro 1º de Registo de Avisos de Dom Miguel», n. 471, fl. 75).

⁸⁵⁰ AML. *Chancelaria Régia*. «Livro 1º de Registo de Avisos de Dom Miguel», n.625, fls. 260-261.

socioeconómica lusitana, e que nesta fase assiste a uma ofensiva aos privilégios reconhecidos ao seu estatuto social, isto é, à sua “nação”.

Antes de definir os casos que, sobretudo na capital, conduziram esta investigação a sustentar a hipótese que acabámos de referir, procedemos por ordem cronológica, mostrando como também noutras partes do país os italianos acabam por ser vítimas de acções repressivas, nalguns casos por participarem activamente nos fogos liberais. Como antecipámos, uma das frentes anti-miguelistas é a cintura urbana da costa algarvia. Na região sul são diversas as sublevações militares que tentam responder à desestruturação do sistema constitucional a que se deu seguimento após a chegada do infante rebelde. A partir de 24 de Maio, em muitos pontos daquela província verificam-se diversas tentativas de dar seguimento à revolta em acto no norte do país. É em Tavira que se dá o primeiro passo, com a amotinação do 2º batalhão do Regimento de Infantaria 2 de Lagos, estacionado nesta cidade; tentativa falhada devido à pronta intervenção dos sectores que permaneciam fiéis ao governo em actividade. Outros soldados revoltosos, sublevados na cidade de Olhão, marcham em direcção a Faro, mas não encontrando apoio por parte da população, tentam fugir para o Alentejo. Cansados e já sem qualquer recurso, os fugitivos, entre os quais um oficial francês (Frederic Peyrant Chateaufort), são bloqueados pelos militares de fé miguelista. Conduzidos a Faro, muitos dos revoltosos são brutalmente linchados pela população instigada e assanhada, que se enfurece particularmente contra os que tinham desenvolvido um papel liderante (o oficial francês acaba por ser esquartejado). Entre estes, acaba por surgir um homem de negócios genovês (membro da comunidade ligure sediada há séculos na região, e particularmente numerosa), um veterano da revolução piemontesa de 1821: Domenico Berio, dito também “Columbiano” pelo seu passado de emigrado na Colômbia, para onde se tinha deslocado poucos anos antes, após ter combatido ao lado dos liberais espanhóis, no curso do triénio liberal (tinha voltado para a Península Ibérica em 1827).⁸⁵¹ Participa no movimento com o seu primo, outro genovês de nome Lazzaro Borra; preso e conduzido para a prisão de Faro, antes de chegar ao estabelecimento prisional é massacrado na rua pela multidão, incitada à violência pelo clero local.⁸⁵²

⁸⁵¹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Algarve 1821/1833», mç. 244 (cx. 407), fl. 307; *apud* BRON, Grégoire, *op. cit.*, t. II, p. 293, nota 1.

⁸⁵² Cfr. LOPES, João Baptista da Silva, *História do cativoiro dos presos de Estado na torre de São Julião da Barra de Lisboa*, atualização do texto, introdução e notas de Neves Águas, Lisboa, Publicações Europa-América, 1984, pp. 90-91; MESQUITA, José Carlos Vilhena, *Memórias sobre a aclamação do infante D. Miguel em Faro. O Diário de Lázaro Doglioni*, Vila Real de Santo António, SAC, 1991, pp. 33-34.

Ao falhanço das sublevações seguem-se numerosos aprisionamentos de militares e civis considerados cúmplices e responsáveis pelo movimento liberal; os mais afortunados, que conseguem escapar ao furor da população instigada pelo clero e pelos miguelistas, começam a ser enviados para as prisões do país (com destaque para o Forte de São Julião da Barra,⁸⁵³ nas proximidades da capital, que se torna talvez a prisão símbolo das perseguições aos liberais e aos maçons). É o que acontece, por exemplo, a um tal Serafino Mella (Seraphim Mola), filho do vice-cônsul sardo de Vila Real de Santo António, em ocasião da revolta anti-miguelista na cidade de Lagos de 28 de Maio, derradeiro episódio da vã resistência algarvia. O jovem é preso pelos militares após ter sido bloqueado pelos populares alinhados ao lado dos miguelistas. Trata-se porém de um equívoco: na verdade, Serafino Mola, «de uma educação e comportamento muito laudável», é envolvido nos tumultos enquanto se encontrava na cidade por questões comerciais; aliás, nenhum papel activo poderia ter tido nos eventos, uma vez que era aleijado e coxo, e para caminhar precisava da ajuda de uma muleta. Por isso, é o facto de ser estrangeiro que lhe coloca o problema, vindo por esta razão a «ser julgado pelo povo consócio daqueles desastrosos acontecimentos».⁸⁵⁴ Internado na prisão de Faro, é libertado somente no verão seguinte, por intervenção do cônsul sardo Giovan Battista Cocchella, que se dirige directamente ao ministro dos negócios estrangeiros, o visconde de Santarém, apelando para a libertação deste jovem «malade, estropié, marchant avec sa bequilles, est incapable soit par son age et son moral de se méler en rien des affaires politiques».⁸⁵⁵

Como antecipámos, o triénio 1828-1830 caracteriza-se pela firme perseguição da presença estrangeira no país – com excepção dos agentes estrangeiros ao serviço da contra-revolução, que também desempenham um papel na luta contra o constitucionalismo, para a afirmação do miguelismo no plano nacional. A situação mais difícil vive-se na capital, onde a presença de estrangeiros é mais numerosa; mas, como veremos no subcapítulo final, a oposição à circulação de súbditos de outras nacionalidades é travada em todo o território nacional, e não constituem excepção as

⁸⁵³ Situado junto à foz do rio Tejo, o forte de São Julião da Barra torna-se na mais famosa penitenciária política da altura, sobretudo pelas duríssimas condições de detenção aplicadas no seu interior, a que amiúde se juntavam abusos e violências físicas, como reconstrói João Baptista da Silva Lopes na obra que acabámos de mencionar na nota anterior; «une prison umide, malsaine ou il se trouvé attaqué d'une suffocation interieure, que si on n'y porte remede, peut devenir mortelle», define-a o cônsul sardo Francesco Poggi numa carta enviada ao Visconde de Santarém em Outubro de 1830, para perorar a causa de libertação de alguns seus nacionais.

⁸⁵⁴ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consolados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado da Sardenha, 1828”), fl. 8 (relação do corregedor da comarca de Lagos, em 30 de Novembro).

⁸⁵⁵ *Ibidem*.

zonas rurais; seja como for, quando esta perseguição se define contra trabalhadores, a intenção de impedir os forasteiros de exercerem actividades que lhes proporcionam ganhos define-se de forma mais nítida. Trata-se de atitudes que, como afirmámos, encontram consenso entre a população baixa, mais sensível ao discurso xenófobo, devido à carga de sentimentos de aversão e medos contra os forasteiros, que fazem de cada um destes um potencial concorrente ao seu próprio bem-estar.

É também desta maneira que se perfila o protonacionalismo do miguelismo. Aliás, a campanha de oposição a qualquer elemento exógeno configura-se como dinâmica direccionada para a reapropriação de um espaço de comércio, isto é, de mercado, de reafirmação do negócio autóctone, numa fase em que a situação dos comerciantes lisboetas e das alfândegas é desoladora, miserável, com o comércio reduzido ao mínimo e onde até o abastecimento de produtos coloniais (no centro das transacções marítimas e portuárias) resulta escasso e difícil. E além da função propagandística específica em relação à população de baixa condição, o terror miguelista é apoiado abertamente por segmentos burgueses do comércio e da indústria (particularmente o de grosso rendimento), os quais, seduzidos pelos argumentos nacionalistas, acabam por fomentar grandes expectativas.⁸⁵⁶ Assim, o incipiente nacionalismo lusitano de marca miguelista demonstra uma capacidade de transversalidade (às massas urbanas e rurais) alimentada habilmente pelo grupo de poder que circula à volta da figura do soberano. Esta última constitui, por sua vez, um elemento simbólico capaz de consubstanciação dos desejos quer de grupos privilegiados, quer dos populares.⁸⁵⁷

Enfim, voltamos a frisar o facto de tal dinâmica acabar por tornar comum a recusa de qualquer elemento exógeno. A procura da afirmação do controlo indígena do espaço socioeconómico nacional funde-se na institucionalização do paradigma anti-liberal/anti-estrangeiro; paradigma que alarga a sua abrangência também ao próprio português liberal, anti-absolutista ou maçom, considerado alheio à comunidade nacional (os “homens desnacionalizados” chamar-lhes-á Oliveira Martins),⁸⁵⁸ traidor dela porque sequaz de culturas anti-tradicionais.⁸⁵⁹ Eis traçado um dos atributos mais relevantes da ideologia miguelista: procederemos agora ao levantamento de alguns casos que nos permitam atestar esta análise prévia. Antes disso, porém, queremos sublinhar um último aspecto da

⁸⁵⁶ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, *O miguelismo (1828-34). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Provas de aptidão pedagógica, Lisboa, Faculdade de Letras, 1987, pp. 5-6.

⁸⁵⁷ *Ibidem*.

⁸⁵⁸ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *op. cit.*, p. 405.

⁸⁵⁹ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, *op. cit.*, p. 142.

natureza do miguelismo, e que foi salientado por parte da historiografia oitocentista, individuando traços de semelhança com a situação italiana, particularmente a do sul: com efeito, Oliveira Martins, desenhando o perfil grosseiro e rústico do rei “usurpador”, “demagogo de antigas idades”, via nos traços marcados da sua personalidade e do seu carácter a clara inspiração do «[...] génio italiano da mãe», sendo por isso destinado «[...] a imprimir a esta nação do extremo ocidente uma fisionomia semelhante ao Nápoles da outra península mediterrânea, tornando iguais, no fim, duas nações que, quase a par, tinham descido a estrada de uma composição fetidamente florida».⁸⁶⁰ Consideração que, embora se mostre repleta de preconceitos e não esclareça realmente a que se refere o autor, releva uma objectiva proximidade política e ambiental entre dois espaços geopolíticos que nestes anos vivem provavelmente o período de maior fechamento ideológico de todo o século XIX. De facto, em Nápoles, a governação de Francesco I, figura que até tinha despertado nos ânimos dos constitucionalistas ilusões reformistas (devido ao seu papel aquando da regência nos nove meses de governo constitucional), caracteriza-se pela firme (e, em casos específicos, muito violenta) repressão de qualquer dissidência política, que se manifesta num ambiente de constante medo conspirativo. De 1828 a finais de 1830, ano da sua morte, Francesco I eleva os níveis da segurança interna, obcecado pelas ameaças endógenas (insegurança interna às fronteiras do reino) e exógenas (os ameaçados projectos de desembarques liberais, organizados pelos inúmeros liberais napolitanos no estrangeiro).⁸⁶¹ No entanto, na opinião pública exprime-se interesse pela questão dinástica lusitana, como demonstra a difusão, em finais de 1828, de um opúsculo em defesa dos direitos do rei D. Miguel.⁸⁶² Trata-se de uma obra de tom substancialmente moderado, semelhante às muitas que nesta altura surgem em Portugal: é provavelmente a tradução livre da *Demonstração dos direitos de D. Miguel*, publicada em 1828 em Lisboa por António Gouvea Pinto, sócio da Academia Real das Ciências.⁸⁶³ Apesar disso, e além das razões da presumível legitimidade da ascendência do infante rebelde ao trono (indigenato do herdeiro, resoluções das Cortes, etc.), o prefácio tenta introduzir a questão

⁸⁶⁰ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *op. cit.*, p. 396.

⁸⁶¹ Cf. GALASSO, Giuseppe, *Storia del Regno di Napoli*, 6 vols., vol. V, Torino, Utet, 2007, pp. 366-407, *passim*.

⁸⁶² *Don Michele I. Ossia breve dimostrazione dei suoi diritti alla corona di Portogallo*, [Lisboa], [s.n.], [1828].

⁸⁶³ PINTO, Antonio Joaquim de Gouvea, *Demonstração dos direitos que competem ao Senhor D. Miguel I sobre a successão da coroa de Portugal: legitimidade de sua aclamação feita pelas camaras do reino com o clero, nobreza, povo*, Lisboa, na Impressão Regia, 1828.

sob o ponto de vista italiano, tendo o escasso “amor pela verdade” obscurecido os verdadeiros termos da controvérsia.

Nos primeiros três anos de domínio miguelista, assiste-se em Lisboa à multiplicação de medidas cautelares contra os estrangeiros presentes na cidade, sendo particularmente atingido o sector do comércio (de grosso e pequeno trato). É uma situação que, obviamente, não poupa os outros grupos estrangeiros, até aqueles com maior peso comercial para a economia da cidade, os quais lamentam as brutais atitudes das forças policiais e dos caceteiros miguelistas. Esta realidade, como vimos, torna particularmente difícil a normalização de qualquer relação diplomática; isto é, complica o reconhecimento do regime pelos outros Estados europeus. Os comerciantes e negociantes denunciam a violência das autoridades aos seus agentes diplomáticos: nesta altura são numerosíssimas as queixas apresentadas por estes ao governo português.

Na verdade, os casos de italianos presos em Lisboa remontam já ao princípio do mês de Junho de 1828, ou seja, antes da própria proclamação de D. Miguel como rei absoluto. A acusação comum que se encontra na documentação relativa a estes episódios é a de “assuntos políticos”, como demonstram os documentos de arquivo. Os cônsules dos diferentes Estados peninsulares acabam por se encontrar no meio de uma frenética actividade de tutela dos seus nacionais, na tentativa de os retirar das temíveis cadeias do reino. A situação é de tal maneira crítica que os governos italianos convidam os seus representantes diplomáticos a protestar contra a arbitrariedade da atitude policial, na senda das outras comunidades estrangeiras, como acabámos de ver. Os súbditos sardos constituem o grupo mais afectado. Contudo, temos de evidenciar que também os acontecimentos políticos em curso na Península Itálica condicionam a posição das autoridades portuguesas, ou pelo menos constituem um pretexto verosímil para desencadear as acções policiais contra súbditos italianos. É o que se pode apreender das comunicações que o cônsul napolitano Francesco Stella envia para Nápoles, onde relata das preocupações portuguesas acerca dos eventos que, naquele período, minam a estabilidade interna do reino. Em Junho de 1829, Stella avisa o ministro dos negócios estrangeiros napolitano de que «già dopo gli ultimi avvenimenti del Vallo [...] promosso da’ settari napolitani, mi sono accorto avere questa polizia rivolta particolarmente la sua vigilanza su quelli che portano il nome di sudditi della Prelodata S. M.». ⁸⁶⁴Os acontecimentos a que faz referência o cônsul são as revoltas que, entre a primavera e o

⁸⁶⁴ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all’estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692, fasc. s.n., fl. s.n. (em 13/06/1829).

verão de 1828, afectam a região do Cilento, a sul de Nápoles (em “Vallo” estava estabelecida a comarca daquela região). Tais eventos são promovidos pela sociedade secreta dos *Filadelficom* o objectivo de reconstituir a constituição de 1820 (envolvendo neste plano grupos de bandidos mais ou menos politizados), empenhando o governo napolitano numa feroz repressão (que, devido ao enraizamento do banditismo naquela área, se prolonga até ao ano seguinte).⁸⁶⁵

Os primeiros a sofrer a retaliação anti-estrangeira não são, porém, comerciantes, mas três piemonteses ao serviço do 2º Conde de Linhares (Claude Delaequis, Jean Bianco, e Jean Baptista Moris), par do reino e ministro plenipotenciário em Turim (a sua própria mãe, Gabriella Maria Ignazia Asinari dei Marchesi di San Marzano, era italiana). O cônsul sardo, Cocchella, desdobra-se em frenéticos contactos com as autoridades portuguesas, evidenciando a honestidade e tranquilidade daqueles, sem conseguir porém libertá-los.⁸⁶⁶ É evidente que esta medida, mais do que contra os três desventurados servidores, constituía um ataque à figura do conde, cuja formação liberal era bem conhecida, e que em breve participaria na luta anti-miguelista.

Logo após ter intervindo em socorro dos três servidores piemonteses, já no dia 9 o cônsul Cocchella tem que de activar novamente, desta vez em defesa de um comerciante, Domenico Chiappori D’Ambrosi, «[...] qui est un jeune homme établi dans le commerce depuis nombre d’années»,⁸⁶⁷ preso – assegura o agente consular – não obstante a sua estranheza aos assuntos políticos. Natural de Génova, casado, negociante estabelecido na cidade de Lisboa desde 1814, com um bom comércio de coisas várias, D’Ambrosi é detido a sair da sua casa situada no Bairro Alto, transferido primeiro para a cadeia do Limoeiro, e enfim para o Forte de São Julião.⁸⁶⁸ Em defesa deste homem testemunham muitos seus colegas negociantes, quer portugueses quer de outras nacionalidades, confirmando que «[...] nunca se intrometeo em negócios políticos, que de nenhuma forma lhe pertencem, tanto por ser estrangeiro, como por ser dum caracter sossegado, que sempre evitou [...] e obedeceu cegamente as leis do reino».⁸⁶⁹ Apesar deste auxílio,

⁸⁶⁵ Cf. GALASSO, Giuseppe, *Storia del Regno di Napoli*, 6 vols., vol. V, Torino, Utet, 2007, pp. 365-374.

⁸⁶⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado de Sardenha, 1828”), fl. 4.

⁸⁶⁷ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte (1826-1831)», liv. 241, p.55.

⁸⁶⁸ LOPES, João Baptista daSilva, *op. cit.*, p. 39. «Domingos Schiopares D’Ambrosi, Negociante. Natural de Génova. Preso em Lisboa em 1828. Entrou na Torre a 17 Setembro dito. Removido a 21 de Abril de 1829 para evacuar o Reino».

⁸⁶⁹ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado da Sardenha, 1828”), fl. 4.

D'Ambrosi continua preso; e no mês de Agosto a Casa da Suplicação estabelece a sua expulsão do território do reino, sem uma culpa precisa, mas com a indicação de que «peut ete delinquant al'avenir».⁸⁷⁰ Uma decisão que atesta a existência de um preconceito bem definido em relação às actividades dos estrangeiros na capital (e que se revela particularmente suspeito neste caso, tratando-se de um comerciante titular de um negócio de boa renda). Contudo, a sua detenção prolonga-se até à primavera seguinte, sendo do interesse do consulado piemontês ajudá-lo a tentar vender os bens, inclusive a actividade comercial.

Como antecipámos nas páginas anteriores, com a mudança do clima político as autoridades portuguesas voltam a interessar-se pelos lugares considerados sítios habituais de encontro dos liberais. É o que acontece, ainda em 1828, com a loja de bebidas de F. Ardissonne, que como vimos tinha sido já objecto de intervenção policial quando se encontrava na baixa pombalina; sendo obrigado a fechar, o negociante sardo tinha voltado a abrir a sua actividade, no bairro dos Remolares (Cais do Sodré). É o próprio intendente geral da Polícia a comunicar directamente ao corregedor daquele bairro que, na loja de Ardissonne, «[...] tudo quanto se fala, e maquina-se contra a religião e o trono, e onde se fazem os avisos do sitio em que devem ser as reuniões à noite».⁸⁷¹ Dispõe-se assim uma nova intervenção policial, que desmascara mais uma vez a função deste lugar, onde se reuniam homens evidentemente ainda ligados à sociedade que fazia da loja do piemontês o seu ponto de referência; Ardissonne é obrigado novamente a fechar a sua actividade.

Outro Ardissonne – Giacomo, natural de Génova – é protagonista em 1829 de um caso exemplar de como as mais inocentes manifestações de “diversidade” política podiam constituir razão de perigo para a liberdade individual. De facto, em Janeiro daquele ano é preso e acusado em Setúbal por ser liberal e constitucional. Na relação oferecida pelo corregedor da Comarca de Setúbal (onde este italiano residia), a qual referimos de seguida por ser paradigmática de toda uma série de questões, motiva-se a sua detenção desta maneira:

«[...] pertence a esse partido infame, que jamais souber[am] a linguagem da verdade, e que só com a intriga e a mentira tem por algum tempos conseguido a ruina destes reinos [...] elle foi hum dos maiores, e mais exaltados Constitucionaes, e como tal declarado

⁸⁷⁰ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado da Sardenha, 1828”), fl. s.n. (carta do vice-cônsul Poggi ao Visconde de Santarém, a 15 de Dezembro).

⁸⁷¹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais 1826-1829», liv. 224, p.29.

inimigo de V. Mag.^{de} e do seu legítimo Governo, e que os excessos por eles praticados o fazem ser odiado por todos os homens de bem que se prez[am] de terem o honroso nome de Realistas, e defensores dos sagrados direitos de V. Mag.^{de}, e o ser arguido por hum homem de tal qualidade que só agora pretende ser considerado estrangeiro, parecendo-lhe que assim poderia escapar ao justo castigo de que se faz digno [...] e se Sua Mag.^{de} El Rey de Sardenha tivesse a notícia de ter hum vassalo de ideias tão liberaes, de certo lhe daria o premio que merecem em geral todos os inimigos do altar, e do Throno».⁸⁷²

A culpa de Ardissonne, comerciante na cidade setubalense, é a de ter tido a ousadia «[...] de proferir as escandalosas palavras [...] que se Sua Majestade morresse seria muito bom»,⁸⁷³ comentando o episódio da queda de cavalo de D. Miguel, acidente que no mês de Novembro lhe tinha provocado a fractura de uma perna. As “escandalosa palavras” tinham sido proferidas à frente de um sargento realista que tinha entrado na sua casa «por se fazer oferecer bebida». Evidentemente, a conduta do genovês era seguida já há algum tempo, sendo suspeito de receber no seu botequim reuniões de liberais. Da cadeia, Ardissonne acrescentava: «sempre tenho respeitado as Leis deste país e se tenho crime foi por ter posto a effigie do Snr. Imperador D. Pedro na minha janela com luminarios, isto he no tempo que se obedecia aquele Senhor».⁸⁷⁴

O vice-cônsul Francesco Poggi (em 1829 Cocchella acaba o seu encargo, não sendo nomeado um novo representante devido à suspensão formal das relações diplomáticas) protesta vivamente contra a detenção, que considera totalmente arbitrária. A estratégia de Poggi é a seguinte: faz apelo aos “avisos” despachados pelo soberano no início de Dezembro de 1828, com os quais D. Miguel, evidentemente para fazer frente às queixas que começavam a chegar numerosas por parte dos governos estrangeiros, apelava aos juízes que julgassem com perícia e pontualidade cada caso relativo aos estrangeiros detidos, verificando escrupulosamente e com rigorosa responsabilidade os privilégios forenses concedidos «às Nações Estrangeiras em Portugal».⁸⁷⁵ Era uma medida que servia basicamente para acalmar os ânimos, visto que a perseguição aos forasteiros assentava na revocação ou falta de reconhecimento dos privilégios forenses dos estrangeiros. Apesar disso, o endereço real é logo aproveitado pelo representante piemontês para denunciar a injusta detenção de Ardissonne «hounete homme», invocando o seu direito a ser julgado

⁸⁷² ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado de Sardenha, 1829”), fl. s.n.

⁸⁷³ *Ibidem*.

⁸⁷⁴ *Ibid.*

⁸⁷⁵ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n. 291 (de 08/12/1828), [p.1].

pelo juiz conservador da nação italiana, idóneo perante um súbdito estrangeiro (por ser súbdito do rei da Sardenha). No entanto, o juiz conservador dos italianos, a 12 de Julho, sentencia que o caso de Ardissonne expirara, e que por isso devia ser novamente posto em liberdade; segundo aquele, a prescrição baseava-se na contraditoriedade dos testemunhos ouvidos, e nos evidentes sentimentos de vingança que condicionaram o aprisionamento.

Mas o juiz desembargador da Casa de Supplicação não é da mesma opinião, afirmando que «[...] era desaffectedo ao sistema da realeza, admitindo no seu botequim ajuntamentos de Constitucionaes, aonde se insultavam os Realistas» e condenando o culpado a dois anos de degredo em Peniche.⁸⁷⁶ Vãs serão as tentativas de Poggi de obter o reconhecimento dos privilégios acordados à sua nação (nomeadamente, o direito de os súbditos sardos serem julgados pelo juiz conservador da nação de pertença): segundo os magistrados portugueses, Ardissonne tinha de continuar preso, sobretudo porque os privilégios permitiam a impunidade em circunstância de crimes. Por essa razão, o caso de Ardissonne demonstra como se prejudicasse um dos institutos fundamentais de tutela jurídica dos estrangeiros em Portugal (a jurisdição da conservatória). De facto, esta autoridade acaba por ser desmentida e exautorada. Apesar disso, a tendência dos luso-italianos e italianos residentes em Portugal – ainda que naturalizados como súbditos portugueses – é a de se identificarem cada vez mais com uma identidade italiana, por uma óbvia razão de segurança pessoal que, porém, ajuda também a reforçar o sentido de comunidade.

Sempre em Lisboa é atacada outra família de comerciantes italianos: trata-se desta vez de pai e filho com uma posição importante no comércio citadino desde o princípio do século XIX, não estranhos a uma certa simpatia liberal. Como lembra Pinto de Carvalho em *Lisboa de outros tempos*,

«com o advento do rei-toureiro começavam as perseguições políticas, reapareciam as suspeições e prisões consequentes. Todos suspeitos! Era a palavra de ordem [...] também eram suspeitos [...] o Pedro Caviglioli e seu filho Carlos Diogo Caviglioli, negociantes sardos com depósito de vinhos no Largo de São Paulo e moradores no Largo do Corpo Santo n.º 11»⁸⁷⁷

⁸⁷⁶ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado de Sardenha, 1829”), fl. s.n. (“Relação de António José Guião, desembargador que serve de Chanceller e de Regidor da Caza da Supplicação”, em 07/11/1829).

⁸⁷⁷ CARVALHO, Pinto de (Tinop), *Lisboa d’outros tempos*, 2 vols., vol. II, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1899, p. 166.

Os Caviglioli são fornecedores oficiais de vinho para a frota britânica. São presos a 3 de Junho de 1828 na sua casa do largo do Corpo Santo, e conduzidos para a cadeia do Limoeiro. Esta detenção levanta grande celeuma entre os lisboetas, mesmo pela posição e notoriedade pública desta família. Por isso, particularmente animada é a contestação do cônsul Cocchella com as autoridades locais, frisando várias vezes na correspondência expedida para os ministérios que se tratava de «[...] pessoas regulares, que nenhuma ingerência tiveram com as circunstâncias actuais, e políticas».⁸⁷⁸

Como dissemos, esta última afirmação não parece corresponder totalmente à verdade. Já Pietro Caviglioli esteve ligado à orquestra de Domingos Bontempo durante o triénio liberal, como contraabaixista e cantor, participando no concerto para a festa do juramento das bases da Constituição (no verão de 1821); aliás, actuou cantando na sessão parlamentar de 13 de Maio de 1823, pouco antes do fim do triénio vintista, «abrilhantando a inauguração da "régia efígie" na Sala da Câmara Constitucional de Lisboa».⁸⁷⁹ A acusação avançada pelo corregedor do crime de Romulares é naquela altura bastante grave, dado que «[...] têm correspondência com os de Coimbra, e protegem os presos estudantes».⁸⁸⁰ Isto é, havia por parte das autoridades a convicção de que os Caviglioli se corresponderem com os estudantes liberais de Coimbra, que a 18 de Março tinham assassinado, perto de Condeixa, dois membros da delegação de lentes que da cidade académica se dirigiam a Lisboa para homenagear o regresso de D. Miguel (e entregar-lhe uma lista de estudantes liberais que se tencionava perseguir).⁸⁸¹ Grande parte deste grupo de réus, ligado à sociedade secreta dos Divodignos, é presa e executada de imediato, mas entre os suspeitos houve quem conseguisse fugir.⁸⁸² Ou seja, não sabemos se a acusação contra os Caviglioli se refere aos que não tiveram um envolvimento directo neste acontecimento e que continuavam em Coimbra, ou aos réus que não se puderam capturar. Mesmo reafirmando uma possível proximidade desta família com o movimento liberal, não existem provas documentais que atestem a cumplicidade dos Caviglioli com

⁸⁷⁸ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consolados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. («Consulado de Sardenha, 1828»), fl. 3; *Intendência Geral da Polícia*, «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte», liv. 241, pp. 48, 174.

⁸⁷⁹ VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves, *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*, tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), FCSH-UNL, 2008, p. CXXIX.

⁸⁸⁰ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Contas Confidenciais, 1826-1829». liv. 224, p. 44.

⁸⁸¹ MARQUES, António H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*, vol. III – *Política e Maçonaria 1820-1869*, 2ª parte, Lisboa, Presença, 1997, pp. 276-277.

⁸⁸² *Ibidem*.

os estudantes então foragidos; também neste caso a arguição parece ser mais uma conjectura, escondendo um fim diferente do da segurança pública e política do regime.

Além da falta de provas, é certamente a mencionada notoriedade dos Caviglioli no ambiente lisboeta que os auxilia e lhes garante a libertação poucas semanas depois. As transcrições dos depoimentos dos testemunhos revelam uma grande solidariedade para com eles: todos (sejam vizinhos de casa, de loja) confirmam serem trabalhadores de muito boa conduta, alheios a assuntos políticos, incapazes de serem opostos ao governo.⁸⁸³ A “vingança” dos Caviglioli contra os miguelistas terá lugar em 1833, quando será mesmo um dos filhos de Pietro – presumivelmente Carlos Diogo – a informar o duque de Terceira da retirada da capital das tropas de D. Miguel, na manhã de 24 de Julho de 1833 (dia do ingresso em Lisboa do exército libertador de D. Pedro IV).⁸⁸⁴

O “estilicídio” de comerciantes sardos não pára,⁸⁸⁵ e no ano de 1830 assiste-se a uma recrudescência, a que deve interessar-se o novo cônsul entretanto nomeado pelo governo de Turim (num quadro de relações bilaterais em que, porém, não se realiza o reconhecimento formal do governo português):⁸⁸⁶ Girolamo Bobone, primeiro conde desta linhagem e iniciador de outro importante ramo da luso-italianidade em Portugal, ainda hoje bem assente na genealogia portuguesa.⁸⁸⁷ Paolo d’Ambrosi, genovês, é preso a 11 de Fevereiro de 1830 enquanto dirigia-se para casa de um tal Antonio Grande, «com quem tem ou tinha transações», na rua das Janelas Verdes. A detenção dos dois é

⁸⁸³ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Romulares, 1828», mç. 228 (cx.378), fl. 115.

⁸⁸⁴ Cfr. PIMENTEL, Alberto, *A corte de D. Pedro IV*, 2ª ed. (1896), Mafra, Parceria A. M. Pereira, 1972, p. 212.

⁸⁸⁵ No caso dos outros grupos regionais, as vítimas de aprisionamentos ou violências pertencem a diferentes grupos sociais e profissionais. Além dos napolitanos de baixa condição económica e laboral (caso que veremos no último subcapítulo), entre os toscanos registam-se ataques a estudantes e pequenos artesãos. De entre os primeiros, lembra-se o de João Baptista Baldi, estudante do segundo ano do curso de Matemática, preso em 1828 mesmo na universidade (ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1823-1830», liv. 240, p. 153). Presume-se ser filho ou familiar de Felice Baldi, escultor toscano presente em Portugal já há alguns anos (veja-se anexo IX). Esta família enumera também um músico de alguma importância, que viveu entre os séculos XVIII e XIX: João José Baldi (cf. VIEIRA, Ernesto, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. História e bibliografia da música em Portugal*, 2 vols., vol. I, Lisboa, [s.n.], 1900, pp. 83-90). Outra família toscana atingida é a dos Daddi, a que pertence Domingos, com loja de bebida na rua das Salgadeiras n. 4 (no Bairro Alto), e «pessoa de óptima conduta e boa moral, preso à ordem do Ex.mo Snr. Intendente Geral da Polícia, sem saber porque, e sem remorse de crime algum» (assim o cônsul-geral Giovan Battista Sivori, em ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma», cx.233 mç. s.n. [“Consulado de Toscana, 1828”], fls. n. 21, 22, 27).

⁸⁸⁶ Segundo Pedro Soares Martinez (*op. cit.*, p. 460, nota n. 92), em várias capitais europeias actuam representantes de D. Miguel, «realizando diligências várias junto dos Governos respectivos, mas em posições alheias a um reconhecimento formal». Turim é um dos destinos da diplomacia miguelista. Esta situação favorece relações bilaterais, e conseqüentemente a nomeação de representantes no governo português, fora da praxe usual da acreditação diplomática, isto é, da formalização de relações legitimadas.

⁸⁸⁷ Cf. BOBONE, Manuel de Lancastre, BOBONE, Carlos, *Genealogia dos Condes de Bobone*, Lisboa, liv. Bizantina, 1996, pp. 63-95.

efectuada directamente pelo capitão José Veríssimo, intendente da Polícia: não conhecemos, porém, o que leva pessoalmente o chefe da polícia do reino a perseguir estes dois sujeitos (que acabam por passar o resto dos seus dias em São Julião da Barra).⁸⁸⁸

Sempre pelas mãos do capitão Veríssimo, são detidos a 24 de Fevereiro Stefano Barberi e Gaspare Bignone: como D'Ambrosi, são conduzidos ao forte de São Julião. A sua detenção é justificada por “suspeitas” políticas, sem qualquer prova; o conde de Bobone bate-se muito para que sejam libertados; porém, ao fim de cinco meses é ainda um protesto sem efeito, visto que se mantêm na prisão.⁸⁸⁹ Por sua parte, Carlo Sanguineti, sapateiro juntamente com o irmão com loja na rua do Tesouro Velho (actual rua Vitor Cordon, aos Mártires), é preso a 25 de Setembro. Todos são libertados na primavera de 1832; mais adiante explicaremos a razão desta coincidência.

A par da sua actividade consular em defesa dos súbditos sardos perseguidos, Bobone conduz uma insistente batalha contra o visconde de Santarém para obter, se não a libertação dos presos, pelo menos melhores condições de detenção, perante as repetidas queixas de maltratos, insultos e arbitrariedades várias; empenha-se com denodo para defender a incolumidade dos súbditos sardos presos, pedindo providências a bem da sua segurança.⁸⁹⁰ Um dos episódios que mais indignação lhe traz é o de Caetano Maria Magiolo, «[...] que foi conduzido à cadeia depois de ter sido espancado desapiedadamente».⁸⁹¹ Outros, como Francesco Profumo ou Antonio Guglielmo Menici, «negociantes respectáveis», insultados e ameaçados por agentes da superintendência do Contrabando, revelam a frequência da violência difundida naqueles anos, onde tudo é pretexto para atacar moralmente e fisicamente o trabalhador estrangeiro.⁸⁹²

O caso mais clamoroso que tem lugar nestes anos diz respeito, porém, à detenção do vice-cônsul napolitano (em Caminha) Luigi Scassa (na verdade, um piemontês), em Janeiro de 1831: um caso que conduz a um duplo protesto contra o Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que quer o Conde de Bobone – na qualidade de agente diplomático sardo – quer o cônsul Stella – como representante do governo napolitano e de quem dependia Scassa no exercício das suas funções – se interessam por esta questão. Scassa é obviamente um negociante, mas no passado também músico instrumentista e

⁸⁸⁸ LOPES, João Baptista da Silva, *op. cit.*, p. 78.

⁸⁸⁹ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1826-1831», liv.241, p. 199.

⁸⁹⁰ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consolados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado de Sardenha, 1828”), fl. 49.

⁸⁹¹ *Ibidem*.

⁸⁹² *Ivi*, fl. 50.

empresário-director da companhia italiana do Real Teatro de São João (no Porto).⁸⁹³ Em particular, Francesco Stella denuncia a irregularidade desta detenção efectuada «sem algum nem em flagrante delito, não obstante os privilégios anexos a sua patente, como também sem a ordem do juiz Conservador da nação nem com intelligencia minha. Venho [...] reclamando contra a injustiça e irregularidade desta prisão, com a qual se ofendem os tratados existentes e se compromete e violenta aquela boa harmonia e reciprocidade que se deve para com o meu governo, e outras nações».⁸⁹⁴ A questão de Scassa permite-nos ver a completa mudança de opinião acerca dos agentes ao serviço das nações estrangeiras, neste caso, um comerciante vice-cônsul de um reino italiano: de facto, quando Scassa fora nomeado vice-cônsul em Caminha – localidade que, apesar de ser posto de fronteira com a Espanha, é tida como substancialmente secundária nas rotas comerciais que atravessavam o país – a irrelevância do seu ofício é realçada por um oficial maior da Polícia que assim se exprimia avaliando a figura e a posição deste homem de negócio sardo: «eu o considero muito capaz, e pertencente para bem desempenhar este emprego, em cuja nomeação não acho inconveniente algum, tanto mais porque em atenção à insignificância do porto de Caminha, me persuado ser este lugar meramente nominal».⁸⁹⁵ Esta relação a respeito de Scassa tornara mais rápida a sua tomada de posse. Mas apenas poucos anos mais tarde a situação inverte-se, passando a constituir um sujeito punível. O cativo de Scassa prolonga-se por um ano inteiro (é libertado em Fevereiro de 1832),⁸⁹⁶ e também neste caso a competência jurisdicional da conservatória italiana é ignorada pelas autoridades jurídicas portuguesas, que se adiantam no reconhecimento de uma acusação política contra este súbdito sardo.

Seja como for, revela-se mais uma vez bastante clara a estratégia para deslegitimar o comércio estrangeiro: cada sujeito é preso no seguimento de uma acusação genérica de crime político; tratando-se de homens de negócio, não lhes é reconhecido qualquer privilégio relativo à sua posição, particularmente o de se apelar ao próprio juiz conservador; isto determina a absoluta arbitrariedade da magistratura miguelista, que condena os réus à prisão ou à expulsão, ou dispõe o tempo de permanência em detenção.

⁸⁹³ Veja-se anexo IX.

⁸⁹⁴ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consolados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. (“Consulado de Nápoles, 1831”), fl. 7.

⁸⁹⁵ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia, 1827-1829», cx. 344, mç. “1827”, fl. 55 (relação do oficial de Polícia Olímpio Joaquim de Oliveira ao Ministério dos Negócios Estrangeiros).

⁸⁹⁶ «Luís Scassa. Vice-cônsul de Nápoles. Natural de Turim. Preso em Lisboa a 13 de Janeiro de 1831. Entrou na Torre a 15 do dito mês e ano. Solto a 24 de Fevereiro de 1832» (LOPES, João Baptista da Silva, *op. cit.*, p. 71).

Tudo isto com grande prejuízo das vítimas e das suas actividades de negócio, que normalmente acabam por perder. Esta perfila-se como a mais evidente dinâmica que conduz, no curso destes anos, à suspensão *de jure* do reconhecimento de uma alteridade identitária, particularmente a italiana;⁸⁹⁷ tentando deste modo interromper – por via legal – um processo de codificação comunitária que, como vimos, já tem o seu enraizamento cultural na sociedade portuguesa. De facto, os italianos são identificados como comunidade existente, que interage activamente com a população portuguesa, e cujo reconhecimento social consegue resistir à negação, no plano comercial, dos históricos privilégios acordados aos súbditos estrangeiros: também isto é um dos sinais de evolução do conceito de “nação estrangeira” que defendemos no primeiro capítulo. Pelo contrário, é evidente como esta prática contribui para facilitar a perseguição do grupo italiano no âmbito penal, dado que – excluído da jurisdição especial acordada às conservatórias – acaba por se encontrar completamente entregue ao arbítrio da magistratura miguelista. Apresentámos exemplos que, em nosso parecer, confirmam plenamente a hipótese referida acima.

Além disso, frisámos um elemento muito importante: é a própria necessidade de resistir à arbitrariedade e à opressão do poder que leva ao estreitamento dos laços solidários dentro da comunidade italiana que, como consequência das violências sofridas, decide de se unirna acção, para a defesa também dos seus interesses políticos, delineando sentimentos comunitários baseados na consciência da partilha identitária (de pertencer a algo de comum). Isto emerge da análise da actuação dos agentes consulares que – certamente sob directivas dos respectivos governos de referência, mas sem renunciar a

⁸⁹⁷ Esta tendência é confirmada por outros casos, como os que envolvem Francesco Ferrari, Gian Battista Allegro, Giambattista Murta e Maria Ghiglione (entre muitos), os quais procuram repetidamente o auxílio do consulado sardo na defesa da sua causa perante a falta de reconhecimento dos seus privilégios comerciais, que consideravam direitos adquiridos (ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consolados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. [“Consulado de Sardenha, 1831”], fls. n. 63, 64, 87). Também uma célebre firma comercial de que já falámos anteriormente, a de Oneto e Richini, demonstra as mesmas dificuldades, tendo inúmeros problemas na importação das mercadorias que comerciava no reino, em particular cereais (*Ibidem*, fl. n. 84). Em 1829 também Giovanni Maria Guidotti, que reencontramos em Lisboa em 1837, com actividade com seus irmãos na rua da Emenda (veja-se anexo X), é conduzido para a prisão; também no seu caso não se aplicam privilégios relativos ao estatuto de comerciante (ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1826-1831», liv.241, p. 129). Enfim, Gaspare Bignoni, negociante, natural de Génova, é preso em Lisboa a 13 de Janeiro de 1831, sendo conduzido para a torre de São Julião. Também a sua detenção termina em Fevereiro de 1832 (ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1826-1831», liv. 241, p.96; LOPES, João Baptista da Silva, *op. cit.*, p. 46). Embora na capital se assista a uma interrupção dos aprisionamentos e julgamentos de italianos, na província esta tendência verifica-se mais tarde, o que parece demonstrar o caso dos irmãos Guidotti (Giovanni Maria e Giuseppe Maria), “proprietários”, que ainda no início do ano são pronunciados em juízo por crimes políticos em Alenquer (ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1823-1830», liv. 240, p. 163).

um espaço próprio de autonomia – desenvolvem uma intensa actividade de conjunto para o restabelecimento dos direitos e privilégios da comunidade italiana. Objectivo conclamado é a defesa da própria especificidade jurídica representada pela conservatória (que, como vimos no primeiro capítulo, depende directamente da igreja do Loreto), e constitui um símbolo identitário muito forte. As diplomacias piemontesa, toscana e napolitana agem como um “conjunto italiano”, para determinarem um grupo de pressão que consiga resistir aos assaltos (materiais e imateriais) definidos na estrutura repressiva do miguelismo. Assistimos, desta maneira, a uma superação significativa do particularismo regional que, ainda nos inícios de Setecentos, contrapunha os toscanos aos genoveses (como referimos sempre no primeiro capítulo). Afirma-se, com força e talvez como nunca antes, um princípio de união e de unidade: é nesta dinâmica que se pode assistir ao desenvolvimento de uma consciência coesa e identitária, facilitada pela utilização de uma língua comum, embrião daquele sentimento nacional que na península estará ainda longe de vir. Fora dela, no estrangeiro, as fronteiras internas desvanecem-se, particularmente em altura de crise, como se torna evidente em Portugal. Nesta realidade assiste-se, por parte dos italianos ainda “sem pátria”, a uma acção social e política consciente que, querendo utilizar termos koselleckianos – embora limitando o âmbito espacial deste conceito a um caso particular como o português – opera como uma “prognose” do tempo histórico futuro, visto que dentro do desenvolvimento desta praxe comunitária se define o tempo histórico do cumprimento da consciência nacional italiana, como elemento perseguido, final.⁸⁹⁸

Nesta perspectiva deve ser entendido também o pedido avançado em 1832 por Bobone e pelo provedor da igreja do Loreto (Giuseppe Bernero) ao governo piemontês para a nomeação de um novo juiz conservador da nação italiana (estabelecendo-se que fosse o governo de Turim a pagar o seu ordenado, devido provavelmente à predominância dos súbditos sardos na comunidade residente em Portugal); possibilidade que se abre não porque (como afirmam os biógrafos do cônsul) «[...] o Reino da Sardenha era o principal defensor dos interesses italianos, que estava à cabeça de todos os negócios respeitantes

⁸⁹⁸ «While prophecy transgressed the bounds of calculable experience, prognosis remained within the dimensions of the political situation. The prognosis is a conscious element (*Moment*) of political action. It is related to events whose novelty it releases. Hence time continually emanates from the prognosis in an unforeseeable, but predictable, manner. Prognosis produces the time within which and out of which it weaves, whereas apocalyptic prophecy destroys time through its fixation on the End» (KOSELLECK, Reinhart, *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*, Translated and with an Introduction by Keith Tribe, New York, Columbia University Press, 2004, p. 19).

aos povos de Itália»⁸⁹⁹ (naquela altura o “sentimento peninsular” da casa real de Saboia era praticamente inexistente), mas porque no início daquele ano a postura do governo miguelista muda radicalmente no plano interno e em relação aos grupos estrangeiros, devido ao clima latente de guerra civil – como é notório, naquela altura os liberais estão concentrados nas ilhas dos Açores (Terceira), onde progressivamente estruturam um exército libertador de composição internacional, para avançarem com uma operação de invasão em Portugal (com o consentimento implícito anglo-francês) tendo em vista a afirmação da causa da rainha. Não é um acaso que, repentinamente, nos primeiros meses de 1832 se resolvam muitas das questões judiciais pendentes e relativas a súbditos italianos presos nas cadeias do reino; a maioria deles é libertada das cadeias, sem chegar a julgamento.

Evidentemente, nesta fase o interesse do governo é o de normalizar as relações, tanto no plano interno como no externo, devido por um lado ao agravamento da crise dinástica que se começa a perfilar naquela fase, e por outro à consideração do quadro político internacional. Neste último contexto, a revolução francesa de Julho (1830) alterara sensivelmente o equilíbrio político continental, embora não se manifeste uma aberta contrariedade do novo governo gaulês contra o miguelismo (apesar dos problemas devidos à brutalidade de repressão sofrida pelos comerciantes daquela nação, como vimos no caso que conduz à fuga de Andrea Mageruva da capital portuguesa).⁹⁰⁰ A par disso tem de se acrescentar a mudança política na Grã Bretanha, onde ao governo *dostories* que nenhuma hostilidade tinha manifestado contra D. Miguel, em 1831 se substituíra um executivo mais liberal, liderado por Lord Palmerston.

O dinâmico quadro político europeu tem efeitos directos sobre a situação interna ao reino, onde se começa a revelar a necessidade de definir um contexto de relações amigáveis com os demais corpos diplomáticos estrangeiros, na tentativa de procurar formas de reconhecimento que tinham faltado ao longo daqueles anos, não sendo facilitadas pela própria atitude do poder face aos forasteiros. Aliás, a ausência de oposição anglo-francesa à organização do exército libertador (constituído por emigrados portugueses e estrangeiros, contratados sobretudo em França e Inglaterra) fornecia aos miguelistas a evidência da perigosa mudança de posição de uma importante parte do continente perante o seu regime. Assim, no primeiro semestre de 1832 revela-se uma debilidade diplomática do miguelismo que é logo aproveitada pelos representantes das

⁸⁹⁹ BOBONE, Manuel de Lancastre, BOBONE, Carlos, *op. cit.*, p. 66.

⁹⁰⁰ Cf. SOARES MARTINEZ, Pedro, *op. cit.*, pp. 483-490.

várias almas da comunidade italiana, os quais avançam numa iniciativa que – voltamos a repetir – é significativa para medirmos a função e o desenvolvimento de uma identidade *in itinere*: com efeito, sob a iniciativa de Bobone (como cônsul sardo) e juntamente com os representantes napolitano, toscano e austríaco (em representação de lombardo e vênets), consegue-se nova obtenção de cartas de privilégios para os comerciantes italianos.⁹⁰¹ De seguida, este sucesso legitima novamente a presença de um juiz conservador, cuja nomeação põe termo à discriminação jurídica que servira para golpear os interesses da comunidade italiana no país. Esta última vê reconstituídos os elementos da sua integridade e coesão: em torno da “Itália” e dos italianos de Lisboa e do país inteiro são restabelecidos – e até reforçados – os parâmetros de identificação dentro e pela sociedade lusitana. É uma prova muito evidente da existência daquela “nação fora da nação” cujo perfil temos vindo a traçar ao longo do presente estudo.

3.4. Emigração e perseguição: o caso dos caldeireiros da Basilicata

Ao longo do presente estudo, tentámos aprofundar um aspecto particular das relações luso-italianas nos primeiros trinta anos do século XIX, nomeadamente aquelas entre os reinos de Portugal e das Duas Sicílias, e a presença napolitana no espaço geopolítico português numa fase crucial das questões políticas lusitanas. A este respeito, vamos tratar agora de um caso muito especial, que está ligado ao tema da emigração napolitana em Portugal. Tal caso constitui também um dos exemplos mais curiosos de perseguição de trabalhadores italianos durante o miguelismo e, de alguma forma, ainda inédito (embora tenhamos publicado recentemente alguns estudos sobre esta questão):⁹⁰² estamos a referir-nos aos mestres caldeireiros (trabalhadores do cobre) provenientes do reino das Duas Sicílias; mais especificamente, de um território peculiar da sua área rural do interior, a região da Basilicata.

A (muito) escassa historiografia produzida até ao momento acerca deste fenómeno, que em italiano se designa por *emigrazione di mestiere* (ou seja, emigração de trabalhadores com alguma especialização artesanal em falta nos lugares de destino) e que diz respeito também à figura laboral do estanhador/funileiro (associada ao trabalho com cobre), tem destacado a existência de caldeireiros do sul de Itália em actividade na Península Ibérica. Porém, estes limitam-se à reconstrução da sua epopeia no reino da Espanha, cuja presença

⁹⁰¹ BOBONE, Manuel de Lancastre, BOBONE, Carlos, *op. cit.*, p. 66.

⁹⁰² Cf. CASSINO, Carmine, «Frammenti di emigrazione ottocentesca: vicissitudini dei calderai treccinesi nel Portogallo di inizio secolo», *Basiliskos*, I, 2014, Policoro, Edigrafema, pp. 65-81.

é atestada já desde finais do século XVIII, momento a partir do qual grupos destes trabalhadores começam a fixar-se nas comunidades locais.

Em termos gerais, estamos a falar de uma emigração muito particular, que diz respeito a «movimenti di manodopera specializzata, anche se spesso tale specializzazione è legata a settori poco qualificati del mercato del lavoro»,⁹⁰³ que relembra outro caso que mencionámos na primeira parte deste capítulo, ou seja o dos figuristas (artesãos do giz) toscanos, famosos por venderem «figuras obscenas» nas ruas de Lisboa, à noite. Contudo, é importante ter presente as dificuldades de investigação num âmbito como o dos estudos migratórios italianos, que como salientámos no primeiro capítulo, manifesta toda a sua complexidade sobretudo no que diz respeito à investigação da primeira metade do século XIX.

No entanto, os documentos dos arquivos portugueses e italianos começam a apresentar também vestígios significativos de uma presença em território português que não se deve ignorar, embora neste contexto não se registem casos de integração nas comunidades residentes tão relevantes quanto os que têm lugar em Espanha, constituindo um fenómeno menor.

Todavia, as razões que explicam um destino aparentemente não habitual como a Península Ibérica podem encontrar-se a partir das seguintes considerações: que a emigração italiana é um processo diacrónico, que de um lado se delinea ao longo de um arco cronológico ampliado (ou seja, para aquém e para além da grande diáspora migratória da fase pós-unificação) e do outro se enquadra nos diversos contextos histórico-políticos dos seus territórios.

À luz disso, as épocas moderna e contemporânea (séculos XVI-XIX) viram trabalhadores do reino de Nápoles emigrar para Espanha e para as colónias espanholas pelas relações políticas e culturais existentes entre os dois reinos,⁹⁰⁴ como se pode facilmente deduzir, a mobilidade rumo à Península Ibérica deste tipo de trabalhadores levou-os também a desembocar em território lusitano, onde encontram espaços de prestação de serviços e de lucros. Encontramos prova documental deste quadro hipotético num despacho de 1826 enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros das Duas Sicílias para os cônsules espanhóis e onde, comentando questões relativas à presença de caldeireiros por terras ibéricas, se recorda como «[...]è da gran tempo che i ramai, ossieno i calderai esercitano

⁹⁰³ SANFILIPPO, Matteo, «Cronologia e storia dell'emigrazione italiana», *Studi Emigrazione/Migration Studies*, XLVIII, 183 (2011), Roma, CSER, p. 358.

⁹⁰⁴ ID., «Cronologia e storia dell'emigrazione italiana», *Studi Emigrazione/Migration Studies*, XLVIII, 183 (2011), Roma, CSER, p. 359.

il loro mestiere ne[i] paesi esteri. Essi utilizzano le loro braccia e ritornano in seguito in seno delle loro famiglie co[i] risparmi che han fatto».⁹⁰⁵

Ou seja, não temos dúvida de que se trata de uma mobilidade que remonta pelo menos ao século XVIII. A este respeito, e para definir um quadro etiológico mais completo, acrescentamos o que já evidenciou em várias ocasiões um outro importante estudioso de fenómenos migratórios como Giovanni Pizzorusso, ou seja, que a emigração destas figuras tão peculiares (além de caldeireiros e figuristas podemos encontrar outros perfis artesanais, como os ourives), procedentes essencialmente de zonas serranas, está subordinada a uma problemática agrária fundamental (para além da procura de um mercado mais amplo, onde pudessem aplicar as próprias habilidades).

Figura 2. A província de Basilicata no espaço do reino das Duas Sicílias



⁹⁰⁵ ASN. *Ministero degli Esteri*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692, fl. s. n. (em 26/10/1826).

Na verdade, estes trabalhadores procuravam trabalho emigrando nas épocas do ano em que se reduziam ou suspendiam os cultivos (por exemplo, no Inverno), em que estavam forçados a uma situação de inactividade. Emigrando além-fronteiras por um período médio (em alguns casos durante anos, como veremos), convertiam-se em pequenos artesãos ambulantes,⁹⁰⁶ que prestavam os seus serviços nas comunidades em que estes escasseavam. Esta dinâmica define uma mobilidade dentro de um espaço médio-breve, que por sua vez estabelece as bases para o outro (e grande) fenómeno migratório de oitocentos, rumo ao «novo mundo». Isto porque os locais de destino — como, neste caso, Portugal — «[...] saranno a loro volta luoghi di partenza per spostamenti più lunghi quando, nel XIX secolo, la velocizzazione dei trasporti e l'urbanizzazione favoriranno una modifica nella percezione della distanza e un'intensificazione della mobilità stessa».⁹⁰⁷

Assim, a característica mais evidente da emigração de caldeireiros «napolitanos» para Portugal é o facto de ser sazonal, tipicidade que é coerente com o estatuto histórico e económico do próprio trabalho, tratando-se de uma actividade que até há poucas décadas atrás — quando desapareceu — se distinguiu por ser substancialmente ambulante (característica que perde no decorrer do século XX, com a assimilação de uma nova organização do trabalho que fixa a produção nas oficinas, mantendo itinerante o momento da venda, efectuada nas feiras).

Contudo, a emigração dos caldeireiros (estanhadores/funileiros) apresenta-se como um fenómeno que tem marcado a história social das comunidades de origem, criando uma ligação entre aquela realidade provinciana e o mundo português (ligação que, a partir dos anos sessenta, se estenderá ao Brasil). Ao mesmo tempo, e no período cronológico que é objecto da nossa análise, esta cruza-se com as vicissitudes políticas do miguelismo (facto que faz dela um caso de estudo interessante no desenvolvimento da nossa análise). Apesar de constituírem uma forma de proletariado rural (devido às suas origens sociais que assentam nas realidades camponesas daquela província marginal do reino napolitano), também eles acabam por ser vítimas do paradigma que faz corresponder o estrangeiro ao liberal. Em consequência disso, tornam-se alvo de perseguições e detenções.

Os registos de estrangeiros presentes em território português na terceira década do século XIX atestam a presença de caldeireiros procedentes também de outros distritos do reino das Duas Sicílias; porém, a anotação geral de «napolitanos» não ajuda, em muitos

⁹⁰⁶ PIZZORUSSO, Giovanni, «Migrazioni di lavoro: la penisola italiana in età moderna», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo (acura di), *Storia d'Italia. Annali 24. Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, p. 50.

⁹⁰⁷ *Ivi*.

casos, a identificação certa da proveniência.⁹⁰⁸ Contudo, a emigração dos trabalhadores do cobre diz respeito particularmente à antiga província (hoje região administrativa) da Basilicata, que sem dúvida constitui o caso mais significativo. Mais especificamente, a sua zona sudoeste, conhecida como *Lagonegrese* (figura 2), é aquela que historicamente tem albergado essa arte; ainda hoje existe uma presença residual, enquanto no resto do território já desapareceu por completo.⁹⁰⁹

Na altura, eram as condições de falta de trabalho, de recursos e de terra por trabalhar (o referido problema agrário) que levavam ao surgimento e ao desenvolvimento desta forma de emigração tão específica: os mestres caldeireiros organizavam-se em grupos constituídos por familiares ou colaboradores e, embarcando nos portos de Nápoles ou de Génova (aonde chegavam após terem desenvolvido actividade ambulante ao longo de toda a Península Itálica), chegavam às costas espanholas, particularmente aos portos de Tarragona e Barcelona. Aqui, o fluxo dividia-se em duas direcções: de um lado, os que ficavam em território espanhol; do outro, os que iam ocupar espaço de mercado em território português. A passagem da fronteira entre Espanha e Portugal acontecia em vários pontos, com preferência pela via de Badajoz, cidade onde se encontrava um vice-cônsul napolitano.

⁹⁰⁸ Ver anexos XVIII e IX.

⁹⁰⁹ Sobre o desenvolvimento histórico (do passado ao presente) desta profissão naquela área do sul de Itália, e a sua função no quadro da emigração histórica italiana, veja-se CASSINO, Carmine, «Un caso lucano di emigrazione di mestiere: i ramai della valle del Noce, tra passato e presente», *Rapporto Italiani nel Mondo 2015*, Fondazione Migrantes, Todi, Tau Editrice, 2015, pp. 367-374.

A própria divisão é interessante devido à reprodução em terras ibéricas de dinâmicas de organização do espaço comercial já aplicadas no território de origem. De facto, são duas as comunidades que fornecem o maior número de emigrantes caldeireiros para a Península Ibérica: as das vilas de Rivello e de Trecchina. Até aos anos sessenta do século XIX, os trabalhadores



Figura 2. Área de proveniência dos caldeireiros

destas duas realidades dividiam as zonas para o exercício das suas actividades ambulantes e a comercialização das suas manufacturas. Investigando a emigração oitocentista, deparamo-nos com a divisão dos fluxos entre o destino espanhol (os de Rivello) e português (os de Trecchina). Os mestres caldeireiros procedentes de Rivello acabam por constituir, ao longo do tempo, comunidades residentes na região de Castilla-la-Mancha; entre os exemplos mais importantes destaca-se o da cidade de Hellin (província de Albacete), onde tal presença foi tão relevante que ainda hoje, entre a população residente, abundam os apelidos de origem italiana. Aliás, há marcas importantes na toponímia urbana desta localidade, havendo ruas e praças dedicadas aos caldeireiros de Rivello. Enfim, esta presença secular tornou a cidade de Hellin num dos centros espanhóis mais importantes para as manufacturas em cobre, essencialmente para uso doméstico (utensílios de cozinha, pratos, panelas, sertãs, aquecedores, galheteiros, etc.), mas também para uso fabril (caldeiras, canos, alambiques e outros instrumentos para a destilação).⁹¹⁰ Para além disso, em toda esta região está presente a produção de arte sacra (cálices e crucifixos em cobre, finamente desenhados), proveniente daquele artesanato italiano.

⁹¹⁰ Sobre o caso desta comunidade, destacam-se as intervenções de Juan Villena Pérez, sobretudo na imprensa periódica (<<http://archivomunicipaldehellin.blogspot.it/2013/08/caldereros-de-rivello.html>>). Todavia, falta ainda um estudo de cariz científico sobre este conjunto de emigrados que, desde finais do século XVIII, se instalam na província de Albacete.

Consequentemente — embora não existam actualmente provas concretas — não se pode excluir que também em Portugal houvesse uma influência na produção de objectos sacros, aquando da passagem destes artesãos.

Falámos de «passagem» porque a emigração dos mestres caldeireiros da vila de Trecchina para Portugal assume um carácter mais temporário, embora não faltem exemplos de permanência, mediante casamento *in loco* e desenvolvimento de actividades fabris ou comerciais (os produtos fabricados são aqueles que referimos no parágrafo anterior).

A confirmação das origens de muitos deles provém dos registos paroquiais conservados na igreja matriz deste concelho, onde encontramos correspondência das identidades de todos aqueles cujo registo é referido nas listas dos estrangeiros residentes em Portugal e Lisboa nos anos vinte do século XIX.⁹¹¹ Contudo, e como já evidenciámos repetidamente, trata-se de uma figura profissional ambulante, que atravessa o país inteiro para vender os seus objectos ou reparar utensílios velhos ou estragados (actividade típica do estanhador/funileiro, que colocava o estanho nas partes partidas ou que apresentavam azinhavre, tóxico em caso de ingestão).

Um testemunho interessante desta presença no reino de Portugal é dado precisamente por um exilado cujas memórias abordámos já ao longo do nosso texto. Com efeito, Giacinto Provana di Collegno, ao abandonar Lisboa em 1823, deixa esta recordação: «Tre leghe ancora e siamo a Cuba [...] cenava con noi un altro viandante conosciuto dall'oste, un calderaio, figlio di un padre italiano, un mezzo paesano nostro».⁹¹² Collegno não revela a origem regional deste filho de pai italiano, mas podemos supor que se trata de um napolitano (os caldeireiros registados naqueles anos são todos das Duas Sicílias, como atestam as listas que referimos anteriormente).

Outro testemunho importante desta presença tradicional em território português é fornecido pelo próprio vice-cônsul napolitano em Lisboa, Giuseppe Calleja, que em Maio de 1826 invoca a intervenção do governo das Duas Sicílias para tentar resolver a questão de um grupo de caldeireiros, expulsos de Portugal no final do ano anterior e que, proibidos de voltar a entrar no reino, encontraram o único apoio no vice-consulado napolitano em Badajoz. Calleja dá a conhecer como

⁹¹¹ Cf. CASSINO, Carmine, *op. cit.*, passim.

⁹¹² COLLEGNO, Giacinto Provana di, «Diario di un viaggio in Spagna nel 1823», *Il Cronista*, 1856, n. VII, p. 44.

«gli individui [...] calderai d'occupazione, e soggetti a Sua Maestà Siciliana [...] facevano conoscere che dopo una dimora di molti anni in quel regno, guadagnandosi da vivere girando di paese in paese e lavorando del loro mestiere, per un ordine imprevisto del Signor Intendente Generale di Polizia, sono stati espulsi fuori dal Regno senza sentirsi colpevoli di sbaglio, tale da provocare una tale misura nei loro confronti».⁹¹³

A expulsão deve-se provavelmente às medidas de protecção adoptadas pelo rei D. João VI logo após a Abrilada, e que visavam reforçar o controlo das fronteiras portuguesas devido à grande movimentação política que naquela fase se vivia entre os dois reinos e que — como vimos acima no subcapítulo 3.2. — era do interesse das duas facções políticas contrapostas.

Os caldeireiros — que nesta circunstância são confundidos com emigrados liberais ou, mais simplesmente, podem ter sido vítimas de prepotência policial ou de alguma forma de “desforra” pelo facto de serem trabalhadores estrangeiros — sofrem um prejuízo enorme: perdem os seus lucros e os instrumentos de trabalho. Proibidos de reentrar no reino, não conseguem recuperar os seus proveitos. Uma situação que chega até a mobilizar o embaixador napolitano em Madrid, Antonio Statella di Cassaro, que protesta perante o encarregado de negócios português (Joaquim Severino Gomes) na capital espanhola e depois (através do consulado) com o governo de Lisboa, pela atitude reservada a estes pobres artesãos. No mês de Junho seguinte, o diplomata napolitano escreve ao seu ministro dos negócios estrangeiros, Luigi De' Medici, denunciando mais uma vez como estes caldeireiros ambulantes em Portugal «[...] erano stati espulsi da quel Regno senza sapere attribuire la causa ad alcuna loro colpa e domandandomi che avessi fatto loro ottenere il permesso di rientrare in Portogallo, dove avanzavano delle somme, ed avevano lasciati loro utensili».⁹¹⁴ Os apelidos dos desventurados (Lamberti, Mensitiere, Martone, Maimone) têm origem na área sudoeste da Basilicata, e as suas identidades estão confirmadas, mais uma vez, nos registos paroquiais das vilas localizadas naquela zona do sul da Península Itálica.⁹¹⁵

⁹¹³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», fasc. s.n. («Duas Sicílias, 1826»), cx. 241, fl.7; *Intendência Geral da Polícia*. «Decretos, avisos e portarias sobre matérias de Polícia», mç. 53 (cx. 94), fl.155 (em 05/05/1826).

⁹¹⁴ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi 1817-1829», busta 2692, fl. 691 (em 12/06/1826).

⁹¹⁵ CASSINO, Carmine, *op. cit.*, passim.

Os protestos de Statella di Cassaro encontram resposta por parte das autoridades portuguesas: o novo enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Madrid, o conde de Vila Real, faz chegar às mãos do representante napolitano uma nota do intendente geral da Polícia, onde se comunica que

«[...] esistendo de' ben fondati sospetti, che gli individui di tale professione erano, in generale, agenti, o spie de[i] ladri che disgraziatamente infestano le provincie, si prese in questa intendenza la misura, anche in generale, di andar espellendo dall'interno del Regno questi vaganti; e malgrado che non occorra niente in particolare contro coloro [...] mi sembra di essere un pretesto inverosimile quello che allegano, onde di nuovo si permetta loro l'ingresso».⁹¹⁶

Ou seja, um «pretexto inverosímil» que é bem evidente aos olhos das próprias autoridades napolitanas: os caldeireiros tinham sido considerados agentes da ladroagem que infestava as regiões fronteiriças. Nesta definição pode-se ler quer a suspeita de que se tratava de emissários de algum grupo político interessado em atravessar a fronteira para se dirigirem ao território português, quer um «pretexto inverosímil» para os afastar dos negócios que desenvolviam em Portugal. Por outro lado, é o próprio governo napolitano a alimentar a suspeita que, por detrás das tentativas de insurreição que dizem respeito ao reino das Duas Sicílias naqueles anos, existam emissários políticos sob identidade disfarçada, enviados pelo comité dos exilados italianos em Londres, interessados em organizar outras insurreições no «Piemonte, Portogallo e Spagna, servendosi di sedicenti commessi viaggiatori».⁹¹⁷ Do mesmo modo, sabemos que, já desde o século XVIII, na Península Ibérica o próprio ofício de caldeireiro era visto como meio de difusão de ideias revolucionárias. Como atestam crónicas coevas, os caldeireiros eram vistos como arautos das ideias jacobinas no estrangeiro aquando da revolução francesa: por exemplo, pode-se ler na *Gazzetta Universale* de Agosto de 1791, que na Espanha daquele tempo o rei Carlos IV obrigou todas as comarcas do reino a um grande e preciso levantamento de todos os estrangeiros presentes no reino, porque estava preocupado com a introdução nos seus territórios das “detestáveis máximas” revolucionárias, em particular «[...] per mezzo di calderai, arrotini, ed altri, che esercitano delle professioni vagabonde girando per tutta

⁹¹⁶ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi 1817-1829», busta 2692, fasc. s.n., fl. s.n. (em 20/08/1826).

⁹¹⁷ GALASSO, Giuseppe, *op. cit.*, p. 365.

la Spagna in un numero che si è prodigiosamente accresciuto». ⁹¹⁸ Ou seja, no imaginário político a figura do caldeireiro era já há algum tempo associada à do “agente revolucionário”; imagem que reforça os “pretextos inverosímil” com que é atacada toda uma categoria.

Contudo, a atitude face a este grupo de trabalhadores — embora se tratasse de gente pobre, pequenos artesãos sem nenhum poder de negociação ou capacidade corporativa como, por exemplo, os comerciantes — cria um verdadeiro «caso» diplomático, chegando a despertar até o interesse do soberano em Nápoles, Francesco I. A este último, em Outubro de 1826 o Ministério dos Negócios Estrangeiros divulga que

«ciascun governo è certamente padrone di dare nel proprio Stato quelle disposizioni che crede più convenienti. Queste però non possono generalizzarsi a pegno che si offenda la buona corrispondenza tra due stati amici. È da gran tempo che i Ramai, ossia i Calderai esercitano il loro mestiere ne’ paesi esteri. Essi utilizzano le loro braccia e ritornano in seguito in seno delle loro famiglie co[i] risparmi che han fatto». ⁹¹⁹

Esta passagem é muito importante porque confirma vários elementos: em primeiro lugar, que o governo napolitano considerava a regência portuguesa — apesar da constituição recentemente outorgada — um governo «amigo», devido à preocupação pela grande concentração de liberais italianos na capital portuguesa, e que conduz à nomeação de um novo cônsul (Francesco Stella, em 1826) e de um novo encarregado de negócios (Antonio Pignatelli, em 1827, juntamente com o reconhecimento oficial da própria regência); em segundo lugar, que a emigração dos caldeireiros para o estrangeiro, e nomeadamente para Portugal, era uma dinâmica antiga que permitia o sustento de muitas famílias graças aos lucros que esta actividade lhes proporcionava, e que eles próprios traziam regressando às comunidades de origem ou, em alternativa, que entregavam a conterrâneos ou familiares que regressavam mais cedo.

O rei ordena a transferência desta tarefa para o novo encarregado junto da regência, o príncipe Pignatelli, cujos esforços porém não surtem qualquer efeito: os caldeireiros são banidos do território português, sem qualquer possibilidade de voltarem para recuperar dinheiro e instrumentos de trabalho. A aversão contra esta figura ambulante sofre um

⁹¹⁸ Citação presente no n. 66 de 16/08/1791, em *Gazzetta Universale, o sieno notizie istoriche, politiche. Di scienze, arti, agricoltura, etc.*, vol. XVIII (1791), [s.l.], [s.n.], p. 521.

⁹¹⁹ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all’estero. Lisbona – Diversi 1817-1829», busta 2692, fasc. s.n., f.l. s.n. (em 26/10/1826).

agravamento nos anos de domínio miguelista. Já em finais de Agosto de 1828, um bom grupo deles (Biagio Brandi, Francesco Vita, Giuseppe Plato, Michele Martino, Pietro Iannino, Pasquale Laino, os nomes que conseguimos identificar) é preso em Sacavém, sem uma acusação específica. Estes homens são logo conduzidos para a cadeira do Limoeiro.⁹²⁰ Após este episódio, outros sete caldeireiros são presos na Beira Alta, mais precisamente em Arganil (quatro) e em Viseu (três). Logo após a sua detenção, é-lhes subtraída a quantia de «200 ducati in oro», com a acusação de que estes eram fruto de roubos ou aldrabices (ou seja, o mesmo «pretexto inverosímil» que tinha levado à expulsão dos outros em 1826); tratava-se, plausivelmente, do lucro do seu trabalho, «[...] in quattro anni di incessante sacrificio e vita miserabile»⁹²¹ (outro elemento fundamental na reconstrução desta dinâmica migratória que, pelos vistos, podia durar para além do período de não produtividade agrária no ano solar). Acabam por ser todos expulsos do reino.

Outras detenções são feitas nos primeiros meses de 1829. A situação torna-se de tal maneira insustentável que o cônsul Stella, desesperado com a multiplicação dos casos e com o intenso e profuso empenho em auxílio dos seus compatriotas, é obrigado a referir-se novamente ao governo napolitano, desta maneira: «non ho creduto prima d'ora annoiare con rapporti e dettagli di quanto sono stato costretto a fare fin dallo scorso anno in coadiuvazione [em ajuda, *nda*] di regi sudditi, che nell'istessa guisa degli altri esteri qui residenti, e nelle province sono stati soggetti, e lo sono tuttavia, alle continue vessazioni di questo governo».⁹²²

A actividade diplomática de Stella é tenaz: ao lado dos outros agentes dos governos italianos (como os cônsules do reino de Sardenha) tenta percorrer todas as instâncias na tentativa de procurar uma solução para os casos judiciais que dizem respeito aos súbditos napolitanos, de tal forma afectados que, em 1830, perante a uma situação fora de controlo, chega a dirigir-se nestes termos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português: «[...] as últimas justas queixas, que me vi obrigado de lhe fazer, relativas aos

⁹²⁰ ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1823-1830», liv. 240, pp. 29, 41, 68, 119, 144, 174. Sempre em Sacavém, em Dezembro daquele ano, é preso outro trabalhador italiano, Salvatore Savignoni, cuja profissão não é indicada (liv. 240, p. 184). Está confirmado que se trata de caldeireiros da área sudoeste da Basilicata pelos já referidos arquivos paroquiais, nomeadamente: Trecchina. Archivio Parrocchiale di San Michele Arcangelo (doravante APSM). *Libro VII dei Battezzati (1767-1801)*; *Libro VIII dei Battezzati (1801-1833)*; *Libro VI dei Morti (1801-1846)*; *Libro III dei Matrimoni (1801-1846)*.

⁹²¹ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692, fasc. s.n., fl. s.n. (em 13/06/1829).

⁹²² *Ibidem*.

continuados maos tratamentos, que sem razão nenhuma se deo até agora aos subditos do meu Augusto Amo [...] se faz bem horroroso o ver punidos os inocentes estrangeiros subditos do meu Rey, em lugar de serem punidos os que cometerão falta [...] maus tratamentos tao escandalosos».⁹²³

Contudo, o seu contacto directo com a intendência geral da Polícia permite-lhe perceber as razões de fundo das dinâmicas repressivas do miguelismo em relação aos forasteiros. De facto, num despacho enviado para Nápoles no Verão de 1829, relata as palavras que lhe dirigira o intendente da Polícia, que lhe tinha manifestado que era como se fosse «[...]volontà di S. M. che i forestieri non vadano erranti nelle provincie del suo Regno per scroccare [cravar, *nda*] vivere a spese de' suoi sudditi! [...]non voler S. M. che i forestieri co[i] loro ciarlatanismi e loro commercio pericoloso venghino a prendere il denaro de' portoghesi».⁹²⁴ O que perturba particularmente o cônsul napolitano é o carácter indiscriminado da repressão, que «senza voler sentir ragioni» se abate indistintamente também sobre aqueles que, simplesmente, exerciam honestamente os seus mesteres.⁹²⁵ A maioria era constituída por caldeireiros. A posição do governo napolitano, confirmada pelo rei, mantém-se firme: embora por um lado se reconheçam as dificuldades do momento político da monarquia lusitana, por outro exorta-se o cônsul em Lisboa a defender em qualquer caso os súbditos napolitanos, vítimas de ataques e roubos arbitrários, apesar de estarem a ganhar a vida honestamente.⁹²⁶

Ao assumir esta posição, o governo napolitano tomava consciência de uma realidade demasiado evidente aos olhos da diplomacia internacional: que em Portugal havia uma situação persecutória em relação aos estrangeiros, que não poupava os súbditos daqueles estados que, por proximidade ideológica, não eram antagonistas ao miguelismo, embora não chegassem a reconhecê-lo oficialmente (no subcapítulo anterior tentámos explicar esta conduta com a necessidade, por parte do governo de D. Miguel, de criar na primeira fase da sua governação um amplo consenso interno, baseado numa espécie de populismo

⁹²³ ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas», cx. 241, mç. s.n. («Consulado de Nápoles, 1830»), fl. 6.

⁹²⁴ ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692, fasc. s.n., fl. s.n. (em 19/06/1829).

⁹²⁵ *Ibidem*.

⁹²⁶ «Le circostanze del Portogallo sono difficili, ed in conseguenza possono esigere del rigore pei forestieri; ma questo non può regolarmente portarsi tanto oltre quando si tratta di persone ch'esercitano il mestiere. E che colla loro condotta non han dato motivo né di sospetto, né di rimprovero. Deve perciò inculcarsi al console Stella di proteggere i reali sudditi, quali onestamente si van procacciando da vivere, e di far loro restituire il denaro che a taluni di essi si han preso» (ASN. *Ministero degli Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi [1817-1829]», busta 2692, fasc. s.n., fl. s.n. [em 02/07/1829]).

que alimentava um discurso xenófobo contra o estrangeiro liberal e ladrão do trabalho dos portugueses). As detenções e expulsões de trabalhadores napolitanos (entre os quais muitos caldeireiros da Basilicata) continuam até 1832 quando (como vimos no subcapítulo 3.2) cessam substancialmente, devido à viragem estratégica do governo miguelista numa fase em que se tenta normalizar o quadro das relações diplomáticas com os governos europeus, sobretudo com aqueles que não tinham manifestado uma nítida contraposição ideológica ao partido da «usurpação» (e o governo napolitano encontrava-se entre estes).

Para além dos casos mencionados de Sacavém e da Beira Alta, verificam-se outras detenções de caldeireiros em Coimbra, Castelo Branco, Tomar, Alverca, Alenquer,⁹²⁷ todos locais atravessados por estes artesãos nas suas deslocações em todo o território português, percorrido por toda a parte para oferecer o seu ofício e desenvolver um pequeno comércio ambulante. Temos a certeza de que investigações futuras e mais concretas pelos arquivos do país poderão contribuir para a reconstrução de um quadro histórico-social desta experiência ainda mais completo.

A emigração em Portugal de caldeireiros e funileiros da Basilicata (e, mais especificamente, da sua área sudoeste) não é interrompida após esta fase difícil que abrange grande parte das comunidades estrangeiras presentes em território lusitano nos anos em que o miguelismo esteve no seu auge (1828-1832). Pelo contrário, constituirá um fluxo constante até pelo menos aos anos sessenta (coincidindo com a unificação nacional italiana) e representando um caso de estudo extremamente interessante no que diz respeito aos fenómenos migratórios da primeira metade do século XIX. Isto porque representa uma antecipação — numa medida mais contida — da grande diáspora italiana que se seguirá ao surgimento do Estado nacional italiano em 1861. De facto — e confirmando mais uma vez a opinião de Giovanni Pizzorusso, tal como foi relatada no princípio deste subcapítulo — Lisboa transforma-se num porto de embarque para muitos

⁹²⁷ Para os casos referidos veja-se ANTT. *Intendência Geral da Polícia*. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte, 1823-1830», liv. 240, pp. 29, 41, 51, 191, 198; os registos dizem respeito a nomes (Carmine Vita, Vincenzo Pesce, Vincenzo Palermo, Giuseppe Pignataro) cuja procedência é claramente localizável na área dita de *Lagonegrese*. Os arquivos paroquiais da vila de Trecchina restituem elementos essenciais para a reconstrução da peregrinação profissional dos caldeireiros por terras portuguesas, nomeadamente os certificados de óbito que atestam como estes homens faleciam nas localidades mais variadas, no exercício do seu ofício. Para darmos alguns exemplos, recordamos o caso de Pietro Grisi, falecido e enterrado na igreja matriz de Aldeia Galega da Merceana (APSM. *Libro VI dei Morti [1801-1846]* fl. 106); ou de Nicola Francesco Vecchio, falecido por cólera em 1834 na localidade de Fornos, «provincia di Veravascia [Beira Baixa, *nda*] in Portogallo sotto il Vescovato di Ave[i]ro, Giustizia di Coimbra» (APSM. *Libro VI dei Morti [1801-1846]*, folha solta).

daqueles (na sua maioria trabalhadores do cobre) que vinham a Portugal para fazer os seus negócios. Por exemplo, as primeiras emigrações de italianos para o Brasil na fase anterior à unificação nacional fazem-se a partir de Lisboa (como atesta também o exemplo dos trezentos presos napolitanos que referimos no segundo capítulo, embora constitua um caso de deportação). Entre estes homens há também vários *lucani* (ou seja, habitantes da Basilicata) que desta maneira começam a espalhar-se por toda a América Latina.

Este processo insere-se no quadro teórico que apresentámos no início desta última parte, e onde defendemos que as relações entre realidades culturais afins (tal como eram, linguística e historicamente Portugal e o Brasil no século XIX) favoreceram o estabelecimento da circulação de pessoas, conhecimentos e técnicas. Neste sentido, para os italianos a Península Ibérica representava um lugar que era como que uma ponte entre a Europa e o novo mundo. Assim sendo, os artesãos do cobre aproveitam o espaço luso-brasileiro para exportar a sua sabedoria para além do Oceano, contribuindo juntamente com outras categorias profissionais para o crescimento das economias subtropicais, que a partir dos anos setenta acolhem milhões de emigrantes europeus. Antes desta fase de cume migratório, vários caldeireiros *lucani* embarcam de Lisboa rumo ao Brasil. Naquela terra longínqua reiteram a sua actividade ambulante,⁹²⁸ até ao momento em que se começam a fixar na região de Bahia, que se torna um lugar de preferência para a emigração procedente da Basilicata e da Calábria.⁹²⁹ Os caldeireiros do *Lagonegrese* estabelecem-se ao longo do rio De Contas, que banha grande parte daquele Estado. O desenvolvimento das suas actividades dá lugar a uma cadeia migratória que leva mais pessoas daquela realidade italiana para o Brasil; será um fluxo tão ingente que em 1880 os emigrantes de Trecchina, muitos dos quais tinham passado antes por um período de estadia em Portugal, fundarão a cidade de Jequé.⁹³⁰ Porém, a ligação entre aquela área marginal do sul de Itália e Portugal não é interrompida: até aos anos trinta do século XX pequenos grupos de *lucani* continuam a emigrar para Portugal, permanecendo essencialmente na capital, onde organizam os seus negócios de forma mais estruturada do que os seus antepassados. Um caso exemplar é o de Francesco D’Onofrio, «*trecchinese*

⁹²⁸SCHETTINI, Pasquale, *Trecchina nel passato e nel presente*, Tipografia Ferrari, Alessandria, 1947, p. 12.

⁹²⁹ Cfr. CAPPELLI, Vittorio, «Verso le Americhe. All’origine dell’emigrazione transoceanica in Calabria e in Lucania», *Apollinea*, n. 6 (nov-dic. 2006), p. 34.

⁹³⁰Cfr. MAROTTA, Carlos, MAROTTA, Carmine, *Casa Confiança. Storia della fondazione di Jequié*, Carmignano, Attucci Editrice, 2003; CAPPELLI, Vittorio, *La presenza Italiana in Amazzonia e nel Nordest del Brasile tra Otto e Novecento*, in «Maracanán», vol. 6, n. 6 (2010), Rio de Janeiro, PPGH-UERJ, pp. 123-146.

illustre» e cavalheiro da monarquia italiana, comerciante de sucesso de produtos de cobre, benfeitor para a sua pátria distante, dono de uma oficina de caldeireiros na Rua da Boavista, número 54. Apesar de ter falecido nos anos trinta do século XX, o exercício comercial manteve-se até há poucas décadas atrás. Naquele local existe actualmente uma actividade semelhante, memória pálida de uma Lisboa onde outrora foram bem evidentes os rastros de uma presença italiana integrada no tecido socioeconómico da cidade.

Para concluir este nosso estudo, sublinhamos mais uma vez que são muitos os casos de perseguição que afectam súbditos italianos em Portugal entre 1828 e 1832; ou seja, até ao início da Guerra Civil, que muda de facto a condição destes trabalhadores, como vimos essencialmente comerciantes e artesãos, cuja posição na estrutura económica do reino os torna mais expostos à estratégia do regime, que os ataca caminhando para uma mais do que latente xenofobia popular, como perspectiva propagandística.

Não escapam à perseguição os trabalhadores de condição modesta, tais como os caldeireiros vindos do Reino das Duas Sicílias, cuja emigração social oitocentista para Portugal é constituída predominantemente por elementos pertencentes às camadas mais baixas da população (com excepção de artistas e músicos que, como vimos na primeira parte, também aqui chegam durante estes anos convulsos). Enquanto para os comerciantes a perseguição judiciária acaba normalmente no julgamento, no caso dos trabalhadores «napolitanos» a medida que normalmente se segue às detenções é, pura e simplesmente, a expulsão do reino. Nos dois casos, delinea-se o objectivo de golpear interesses económicos desta importante parte da emigração italiana em Portugal. Perante tal situação de crise, os italianos são levados a fazer «frente comum»: esboça-se, desta maneira, uma identidade que irá constituir, muitas décadas depois, a mais definida nação italiana.

Considerações finais

O ano de 1832 marca o começo da Guerra Civil em Portugal, em que se defrontam cada um dos exércitos dos dois irmãos Bragança: de um lado D. Pedro IV, ao comando do “exército libertador” que visa restabelecer no reino o sistema constitucional suspenso em 1828; do outro, o exército regular do “usurpador” D. Miguel, defensor do absolutismo régio e expressão de todo um sistema de amplo tradicionalismo, inimigo de qualquer constituição e representação político-electiva da sociedade portuguesa. De um lado e do outro participam também muitos estrangeiros, em defesa de uns ou de outros valores. A este respeito — na expectativa de futuros estudos que possam fornecer novos e maiores elementos em relação à “internacional contra-revolucionária” ao serviço do partido miguelista —reparámos na relevância da presença italiana no exército constitucional: também neste âmbito se manifesta a “internacional liberal” que não é apenas um meio de contribuição militar, mas também área de cultivo de toda uma série de ideias políticas que se reproduzirão em todo o continente nas décadas seguintes.

Revela-se particularmente significativa a experiência e participação dos liberais italianos nesta parte do conflito. São numerosos os voluntários que, refugiados nos vários países da diáspora do exílio (Inglaterra, França, Bélgica), intervêm na campanha que tem o seu início na Ilha Terceira. Sucessivamente, a iniciativa militar desloca-se para a parte continental do país, com desembarque na costa do norte (em Julho daquele ano). Depois prossegue com a tomada da cidade do Porto, para continuar com um conjunto de operações bélicas que levam à vitória sobre as forças miguelistas (convenção de Évora Monte, em Maio de 1834). Já no início do século passado os estudos de Campos Lima⁹³¹ tinham evidenciado o valor da intervenção italiana e a capacidade estratégica dos seus batalhões, assim como o seu empenho e coragem. Mais recentemente, Grégoire Bron reconstruiu de forma completa os perfis biográficos e militares daquele conjunto de homens,⁹³² conseguindo também distinguir entre o voluntarismo ideologicamente mais animando e o mais afectado por um certo profissionalismo, que em vários casos chega a

⁹³¹ LIMA, Henrique Ferreira de Campos, *Batalhão de voluntários franceses de Ramorino ou Peniche*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934; «Legião Polaca ou Legião da Rainha Dona Maria Segunda. Breve notícia», in AHM, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 6, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1936; *Uma companhia italiana no Exército Libertador*, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1937.

⁹³² BRON, Grégoire, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie. Les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*, tome III, Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

manifestar-se em formas de evidente mercenarismo, devido à condição emergencial ditada pela vida no exílio.

Contudo, e conforme frisámos no capítulo I, a nível historiográfico a presença italiana em Portugal nos anos trinta centrou-se sobretudo nesta intervenção militar. Para muitos daqueles voluntários, tal experiência representa um “treino” de experimentação da consciência nacional, e um campo de estratégias que seriam úteis nas lutas para a independência nacional italiana. No final dos anos setenta do século passado, um livro pioneiro no estudo da emigração liberal italiana em Portugal evidenciava como a Guerra Civil representou um momento de formação ideológica fundamental para alguns, entre os quais se encontravam futuros representantes políticos do Estado nacional italiano.⁹³³ A estadia destes homens no país ibérico prolonga-se até meados daquela década, quando quase todos, perante a normalização da situação política portuguesa (pelo menos sob o ponto de vista da ordem pública), passam a combater nas filas dos isabelistas na guerra constitucional espanhola (I Guerra Carlista, 1833-1840).⁹³⁴

Assim, enquanto se sublinhava a importante contribuição italiana nos eventos bélicos que interessam à Península Ibérica, ignorava-se substancialmente a outra vertente da presença italiana em Portugal nos primeiros trinta anos do século XIX: toda a comunidade residente que tentámos estudar à luz da História, devolvendo-lhe o seu lugar e o seu papel tanto no quadro histórico geral, como na sociedade de acolhimento. Esta é a perspectiva que o nosso trabalho quis introduzir de forma sistematizada num campo de estudos que se tem desenvolvido nos últimos anos: propor uma leitura da emigração política nas suas implicações com a emigração de carácter socioeconómico. Isto concretiza-se num conjunto de questões às quais tentámos responder: representar o plano de intersecção entre as migrações políticas e não políticas; individualizar os momentos e as práticas de interacção entre os exilados e as comunidades quer de proveniência, quer de chegada; ligar as dinâmicas que animam estas comunidades ao processo de surgimento

⁹³³ Veja-se o estudo de Paola Casana Testore sobre o liberal Giacomo Durando, combatente em Portugal durante a Guerra Civil e futuro ministro do reino de Itália: *Giacomo Durando in esilio (1831-1847)*. *Belgio, Portogallo e Spagna nelle sue avventure e nei suoi scritti*, Torino, Istituto per la storia del Risorgimento italiano, 1979.

⁹³⁴ A I Guerra Carlista travou-se entre os partidários de Carlos de Bourbon (ditos “carlistas”) e de Isabel II de Espanha (“isabelistas”). O conflito desencadeou-se no momento em que Carlos, natural herdeiro ao trono antes da revogação da lei sálica (permitindo à sua sobrinha Isabel aceder ao trono), perdeu o direito à sucessão. Como em Portugal, a guerra adquiriu rapidamente o carácter de uma luta mais ampla do que uma pura questão dinástica, delineando-se como confronto entre os apoiantes de um sistema absolutista (carlistas) e constitucional (isabelistas). A partir de 1836, quase todos os italianos que tinham participado na Guerra Civil portuguesa nas fileiras do exército liberal passam a combater ao lado dos isabelistas, por questões ideais mas também de interesse “profissional”, no momento em que o novo governo de D. Maria II procede à liquidação das suas posições dentro do reconstituído exército português.

de um sentimento de identidade partilhada, embrião da futura identificação numa nacionalidade que o exílio político tenta preceder e percorrer; tentar definir os moldes de uma dimensão sócio-cultural de encontro e osmose (a luso-italianidade); considerar a própria emigração política como um fenómeno com valor social.

A nossa atenção centrou-se no espaço geopolítico português, mas este modelo pode ser obviamente replicado em qualquer outro lugar europeu e extraeuropeu para onde se dirigiu a emigração liberal (tanto italiana como continental). Trata-se de uma perspectiva que, no âmbito dos estudos da emigração italiana, tem sido aplicada particularmente no que diz respeito às migrações de carácter político que tiveram lugar em Novecentos (nomeadamente, as que se realizaram durante a época do fascismo). Mas, em nossa opinião, podem prever-se amplos resultados de pesquisa caso o interesse se estenda às épocas que precedem a unificação nacional, e em relação às comunidades cuja difusão e complexidade deve ser ainda analisada de forma exigente.

Como evidenciámos quer na introdução, quer ao longo do primeiro e segundo capítulo, o ponto de partida do nosso estudo foi o processo de “italianização” cultural (ou seja, de crescente presença e influência da cultura material e imaterial italiana) que se fez sentir em Portugal a partir de meados do século XVIII e que se alargou até ao período oitocentista que escolhemos como arco cronológico da nossa investigação. Na análise desenvolvida não tivemos em conta o período seguinte, que cronologicamente se deveria definir nos anos que vão de 1834 a 1861 (tendo em conta o desenvolvimento da questão nacional italiana). Isto porque por um lado, nesta altura, consideramos já esgotado o processo acima referido; por outro, colocámos a hipótese de que, com a aproximação dos acontecimentos cruciais que acabarão na unificação política da Península Itálica, a própria comunidade modifique os seus caracteres e dinâmicas internas, enquanto contextualmente se reduz nela a presença de emigrados políticos. Perante isto, achámos mais oportuno centrar a investigação no percurso que precede a fase histórica central do *Risorgimento*, e em que a dimensão lusitana tem extrema importância e centralidade. Particularmente, e como já fizeram os historiadores cuja obra evocámos e interrogámos ao longo da tese, centrámos a nossa atenção sobre a terceira década do século XIX, fixando no ano de 1820 a passagem paradigmática para melhor entender a “horizontalidade”, a extensão longitudinal, ao longo da qual se deslindam quer os fenómenos políticos, quer as dinâmicas migratórias (ou seja, todo o conjunto das correspondências luso-italianas desta fase crucial do século do romantismo).

Fizemo-lo partindo de um assunto central: é precisamente naqueles anos que a questão nacional italiana se alicerça solidamente no devir do século, embora o seu caminho comece em épocas anteriores. Na mesma altura (os primeiros trinta anos do século XIX), a comunidade italiana residente em Portugal (em especial, na sua capital), começa a apresentar os seus traços de homogeneidade, embora a sua presença tenha raízes na Idade Média. Porém, nas épocas medieval e moderna as colónias italianas em Lisboa constituem núcleos comerciais e financeiros, sendo reconhecidas relativamente à sua particularidade regional, isto é, na aplicação do antigo conceito de “nação comercial” (a florentina, a genovesa, a veneziana, etc.), fora de uma ideia de conjunto geocultural. A partir de meados do século XVIII, e graças ao referido processo de “italianização” que marca aquele período, os italianos que vivem em Portugal (cujas características se manifestam de forma emblemática em Lisboa) começam a desenvolver práticas de autoidentificação geocultural (a “italianidade”), auxiliados pelo reconhecimento do ambiente que os acolhe. Este último facilita e fortalece processos de consciência e representação a que chamámos “práticas de nacionalidade *ante-litteram*” (capítulo III, parte primeira, subcapítulo 1.1). O *case study* particular que decidimos estudar — o dos italianos residentes em Lisboa — e que considerámos emblemático, permitiu-nos revelar estas dinâmicas que chegam a interessar não só a emigrados de primeira geração, mas também toda uma dimensão de encontro e osmose familiar, social, cultural que apelidámos de “lusso-italiana”, e que é parte relevante da história oitocentista da cidade de Lisboa.

Desta forma, tentámos responder a uma das questões surgidas ao longo da nossa investigação: pode falar-se de uma identidade italiana entre os italianos de Portugal na primeira metade de Oitocentos? Para muitos deles, Portugal não é a pátria na acepção predominante do tempo, não é pura e simplesmente a “terra onde se nasceu”: a pátria que, como recorda Fernando Catroga, naquela época já tinha sido dicionarizada pela literatura nacional.⁹³⁵ Os que nasceram aqui, mantiveram-se fortes ligações com a cultura de origem, por várias razões: porque foi nesses moldes que foram criados, porque era uma referência que se mantinha viva também quando se provinha de famílias já aporuguesadas há algumas gerações, ou porque sob o ponto de vista artístico, religioso ou geralmente intelectual era uma cultura de referência.

⁹³⁵ CATROGA, Fernando, *A geografia dos afectos pátrios*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 269.

O tema da “identidade” é, obviamente, muito complexo, problemático, ambíguo. Vitorino Magalhães Godinho, numa esclarecedora intervenção pública⁹³⁶ nos últimos anos da sua vida (a partir da qual tirámos a epígrafe situada no início do nosso trabalho), alertava para o facto de este vocábulo ser «noção de que se usa e abusa»,⁹³⁷ «que parece negar a complexidade»,⁹³⁸ voltando a chamar a atenção sobre o carácter de multiculturalidade de todas as sociedades, antigas e modernas. Pela sua parte, o historiador catalão Enric Ucelay Da-Cal defendeu uma posição mais radical,⁹³⁹ negando uma identidade individual ou de grupo, considerando a sua existência “o pior de tudo”, como «una proyección externa, una simplificación que goza de sentido a certa distancia, pero que lo pierde en medida que el observador se aproxime ya sea al “centro” de la persona o del grupo».⁹⁴⁰

Mais de acordo com o historiador português do que com o espanhol, a história dos italianos em Portugal ao longo dos séculos demonstra a sobrevivência, ao longo de todo este tempo, de um laço de pertença, ou melhor, de um elemento transversal de referência, que ultrapassa o local de nascimento e que parece reforçar-se na primeira metade do século XIX. Nesta altura, os italianos em Portugal perfilam-se como uma “subtotalidade” da multifacetada estrutura socioeconómica (sobretudo da realidade urbana); como parte de um “todo” mais amplo, que dentro deste “todo” «forja características próprias, aceitando algumas transferências culturais, rejeitando outras, remodelando-as».⁹⁴¹ A partir desta perspectiva, a “identidade” — que, voltamos a repetir, é um tópico complexo, variável, amiúde inapreensível pois há sempre múltiplos laços de pertença — traduz-se num elemento que vive e evolui à volta de toda a comunidade residente, que anda em redor dos seus lugares aglutinadores, como os bairros e os templos (em Lisboa a Igreja do Loreto, por exemplo).

Por outro lado, com achegada dos exilados italianos em Portugal, o sentimento patriótico (no sentido de ligação a uma “pátria”, num sentido cívico) encontra pela primeira vez os emigrados, sejam eles de primeira geração ou descendentes de italianos (os luso-italianos). A emigração política encontra assim aquela que é socioeconómica: a

⁹³⁶GODINHO, Vitorino Magalhães, «Diversidade, identidade e integração», *Ensaio e estudos. Compreender o mundo de hoje*, 2 vols., vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 2010, pp. 297-214.

⁹³⁷*Ivi*, p. 299.

⁹³⁸*Ibid.*

⁹³⁹UCELAY DA-CAL, Enric, «¿Quién, qué, cuándo, dónde? ¿Cuanta “identidad” puede ejercer alguien?», em MATOS, Sérgio Campos et al., *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*, Lisboa, Centro de História da UL, 2009, pp. 15-49.

⁹⁴⁰*Ivi*, p. 16.

⁹⁴¹GODINHO, Vitorino Magalhães, *op. cit.*, p. 300.

primeira é portadora de um sentimento que diz respeito, simultaneamente, às suas “pátrias do presente” (os Estados pré-unitários) e à sua “pátria do futuro” (o lugar geográfico de conjunto, a Península Itálica). Por sua vez, e devido às questões políticas que a atravessam, esta última torna-se numa projecção de um sentimento novo, que alimenta a pertença a um espaço e a uma cultura comuns, que podem ser vividos e partilhados. Trata-se de um lugar comum a que um dia eles próprios chamarão nação. Trata-se de um espaço comum que, no tempo histórico que escolhemos, começa por ter lugar em Lisboa. Esta tendência ajuda a confirmar uma ideia que, como vimos no primeiro capítulo, vários historiadores têm aceite: que é precisamente nas comunidades localizadas no estrangeiro que a (futura) nação começa a existir.

Um sentimento de identidade partilhada começa a viver também na partilha das dificuldades de ser estrangeiro, condição de identificação generalizada: é o mesmo que acontece a todos os liberais exilados, unidos numa perspectiva comum pelas duras condições existenciais. Para este efeito, na última parte do trabalho evidenciamos a prática repressiva que as autoridades portuguesas manifestam para com as comunidades estrangeiras residentes no país; entre elas não é excepção a italiana, que aliás, mesmo perante esta emergência, constrói dinâmicas de maior aproximação entre as suas componentes regionais, para definir uma acção de contraste comum às vexações miguelistas. Acabam assim por se unir numa acção comum que os defendesse como “italianos”, ou seja como um único corpo jurídico.

Contudo, este dado é evidente: a comunidade italiana residente em Portugal estava interessada nas projecções de uma luta política que investiu na sociedade portuguesa. Este facto demonstra mais uma vez que, naqueles anos marcados por acontecimentos políticos fundamentais, a presença italiana no país não se pode limitar ao restrito, embora importante, contexto militar. Existe um conjunto populacional que, apesar de ser numericamente inferior aos grupos de histórica presença no território lusitano (como o britânico ou o espanhol), conserva uma certa relevância socioeconómica no contexto geral da sociedade portuguesa. É uma comunidade composta por agentes consulares, trabalhadores de vários níveis, clérigos, exilados. Todos são membros de um grupo que, na sua complexidade (residentes de longo ou curto prazo), é parte activa da história política, económica e social lusitana da primeira metade daquela centúria. É um grupo que exprime pluralidade no seu interior. Mas, ao mesmo tempo, é um grupo que reforça os seus traços comuns graças ao fomento das trocas sociais e comerciais entre as duas penínsulas. De facto, o desenvolvimento dos meios de transportes e o aumento das rotas

marítimas trazem consigo também o aumento da emigração socioeconómica, bem como das trocas comerciais (como vimos no caso do consumo de massas alimentícias entre os séculos XVIII e XIX). Os navios que chegam a Lisboa vindos da Península Itálica são sempre mais, há sempre mais gente itálica a desembarcar no seu porto. A partir de 1821 chega também a emigração política que traz novas ideias, novos discursos.

Ou seja, e tentando chegar à conclusão deste percurso que não foi simples mas que muito nos animou, pensamos que o nosso trabalho (que cronologicamente decidimos limitar ao começo da Guerra Civil) constitui um impulso para a continuação do estudo de outras cronologias, através do modelo de relação temática que propusemos: ligar as vicissitudes internas de Portugal à evolução da luta política do *Risorgimento* italiano, mediante a análise da comunidade residente em Portugal (de momento não temos elementos para definir a existência de uma comunidade portuguesa na Península Itálica com os mesmos problemas). Como é sabido, o movimento de ressurgimento nacional chega à unificação do país em 1861, com a fundação de um novo e maior sujeito estatal peninsular. Isto é, formaliza-se no plano político e jurídico-formal uma identidade nacional que, como repetimos ao longo do nosso trabalho, terá grandes dificuldades para se afirmar efectivamente nos limites daquele novo âmbito geopolítico.

Também considerámos possível desenvolver estudos de carácter prosopográfico sobre os italianos em Portugal. A este respeito, voltamos a repetir algo que já frisámos em diferentes partes do texto: será fundamental a recuperação completa das funções do arquivo da paróquia de Nossa Senhora do Loreto, de modo a que o material aí guardado possa abrir caminho para novas investigações e novos resultados. Os últimos anos têm vindo a registar uma mudança de direcção na gestão deste acervo (ao contrário de outros arquivos paroquiais também importantes): isto, como é óbvio, alimenta as esperanças de todos os investigadores que desenvolvem trabalhos sobre as comunidades estrangeiras em Portugal.

Com toda a certeza, à luz do presente estudo e de outros que se debruçaram a presença italiana tanto no século XIX como em outras fases históricas, dever-se-á recuperar com mais atenção uma memória não exclusivamente historiográfica desta comunidade em Portugal. Em relação às várias vicissitudes que caracterizam aquele século, a historiografia portuguesa parece ter esquecido não só os italianos que aqui viviam, como os que aqui se deslocaram para combater, tratar de temas políticos, ou simplesmente fugir à repressão que ocorria na Península Itálica. Como vimos na definição do estado da arte no âmbito da historiografia nacional (capítulo I, subcapítulo 1.1), há escassas referências

ao papel dos italianos em Portugal naquela centúria. E, no contexto das histórias nacionais, apenas Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques parecem prestar mais atenção ao assunto, trazendo esporádicos exemplos (destes historiadores que referimos ao longo do texto), talvez devido ao profundo estudo analítico que o segundo realizou sobre a maçonaria em Portugal.

Por sua parte, a historiografia oitocentista — mais próxima temporalmente àquela presença — também ignora quase completamente o papel dos italianos tanto na sociedade lusitana, como nos acontecimentos políticos que têm lugar na primeira metade do século (com algumas exceções, tais como o volumoso relato de Luz Soriano sobre o cerco do Porto, ou a mencionada homenagem de José Félix Henriques Nogueira ao general napolitano Guglielmo Pepe).⁹⁴² Por exemplo, um historiador como Oliveira Martins, na sua *História de Portugal* refere um só caso: trata-se de um tal Latanzi (Lattanzi), que na altura da residência de D. Miguel e sua mãe no palácio de Queluz era «um italiano velho, ex-mercúrio do caduco marquês de Abrantes, privava com as meninas, contrabandeando em bijutarias francesas que ia vender ao paço».⁹⁴³

Ao esquecimento documental junta-se a ausência de uma memória urbana dos italianos no Portugal de Oitocentos. Para além de alguns casos célebres que já referimos na introdução (Carlos Alberto e D. Maria Pia), não existe nenhuma referência aos napolitanos, lombardos e piemonteses que se exilaram ou combateram em Portugal entre 1820 e 1834. Tal ausência faz-se sentir ainda mais em Lisboa que naquele tempo, como vimos, para além dos exilados acolhia uma comunidade dinâmica e poliédrica, espalhada por toda a cidade, particularmente pelos bairros de São Paulo e da Encarnação. Na Igreja dos Italianos no Chiado está a perene recordação desta presença secular, tal como a calçada e o convento dos Barbadinhos italianos guardam a lembrança da colonização religiosa no alto de Santa Engrácia (por trás da actual estação de Santa Apolónia). Por outro lado, nenhuma toponímia recorda figuras celebradas até literariamente, como Antonio Marrare (de quem, porém, se guarda também uma memória gastronómica e literária). Também são perfeitos desconhecidos os nomes mais importantes da diáspora liberal, como o de Guglielmo Pepe, Giuseppe Pecchio, Giacinto Provana di Collegno, que porém deixaram lembranças sugestivas e pormenorizadas deste espaço urbano. As únicas referências são destinadas a figuras que animaram o mundo teatral (cantores, músicos),

⁹⁴² SORIANO, Simão José da Luz, *História do cerco do Porto*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 184-1849.

⁹⁴³ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, 21ª ed. (1879), Lisboa, Guimarães Editores, 2004, p. 399.

mas não se registam lugares (praças, ruas, etc.) dedicadas, por exemplo, a grandes arquitectos que — como Luigi Chiari — traçaram o perfil da cidade reconstruída, ou gravadores — pensemos em Francesco Bartolozzi — que tanto publicaram (e ensinaram). Até nos próprios bairros onde, no início de Oitocentos, os italianos concentravam as suas actividades e moradias, nenhum letrado recorda esta presença, que se prolongou pelo século adentro. Ou seja, na capital de um país que tanta importância teve para a emigração italiana até meados do século XIX, não existe alguma memória pública, civil, de uma presença cuja relevância acabámos de demonstrar.

Como se explica este esquecimento? Para além do esquecimento urbanístico, que tem a ver com as profundas transformações sofridas pelo centro histórico da capital ao longo dos últimos dois séculos (o de Novecentos representou uma verdadeira palingénese para muitos bairros), talvez encontremos uma resposta na genealogia (veja-se o anexo VII). E esta resposta diz-nos que, mais do que perante um esquecimento, estamos perante um processo de transferência, de mudança, de diluição numa outra dimensão: a da luso-italianidade. Quantos apelidos de origem italiana, aportuguesados ou ainda em versão original continuam a caracterizar a antroponímia portuguesa? Muitos. Ou seja, a luso-italianidade constitui o grande âmbito de continuidade e herança daquela comunidade que parece desaparecer com a aproximação do nascimento do Estado nacional italiano. É naquela dimensão de encontro que se guarda a maior memória, que precisa de ser reavivada: voltamos a Magalhães Godinho, e vemos como «o legado de pais e avós traça diferenças em relação a outros, assegura continuidades, vai sedimentando a identidade».⁹⁴⁴ Identidade através de identidades: estamos perante uma das evidências que nos dizem como a própria “identidade portuguesa” é um mosaico feito de tesselas de várias cores.

Enfim, frisamos mais uma vez como o nosso trabalho se insere no quadro mais amplo das relações luso-italianas de Oitocentos, sob o ponto de vista político, social e cultural. A este respeito, pensamos ter oferecido uma perspectiva ampliada das relações entre Nápoles e Lisboa, que se desenvolvem *in primis* no campo diplomático, tão importante naqueles anos em que os dois territórios estão interessados em experiências constitucionais. Evidenciamos como, na passagem do século XVIII ao XIX nos primeiros trinta anos deste último, havia uma partilha de interesses e uma proximidade cultural entre as duas capitais, que se desenvolve através de diferentes directrizes do fenómeno

⁹⁴⁴ P. 300.

migratório (político e socioeconómico) que, do sul da Península Itálica, movia homens e mercadorias rumo a Portugal.

No futuro será importante desenvolver tais linhas de investigação, alargando necessariamente esta última a outros campos: estamos a pensar, por exemplo, nas relações historiográficas, e no interesse que a história de Portugal — como registo da memória nacional — despertou na historiografia de língua italiana antes da unificação política da península. É um tema que tem sido abordado quer por quem escreve,⁹⁴⁵ quer por outros historiadores, mas que ainda pode ser investigado a fundo. E isto deve ser feito partindo da mesma premissa que abriu o caminho ao nosso trabalho, tal como fizeram outros estudiosos que decidiram estudar temas semelhantes: um período que historiograficamente parece ter sido esquecido, ou analiticamente esgotado, esconde sempre novas respostas para o investigador. As culturas peninsulares do Mediterrâneo, nomeadamente a italiana e a portuguesa, constituem um espaço de correspondências longitudinais que vêm de longe para irem longe, e cuja importância cabe aos historiadores recuperar e fazer viver.

⁹⁴⁵ CASSINO, Carmine, «Davide Bertolotti», em *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo (1779-1974)*, coord. de Sérgio Campos Matos (http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_bertolotti.htm); «Exemplos de historiografia italiana sobre Portugal na primeira metade do século XIX», *Portugal'800*, Actas do congresso, Faculdade de Letras da UL, Lisboa, 6-7 de Junho de 2013 (*no prelo*).

ANEXOS

Anexo I

Diplomacia portuguesa e Napolitana nos respectivos territórios

Parte I: diplomacia bilateral (1756-1828)

A) Representantes diplomáticos Napolitanos em Lisboa (1758-1828)

Legendas: MP=Ministro Plenipotenciário; EN= Encarregado de Negócios EE= Enviado Extraordinário

PERÍODO	NOME E ENCARGO
1758-61	Don Carlos di Guevara (MP) ⁹⁴⁶
1762-63	Michele Pignatelli, Principe di Belmonte
1764-66	Giambattista Albertini, Principe di Cimitile e di San Severino di Camerota (MP) ⁹⁴⁷
1767-72	Don Vespasiano Macedonio di Ruggiano ⁹⁴⁸ (MP)
1772-75	Abate Piamante (EN)
1777-82	Salvatore Montaperto Branciforte, Principe di Raffadali (MP)
1788-90	Fabrizio Ruffo, Principe di Castelcicala (MP)
1790	Capobianco (EN)
1791-93	Francesco Pignatelli, Marchese di Galatone (MP)
1793-98	Alvaro Ruffo, Principe della Scaletta (MP)
1798-99	Fabrizio Nicola Pignatelli di Cerchiara (MP)
1800-12	Vincenzo Mazziotti (EN)
1813-17	Vincenzo Mazziotti jr. (EN)

⁹⁴⁶ No período de vacância que vai da demissão de Guevara até à entrada de Pignatelli, o cargo foi ocupado interinamente pelo abade Giuseppe Maturi, secretário de legação.

⁹⁴⁷ Ana Leal de Faria parece confundir os títulos, distinguindo as pessoas. Veja-se a voz «Albertini, Giambattista», de Fausto Nicolini, em *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. I (1960), Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, pp. 726-727.

⁹⁴⁸ Cavaleiro da Ordem de Malta.

1818	Gherardo Robertone(EN – Nomeado mas nunca em cargo)
1818	Giorgio Balsamo (Cônsul – nomeado mas nunca em cargo)
1820	Conte di Grattaliano (Cônsul – nomeado mas nunca em cargo)
1825 ⁹⁴⁹	Francesco Stella (Cônsul)
1827	Principe Antonio Pignatelli-Ruffo (EN)

B) Lista dos representantes diplomáticos portugueses em Nápoles (1756-1828)

PERÍODO	NOME E ENCARGO
1756-59	D. José da Silva Pessanha (MP)
1760-64	Aires de Sá e Melo (MP)
1764-86	José de Sá Pereira (MP)
1786-88	José Agostinho de Sousa (EN)
1788-98	José de Sá Pereira (MP)
1798-02	José Agostinho de Sousa (EN)
1802-07	José de Sá Pereira (MP)
1809-18	João Pedro Quin (EN)
1718-21	Visconde de Torre Bela (EE-MP)
1821-22	António Jorge Demony (EN)
1822	Luís Francisco Risso (EN)
1823-28	José Amado Grehon (EN)

Fonte: SAMPAYO, Luís Teixeira de, *Estudos Históricos*, prefácio e notas de Eduardo Brazão, [Lisboa], Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984, pp. 229-230, 236-237; FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p. 221; (com integrações próprias); ASN. *Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie*. «Consoli del Regno di Nápoles all'estero. Lisbona. Diversi (1815-1829)», busta 2690; «Consoli del Regno di Nápoles all'estero. Lisbona – Diversi (1817-1829)», busta 2692.

⁹⁴⁹ No período de vacância do cargo (1817-1825), todas as funções foram desempenhadas pelo vice-cônsul, o maltês Giuseppe Calleja.

Parte II: redes consulares nas vésperas do terceiro decénio

C) Agentes diplomáticos portugueses em Nápoles e rede consular no reino em 1818⁹⁵⁰

- Fernando José de Noronha, I Visconde de Torre Bela (Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário)

- Cav. João Pedro Quim (Encarregado de Negócios, com domicílio em *Strada dell'Ascensore a Chiaja, n.19*)

Rede consular:

*Os dados das localidades sicilianas são relativos ao ano de 1819

LOCALIDADE	NOME E ENCARGO
Nápoles	Cav. Gaetano Gizzi (cônsul geral)
Nápoles e Nisida	Giovanni Antonietti (comissário)
Brindisi	Francesco Leanza (vice-cônsul)
Gallipoli	Giuseppe Maria de Palma (vice-cônsul)
Palermo	Francesco Guli (cônsul geral) Giuseppe Magnani (vice-cônsul)
Girgenti (Agrigento)	Francesco Panitteri “ “
Marsala	Vito Barbaro “ “
Mascali	Antonio Ligresti “ “
Messina	Pietro Giovanni Siffredi “ “
Noto	Salvatore Perricone “ “

⁹⁵⁰ Com Carta de Lei de 4 de Setembro de 1821, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, sob indicação de Manuel Borges Carneiro (a 7 de Julho), determinam a reorganização do corpo diplomático a fim de conter os custos e as despesas de mantimento do mesmo, abolindo ou reformando algumas figuras junto de determinadas cortes: «para Estocolmo, Copenhague, Berlim, Bruxelas, Nápoles e Turim serão nomeados cônsules gerais ou encarregados dos negócios políticos e comerciais dos estados portugueses, segundo parecer ao governo mais conveniente, atentas as relações políticas ou commerciaes em que aquelas cortes se acharem com o reino unido de Portugal, Brazil e Algarve» (*Documentos para a história das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, t. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 238).

D) Rede consular Napolitana em Portugal e Brasil em 1818

LOCALIDADE	NOME E ENCARGO
Lisboa	Cav. Giorgio Balsamo (cônsul geral) Giovan Battista Cocchiella (Cancheler) Giuseppe Calleja (vice-cônsul) ⁹⁵¹
Algarve	Michelangelo Cassan (vice-cônsul)
Aveiro	Giuseppe Guerner “ “
Belém	Cristoforo Guerner “ “
Caminha	Giuseppe Maria Lago “ “
Faro	Raffaele Gavazzo “ “
Ilha da Madeira	Giuseppe De La Nave (<i>ou della Nave</i>)
Porto	Giovanni di Raula Pinto “ “
Rio de Janeiro	Agostinho da Silva Hoffmann“ “
Viana do Castelo	José Vaz Guimarães “ “

Fonte: *Almanacco reale del regno delle Due Sicilie per l'anno 1818*, Della Reale Tipografia del Ministero di Stato, Nápoles, [s.d.], pp. 56, 58, 117, 121-122; *Almanacco reale del regno delle Due Sicilie per l'anno 1819*, Della Reale Tipografia del Ministero di Stato, Nápoles, [s.d.], p. 170.

⁹⁵¹ No ano de 1822, o vice-cônsul Giuseppe Calleja lamenta a existência de somente dois vice-cônsules em território português, ou seja Giuseppe Goiacchino Vaz em Viana do Minho e Giuseppe Luigi Guerner em Aveiro, lamentando a vacância dos outros lugares, por falta de nova nomeação ou por falecimento dos titulares (ASN. *Ministero degli Affari Esteri*. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi. Notizie e regolari (1815-1828)», busta 2693, fl. n. 131 [em 30/11/1822]). Esta comunicação está confirmada pelo *Almanacco Reale del Regno delle Due Sicilie per l'anno 1822* (Napoli, Reale Tipografia, p. 85).

Anexo II

Prejuízo para o comércio estrangeiro quando do terramoto de Lisboa

(1755 – valores em cruzados)

NAÇÕES	PREJUÍZO EM DINHEIRO E MERCADORIAS (MILHÕES DE CRUZADOS)
Inglaterra	160
Hamburgo	40
Itália	25
Holanda	10
França	4
Suécia	3
Alemanha	2

Fonte: CHAVES, Castelo Branco, «Notas», em Giuseppe Gorani, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992, nota n. 11 (cap. XXV), p. 278.

Anexo III

Exportações/importações luso-italianas (1819-1820-1821, valores em réis) e balança comercial portuguesa (1810-1819, valores em cruzados)

A)1819

Mercadorias exportadas de Portugal para Itália

PRODUTOS DO REINO	PRODUTOS DAS ILHAS	PRODUTOS DO BRASIL	PRODUTOS DA ÁSIA	ARTIGOS ESTRANGEIROS REEXPORTADOS
99.941,260	202.500	1.146.099,454	295.572,676	31.476,05
				TOTAL
				11.291.405\$295

Mercadorias importadas em Portugal de Itália

MERCADORIAS	VALORES
Víveres	1.732.232,429
Tecidos de algodão	//
Tecidos de lã	447.600
Panos	10.712,600
Sedas	278.263,040
Metais	4.429,100
Drogas	25.652,810
Madeiras	569.840
Artigos diversos	113.069,040
TOTAL	2.165.976\$459

Fonte: BALBI, Adriano, *Essai statistique sur e Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vols., chez Reyck Gravier, 1822; *apud* Fernando Piteira Santos, *Geografia e economia da revolução de 1820*, 2ª ed., Europa-América, Mira Sintra-Mem Martins, 1975, pp. 168-169.

B) 1820

Importação das Nações (Porto, 1820)

IMPORTAÇÃO DE ITÁLIA (IMPORTAÇÕES PREVALENTES)	VALOR
Aletria, queijo parmesão, maná ⁹⁵²	542,400 (valor total)

Exportação do Porto para as Nações Estrangeiras (1820)

PARA ITÁLIA	VALOR
<i>Reino:</i> atanados, algodão, vinho de embarque	32.250,000
<i>Brasil:</i> atanados, aguardente, algodão do Maranhão, açúcar do Rio-Bahia-Pernambuco, açúcar mascabado, couros, café, cacau, pontas de bois	121.711,876

Importação de Itália em Lisboa, 1820

PRODUTOS	VALOR
Maçãs, sêmolas, passas, queijo parmesão, salame, toucinho, favas, centeio, cevada, milho, trigo	479.346,815
Lãs (suja, barretes singelos)	330,000
Linho (estopa e fio de vela, linha branca etc.)	7.088,380
Sedas	477.102,800
Metais	2.989,555
Drogas	33.187,791
Vários géneros (cordas, estampas)	16.404,000
Livros (e papel ⁹⁵³)	107.713,980
Vários géneros (vidros)	109.491,580

⁹⁵² Produto muito raro utilizado na alimentação em substituição do açúcar branco, produzido principalmente na Sicília a partir da árvore do freixo.

⁹⁵³ De Génova (ao par de França e Grã Bretanha) importava-se papel feito a partir de algodão, sendo aquele produzido em Portugal de baixa qualidade (cf. RUIZ, Joaquín de Moral, «A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época [1818-1834]», *Análise Social*, vol. XVI [4º], n.64 [1980], ICS-UL, Lisboa, p. 781).

Exportação de Lisboa para Itália, 1820

PARA ITÁLIA	VALOR
<i>Reino:</i> chocolate, grão do Algarve, raspa de couro, solha da fábrica, sardinhas, sal, vinho	77.251,860
<i>Brasil:</i> algodão (de várias províncias), açúcar branco, atanados couros, cravos grossos, café, cacau, goma elástica, tabaco	1.050.965,408
<i>Asia:</i> Anil, benjoim, chá	115.556,008

C) 1821

Importação de Itália em Lisboa, 1821

PRODUTOS	VALOR
Arroz, garrafas de azeite, alcaparras, avelãs, amêndoas, açafreão, carne salgada, cominhos, erva-doce, farinha para aletria, doce, legumes, favas, tremoços	62.317,440

Fontes B e C: ANTT. *Junta do Comércio*. «Resumos de importação e exportação de Portugal. Primeiros e segundos resumos da América, Ilhas, África, Ásia e nações estrangeiras (1820)», mç.301 [cx.602].; «Resumos de importação e exportação de Portugal. Primeiros e segundos resumos da América, Ilhas, África, Ásia e nações estrangeiras (1819)», mç.301 [cx.603].; «Mapa das cargas de navios entrados em Lisboa e Porto (1820-1821)», mç. 312 [cx. 622].

D) Importações/exportações portuguesas no período 1809-1819 (em cruzados)

1809 (ano) / 22.084.000 / 24.645.000 / +2.560.000

1810 / 42.629.000 / 31.304.000 / -11.324.000

1811 / 95.760.000 / 17.284.000 / -79.475.000

1812 / 86.005.000 / 26.146.000 / -59.858.000

1813 / 77.452.000 / 24.826.000 / -52.625.000

1814 / 56.648.000 / 43.917.000 / -12.730.000

1815 / 61.687.000 / 48.961.000 / - 12.725.000

1816 / 44.674.000 / 40.446.000 / -4.228.000

1817 / 39.521.000 / 39.425.000 / - 95.000

1818 / 49.200.000 / 42.320.000 / - 6.879.000

1819 / 37.209.000 / 28.228.000 / - 8.980.000

Fonte: BALBI, Adriano, *Essai statistique sur e Royaume de Portugal et d'Algarve*, t. I, Paris, Rey et Gravier, 1822, p. 441 (*apud* Vitorino Magalhães Godinho em *Prix et monnaies au Portugal*, Paris, Éditions Jean Touzout, 1955, p.273).

Anexo IV

Entrada e saída de navios nos portos de Lisboa e Porto (1819-1820)

A) Porto de Lisboa (1819-1820)

Nacionalidade dos navios	Entradas 1819	Saídas 1819	Entradas 1820	Saídas 1820
Americanos	51	59	26	26
Austríacos	67	91	12	13
Bremeses	/	/	1	/
Dinamarqueses	47	52	44	43
Espanhóis	55	61	54	55
Franceses	58	61	45 (6)	51 (5)
Hamburgueses	4	3	10	10
Holandeses	49	53	45	45
Ingleses	404 (3)	411 (3)	380 (5)	390 (5)
Mecklemburgueses	1	1	/	/
Napolitanos	25	28	10 (2)	12 (2)
Otomanos	8	8	3	4
Portugueses	341 (38)	289 (31)	291 (3)	252 (31)
Prussianos	5	2	21	23
Russos	81	104	36	35
Sardos	51 (2)	53 (2)	19	20
Suecos	70	77	75	68
Toscanos	/	/	1	/

Fonte: tabela retirada de SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e economia da revolução de 1820*, 2ª ed., Mira Sintra-Mem Martins, Europa-América, 1975, p. 173. Entre parênteses o número de navios de guerra

B) Barra do rio Douro (1819)

NAÇÃO	ENTRADAS	SAÍDAS
	1819	1819
Americanos	22	24
Austríacos	4	4
Dinamarques.	36	38
Espanhóis	45	47
Franceses	12	10
Holandeses	18	22
Ingleses	178	179
Napolitanos	2	3
Portugueses	88	83
Prussianos	6	7
Russos	1	2
Sardos	1	1
Suecos	20	22

Fonte: tabela retirada de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, vol. VII – A instauração do Liberalismo (1807-1832)*, 3ª ed., Viseu, Editorial Verbo, 1994, p. 298.

Anexo V

Naturalizados de origem italiana em Portugal(1805-1833)

Nome e Apelido	Naturalidade	Data de vassalagem
Padre Tommaso Guadagnini	Bolonha	21.08.1805
Francesco Maria Faccio	Génova	27 .11.1805
Geronimo Da Costa	Génova	15 .11.1806
Giuseppe Andrea Nava	Considerado como austríaco, mas o apelido é lombardo	7 .11.1806
Pietro Pieraccini	Florença	12 .11.1806
Filippo Ubert	Italiano	14.10.1806
Nicolao Fortuna		22.12.1806
Antonio Vella	Maltês ⁹⁵⁴	17.02.1807
Giovanni Da Costa	Génova	2.04.1807
Antonio Marquez	Génova	21.04.1807
Raffaele Gavazzo	Génova	11.05.1807
Manuele Sivori	Génova	14.05.1807
Vincenzo Zamiti	Maltês	20.05.1807
Giovanni Camalier	Maltês	20.05.1807
Antonio Pasquale Camalier⁹⁵⁵	Maltês	13.10.1807
Nicolau Antonio	Génova	21.07.1807
Giovan Battista Sciello	La Pietra (Pietra Ligure, Génova)	28.09.1807
Miguel Angelo Camazulè⁹⁵⁶	Maltês	13.10.1807
Francesco Calleja	Maltês	23.10.1807
Pasquale Monte Bello	Maltês	18.01.1808
Giovanni Valle (Setúbal)	Maltês	20.11.1807

⁹⁵⁴ Até ao ano de 1815, em que se decide a passagem da ilha de Malta para o controlo britânico, os Malteses devem ser considerados como súbditos do reino de Nápoles.

⁹⁵⁵ Existe notícia da sua presença no Algarve, onde è cônsul napolitano em Faro (*Almanacco Reale del Regno delle Due Sicilie per l'anno 1820*, Reale Tipografia del Ministero di Stato della Cancelleria Generale, Napoli, 1819, p.175). Aliás, no dia 23 de Outubro de 1807 a Junta do Comércio recebe outra comunicação de naturalização e requerimento do termo de vassalagem por Antonio Pascoal Camalier, «morador na villa d'Azambuja, onde tem uma casa, família e estabelecimento» (Mç.239 [cx.449]).

⁹⁵⁶ Negociante residente em Setúbal (Mç.239 [cx.449]).

José Da Cruz	Maltês	20.11.1807
Michelangelo Supardo	Maltês	23.11.1807
Nicolao Salvatore Supardo	Maltês	19.11.1807
Giovanni Diogo Gabrieli	Italiano	26.11.1807
Silverio Dally	Maltês	27.11.1807
Giuseppe Zamiti	Maltês	7.11.1808
Giovanni Antonio Murta	Génova	21.01.1808
Giuseppe Bonice	Maltês	29.05.1808
Domenico Ceracci	Romano	20.02.1809
Antonio Tonioli⁹⁵⁷	Tirol	25.06.1810
Giuseppe Del Negro⁹⁵⁸	Tirol	25.06.1810
Giovanni Antonio Luisello⁹⁵⁹	Veneza	14.11.1810
Gabriele Mordini⁹⁶⁰	Romano	1.04.1811
Bartolomeo Viganego	Génova	28.09.1812
Luigi Lodi⁹⁶¹	Italiano	11.12.1811
Carlo With	Génova	19.09.1816
Rosario De Greco	Cefalù (Duas Sicílias)	27.11.1816
Giovan Francesco Palleta		18.12.1816
Pedro Zignago	Génova	10.01.1817
Alessandro Rossini	Maltês	6.10.1818
Francesco Cogorno	Génova	30.08.1820
Antonio Moro	Italiano	22.08.1820
Santiago Lazzari	Ducado de Parma	30.08.1820
Francesco Romano	Ragusa ⁹⁶²	23.11.1821
Tommaso Tasso	Génova	22.02.1822
Manuele D'Ambrosi⁹⁶³	Génova	9.03.1822
Domenico Orтели	Italiano	20.03.1822
Benedetto Porcella	Génova	11.05.1822
Leopoldo Rodrigo Todi⁹⁶⁴	Nápoles	31.08.1822
Giovanni Richini	Génova	5.02.1823
Giovan Battista Fenochio	Génova	11.10.1824
Antonio Maria Maraliano⁹⁶⁵	Veneza	9.11.1824
Vincenzo Gaetano Massa	Italiano	19.04.1825
Antonio Centazzi⁹⁶⁶	Estados de Veneza	8.08.1825

⁹⁵⁷ «Com loja de vidros e estampas ao Cais do Sodré, e casado com mulher portuguesa, e aqui estabelecido a mais de vinte e oito anos» (liv.254).

⁹⁵⁸ Repete-se, com algumas diferenças, o que está dito *supra*: «com loja de vidros e estampas loja de estampas na rua Nova do Almada, e casado com mulher portuguesa, e aqui estabelecido a mais de vinte e oito anos». (*ibidem*).

⁹⁵⁹ «Negociante com uma fábrica de sola no sítio da Barroca, termo desta cidade, e aqui estabelecido há mais de dezanove anos, casado e com filhos» (*ibid.*).

⁹⁶⁰ «Solteiro de idade de vinte e sete anos, que foi convocado para esta corte come pintor mosaquista, e actualmente comissário do Exército de S.M.B.» (*ibid.*)

⁹⁶¹ «Estabelecido nesta cidade com casa de negócio» (*ibid.*).

⁹⁶² Antiga colónia comercial veneziana (até 1808), é a actual cidade de Dubrovnik, na Croácia.

⁹⁶³ Provedor da paróquia de Nossa Senhora do Loreto em 1824.

⁹⁶⁴ Filho legítimo de Francisco Saverio Todi, falecido, natural do Reino de Nápoles, e sua mulher Luísa Rosa de Aguiar, mais conhecida como Luísa Todi (cantora).

⁹⁶⁵ Morava na localidade de Pepim, comarca de Guimarães, hoje em dia freguesia do concelho de Castro Daire. O seu filho chamava-se Domingos José, mas não existem documentos que digam respeito à naturalização deste último.

⁹⁶⁶ Pai de Guilherme Centazzi, escritor e médico português (1808-1875).

Giuseppe Maria Cambiasso	Génova	19.01.1826
Feliciano Minio Perry Vidal	Treviso	24.01.1826
Giuseppe Sanguinetti	Génova	26.07.1830
Gioacchino Luigi Orcese	Génova	16.02.1832

Fontes: ANTT. *Junta do Comércio*. «Livro segundo dos termos de naturalizados (1805-1833)», liv.254; «Requerimento de naturalizações e de assinatura de termo de vassalagem (1807-1833)» mç.239 [cx.449]; «Requerimentos de naturalizações e outros documentos (1774-1833)», mç. 243 [cx. 461].

Anexo VI

Prosopografia dos degredados napolitanos (1819)

A) Origem geográfica

Fonte: Lisboa. Arquivo Histórico Militar, *III Divisão. Emigrados*. 3/17. série 1. caixa 1. número 3. docs. n. 39, 40, 41; número 6. doc. n. 114.

		Subdivisão territorial (províncias) do reino das Duas Sicílias	Número de condenados (percentagem relativa ao grupo)	Crimes dominantes (grupo regional)
Região atual de procedência	Campânia (43,5%)	Nápoles	40 (32%)	Roubo Homicídio Agressões/Violências
		Terra di Lavoro	23 (18,4%)	
		Principato Ulteriore	34 (27,2%)	
		Principato Citeriore	28 (22,4%)	
	Abruzzo (13,5%)	Abruzzo Citeriore	21 (53,8%)	Roubo Homícídio
		Abruzzo Ulteriore I	10 (25,6%)	
		Abruzzo Ulteriore II	8 (20,5%)	
	Molise (5,9%)	Molise	17	Roubo
	Puglia (22,2%)	Capitanata	21 (32,8%)	Roubo Agressões/Violências Homicídio
		Terra di Bari	28 (43,7%)	
Terra d'Otranto		15 (23,4%)		
Basilicata (8,7%)	Basilicata	25	Roubo Homicídio	
Calábria (5,9%)	Calabria Citeriore	8 (47%)	Roubo Homicídio	
	Calabria Ulteriore I	6 (35,3%)		
	Calabria Ulteriore II	3 (17,6%)		
		Com origem não identificada:	13	Outros crimes: estupro, sedição, assassinato intentado, atentados contra o pudor

C) Nome próprio, procedência, culpa, idade

Advertência: a versão original da lista apresenta em muitos casos apelidos em transcrição errada (corrupta); sendo assim, procedeu-se à reconstrução da versão original e correcta em língua italiana.

Nome e Apelido	Naturalidade	Culpas	Idade
1. Pedro Angelino	Folignano (Abruzzo Ulteriore II)	Roubo violento	28
2. Celestino Chiozza	Pietra Montecorvino (Capitanata)	Roubo qualificado	23
3. Giovanni Spadafora	Cosenza (Calabria Citeriore)	Homicídio	28
4. Pasquale Chiancola	Spennazzola (Terra di Bari)	Agressões, violências e roubos	29
5. Pietro Angelo Comini	Penne (Abruzzo Citeriore)	Roubo violento e outros excessos	38
6. Vito Modesto Cautiello	Vallata (Principato Ulteriore)	Sedicioso, e ladrão infame	27
7. Vincenzo Caselli	Loreto Aprutino (Abruzzo Citeriore)	Roubo nocturno, e outros excessos	26
8. Sebastiano Zebedeo	<i>Não identificada</i>	Homicídio	29
9. Salvatore Coppola	S. Anastasia (Nápoles)	Roubo com arma	25
10. Andrea de Palma	Corato (Terra di Bari)	Roubo em estrada pública	27
11. Giuseppe Donatiello	Francavilla Fontana (Terra d'Otranto)	Roubo	27
12. Giacomo D'Angelo	Civita S. Angelo (Abruzzo Citeriore)	Roubo em estrada pública	25
13. Giovanni de Mola	Fasano (Terra di Bari)	<i>Idem</i>	25
14. Gennaro de Cicco	Pratella (Terra di Lavoro)	<i>Idem</i>	28
15. Francesco Carbone	<i>Não identificada</i>	Roubo e outros excessos	21
16. Giacomo Farina	Lucera (Capitanata)	Roubo com violência	24
17. Domenico Gerardo	Paulisi (Principato Ulteriore)	Sedicioso e ladrão	30
18. Francesco Grimaldi	Caivano (Nápoles)	Ladrão armado	29
19. Rosario Gallone	Ceglia (Terra d'Otranto)	Roubo e contusões	24

20. Francesco Gnisci	Alberobello (Terra di Bari)	Agressão por causa de crime	23
21. António Izzi	Lucera (Capitanata)	Roubo em estrada pública	24
22. Domenico Labbate	Putignano (Terra di Bari)	Roubo violento	31
23. Felice Lione	Corato (Terra di Bari)	Roubo em estrada pública	25
24. Antonio Graziano	Lucera (Capitanata)	Homicídio	27
25. Giuseppe Marcone	Corato (Terra di Bari)	Roubo nocturno	29
26. Paolo Maione, <i>aliás</i> Rometo	Panicocoli (Villaricca, Nápoles)	<i>Idem</i>	24
27. Paolo Mondaca	Nocella di Campi (Abruzzo Ulteriore I)	Roubo em estrada pública	28
28. Giuseppe Mercadante	Montefalcione (Principato Ulteriore)	Roubos qualificados	32
29. Pasquale Mele	Vieste (Capitanata)	Ladrão	25
30. Nicola Mandata	Positano (Principato Citeriore)	Ladrão de estrada	25
31. Antonio Malatesta, <i>aliás</i> La Vocchia	Lavino (Abruzzo Citeriore)	Sociedade com malfeitores, roubos	28
32. Nicola Menna	Ururi (Molise)	Roubos	26
33. Xavier (Saverio?) Nardelli	Prato (Abruzzo Citeriore)	Roubo em estrada pública	35
34. Felice Nappo	Vignola (Abruzzo Citeriore)	Roubos qualificados	25
35. Antonio Naimoli	Campagna d'Eboli (Principato Citeriore)	Roubo em estrada pública	25
36. Vincenzo Nápolestani	Lisciano (Abruzzo Ulteriore I)	Feridas e roubos	33
37. Nicola Casella	S. Marco in Lamis (Capitanata)	Roubo e omicídio	21
38. Vincenzo Pavia	Bisceglie (Terra di Bari)	Quatro roubos nocturnos em casa de campo habitada	22
39. Luiso Piccirillo	Muro (Basilicata)	Intentou roubo com armas	25
40. Domenico Antonio Rungo (<i>ou</i> Runghi)	<i>Não identificada</i>	Roubo e feridas	34
41. Antonio Rappa	Lapio (Principato Ulteriore)	Ladrão em companhia	29

42. Vincenzo Renzino	Canosa (Terra di Bari)	Agressões, e roubo	29
43. Angelo Summo	Ceglia (Terra d'Otranto)	Roubo com violência	31
44. Giovanni Catosa	Panni (Capitanata)	Roubo em estrada pública e outros excessos	18
45. Ciro Cosa	Grottaglie (Terra d'Otranto)	Sedicioso	26
46. Pasquale Traglia	San Pietro in Carolei (Calabria Citeriore)	Roubo nocturno	27
47. Francesco Giovanni	Gragnano (Nápoles)	Ladrão em companhia armada	29
48. Vito Nicola Volpe	Frignano (Terra di Lavoro)	Ladrão e agressão	32
49. Pasquale Ucci	Lacedonia (Principato Ulteriore)	Ladrão em estrada pública	26
50. Sabino Ventrieri	Canosa (Terra di Bari)	Agressão	29
51. Clemente Barone	Casalmarciano (Nápoles)	Ladrão	44
52. Francesco Bosco	Fuscaldo (Principato Citeriore)	Ladrão de cabras	28
53. Isidoro Barilone	Monticello di Fondi (Terra di Lavoro)	Roubo em estrada pública	20
54. Domenico Cavallo	Ostuni (Terra d'Otranto)	<i>Idem</i>	23
55. Antonio Calabrese	Bracigliano (Principato Citeriore)	Ladrão	37
56. Francesco Gabriele	Noci (Terra di Bari)	Roubos	31
57. Vito Antonio Gabriele	Noci (Terra di Bari)	<i>Idem</i>	27
58. Gaetano Seteri	Atena Lucana (Principato Citeriore)	Homicídio voluntário	25
59. Luigi Amodio	Cava (Principato Citeriore)	Roubo em estrada pública e violências	19
60. Biagio Accattati	Lagonegro (Basilicata)	Roubo e outros excessos	30
61. Antonio Carmine Arminia	Andretta (Principato Citeriore)	Roubo e cúmplice de um estupro	27
62. Giuseppe Benevento	Tricarico (Basilicata)	Roubo intentado e outros excessos	22
63. Romano Berlinghieri	Cantalupo nel Sannio (Molise)	<i>Idem</i> em estrada pública	28

64. Raffaele Branca	Orsara (Capitanata)	Intentar assassinato e diversos roubos	22
65. Gaetano Capaldi	Sulmona (Abruzzo Ulteriore II)	Roubo em estrada pública	22
66. Domenico Cirillo	Boscoreale (Nápoles)	Roubo	19
67. Giuseppe Casasanta	Sulmona (Abruzzo Ulteriore II)	<i>Idem</i>	23
68. Emilio Casciotta	Fagnano Castello (Calabria Citeriore)	Roubo nocturno	26
69. Angelo Nicola Coletti	Castel del Monte (Abruzzo Ulteriore II)	Correrias pelo campo com armas, homicídio, roubos e outros excessos	25
70. Vincenzo Corbissiero	Mercogliano (Principato Citeriore)	Roubo nocturno	20
71. Nicola Cristiano	Grumo (Nápoles)	Violento atentado contra o pudor e roubo em estrada	26
72. Gaetano Colannino	Acquaviva (Terra di Bari)	Ladrão	31
73. Sabato Contursi	Rocca Piemonte (Principato Citeriore)	Roubo em Estrada pública e outros excessos	33
74. Angelo Conte	Carovilli (Molise)	Roubo nocturno e outros excessos	26
75. Biagio Cucco	Ciorlano (Terra di Lavoro)	Roubo em companhia com armas e violências	24
76. Clemente Cucco	<i>Idem</i> (Terra di Lavoro)	<i>Idem</i>	30
77. Luigi Colangelo	Senerchia (Principato Ulteriore)	Carreto de artigos roubados e outros excessos	25
78. Camillo Capitaneo (ou Capitano)	Chieti (Abruzzo Citeriore)	Roubo nocturno	22
79. Donato Cioci	Canzano (Abruzzo Ulteriore I)	<i>Idem</i>	23
80. Pietro d'Amico, <i>aliás</i> Montanaro	S. Gregorio (Principato Citeriore)	<i>Idem</i>	24
81. Sisto del Santo	Alife (Terra di Lavoro)	<i>Idem</i>	22
82. Giuseppe d'Avanzo	Avella (Principato Ulteriore)	Ajuntamento com criminosos e outros excessos	25
83. Anastasio dell'Orta	Penne (Abruzzo Citeriore)	Roubo em estrada pública	36
84. Pellegrino de Bernardo	Arienzo (Terra di Lavoro)	Homicídio voluntário, roubo e outros excessos	29
85. Serafino de Marco	Isola (Terra di Lavoro)	Roubo em estrada pública	38

86. Saverio de Feo	Avellino (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno	27
87. Domenico d'Arienzo 88. (ou di Rienzo)	San Giovanni di Lipione (Abruzzo Citeriore)	Roubos em companhia	30
89. Francesco Antonio di Giovanni	Casapulla (Terra di Lavoro)	Roubos nocturnos	27
90. Vincenzo di Puglia	Maratea (Basilicata)	<i>Idem</i> , em estrada pública	22
91. Nicola d'Alessandro	Torella dei Lombardi (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno e outros excessos	37
92. Isaia de Benedictis	Manocalzati (Principato Ulteriore)	<i>Idem</i>	32
93. Giuseppe Fiorillo	Somma (Nápoles)	Roubo em estrada pública e intentar homicídio	27
94. Giuseppe Fracasso	Orsara (Capitanata)	Intentou assassinato e diversos roubos	22
95. Francesco Santoriello	Carbonara (Terra di Lavoro)	Homicídio	32
96. Santo, o Alessandro Figlioli	Larino (Molise)	Ladrão	40
97. Salvatore Faita	Maruggio (Terra d'Otranto)	Ladrão e adultério violento	26
98. Giuseppe Gigante(<i>alias</i> Scoppetta)	Putignano (Terra di Bari)	Roubo nocturno e outros excessos	32
99. Pasquale Gioia	Cava (Principato Citeriore)	Roubo em estrada pública	21
100. Paolo Giordano	Roccamontepiano (Abruzzo Citeriore)	Três roubos e outros excessos	30
101. Pascasio Iacovella	San Lupo (Principato Ulteriore)	Diversos roubos qualificados	26
102. Biagio Lupone	Caserta (Terra di Lavoro)	Roubo nocturno e outros excessos	25
103. Giovanni Lombardi	Celenza (Capitanata)	Roubo em estrada pública	27
104. Felice Macchiavella	Piedimonte d'Alife (Terra di Lavoro)	Roubo nocturno	22
105. Giuseppe Maietta	Torre Annunziata (Nápoles)	Roubo em estrada pública	28
106. Giuseppe Masucci	Bovino (Capitanata)	Roubo nocturno e outros excessos	19
107. Francesco Miele	Nápoles (Nápoles)	Roubo em estrada pública	31
108. Pietro Marzilli	Cesina Villa di Campi (Abruzzo Ulteriore I)	<i>Idem</i>	24

109. Francesco Mondella	Calvanico (Principato Citeriore)	<i>Idem</i>	21
110. Rocco Militano	Sinopoli (Calabria Ulteriore I)	<i>Idem</i>	30
111. Giuseppe Orsi, o Urso	Nápoles (Nápoles)	Roubo nocturno	24
112. Pasquale Ottaviani	Capestrano (Abruzzo Ulteriore II)	Roubos em estrada pública	21
113. Giovanni Picciolo	Afragola (Nápoles)	Roubo em estrada pública	25
114. Giuseppe Percola	Giffoni (Principato Citeriore)	Intentou roubo e outros excessos	38
115. Geronimo Rivelli	Campagna (Principato Citeriore)	Roubo em pública estrada	24
116. Tommaso Salini	Città S. Angelo (Abruzzo Citeriore)	Homicídio	32
117. Mauro Russo	Rutigliano (Terra di Bari)	Ladrão de estrada	28
118. Giuseppe Spadafora	Pentima (<i>actual</i> : Corfinio, Abruzzo Ulteriore II)	Roubo em estrada pública	20
119. Francesco Senatore	<i>Não identificada</i>	Intentou roubo em estrada pública e outros excessos	28
120. Francesco Avino	Ottajano, ou Terzigno (Nápoles)	Homicídio voluntário	30
121. Luigi Tove	Cava (Principato Citeriore)	Roubo em estrada pública e violências	21
122. Vito Ucci	Lacedonia (Principato Ulteriore)	Ladrão armado	27
123. Luigi Viafora	Pietrafitta (Calabria Citeriore)	Sociedade com criminoso, roubo e outros excessos	35
124. Domenico Adinolfi	Montella (Principato Ulteriore)	Roubos	24
125. Domenico Tasone	Nardò (Terra d'Otranto)	Cúmplice de homicídio	25
126. Andrea Androzzi	Montepagano (Abruzzo Ulteriore I)	Roubo com violência	30
127. Rocco Agostino	Laganadi (Calabria Ulteriore I)	Roubo em estrada pública e outros excessos	22
128. Onofrio Tortoriello	Romagnano (Principato Citeriore)	Homicídio voluntário	41
129. Domenico Anzoletti	Loreto (Abruzzo Citeriore)	Ladrão	36
130. Nicola Atto	Diano (Principato Citeriore)	Roubo em companhia e outros excessos	32

131. Nicola Agata	Chieti (Abruzzo Citeriore)	Intentar roubo e homicídio voluntário	21
132. Nicola Allocco	Marigliano (Nápoles)	Roubos qualificados	23
133. Francesco Amato	Nápoles (Nápoles)	Homicídio com golpe de espada	24
134. Giuseppe Baldino	S. Giorgio la molar (Principato Ulteriore)	Roubos nocturnos e outros excessos	31
135. Luigi Basso	Rapolla (Basilicata)	Roubos em estrada	26
136. Camillo Berardino	Loreto (Abruzzo Citeriore)	Roubos e outros excessos	23
137. Antonio Badolato	Santa Caterina (Calabria Ulteriore II)	Roubo nocturno	28
138. Prospero Buglione	San Chirico Raparo (Basilicata)	Roubo, sociedade com criminosos e outros excessos	29
139. Angelo Maria Bolognese	Paludi (Calabria Citeriore)	Roubo nocturno e outros excessos	21
140. Michele Virri	Fisciano (Principato Citeriore)	Homicídio voluntário	30
141. Silvestro Bonifacio	Genzano (Basilicata)	<i>Idem</i>	24
142. Francesco Paolo Cosimo	Lanciano (Abruzzo Citeriore)	Roubo em estrada pública e outros excessos	24
143. Michele Bianco	San Nicandro (Capitanata)	Estupros violentos e homicídios voluntários	23
144. Giovanni Maria d'Amore	Miglionico (Basilicata)	Intentar roubo e outros excessos	20
145. Domenico Calcagno	Nápoles (Nápoles)	Roubo nocturno	27
146. Angelo Cavone	S. Vito (Terra d'Otranto)	Roubos	30
147. Giuseppe Corvo	<i>Não identificada</i>	Ladrão de estrada	31
148. Francesco Corullo	<i>Não identificada</i>	Roubo em companhia e violências	30
149. Raffaele Candia	Ischia (Nápoles)	Roubo com violências e feridas	33
150. Salvatore Contursi	Lioni (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno em companhia e outros excessos	39
151. Salvatore Ciciriello	Ceglie (Terra d'Otranto)	Roubo nocturno e outros excessos	37
152. Michele Corrado	Airola (Principato Ulteriore)	Roubo em estrada pública	29

153. Filippo Coriccio	Roccaguglielma (Terra di Lavoro)	<i>Idem</i>	21
154. Felice Cataldo	<i>Não identificada</i>	Roubo e outros excessos	37
155. Giacomo Bottis	Pietravarano (Terra di Lavoro)	Intentar estupro violento	25
156. Tommaso Covielli	Carpinone (Molise)	Roubos	26
157. Nicola Castellano	S. Angelo dei Lombardi (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno e outros excessos	22
158. Vincenzo Calvi, <i>aliás</i> Coccetta	<i>Não identificada</i>	Roubo nocturno em companhia	40
159. Domenico Antonio Cirelli	Grottole (Basilicata)	Roubo em estrada pública e outros excessos	28
160. Francesco Coppola	Castellammare (Nápoles)	Ladrão e outros excessos	29
161. Raffaele Damiani	Resina (Nápoles)	Roubo em estrada pública com violência	25
162. Michele Donvito	Gioia (Terra di Bari)	Roubo	23
163. Giuseppe d'Errico	Latiano (Terra d'Otranto)	Roubo em estrada pública e outros excessos	27
164. Pietro Diana	Villa Schiavi (<i>actual</i> :Liberi, Terra di Lavoro)	Roubo com violência	31
165. Saverio Epifani	Matera (Basilicata)	Roubo em estrada pública e outros excessos	26
166. Gaetano Terlizzi	Lucera (Capitanata)	Homicídio voluntário	23
167. Gennaro Famiglietto	Frigento (Principato Ulteriore)	Roubo em companhia com armas	27
168. Carmine Filidoro	Bella (Basilicata)	Roubo em estrada pública	21
169. Camillo Fagiano	Latiano (Terra d'Otranto)	Roubo violento em estrada pública	20
170. Carmine Bilangione	Venosa (Basilicata)	Homicídio	35
171. Pietro Nicola Fabio	Cervaro (Terra di Lavoro)	Roubo nocturno e outros excessos	27
172. Pasquale Brusca (<i>ou</i> la Brusca)	Capua <i>ou</i> Grassani (Terra di Lavoro)	Homicídio	33
173. Pasquale Fuda	Castelvetere (Principato Ulteriore)	Roubo em estrada pública	20
174. Antonio Taccia	Lucera (Terra di Bari)	Roubo em estrada pública	19

175. Salvatore Trama	Nápoles (Nápoles)	Homicídio voluntário	22
176. Luigi Fratojanni	Vacri (Abruzzo Citeriore)	Roubos	24
177. Nicola Gasparino	Castelgrande (Basilicata)	Roubo em estrada pública	26
178. Onofrio d'Acunto	Vietri (Principato Citeriore)	Sedicioso	40
179. Vincenzo Giammatico	Maschito (Basilicata)	Ladrão de estrada	33
180. Giacomo Gotino(ou Golino)	San Lorenzo Minore (Principato Ulteriore)	Ladrão de estrada	31
181. Giuseppe Gualtieri	San Sebastiano (Nápoles)	Ladrão e feridas	26
182. Antonio Gemma	Lucera (Terra di Bari)	Roubo em estrada pública e outros excessos	24
183. Gaetano Grimaldi	Lucera (Capitanata)	Interveniente e autor de roubos nos campos	22
184. Domenico Gioffè	Polistena (Calabria Ulteriore I)	Roubo nocturno e feridas em estrada pública	25
185. Gennaro Caramiello	Nápoles (Nápoles)	Homicídio voluntário	35
186. Francesco Giovanni	Gragnano (Nápoles)	Ladrão em companhia armada	29
187. Cosimo Graziano	Avellino (Principato Citeriore)	Roubos em estrada pública e outros excessos	21
188. Michele Bonis	Pietragalla (Basilicata)	Homicídio voluntário	26
189. Francesco Chiancone	Monopoli (Terra di Bari)	Homicídio	21
190. Leonardo Antonio Lombardi	Minervino (Terra di Bari)	Roubos e feridas	31
191. Luigi Lorenzo	Lucera (Capitanata)	Roubo em estrada pública e outros excessos	25
192. Pasquale la Canna	S. Angelo (Principato Ulteriore)	Roubos	31
193. Pasquale Capuano	Troia (Capitanata)	Homicídio voluntário	29
194. Bonaventura Lignorano	S. Egidio (Abruzzo Ulteriore I)	Roubos na rua com violências	29
195. Michelangelo la Ruffa	Drapia (Calabria Ulteriore II)	Roubo na rua e outros excessos	29
196. Nunzio S. Martino	Foggia (Capitanata)	Ladrão	30

197. Berardino Masci	Montorio (Abruzzo Ulteriore I)	Roubo com violências e feridas	21
198. Giovanni Mariano	Atri (Abruzzo Ulteriore I)	Complice em feridas dadas na rua e outros excessos	28
199. Bernardo Mauriello	Scanzano (Basilicata)	Ladrão em companhia armada	28
200. Giuseppe Antonio Mastrocuro	Atessa (Abruzzo Citeriore)	Roubo nocturno em companhia armada	28
201. Giovan Battista Mancini	Lettomanopello (Abruzzo Citeriore)	Roubo em companhia armada, estupro e outros excessos	33
202. Rocco Maggio	Carpinone (Molise)	Roubos	22
203. Giuseppe Manno	Giffoni (Principato Citeriore)	Dois roubos e outros excessos	26
204. Vito Antonio Donadio	Eboli (Principato Citeriore)	Homicídio voluntário	26
205. Ignazio Magnante	Isernia (Molise)	Roubo na rua e outros excessos	24
206. Raffaele Masi	Portici (Nápoles)	Roubos em estrada pública com violências	26
207. Gennaro Monaco	Silvi (Abruzzo Ulteriore I)	Ladrão	31
208. Raffaele Migliaccio	Torre Annunziata (Nápoles)	Roubos em estrada pública	33
209. Giuseppe Nigro	S. Angelo dei Lombardi (Principato Ulteriore)	Roubo e outros excessos	21
210. Antonio Polimeno	Ceraso (Principato Citeriore)	Roubo e feridas	30
211. Valentino Pascucci	Palmoli (Abruzzo Citeriore)	Roubo nocturno e outros excessos	25
212. Filippo Pietro	Civitella del Tronto (Abruzzo Ulteriore I)	Cumplicidade de roubo em estrada pública	33
213. Alessio Palma	Mignano (Terra di Lavoro)	Roubo em pública estrada e roubo violento	25
214. Gabriele Pezzella	Fragneto (Principato Ulteriore)	Cumplicidade, um roubo e outros excessos	23
215. Paolo Potenza	Fasano (Terra d'Otranto)	Roubo violento em estrada pública	23
216. Luigi Petti	Ripalimosani (Molise)	Roubo nocturno e outros excessos	36
217. Donato Pelino	Carbonara (Terra di Lavoro)	Roubo	24
218. Francesco Boccia	Ottaviano (Nápoles)	Homicídio	24

219. Giovanni Patuno	Nápoles (Nápoles)	Roubo em estrada pública	24
220. Catello Donnarumma	Castellammare (Nápoles)	Homicídio voluntário	35
221. Antonio Pomentale	Castellammare (Nápoles)	Roubo na rua e outros excessos	22
222. Biagio Panciullo	Angri (Principato Citeriore)	Roubo na rua e outros excessos	17
223. Sabino Pomo	Palazzo (Basilicata)	Roubo e outros excessos	32
224. Giuseppe Nicola Petrella	Casamassima (Terra di Bari)	Roubo	37
225. Pasquale Persichetti	Alvito (Terra di Lavoro)	Ladrão	44
226. Giuseppe Capuano	San Giovanni (Nápoles)	Homicídio	33
227. Giuseppe Russo	Ponticelli (Nápoles)	Roubos qualificados	39
228. Angelo Antonio Ranieri	San Giuseppe d'Ottaviano (Nápoles)	Roubo em estrada pública	23
229. Felice (ou Luigi) Gentile	Gioiosa (Calabria Ulteriore I)	Homicídio voluntário	27
230. Francesco Romaniello	Ogliastro (Principato Citeriore)	Roubo e outros excessos	26
231. Bernardo Ruggiero	Ovindoli (Abruzzo Ulteriore II)	Roubo na rua e outros exc.	23
232. Angelo Amato Romano	Casalduni (Principato Ulteriore)	Roubo na rua e outros exc.	20
233. Giovanni Battista Schiattarella	Calvizzano (Nápoles)	Diversos roubos em estrada pública	24
234. Agostino Stellato	Cautano (Principato Ulteriore)	Roubo na rua	21
235. Domenico Sanelli	Caramanico (Abruzzo Citeriore)	Roubo na rua e outros excessos	27
236. Andrea Scudiere	Ottaviano (Nápoles)	Roubos nocturnos e outros excessos	24
237. Sebastiano Silvo	Airola (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno na rua e outros excessos	41
238. Francesco Spagnoli	Montefredano (Principato Ulteriore)	Roubo violento	30
239. Matteo Santis	Nola (Terra di Lavoro)	Roubo em estrada pública e outros excessos	21
240. Michele Scazzariello	Genzano di Lucania (Basilicata)	Roubo em estrada pública e outros excessos	20

241. Domenico Spada	Bonefro (Molise)	Cinco roubos e outros excessos	23
242. Antonio Scarlati	Fuscaldo (Calabria Citeriore)	Ladrão armado	28
243. Carmine Sozzi	<i>Não identificada</i>	Ladrão e outro crime	27
244. Antonio Graziano	Nocera (Principato Citeriore)	Homicídio	27
245. Donato Tedesco	Avigliano (Basilicata)	Roubos	21
246. Francesco Fascione	<i>Não identificada</i>	Roubo nocturno e outros exc.	24
247. Nicola Tavano	Ariano (Principato Ulteriore)	Correrias pelos campos, roubos e outros excessos	22
248. Domenico Tommaso	Carpinone (Molise)	Roubos	24
249. Vincenzo Fino	Chiaravalle (Calabria Ulteriore II)	Roubo nocturno e outros excessos	24
250. Giuseppe Vetrano	Avella (Principato Ulteriore)	Dois roubos e outros excessos	42
251. Giacomo Vito	Pignataro (Terra di Lavoro)	Roubo em estrada pública e outros excessos	23
252. Francesco Antonio Viridia	Varapodio (Calabria Ulteriore I)	Roubo em estrada pública	21
253. Giuseppe Vivencio	Nápoles (Nápoles)	Ladrão e feridas	45
254. Celestino Zarlenga	Pietrabbondante (Molise)	Dois roubos e outros excessos	20
255. Geronimo Zarlenga	Pietrabbondante (Molise)	<i>Idem</i>	29
256. Vincenzo Arcieri	Spinazzola (Terra di Bari)	Roubo e feridas em estrada pública	26
257. Giuseppe Bungaro	Francavilla Fontana (Terra d'Otranto)	Ladrão e feridas	30
258. Pietro Candido	Francavilla Fontana (Terra d'Otranto)	Roubo	29
259. Giuseppe Giannone	Gioia del Colle (Terra di Bari)	Ladrão	33
260. Stefano Geronimo	Turi (Terra di Bari)	Homicídio	21
261. Giovanni Nicola Mancini	Gioia del Colle (Terra di Bari)	Diversos roubos	34
262. Antonio Matteo	Nápoles (Nápoles)	Homicídios, roubos e outros excessos	46

263. Francesco Panebianco	Tolve (Basilicata)	Ladrão e feridas	34
264. Guglielmo Rizzi	S. Angelo dei Lombardi (Principato Ulteriore)	Roubo em companhia e outros excessos	31
265. Nicola Bloise	Rotonda (Basilicata)	Roubo	32
266. Leonardo Langerosi	Montemurro (Basilicata)	Ladrão	34
267. Vincenzo Bevilacqua	Pietrapertosa (Basilicata)	Ladrão	27
268. Saverio Giglio	Aiazzo (ou Caiazzo)	Homicídio voluntário	22
269. Filippo dell'Orco	Ginosa (Terra d'Otranto)	Intenta roubo, outros excessos	30
270. Giovanni di Chiro	Baranello (Molise)	Roubo qualificado	41
271. Lorenzo Fiore	Orsara (Capitanata)	Roubo em companhia e outros excessos	40
272. Antonio lo Russo	Ospedaletto d'Alpinolo (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno e outr. excessos	36
273. Giuseppe Peddico(ou Speddico)	Ruvo (Terra di Bari)	Ladrão e agressões	36
274. Pietro Quintana (ou Contana)	Matera (Basilicata)	Roubo nocturno e outros excessos	29
275. Carlo Staldari	Gerace (Calabria Ulteriore I)	Roubo nocturno e outros excessos	33
276. Luigi Albini	Atripalda (Principato Ulteriore)	Roubo nocturno e outros excessos	38
277. Antonio Andretta	Secondigliano (Nápoles)	Roubo em companhia em estrada pública	43
278. Pasquale Ambrosio	Rose (Calabria Citeriore)	Homicídio, ladrão e feridas	40
279. Giovanni Cassio Cordascio	Rutigliano (Terra di Bari)	Roubos e outros excessos	31
280. Giovan Battista Casanova	<i>Não identificada</i>	Ladrão e feridas	36
281. Francesco Cavaliere	Cerignola (Capitanata)	Roubo nocturno e outros excessos	28
282. Francesco Pallante	San Nicandro Garganico (Capitanata)	Assassinato e ladrão de estrada	34
283. Antonio Parisi	Piscinola (Nápoles)	Roubos com armas	36
284. Gregorio Pignataro	S. Gregorio (Principato Citeriore)	Roubo	39

285. Antonio Pipoli	Foggia (Capitanata)	Roubo	33
286. Angelo Rudascio	Santa Croce di Morcone (Principato Ulteriore)	Roubo em estrada pública e outros excessos	31
287. Francesco Zaro	<i>Não identificada</i>	Roubo em estrada pública e outros excessos	24
288. Domenico Zullo	<i>Não identificada</i>	Roubos	25
289. Costantino Lanciano	S. Martino in Pensilis (Molise)	Estupro violento com armas e ajuda de mais pessoas	28
290. Simone Lallo	Paglieta (Abruzzo Citeriore)	Homicídio voluntário	29
291. Mattia Longobardo	Gragnano (Nápoles)	<i>Idem</i>	20
292. Michelangelo Lanzieri	Sarno (Principato Citeriore)	<i>Idem</i>	20
293. Giuseppe Leggiero(ou Ruggiero)	Casale di Fiano (Terra di Lavoro)	<i>Idem</i>	20
294. Marco Matteo	Manocalzati (Principato Ulteriore)	<i>Idem</i>	18
295. Francesco Marzio(ou di Marzio)	Bonefro (Molise)	<i>Idem</i>	29
296. Felice Nicola Carano	Pignola (Basilicata)	Sociedade com malfeitores	33
297. Giuseppe Mancuso	Panettieri (Calabria Citeriore)	<i>Idem</i>	25
298. Giuseppe Mastrovito	Giovinazzo (Terra di Bari)	Violento atentado contra o pudor e outros excessos	24
299. Giuseppe Ortona	Tavenna (Molise)	Homicídio voluntário	26
300. Giuseppe Pillo	S. Agapito (Molise)	<i>Idem</i>	31
301. Giuseppe Antonio Scordo	Palma (Nápoles)	<i>Idem</i>	25

Anexo VII

Apelidos portugueses de origem italiana (sécs. XIV-XX)

Nota:a presente lista é compilada a partir do recenseamento feito por José Leite de Vasconcelos na sua obra *Antroponímia portuguesa* (1928). Ao elenco acrescentámos informações nossas.

Legendas das informações entre parêntesis:denominação originária em italiano (em itálico, quando necessária); origem geográfica, quando possível; informações complementares.

Apelido	Denominação originária em italiano	Origem geográfica	Informações complementares
Accioli ou Achioli	<i>Acciaioli,</i> <i>Acciaiuoli</i>	Florentino	Com ramo luso-brasileiro; na Madeira a partir do século XVI, descendentes presentes na ilha ainda no século XVIII (com esporádica presença actual). A célebre família de banqueiros florentinos teve origens na cidade lombarda de Brescia
Amador	<i>Amatori</i>	Florentino, mas com difusão em toda a Itália central e de nordeste	Em Portugal desde o séc. XVI, etimologia na palavra italiana <i>amatore</i> (quem ama)
Bardi		Florentino	Família de banqueiros, em Portugal desde o séc. XV. O iniciador do ramo português é Giacomo Bardi, mercante florentino, que se fixa e casa na cidade do Porto
Barocci		Veneziano (segundo L. de Vasconcelos), embora o apelido tenha como origem predominante a Itália central (Toscana e Marche)	Em Lisboa desde o século XV. Antonio Barocci, mercador veneziano, em Lisboa desde 1586 (aparecem suas referências nos documentos da <i>Chancelaria de D. Filipe I – Doações, Ofícios e Mercês</i> , livro IX)
Barberini		Florentino	Apelido de família ligado ao papado, sendo no século VXII conta com um Pontífice, Urbano VIII. Ligaram-se ao Quifel, originários de Anversa (Flandres), dando origem ao ramo dos Quifel Barbarino. Hoje em dia são representados pela família dos Viscondes de Anadia

Battistini		Itália central (Toscana, Emilia-Romagna; Marche; em pequeníssima parte Ligúria)	Em Portugal desde finais do séc. XIX, graças a chegada do pintor e ceramista Leopoldo Luigi Battistini, nascido em Jesi (região de Marche) em 1865 e falecido em Lisboa em 1936. Remete-se para LÁZARO, Alice, <i>Leopoldo Battistini: Realidade e utopia</i> , Coimbra, Câmara Municipal, 2002
Betti		Toscano	Presente no século XIX na ilha da Madeira. Família de médicos
Bobone		Piemontês	Família de diplomatas sardos, em Portugal desde o século XIX; ainda hoje existente em Portugal, praticamente desaparecido em Itália
Bottino		Sardo, Genovês (mas com presença também no sul da península)	Um Pietro Bottino de Sassari (ilha da Sardenha) está presente em Lisboa desde a metade do século XIX. Ainda hoje existente
Canongia	<i>Canonica- Canonico</i> (possível)	Piemontês (-a) Itália Meridional (-o)	A presença deste apelido em Portugal está testemunhada, desde o século XIX, pela editora de textos musicais e obras italianas, Canongia & C. ^a Há notícia da sua presença em Lisboa e Oeiras, tendo-se ligado também à família de origem italiana dos Verde
Cardi	<i>Ciardi, Cardi</i>	Toscano (Florença) Itália Central	Pertencente à mesma família etimológica do antroponímico florentino <i>Carducci</i> (Carducho), presente em Portugal com uma família de mercadores na ilha da Madeira (Simão Cardi). Mantendo-se a versão original (<i>Cardi</i>), apresenta origem espalhada na parte central da península
Carducho	<i>Carducci</i>	Florentino	Ligado à presença comercial florentina em Lisboa desde o século XVI, nomeadamente a de Francesco Carducci, rendeiro nas ilhas dos Açores e rico negociante de especiarias e açúcar. O apelido conta também com um pintor, Vincenzo

			Carducci, em Lisboa sob o reinado de Filipe I. Contudo, é um apelido com forte carácter “poli-genético” (ou seja, com desenvolvimento diversificado) ao longo de toda a península
Casassa		Piemontês	Um Felice Casassa é homem de negócio em Lisboa em 1759
Cassana ou Cacena	<i>Casana</i> (mais provável), <i>Cassan, Cassano</i>	Genovês	A origem do apelido está ligada à família de comerciantes que dinamizou o povoamento da ilha Terceira, nos Açores. Contudo, a forma de origem italiana não apresenta ligações históricas à cidade de Génova. <i>Casana</i> é um apelido tradicional do norte da península, <i>Cassano</i> é a forma típica do sul
Catanho	<i>Cattaneo</i>	Lombardo (prevalente) ou genovês, com ramo corso a partir do século XVIII	Presente na ilha da Madeira desde o séc. XIV, mediante uma família de mercadores de açúcar. Em uso ainda hoje.
Cavalcanti		Florentino	Particularmente importante tem sido o desenvolvimento do ramo brasileiro desta família, desde o século XVI
Conestagio ou Connestaggio		Genovês	Ligado à presença em Portugal, no século XVI, de Girolamo Franchi Conestagio, representantes dos interesses genoveses na Feitoria da Alfândega. Sobre esta importante figura, remete-se para MANUPELLA, Giacinto, “Jeronimo Franchi Conestaggio”, <i>Revista da Faculdade de Letras de Lisboa</i> , III série, nº 1, 1957, pp. 216-287
Consiglieri		Genovês	Antroponímico tipicamente genovês. Difundido em Portugal sobretudo a partir do século XIX, ainda hoje em uso. João Batista Consiglieri, natural de Bogliasco (Génova), negociante, casa em 1822 com uma prima, Dona Maria Tomásia Corvetto

Corazzi		Veneziano	Presente em Lisboa desde o século XVIII; a família a quem se refere tem origens venezianas, mas o apelido tem carácter “poli-genético” em toda a Itália central. A esta família está ligada a Editora de David Corazzi, falecido em Lisboa no final do século XIX
Corsali	<i>Corsale</i>	Florentino	Este apelido, hoje em dia desaparecido em Portugal e já muito raro em Itália, está ligado à figura do navegador Andrea Corsali (1487-?), zarpado de Lisboa em 1514 em direcção às Índias, e falecido nas terras de Etiópia, onde se tinha dirigido para encontrar, sob encomenda do Papa Leão X, o Preste João. A origem italiana <i>Corsale</i> tem raízes no sul da península (Sicília e Nápoles)
Corvinel	<i>Corvinelli</i> <i>Corbinelli</i>	Florentino	Família florentina presente em Lisboa desde o século XVI, mediante o banqueiro Francesco Corbinelli, falecido nas Índias na primeira metade da centúria, onde foi primeiro feitor de Goa
Cosmelli		Genovês	Presente em Portugal desde meados do século XVIII. Em origem, família de tabeliões que se estabelece no bairro de São Paulo. Ainda hoje em uso. À descendência deste apelido é ligada a biblioteca Arquitecto Cosmelli Sant’Anna, no largo de São Mamede em Lisboa
Doria		Genovês	Célebre apelido de família patricia genovesa, em Portugal desde o século XV. O apelido é também muito difundido na área de Veneza. Actualmente difundido de modo particular na ilha da Madeira
Espínola OuSpínola	<i>Spinola</i>	Genovês	De clara origem genovesa, onde desde a idade média se destaca como apelido duma

			potente família da nobreza cidadina, com ligações a Portugal. No famoso palácio <i>Spinola di Pellicceria</i> , em Génova, numa das salas principais guarda-se um fresco intitulado <i>La città di Lisbona assediata dal duca d'Alba</i> , representando os acontecimentos militares de 1581. Hoje em dia presente na forma Spínola na ilha da Madeira, Espínola nas ilhas dos Açores (nomeadamente na ilha Graciosa)
Falcato			Apelido difundido particularmente no Alentejo, desde o séc. XVII. L. De Vasconcelos insere-o nos apelidos de origem italiana, mas esta origem permanece duvidosa, sendo inexistente nos registos de apelidos com origem ou residentes na península
Ferrari	<i>Ferrari, Ferrero</i>	Origem variada	Apelido comum em Portugal desde o século XVIII, ainda hoje presente. Em Itália representa actualmente o terceiro apelido mais difundido. Em Lisboa está associado a uma histórica família de pasteleiros, cuja actividade teve loja ainda no século XX na rua Nova do Almada, tendo sido destruída pelo incêndio do Chiado em 1988 (reabriram recentemente na rua Augusta). A descendência desta família encontra-se no ramo dos Condes de Carnide). Correspondência onomasiológica com o português <i>Ferreira</i> (aquele que trabalha o ferro)
Florença ou De Florença	<i>Firenze, Fiorenza, Florenzi</i>	Florentino ou genovês	Este apelido representa quer epónimo com referência toponomástica de origem (em língua italiana também dito <i>patrionimico</i> [cf. De Felice, 1987]); quer o apelido <i>Firenze</i> , que se concentra historicamente na área de

			Génova. Menos prováveis <i>Fiorenza</i> (sul de Itália) e <i>Florenzi</i> (tipicamente romano). Em relação ao primeiro caso (<i>patronímico</i>), veja-se a tabela relativa a “Salviati”
Franzini		Veneziano	Segundo L. de Vasconcelos, é um apelido em uso na cidade do Porto. Na verdade, no século XIX está presente na cidade de Lisboa, estando ligado à família dos Franzini (Michele e seu filho Marino Miguel), de origem vêneta
Fuschini		Itália central (muito comum em Faenza, perto de Bolonha)	L. de Vasconcelos localiza-o em Lisboa. Em meados do século XVIII estão presentes através duma família de artistas, arquitectos e pintores
Galli		Florentino	Apelido particularmente comum na Itália centro-norte. A sua presença em Portugal está ligada a uma família de comerciantes, presente em Lisboa desde o princípio do século XVI; no século XIX a ela está ligada a figura de Giuseppe Galli, professor de violino
Gavazzo		Genovês ou veneziano	Segundo L. de Vasconcelos, em Portugal desde o princípio do século XIX. De facto, chegam a Portugal após a invasão francesa do norte da península Itálica, sediando-se no bairro de São Paulo. Remete-se para VIDAL, Frederico Gavazzo Perry, «Vista panorâmica de Lisboa datada de 1763», <i>Olisipo</i> , n.4 (Out. 1938), pp. 3-11
Gentil	<i>Gentile</i>	Genovês	Apelido poligenético, muito difundido em toda a península, com concentração no sul. Em Portugal aparece com uma família de mercadores de açúcar na ilha da Madeira, no século XVI. Hoje em dia representado pela família Gentil-Martins
Geraldes	<i>Giraldi</i>	Florentino	Patronímico. Apelido típico da Itália central. Esta família chega em Portugal em

			princípios do século XIX.
Grimaldo	<i>Grimaldi</i>	Genovês	Apelido histórico genovês. Em Portugal assenta-se particularmente no Algarve e na região do Oeste, onde é presente desde o século XVIII. Vários ramos, incluindo um ramo de Turim.
Honorati	<i>Onorati, Onorato</i>	Florentino	Presente em Lisboa desde finais do século XVII. De origem florentina, mas presente também em Roma
Imperial	<i>Imperiale, Imperiali</i>	Genovês (segundo L. de Vasconcelos)	Apelido introduzido por uma família de mercadores genoveses, que se fixam na ilha da Terceira no tempo do reinado de D. Manuel I
Jácome	<i>Giacomo</i>		L. de Vasconcelos individua a presença do apelido na cidade do Porto em meados do séc. XV. Trata-se, com evidência, de um patronímico. Ainda em uso em Lisboa e nos Açores no princípio de Novecentos. Apelido de origem romana, calabresa ou genovesa. Hoje em dia é presente nas ilhas dos Açores (nomeadamente, São Miguel), com o ramo Jácome-Correia
Jenochio	<i>Ginocchio</i>	Genovês	L. de Vasconcelos faz a correspondência com a palavra italiana <i>ginocchio</i> (joelho), como alcunha. É um apelido em uso na região de Génova. Em Lisboa aparece no século XIX, mediante uma família de oficiais do exército, vivendo nas freguesias de Belém e Santa Engrácia. Em uso ainda hoje
Júdice	<i>Giudice</i>	Genovês, com ramo corso	Com difusão no Algarve. Em Portugal desde o século XVIII. Apelido muito comum no sul do país, mas as suas raízes algarvias testemunham ligação com a forte comunidade genovesa que lá vivia
Lafetá	<i>Affaiati</i>	Lombardo	Evolução portuguesa do apelido da célebre família de negociantes italianos Affaiati, em Lisboa desde o séc. XV e com descendência até ao

			presente
Lambertini		Bolonhês	Família bolonhesa vinda para Portugal a partir de 1836, por razões profissionais. O nome que está ligado a este conjunto é o de Michelangelo Lambertini (1862-1920), músico, editor, colecionador e comerciante
Leone	<i>Leone, Leoni</i>	Florentino e genovês	Apelido muito comum no sul da península. No século XV atesta-se presença na Madeira, onde uma destas famílias comercia em açúcar. Ao ramo florentino está ligado Carlo Antonio Leoni, gravador e pintor, falecido em Lisboa no final do século XVIII
Lombardo		Lombardo, toscano e genovês	Representa exemplo evidente de “ <i>patrionimico</i> ” (etimologia: do latim <i>Longobardus</i>), embora em Portugal dependa da emigração genovesa e toscana. Particularmente interessante é o significado que adquire na idade média: mercador, agente de câmbio, usurário, com relação às actividades exercidas pelos habitantes da Lombardia
Lomelino	<i>Lomellini</i>	Genovês	Apelido ligado a uma família de mercadores e banqueiros, presente em Portugal desde o séc. XV e com descendência até ao séc. XX. Remete-se para RAU, Virgínia, «Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini», sep. da <i>Revista da Faculdade de Letras</i> , t.22, n.2 (1956), Lisboa, [s.n.]
Lucci		Toscano (mas em Lisboa pertence ao grupo de imigrados malteses)	L- de Vasconcelos individua este apelido em Lisboa. Desde a idade média muito presente na cidade de Florença. Como dito, na capital portuguesa está ligado aos malteses, ativos sobretudo no campo do empréstimo de dinheiro
Lupi		Genovês, romano,	Apelido presente em Lisboa,

		napolitano	em três ramos procedentes de Roma, de Génova e de Nápoles. A ele estão ligados vários relojeiros, além da figura do pintor Miguel Ângelo Lupi
Mantua	<i>Mantova</i>		<i>Patrimonimico</i> . Relativo à cidade de Mântua, mas com difusão no centro e no sul da península. Existe também a forma latinizada (e adquirida pelo português) <i>Mantua</i> (raro, no sul da península). Presente nas ilhas dos Açores (São Miguel)
Manzoni		Milanês	Apelido “poli-genético”. Em Portugal tem origem com António Manzoni, em Lisboa entre os séculos XVII e XVIII. Ainda hoje em uso (na forma Manzoni de Sequeira)
Marchioni	<i>Marchionni</i>	Florentino	Ligado à presença em Lisboa de uma família de banqueiros florentinos, no século XVI. Inicialmente, viveram em Almada, deslocando-se sucess. para a Índia
Margiochi	<i>Margiacchi</i> (?)	Toscano (?)	Na forma <i>Margiochi</i> , não se encontra na península. Talvez forma aportuguesada de <i>Margiacchi</i> , apelido geograficamente localizado na Toscana
Merea		Genovês e napolitano	L. de Vasconcelos liga a presença em Portugal deste apelido à migração de um genovês em 1806, Antonio Merea, que casou com uma portuguesa, garantindo continuidade do apelido no país; em uso ainda hoje
Midosi	<i>Midossi</i>	Romano	Introduzido em Lisboa no séc. XVIII. Ligado à figura de Paulo Midosi. Em Itália a forma originária (Midossi) sobrevive em poucos núcleos familiares na região de Roma
Mondino		Piemontês	Apelido com carácter regional (Piemonte), desconhece-se o período da sua implantação em Portugal
Monjardino	<i>Mongiardino</i>	Genovês	Apelido originário de Génova (San Pier d’ Arena). Introduzido em Portugal por

			Lazzaro Mongiardino, no final do século XVII. Remete-se para FORJAZ, Jorge Pamplona, <i>Os Monjardinos. Uma família genovesa em Portugal, Açores e Brasil, Angra do Heroísmo</i> , 1987
Montenegro	(?)	(?)	L. de Vasconcelos tem dúvidas a respeitoda origem italiana, sendo um topónimo comum também em Portugal
Morato		Vêneto	Muito comum em Portugal, sobretudo no Alentejo e na versão composta Morato Roma. De origem vêneta
Morel	<i>Morel/Morelli</i>		Presente em Portugal desde o séc. XV, de provável origem toscana (mas apresenta caracteres de poli-génese)
Morganti	<i>Morgante</i>		“Poli-genético”, muito difundido na península
Nápoles		Napolitano	Claro exemplo de <i>patrionimico</i> . Em Portugal é família nobre, cuja presença remonta desde a idade média
Oneto		Genovês	Apelido introduzido em Portugal pela família de comerciantes genoveses Oneto (segunda metade do século XVIII). No século XIX constituía a famosa casa comercial <i>Oneto e Richini</i> . L. de Vasconcelos está em erro quando afirma que esta família veio para Portugal em 1846: naquela altura Giacomo Oneto tem já voltado para Génova. Desaparecido hoje em dia em Portugal, enquanto em Itália continua a nomear pessoas predominantementena província de Génova
Padoa	<i>Padova</i>	Vária	Antroponímico com base no topónimo (cidade de Pádua), sendo comum na área de Milão. Em Portugal a origem italiana confunde-se com o nome António de Pádua, que se refaz ao santo

Paquete*	<i>Pagheti/Pagetti</i>	Bolonhês	A introdução deste apelido em Portugal deve-se, com muita probabilidade, à chegada do artista Alessandro Pagheti e da sua companhia italiana de ópera, nos anos trinta do século XVIII, aquando da governação de Dom João V, como é sabido particularmente ligado à cultura italiana. Ainda em uso em Portugal
Passalaqua	<i>Passalacqua</i>		Presente entre finais do séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX na ilha da Madeira. Apelido de origem meridional, embora encontre difusão na área de Génova, de onde, com muita probabilidade, provém o antroponímico português, em meados do século XVIII. Existe ramo brasileiro
Perestrello	<i>Perestrello</i>	Placentino	
Pessanha	<i>Pessagno</i>	Genovês	Introduzido em Portugal no século XIV pelo célebre almirante genovês Emanuele Pessagno, que muita descendência teve no país
Pinhatelli	<i>Pignatelli</i>	Napolitano-Espanhol	Nome de tradição napolitana, que conota uma grande família da nobreza cidadina, com títulos de nobreza em Espanha e no México. Apesar disso, a introdução em Portugal não se deve à presença napolitana, mas sim a um acto de cavalaria do príncipe Antonio Pignatelli à família Robalo de Amaral, em 1660 (no seguimento da chamada “escaramuça de Veiga da Sarça”, entre tropas portuguesas e espanholas). É porém provável que outros Pignatelli constituam descendência de Michele Pignatelli, Príncipe di Belmonte, representante diplomático napolitano em Lisboa entre 1762 e 1763. Outros serão os Pignatelli

* Apelido que não está representado na lista de Leite de Vasconcelos.

			agentes diplomáticos em Portugal (veja-se anexo I). Pertence a esta família está também Antonio Pignatelli, Encarregado de Negócios nomeado em 1827
Polleri		Genovês	Família de comerciantes genoveses já presentes em finais de Setecentos, com casa comercial aberta ainda em 1855. Presentes também na cidade do Porto. Em Lisboa estão ligados à família dos Zignago
Possolo	<i>Pozzolo</i>	Genovês	Em Lisboa, a esta família estão ligados vários topónimos: a rua e travessa do Possolo, onde morava em finais do século XVIII o grande comerciante Nicolò Possolo. Existe também a casa dos Possolos (Lapa)
Ravara		Genovês	L. de Vasconcelos individua a origem deste apelido (com presença em Lisboa) na emigração de um milanês no início do séc. XVIII. Existe ainda hoje
Reinel	<i>Raineri/Rainero/Ranieri</i>	Piemontês ou genovês, mas pode ser confundido com o alemão Rainold	A forma <i>Rainero</i> é piemontesa, com presença também na área de Génova
Renato			Em Lisboa. “Poli-genético”, presente no norte da península, embora muito raro
Rivara		Genovês	Apelido particularmente comum na cidade de Génova
Roma			No princípio do século XX, presente em Lisboa e no Alentejo. <i>Patrionímico</i> , com carácter “pan-italiano” de difusão
Rovere	<i>Della Rovere</i>	Genovês	Em Lisboa. Introduzido em Portugal no final do século XVI por Carlo Della Rovere, representante em Portugal do Duque de Sabóia, pretendente ao trono em 1580
Sabbo	<i>Zabòt/Zabotto/Saba</i>	Veneziano	Presente no Algarve
Salvago	<i>Salvagio</i>		Presente em Portugal no séc. XVI
Salviati		Florentino	Na Madeira no séc. XV. Introduzido por Giovanni

			Salviati, que se exilou na ilha após a perseguição dos Medici devidò à <i>Congiura dei Pazzi</i> , em 1478. No curso do tempo, este apelido é substituído por De Florença, devido à sua origem. Existe ainda hoje
Sanguinetti		Genovês	Em Lisboa. Tipicamente genovês, com difusão no norte da península, onde denota famílias com origens judaicas
Sassetti		Toscano	Presente em Lisboa desde o século XVI. L. de Vasconcelos faz referência também à presença de Sassetti, hoteleiro, chegado a Portugal no final de Setecentos, com casa de hóspedes e taberna em Sintra. Família de fabricantes de instrumentos musicais. No século XX um ramo desta família entrelaça-se com a descendência de Sidónio Pais.
Schiappa		Romano	Apelido de origem romana
Seco	<i>Secco</i>	Milanês	
Sernige	<i>Sernissi (?)</i>	Florentino	Comerciantes presentes em Lisboa no século XV. A forma Sernissi é tipicamente toscana
Stichini	<i>Stecchini (?)</i>		Presente em Lisboa quando L. de Vasconcelos escreve. Na forma Stecchini tem difusão no centro-norte da península
Talone		Romano	Em Lisboa
Tamagnini			Este apelido deve-se à figura de um médico vindo de Itália no século XIX.
Tedeschi			Na forma <i>Tedeschi</i> é muito comum no norte de Itália
Terzi		Bolonhês	Apelido ligado ao famoso escultor
Torralva (?)			Apelido de dois arquitectos que estavam em Portugal no séc. XVI – origem geográfica <i>Torralba</i>
Toscano			<i>Patrionimico</i> . Já documentado no século XVI. No século XIX distingue-se o café Toscano
Vecchi			Em Lisboa. Com origem na

			área do centro-norte da península
Viale			Em Lisboa desde o princípio do séc. XIX, ligado ao nome do erudito helenista António José Viale. Pode ter origem genovesa
Vivaldo		Genovês	Atestado desde o século XIII, com origem na área entre o Piemonte e Génova

Fontes: *Dizionario Biografico degli Italiani*, vari volumi, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana [1960 -]; *Grande Enciclopedia portuguesa e brasileira*, 40 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, Enciclopédia, [1950-]; CAFFARELLI, Enzo, MARCATO, Carla, *I cognomi d'Italia. Dizionario storico ed etimologico*, 2 vols., Torino, UTET, 2008; DE FELICE, Emidio, *Dizionario dei cognomi italiani*, 2ª ed. (1979), Milano, Mondadori, 1987; GAIO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, XX tomos, edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, [Braga], 1938-1941; PASSOS, Carlos de, «Relações históricas luso-italianas», sep. dos *Anais*, II série, vol. 7, Lisboa, [Academia Portuguesa da História], 1956, pp. 145-240; PERAGALLO, Prospero, *Cenniintorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, nuova ed. (1904), Genova, Ved. Papini e figli, 1907; ROSARIO, Morais do, *Genoveses na história de Portugal*, Lisboa, [s.d.], 1977; VASCONCELOS, LEITE DE, *Antroponimia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significado, classificação e vida do conjunto de nomes próprios, sobrenomes...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, pp. 313-322; Zúquete, Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3ª ed. (1960), 3 vols., Lisboa, Zairol, 2000; *Dicionário dos Italianos estantes em Portugal*, direcção de Científica de A. A. Marques de Almeida, Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste", Universidade de Lisboa <<http://www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp>>

Anexo VIII

Italianos registados em Portugal (1820-1821)

Fonte: ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Estrangeiros residentes em Portugal», liv. 161.

Nome completo	Naturalidade	Profissão	Notas
Audicio Domingos [Domenico Audisio]	Piemontês	Confeiteiro	Vem de Elvas P. do Alcaide Constitucional de Madrid
José Altheus	Brescia	Negociante	
Artosi Luigi	Italiano	Dançarino	
Bourenço João Baptista [Gian Battista Bourenço]	Genovês	Para embarcar	Vindo de Faro
Bertier Maria [mulher de Luís Facco]	Genovesa	Vem de Génova	Passaporte do cônsul português em Génova
Babuglio José	Sardo	Capelista	Vindo de Génova
Babuglio Nicolão	“ “	“ “	“ “
Carlos João Baptista Ballely	Romano	Comerciante	
Branescho João Domingues	Sardo	Confeiteiro	Vem de Villa

Buero José	Génova	Camponês	Vem de Génova
Brizida Maria (com dois filhos menores)	“ “	<i>desconhecida</i>	“ “
Costantini Domenico	Romano	Secretário da Legação Pontifícia	Vindo de Falmouth
Crovetto Niccolò	Genovês	Licorista	Vindo de Génova
Crovetto Giovan Battista	“ “	“ “	
Caviglioli Pietro	Piemontês	Negociante	Vem de Londres
Castella Giovanni	Italiano	Comerciante	Vem da Extremadura espanhola
Capellin Giovanni	“ “	Viajante	
Coline Giuseppa (com sua creada Theodora Albina)	Piemontês	Cantora	Vem do Porto
Cortesi Antonio	Italiano	Bailarino	
Dentri Filippo	Veneziano	Musico	Vem do Porto
Desiro Antonio	“ “	<i>desconhecida</i>	“ “
Estrato [?] Giovanni Battista	Italiana	Cómico	Vem da cidade de Elvas
Facco Luigi (com Betier Maria, sua mulher)	Genovês	Fazendeiro	Vindo de Génova
Facco Alberto	“ “	“ “	“ “
Tassio Antonio Battista	“ “	Capitão de Navios	“ “
Fabri Giovanni	Florentino	Dançarino	Vem da fronteira
Ferrero Anastacio	Piemontês	Carrinheiro	Vem de Cádiz
Florentino Michele	Napolitano	Emigrado	Vem de Portimão

Pellegrino Facio [Faccio]	Genovês	“ “	Vem de Génova
Fungales Cesare	Italiano	M. de Sabão	
Ferrages Santiago	Piemontês	<i>desconhecida</i>	
Gallo Clara	Genovês	Licorista	Vindo de Génova
Grimaldi Marques	Sardo	Ministro de Sardenha	Vem de Pernambuco, era secretário sardo no Rio de Janeiro
Gianti Bernardo	Turim	Carrinheiro	Vem do Porto
Guidagli Pietro	Italiano	Figurista	Vem do vale do Minho
Ermia Felipe	Genovês	Negociante	Vem de Liverpool
Jeronimo Marquese	Genovês	Piloto	Vem de Gibraltar, com abonação de Giacomo Carmone, negociante desta praça (de Lisboa)
Jourdain [<i>ilegível</i>]	Milanês	<i>desconhecida</i>	
Procurante Giuseppe	Genovês	Negociante	Vem de Génova
Pini Michele	Italiano	“ “	Vem do Pernambuco com a sua família
Pogò Carlo	Italiano	Cozinheiro	
Puche Michele	Italiano	Figurista	
Papicchi Giuseppe	Livorno	M. de plumas	Vem de Génova,
Pelisari Gaetano	Italiano	Empresário	
Palieri Basilio	Piemontês	Negociante	Vem de Espanha
Longo Giuseppe Francesco	Italiano	Capitão de navios	Vem de Mértola

Legrande D. José	Napolitano	Oficial de Cavalaria	Vem de Vila Real
Lombardi Giovanni	Pistoia	<i>ilegível</i>	Vem de Génova
Lenchi Paolo	Italiano	Artista	“ “
Lombardi Giovanni	“ “	“ “	“ “
Maimone Michele	Napolitano	Caldeireiro	
Oreto Michele	“ “	“ “	
Molegre Pietro Paolo	Romano	Fundidor de Sinos	Vem de Campo Maior
Marasso [Marrazzo?] Caterina	Genovês	<i>desconhecida</i>	
Marino Giacomo Montone	Piemontês	Camponês	Vem de Génova
Massa Tommaso	Genovês	Proprietário	“ “
Merea Gaetano	Genovês	Negociante	Vindo de Havre de Grace (França)
Martinetti Luigi	Italiano	Cantor	Vem do Faial
Mattia Paolo	Napolitano	Emigrado	Vem de Portimão (residente em Lisboa)
Michele Luigi	Italiano	Cómico	Vem de Espanha
Di Castronuovo Federico	Siciliano	Fabricante de aguardente	Vindo da Ilha da Madeira
2 napolitanos a comprar pintas a Penamacor e voltarão	<i>desconhecida</i>	<i>desconhecida</i>	Vindos de Espanha
Padre Antonio Pistagnesi	Romano	Clérigo	Vindo do Rio de Janeiro
Padre Nicolao Pistagnesi	Romano	“ “	“ “

Pena Carlo	Genovês	<i>desconhecida</i>	Vem de Gibraltar
Pifano Giuseppe	Nápoles	Caldeireiro	Veio a Mourão procedente de Badajoz
Pedimonte Vincenzo	Genovês	Locandeiro	Vindo de Havre de Grace (França)
Risso (Rizzo, <i>nda</i>) Nicolao	Genovês	Negociante	Vem de Gibraltar
Rezali Giovanni	Italiano	Figurista	
Rossi Luigi	Italiano	Advogado	Vem de Elvas (com passaporte do Chefe Político Superior)
Salario Domenico	Genovês	Trabalha com os navios	Vindo da Ilha da Madeira
Solla Pietro	Sardenha	Estudante	Vem de Génova
Michele Simondi	Piemontês	Militar	Vem de Elvas (com passaporte do Chefe Político Superior)
Senorelle Francisco	Italiano	Sem ofício	Vem de Almeida (com passaporte pelo chefe político superior de Salamanca)
Signorile Francesco	Italiano	<i>ilegível</i>	Vem da vila de Sabugal
Savignone Salvatore	Genovês	Negociante	Vem de Génova
Sonre Michele	Italiano	Negociante	Londres
Traiano Giovanni	Romano	Pintor	Vem da Madeira
Vitarelli Vincenzo Mais 6 do mesmo ofício	Napolitanos	Caldeireiros	Vindos de Espanha
Vresi Caterina	Italiana	Artista	Vem de Génova
Volini Vincenzo	“ “	“ “	“ “
Vinafra Baltassarre	“ “	“ “	“ “
Eduardo Wagner	Livornês	Mercador Estampas	Vem do Porto

Guatrino Francisco	Italiano	Bailarino	Para o Teatro de São Carlos
Grasso Sebastiano	Sardo	Negociante	Funchal
Grassi André	Sardo	Sapateiro	Vem de Espanha
Carlo Gorin	Milanês	Cómico	“ “
Brindolle Antonio	Italiano	Estanheiro	“ “
Bressi Carlo	Italiano	Faz figuras	“ “
Bollero Angelo	Genovês	Negociante	Vem de Génova
Giovanni Battista	Itália	<i>Ilegível</i>	
Lignago Luigi	<i>desconhecida</i>	<i>desconhecida</i>	
Luigi Gambara	Padeiro	Vem da Ilha da Madeira	
Gastardi Giovanni	Sardo	Criado de Servir	

Anexo IX

Italianos residentes em Lisboa (1823-1826). Elencos Consulares e estatísticas

Fontes: ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia», cx. 342, fl.34 [1823] (para os Napolitanos); fl.26 [1823] (para os Romanos); fl.26 [1823-24], (para os Toscanos); folha sem número para os Sardos; OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 tomos, Lisboa, Typographia Universal, 1882-1911.

1. Napolitanos e Sicilianos

Nome completo	Actividade/Profissão	Idade	Morada (dados relativos ao mês de agosto de 1823)
1.Brandi Luigi	Conserveiro	55	Rua de São Paulo
2.Cacace Raffaele (siciliano)	Tingueiro	46	Travessa do Cabral 5
3.Caggiano Francesco	Copeiro	52	<i>desconhecido</i>
4.Calabro Michele	Salsicheiro	40	Rua dosRemolares 18
5.Di Cola Gaetano	Professor de música	55	Rua do Moinho de Vento 93
6.Castagneto Pietro	Cozinheiro	36	<i>desconhecido</i>
7.Conte Francesco	Empregado de servir	35	Convento dos Caetanos
8.Ferrero ⁹⁶⁷ Francesco	Comerciante	47	Arco Escuro 3
9.Fiorentino Domenico	Catraieiro	51	<i>desconhecido</i>

⁹⁶⁷ No original, em transcrição portuguesa (Francisco Ferreira).

10.Garzia Domenico Ant. (siciliano)	Catraieiro	51	Travessa do Cabral 31
11.Gorgoni Luigi Osvaldo (siciliano)	Professor de língua	42	Rua do Valle 1
12.Magaldi Manuele	Salsicheiro	39	<i>desconhecido</i>
13.Mangeruvo Andrea	Negociante	34	<i>desconhecido</i>
14.Mangeruvo ⁹⁶⁸ Carlo	Negociante	40	<i>desconhecido</i>
15.Marinelli Gaetano	Professor de música	68	Rua dos Fanqueiros 117
16.Micalizzi Nicola	Empregado de servir	52	<i>desconhecido</i>
17.Monaco Nicola	Negociante	50	<i>desconhecido</i>
18.Monaco Diego (siciliano)	Negociante	58	<i>desconhecido</i>
19.Palombo Natonio	Merceeiro	48	Travessa do Cabral 31
20.Raffoni Raffaele	Catraieiro	43	Rua dos Cordoeiros 14
21.Rice Raffaele	Comerciante	28	Pateo (<i>pátio</i>) dos Gallegos
22.Runchesi Gaetano	Copeiro	57	Rua das Portas de Santa Catarina 25
23.Runchesi Maria Elena	Copeiro	32	<i>desconhecido</i>
24.Rubino Antonio Domenico	Cozinheiro	40	“““
25.Sinagra Giovanni (siciliano)	Vive do seu negócio (em casa do Conde da Póvoa)	37	Calçada do Castelo Picão 7
26.Sorrentino Giuseppe	Compositor de bailes	45	<i>desconhecido</i>

⁹⁶⁸ A transcrição deste apelido presenta alguns problemas devido à mudança dos registos: Mangeruvo (verdadeiro), Mangeruva, Mangiaruvo.

27.Stramato Luigi	Alfaiate	32	“““
28.Vendrella Francesco	Salsicheiro	44	Rua dos Mouros 15
29.Vespa Salvatore	Negociante	50	<i>desconhecido</i>
30.Vuolo Giuseppe	Catraieiro	46	Rua da Bica Grande 1
31.Tramontano Giuseppe	Cozinheiro	36	<i>desconhecido</i>
Registados em 1822			
32.Coccia Carlo	Mestre de música	30	<i>desconhecido</i>
33.Marsicano Francesco	Mercante	38	“““
34.Carello Alessandro	Reposteiro	41	“““
35.Salerno Antonio	Catraieiro	46	“““
36.Ferreri Vincenzo	Catraieiro	45	“““
37.Gambardella Giuseppe	Catraieiro	56	“““
38.Nino Antonio	Catraieiro	24	“““
39.Giuseppe Benet	Médico	38	“““
40.Scorza Raffaele (siciliano)	Marinheiro	43	Calçada do Tijolo 10
41.De Rosa Antonio	Caldeireiro	29	<i>desconhecido</i>
42.Flori Pietro	Caldeireiro	35	“““
43.Cesa Giuseppe	Caldeireiro	28	<i>desconhecido</i>

44.De Marco Pietro	Caldeireiro	48	““
45.Rubino Domenico	Professor de Música	18	““
46.Ferreri Giuseppe Francesco	“ “	20	““
47.Felice Giuseppe	Condutor de Animais	46	<i>desconhecido</i>
48.Domenico Giuseppe	Criado grave	40	Em Xabregas, no Palácio da Marq. ^a de Niza
49.Cecirelli Giuseppe	Negociante	40	Rua do Corpo Santo 2
50.Carullo Alessandro (siciliano)	Copeiro	42	Rua da Boa Hora 105
51.Mectrase Domenico Abreu (siciliano)	Comerciante	28	Rua de São José 16

2. Romanos (súbditos pontifícios)

Nome Completo	Actividade/Profissão	Anos	Procedência	Morada
1.Nadalini Luigi	Músico	48	Bolonha	Rua Direita de São Paulo 51
2.Castenalli Agostino	Negociante	47	“ “	Rua dos Douradores 22
3.Urtoller Feliciano	Negociante	37	Roma	Rua do Alecrim 10
4.Ameli Biagio	Casa de Modas	61	“ “	Rua Larga de São Roque 78
5.Pistachino Serafino	Copeiro	43	“ “	Rua da Gloria 34
6.Zappucci Luigi	<i>Indecifrável</i>	64	“ “	Rua de São Francisco 9
7.Boni Luigi	Cabeleireiro	63	“ “	Rua Nova do Almada 47

8.Boni Giuseppe Salvatore	Conteíro	26	“ “	“ “
9.Monatti Lorenzo	Dançarino	50	Roma	Rua do Tesouro Velho 27
10.Turchi Alessandro	Primeiro Rabeca de São Carlos	41	Rimini	Largo de São Carlos 3
11. Angiolini Luca	Professor de Música	43	Roma	Rua das Salgadeiras 2
12 Vincenzo.Martinelli	Comerciante	27	“ “	Rua de São Bento 383
13. Vincenzo Carreti	Sapateiro	66	“ “	Rua do Tesouro 43
14 Francesco.Carreti	Sapateiro	25	Roma	“ “
15. Andrea Coccia	Dançarino	33	Roma	Rua da Cruz de Pau7
16. Vincenzo Rosa	Mestre de florete	34	Roma	“ “
17.Bolelli Carlo Giovanni Battista	Negociante	36	Bolonha	Calçada de São João Nepomuceno 25
18.Lagi Gaetano	Fabricante de panos	29	Bolonha	“ “
19.Lambertini Luigi	Fabricante de tecidos de lã	25	“ “	“ “ n.24
20.Donati Mauro	Fabricante	18	Budrio	“ “
21.Candidi Carlo Giovanni	Vive do seu negócio	24	Romano	Rua Larga de São Roque 90
22.Candidi Antonio Federico ⁹⁶⁹	Corretor	22	“ “	“ “
23.EneaGiuseppe	Marceneiro	30	Mogliano	Rua da Barroca 69
24.Bruscatini Salvatore	Músico instrumentista	53	Roma	Rua das Gáveas 19

⁹⁶⁹ Familiares de Pietro Paolo Candidi, preso em 1810 no âmbito da chamada *Septembrizada*. Para uma referência, ver: SÃO PAIO, Marquês de, «Para a História dos septembrizados», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 17, Lisboa, 1968, pp. 33-58.

25.Schioppetta Domenico	Pintor	30	Tivoli	Rua do Loreto 69
26.Schioppetta Giuseppe	“ “	29	“ “	“ “
27.Schioppetta Carlo Antonio	“ “	25	“ “	“ “
28.Servoli Enrico	Negociante de Estampas	33	Estados Pontifícios	Rua Formosa 7
29.Lupi Francesco ⁹⁷⁰	Escrivão proprietário do Tribunal da Legacia	50	“ “	Rua dos Navegantes à Lapa 3
30.Hilbrath Filippe	Poeta do Teatro	28	Roma	Rua de Santo António da Convalescença
31.Hilbrath Giovanni Battista	Arquitecto	34	“ “	“ “
32.Rinaldi Luca	Figurante do Teatro	57	“ “	Rua das Gáveas 71
33. Lodi Giovanni Antonio	Negociante	29	Bolonha	Rua de Santo António da Convalescença 12
34.Orzoni Gioacchino	Guarda-livros	62	Roma	Calçadinha de S.Francisco 10

3. Toscanos

Nome Completo	Actividade/Profissão	Anos	Procedência	Morada
1. Baldi Fedele	Escultor	28	Toscana	Sete Rios 83
2. Minacci Giuseppe	Mestre de Florete	25	“ “	Rua do Rosário a São Vicente 21
3. Daddi Agostino	Caixeiro de loja de bebidas	38	Empoli	Rua dos Calafates 20
4. Traverso Giuseppe	Negociante	38	Florença	Largo de São Carlos 3

⁹⁷⁰ Pai de Miguel Ângelo Lupi, pintor romântico português.

5. Daddi Domenico	Loja de bebidas	47	Empoli	Rua das Salgadeiras 4
6. Mattucci Gaetano	Dançarino	39	Florença	Rua dos Remolares 2
7. Pisani Fabio	Figurista	22	Toscana	Travessa da Peixeira
8. Fabri Giovanni	Dançarino	29	Florença	Rua Nova da Almada 35
9. Roselini Niccolò	Rabequista (violinista)	64	Pisa	Rua do Tesouro Velho 27
10. Gabrieli Giacomo	Lustrador de madeiras	46	Leorne	Rua do Tesouro Velho 27
11. Campolini Giuseppe	Negociante	36	Florença	Rua larga de São Roque 78
12. Laurenzani Rosa	Dançarina	34	Florença	Travessa de São Nicolau 5
13. Terinanzi Luigi	Pintor	36	Florença	Largo de São Carlos 3
14. Corazzi Giuseppe Antonio	Praticante do despacho d'alfandega	21	Toscana	Rua de São Bento 309
15. Corazzi Davide Antonio ⁹⁷¹	Cirurgião praticante	27	Toscana	“ “
16. Pastiechi Giuseppe	Fabricante	23	Leorne	Rua de São Francisco 36
17. Borga Giacomo	Criado de servir	56	Toscana	Rua do Prior 3

⁹⁷¹ Trata-se de David António Caetano Corazzi, nascido em 1799 em Lisboa, onde veio a falecer em 1858. Descendia de uma família italiana e era pai do editor David Corazzi. Cirurgião-ajudante do 4º de Infantaria, em 1831 acompanhou o seu regimento na tentativa de 21 de Agosto deste mesmo ano de proclamarem em Lisboa a Carta Constitucional. Conseguiu escapar à apreensão e à sucessiva condenação à morte dos seus companheiros, fuzilados em Campo de Ourique (veja-se: «Corazzi, Davide António Caetano», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Enciclopédia, Lisboa-Rio de Janeiro, vol. VII, p.655).

18. Chiari Luigi	Arquitecto	61	Florença	Travessa do Secretário de Guerra 38
19. Bencini Carlo	Mestre de dança	64	Florença	Rua Direita de Santa Martha 35
20. Scaragli Francesco	Criado do Ex. ^{mo} Conde da Póvoa	37	Toscana	Em casa do mesmo Ex. ^{mo} Senhor Conde (rua Direita da Fábrica de Sedas) ⁹⁷²
21. Pieroni Pietro	Mestre de dança do Colégio dos Nobres	49	Florença	Rua da Palmeira 7

4. Sardos (incluindo Genoveses, Piemonteses e ilhéus da Sardenha)

Nome Completo	Actividade/Profissão	Anos	Procedência	Morada
1. Cherps Gaspare Eduardo	Guarda-livros	32	Chieri	Rua do Crucifixo 70
2. Celesia Andrea	Negociante	40	Génova	Travessa do Secretário de Guerra 2
3. Sivori Giuseppe Antonio	Agente de comércio	31	Génova	“ “
4. Oneto Giacomo	Negociante	31	Génova	Rua do Alecrim 28
5. Richini Giovanni	Negociante	44	Novi	“ “
6. Dell’Orzo Agostino	Criado de Servir do Comendador João de Oliveira	30	Génova	Travessa de Santa Justa
7. Bottaro Ignazio Felice	Guarda-livros	59	Génova	Rua Larga de São Roque 5
8. Piaggio Giovanni	Comerciante	35	Génova	Rua Nova do Almada 70
9. Cogorno Giuseppe	Relojoeiro	45	Génova	Rua dos Correeiros 64

⁹⁷² Neste caso supõe-se que o criado vivesse naquele que hoje é conhecido como palácio Palmela, actual sede da Procuradoria-Geral da República (rua da Escola Politécnica). Este prédio pertencia à família De Sousa, que perde todos os seus bens por se ver envolvida na conspiração de 1817. Sucessivamente (1822) adquirido por Henrique Teixeira de Sampaio, 1º Conde da Póvoa (1774-1833). A sucessiva denominação de Palácio Palmela (ao Rato) deve-se ao casamento entre a filha do Conde da Póvoa e o filho do Duque de Palmela.

10. Tasso Bartolomeo	Loja de bebidas	61	Génova	Rua Amparo 1
11. Merello Giacomo	Caixeiro de comércio	35	Génova	Rua Nova dos Martyres 5
12. Maurino Luigi	Mercador de Estampas	39	Turim	Beco do Forno 2
13. Consigliere Filippo Antonio	Loja de bebidas	45	Génova	Rua das Flores 45
14. Botto Valentino	Loja de bebidas	/	Génova	Rua das Flores 45
15. Compiano Giovanni Battista	Caixeiro	15	Génova	Largo de São Pedro de Alcântara 4
16. Tasso Giuseppe Paolo	Comerciante	21	Sardo	Rua do Amparo 3
17. Consigliere Vincenzo	Loja de bebidas	31	Génova	Rua da Torre de São Roque 1
18. Brugne Giuseppe Ciriaco	Caixeiro de D.	/	Génova	Rua do Amparo 3
19. Rizzo Manuele	Caixeiro de D.	/	Génova	“ “
20. Corvetto Nicolò	Loja de Bebidas	36	Génova	“ “
21. Massa Giovanni Antonio	Caixeiro de comércio	21	Sardo	Rua das Flores 46
22. Massa Giuseppe Ventura	Caixeiro de comércio	21	Sardo	“ “
23. Massa Antonio	Guarda-livros	60	Génova	“ “
24. Massa Giovanni Batt.	Caixeiro de comércio	29	Sardo	“ “
25. Segalerba Niccolò	Negociante	36	Sardo	Travessa d'Água de Flor 27
26. Chiapari Domenico	Comerciante	32	Sardenha	Travessa da Cara 25
27. Gottuzzo Antonio Domenico	“ “	39	Sardenha	Largo de Santa Catharina 19

28.Sessarego Apolonia	Viúva de fabricante	50	Génova	Largo de Santa Catharina 19
29. Torre Marcello Niccolò	Retratista	35	Génova	Rua do Arco do Bandeira 65
30. Costa Gioacchino	Caixeiro de loja de bebida	41	Génova	Cais do Sodré 1
31. Raffo Stefano	Marinheiro	49	Chiavari	Barracas das Chagas 4
32. Carena Domenico	Cozinheiro	47	Génova	Rua do Carvalho 4
33. Vignolo Giacomo Giuseppe	Guarda-livros	53	Génova	Rua do Conde 22
34. Consigliere Pietro	Loja de bebidas	34	Génova	Rua da Atalaya 138
35. Canali Giovan Battista	Com fábrica de aletria (<i>vermicelli</i>)	62	Génova	Rua da Atalaya 138
36. Passo Tommaso	Comerciante	35	Génova	Rua nova da Palma 24
37. Corvetto Giovan Batt.	Casa de Povo (taberna, <i>ndr.</i>)	61	Génova	Rua das Portas de Santo Antão 118
38. Tasso Giuseppe	Loja de bebidas	47	“ “	Rua do Arco 50
39. Consigliere Giovan Battista	Caixeiro de D. ^a	30	“ “	Rua do Mirante 37
40. Costa Lorenzo	Vive da sua ag. ^{ca}	61	“ “	Rua da Boa Vista 1
41. Mussi Luigi Niccolò	Serralheiro	61	Torino	Largo dos Inglesinhos 34
42. Camogli Domenico	Negociante	53	Génova	Rua da Prata 160
43. Crovetto Geronimo	Caixeiro de loja de bebidas	27	“ “	Largo do Pelourinho 18
44. Crovetto Angelo Luigi	“ “	17	“ “	“ “ n.17
45. Boero Giuseppe	“ “	34	“ “	“ “

46. Villa Geronimo	Cozinheiro	51	“ “	“ “ n. 18
47. Cademartori Ettore	Relojeiro / aprendiz	20	Génova	Travessa do Corpo Santo 11
48. Torriglia Fortunato	Cozinheiro	46	Chiavari	Calçada da Gloria 48
49. Lupi Gaetano	Relojeiro	39	Génova	Travessa do corpo Santo 11
50. Ratto Alessandro	Guarda-livros	46	“ “	Rua Nova do Almada 35, <i>alias</i> C. Sodr3
51. Botto Giacomo	Negociante	67	“ “	Travessa do Secretário de Guerra 2
52. Campodonico Pietro	Catraieiro	39	“ “	Rua do Amparo 4
53. D’Ambrosio Luigi	Caixeiro de loja de bebidas	36	Nervi	Ruas das Portas de Santa Catharina 5
54. D’Ambrosio Paolo	Caixeiro	29	Nervi	“ “
55. Crovetto Angelo Maria	Caixeiro de loja de bebidas	25	Génova	Rua do Amparo 17
56. Crovetto Giovan Battista	“ “	21	Bogliasco	“ “
57. Cogorno Geronimo	Negociante	42	Génova	Rua dos Sapateiros 114
58. Barabino Domenico	Casa de Pasto	55	“ “	Calçada da Glória 48
59. Risso Manuele	Caixeiro de Loja de Bebidas	22	“ “	Praça da Figueira 3
60. Costa Ignazio	Negociante	37	“ “	Rua Nova dos Martyres 22
61. Profumo Francesco	Negociante	32	Génova	Rua do Crucifixo 69
62. Massa Domenico	“ “	57	“ “	Rua das Salgadeiras 4
63. Armando Giovanni	Comerciante	53	“ “	Ruo do Chiado 24

64. Bernero Giuseppe	Negociante	57	Turim	Rua da Rosa 153
65. Zenoglio Giuseppe	“ “	40	Génova	Rua Nova do Almada 35
66. Vella Francesco Maria	Empregado no Jardim do Sab. ^o	65	“ “	Travessa do Cabral 33
67. D’ambrosi Paolo	Negociante	35	“ “	“ “
68. Ghiglioni Giovanni	“ “	41	“ “	Rua dos Martyres 19
69. Beioli Bartolomeo	Caixeiro de Loja de Bebidas	21	“ “	Cais do Sodré 7
70. Marchese Giuseppe Salomone	“ “	29	Sardo	Travessa de Santa Justa 5
71. Celle Geronimo	Agente de comércio	47	Génova	Travessa da Victória 3
72. Cherri Agostino	Caixeiro de loja de bebidas	30	“ “	Cais do Sodré 1
73. Pendalla Luíz Thomaz	Ourives	23	Chambery	Rua do V. de Santo António 55
74. Dijond Prudenzio	Negociante	29	Turim	Travessa da Assumpção 44
75. Dettati Carlo	Professor de música	39	Sardo	Rua Áurea 277
76. Bizio João da Paixão	Palheiroiro	19	Génova	Rua Formosa 76
77. Bizio Giuseppe	Fabricante	<i>Desc.</i>	“ “	“ “ 16
78. Sanguinetti Carlo ⁹⁷³	Sapateiro	43	“ “	Rua do Thezouro Velho 5
79. Sanguinetti Giuseppe	“ “	35	“ “	“ “
80. Navarro Francesco Paolo	Aletrieiro	32	“ “	“ “

⁹⁷³ Preso em 25 de Setembro de 1830, é com muita probabilidade soltado a seguir pelo facto de não se encontrarem registos: Intendência Geral da Polícia, **livro 241 (1826-1831), p.52.**

81. Massa Giuseppe	Loja de bebidas	41	Génova	Rua dos Colégio dos Nobres 36
82. Ghighione Angelo Maria	Comerciante fábrica de massas	59	“ “	Rua de Caetano Palha 5
83. Boero Angelo	Loja de bebidas	52	“ “	Rua Formosa 4
84. Guglielmini Giovanni Batt.	Armazémde vinhos	41	“ “	Praça da Figueira 10
85. Massa Domenico	Caixeiro de loja de bebidas	26	Génova	Rua do Calhariz 15
86. Profumo Antonio	Caixeiro de Marrare	29	“ “	Rua das Portas de Santa Catharina 25
87. Vassallo Giovan Battista	Loja de bebidas	43	Sardo	Rua Oriental do Passeio 1
88. Cambiasso Gaetano	Guarda-livros	38	Génova	Rua Direita do Loreto 83
89. Gattorno Giovan Battista	Criado de servir	34	“ “	Largo da Esperança 21
90. Cagnalli Carlo Bartolomeo	Casa de modas	46	Alessandria	Rua Nova do Almada 27
91. Elia Carlo Antonio	Cabeleireiro	25	Casale	“ “
92. Porcella Angelo Benedetto	Loja de bebidas	50	Génova	Rua do Príncipe 4
93. Costa Nicolò	Caixeiro de loja de bebidas	37	“ “	Rua Colégio dos Nobres 7
94. Tenco Ignazio	Caixeiro	20	Sardo	Rua da Procissão 43
95. Tenco Giuseppe	Loja de bebidas	50	Santo Ilario	“ “
96. Cordone Antonio	Cozinheiro	36	Génova	Rua dos Capelistas 7, em casa de João Lourenço da Cruz
97. Ferrandi Giuseppe	Cozinheiro	31	Génova	Rua de São Bernardo 53
98. Ferrando Santo	Cozinheiro	67	“ “	“ “

99. Bartolomeo Dagnino	Fazendeiro	37	“ “	Sítio do Lumiar 408
100. Polleri Angelo Nicolò	Negociante	30	“ “	Rua Arco do Bandeira 29
101. Briano Geronima	Lavadeira	43	Prelá	Barracas das Chagas /
102. Magiolo Carlo Aurelio Giuseppe	Negociante	39	Sardo	Travessa da Espera 44
103.Parodi Giuseppe Maria	Servente	55	Génova	Travessa do Enviado a St. Marta 27
104. Facco Luigi	Jardineiro	3	“ “	Campo Grande 136
105. Garro Lorenzo	Trabalhador	32	“ “	“ “
106. Bertier Nicolò	Fazendeiro	67	“ “	“ “
107. Cresio Giovanni	Loja de bebidas	50	“ “	Praça dos Remolares 3
108. Marengo Stefano Giovanni	Caixeiro de loja de bebidas	29	“ “	Cais do Sodré 6
109. Tobini Andrea	Negociante	30	Génova	Rua das Flores 10
110. Trabucco Andrea	Fabricante	42	“ “	Praça das Amoreiras 18
111. Ambrosio Battista	Estudante	18	“ “	Rua da Boa Vista 40
112. Allegro Felice Battista	Caixeiro	23	“ “	“ “
113. Allegro Giovanni Battista	Mercador de aguardente	47	“ “	“ “
114.Burso Cavalieri Gioacchino	Cirurgião	30	Ormea	Rua da Atalaya 182
115. Connelli Benedetto	Negociante	71	Génova	Rua Larga de São Roque 90
116. Fantozzi Giuseppe	Criado de servir	25	“ “	Rua das Flores 46

117. Barelli Giovanni Battista	Guarda-livros	37	Piemonte	Rua das Flores 40
118. Carbone Giacomo	Negociante	40	Génova	Rua das Flores 46
119. Tenco Giuseppe Teodoro	Loja de bebidas	52	Génova	Rua de São Pedro d'Alcântara 1
120. Mello Antonio	Comerciante	53	Sassari	Rua da Bella Vista 65
121. Massa Francesco	Aprendiz de carpinteiro	17	Sardo	Rua das Partilhas 180
122. Corso Pietro	Confeiteiro	26	Mondovì	Rua do Crucifixo 70
123. Canto Giacinto	Sapateiro	45	Génova	Calçada da Bica Grande 11
124. Rebello Francesco(e família)	Negociante	45	“ “	Travessa de São Nicolau 5
125. Martin Giovanni Battista	Loja de bebidas	82	Génova	Rua direita da Praia 15
126. Della Fonte Cristoforo	Merceeiro	48	“ “	Travessa do Cabral 33
127. Decaroli Lorenzo	Loja de bebidas	55	Saluzzo	Rua Nova dos Martyres 3
128. De Barbieri Fortunato	Cozinheiro	48	Nervi	Rua das Salgadeiras 4
129. Barberis Stefano ⁹⁷⁴	Químico	35	Ottiglio	Rua de Caetano Palha 26
130. Rodino de Bend.to	Farmacêutico	28	Savona	Rua Direita do Rato 141
131. Cavassa Luigi	Caixeiro de loja de bebidas	30	Génova	Beco do Carvalho 22
132. Campiano Giuseppe	Loja de bebidas	35	Bogliasco	“ “ n.21
133. Travega Giovanni	Caixeiro de loja de bebidas	23	Génova	Rua de São Paulo 22

⁹⁷⁴Este nominativo figura entre os presos em 15 de Janeiro de 1831, e levado de seguida para a Torre de Belém, onde se encontra ainda em 6 de Abril de 1832. (ANTT. Intendência Geral da Polícia. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte», liv.241, p.199).

134-135. Pedemonte Vincenzo e Pedemonte Pietro (fratello)	Alfaiate	35	“ “	Rua Direita do Arsenal
136. Tenco Giacomo	Caixeiro de loja de bebidas	23	“ “	Rua do Colégio dos Nobres 36
137. Riso Giovanni Battista ⁹⁷⁵	Com loja d. ^a	44	“ “	Largo do Rato 16
138. Sollari Giovanni Battista	Caixeiro da loja de bebidas	27	Sardenha	Rua Direita do Rato 1
139. Bontade Andrea	Fabricante de pós	59	Génova	Rua da Rosa 47
140. Boarini Luigi	Quinquilheiro	66	Piemonte	Beco do Jardim 33
141. Girardon Giovanni Giuseppe	Destilador	39	Alexandria	Rua dos Remédios a Lapa 33
142. D’Ambrosi Manuele ⁹⁷⁶	Negociante	63	Génova	Travessa da Cara 25
143. Micconi Stefano Nicolò	Dentista	64	“ “	Largo dos Caldas 10
144. Magiolo Francesco Antonio	Caixeiro de comércio	31	Sardo	Travessa da Espera 44
145. Valenzano Giovanni Maria (com família)	Fabricante de instrumentos	57	Sardenha	Rua Nova do Almada 65
146. Migone Giuseppe	Caixeiro de loja de bebidas	21	Bogliasco	Largo do Calhariz 1
147. Zenario Domenico (com sua família)	Corretor	55	Laigueglia	Beco dos Cyprestes 13[desconhecido]
148. Rev. Fazio Lorenzo	Presbítero	28	Génova	Rua Larga de São Roque78
149. Rev. Savignoni Giovanni Battista	“ “	51	“ “	“ “
150. Passate Antonio Casimiro	Sombreireiro	22	Sardo	Rua do Jasmim 35

⁹⁷⁵ Em relação a este nome não temos prova de parentesco com Luís Francisco Riso (veja-se elenco de súbditos romanos e capítulo III), mas podemos precisar a sua permanência em Portugal ainda nos anos Trinta, através da sua carta de naturalização (ANTT. *Registo Geral de Mercês*. «Registo Geral de Mercês do reinado de D. Maria II», liv. 3, fl. 214-215).

⁹⁷⁶ Provedor da Mesa do Loreto. Naturalizado súbdito português em 9/03/1822. Veja-se: anexo V.

151. Carlo Barelli	Pintor	78	Piemonte	Rua de São Bento 397
152. Luigi Giuseppe Barelli	Guarda-livros	40	Sardo	“ “
153. Centurini Giuseppe	Caixeiro de Comércio	30	Génova	Travessa de São Nicolau 68
154. Scassa Luigi	Músico instrumentista Empresário-director da companhia italiana do Real Teatro de São João na cidade do Porto [vice-cônsul do Reino da Sardenha e, sucessivamente, do das Duas Sicílias, <i>ndr</i>]	28	Turim	Chiado 24
155. Calcina Santiago (com sua família)	Músico instrumentista	45	“ “	“ “
156. Frizione Manuele	Ourives	25	Génova	Rua dos Sapateiros 29
157. Massa Angelo Maria	Loja de bebidas	30	Sardo	Rua da Rosa 180
158. Guecco Francesco	Loja de bebidas	67	Génova	Rua do Carvalho 88
159. Ravina Giuseppe	Destilador	64	Turim	Rua do Sol 55
160. Podestà Luigi	Cozinheiro	31	Génova	Rua do Oiro, casa de Mad. ^{elle} Dettata 277
161. Biestiera Giovanni Battista	Salsicheiro	51	Cagliari	Rua da Horta Seca 14
162-166. Guido Giovanni Battista (com um filho e três netos)	Fabricante de plumas	69	Génova	Rua da Procissão 78
167. Sacco Giuseppe	Sapateiro	51	Pinerolo	Escadinha da Barroca 15
168. Magiolo Gaetano Maria	Negociante	53	Sardo	Travessa da Espera 44
169. Magiolo Giovanni Stefano	Comerciante	41	“ “	“ “

170. Tasso Isidoro	Loja de bebidas	51	Nervi	Rua do Caldeira 61
171. Valle Antonio	Aletrieiro	33	Génova	Travessa da Palha 5
172. Meano Angelo Maria	Fabricante	47	“ “	“ “
173. Migone Ilario	Criado de servir	31	“ “	Rua da Rosa 55
174. Benvenuto Ermogene	Estudante	16	Sardo	Rua de San Filipe Neri 36 (nasceu em Lisboa)
175. Benvenuto Augusto	“ “	15	“ “	“ “
176. Valle Giovanni Tommaso	Empregado na Estamparia	57	Génova	Junto à dita Fábrica em Campolide
177. Mondone Giovanni Marino Pietro	Caixeiro de armazém de vinhos	35	Pinerolo	Rua do Passeio Público 40
178. Sciello Giovanni	Negociante	52	Sardo	Rua de São Francisco 36
179. Grasso Giovanni Battista	Agente de comércio	77	Génova	Rua d' Atalaya 138
180. Battino Filippo	Caixeiro de loja de bebidas	35	“ “	Rua da Bica do Sapato 3
181. Crovetto Gaetano	Trabalhador	27	“ “	“ “
182. Cavassa Bartolomeo	Proprietário	30	“ “	Rua da Patriarcal Queimada 8
183. Ferrari Antonio Emanuele	Aprendiz em fábrica de seda	19	Sardo	“ “ n. 94
184. Ferrari Giovanni Carlo	Conserveiro	23	“ “	“ “
185. Ferrari Ilario	“ “	59	Génova	“ “
186. Massachiodi Agostino	Fazendeiro	32	Génova	Rua direita da Junqueira, casa de D. João da Silva Pessanha
187. Tortello Maria	Loja de bebidas	34	“ “	Rua do Passeio 38

188.Magiollo Angelo Luigi	Negociante	49	Génova	Rua da Procissão 22
189.Viale Giuseppe	Retratista	53	“ “	Rua Direita da Junqueira 14
190.Marchese Nicolao (com sua família)	Caixeiro de loja de bebidas	33	“ “	Cais do Sodré; morador na rua Augusta 96
191. Caviglioli Pietro	Negociante	57	Alessandria	Calçada de São João Nepomuceno 47
192.Traverso Antonio Gaetano	Carpinteiro	20	Sardo	Travessa das Monicas 37
193. Nicolao Luigi	Caixeiro deComércio	23	Génova	Rua da Emenda 11
194. Samartem Vittorio	Ourives	47	Turim	Rua dos Sapateiros 22
195. Merello Domenico Maria	Lavrador	33	Génova	Sítio da Tapada 102
196. Merello Geronimo Pietro	“ “	65	“ “	“ “
197. Marchesi Francesco	Loja de bebidas	71	Génova	Rua Direita de Buenos Aires 61
198. Juzini Gabriele Giovanni A.	Guarda-livros	38	Turim	Rua do Sol 66
199.Bruno Giovanni Battista Camillo	Contrata em pedras, e diamantes	50	Sardenha	Rua da Conceição de Baixo 16
200. Mondo Luigi	Médico	49	Alexandria	Arco do Marques 115
201-202. Vassallo Giuseppe (com seu neto, Andrea Vassallo)	Penteeiro	85	Quinto	Rua de São Miguel 37 e 38
203-204. Solari Maria Nicoletta (com filho, Julio Jerónimo Solari)	Viúva (o filho é empregado no hospital)	61 (20)	Chiavari	Praça das Amoreiras 19
205. Tasso Marco Filippo	Negociante	27	Sardo	Travessa do Guarda-mor 6
206.Greno Sebastiano	Casa de pasto	54	Génova	Beco d’Alfama 9
207. Vuello Giovanni Gaetano	Piloto náutico	33	“ “	São João dos Bem-Casados 42
208. Rovere Francesco	Negociante	60	“ “	“ “ n.42

209. Fissor Giuseppe Antonio	Professor de francês e italiano	60	Piemonte	Rua Nova de S. Francisco de Paula 33
210. Collini Giuseppa	Com hospedaria	39	Génova	Travessa do Secretário de Guerra 38
211. Maggiolo Gaetano Giuseppe	Caixeiro de comércio	20	Sardo	Rua da Procissão 23
212. Chiesa Giacomo	Ourives	30	Génova	Rua Áurea 202
213. Fenoglio Gaspare	Mestre de dança	62	Turim	Rua de São Domingos 3
214. Massa Giuseppe Angelo	Negociante	67	Nervi	Largo de São Roque 28
215. Bagnasco Antonio	Negociante	47	Génova	Rua das Flores 50
216. Gianti Bernardo	Cozinheiro	36	Turim	Casa do Ex. ^{mo} Conde de Sub-Serra
217. Consigliere Antonio	Caixeiro de loja de bebidas	47	Génova	Largo do Pelourinho 17
218. Raggio Giuseppe	Fabricante de veludo	55	“ “	Rua do Rato 42
219. Cambiasso Giacomo	Fabricante	86	“ “	Rua de Caetano Palha 19
220. Scotto Giuseppe	Fazendeiro	67	“ “	Poyaes de São Bento 97
221. Antonio Serrarego	Criado de servir	65	“ “	Rua do Mirante 33
222-223. Canale Giovan Battista (com um filho casado)	Fabricante	62	“ “	Rua d'Atalaya 138
224. Tasso Antonio	<i>Desconhecido</i>	28	“ “	Rua do Bom Sucesso 92
225. Gagliardini Bernardino	Retratista	67	Piemonte	Rua Direita da Lapa 87 (reside em Lisboa há 40 anos, sem nunca ter apresentado título algum)
226. De la Bona Giacomo	Moço de fretes	45	Piemontês	Beco do Jardim, à Estrela 60 (nascido em Lisboa, mas sem algum título de legitimação)

227.Sacco Giuseppe	“ “	50	Sardenha	Rua de Jesus[<i>desconhecido</i>]
228.Gallo Giuseppe	Músico da Casa Real	45	Génova	Travessa da Victória 6
229.Galizia GiovanBattista	Cozinheiro da Casa Real	51	“ “	Rua de São José 188
230.Canali Giovan Battista	Fabricante de aletria	//	“ “	Rua da Atalaya 138
231.Faccio Alberto	Criado de servir	25	“ “	Rua Áurea 277
232.Marques Domingos (com família)	Caixeiro de loja de bebidas	43	“ “	Rua nova do Carvalho 19
233.Tenco Antonio	Loja de bebidas	30	“ “	Rua de São José 129 (residente há anos)
234.Marchese Francesco ⁹⁷⁷	Hortelão	73	“ “	Sítio do Coleginho 3

TOTAL DE REGISTADOS:340 (51 napolitanos, 34 romanos, 21 toscanos, 234 sardos)

Total de moradas identificadas: 308(90,58%)

Total de moradas não identificadas: 32 (9,41% do total, 30 napolitanos, 2 sardos)

Total de profissões identificadas: 320(94,11%)

Total de profissões não identificadas: 17 (5%)

Outros: 3 (0,88%)

⁹⁷⁷ Uma informação da Intendência Geral da Polícia informa que no mês de Julho de 1825 é acusado de esconder na sua loja artigos furtados por outro genovês, Antonio Corveti (Corvetto). (ANTT. Intendência Geral da Polícia. «Contas Confidenciais», liv. 223, p.96).

Tabela 1. Distribuição (dos italianos) nas principais freguesias

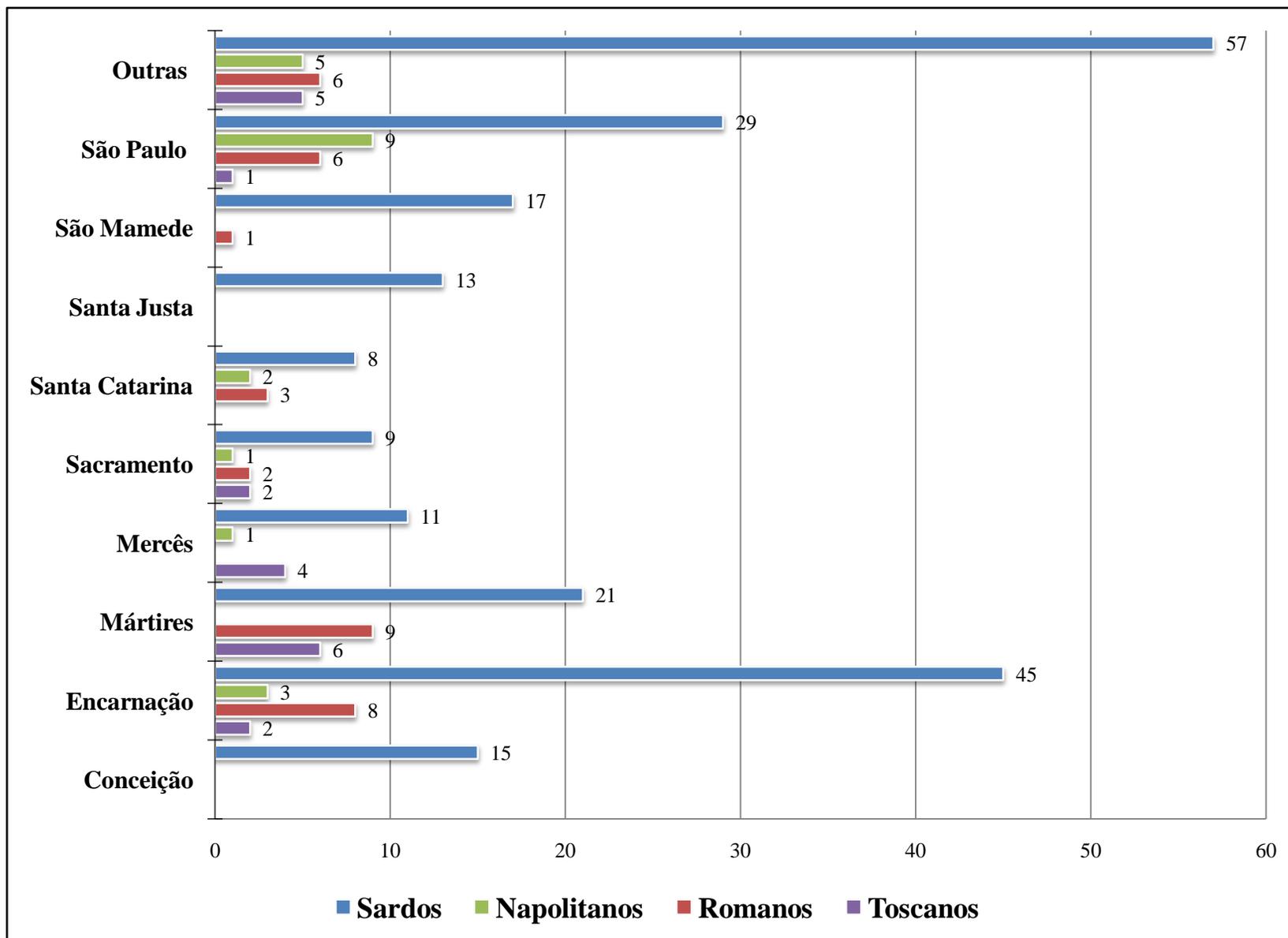


Tabela 2. Italianos nas principais freguesias de Lisboa (% sobre o total das moradas identificadas)

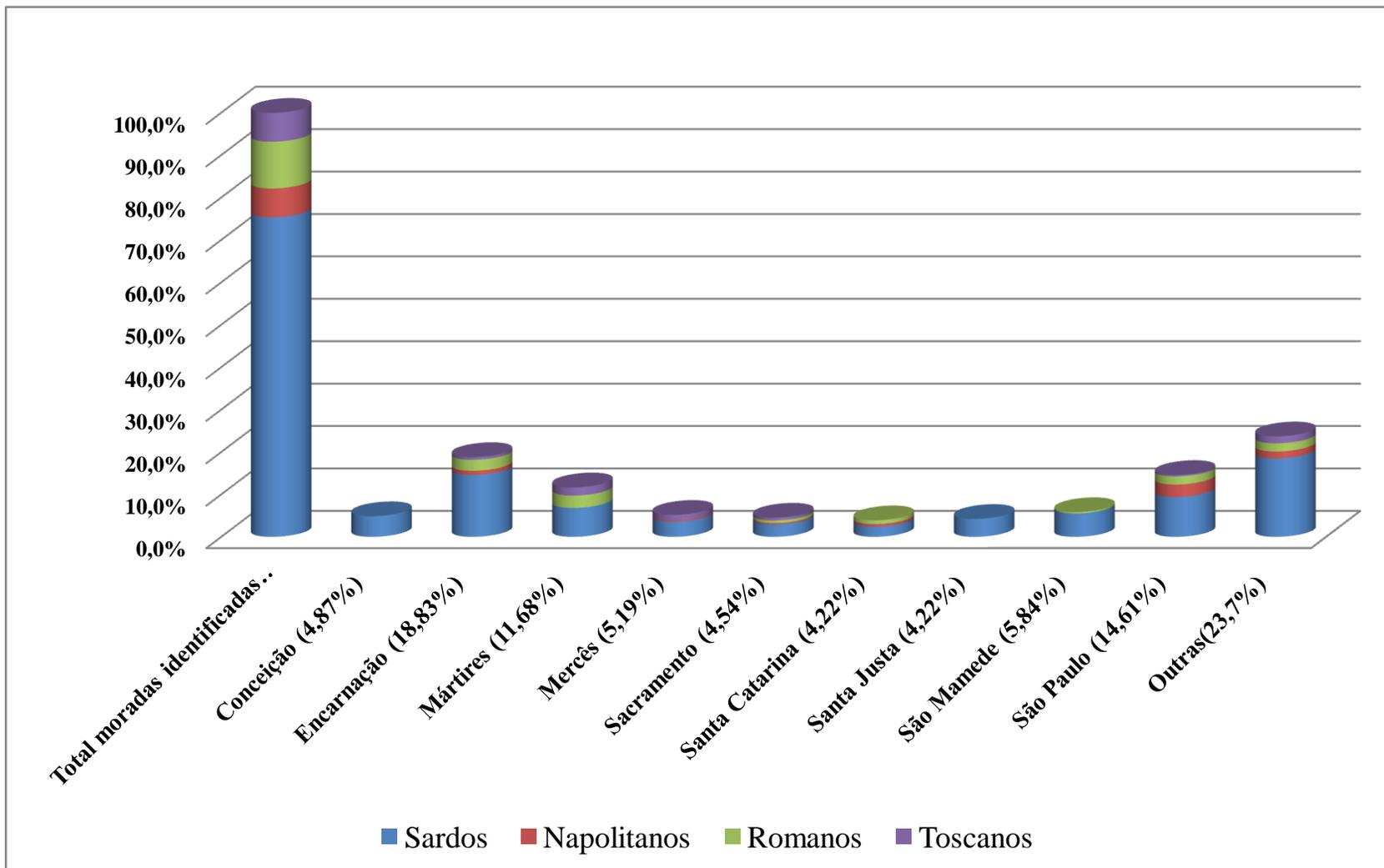


Tabela 3. Distribuição por áreas profissionais (% sobre o total das profissões identificadas)

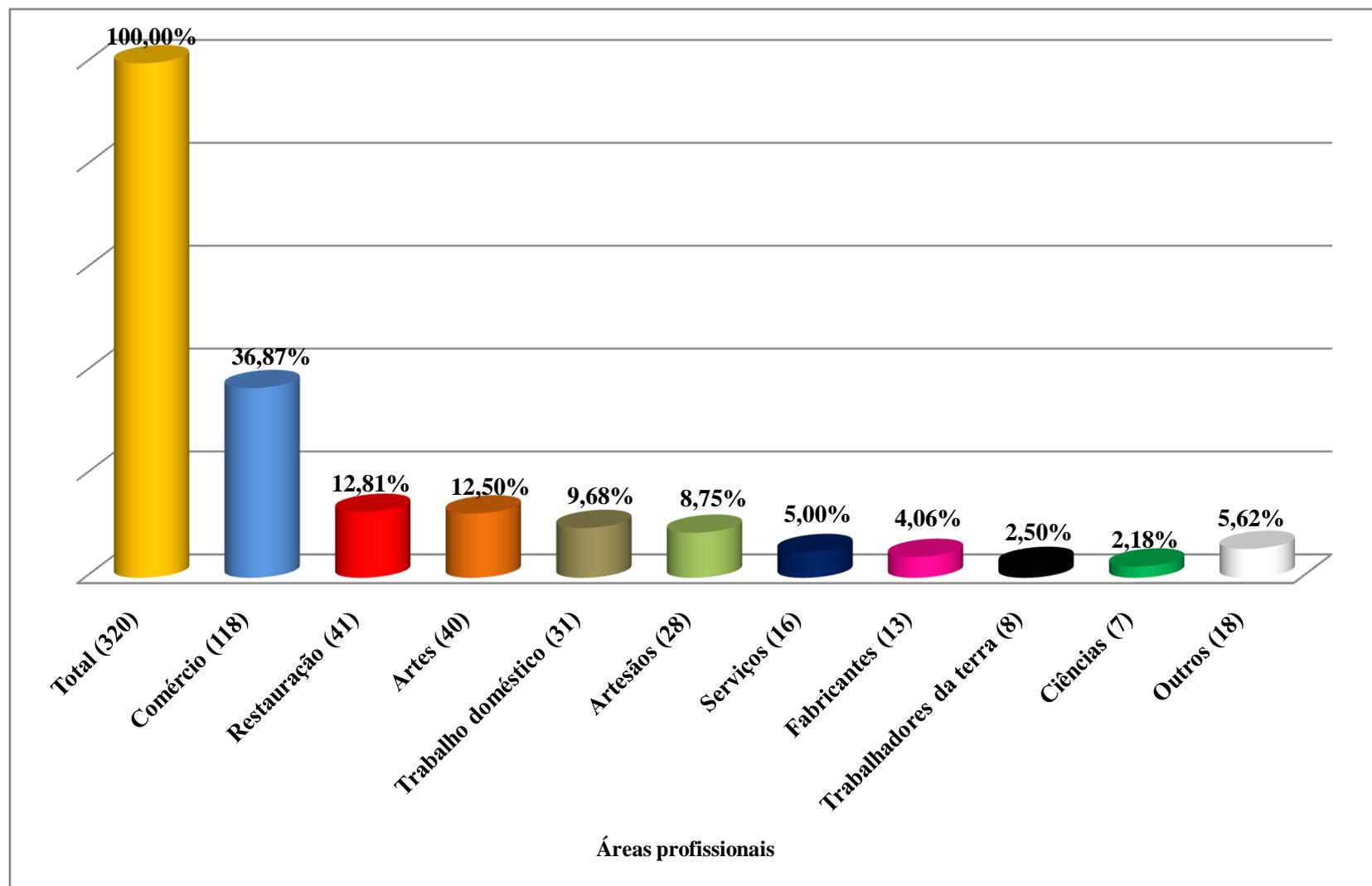


Tabela 4. Comércio* (total: 118)

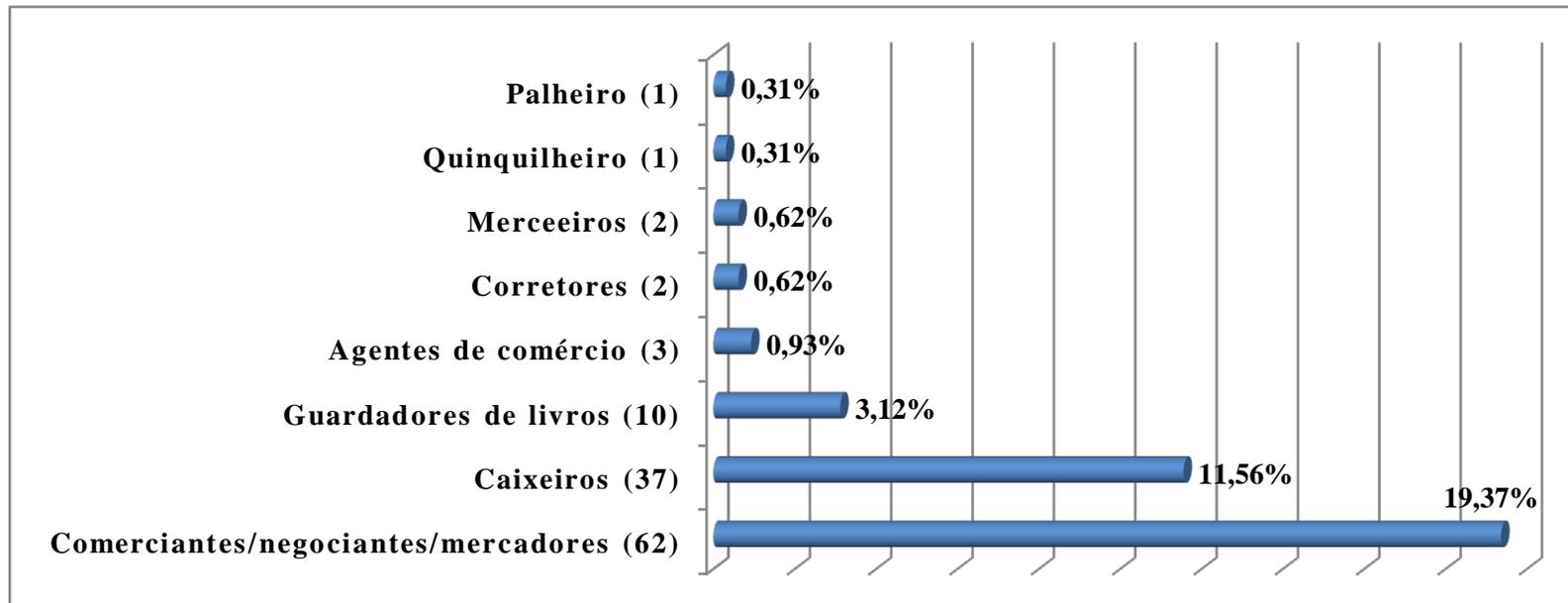
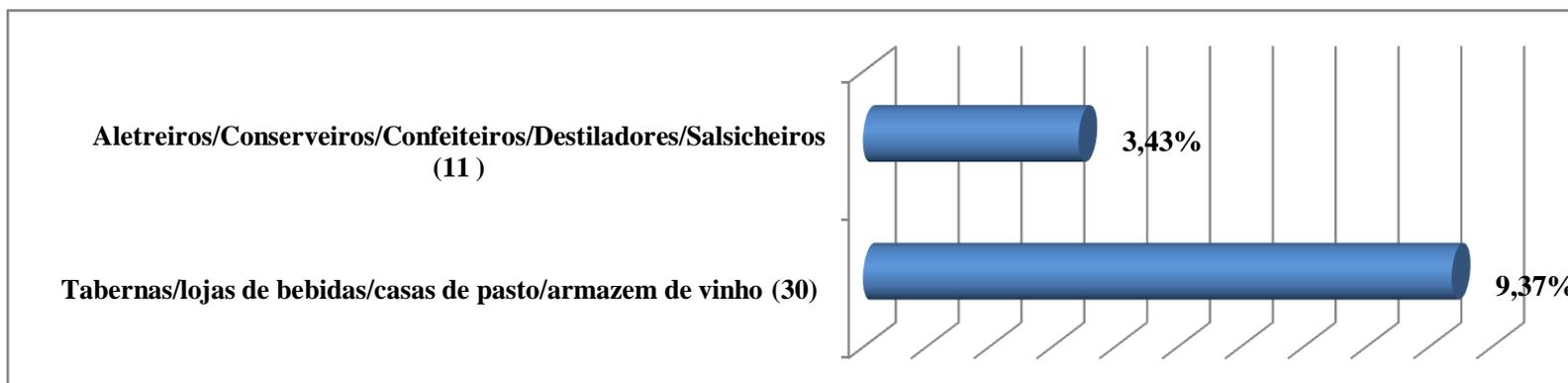


Tabela 5. Restauração* (total: 41)



*percentagens sobre o total das profissões identificadas

Tabela 6. Artes* (total: 40)

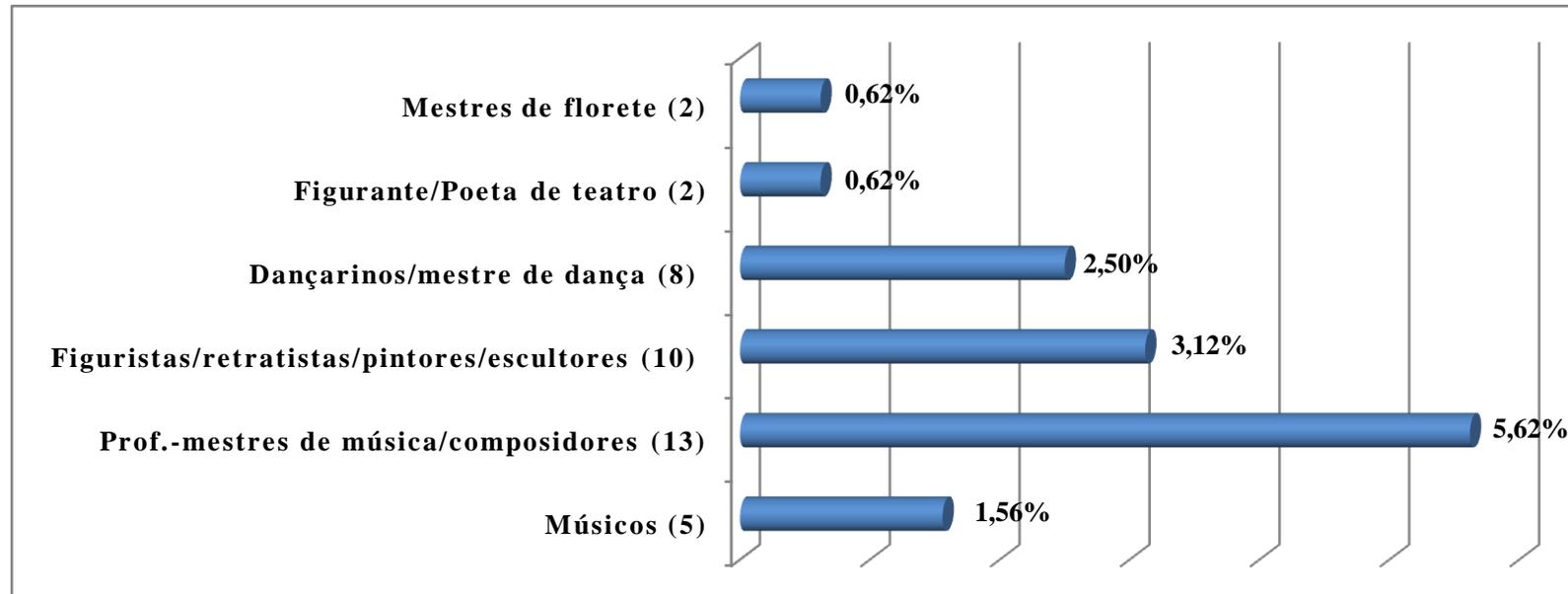
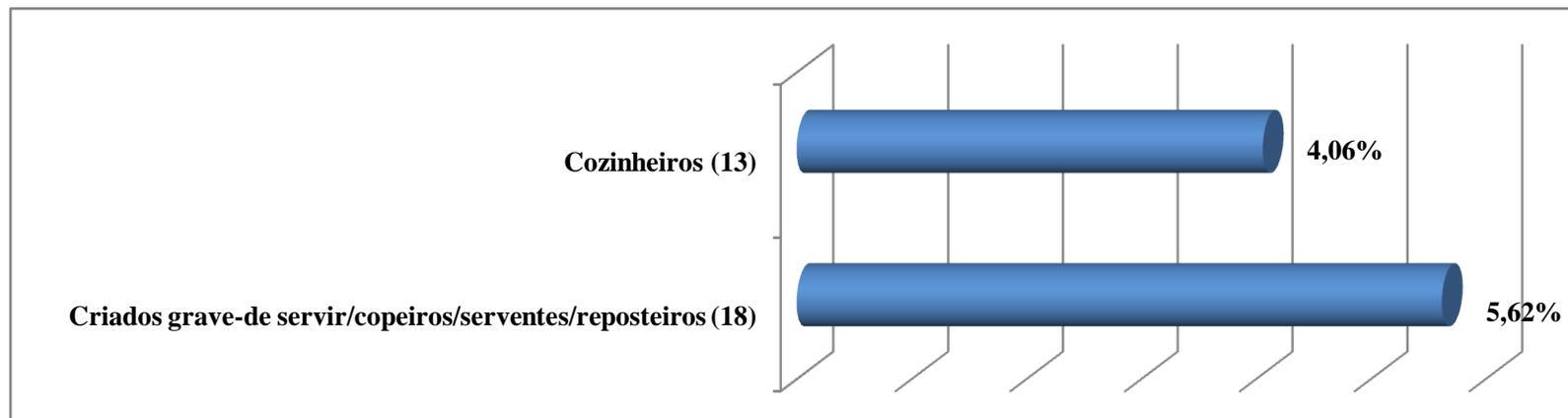


Tabela 7. Trabalho doméstico* (total: 31)



*percentagens sobre o total das profissões identificadas

Tabela8. Artesãos* (total: 28)

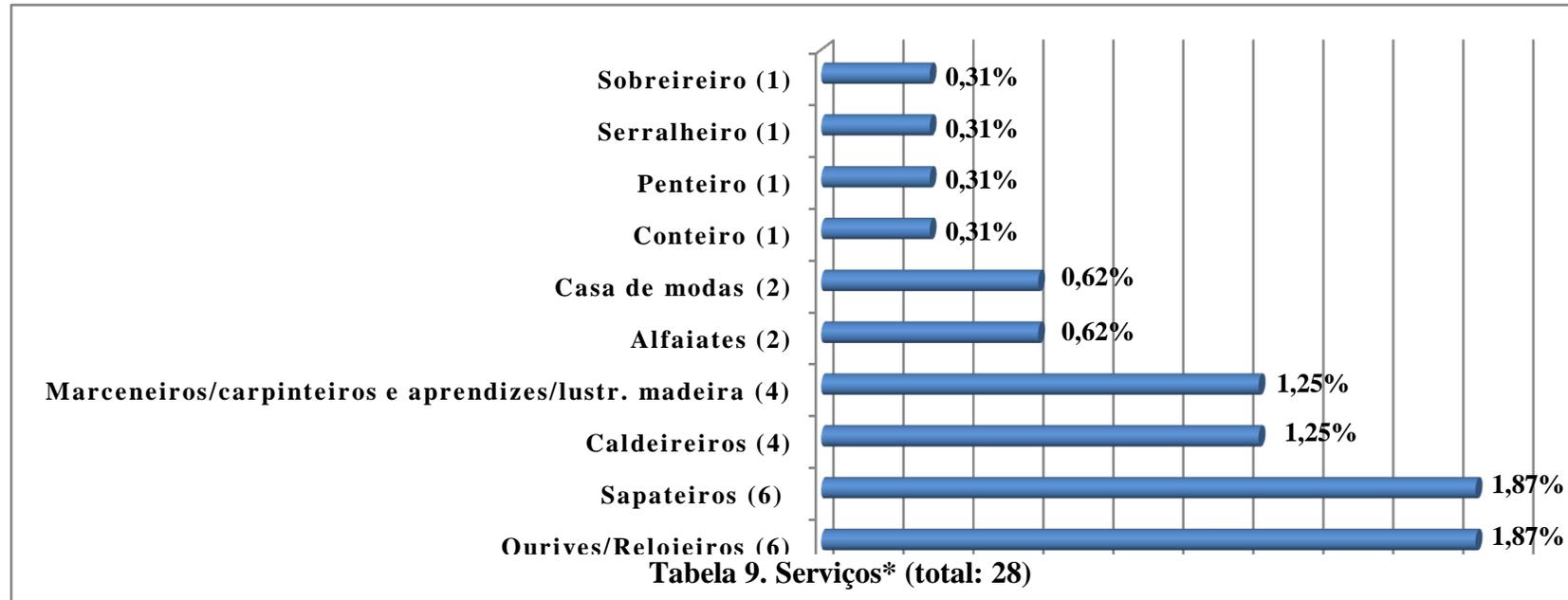
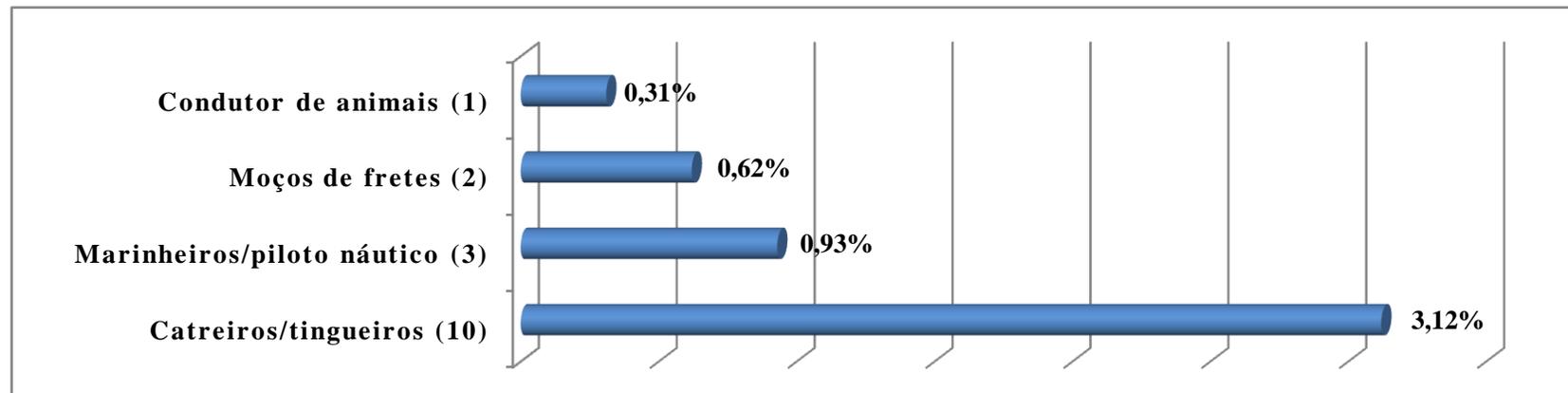


Tabela 9. Serviços* (total: 28)



*percentagens sobre o total das profissões identificadas

Fabricantes (13 - 4,06%)

Trabalhadores da terra (total 8)

6 Fazendeiros/Lavradores/Hortelões(1,87%)

2 Jardineiros (0,62%)

Ciências (total 7):

5 Dentistas/médicos/cirurgiões/cirurgião praticante (1,56%)

2 Químico/Farmacêutico(0,62%)

Outros (total 18):

3 Estudantes (0,93%)

2 Presbíteros (0,62%)

2 Professores de línguas(0,62%)

2 Arquitectos (0,62%)

2 Cabeleireiro (0,62%)

1 Unidade: escrivão, praticante de despacho d'alfândega, com actividade de hospedaria, empregado em fábricas de estampas, aprendiz em fábrica de seda, empregado no hospital, lavadeira (total 7)

Anexo X

Comerciantes italianos em Lisboa (1824-1854)

A) Negociantes italianos residentes em Lisboa entre 1824 e 1826⁹⁷⁸

A.1 Negociantes italianos (segundo dados da Paróquia do Loreto)

Nome e Apelido	Morada
1. Agostino Castellani*	Rua do Crucifixo
2. Ambrogio Fassio (Fazio, <i>nda</i>)*	À Esperança (<i>Largo da</i>)
3. Andra Celesia	Rua das Portas de Santa Catarina n.2
4. Antonio Bagnasco	Rua das Flores n. 51
5. Antonio Marrara	Rua do Chiado
6. Antonio Profumo	Rua do Crucifixo n. 69
7. Antonio Rusca*	Rua do Arsenal n. 34
8. Angelo Nicolò Polleri	Travessa da Assunção n.24
9. Benedetto Antonio Sivori*	Rua da Horta Seca n. 6
10. Gaetano Maggiolo	Travessa da Espera n. 44
11. Carlo Giovanni Battista Bolelli	À Moeda
12. Stanislao Del Pinto*	Rua Direita do Loreto n. 40
13. Francesco Cogorno*	Rua Nova do Carmo 15
14. Francesco Giuseppe Polleri*	Rua do Ouro n. 148
15. Francesco Maria Durante*	Rua da Horta seca 6
16. Francesco Ferrari*	Rua dos Retroseiros ⁹⁷⁹ 95
17. Francesco Zignago*	Rua do Ouro 127
18. Ercole Stampa ⁹⁸⁰	Rua do Alecrim 10
19. Giacomo Carbone	Rua das Flores 46
20. Giovanni Armando	Rua do Chiado 24
21. Giovanni Battista Canali Murta	A Chagas, n. 10
22. Giovanni Battista Sivori*	Largo de Santa Catarina 12B
23. Giovanni Battista Sciello	Rua do Arsenal 55
24. Giovanni D'Ambrosi*	Rua do Chiado 29
25. Giovanni Ghiglione*	Rua do Ferragial de baixo 19
26. Giovanni Salacco*	Rua de São Francisco 36
27. Giuseppe Bernero	Rua da Rosa das Partilhas ⁹⁸¹
28. Giuseppe Caramassa*	Rua dos Retroseiros 120
29. Giuseppe Massa	Rua Formosa 31
30. Giuseppe Angelo Massa	Rua de São Roque 29

* Nominativos que não aparecem no elenco dos emigrantes italianos residentes em Lisboa entre 1822 e 1826 (veja-se anexo IX).

⁹⁷⁸ Decidiu-se traduzir os nomes (originariamente em português) em italiano, no que respeita aos nominativos retirados das listas dos negociantes estrangeiros; manteve-se a transcrição original para os nominativos dos comerciantes matriculados entre os nacionais.

⁹⁷⁹ Actual rua da Conceição.

⁹⁸⁰ De procedência lombarda ou véneta, porque no almanaque de 1826 aparece entre os negociantes da Áustria.

⁹⁸¹ Antigo nome da rua da Rosa (Bairro Alto).

31. Ignazio Costa e C.	Rua dos Mártires 21; Cais do Sodré 6 (em 1826)
32. Ignazio Satini*	Rua do Chiado 24
33. Irmãos Guidotti	Rua da Emenda
34. Manuele D' Ambrosi e C.	Travessa da Cara 25
35. Oneto e Ricchini	Rua do Alecrim 28
36. Pietro Scola ⁹⁸²	Rua da Horta Seca 18
37. Raffaele Gavazzo ⁹⁸³ e C.*	Rua de São Paulo 18
38. Turpia e Casale *	Rua do Alecrim 31
39. Viúva de Manoel Segalerba	Travessa da Agua das Flores 27
40. Viúva Sessarego	Cruz de Paz a St. Catarina 5

Fontes: Lisboa. ANTT. *Junta do Comércio*. «Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa», mc.61 (cx. 199); *Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV*, Lisboa, na Impressão Regia, [s.d.], pp. 549-550.

A2. Acréscimos em 1826⁹⁸⁴

Nome e Apelido	Morada
1. Antonio Merea*	Rua do Crucifixo 83
2. Benedetto Cosmelli*	Rua Larga de São Roque 90
3. Francesco Rebelli	Travessa de São Nicolau 5
4. Giovanni Battista Allegro	Largo do Conde Barão 2
5. Giuseppe Tenco	Rua da Procissão 43
6. Lorenzo Antonio Polleri*	Largo do Carmo 5
7. Pietro Caviglioli	Largo do Corpo Santo 10
8. Pietro Francesco Bianchi*	Rua das Flores 46
9. Agostino De Poli**	Rua dos Douradores 11
10. J. Caramazza**	Rua dos Retroseiros 51
11. J. Emanuelis**	Rua do Arsenal 41

Fonte: *Almanach Portuguez. Anno de 1826*, Lisboa, na Impressão Regia, [s.d.], p. 497, 499-500.

⁹⁸² De procedência lombarda ou véneta, porque no almanaque de 1826 aparece entre os negociantes da Áustria.

Pela tipicidade do seu apelido, é provável que se trate de natural da Lombardia.

⁹⁸³ Raffaele Gavazzo naturaliza-se em 11.05.1807 (veja-se anexo V). É de origem genovesa, embora desempenhe actividades para outros Estados italianos. De facto, em 1820 é cônsul pelo Reino das duas Sicílias em Faro (*Almanacco Reale del Regno delle Due Sicilie per l'anno 1820*, p.175); facto que está ligado à consistente presença genovesa naquela região.

⁹⁸⁴ Estes nominativos não estão presentes na lista fornecida pelo provedor da Igreja do Loreto, e publicada por Marino Miguel Franzini no *Almanach Portuguez* para o ano de 1825.

** Lombardos ou vénetos, porque sob autoridade austríaca.

**A3. Negociantes de origem italiana,
matriculados entre os nacionais da praça de Lisboa**

Nome e Apelido	Morada
1. Antonio Gonçalves Penna	Ribeira Velha n. 34
2. Francisco Alves Fortunato	Ribeira Velha n. 13
3. Francisco Calleia	São Paulo n. 25
4. Francisco Giuseppe Bello	Rua dos poços dos negros 12
5. Francisco Maria Cogorno	Rua Nova do Carmo 15
6. Giacomo Tasso	Travessa do Guarda-mor n.5
7. João Baptista Vieira Serzedello	Rua do Arsenal 23
8. Luís Lodi	Rua da Prata 225
9. Miguel Setaro	Rua do Sacramento à Lapa n. 60
10. Marco Filippo Tasso	Trav. Do Guarda Mor n.5
11. Pietro António Fascio	Rua dos Sapateiros n.40

Fonte: *Almanach Portuguez*. Anno de MDCCCXXV, na Impressão Regia, Lisboa pp. 517-544.

B) Negociantes italianos em Lisboa em 1837

Nome e Apelido	Morada
1. Agostino de Poli	Largo do Stephens 1
2. Giuseppe Polleri	Largo do Carmo 5
3. Antonio Rusca	Rua da Prata
4. Antonio Rusca Manuele	Calçada d São Francisco 16
5. Gaetano Merea	Rua do Ouro 20
6. Carlo Fr. Casaniza (<i>Cazzaniga, nda</i>)	Rua da Prata 173
7. Carlo Giovanni Battista Bolelli	Defronte da Casa da Moeda, 51
8. Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros 95
9. Francesco Profumo	Rua dos Capellistas 15
10. J.M. Martelli	Rua Larga de São Roque 6
11. Geronimo Cogorno	Rua da Prata 47
12. Giovan Battista Sivori	Monte de Santa Catharina 12
13. Giuseppe Emanuellis	Rua Nova do Almada
14. Irmãos Guidotti	Rua Larga de São Roque
15. Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo 5
16. Francesco Antonio Maggiolo	Arco da Bandeira 27
17. Giovanni Stefano Maggiolo	Rua dos Douradores 53
18. Manuele D'Ambrosi	Rua do Carvalho 20
19. Giovanni Antonio Massa	Rua do Loreto 69
20. Francesco Antonio Michelis	Rua do Ferragial de Baixo 3
21. Oneto e Richini	Rua da Emenda 19
22. Pedro Caviglioli	Rua Direita de São Paulo 23
23. Alberto Francesco Profumo	Rua Nova do Carmo 7G
24. Angelo Polleri	Largo do Carmo 5
25. Giuseppe Antonio Sivori	Largo de São Paulo 100
26. Maria Josefa da Cruz Tasso	Rua da Bitesga 4
27. Giuseppe Geronimo Tobino	Rua do Ouro 23

28. Viúva de Bernardo Casale e filhos	Rua do Alecrim 31
29. Viúva de Manoel Segalerba e filho	Travessa de Agua de Flor 27
30. Francesco Zignano	Calçada dos Caetanos 1

Fonte: *Almanak estatístico de Lisboa em 1837*, Impressão de M. G. Coelho e C.^a, pp. 145-154.

C) Negociantes italianos em Lisboa em 1841

C1. Negociantes italianos

Nome e Apelido	Morada
1. Viúva Campodonico	Largo do Pelourinho 15
2. Pietro Caviglioli	Travessa do Ataíde 7
3. Geronimo Cogorno	Rua da Prata 186B
4. Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros 95
5. Irmãos Guidotti	Rua Larga de São Roque 90
6. Luigi Scassa (Encarregado da Real Galleria de turim)	Travessa de Santa Justa 4
7. Gaetano Maria Maggiolo	Defronte da Conceição Nova
8. Francesco Antonio Maggiolo	Rua dos Douradores 4
9. Giovanni Stefano Maggiolo	Defronte da Conceição Nova 5
10. Giovanni Antonio Massa	Rua Nova do Loreto 69
11. Oneto & Richini	Rua da emenda 19
12. Francesco Profumo	Rua da Magdalena
13. Alberto Francesco Maria Profumo	Rua Nova do Carmo 7G
14. Giuseppe Polleri	Largo do Carmo 5
15. Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo 5
16. Agostino Poli	Largo do Stephens 1
17. Giovanni Battista Sivori	Monte de Santa Catharina 12B
18. Giuseppe Antonio Sivori	Rua de São Paulo 100
19. Ercole Stampa	Rua do Ouro 251
20. Viúva de Manuel Segalerba e Filhos	Travessa d' Agua de Flor 27

Fonte: *Almanak Estatístico de Lisboa em 1841*, Lisboa, Typographia do Gratis, pp. 238-243.

C2. Negociantes de origem italiana, matriculados entre os nacionais da praça de Lisboa

Nome e Apelido	Morada
1. Francesco Antonio Lodi	Rua do Alecrim 2
2. Tommaso Maria Bessone	Largo do Pelourinho 24
3. Tommaso Maria Bessone (sobrinho)	Largo de São Julião 9

Fonte: *Almanak Estatístico de Lisboa em 1841*, Lisboa, Typographia do Gratis, pp. 229-238.

D) Negociantes italianos em Lisboa em 1843

D1. Negociantes incluídos entre os Estrangeiros

Nome e Apelido	Morada
1.Genorimo Cogorno	Rua dos Fanqueiros
2. Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros 95
3. Irmão Guidotti	Rua Larga de São Roque 90
4. Gaetano Maria Maggiolo	Defronte da Conceição Nova
5. Francesco Antonio Maggiolo	Rua dos Douradores 4
6. Giovanni Stefano Maggiolo	Defronte da Conceição Nova 5
7. Giovanni Antonio Massa	Rua Nova do Loreto 69
8. Oneto & Richini	Loreto
9. Francesco Profumo	Rua da Magdalena
10. Giuseppe Polleri	Largo do Carmo 5
11. Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo 5
12. Viúva Poli e C.	Largo do Stephens 1
13. Giuseppe Antonio Sivori	Rua de São Paulo 100
14. Ercole Stampa	Rua do Ouro 251
15. Viúva de Manuele Segalerba e Filhos	Travessa d'Água de Flor 27

Fonte: *Almanak Estatístico de Lisboa em 1843*, Lisboa, Typographia do Gratis, pp. 251-254.

E) Negociantes italianos em Lisboa em 1848

Nome e Apelido	Morada
1.Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros 95
2. Francesco Antonio Maggiolo	Rua dos Douradores 4
3. Giovanni Stefano Maggiolo	Defronte da Conceição Nova 5
4. Giovanni Antonio Massa	Rua Nova do Loreto 69
5. Oneto & Richini	Loreto
6. Francesco Profumo	Rua da Magdalena
7. Giuseppe Polleri	Largo do Carmo 5
8. Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo 5
9. Viúva Poli e C.	Largo do Stephens 1
10. Giuseppe Antonio Sivori	Rua de São Paulo 100
11. Ercole Stampa	Rua do Ouro 251
12. Viúva de Manuele Segalerba e Filhos	Travessa d'Água de Flor 27

Fonte: *Almanak Estatístico de Lisboa em 1843*, Lisboa, Typographia do Gratis, pp. 115-118.

F) Negociantes italianos em Lisboa em 1851

Nome e Apelido	Morada
1.Giuseppe Emanuellis	Rua dos Retroseiros 112
2. Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros 95
3. Francesco Antonio Maggiolo	Rua do Sacramento 2
4. Giovanni Antonio Massa	Rua Nova do Loreto 69

5. Oneto & Richini	Rua de São Paulo 103
6. Francesco Profumo	Rua dos Capelistas 36 e 36A
7. Giuseppe Polleri	Largo do Carmo 15
8. Lorenzo Antonio Polleri	Largo do Carmo 15
9. Poli e Seixas	Largo do Stephens 1
10. Giuseppe Antonio Sivori	Rua de São Paulo 100
11. Viúva de Manuele Segalerba e Filhos	Travessa d'Água de Flor 27

Fonte: *Almanak Estatístico de Lisboa em 1851*, Lisboa, Typographia do Gratis, pp. 192-195.

G) Negociantes italianos em Lisboa em 1855

G1. Negociantes incluídos entre os Nacionais matriculados

Nome e Apelido	Morada
1. Tommaso Maria Bessone	Rua do Ferregial de cima 19 ⁹⁸⁵
2. Tommaso Maria Bessone	“ “

Fonte: *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, pp. 613-620.

G2. negociantes incluídos entre os Nacionais não matriculados

Nome e Apelido	Morada
1. Antonio Lodi	Largo do Quintela
2. João Battista Testa	Rua do Norte 32
3. Giuseppe Francesco Lessa	Rua do Cura 21

Fonte: *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, pp. 620-624.

G3. Negociantes incluídos entre os Estrangeiros

Nome e Apelido	Morada
1. Francesco Ferrari	Rua dos Retroseiros 95
2. Ghiglione (s.n.)	Rua do Ferragial de Baixo 19
3. Francesco Antonio Maggiolo	Rua do Sacramento 2
4. Oneto e Ricchini	Rua de São Paulo 104
5. Francesco Profumo	Largo do Pelourinho 29
6. Giuseppe Polleri	Largo do Carmo 15
7. Sassetti e C.	Rua Nova do Carmo
8. Giuseppe António Sivori	Rua de São Paulo 100
9. Viúva de Poli & Seixas	Largo do Stephens 1

Fonte: *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, pp. 624-627.

⁹⁸⁵ Actual rua Vitor Cordon.

Descrição de Lisboa em 1826 pelo exilado siciliano Andrea Mangeruva

Extracto de: [MANGERUVA, Andrea], *Avventure di A. Mangeruva o viaggi e fatiche del novello Alcide siciliano*, Palermo, Stamperia di M. A. Console, 1847.

— 265 —

Tanta universale lietezza ci parve di buon augurio, onde scesi di lieto umore, cominciammo prima di ogni altra cosa a fare la nostra visita generale a tutto quanto è da vedersi in quella vasta città. Siede Lisbona sul pendio di parecchie colline che s'incurvano a guisa di anfiteatro sulla sinistra riva del Tago. Gli antichi quartieri superstiti al terribile terremoto che la colpì nel 1735 sono tortuosi, scoscesi, e fatti angusti ed oscuri da fabbricati della più cattiva costruzione. Quelli però che non datano che da quell'epoca, cioè da un secolo, sono agevoli, spaziosi e ordinati con bella euritmia, per cui Lisbona è materialmente divisa in due grandi sezioni; città nuova, e città vecchia. La nuova Lisbona può quindi gareggiare colle più splendide capitali di Europa. Primeggiano fra i sontuosi suoi edifizj la borsa, i reali palazzi della *Juda*, di *Bemposta*, quelli del comune, della dogana, dell'Indie, della marina, quello dell'abolita inquisizione, il grandioso arsenale, e il vasto teatro S. Carlo, dove si rappresenta l'opera in musica italiana. Vastissime sono le sue piazze: mirabile è quella del commercio ricinta di magnifico porticato e adorna della statua colossale di Giuseppe I; nè meno belle sono quelle del mercato dei cereali, di Figueira, d'Alegria, e l'altre dei Carmelitani e dei Celsi. Magnifiche sono, la cattedrale sede di un Patriarca, le chiese di S. Antonio, del Cuore di Gesù di cui stupenda è la cupola, quella delle Grazie dove è il sepolcro dell'Albuquerque che essi nella loro enfatica albagia nazionale non nominano mai, se non che col titolo del Grande o coll'antonomasia del Marte Portoghese, e la cappella di S. Vincenzo intera meravigliosa opera di mosaico dove le pareti istoriate a quel modo sfidano la più pastosa e sfumata gradazione di tinte dei più dilitati pennelli dei classici artisti veneziani.

Ha non pochi ospedali e fra tutti magnifico è quello de' marinai, ed altri parecchi stabilimenti di pubblica beneficenza. Fanno fede della sua cultura un'accademia di scienze, e un'altra di arti e specialmente di architettura, un collegio di commercio, e uno di nautica, un osservatorio astronomico, un gabinetto di fisica e storia naturale, ed un ricchissimo medagliere. Sulla vetta del più elevato dei suoi colli siede a cavaliere della città un antico e ben munito castello. Due forti difendono l'ingresso del porto. Vasta è la baja del Tago e capace dell'ancoraggio di parecchie

flotte riunite. Un gigantesco acquidotto che con tre titaniche arcate congiunge due colline, alimenta d'acque perenni numerose fontane pubbliche. L'altezza sterminata dell'arco di mezzo di quell'ardito edificio, credo, se non erro, debba di qualche cosa superare i tre archi sovrapposti del ponte di Maddaloni fra Napoli e Caserta. La distribuzione dell'acqua vien fatta ordinatamente col ministero di certo numero di facchini, quasi tutti spaguuoli e propriamente della Galizia, ripartiti ad ogni fontana in regolari compagnie, contrassegnati ciascuno di una medaglia che portano appesa al petto, e forniti di barili con cui recano per le case di tutta quanta la città la provigione d'acqua domandata. Nè a ciò soltanto si limita l'ufficio loro, che dippiù, al posto d'ogni fontana sta pure sempre apparecchiata una tromba, e in caso d'incendio, coloro al tocco della campana della chiesa la più vicina sono obbligati ad accorrere al soccorso della casa che abbrucia; e il governo ad animare la loro sollecitudine dà un premio di sei piastre a quella compagnia che colla sua tromba arriva la primã. E questa savia previdenza è ivi davvero necessarissima, avvegnachè la maggior parte delle case edificate dopo il sovraindicato terremoto del 1735 sono pressochè tutte da cima a fondo costruite di legno, per cui si può dire fortunato quel giorno che non vi sia qualche caso d'incendio. E in tali occasioni ogni indugio può essere fatale, come avvenne nel quartiere della borsa nel 1828 che il fuoco devastatore durò otto intieri giorni senza che si potesse in nessun modo pervenire a dominarlo e spegnerlo. Ad onta però della doppia utilità di quei poveri Galiziani non v'ha epiteto più offensivo per un portoghese che quello di *Galeco!*

Una singolarità di Lisbona sono le campane. In tutto l'orbe cristiano credo che queste benedette campane (salvo il rispetto dovuto al loro battesimo e alla santità dello scopo religioso di esse) sieno il più nojoso e solenne rompicapo di chi veglia, di chi dorme, di chi parla, di chi studia, di chi pensa, di chi vive. Difatto cosa può esservi di importuno che un doppio assordante monotono, che vi spezza il timpano? cosa può esservi di più melanconico e lugubre che i secchi e fessi tocchi dell'agonia e del funerale? Ma in Lisbona è tutt'altra faccenda. Si tratta ivi che ogni campanile può dirsi un organo, un'orchestra completa. Otto sono le campane di ciascun campanile, maestrevolmente accor-

date all'ottava dei toni; e povero è quel campanile che ha di tali ottave una sola! Il campanaro o a meglio dir suonatore di quella specie di penzolante tastiera, si addatta le corde dei battagli alle mani, ai piedi e perfino al collo, per modo che colla massima sicurezza eseguisce tali stupende e difficili scampanate, che le sono vere melodie di sinfonie, di variazioni di Mozart e di Rossini, e con tanta precisione d'intonamento e delicatezza di smorzature, che maggiore non potrebbe sperarsi da mano maestra sopra armonioso pian-forte.

È Lisbona l'emporio delle produzioni del nuovo mondo che di là si diramano per tutta Europa. È perciò che il traffico marittimo vi è fiorentissimo, e direi quasi con pregiudizio della nazionale industria manifatturiera. Non per tanto ha ricche fabbriche di seterie, di drappi, di cappelli, di cuoi, di oggetti di orificeria; e rimarchevolissime poi sono quelle delle gomone e del tabacco, e la fonderia dei cannoni. Tutte le colline e pianure d'intorno sono sparse di deliziosissime ville, e la Sierra di Cindra rivaleggia colle più incantevoli e pittoresche posizioni delle rive del Bosforo. La popolazione di Lisbona si calcola a 260,000, e v'ha qualcuno che pretende farla ascendere sino a 300,000 abitanti.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

1. Fontes manuscritas

Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Fundo: Intendência Geral da Polícia

- maço 53 (caixas 94). «Decretos, avisos e portarias sobre matérias de Polícia» [1826]
- maço 101 (caixa 181). «Bairro Alto» [1822-1823]
- maço 120 (caixa 216). «Bairro de Belém» [1822-1823]
- maço 219 (caixa 362). «Rossio» [1828]
- maço 228 (caixa 378). «Romulares», [1828]
- maço 244 (caixa 407). «Algarve» [1828]
- livro 24. «Contas para o Governo» [1826-1827]
- livro 223. «Contas Confidenciais» [1823-1826]
- livro 224. «Contas Confidenciais» [1826-1829]
- livro 240. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte» [1823-1830]
- livro 241. «Presos da Corte ou remetidos do reino e entrados nas cadeias da Corte» [1826-1831]

Fundo: Junta do Comércio

- mç. 61 (cx. 199). «Relações de empregados e negociantes para o Almanaque de Lisboa»
- mç. 239 (cx. 449). «Requerimento de naturalizações e de assinatura de termo de vassalagem» [1807-1833]
- mç. 243 (cx. 461), «Requerimentos de naturalizações e outros documentos» [1785-1803]
- mç. 301 (cx. 603). «Primeiros e segundos resumos da América, Ilhas, África, Ásia e nações estrangeiras» [1819]
- mç. 312 (cx. 622). «Mapa das cargas de navios entrados em Lisboa e Porto» [1820-1821]
- livro 254. «Livro segundo dos termos de naturalizados» [1805-1833]

Fundo: Manuscritos da Livraria

- número 1112 (10)

- número 2542 (3)

Fundo: Ministério dos Negócios Estrangeiros

- caixa 233. «Correspondência dos Consulados da Áustria, Suécia, Toscana e Roma» [1772-1833]

- caixa 241. «Correspondência dos Consulados de Nápoles, Duas Sicílias e Sardenhas» [1814-1833]

- caixa 342. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia» [1823-1824]

- caixa 343. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia» [1825-1826]

- caixa 344. «Correspondência da Intendência Geral da Polícia» [1827-1829]

-caixa 511. «Correspondência da Legação de Sardenha em Lisboa» [1726-1829]

- caixa 788. «Correspondência da legação portuguesa em Nápoles» [1820-1833]

- livro 161. «Estrangeiros residentes em Portugal» [1821-1822]

- livro 189. «Ofícios condifenciais» [1823-1832]

Fundo: Registo Geral de Mercês 1639/1949

- livro 17. «Registo Geral de Mêrces do Reinado de Dom João VI» [1822]

Lisboa. Arquivo Histórico Militar (AHM)

Divisão: III. Emigrados[3/17]

-série 1, caixa 1

- série 2, caixa 16

Lisboa. Arquivo Histórico Municipal (AML)

Fundo:Chancelaria Régia.

- «Livro IX de consultas e decretos d'el-rei D. Pedro II»

- «Livro IX de consultas e decretos d'el-rei D. João V, do senado ocidental»

- «Livro 1º de Registo de Avisos de Dom Miguel»

Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Fundo:Manuscritos Reservados

- mss.260, n.7, 13, 14

Napoli. Archivio di Stato (ASN)

Fundo:Ministero degli Affari Esteri del Regno delle Due Sicilie

- busta 933. «Legazione di Napoli in Portogallo. Diversi» [1815-1829]
- busta 934. «Affari di Portogallo» [1824]
- busta 935. «Affari politici» [1826]
- busta 940. «Portogallo. Real Legazione. Personale e interessi» [1716-1829]
- busta 942. « Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione» [1816-1829]
- busta 945. «Legazione del Portogallo in Napoli. Sua legazione» [1815-1829]
- busta 4457. «Convenzione col Portogallo pei condannati nel Brasile» [1819]
- busta 2690. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi» [1815-1829]
- busta 2692. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi» [1817-1829]
- busta 2693. «Consoli del Regno di Napoli all'estero. Lisbona – Diversi. Notizie e regolari» [1815-1828]
- busta 3230. «Consolati Esteri in Napoli. Portogallo. Diversi» [1766-1860]
- busta 3582. «Polizia. Real Ministero. Diversi» [1821-1823]

Fundo: Alta Polizia

- busta 17. «Registro di Siciliani espatriati, esiliati e relegati per motivi politici» [1826]
- busta 40. «Registro degli espatriati, esiliati e relegati per i fatti del 1820»

Fundo: Ministero della Polizia Generale, Parte II

- busta 52 «Carte del Parlamento Nazionale delle Due Sicilie» [1820-1821]

Città del Vaticano. Archivio Segreto Vaticano (ASV)

Fundo: Segreteria di Stato, Esteri

- busta 241 [1822]
- busta 441 [1821/1822]
- busta 442 [1823/1826]
- busta 443 [1827/1831]

Fundo:Segreteria di Stato, Portogallo.

- anno 1820, rubrica 250
- anno 1821, rubrica 250

Fundo: Archivio Nunziatura Lisbona.

- n. 43, fasc. 2 («Notizie, avvenimenti ed affari politici»)
- n. 44, fasc. 2 («Corrispondenza, carte e documenti ufficiali romani e portoghesi relativi a sudditi pontifici in Portogallo e loro interessi e privilegi» [1680-1831])
- n. 44, fasc. 3 («Diritti e privilegi degli italiani in Portogallo»)
- n. 44, fasc. 4 («Registro dei sudditi pontifici residenti in Lisbona e dei passaporti sollecitato loro [1808-1831])

Trecchina (Itália). Archivio Parrocchiale di San Michele Arcangelo (APSM)

- Libro VII dei Battezzati [1767-1801]
- Libro VIII dei Battezzati [1801-1833]
- Libro III dei Matrimoni [1801-1846]
- Libro VI dei Morti [1801-1846]

2.Fontes impressas

2.1 Obras

Biographia do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Francisco Simões Margiochi, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1838.

Memória do que aconteceu na Cadéa do Limoeiro de Lisboa com os nove Reos Estudantes de Coimbra, que no dia 20 de Junho de 1828 padecerão o Supplicio, em que hum deles, Manoel Innocencio Araujo Mansilha, foi baptizado, composta por Fr. Claudio da Conceição, Lisboa, Impressão Regia, 1828.

Memorie contemporanee sulla Spagna e sul Portogallo, Milano, Tipografia e Libreria Pirota, 1835.

Relação circunstanciada das moradas dos Senhores Deputados que compõem o Soberano Congresso das Cortes, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1820.

BALBI, Adriano, *Essai statistique sur e Royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade, 2004 (1822);

—*Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise*, Paris: Rey et Gravier, 1822;

—*Della popolazione del Portogallo dall'Epoca dei romani ai tempi nostri*, Milano, presso Carlo Turati, Tipografo-Librajo, 1846.

BARETTI, Giuseppe, *A journey from London to Genoa, through England, Portugal Spain and France*, London, printed for T. Daves and L. Davis, 1770.

BERTOLOTI, Davide, *Viaggio nella Liguria marittima*, 3 vols., vol. III, Torino, Tipografi Eredi Botta, 1834.

[BRAGA, Frei Bernardo de], *Tratado sobre a precedência do Reino de Portugal ao Reino de Nápoles*, Porto, Typographia da Revista, 1843.

BRANCO, Manoel Bernardes, *Portugal e os estrangeiros: obra dividida em quatro partes*, Lisboa, liv. De M. A. Pereira, 1879.

CHIANCA, João Ignácio Crespeniano, *Manual descritivo de Lisboa e Porto*, Lisboa, Typ. Da Viuva Coelho & Comp.^a, 1845.

CARRANO, Francesco, *Vita di Guglielmo Pepe*, Torino, Tipografia Nazionale di G. Biancardi, 1857.

CARVALHO, Pinto de (Tinop), *Lisboa d'outros tempos*, 2 vols, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1898-1899.

CIBRARIO, Luigi, *Lettere scritte in un viaggio di Spagna e Portogallo nel MDCCCXLIX*, Torino, Stamperia Reale, 1856.

DEL POZZO, Luigi, *Cronaca civile e militare delle Due Sicilie sotto la dinastia borbonica dall'anno 1734 in poi*, Napoli, Stamperia Reale, 1857.

[GORJÃO, João Damásio Roussado] *Galeria dos deputados das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Epocha I, Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1822.

JORGE, Ricardo, *Demografia e hygiene da cidade do Porto*, vol. I, Porto, Repartição de saúde e hygiene da Câmara, 1899.

LANJUINAIS, [Jean-Denis], *Considerações políticas sobre as mudanças que conviria fazer na constituição espanhola, a fim de a consolidar, especialmente no Reino das Duas Sicílias*, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1821.

[MACEDO, José Agostinho de], *Relação das Festas do Loreto*, Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1814.

[MANGERUVA, Andrea], *Avventure di A. Mangeruva o viaggi e fatiche del novello Alcide siciliano*, Palermo, Stamperia di M. A. Console, 1847.

PATO, Bulhão Raimundo, *Memórias*, tomo I, Lisboa, [s.n.], 1894.

PECCHIO, Giuseppe, *Tre mesi in Portogallo nel 1822*, Madrid, D. Michele di Burgos, 1822.

RIGAUD, Lucas, *Cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha*, quinta edição correcta, e emendada, Lisboa, na typografia lacerdina, 1826.

PEPE, Guglielmo, *Relazione delle circostanze relative agli avvenimenti politici e militari in Napoli nel 1820 e 1821, diretta a s.m. il Re delle Due Sicilie dal generale Guglielmo Pepe. Con le osservazioni sulla condotta della nazione*, Parigi, presso i principali libraj, 1822;

—*Memorie della giovinezza. Opera del Generale Guglielmo Pepe intorno alla sua vita ed ai contemporanei casi d'Italia*, Parigi, Libreria Europea di Baudry, 1846;

—*Memorie del generale Guglielmo Pepe intorno alla sua vita e ai recenti casi d'Italia. Scritte da lui medesimo*, 2 vols., Parigi, Baudry, 1847.

SILVA, Luís D. Vilela da, *Observações críticas sobre alguns artigos do ensaio estatístico do Reino de Portugal e Algarves*, Lisboa, na Impressão Régia, 1828.

TAMS, George, *Visitas às possessões portuguezas na costa na costa ocidental da África*, 2 vols., Porto, Typh. Da Revista, 1850.

UGONI, Camillo, *Vita e scritti di Giuseppe Pecchio*, Parigi, Baudry, 1836.

VENOSTA, Felice, *Guglielmo Pepe. Notizie storiche*, Milano, Carlo Barbini Editore, 1864.

2.2 Publicações Periódicas

Almanak estatístico de Lisboa em 1837, [Lisboa], Impressão de M. G. Coelho e C.^a, [s.d.].

Almanak da antiga, muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto para o anno de 1837, Porto, na Typographia Comercial Portuense, [s.d.].

Almanak Estatístico de Lisboa em 1838, [Lisboa], Impressão Morandiana, [s.d.].

Almanak Estatístico de Lisboa em 1838, [Lisboa], Impressão Morandiana, [s.d.].

Almanak Estatístico de Lisboa em 1839, [Lisboa], Impressão Morandiana, [s.d.].

Almanak Estatístico de Lisboa em 1841, [Lisboa], Typographia do Gratis, [s.d.].

Almanak da cidade do Porto para o anno de 1844, Porto, na Typographia Comercial Portuense, [s.d.].

Almanak da cidade do Porto para o anno de 1845, Porto, na Typographia Comercial Portuense, [s.d.].

Almanak Estatístico de Lisboa em 1848, Lisboa, Typographia do Gratis, [s.d.].

Almanak Estatístico de Lisboa em 1851, Lisboa, Typographia do Gratis, [s.d.].

Almanak da cidade do Porto e Vila Nova de Gaya para o anno de 1850, Porto, na Typographia de Faria Guimarães, [s.d.].

Almanach de Portugal para o anno de 1855, Lisboa, Imprensa Nacional, [s.d.].

Astro da Lusitânia (Lisboa, 1820-1823)

Diário do Governo (entre 12/02 e 3/7 de 1821 denominado *Diário da Regência*) Lisboa, 1820-1823

Gazeta de Lisboa (Lisboa, 1715-1820, 1823-1831)

Giornale Costituzionale del Regno delle Due Sicilie (Napoli, 1820-1821)

Jornal de Coimbra (Coimbra, 1812-1820)

O Campeão Portuguez, ou amigo do Rei (Londres, 1819-1821)

2.3 Publicações oficiais

Almanacco reale del regno delle Due Sicilie per l'anno 1818, Napoli, Della Reale Tipografia del Ministero di Stato della Cancelleria Generale.

Almanacco reale del regno delle Due Sicilie per l'anno 1819, Napoli, Della Reale Tipografia del Ministero di Stato della Cancelleria Generale.

Almanacco reale del regno delle Due Sicilie per l'anno 1820, Napoli, Della Reale Tipografia del Ministero di Stato della Cancelleria Generale.

Almanacco della Real Casa e Corte per l'anno 1823, Napoli, Stamperia Reale, [s.d.].

Almanach Portuguez. Anno de MDCCCXXV, Lisboa, na Impressão Regia, [s.d.].

Almanach Portuguez. Anno de 1826, Lisboa, na Impressão Regia, [s.d.].

Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1822.

Collecção da legislação moderna portugueza, t. I (Legislação de 1821), Lisboa, Na Typographia Maigrense, 1823.

Collezioni delle leggi e dei decreti reali del Regno delle Due Sicilie. Anno 1825. Semestre II, Napoli, Stamperia Reale, [s.d.].

Constituição política da monarquia hespanhola. Promulgada em Cádiz aos 19 de Março de 1812, Lisboa, Na off. De António Rodrigues Galhardo, 1820.

Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa (versão digital: <<http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>>)

Documentos para a história das Cortes Geraes da Nação Portuguesa, t. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.

Noticias officiaes recebidas da ilha da Madeira, [s.l.], na Imprensa Nacional, [1821].

Obras Constitucionaes de Hespanha e Nápoles, depois de terem jurado a constituição os seus augustos soberanos Fernando VII, e Ferdinando IV, n. I, Lisboa, Impressão Régia, 1820.

II. BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência

1.1 Dicionários e Enciclopédias

Dizionario biografico degli Italiani, 82 vols., Roma, Instituto dell'Enciclopedia Italiana, 1925 -.

Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, 2 vols., [s.l.], Publicações Alfa, 1985.

Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 4 vols., Freixo – Matosinhos, Minha Terra, 1996-.

Enciclopedia Italiana di Scienze, lettere ed arti, 36 vols., Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1929-1939;

— «Appendice VIII», 8 vols., Roma, Treccani, 2012-2013.

Verbo Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura, [s.l.], Verbo, 1963-1995.

Benvenuti, Leo, *Dizionario degli italiani all'estero*, Firenze, Tipografia di G. Barbera, 1890.

BUESCU, Helena Carvalhão (coord.), *Dicionário do Romantismo português*, Lisboa, Caminho, 1997.

DE FELICE, Emidio, *Dizionario dei cognomi italiani*, 2ª ed. (1978), Milano, Oscar Studio Mondadori, 1979.

LIMA, Henriques de Campos Ferreira, *Dicionário de iconografia portuguesa: retratos de portugueses e de estrangeiros em relações com Portugal*, vol. 1, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1947.

MATOS, Alfredo Campos (coord. e org.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1988.

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (dir.), *Dicionário de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1994.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, [s.d.].

1.2 Roteiros de Fontes e bibliografia

LIMA, Henriques de Campos Ferreira, «Bibliografia portoghese del Risorgimento», *Rassegna Storica del Risorgimento*, XXVII, V, Maggio, Roma, Libreria Dello Stato, 1940.

MANUPPELLA, Giacinto, «Documentos para o estudo das relações intelectuais luso-italianas – Bibliografia portoghese del Risorgimento», *Boletim Internacional de Bibliografia luso-brasileira*, vol. II, n.1 (Jan. – Mar. 1961), Lisboa, [s.n.], pp. 67-141;
— «Setenta anos de estudos portugueses em Itália (1870-1940)», sep. de *Estudos Italianos em Portugal*, 4 (1941), Lisboa, [s.n.].

MOSCA, Rodolfo, *Bibliografia Del Risorgimento Italiano*, Milano, Federazione Italiana, 1931.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 tomos, Lisboa, Typographia Universal, 1882-1911.

PALMA-FERREIRA, João, *Subsídios para uma bibliografia do memorialismo português*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

SERRÃO, Joel (coord. de), *Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea*, 4 vols., direção de Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira, [Lisboa], Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984-1989.

VARGUES, Isabel Nobre, «Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma Cronologia e Bibliografia», *Revista de História das Idéias*, vol. 7, II (1985), Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 523-525.

2. Obras de carácter geral

BARBAGALLO, Francesco, *Storia contemporanea. Dal 1815 a oggi*, Roma, Carocci, 2013.

BARDET, Jean-Pierre, DUPÂQUIER, Jaques (dir. de), *Histoire des populations de l'Europe*, 3 vols., vol. II – *La révolution démographique 1750-1914*, Paris, Fayard, 1998.

BERTOLINI, Francesco, *Storia d'Italia dal 1814 al 1878*, Milano, Vallardi, 1881.

BELVIGLIERI, Carlo, *Storia d'Italia dal 1814 al 1866*, Milano, Corona e Caimi Editori, 1878.

BERTOLOTTI, Davide, *Storia di Portogallo dai primi tempi sino ai nostri giorni. Tratta dal Durdent, dal Balbi e da altri autori*, Milano, Tipografia di Ranieri Fanfani, 1824.

BOXER, Charles, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

CANDELORO, Giorgio, *Storia dell'Italia Moderna*, 11 vols. (1ª ed. 1956-1986), Milano, Feltrinelli, 2011:

vol. I – *Le origini del Risorgimento 1700-1815*;

vol. II – *Dalla Restaurazione alla rivoluzione nazionale 1815-1846*.

CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993;

—*História do Mediterrâneo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

CARR, Raymond, *España 1808-1975*, 4º ed., Barcelona, Ariel, 1988.

CASTELBRANCO, Francisco, *História de Angola. Desde o descobrimento até a implantação da República (1482-1910)*, Luanda, Tip. A Luzitana, 1932.

COLLETTA, Pietro, *Storia del reame di Napoli dal 1734 al 1825*, 4 tomi, Capolago-Cantone Ticino, Tipografia Elvetica, 1838.

D'AMATO, Gabriele, *Panteon dei martiri della libertà italiana*, 2 vols., Torino, Fontana, 1852.

DELGADO, Ralph, *História de Angola*, 4 vols., vol. III – *Terceiro período, 1640 a 1836*, Lisboa, Banco de Angola, [s.d.].

DELLA PERUTA, Franco, *Risorgimento. Mito e Realtà*, Milano, Electa, 1992.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, São Paulo, EdUSP, 1994.

FERRANDIS, Manuel, BEIRÃO, Caetano, *História contemporânea de España y Portugal*, Editorial Labor, Barcelona – Madrid – Buenos Aires – Rio de Janeiro – México – Montevideo, 1966.

GALASSO, Giuseppe, *Storia del Regno di Napoli*, 6 vols., vol. V, Torino, Utet, 2007.

GIARDINI, Cesare (org.), *Il Risorgimento Italiano 1796-1861*, Verona, Mondadori, 1958.

- GIL NOVALES, Alberto, *El triénio liberal*, Madrid, España Editores, 1980.
- GRAMSCI, Antonio, *Sul Risorgimento*, prefazione di Giorgio Candeloro, Roma, Editori Riuniti, 1972.
- Quaderni dal carcere*, vol. III – *Quaderni 12-29 (1932-1935)*, Torino, Einaudi, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II – *O Brasil Monárquico*, 2 vols., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*, rev. de José Pissarra, Manuel Amaral, 2ª ed. (1987), Lisboa, Tribuna da História-Instituto de Defesa Nacional, 2006.
- MAGALHÃES, Felix Pereira de, *Apontamentos para a História Diplomática de Portugal desde 1826 [...] até 1834*, Lisboa, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1872.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 9ª ed. (1881), 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1986;
- História de Portugal*, 21ª ed. (1879), Lisboa, Guimarães Editores, 2004.
- MATTOSO, José (dir. de), *História de Portugal*, 8 vols, Lisboa, Estampa, 1993-1995:
Vol. 4 – *O Antigo Regime 1620-1807*, coordenação de António Manuel Espanha, 1993;
vol. 5 – *O Liberalismo 1807-1890*, coordenação de Luís Reis Torgal, 1993.
- MEDINA, João, *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, 15 vols., Alfragide-Barcelona, Clube Internacional do Livro – Egedsa, 1995:
vol. VII – *Portugal absolutista*
vol. VIII – *Portugal liberal*
- OLIVEIRA MARQUES, António H. de, *História de Portugal*, 13ª ed. (1972-74), 3 vols., vol. III – *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- PÉCOUT, Gilles, *Il lungo Risorgimento. La nascita dell'Italia contemporanea (1770-1922)*, Milano, Mondadori, 1999.
- PIDAL, Ramón Menéndez, *História de España*, 45 tomos, t. XXXII – *La España de Fernando VII. La guerra de la independencia y los origenes del constitucionalismo*, Madrid, Espasa-Calpe, 1989.

- RIALL, Lucy, *Il Risorgimento. Storia ed interpretazioni*, Roma, Donzelli, 1994.
- ROMANO, Sergio, *Storia D'Italia Dal Risorgimento Ai Nostri Giorni*, Milano, Mondadori, 1978.
- ROMANO, Ruggero, VIVANTI, Corrado (coord.), *Storia D'Italia*, 6 vols., vol. 3 – *Dal Primo Settecento All'unità*, Torino, Einaudi, 1973.
- SALVATORELLI, Luigi, *Sommario della storia d'Italia: dai tempi preistorici ai nostri giorni*, Torino, Einaudi, 1969.
- Il pensiero politico italiano dal 1700 al 1870*, Torino, Einaudi, 1975.
- Pensiero e azione del Risorgimento*, 9ª ed. (1963), Torino, Einaudi, 1981.
- SCIROCCO, Alfonso, *Storia d'Italia dall'Unità Alla Repubblica. L'Italia Del Risorgimento. 1800-1860*, Bologna, Il Mulino, 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 3ª ed. (1977-2011), 19 vols., Viseu, Editorial Verbo:
- Vol. VI: *O despotismo iluminado (1750-1807)*, 1990;
- vol. VII – *A instauração do Liberalismo (1807-1832)*, 1994.
- SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, António de (dir. de), *Nova historia de Portugal*, 12 vols., Lisboa, Presença, 1990-2004:
- vol. 9, – *Portugal e a instauração do liberalismo*, coordenação de António H. de Oliveira Marques, 2002.
- SILVA, Maria B. Nizza da., WESTPHALEN, Cecília M., GRAF, Márcia, *História do Brasil: Colónia, Império, República*. Porto, Universidade Portucalense, 1991.
- SOARES MARTINEZ, Pedro, *História Diplomática de Portugal*, 3ª ed. (1986), Almedina, Coimbra, 2010.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, 19 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.
- SMITH, Denis Mack, *Il Risorgimento Italiano. Storia e Testi*, Bari, Editori Laterza, 1968.

VALERI, Nino (coord.), *Storia D'Italia*, 5 vols., vol. IV – *Da Cavour Alla Fine Della Prima Guerra Mondiale*, Torino, Utet, 1960.

VANNUCCI, Atto, *I Martiri della libertà italiana dal 1794 al 1848. Memorie*, 3ª ed. (1848), Firenze, Felice Le Monnier, 1860.

VENTURA, António *Uma História da Maçonaria em Portugal. 1727-1986*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2013.

VIANNA, Helio, *História do Brasil*, 2 vols., 3ª ed. (1961/62), São Paulo, Melhoramentos, 1965.

VOLPE, Gioacchino, *Lezioni milanesi di storia del risorgimento*, Bologna, Cisalpino, 1998.

WOOLF, Stuart Joseph, *Il risorgimento italiano*, 2 vols., Torino, Einaudi, 1981.

3. Obras de carácter específico

Crimes e amores dos Bourbons de Nápoles, ou mysterios da camarilha, Lisboa, Typographia do Futuro, 1861.

ABEL, Marília, CONSIGLIERI, Carlos, *Lisboa. 750 anos de capital*, Lisboa, Dinalivros, 2005.

ABRANTES, Duquesa de, *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806*, apresentação e notas de José Augusto França, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

ACETO, Giovanni, *Della Sicilia e dei suoi rapporti con l'Inghilterra nell'epoca della Costituzione del 1812*, Palermo, Stamperia Ruffino, 1827.

ACTON, Harold, *I Borboni di Napoli*, Firenze, Giunti, 1997.

AGUILERA, César, *História da alimentação mediterrânica*, Lisboa, Terramar, 2001

ALEXANDRE, Valentim, «O liberalismo português e as colónias de África (1820-1839)», *Análise Social*, vol.XVI (1º-2º), n. 61-62 (1980), pp. 319-340;

—*Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, pp. 411-412;

— (coord.), *O Império Africano (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

ALLIEGRO, Enzo Vinicio (a cura di), *La Basilicata e il “Nuovo Mondo”. Inchieste e studi sull’emigrazione lucana (1868-1912)*, Potenza, Consiglio Regionale della Basilicata, 2001.

ALVES, José Augusto dos Santos, *Ideologia e política na imprensa do exílio: «O Portuguez» (1814-1826)*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

AMORIM, Roby *De mão à boca. Para uma história da alimentação em Portugal*, Lisboa, Ed. Salamanca, 1987.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições70, 2005.

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de, «Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838)», *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. 1 (2002), Porto, [s.n.], pp. 149-172;

— «Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta», *Artistas e Artificies e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte (Porto, 20 a 23 de Junho de 2005), Porto, Faculdade de Letras da Universidade, 2007, pp. 21-30;

— «O restauro de painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal», em Francisco Topa e Rita Marnoto (orgs.), *Nel mezzo del cammin. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Porto, Sombra pela cintura, 2009, pp. 11-63.

ARAÚJO, Joaquim de, PERAGALLO, Prospero, *L’ascendenza dei Pessagno*, Padova, Tip. All’Università dei Fratelli Gallina, 1904.

ARAÚJO, José Maria Xavier de, *A revolução de 1820. Memórias*, intr. de António Ventura, Casal de Cambra, Caleidoscópio; Lisboa, Centro de História da UL, 2006.

ARRIAGA, José, *Portugal e suas colonias*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1882;

— *História da revolução portuguesa de 1820*, 4 vols., Porto, Livraria Portuense - Lopes \$ C.ª Editores, 1886-89.

AVELLA, Nello, «Contributi napoletani alla storia della cultura brasiliana del secolo XIX», in Associazione Ispanisti Italiani, *L'apporto italiano alla tradizione degli studi ispanici. Nel ricordo di Carmelo Sarmonà. Napoli, 30-31 gennaio, 1° febbraio 1992*, atti, Roma, Instituto Cervantes, 1993, pp. 177-186.

AZEVEDO, Julião Soares de, *Condições económicas da revolução portuguesa de 1820*, 2ª ed. (1944), Lisboa, Básica Editora, 1976.

BANTI, Alberto Maria, *Il Risorgimento italiano*, 13ª ed. (2004), Roma-Bari, Laterza, 2013.

BARCHIESI, Roberto, «Italia e Portogallo nel Settecento», estratto degli *Atti del quarto Congresso dell'Associazione Internazionale per gli studi di lingua e letteratura italiana, Magonza e Colonia, 28 aprile-1° maggio 1962*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag GMBH, 1965, pp. 93-105.

BARETTI, Giuseppe, *Scritti*, scritti e annotati da Mario Meneghini, Firenze, Sansoni, 1963 (edição original: 1897);

— «Cartas de Portugal», tradução, prefácio e notas de Maria Eugênia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, sep. de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXI (1970), Coimbra, [s.n.].

BELGRANO, Luigi Tommaso, «Documenti e geneaologia dei Pessagno genovesi. Ammiragli del Portogallo», sep. degli *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, vol. XV, Genova, 1881, pp. 13-18.

BELTRAMI, Giacomo Costantino, *A pilgrimage in Europe and America*, 2 vols, London, Hunt and Clark, 1828.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal*, [s.l.], Marcador, 2011 (reimpressão, edição original: 1878-1879).

BISTARELLI, Agostino, «"Cittadini del mondo?" Gli esuli italiani del 1820-21», *Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana*, anno 2008, Viterbo, Sette Città. <<http://www.asei.eu/it/2008/03/per-una-storia-politica-dellemigrazione-4/>>

— «Lo specchio spagnolo. Il doppio sguardo del liberalismo italiano di inizio ottocento», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XCI (2004), Roma, Instituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 181-201.

—«*Vivere il mito spagnolo. Gli esiliati italiani in Catalogna durante il trienio liberal*», *Trienio*, vol. XXXII (1998), pp.5-14; vol. XXXIII (1999), pp. 65-90.

—*Gli esuli del Risorgimento*, Bologna, Il Mulino, 2011.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Seis estudos sobre o liberalismo português*, Lisboa, Estampa, 1991;

— “A ‘causa’ de D. Maria II (1826-1834)”, em *Análise Social*, XXIV, n. 172 (2004), Lisboa, ICS, pp. 519-545; —*O século XIX português*, 2ª ed., Lisboa, ICS, 2005;

—*A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Lisboa, Texto, 2010.

BRANCO, João de Freitas, ALMEIDA, Jayme Duarte de, *O teatro de S. Carlos. A história de um grande teatro lírico*, Lisboa, [s.n.], 1956.

BRANDÃO, Raul, *A conspiração de 1817*, Porto, Typ. Emp. Litteraria e Tipographica, 1914; —*Vida e morte de Gomes Freire*, pref. de Victor de Sá, Lisboa, Editorial Comunicação, 1987.

BRAZÃO, Eduardo, *História diplomática de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Livraria Rodrigues, 1932;

—*Relance da história diplomática de Portugal*, Porto, Livraria Civilização, 1940;

—*A diplomacia portuguesa nos séculos VXII e XVIII, vol. II – (1700-1750)*, Lisboa, Editorial Resistência, 1980;

—*A política externa pombalina*, sep. da revista *Brotéria*, vol. 114, n. 5-6 (Maio-Junho de 1982), Lisboa, [s.n.], 1982;

—*Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. O reconhecimento do rei D. Miguel (1831)*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1972.

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Ciência e Política do pombalismo ao liberalismo. Francisco Simões Margiochi*, tese de mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, FCSH-UNL, 1990.

BRILLI, Catia, «Da Cadice a Buenos Aires: crisi e rinascita del commercio ligure nella nuova configurazione dell’atlantico iberico (1797-1837)», *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*, vol XLII (2008), Torino, pp. 99-125.

BRON, Grégoire, «Italian Volunteers in Portuguese Civil War», *Journal of Modern Italian Studies*, 14:4 (2009), London, Routledge, pp. 427-444;

— *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie. Les relations politiques luso-italiennes des lumières à l'Internationale libérale de 1830*, III tomes, Thèse de doctorat, Ecole Pratique des Hautes Etudes – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

BUSTICO, Guido, «Per la storia del giornalismo del Risorgimento in Piemonte. Il cronista di Ciro D'Arco», *Rassegna Storica del Risorgimento*, a. XXIV, fasc. X, 1937, Roma, Libreria dello Stato, pp. 1657-1670.

CABETE, Susana Margarida Carvalheiro, *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional*, Tese de Doutoramento em Literatura Comparada, Lisboa, UNL, 2009.

CACCIATORE, Giuseppe MARTIRANO, Maurizio (a cura di), *Viconelle culture iberiche lusitane*, Napoli, Guida, 2004.

CALZAVARA, Dario, CASSINO, Carmine, «The Nineteenth-Century Italian Political Migration to the Lusophone», *Mediterranean Journal of Human and Social Sciences*, vol. 3, No. 8 (2012), Roma, MCSER, pp. 117-124.

CANDIDO, Salvatore, «L'emigrazione coatta in Brasile di carcerati politici presunti affiliati alla "Giovine Italia"», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXXVII (1990), IV, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 475-512;

— «Appunti sull'apporto italiano alla storia delle emigrazioni politiche dall'Italia ai paesi iberoamericani durante il Risorgimento», in Associazione Ispanisti Italiani, *L'apporto italiano alla tradizione degli studi ispanici. Nel ricordo di Carmelo Sarmonà. Napoli, 30-31 gennaio, 1° febbraio 1992*, atti, Roma, Istituto Cervantes, 1993, pp. 187-202.

CANNAVIELLO, Vincenzo, «Gli irpini della rivoluzione del 1820 nell'esilio», *Rassegna Storica del Risorgimento*, XXVII, I-III [1940], Roma, Libreria dello Stato, pp. 3-40.

CANCIO, Francisco, *Aspectos de Lisboa no século XIX*, [s. l.], [s. n.], 1939;

— *Coisas e loisas de Lisboa antiga*, Lisboa, Imprensa Barreiro, 1951.

CAPPELLI, Vittorio, «Verso le Americhe. All'origine dell'emigrazione transoceanica in Calabria e in Lucania», *Apollinea*, n. 6 (nov-dic. 2006), pp. 32-37.

— *La presenza Italiana in Amazonia e nel Nordest del Brasile tra Otto e Novecento*, in «Maracanán», vol. 6, n. 6 (2010), Rio de Janeiro, PPGH-UERJ, pp. 123-146.

— «Piccole patrie, la patria, altre patrie», in Giovanna De Sensi Sestito e Marta Petruszewicz, *Unità multiple. Centocinquant'anni? Unità? Italia?* Soveria Mannelli, Rubettino, 2014, pp. 337-353.

CARDOSO, José Luís, (org. e préf.), *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1988.

— «A legislação económica do vintismo: economia política e política económica nas Cortes Constituintes», *Análise Social*, XXVI (3º-4º), n. 112-113 (1991), Lisboa, ICS, pp. 471-488;

— *Dicionário histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

CARDOSO, Manuel da Costa Lobo, *Subsídios para a história de Luanda*, Luanda, Museu de Angola, 1954.

CARVALHO, Aires de, *Catálogo da colecção de desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1977.

CARPI, Leone, *Delle colonie e dell'emigrazione di italiani all'estero*, 4 vols., Tipografia Editrice Lombarda, Milano, 1874.

CASCÃO, Rui, «A revolta de Maio de 1828 na comarca de Coimbra», *Revista de História das Idéias*, vol. 7, II (1985), Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 111-154.

CASIMIRRI, Silvana, CORTINA, Manuel Suarez (org.), *La Europa del sur en la época liberal: España, Itália y Portugal*, Santander, Universidad de Cantabria – Cassino, Università di Cassino, 1998.

CASSINO, Carmine, «Davide Bertolotti», *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo (1779-1974)*, coord. de Sérgio Campos Matos (<http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_bertolotti.htm>);

— «Frammenti di emigrazione ottocentesca: vicissitudini dei calderai trecchinesi nel Portogallo di inizio secolo», *Basiliskos*, Nuova Serie, vol. I (2014), Policoro, Edigrafema, pp. 65-81;

— «La comunità italiana in Portogallo tra rivoluzione e reazione (1820-1828)», *Memoria e Ricerca*, n. 48 (2015), Milano, Franco Angeli Editore, pp. 121-142;

— «“Lisboa dos Italianos”: Presença Italiana e Práticas de Nacionalidade nos Primeiros Trinta Anos do Século XIX», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2º Série, vol. III (Janeiro-Junho de 2015) – *Lisboa na encruzilhada de povos e culturas*, Lisboa, Câmara Municipal-Arquivo Municipal, pp. 201-227

(<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/010_italianos.pdf>).

CASTRO, Zília Osório de, *Lisboa 1821. A Cidade e os Políticos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996.

CATROGA, Fernando, «Em nome da Nação», em Id., Pedro Tavares de Almeida (coords.), *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República-Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 20-59;
—*A geografia dos afectos pátrios*, Coimbra, Almedina, 2013.

CASTRO E SOLLA, Luís de, «A revolta liberal de 1828 (novos aspectos)», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 36, Coimbra, [s.n.], 1981, pp.113-136.

CHAVES, Bernardo Branco, *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, VendaNova-Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977;
—*Memorialistas Portugueses*, VendaNova-Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978;
—*O Portugal de D. João visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

CIAMPI, Gabriella, «Emigrazione», in *Biblioteca di bibliografia italiana*, vol. 176 – *Bibliografia dell'età del Risorgimento 1970-2011*, tomo II, a cura di Luigi Balsamo, Firenze, Olschki, 2003, vol. II, pp. 1179-1209.

CIDADE, Hernani, *Portugal Histórico-Cultural*, [s.l.], Circulo de Leitores, 1973.

CLARENCE-SMITH, Gervase, *O terceiro império português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1985.

CONTI, Fulvio, NOVARINO, Marco (a cura di), *Massoneria e Unità d'Italia. La Libera Muratoria e la costruzione della nazione*, Bologna, il Mulino, 2011.

CORTESE, Nino, «Per la storia del Regno delle Due Sicilie dal 1815 al 1820», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XI (1925), Napoli, Società Napoletana di Storia Patria, pp.198-226.

COSTA, Fernando Marques da, DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org. de), *Do antigo regime ao liberalismo. 1750-1850*, Lisboa, Vega, 1989.

COSTA, Jaime Raposo, «O Liberalismo vintista e o Brasil (1820-1822)», sep. de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 43 (1997), Coimbra, [s.d.]

COSTA, Mário, *O Chiado pitoresco e elegante*, Lisboa, [s.n.], 1965.

COSTANZO, Giovanni, «Fisici italiani in Portogallo», *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 380-386.

CRISANTINO, Amelia, *Introduzione agli «Studii su la storia di Sicilia dalla metà del XVIII secolo al 1820» di Michele Amari*, Palermo, Quaderni Mediterranea, 2010.

CROCE, Benedetto, *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*, 2 vols., Bari, Laterza, 1947;

—*Storia d'Europa nel secolo decimo nono*, 3^a ed., Bari, Laterza, 1972.

CUNHA, Alfredo da, «Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)», sep. das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, t. IV, Lisboa, [s.n.], 1941.

CURCIO, Carlo, *Europa, storia di un'idea*, 2 vols, Firenze, Vallecchi, 1958.

—*Nazione, Europa, Umanità. Saggi sulla storia dell'idea di nazione e del principio di nazionalità in Italia*, Milano, Giuffrè, 1950.

CURTIN, Philip D., *Mercanti. Commercio e cultura dall'antichità al XIX secolo*, Roma-Bari, Laterza, 1998.

CUSATI, Maria Luisa, *Rapporti tra il Regno di Napoli e il Regno del Portogallo (1734-1829): documenti dell'Archivio di Stato di Napoli*, estratto dagli *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*, Sezione Romanza, Napoli, [s.n.], 1974.

D'ALMEIDA, Fialho, *Vida errante*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970.

DANTAS, Júlio, *Lisboa dos nossos avós*, Lisboa, Câmara Municipal, 1966.

D'ARIENZO, Luisa, *La presenza italiana in Portogallo al tempo di Colombo*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2003.

—*La presenza italiana in Spagna al tempo di Colombo*, Nuova Raccolta Colombiana, vol. XVI, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2010.

DE CUSATIS, Brunello, «Usi e costumi della Lisbona e del Portogallo del '700 nella relazione manoscritta di un viaggiatore pellegrino italiano, Nicola Albani da Melfi», in Maria Luisa Cusati (a cura di), *Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*, Atti del Congresso Internazionale (Napoli, 15-17 dicembre 1994), vol. III, Napoli, Liguori, 1997, pp. 263-273.

—*O Portugal de Seicentos na "viagem de Pádua a Lisboa" de Domenico Laffi. Estúdio crítico*, Lisboa, Presença, 1998.

—*Il ruolo degli italiani nelle scoperte portoghesi. Una visione d'insieme*, estratto da *Annali della facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Perugia*, volume XXXIX, nuova serie XXV, 2001-2002, pp. 215-228.

— Fonti devozionali, storiche geografiche e letterarie nell'odeporica lusitana di Domenico Laffi, sep. di *Santiago e l'Italia*, Atti del Convegno Internazionale di Studi (23-26 maggio 2002), [s.l.], [s.n.], 2005, pp. 187-196.

DE MARCO, Giuseppe, *Mitografia dell'esule. Da Dante al Novecento*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1996.

DIAS, Graça da Silva, DIAS, José Sebastião, *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols., 2ª ed. (1980), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

DIAS, João Pereira, «Cenógrafos italianos em Portugal», *Estudos Italianos em Portugal*, vol. IV (1941), Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, pp. 43-55.

DIAS, Marina Tavares, *Os cafés de Lisboa*, Lisboa, Quimera Editores, 1999.

DI GIUSEPPE, Francesca, «Mazzini e le origini del movimento repubblicano in Portogallo. La Repubblica romana nel pensiero di Henriques Nogueira», *Il sogno della ragione e il 1849 in Europa, in Italia e in Toscana. Atti dei convegni livornesi per il 150° anniversario dell'Unità d'Italia. Livorno 22-23 ottobre 2009*, coord. di Pier Fernando Giorgetti, pref. di Cosimo Ceccuti, Pisa, Edizioni ETS, 2011, pp. 177-196; — «Il mito italiano nella "Questão ibérica"», *Garibaldi, história e literatura: perspectivas internacionais*, Núncia Santoro, Constantino e Claudia Musa Fay, coords., Porto Alegre, EDIPUCRS, 2011, pp. 117-134.

—*Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, tesi di Dottorato di ricerca in scienze storiche, archeologiche e storicoartistiche (XXII ciclo), Università degli Studi di Napoli “Federico II”, 2010.

DÓRIA, Álvaro, *Movimentos políticos no Porto do século XIX*, Porto, [s. n.], 1957, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 15/16.

DOS SANTOS, Maria Helena Carvalho (coord.), *Pombal revistado. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1984.

DURÃES, Margarida, «As mulheres estrangeiras no noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (sécs. XIX-XX)», *Muyer y emigracion. Una perspectiva plural*, actas del colóquio internacional, Santiago de Compostela, 23-24 de noviembre de 2006, Publicacións de la Universidade de Santiago de Compostela, pp. 133-150.

ESPOSITO, Francesco, «Lisbona 1822. La vita musicale attraverso la stampa periodica», *Revista Portuguesa de Musicologia*, n.º 10 (2000), Lisboa, INIC, pp. 31-81.

FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008.

FARIA, Ana Mouta, «A hierarquia episcopal e o vintismo», *Análise Social*, vol. XXVII (2º-3º), n. 116-117 (1992), Lisboa, ICS, pp. 285-328;

— *Os liberais na entrada de Damasco: clero, igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006.

FARIA, António de Portugal de, *Portugal e a Itália. Ensaio de dictionario bibliográfico*, Roma, Typographia de Raphael Giusti, 1898.

FARINELLI, Arturo, *Viajes por España e Portugal. Desde la Edad Media hasta el siglo XX. Nuevas e antiguas divagaciones bibliográficas*, 4 t.: I-II, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1942; III, Firenze, Accademia d'Italia, 1944; IV, Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 1979.

FERREIRA, Jaime, «Proteccionismo e contrabando cerealífero, 1821-22», *Análise Social*, vol. XXVI (3º-4º), n. 112-113 (1991), Lisboa, ICS, pp. 489-511.

— *Origem do proteccionismo da cerealicultura em Portugal (de 1814 a 1820 – Hesitações e afirmação)*, Separata do Boletim de Ciências Económicas, vol. XXXVIII (1995), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 241-264.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (coord.), *Contra-revolução, espírito público e opinião no sul da Europa (séculos XVIII e XIX)*, Lisboa, CEHCP, Iscte-IUL, 2009.

— «“Povo”. Percurso de um conceito em Portugal 1780-1850», *Araucaria. Revista iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, vol. IX, n.17 (2007, I sem.), Universidad de Sevilla, pp. 254-267.

FERRO, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

FILIPPI, Sergio, *La Chiesa degli Italiani. Cinque secoli di presenza italiana a Lisbona negli archivi della chiesa di Nostra Signora di Loreto*, Lisboa, Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto, 2013.

FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo (dir. de), *História da alimentação*, 2 vols., vol. II – *Da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar, 2001.

FRANCO, José Eduardo, CALAFATE, Pedro, *A Europa segundo Portugal. Ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*, Lisboa, Gradiva, 2012.

FRANÇA, José A., *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*, 3ª ed. (1974), Lisboa, Horizonte, 1999;

— *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3ª ed. (1976), Venda Nova, Bertrand, 1987;

— *Lisboa. História física e moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

FRANZINA, Emilio, «Poligrafi, storici e migranti fra l’Italia e il mondo», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo (a cura di), *Storia d’Italia. Annali*, vol. 24 – *Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. 216-221.

FRATI, Lodovico, «La Spagna e il Portogallo alla fine del Seicento. Secondo il diario inedito di un contemporaneo italiano», in *Nuova Antologia*, serie VII, n. 1336, Roma, Soc. Nuova Antologia e Casa Editrice d’Arte Bestetti e Tuminelli, 1927, pp. 231-238.

FRONTEIRA, 7º Marquês de, *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, 2 vols., partes I-II e III-IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

GABACCIA, Donna R., *Emigranti. Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi*, Torino, Einaudi, 2003.

— «L'Italia fuori l'Italia», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo, *d'Italia. Annali*, vol. 24 – *Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. 226-248.

GALANTE GARRONE, Alessandro, «L'emigrazione politica italiana nel risorgimento», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XLI (1954), I-III, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 223-242.

GALLI DELLA LOGGIA, Ernesto, *L'identità italiana*, 2ª ed. (1998), Bologna, Il Mulino, 2010.

GALVÃO, Rosa Maria (coord.), *Os Sucessores de Zacuto. O almanaque na Biblioteca Nacional do século XV a XXI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002.

GLIOZZI, Mario, «Balbi, Adriano», *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 5, Roma, Istituto Enciclopedico Italiano, 1963, pp. 356-357.

GODINHO, Sérgio Magalhães, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990;

—*Prix et monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris, Armand-Colin, 1955;

— «A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas», sep. da *Revista de História*, vol. X, n. 21-22, a. VI (1955), [s.l.], [s.n.];

—*A historiografia contemporânea: orientações e problemas*, Lisboa, Of. Fernandes, 1942;

—*A emergência de uma nação*, 2ª ed. (2004), Lisboa, Colibri, 2009;

—*Ensaio e estudos. Compreender o mundo de hoje*, 2 vols., Lisboa, Sá da Costa, 2010.

GORANI, Giuseppe, *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, trad. pref. e notas de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Circulo de Leitores, 1992.

GRAINHA, Manuel Borges, *História da franco-maçonaria em Portugal (1733-1912)*, pref. de António Ventura, 5ª ed. (1976), Lisboa, Vega, 2011.

GROSSI, Vincenzo, *Storia della colonizzazione europea al Brasile e dell'emigrazione italiana nello Stato di São Paulo*, Roma, Officina Poligrafica Italiana, 1905.

HALL, Stuart, “Cultural Identity and Diaspora”, in Jonathan Rutherford, *Identity:*

- Community, Culture, Difference*, London, Lawrence & Wishart, 1990, pp. 222-237.
- HOBBSAWM, Eric, *Le rivoluzioni borghesi. 1789-1848*, Roma, Laterza, 1988;
—*A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, 2ª ed. (1998), Lisboa, Terramar, 2004;
—*A era das revoluções*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- ISABELLA, Maurizio, «Exile and nationalism: the case of the Risorgimento», *European History Quarterly*, XXXVI (2006), pp. 493-520;
—*Risorgimento in esilio. L'internazionale liberale e l'età delle rivoluzioni*, Roma-Bari, Laterza, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart, *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*, Translated and with an Introduction by Keith Tribe, New York, Columbia University Press, 2004.
- LAFFI, Domenico, *Viaggio da Padova a Lisboa: itinerario portoghese*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1988.
—*Viaggio in Ponente a San Giacomo di* degli Studi di Perugia, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1989.
- LANCIANI, Giulia, «O Portugal de Baretti», *Estudos Italianos em Portugal*, n. 43-44 (1980-81), Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, pp. 139-158.
- LAVAGNINO, Emilio, «Gli artisti italiani in Portogallo», *L'opera del genio italiano all'estero. Gli artisti in Portogallo*, Roma, La Libreria dello Stato, 1940.
- LE CUNFF, Françoise, *Parques e Jardins de Lisboa, 1764-1932. Do Passeio Público ao Parque Eduardo VII*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, FCSH-UNL, 2000.
- LIMA, Henriques de Campos Ferreira, «Uma companhia italiana no exército libertador: 1832-1834», Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1937;
— “O general napolitano Guilherme Pepe em Portugal”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. XVIII, Vila Nova de Famalicão, 1948, pp. 1-7.
- LIMA, Manuel de Oliveira, *Dom João VI no Brasil*, 2 vols., Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1908.

LIMA-REIS, José Pedro de, *Algumas notas para a história da alimentação em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2008.

LODOLINI, Elio, «L'esilio in Brasile dei detenuti politici romani (1837)», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXV (1978), I, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 131-171.

LONGO, Biagio, «Domenico Vandelli e la fondazione del primo orto botanico nel Portogallo», *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 403-407.

LOPES, António, *Gomes Freire de Andrade. Um retrato do homem e da sua época*, Lisboa, Edição Grémio Lusitano, 2003.

LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa”, *Penélope – Fazer e desfazer a História*, n. 4 (1989), Lisboa, Quetzal Editores, pp. 82-117;

— «A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais de Antigo Regime», em M.^a da Graça Mateus Ventura (coord.), *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Colibri, pp. 95-110;

— *O miguelismo (1828-34). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Provas de aptidão pedagógica, Lisboa, Faculdade de Letras, 1987;

— «Nacionalismo e contra-revolução em Portugal: o episódio miguelista (1828-1834)», sep. de *Luso-Brasilian review*, v. XXIX, 1, [s.l.], [s.n.], 1992, pp. 63-70.

— *Espaços de sociabilidade urbana em Lisboa. Finais do século XVIII a 1834*, Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, 1995.

— «Public space and popular sociability in Lisbon in the early Nineteenth century», sep. de *Santa Barbara Portuguese Studies*, v.4, (1997), pp. 219-232.

— «A cidade vigiada. A polícia e a cidade de Lisboa no início do século XIX», sep. de *Cadernos de Geografia*, n. 17(1997), pp. 227-232.

— «Sociabilidades em Lisboa. Partidos e assembleias, c. 1760-1834», *Penélope. Fazer e desfazer a história*, n. 19-20 (1998), Lisboa, Quetzal Editores, pp. 129-160.

— «Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do antigo regime», sep. de *Piedade Popular. Sociabilidades, representações, espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 537-558;

— «Leitura, política e comércio. Os primeiros gabinetes de leitura em Lisboa, 1801-1832», sep. de *Anais*, 7-8, [s.n.], [s.l.], 2001, pp. 169-191;

— «Paisagens musicais em Lisboa no início do século XIX. Leituras policiais, satíricas e iconográficas», sep. de Manuel Morais (coord.), *Guitarra portuguesa. Actas do simpósio internacional*, [s.l.], [s.n.], 2002, pp. 17-32;

— *The police and the uses of the urban space. Lisbon, 1780-1830*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2003;

— «Sobre a alimentação popular urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas», em José Vicente Serrão, Magda A. Pinheiro, M^a Fátima S.M. Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos*, Homenagem a Miriam Halpern Pereira, Lisboa, ICS, 2009, pp. 227-248.

LOUSADA, Maria Alexandre, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *D. Miguel*, [s.l.], Temas e Debates, 2009.

MACCHI, Franco, *Brevi note sull'origine dei cognomi italiani*, Milano, Tip. De Silvestri di Baldini e Ghezzi, 1970.

MACEDO, Jorge Borges de, «Para o encontro de una dinâmica concreta na sociedade portuguesa, 1820-1836», *Revista Portuguesa de História*, XVII, (1977), Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 245-262.

MACHADO, Júlio César, *Os theatros de lisboa*, Lisboa, Livraria editora de Mattos Ferreira, 1875.

— *Aquele tempo*, Lisboa, Perspectiva e Realidades, 1989.

— *A vida em Lisboa*, edição de Américo A. Lindeza Diogo, Lisboa, Angelus Novus, 1999.

MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidianidade (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Horizonte, 1992.

MAGALHÃES, José Calvet de, *Breve história diplomática de Portugal*, 3^a ed. (1990), Mem Martins, Europa-América, 2000.

MANNORI, Luca, «La crisi dell'ordine plurale. Nazione e Costituzione in Italia tra Sette ed Ottocento», in Mario Sbriccioli et. al., *Ordo Juris: storia e forme dell'esperienza giuridica*, Milano, Giuffrè, 2003, pp. 137-180.

MANIQUE, António Pedro, *Portugal e as potências europeias (1807-1847). Relações externas e ingerências estrangeiras em Portugal na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Horizonte, 1988.

MARNOTO, Rita, «Esuli e figure di esuli risorgimentali nel Portogallo dell'Ottocento», *La Rivista dell'Arte*, n. 1 [2012], Roma, [s.n.], pp. 107-118;
— «Être à l'extrémité de l'Europe. Il Risorgimento visto dal Portogallo», in Matilde Dillon e Giulio Ferroni (a cura di), *Il Risorgimento visto dagli altri*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 2013.

MARQUES, António H. De Oliveira, *História da maçonaria em Portugal*, 3 vols., Ed. Lisboa, Presença, 1990.

MARQUES, Fernando Pereira, *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1991.

MARQUES DE SÃO-PAIO, «Para a História dos Septembrizados (o desembargador Sebastião José de São Paio)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 17, Lisboa, 1968, pp. 33-58.

MARTINEZ, Pedro Soares, *Coordenadas da história diplomática de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981.

MATTOSO, José (dir. de), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III – *A Época Contemporânea*, coordenação de Irene Vaquinhas, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

MASCILLI MIGLIORINI, Luigi, «Trattati anglo-portoghesi: echi napoletani», in in Cusati, Maria Luisa (a cura di), *Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*, Atti del Congresso Internazionale (Napoli, 15-17 dicembre 1994), vol. III, Napoli, Liguori, 1997, pp. 249-261;
— et al., *Storia del Mediterraneo Moderno e Contemporaneo*, Napoli, Guida, 2009.

MATOS, Sérgio Campos, «Conceitos de iberismo em Portugal», sep. da *Revista de História das Ideias*, vol.28 (2007), Universidade de Coimbra, pp. 169-193;
— «Nação», sep. de *Ler História (história conceptual no mundo luso-brasileiro 1750-1850)*, n.55 (2008), pp.111-124;
— *Consciência histórica e nacionalismo. Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa, Horizonte, 2008;

— et al. (eds.), *Nação e Identidade. Portugal, os Potugueses e os Outros*, Lisboa, Centro de História da UL, 2009.

MICHEL, Ersilio, «Esuli politici italiani in Portogallo – 1815/1861», *Relazioni Storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 442-468.

MONCADA, Luís Cabral de, *Italia e Portogallo nel Settecento*, Lisboa, [Sociedade Industrial de Tipografia], 1949.

MORÁN, Manuel, «La cuestión de los refugiados extranjeiros. Política española en el Trienio liberal», in *Hispania*, IL (1989), pp. 985-1016.

MOREAU, Mário, *O Teatro de São Carlos. Dois séculos de história*, 2 vols., Lisboa, Hugin, 1999.

MOSCATI, Ruggero, *Guglielmo Pepe*, 2 vols., Roma, Regio Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, 1938.

MOTTIN, Antonio, CASOLINO, Enzo, *Italianos no Brasil. Contribuições la literatura e nas ciências séculos XIX e XX*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

NERY, Rui Vieira, «Música e dança na sociedade pombalina – As cartas de Giuseppe Baretta», *Adágio*, n. 21-22 (1998-99), Évora, Cendrev, pp. 24-39.

NEVES, Eduardo Augusto da Silva, *O convento dos Barbadinhos Italianos*, Lisboa, [s.n.], 1952.

NORONHA, Fabrícia Rubia G. S, «O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império», *Em Tempo de Histórias*, n.8 (2004). <<http://seer.bce.unb.br/index.php/emtempo/article/view/2657/2206>>

NUNES, Maria de Fátima, *O Liberalismo português. Ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, 2 vols., Tese de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

OSTUNI Maria Rosaria, «Emigrati italiani e politica in Brasile», in Renzo De Felice, *L'emigrazione italiana in Brasile, 1800-1978*, p.119-148, Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1980.

PACHECO, Carlos, «A origem napolitana de algumas famílias angolanas, 1. Os Fançony», sep. de *Anais da Universidade de Évora*, 5 (1995), Évora, [s.n.], pp. 181-201;
— «A origem napolitana de algumas famílias angolanas, 2. Os Romano Amado», sep. de *Anais da Universidade de Évora*, 7 (1997), Évora, [s.n.], pp. 113-124.

PANTOJA, Selma, «A diáspora feminina: degradadas para Angola no século XIX (1865-1898)», *Análise Social*, vol. XXXIV, n.151-152 (2000), Lisboa, ICS, pp. 555-572;

PAQUETTE, Gabriel, *Imperial Portugal in the Age of the Atlantic Revolutions. The Luso-Brazilian word, c.1770-1850*, New York, Cambridge University Press, 2013.

PASSOS, Carlos de, «Relações históricas luso-italianas», sep. dos *Anais*, II série, vol. 7, (1956), Lisboa, [Academia Portuguesa da História], pp. 145-240.

PAULA, Sérgio Goes de (org. e intr.), *Hipólito José da Costa*, São Paulo, Editora34, 2001.

PECCHIO, Giuseppe, *Cartas de Lisboa, 1822*, pref. de Manuela Lobo da Costa Simões, Lisboa, Horizonte, 1990;

— *Anecdotes of the Spanish and Portuguese revolution. With an introduction and notes by Edward Blaquiere*, London, G. and W.B. Whittaker, 1823;

— *Tre mesi in Portogallo nel 1822*, a cura di Carlo Colombo, Pistoia, Vittoria Iguazu Editora, 2013.

PÉCOUT, Gilles, (coord. de), *International Volunteers and the Risorgimento*, «Journal of Modern Italian Studies», 14 (4), London, Routledge, 2009;

— «Pour une lecture méditerranéenne et transnationale du Risorgimento», in Catherine Brice e Id., *L'Italie du Risorgimento. Relectures. Revue d'histoire du XIXe siècle*, no.44, fasc.I, 2012, pp.29-47.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, «Agrarismo, industrialismo, liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)», in José Luís Cardoso (org. e pref.), *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, pp. 65-83.

— «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», *Análise Social*, vol. XVII (2^o-3^o), n. 116-117 (1992), Lisboa, ICS, pp. 407-440.

—*Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e identificação de um grupo social*, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1995.

PEPE, Guglielmo, PEPE, Guglielmo, «The non-establishment of Liberty in Spain, Naples, Portugal and Piedimont», *The Pamphleteer*, n. XLVII, July 1824, pp. 223-285.

—*Epistolario*, a cura di R. Moscati, Roma, Vittoriano, 1938.

PERAGALLO, Prospero, *Due documenti: riguardanti le relazioni di Genova col Portogallo*, Genova, Tip. Del Real Istituto Sordo-muti, 1892;

—*Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, nuova ed. (1904), Genova, Ved. Papini e figli, 1907.

PEREIRA, José Esteves, «A revolução francesa e o discurso político em Portugal (1789-1852)», *Ler História*, n.17, Lisboa, ISCTE-IUL, 1989, pp. 67-76.

PEREIRA, Miriam Halpern, «Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX», *Análise Social*, vol. 7, n. 25-26 (1969), Lisboa, ICS, pp. 85-117.

— «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», em Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, João Batista Serra (coords)., *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao colóquio. 11-12-13 de Fevereiro de 1981*, 2 vols, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 31-63.

—*Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, em *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, direcção de Miriam Halpern Pereira, 5 vols., vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1992.

PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Actividade Diplomática*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL, 2010.

PIFFERI, Stefano, *Il Portogallo attraverso le lettere familiari e il Journey di Giuseppe Baretti*, Viterbo, Sette Città, 2010.

PINHEIRO, Magda, *Os portugueses e as finanças no dealbar do liberalismo*, em *A crise de antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-22. Estudos e Documentos*, dir. de Miriam Halpern Pereira, vol. III, Lisboa, João Sá da Costa, 1992;

— *Biografia de Lisboa*, 3ª ed. (2011), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

PINHEIRO, Susana Marta Delgado, «Religião, Sociedade e Vintismo no jornal *Astro da Lusitânia*», *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 16 (2004), pp. 345-358.

PIRES, António Machado, *O século XIX em Portugal. Cronologia e quadro de gerações*, Amadora, Bertrand, 1975.

QUINTAS, Maria Alexandra Salgado Ai, *Do Passeio Público à Pena. Um percurso do Jardim Romântico*, Dissertação de Mestrado de Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura-UTL, 2001.

RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, Manuela, *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX*, prefácio de José Manuel Tengarrinha, reimpressão, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

RAMOS, Luís A. De Oliveira, *O Porto e as origens do liberalismo (subsídios e observações)*, Documentos e memórias para a história do Porto – XLIII, Câmara Municipal do Porto-Gabinete de História da Cidade, 1980;

— «Italianos na génese do liberalismo em Portugal (algumas observações)», *Estudos em homenagem de José Borges de Macedo*, Lisboa, INIC/CAHUL, 1992, pp. 417-431.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva, *Relações entre Angola e Brasil. 1808-1830*, Lisboa, Ag. Geral das Colónias, 1970.

REIS, António do Carmo, *O liberalismo em Portugal e a igreja católica*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988.

RIBEIRO, Jorge Martins, «Viajantes italianos em Portugal nos séculos XVIII e XIX», em Francisco Topa e Rita Marnoto (org.), *Nel mezzo del cammin. Actas da jornadas de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Porto, Sombra pela cintura, 2009, pp. 293-313.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Mazzini e il mazzinianesimo in Portogallo*, Firenze, Le Monnier, 2003;

— “Mazzini no pensamento dos utópicos portugueses”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28 (2007), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, pp. 97-125.

RIDOLFI, Maurizio (a cura di), *La democrazia radicale nell'Ottocento europeo. Forme della politica, modelli culturali, riforme sociali*, Milano, Fondazione Gian Giacomo Feltrinelli, 2005.

RIMONDINI, Giovanni e SAMOGGIA, Luigi, *Francesco Saverio Fabri. Formazione e opera in Italia e Portogallo*, Medicina, Comitato Ricerche Storiche Medicinesi, 1979.

ROCHA PINTO, Mária Luísa, RODRIGUES, Teresa, «A evolução da população ao longo século XIX – uma perspectiva global», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n. 6 (1992-1993), Universidade Nova de Lisboa, pp. 245-284.

RODRIGUES, Paulo Miguel, *A Madeira entre 1820 e 1842: relações de poder e influência britânica*, Introdução de António Ventura, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”, 2008.

RODRIGUES, Teresa, *Lisboa no século XIX – Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, Provas de Doutoramento em História Económica e Social dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993;

— «Um Espaço Urbano em Expansão. De Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX», *Penelope. Fazer e desfazer a História*, nº13 (1994), pp. 95-117;

— «Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos», *Ler História*, n. 26 (1994), Lisboa, ISCTE, pp. 45-75;

— *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Cosmos, 1995;

— *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Edições Lisboa, Cosmos, 1997;

— *A população portuguesa no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 2004.

ROLLANDI, Maria Stella, «Da ‘negozianti’ a banchieri. La famiglia Oneto nell'Ottocento», in Caterina Olcese Spingardi (a cura di), *Ottocento in salotto. Cultura, vita privata e affari tra Genova e Napoli*, Firenze, Maschietto, 2006, pp. 41-47.

ROMANO, Aldo, «Carteggio La Fayette-Pepe», *Rassegna storica del Risorgimento*, vol. XX (1933), III, Roma, Società Nazionale del Risorgimento, pp. 585-614.

ROQUE, João Lourenço, «Subsídios para o estudo da revolta em Portugal no século XIX», *Revista de História das Idéias*, vol. 7, II (1985), Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 243-280.

ROSSI, Giuseppe Carlo, *L'Arcadia e il romanticismo in Portogallo*, Firenze, Le Monnier, 1941;

— «Notizie d'Italia in Portogallo in una gazzetta letteraria del Settecento», sep. de *Convivium raccolta nuova*, n. 5-6 (1947), Torino (etc.), Società Editrice Internazionale;

— «Inediti di italiani a Cascais», sep. de *Convivium raccolta nuova*, n. 5-6 (1950), Torino (etc.), Società Editrice Internazionale, pp. 812-824;

— *La "Gazeta Literaria" del Padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)*, Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1963;

— «Cenni sulla presenza del Vico in Portogallo», reprint from *Forum Italicum*, vol. II, n.4 (December 1968), New York, Stony Brook University, pp. 546-554.

ROSA, Clara, «A imagem do emigrante na ficção portuguesa dos séculos XIX e XX», in Maria Luisa Cusati (a cura di), *Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*, Atti del Congresso Internazionale (Napoli, 15-17 dicembre 1994), vol. III, Napoli, Liguori, 1997, pp. 139-161.

ROSA, Maria de Lourdes, «Santo Antonio dei Portoghesi, 1786-1825. Le pèlerinage portuguais à Rome dans le contexte dévotionnel du Portugal de la fin de l'Ancien Régime», extrait de *Pèlerins et pèlerinages dans l'Europe moderne. Actes de la table ronde organisée par le Département d'histoire et civilisation de l'Institut universitaire européen de Florence et l'École française de Rome (Rome, 4-5 juin 1993)*, École Française de Rome, 2000.

ROSARIO, Morais de, *Genoveses na história de Portugal*, Lisboa, nas Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio, 1977.

RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798-1802*, tradução de António Feijó, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

RUIZ, Joaquín de Moral, «A independência brasileira e a sua repercussão no Portugal da época (1818-1834)», *Análise Social*, vol. XVI (4º), n.64 (1980), Lisboa, ICS-UL, pp. 779-795.

RUSICH, Luciano G., «Esuli dei moti carbonari del 1820-21 nel Messico», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXXI (1984), Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 419-437.

SÁ, Victor de, *Instauração do liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

SANFILIPPO, Matteo, «La storiografia sui fenomeni migratori a lungo raggio nell'Italia dell'età contemporanea», *Bollettino di demografia storica*, 12 (1990), Roma, SiDeS, pp. 55-66;

— *Problemi di storiografia dell'emigrazione italiana*, Viterbo, Sette Città, 2005;

— «Gli esuli di antico regime», in Paola Corti, Matteo Sanfilippo (a cura di), *Storia d'Italia. Annali*, vol. 24 – *Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. 143-160;

— «Cronologia e storia dell'emigrazione italiana», *Studi Emigrazione/Migration Studies*, XLVIII, 183 (2011), Roma, CSER, pp. 357-370;

— «L'emigrazione in Brasile (XVII – Inizi XX secolo)», in Giovanni Pizzorusso, Gaetano Platania, Matteo Sanfilippo, *Gli archivi della Santa Sede come fonte per la Storia del Portogallo in età moderna. Studi in memoria di Carmen Radulet*, Viterbo, Edizioni Sette Città, 2012, pp. 247-276.

SANTOS, Candido dos, *O Jansenismo em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [s.n.], 2007.

SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e economia da revolução de 1820*, 2ª ed., Mira Sintra-Mem Martins, Europa-América, 1975.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, «sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)», *Análise Social*, XV (1º), n. 57 (1979), Lisboa, ICS, pp. 69-115.

SANTOS, Piedade B., RODRIGUES, Teresa e NOGUEIRA, Margagida, *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

SANTOS, Teresa e PEREIRA, Sara Marques, *Leonor da Fonseca Pimentel. A portuguesa de Nápoles (1752-1799)*, Actas do colóquio realizado no bicentenário da morte de Leonor da Fonseca Pimentel, Lisboa, Horizonte, 2001.

SASPORTES, José, *Trajectória da dança teatral em Portugal*, colecção “Biblioteca Breve”, [Lisboa], Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

SCARANO, Paolo, «Rapporti politici, economici e sociali tra il Regno delle Due Sicilie ed il Brasile (1815-1860)», *Archivio Storico per le provincie napoletane*, vol. XXXVI (1957), pp. 289-314; vol. XXXVII (1958), pp. 202-220; vol. XXXVIII (1959), pp. 231-262; vol. XXXIX (1960), pp. 353-373, Napoli, Società Napoletana di Storia Patria;

— «La diplomazia napoletana e la questione della schiavitù negra nel Brasile», estratto dagli *Atti dell'Accademia Pontaniana*, nuova serie, anno DL, Vol. XLI (1992), Napoli, Giannini, 1993, pp. 197-217;

— «Un quasi mezzo millennio d'interessamento del Mezzogiorno d'Italia al Brasile tra fantasia e realtà», in Maria Luisa Cusati (a cura di), *Il Portogallo e i mari: un incontro tra culture*, Atti del Congresso Internazionale (Napoli, 15-17 dicembre 1994), vol. I, Napoli, Liguori, 1997, pp. 191-222.

SCHMITT, Carl, *Terra e Mar. Breve reflexão sobre a história universal*, pref. de Viriato Soromenho-Marques, Lisboa, Esfera do Caos, 2008.

SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas*, 2 vols., Lisboa, Horizonte, 1978.

SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Horizonte, 1972.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, *Miguelismo. Ideologia e mito*, Coimbra, Minerva, 1993.

SILVA, João Paulo Pereira da (coord.), *Pombal e o seu Tempo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010.

SIMAL, Juan Luis, *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2012;

— «El exilio en la génesis de la nación del liberalismo (1776-1848): el enfoque transnacional», *Ayer*, 94/2014(2) – *La história transnacional*, pp.23-48.

SIMEI, Maria de Souza Torres, «Exclusão e incorporação: degredados na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII», *Revista de História*, n.168 (Janeiro/Junho 2013), São Paulo, USP, pp. 131-166.

SOARES, Ernesto, «Francisco Bartolozzi em Portugal», *Estudos Italianos em Portugal*, fasc. 7-8 (1943), Lisboa, Instituto de Cultura Italiana em Portugal, pp. 110-118;

— *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*, nova edição, vol. I, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1971.

SORIGA, Renato, «I moti del 1831 e l'emigrazione politica lombardo – veneta», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XIX (1932), Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 49-52.

SOUSA, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979.

SPINI, Giorgio, *Mito e realtà della Spagna nelle rivoluzioni italiane del 1820-21*, Roma, Perrella, 1950.

TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006.

TOMÁS, Manuel Fernandes, *A revolução de 1820*, recolha, pref. e notas de José Tengarrinha, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1982.

[TOMÁS, Pedro Fernandes], *O Conde Gorani em Portugal (1764)*, Figueira, Imprensa Lusitana, 1910.

TORGAL, Luís Reis, «A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação», *Análise Social*, vol. XVI (1º-2º), n. 61-62 (1980), Lisboa, ICS, pp. 279-292.

TRENTO, Angelo, *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova, Antenore, 1984.

VALENTE, Vasco Pulido, «Os levantamentos miguelistas contra a Carta Constitucional (1826-1827)», *Análise Social*, vol. XXX (4º), n. 103 (1995), pp. 631-651.

VALENTIM, Maria José Quaresma de Carvalho Alves, *A produção musical de índole política no período liberal (1820-1851)*, tese de mestrado em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), FCSH-UNL, 2008.

VARGUES, Isabel Nobre, *Vintismo e radicalismo liberal. João Maria Soares de Castelo Branco*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC, 1981;

— «Liberalismo e independência. Os exilados italianos em Portugal», *Revista Portuguesa de História*, XXXI, vol. II (1996), Coimbra, Instituto de História Económica e Social, pp. 411-426;

— *A aprendizagem da cidadania em Portugal*, Coimbra, Minerva, 1997.

VASCONCELOS, José Leite de, *Antroponimia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

VAZ, Francisco António Lourenço, «A difusão das ideias económicas de António Genovesi em Portugal», *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, II série, vol. XI (1999), Lisboa, Centro de História da Cultura da UNL, pp. 553-576.

VENTURA, António (org. de), *Elvas na literatura de viagens*, Camara Municipal de Elvas, 2008;

— «Os militares na sociedade portuguesa contemporânea», *Revista Militar*, n. 2531 (2012), pp. 1169-1176.

VENTURI, Franco, «La circolazione delle idee», *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. XLI (1954), Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, pp. 223-242;

— «L'Italia fuori dall'Italia», in Ruggiero Romano e Corrado Vivanti, coords., *Storia d'Italia*, vol. III – *Dal primo Settecento all'Unità*, Torino, Einaudi, 1973, pp. 987-1481;

— «Le rivoluzioni liberali», in Ruggiero Romano (coord.), *Storia delle rivoluzioni*, vol. IV – *Le rivoluzioni borghesi*, Milano, Fabbri, 1973, pp. 193-208.

VIANNA, António, *Apontamentos para a história diplomática contemporânea*, vol. III – *A Carta e a reacção*, Lisboa, [s.n.], 1958.

VICENTE, António Pedro, «Espanha e Portugal. Do antigo ao novo regime: similitudes e alternativas no acesso ao liberalismo», sep. de *1.^{as} jornadas académicas de história da Espanha e de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, pp. 184-214.

VIDAL, Angelina *Lisboa antiga e Lisboa moderna*, 2^a ed., Lisboa, Veja, 1994.

VIROLI, Maurizio, *Per amore della patria. Patriottismo e nazionalismo nella storia*, Roma-Bari, Laterza, 1995.

WOOLF, Stuart J., «Le riforme e l'autorità: Illuminismo e dispotismo (1750-1790)», in Ruggiero Romano e Corrado Vivanti (coord.), *Storia d'Italia*, vol. III - *Dal primo Settecento all'Unità*, Torino, Einaudi, 1973, pp. 5-508.